ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CXLVIII Nº 235

Brasília - DF, quinta-feira, 8 de dezembro de 2011

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 8
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 13
Ministério da Educação 14
Ministério da Fazenda 25
Ministério da Integração Nacional 31
Ministério da Justiça 31
Ministério da Pesca e Aquicultura 36
Ministério da Previdência Social 37
Ministério da Saúde 38
Ministério das Cidades 64
Ministério das Comunicações 64
Ministério de Minas e Energia 76
Ministério do Desenvolvimento Agrário 87
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 91
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 91
Ministério do Esporte 91
Ministério do Meio Ambiente 92
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 93
Ministério do Trabalho e Emprego 97
Ministério dos Transportes 107
Ministério Público da União 108
Poder Judiciário 119
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 122

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.636, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, IV, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 12-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993,

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

D E C R E T A :

Art. 1º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome prestará apoio financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS.

Parágrafo único. O apoio financeiro de que trata o **caput** deverá considerar parâmetros objetivos para aferição qualitativa dos resultados da gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS por parte dos Estados, Municípios e Distrito Federal, fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observados, no mínimo, os seguintes critérios:

I - grau de cobertura dos serviços socioassistenciais prestados;

II - qualidade da infraestrutura física das unidades públicas instituídas no âmbito do SUAS;

III - qualidade dos serviços socioassistenciais prestados; e

IV - articulação e integração com o Programa Bolsa Família e com o Plano Brasil Sem Miséria.

Art. 2º Caberá ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

I - estabelecer os procedimentos e a sistemática de cálculo para operacionalização do repasse de apoio financeiro ao aprimoramento da gestão descentralizada do SUAS;

II - definir os indicadores, metas e índices que comporão a fórmula utilizada para fins de cálculo do IGDSUAS;

III - estabelecer critérios para fixação de parâmetros objetivos de aferição qualitativa dos resultados da gestão descentralizada do SUAS;

IV - fixar a periodicidade para cálculo do IGDSUAS e para concessão do apoio financeiro; e

V - praticar outros atos necessários à implementação do IGDSUAS.

Art. 3º O montante total dos recursos destinados ao aprimoramento da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social será de até dez por cento da previsão orçamentária anual relativa ao financiamento federal do SUAS.

Art. 4º O IGDSUAS será implementado nas seguintes modalidades:

I - Índice de Gestão Descentralizada dos Municípios - IGD-SUAS-M, aplicado aos Municípios e ao Distrito Federal; e

II - Índice de Gestão Descentralizada dos Estados - IGD-SUAS-E, aplicado aos Estados.

Parágrafo único. Para fins de cálculo do IGDSUAS-E, a aferição dos resultados da gestão descentralizada do SUAS poderá ter como base dados relativos aos resultados obtidos pelos municípios do território do Estado, sem prejuízo de outros critérios definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 5º O IGDSUAS obtido pelo ente federado, segundo os resultados da gestão do SUAS no período fixado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, determinará o montante de recursos a ser transferido pela União a título de apoio financeiro ao aprimoramento da gestão.

Art. 6º Os recursos transferidos a título de apoio financeiro ao aprimoramento da gestão descentralizada do SUAS serão destinados a:

I - gestão de serviços;

II - gestão e organização do SUAS;

III - gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistencias;

IV - gestão articulada e integrada com o Programa Bolsa Família e com o Plano Brasil Sem Miséria;

V - gestão do trabalho e educação permanente na assistência social;

VI - gestão da informação do SUAS;

VII - implementação da vigilância socioassistencial;

VIII - apoio técnico e operacional aos conselhos de assistência social, observado o percentual mínimo fixado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e

IX - outras atividades definidas pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos de que trata o **caput** para pagamento de pessoal efetivo e gratificações de qualquer natureza a servidor público dos Estados, Municípios ou Distrito Federal.

Art. 7º O repasse dos recursos de que trata o art. 6º será realizado diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social aos fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 8º As atividades desenvolvidas com os recursos de que trata o art. 6º deverão integrar o Plano de Assistência Social de que trata o art. 30 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, na forma definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 9º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do SUAS serão considerados, pela União, como prestação de contas dos recursos transferidos a título de apoio financeiro, para fins de novas transferências, conforme disposto no § 1º do 12-A da Lei nº 8.742, de 1993.

Art. 10. A aplicação dos recursos de que trata o art. 6º pelos entes federados deverá integrar as prestações de contas anuais dos respectivos fundos de assistência social, em item específico destinado à gestão.

Art. 11. A prestação de contas da aplicação dos recursos de que trata o art. 6º será submetida pelo ente federado ao respectivo Conselho de Assistência Social, que deverá:

I - receber, analisar e manifestar-se sobre a aprovação, integral ou parcial, ou rejeição da prestação de contas anual da aplicação dos recursos;

II - informar ao órgão executor e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em prazo definido por este, a ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos; e

III - promover a divulgação das atividades executadas, de forma transparente e articulada com os órgãos de controle interno e externo da União, dos Estados e dos Municípios.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 12. A avaliação da prestação de contas de que trata o art. 10 será efetuada em sistema informatizado, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com base em ato normativo que disciplinará:

I - os procedimentos;

II - o formato e o conteúdo do relatório de avaliação;

III - a documentação necessária;

IV - os prazos para o envio das prestações de contas ao Conselho de Assistência Social e para a manifestação desse colegiado; e

V - os procedimentos específicos para a apreciação da prestação de contas da aplicação dos recursos para apoio destinado ao aprimoramento da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

Art. 13. Os repasses financeiros para apoio ao aprimoramento da gestão descentralizada do SUAS serão suspensos quando identificada manipulação indevida das informações relativas aos elementos que constituem o IGDSUAS, a fim de alcançar os índices mínimos, sem prejuízo da adoção de outras medidas previstas na legislação.

Art. 14. Os repasses financeiros para apoio ao aprimoramento da gestão descentralizada do SUAS e do Programa Bolsa Família serão efetivados por meio de procedimentos integrados, conforme disciplinado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 15. No exercício de 2011, excepcionalmente, poderão ser transferidos aos Fundos de Assistência Social estaduais, municipais e do Distrito Federal, em parcela única, os valores apurados com base no IGDSUAS-M e no IGDSUAS-E referentes aos meses de julho a dezembro.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Miriam Belchior
Tereza Campello
Jorge Hage Sobrinho

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 545, de 7 de dezembro de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dispor sobre a medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006".

Nº 546, de 7 de dezembro de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e as Leis nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e nº 11.530, de 24 de outubro de 2007".

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Exposição de Motivos Interministerial nº 102, de 7 de dezembro de 2011 (em conjunto com o Ministério da Defesa). Autorizo. Em 7 de dezembro de 2011.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 2.395, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza o funcionamento como entidade de ensino de Transporte Aéreo de Artigos Perigosos e homologa os cursos da WCX Assessoria Aeronáutica Ltda.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento como entidade de ensino de Transporte Aéreo de Artigos Perigosos, pelo período de 5 anos, da empresa WCX Assessoria Aeronáutica Ltda., situada à Rua Guaramiranga, 316, Bairro de Quintino de Bocaiúva, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21380-250, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 60800.026657/2010-93.

Parágrafo Único: As chaves (categorias) homologadas e o instrutor credenciado para ministrar cursos de Transporte Aéreo de Artigos Perigosos em nome da entidade estão especificados no respectivo Certificado de Autorização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União.

DAVID DA COSTA FARIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 2.393, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 07-01/93483/00, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária JARI TÁXI AÉREO LTDA, com sede social em Monte Dourado/PA, como empresa exploradora do serviço de transporte aéreo público não-regular na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.027, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto nos incisos I, XX e XXI do art. 1º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, nos arts. 21 e 22 da Portaria nº 1.031, de 22 de outubro de 2010, na Nota Técnica nº 340/2011/DCEF/CGAP/SPOA/SE/MAPA e o que consta do Processo nº 21000.008138/2010-15 e apensos, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado do 2º ciclo da avaliação de desempenho institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, relativo ao período de 1º de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários - GDFFA e Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE.

Art. 2º Para efeito da aplicação de cálculo da parcela institucional, foram considerados os indicadores de desempenho constantes no Anexo.

Art. 3º O nível médio global da avaliação institucional relativo ao período representa o esforço equivalente a 68 (sessenta e oito) pontos na realização das ações do Plano Plurianual - PPA 2008/2011, atingindo o percentual de 100% (cento por cento).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO

ANEXO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008/2011

Código do Programa	Código da Ação	Nome da Ação	Tipo (A/P)	Produto	Unidade de Medida	Unidade Orçamentária	Unidade Responsável	Tipo de Meta	Previsto Corrigido (meta física)	Realizado (meta física)	Realizado/Previsto Corrigido (%)	Pontos do IDII
	2825	Conservação dos Estoques Reguladores de Café	A	Estoque conservado	Saca	FUNCAFÉ	SPAE/FUNCAFÉ	N.C.	449.996	446.670	99,26%	80
	2C94	BrasileiroPromoção do Café	A	realizadoEvento	Unidade	FUNCAFÉ	SPAE/FUNCAFÉ	CUM.	10	7	70,00%	80

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011120800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira	4717	Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café	A	Pessoa capacitada	Unidade	FUNCAFÉ	SPAE/FUNCAFÉ	CUM.	466	216	46,35%	60
	4792	pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas AlongadasRemuneração às Instituições Financeiras	A	Contrato remunerado	Unidade	FUNCAFÉ	SPAE/FUNCAFÉ	CUM.	1	-	0,00%	24
	4803	Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura	A	Pesquisa desenvolvida	Unidade	FUNCAFÉ	SPAE/FUNCAFÉ	CUM.	200	-	0,00%	24
0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal	A	Análise realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	24.821.968	25.146.644	101,31%	80
	2136	Apoio VegetalFuncionamento do Sistema Laboratorial de	A	Análise realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	3.415.231	3.769.482	110,37%	80
	4723	Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal	A	Análise realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	20.907	18.530	88,63%	80

0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas - continuação -	4745	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	1.633	1.283	78,57%	80
	4746	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais	A	Produto fiscalizado	ton	MAPA	SDA	CUM.	9.070.883	10.011.238	110,37%	80
	8938	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	A	Estabelecimento inspecionado	Unidade	MAPA	SDA	N.C.	3.320	3.188	96,02%	80
	8939	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	A	Estabelecimento inspecionado	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	2.542	2.458	96,70%	80
0357 Segurança e Sanidade na Agropecuária	2134	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	795.676	770.262	96,81%	80
	2139	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	7.142.521	7.013.789	98,20%	80
	2180	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seu Produtos e Insumos	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	1.078.381	1.230.152	114,07%	80

0357 Segurança e Sanidade na Agropecuária - continuação -	2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seu Produtos e Insumos	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	363.602	318.257	87,53%	80
	4738	Erradicação da Mosca da Carambola	A	Área controlada	ha	MAPA	SDA	N.C.	645.948.179	581.845.821	90,08%	80
	4842	Erradicação da Febre Aftosa	A	Área livre	km²	MAPA	SDA	N.C.	5.010.542	4.989.744	99,58%	80
	8572	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	A	Área controlada	ha	MAPA	SDA	N.C.	11.210.714	11.020.135	98,30%	80
	8654	Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	A	Atividade realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	65	-	0,00%	24
	8658	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	A	Propriedade atendida	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	803.956	774.156	96,29%	80
0360 Gestão da Política Agropecuária	10HD	Implantação do Projeto de Melhoria da Infra-estrutura da Sede do Mapa	P	Projeto implantado	% de execução física	MAPA	CGSG/SPOA	CUM.	2	2	100,00%	80
	11TR	Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias	P	Sistema de informação implantado	% de execução física	MAPA	CGTI/SPOA	CUM.	8	7	87,5%	80
	1K40	Implantação do Processo de Gestão Estratégica Orientado ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	P	Iniciativa estratégica desenvolvida	Unidade	MAPA	AGE/GM	CUM.	3	2	66,67%	80

0360 Gestão da Política Agropecuária - continuação -	200E	Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária	A	Procedimento realizado	Unidade	MAPA	SPA	CUM.	3	-	0,00%	24
	4572	Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e RequalificaçãoCapacitação de	A	Servidor capacitado	Unidade	MAPA	CGDP	CUM.	6.300	77	1,22%	24
	4721	Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio	A	Processo implantado	Unidade	MAPA	CGTI/SPOA	N.C.	3	3	100,00%	80
0365 Minimização de Riscos no Agronegócio	2157	Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros	A	Recurso Julgado	Unidade	MAPA	SPA	CUM.	4.671	4.327	92,64%	80
	2161	ClimatológicasProdução e Divulgação de Informações Meteorológicas e	A	Boletim emitido	Unidade	MAPA	INMET	CUM.	9.367	7.620	81,35%	80
	5920	Zoneamento Agrícola	P	Zoneamento realizado	Unidade	MAPA	SPA	CUM.	390	317	81,28%	80
0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2019	Fiscalização de Material Genético Animal	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	910	679	74,62%	80
	2122	Proteção e Fiscalização de Cultivares	A	Cultivar Protegida	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	134	164	122,39%	80
	2124	Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	4.036	3.461	85,75%	80
	2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	3.959	3.462	87,45%	80

	2141	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	9.411	8.133	86,42%	80

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários - continuação -	2177	Fiscalização de Serviços Agrícolas	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	457	398	87,09%	80
	2179	Fiscalização de Sementes e Mudas	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	19.077	19.809	103,84%	80
	2909	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	1.076	1.112	103,35%	80
	4747	Fiscalização de Serviços Pecuários	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	21	32	152,38%	80
0750 Administração da Unidade	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	A	Pessoa beneficiada	Unidade	MAPA	CGAP/SPOA	N.C.	17.374	19.040	109,59%	80
	2010	e Empregados Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores	A	Criança atendida	Unidade	MAPA	CGAP/SPOA	N.C.	987	986	99,86%	80
	2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	A	Servidor Beneficiado	Unidade	MAPA	CGAP/CGTI	N.C.	5.082	4.764	93,75%	80
	2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	A	Servidor Beneficiado	Unidade	MAPA	CGAP/CGTI	N.C.	11.732	11.588	98,77%	80
	20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados	A	Servidor beneficiado	Unidade	MAPA	CGAP/SPOA	CUM.	6.183	-	0,00%	24
	4716	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas	A	Superintendência mantida	Unidade	MAPA	CGAP/SPOA	N.C.	27	25	94,14%	80
1409 Desenvolvimento da Agroenergia	2B18	Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Produção Agroenergética	A	Tecnologia difundida	Unidade	MAPA	SPAE	CUM.	8	4	50,00%	72
	4770	Inspeção e Certificação das Unidades Produtoras de Açúcar e Alcool	A	Estabelecimento certificado	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	7	-	0,00%	24
	8538	Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas	A	Agente beneficiário	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	11	10	90,91%	80
	8542	Estudo das Potencialidades das Matérias-Primas Agroenergéticas	A	Estudo Realizado	Unidade	MAPA	SPAE	CUM.	3	1	33,33%	48
	8626	Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia	A	Acordo implementado	Unidade	MAPA	SPAE	CUM.	1	-	0,00%	24
1437 Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional	4840	Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comercio Exterior	A	Agente capacitado	Unidade	MAPA	SRI	CUM.	9	3	33,33%	48
	8533	Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio	A	Missão apoiada	Unidade	MAPA	SRI	CUM.	67	67	10,00%	80
	8548	Promoção do Agronegócio no Exterior	A	Evento realizado	Unidade	MAPA	SRI	CUM.	18	17	94,44%	80
1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	4720	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	A	Unidade controlada	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	21.931	19.921	90,83%	80
1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - continuação -	8560	Fomento à Inovação no Agronegócio	A	Projeto apoiado	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	5	2	40,00%	60
	8591	AgrícolasApoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas	A	Pessoas beneficiada	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	980	1.473	150,31%	80
	8592	Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar	A	Fiscalização realizada	Unidade	MAPA	SDA	CUM.	502	581	115,74%	80
	8593	Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas	A	Pessoas beneficiada	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	2.610	2.860	109,58%	80
	8598	Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias	A	Entidade atendida	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	2.200	405	18,41%	24
	8622	Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo	A	Entidade assistida	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	215	378	175,81%	80
6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	2135	Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER	A	Produtor atendido	Unidade	MAPA	SDC	N.C.	80	80	100,00%	80
	2B17	Fiscalização de Contratos e Repasse	A	Contrato de fiscalização	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	197	127	64,47%	80
	4756	Promoção e Participação em Exposições e Feiras Agropecuárias	A	Evento realizado	Unidade	MAPA	GM	CUM.	12	9	75,00%	80
	5914	Energização Rural	P	Linha de distribuição instalada	km	MAPA	SDC	CUM.	30	-	0,00%	24
6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - continuação -	7H17	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário	P	Projeto apoiado	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	193.095	2.841	1,47%	24
	8611	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	A	Produtor atendido	Unidade	MAPA	SDC	CUM.	219.021	40	0,02%	24

Quantidade total de pontos do Índice de Desempenho Institucional Intermediário - IDII ----→	**4496**
Índice de Desempenho Institucional Médio Global - IDIMG ----→	**68**
Resultado em Pontos do IDIMG ----→	**80**

Legenda de coluna:
Tipo: A = Atividade P = Projeto
Tipo da Meta: CUM - Cumulativa N.C. - Não Cumulativa

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.028, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º, incisos I, XX e XXI, do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, na Portaria nº 1.031, de 22 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 21000.008138/2010-15 e apensos, resolve:

Art. 1º Fixar meta global de desempenho institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para o 2º ciclo de avaliação, período de 1º de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011, de acordo com o desempenho do nível médio global, de esforço equivalente a sessenta e cinco pontos, na realização das ações do Plano Plurianual - PPA 2008/2011, no período de outubro de 2010 a setembro de 2011, observando a sistemática desenvolvida em Anexo da Nota Técnica nº 340/2011/ DCEF/CGAP/SPOA/SE/MAPA e os Planos de Trabalho realizados no Sistema Integrado de Planejamento - SIPLAN.

Art. 2º O resultado da avaliação no alcance da meta de desempenho institucional servirá para o cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários - GDFFA e Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE.

Art. 3º Definir as unidades administrativas como Unidades de Avaliação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo:

I - Gabinete do Ministro - GM;

II - Assessoria de Gestão Estratégica - AGE;

III - Consultoria Jurídica - CONJUR;

IV - Ouvidoria;

V - Secretaria-Executiva - SE;

VI - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA;

VII - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA;

VIII - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC;

IX - Secretaria de Política Agrícola - SPA;

X - Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE;

XI - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI;

XII - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC;

XIII - Instituto Nacional de Meteorologia - INMET;

XIV - Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFAs; e

XV - Laboratórios Nacionais Agropecuários - Lanagros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 5 de dezembro de 2011

Processo Administrativo Conab nº 21200.002015/2010-14.

Com base na Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011, que altera os arts. 131 e 132 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e no Voto CONAB/DIPAI nº 018/2011 de 30 de novembro de 2011, aprovo o Regulamento Operacional do Programa de Subvenção aos Produtores de cana-de-açúcar na região Nordeste, exclusivamente para a safra 2009/2010.

MENDES RIBEIRO FILHO

ANEXO

REGULAMENTO PARA SUBVENÇÃO AOS PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO NORDESTE NA SAFRA 2009/2010 N° 01/2011

1.DO OBJETIVO

Estabelecer, extraordinariamente para a safra 2009/2010, as condições para o pagamento da subvenção econômica diretamente aos produtores de cana-de-açúcar cultivada na região Nordeste, conforme o disposto nos artigos 131 e 132, da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, alterada pelo artigo 8° da Lei nº 12.490 de 16 de setembro de 2011, onde foi incluída a participação dos produtores de cana-de-açúcar que venderam sua produção às destilarias, e Portaria Interministerial MAPA/MF n° 966, de 21 de novembro de 2011.

2.DOS BENEFICIÁRIOS

2.1) Produtores rurais independentes de cana-de-açúcar, pessoas físicas ou jurídicas, e as cooperativas de produtores rurais de cana-de-açúcar nos casos de comercialização da produção de seus cooperados ativos, cujo produto, safra 2009/2010, tenha sido cultivado e processado em usinas e destilarias na região Nordeste.

2.2.) As usinas e destilarias devem ter como atividade principal ou secundária à produção, em conjunto ou separadamente, de açúcar, etanol e/ou aguardente de cana.

2.3) As produtoras de açúcar, etanol ou ambos, deverão possuir regular cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/MAPA, devendo ser feita a juntada aos autos preliminarmente à liberação dos recursos financeiros

2.2) São beneficiários os produtores que efetivarem a venda da cana-de-açúcar no período de 01/08/2009 a 31/07/2010, mediante comprovação por meio das notas fiscais emitidas nesse mesmo período.

3.DAS RESTRIÇÕES

O público alvo da subvenção é constituído de produtores rurais independentes de cana-de-açúcar, portanto:

3.1) Não poderá se beneficiar desta operação o produtor que vender sua produção para indústria em que faça parte como proprietário, sócio ou acionista. Esta restrição não se aplica às cooperativas de produção desde que o produto objeto da subvenção seja originário da produção própria de seus cooperados ativos e esteja dentro do limite fixado no item 10 deste regulamento.

3.2) Não será beneficiada por esta subvenção, a produção própria de cana-de-açúcar das usinas, destilarias e das cooperativas de produção ou aquelas produzidas por associações ou entidades de classe.

3.3) As regulamentadas entidades de classe estaduais dos fornecedores de cana-de-açúcar da região Nordeste, se responsabilizam junto a Conab, pelas informações atestadas no anexo I e II e pela não inclusão dos quantitativos de cana-de-açúcar provenientes da produção de acionistas das unidades industriais de cada Estado, bem como de produção desviadas oriundas de fornecedores acima de 10.000 toneladas de cana-de-açúcar. Caberá ainda às entidades de classe, informar a Conab, caso tal prática esteja sendo adotada.

4..DO CADASTRAMENTO E CREDENCIAMENTO.

Os beneficiários, diretamente à Conab ou por meio das respectivas cooperativas ou entidades de classe, deverão apresentar as seguintes declarações:

4.1) Para os produtores rurais independentes, pessoas física ou jurídica: por meio do preenchimento do Anexo I, informar os dados abaixo e declarar que o produto objeto da subvenção é de sua produção própria:

a)Nome completo;

b)CPF (pessoa física), juntamente com o comprovante de regularidade junto a Receita Federal;

c)CNPJ (pessoa jurídica) juntamente com cópia do cadastro da atividade registrado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

d)Endereço residencial para correspondência (pessoa física);

e)Endereço comercial para correspondência (pessoa jurídica); e

f)Conta corrente e agência bancária para efeito de depósito da subvenção ou solicitação de remessa de ordem de pagamento para agência do Banco do Brasil nos casos em que o produtor não possua conta bancária.

4.2) Para as Cooperativas de produtores rurais: preencher o Anexo II, informar os dados de sua qualificação e os dados dos produtores que estão pleiteando receber a subvenção econômica, bem como se responsabilizar pela correção das informações prestadas:

a)Nome completo da cooperativa;

b)CNPJ juntamente com cópia do cadastro da atividade registrado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

c)Endereço comercial para correspondência;

d)Nome completo dos associados ativos que forneceram cana-de-açúcar no período;

e)CPF do produtor cooperado (pessoa física) juntamente com o comprovante de regularidade junto a Receita Federal;

f)CNPJ (pessoa jurídica) juntamente com cópia do cadastro da atividade registrado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; e

g)Conta corrente e agência bancária da cooperativa para efeito de depósito da subvenção.

4.3) Será exigido que o produtor rural enquanto pessoa física, no ato da entrega da documentação, esteja em situação regular junto à Receita Federal e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

4.4) Será exigido que o produtor rural enquanto pessoa jurídica, no ato da entrega da documentação, estar em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e adimplente junto ao Cadin.

4.4.1)Na impossibilidade de atualização do SICAF, deverá apresentar as Certidões de Regularidade Fiscal perante o FGTS, INSS e Receita Federal/Procuradoria da Fazenda Nacional atualizadas.

5.DO VALOR DA SUBVENÇÃO

5.1)A subvenção será no valor fixo de R$ 5,00 (cinco reais) por tonelada de cana-de-açúcar, e será paga observados os limites do subitem 10.1.

5.2)As notas fiscais que forem emitidas pelas indústrias em KG de ATR deverão ser convertidas para o ATR padrão para a obtenção da quantidade de cana-de-açúcar entregue e deverão ser encaminhadas à Superintendência Regional da Conab acompanhada de uma declaração da indústria ou destilaria informando o quantitativo de cana entregue em toneladas e a descrição da metodologia usada no cálculo.

5.3)A subvenção será por tonelada de cana-de-açúcar da safra 2009/2010 efetivamente entregue pelos beneficiários às usinas e destilarias da região Nordeste, no período entre 01/08/2009 a 31/07/2010, mediante comprovação de notas fiscais emitidas nesse mesmo período.

5.4)O valor total a ser pago a cada produtor corresponderá à multiplicação do valor unitário da subvenção, pela quantidade de cana-de-açúcar efetivamente entregue no período compreendido entre 01/08/2009 e 31/07/2010, respeitado o disposto no subitem 10.1.

6.DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

6.1) Os beneficiários somente farão jus à subvenção caso entreguem à Conab, até a data prevista no item 7, os seguintes documentos:

6.1.1) Enquanto produtor rural independente:

a) 2ª Via da Nota Fiscal de Venda emitida pelo produtor ou a 2° Via da Nota Fiscal de Entrada do produto emitida pela indústria ou destilaria no período de 01/08/2009 a 31/07/2010.

b) Na impossibilidade da apresentação do original, a Conab aceitará cópias legíveis e autenticadas. Nos seguimentos em unidades da federação onde é obrigatória a emissão de nota fiscal eletrônica, deverá ser apresentado o DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

c) Caso a nota fiscal de entrada do produto emitida pela indústria ou destilaria seja feita por grupo de produtores, a emitente deverá elaborar lista discriminando: nome, CPF e quantidade de cana entregue por produtor. Neste caso, deverá estar claro na Nota Fiscal que aquele documento é para um grupo de fornecedores. Não serão aceitos pedidos relativos a contratos de arrendamento nos casos em que a Nota Fiscal esteja no nome de apenas um fornecedor, mesmo que a cana-de-açúcar pertença a vários produtores. Nestes casos, o pagamento será efetuado apenas ao titular da nota fiscal dentro do limite individual do titular daquele documento conforme previsto no subitem 10.1.

b)Declaração de Produção Própria do produtor rural conforme Anexo I;

6.1.2)tQuando Cooperativa de produtores rurais:

a) 2ª Via da Nota Fiscal de Venda de cana-de-açúcar emitida pelo cooperado ou a 2° Via da Nota Fiscal de Entrada do produto emitida pela cooperativa de produtores ou DANFE.

b) 2ª Via da Nota Fiscal de Venda de cana-de-açúcar emitida pela cooperativa de produtores ou DANFE.

c) Declaração de Produção dos Cooperados, discriminando a quantidade entregue por cada um dos produtores, conforme Anexo II.

6.2) Todos os documentos deverão ser entregues pelos beneficiários ou entidade de classe mediante protocolo na Superintendência Regional da Conab no Estado onde se localiza a indústria ou destilaria processadora da cana-de-açúcar.

6.3) Aqueles fornecedores com produção a partir de 3,0 (três) mil toneladas que moeram pela primeira vez na safra 2009/2010, para que possam ser contemplados com a subvenção, terão que apresentar à Conab, diretamente ou por meio das respectivas cooperativas ou entidade de classe, documentação que comprove a sua titularidade referente(s) ao(s) fundo(s) agrícola(s). A documentação deverá ter registro em cartório com data anterior ao início da safra 2009/2010.

7.DAS DATAS DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

A documentação deverá ser entregue à Conab até 25/11/2011 nas respectivas Superintendências Regionais.

8.DA CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO

8.1) Os documentos apresentados pelos beneficiários e pelas indústrias ou destilaria, na forma do item 4, serão analisados pela Superintendência Regional da Conab no Estado onde se localizar a indústria ou destilaria processadora.

8.2) Caso sejam constatadas incorreções ou inconsistências nas informações apresentadas, serão adotadas de imediato as seguintes providências:

a)suspensão do pagamento do valor correspondente à sua produção de cana-de-açúcar informada; e

b)notificação ao Fornecedor/Cooperativa/Unidade Industrial/Destilaria e abertura de prazo para apresentação de justificativa ou esclarecimentos adicionais.

8.3) Ao receber a documentação a CONAB deverá conferir e estando em desacordo com a legislação vigente, será devolvida ao interessado, para que seja complementada e/ou corrigida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8.4) Nas hipóteses da não comprovação das informações ou de os esclarecimentos adicionais não elucidarem as dúvidas apontadas, o pagamento da subvenção para o produtor será cancelado, sem prejuízo de medidas legais que a Conab eventualmente venha a mover contra o infrator.

8.5) Os recursos decorrentes da aplicação deste Regulamento somente serão liberados após a conferência da documentação pela área técnica administrativa competente da Conab.

9.DA FISCALIZAÇÃO

9.1) A Conab deverá fiscalizar, a qualquer tempo, diretamente ou por intermédio de preposto, toda e qualquer fase ou aspecto da operação envolvendo o produtor, cooperativa, entidade de classe, indústria e destilarias.

9.1.1)No caso da fiscalização ser realizada por preposto da Conab, os agentes do quadro próprio de empregados da Companhia deverão assinar em conjunto com o preposto.

9.2) Os beneficiários do Programa deverão conservar em boa ordem, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos os documentos referentes à operacionalização do programa.

9.3) Havendo constatação de falsidade de quaisquer das informações previstas neste Regulamento fornecidas pelos participantes do programa referentes à produção ou às informações cadastrais, será promovida a imediata representação ao Ministério Público e à Polícia Federal com vistas à apuração da responsabilidade penal, além das demais implicações legais, civis e administrativas.

10.DO CRITÉRIO DE PAGAMENTO

10.1) A subvenção paga a cada produtor será limitada a:

a)dez mil toneladas de cana-de-açúcar por produtor (CPF ou CNPJ) efetivamente vendida às usinas e destilarias da região Nordeste em toda a safra 2009/2010, no período de 01/08/2009 a 31/07/2010, mediante comprovação de notas fiscais emitidas nesse mesmo período. No caso de cooperativas de produtores rurais, esse limite aplica-se a cada um de seus cooperados ativos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b)R$ 5,00 (cinco reais) por tonelada de cana-de-açúcar, nos termos da alínea anterior.

10.2) O pagamento da subvenção será efetuado diretamente aos beneficiários, pessoa física ou jurídica, por meio de depósito em conta bancária do favorecido. O beneficiário deverá ser o 1° titular da conta corrente. Para os produtores individuais, pessoa física, que não tiverem conta corrente em bancos, admitir-se-á a possibilidade de envio de ordem bancária em nome do respectivo produtor.

10.3) A Conab terá até o dia 27/12/2011 para efetuar o pagamento por ordem cronológica do protocolo de entrada da documentação comprobatória na Conab.

10.4)A Conab, desde que cumpridas as exigências previstas neste regulamento, poderá priorizar o pagamento dos produtores que trabalham nos municípios atingidos por calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal.

11.DAS PENALIDADES.

11.1) Ficam sujeitas às penalidades previstas neste Regulamento, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, os participantes que não observarem às determinações constantes da legislação em vigor e demais normas dela decorrentes, podendo ser aplicada as seguintes sanções:

11.1.1)Suspensão: é o ato em que a Conab suspenderá temporariamente o infrator, com o conseqüente impedimento do pagamento da subvenção, até que haja a apuração e/ou regularização do fato gerador.

11.1.2)Exclusão: é o ato em que a Conab exclui definitivamente o beneficiário do Programa, nos casos de apresentação de documentação ou declaração ilícita ou fraudulenta.

11.2) A Conab comunicará formalmente ao interessado por via postal com aviso de recebimento, telegrama, ciência nos autos do respectivo processo administrativo ou qualquer outro meio que assegure a certeza da sua ciência acerca da suspensão ou a sua exclusão do programa, bem como a motivação para a aplicação da penalidade, ofertando-lhe prazo para manifestação.

11.2.1)No caso da aplicação de alguma das penalidades ora descritas, o rito do procedimento administrativo a ser observado será aquele disposto na Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal), inclusive quanto aos prazos recursais.

11.2.2)No caso do registro de quaisquer dívidas dos beneficiários decorrentes desta operação, o rito procedimental a ser observado será aquele disposto na Lei nº 10.522/02 (Lei do Cadin).

11.3) No caso de exclusão do programa, além das penalidades constantes deste regulamento, a Conab adotará as ações administrativas e judiciais cabíveis, bem como notificará o Ministério Público Federal.

12.DISPOSIÇÕES GERAIS.

12.1. A participação neste Programa implicará concordância aos termos da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, alterada pelo artigo 8° da Lei nº 12.490 de 16 de setembro de 2011, Portarias Interministeriais -MAPA/MF nº 591, de 12 de agosto de 2010, e n° 966 de 21 de novembro de 2011, e demais legislações vigentes e deste Regulamento, não podendo o participante alegar, posteriormente, desinformação sua ou de seus representantes.

12.2. O foro competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Programa é o da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, em Brasília.

12.3. Os casos omissos serão dirimidos pela Conab.

12.4.Este Regulamento entrará em vigor após a data de sua publicação.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

ANEXO I

DECLARAÇÃO DO PRODUTOR RURAL - Região Nordeste
Nome do Produtor: _____
CPF (pessoa física): _____
CNPJ (pessoa jurídica): _____
Endereço para correspondência: _____
_____Telefone:_____
Dados bancários:
Banco: _____
Agência: _____
Conta Corente: _____
( ) Solicito o envio de ordem de pagamento:
Eu (nome)_____,CPF _____ ou CNPJ nº _____ declaro que o produto do objeto da operação de cana-de-açúcar pertence à minha produção, perfazendo um total de _____ hectares de área plantada, com produção de _____ toneladas, localizado no município de _____ - UF _____ Fundo Agrícola _____
Pela presente declaração, pleiteio o pagamento de subvenção para as quantidades entregues abaixo especificadas:

Mês	Quantidade (ton)	Mês	Quantidade (ton)
Agosto de 2009		Março de 2010	
Setembro de 2009		Abril de 2010	
Outubro de 2009		Maio de 2010	
Novembro de 2009		Junho de 2010	
Dezembro de 2009		Julho de 2010	
Janeiro de 2010		Total entregue	

Por ser verdade, firmo a presente declaração

(Assinatura do produtor ou digital de identificação)

Por ser verdade, firmo a presente declaração

(Atestado por entidade local de produtores ou fornecedores de cana-de-açucar ou EMATER ou outro Orgão Público de Extensão Rural)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

ANEXO II - Região Nordeste

DECLARAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS - COOPERATIVA

Nome da Cooperativa: _____
CNPJ Nº: _____
Endereço para correspondência: _____
_____Telefone:_____
Dados bancários:
Banco: _____
Agência: _____
Conta Corente: _____
A Cooperativa _____ CNPJ _____, declara que o produto do objeto da operação de cana-de-açúcar pertence à produção própria dos meus cooperados ativos, perfazendo um total de _____ hectares de área plantada, correspondente a _____toneladas de cana-de-açúcar, conforme relação abaixo:

NOME DOS PRODUTORES	CPF	ÁREA PLANTADA (há)	PRODUÇÃO (t)	QUANTIDADE (t) (*)	DADOS BANCÁRIOS	ENDEREÇO/MUNICÍPIO UF (**)

(*) quantidade referente à participação de cada produtor no total fornecido por sua cooperativa
(**) endereço completo da área de produção.
Por meio da presente declaração, esta Cooperativa pleiteia o pagamento de subvenção econômica para as quantidades de cana-de-açúcar entregues no período abaixo discriminado, comprometendo-se a fazer a transferência imediata dos valores aos respectivos produtores beneficiados:

Mês	Quantidade (ton)	Mês	Quantidade (ton)
Agosto de 2009		Março de 2010	
Setembro de 2009		Abril de 2010	
Outubro de 2009		Maio de 2010	
Novembro de 2009		Junho de 2010	
Dezembro de 2009		Julho de 2010	
Janeiro de 2010		Total entregue	

Por ser verdade, firmo a presente declaração

(Assinatura do produtor ou digital de identificação)

Por ser verdade, firmo a presente declaração

(Atestado por entidade local de produtores ou fornecedores de cana-de-açucar ou EMATER ou outro Orgão Público de Extensão Rural)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere os arts. 10 e 42, do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 30691 de março de 1952, e suas alterações, na Lei nº 7889, de 23 de novembro de 1989, e o que consta no processo nº.21000.013995/2011-18, resolve:

Art.1° Alterar o subitem 4.1.2 do Anexo V da Instrução Normativa nº 22 de 31 de julho de 2000 - Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Salame, que passa a vigorar a seguinte redação :

"Anexo V

.....

4.1 Composição

.....

4.1.2 Ingredientes opcionais

Carne Bovina

Leite em pó

Açúcares

Maltodextrinas

Proteína animal (Proteínas lácteas, colágeno e outras)

Aditivos intencionais

Vinho

Condimentos, aromas e especiarias

Substâncias glaceantes (revestimento externo)

Nota: Para a proteína animal de colágeno nas suas diversas formas, permite-se o teor máximo de 1,5% (um vírgula cinco por cento)" (NR).

Art. 2° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere os arts. 10 e 42, do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 30691 de março de 1952, e suas alterações, na Lei nº 7889, de 23 de novembro de 1989, e o que consta no processo nº.21000.013990.2011-87, resolve:

Art. 1° Alterar o subitem 4.1.2 do Anexo III da Instrução Normativa nº 4 de 31 de março de 2000 Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Linguiça, que passa a vigorar com a seguinte redação :

"Anexo III

.....

4.1 Composição

.....

4.1.2 Ingredientes opcionais

.....

Nota: Permite-se a adição de proteínas de origem vegetal (não cárneas), no teor máximo de 2,5% como proteína agregada. Para Linguiça Toscana permite-se a adição de colágeno nas suas diversas formas como proteína animal no teor máximo de 1,5% (um vírgula cinco por cento). Não é permitida a adição de proteína não cárnea em linguiças calabresa, portuguesa, Blumenau e colonial." (NR)

Art. 2° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 216, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 10, Seção II, Capítulo III, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 05 de março de 2010, e tendo em vista o disposto no Capítulo XII, artigo 69 da Instrução Normativa Ministerial Nº 17/2006 e o que consta do Processo MAPA, 21028.000531/2011-25, resolve:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº 183 publicada no D.O.U 206 de 26 de outubro de 2011 que determinou a suspensão pelo tempo requerido para a solução do problema à entidade Certificadora Rastriboi - Assessoria e Certificação de Origem Animal LTDA, CNPJ - 07.116.227/0001-46, estabelecida à Rua Dr. Luiz Américo de Freitas nº 37, sala 12, Vila Ercilia - São José do Rio Preto/SP - CEP 15013-110, em razão da correção das não conformidades encontradas no processo 21028.000531/2011-25.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 217, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O Secretário Substituto de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 10, Seção II, Capítulo III, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 05 de março de 2010, e tendo em vista o disposto no Capítulo XII, artigo 69 da Instrução Normativa Ministerial Nº 17/2006 e o que consta do Processo MAPA, 21020.001964/2011-78, resolve:

Art. 1º Suspender a entidade certificadora TRACER - Certificação de Origem Animal LTDA, CNPJ 04.994.346/0001-03, estabelecida à Avenida Doutor Jaime Ribeiro Da Luz, nº 971, Sala 31, Uberlândia-MG, CEP 38408-188, pelo tempo requerido para a solução do problema em razão das não conformidades encontradas no processo 21020.001964/2011-78.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 218, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2° do Decreto n° 6.348, que altera o art. 2° do Decreto 5.741, de 30 de março de 2006, alterado pelo Decreto 7.216, de 17 de junho de 2010, e tendo em vista o art. 27 da Instrução Normativa n° 36, de 20 de julho de 2011, e o que consta no Processo nº 21042.007568/2008-09, resolve:

Art. 1º Reconhecer a equivalência do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Município de São Pedro do Butiá, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, executado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Expansão Econômica do Município de São Pedro do Butiá, para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Art. 2° Determinar ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA a inserção, no cadastro geral, do nome do município mencionado no art. 1° desta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria 200, de 18 de novembro de 2011, publicada no DOU em 22 de novembro de 2011, Seção 1, página 9, onde se lê: Suspender a entidade certificadora Instituto Genesis, CNPJ 04398.064/0001-43, estabelecida à Av. Tiradentes n 501, Torre 2 - 16° andar, Londrina/PR - CEP 86020-330 pelo tempo requerido para a solução do problema em razão das não conformidades encontradas no processo 21052.020865/2010-37, leia-se: Cessar os efeitos da portaria n° 148, de 29 de agosto de 2011, que determinou a suspensão pelo tempo requerido para a solução do problema a entidade Instituto Genesis, CNPJ 04398.064/0001-43, estabelecida à Av. Tiradentes n 501, Torre 2 - 16° andar, Londrina/PR - CEP 86020-330 em razão da correção das não conformidades encontradas no processo 21052.020865/2010-37.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 142, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM RONDÔNIA, no uso que lhe confere o Art. 36, do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2010 c/c Portaria Ministerial nº 881, de 26 de outubro de 2011, em conjunto com o Decreto de 11 de novembro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 1859, de 22 de novembro de 2011, com o Inciso I do Art. 44 do Anexo I da Portaria 428 de 09 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21046001751/2008-52, resolve:

Art. 1º - Incluir a atividade de Tratamento Térmico (HT) no credenciamento da empresa ROMA MADEIRAS BENEFICIADAS LTDA-EPP, credenciada sob o nº BR RO 0387, localizada na Rodovia RO 010, Km-7,5, saída para Pimenta Bueno, Zona Rural, no município de Rolim de Moura/RO, para na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira, fica autorizada a executar o referido tratamento

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ VALTERLINS CALAÇA MARCELINO

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
COMITÊ DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Credenciamento da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Itajubá - INCIT, como unidade habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no §7º do art. 25 do Decreto Nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Secretário Executivo do Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, no uso de suas atribuições, torna público que o referido Comitê emitiu a seguinte Resolução:

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, em especial no seu art. 31, inciso I, e na Resolução CATI n° 018, de 10 de agosto de 2005, e considerando o que consta no Processo MCT nº 01200.004342/2010-95, de 28 de outubro 2010. resolve:

Art. 1º Credenciar a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Itajubá - INCIT, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº: 00.662.065/0001-00, como Incubadora de Empresas de Base Tecnológica em Tecnologias da Informação, para os fins previstos no §7º do art. 25 do Decreto Nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto mencionado no caput deste artigo, e na Resolução CATI n° 018, de 10 de agosto de 2005.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Credenciamento do Instituto de Pesquisas ELDORADO - Unidade Porto Alegre para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei Nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O Secretário Executivo do Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, no uso de suas atribuições, torna público que o referido Comitê emitiu a seguinte Resolução:

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCT n° 01200.000366/2011-56, de 16 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto de Pesquisas ELDORADO - Unidade Porto Alegre, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF Nº 02.437.460/0004-50, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei Nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei Nº 8.248, de 1991, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei Nº 8.248, de 1991, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União."

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Credenciamento do Sociedade Mineira de Software - FUMSOFT para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei Nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O Secretário Executivo do Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, no uso de suas atribuições, torna público que o referido Comitê emitiu a seguinte Resolução:

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCT n° 01200.000590/2011-48, de 16 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Credenciar a Sociedade Mineira de Software - FUMSOFT, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF Nº 42.772.319/0001-85, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei Nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei Nº 8.248, de 1991, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei Nº 8.248, de 1991, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União."

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Alteração de CNPJ da instituição Instituto Federal da Paraíba (IFP), credenciada para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos nos incisos I e II do § 1º do art. 11 da Lei Nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O Secretário Executivo do Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, em exercício, no uso de suas atribuições, torna público que o referido Comitê emitiu a seguinte Resolução:

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCT n° 01200.004710/2005-38, de 12 de setembro de 2005, resolve:

Art. 1º Alterar o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ do Instituto Federal da Paraíba (IFP) - cuja inscrição anterior Nº 24.489.510/0001-32 pertencente à antiga denominação "Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) - para o novo CNPJ Nº 10.783.898/0001-75, credenciada para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 11 da Lei Nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, por meio da Resolução CATI nº 008/2010.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União."

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 258, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº . 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº . 8.313, de 23/12/1991, Lei nº . 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº . 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº . 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993.

11-0453 - Ventos de Valls
Processo: 01580.039193/2011-39
Proponente: Anavilhana Filmes Ltda. ME
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 07.525.577/0001-66
Valor total do orçamento aprovado: R$ 191.192,60
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: R$ 181.632,97
Banco: 001- agência: 1629-2 conta corrente: 43.877-4
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 421, realizada em 22/11/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 416, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera o inciso V, § 3º , do art. 2º , da Portaria IPHAN nº 673/2009/IPHAN, publicada no DOU- seção 2º edição nº 200, em 20 de outubro de 2009, que trata da delegação de competências aos Dirigentes das Unidades do IPHAN.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO MACIONAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento na Lei nº . 8.029, de 12 de abril de 1990, na Lei nº . 8.113, de 12 de dezembro de 1990, no disposto no inciso V, do art. 21, do Anexo I, do Decreto nº 6.844/09, e no do Decreto n° 7.446/2011, resolve:

Art. 1° O inciso V, § 3º , do art. 2º , da Portaria IPHAN nº 673/2009, que trata da delegação de competências aos Dirigentes das Unidades do IPHAN, passa a vigorar com a seguinte redação:

V - ratificar os atos de reconhecimento de inexigibilidade e dispensa de licitação de seus respectivos Chefes Divisões Administrativa ou Técnica, previstos, respectivamente, no art.25, caput, relativos à contratação dos serviços de fornecimento de água, tratamento de esgoto e telefonia fixa, e no art.24, incisos I, II, VIII e XXII, da Lei nº 8.666/93,; (...)"

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 137, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446, de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual "FESTIVAL MANUEL PADEIRO 2011", processo nº : 01400.007609/2011-21, Pronac nº : 11-2946, proponente: Gilnei Fernando Keiber (Gaia Cultura & Arte), CNPJ nº : 10.709.140/0001-97, que passa a ser "3º Festival Manuel Padeiro - Cinema e Animação".

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais, relacionados no anexo I a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos temos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

09 7803 - CONCURSO DE FOMENTO À PRODUÇÃO DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS
Associação das Rádios Públicas do Brasil
CNPJ/CPF: 07.049.728/0001-57
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/09/2011 a 31/12/2011
10 10471 - Festival da Lapa 2011
Instituto Histórico e Cultural da Lapa
CNPJ/CPF: 05.296.365/0001-29
PR - Curitiba
Período de captação: 01/12/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 138, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 8306 - PORTUGAL DESCOBRINDO O BRASIL
IAH - HEL DK PRODUCÕES LTDA
CNPJ/CPF: 00.368.835/0001-07
Processo: 01400.028100/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 370.200,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 60 minutos, encenado pelo humorista Diogo Portugal que vai apontar pontos turísticos, peculiaridades, questões pitorescas de algumas cidades brasileiras.

11 11457 - Desacordo
Z 7 Criatividade Objetiva - ME
CNPJ/CPF: 13.769.372/0001-29
Processo: 01400.036134/20-11
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 497.590,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Produção de um média metragem de 40 minutos, sobre as lembranças de um fazendeiro, que, após a morte da mulher, torna-se um verdadeiro morto-vivo.

11 10688 - Curta na Praça V
Nova Bossa Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 02.856.992/0001-89
Processo: 01400.035556/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 923.340,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Realização da 5ª edição, com mostra gratuita itinerante de filmes brasileiros por 8 municípios, de abril a junho de 2012.

11 10298 - DEPOIS DO PRAZER - FILME
COLLEVATTI - PRODUÇÕES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.720.376/0001-97
Processo: 01400.035227/20-11
SP - Suzano
Valor do Apoio R$: 274.005,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Produção de um média metragem de 50 minutos, sobre um jovem músico morador de Itaquera, que volta para a escola depois de 2 anos de ausência.

11 5309 - Sessão Criança 2011
CINEDUC - Cinema e Educação
CNPJ/CPF: 42.355.503/0001-20
Processo: 01400.021063/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 77.056,58
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Realização de exibição de filmes e vídeos voltados para o público infanto-juvenil, no CCBB do Rio de Janeiro, de 07/01 a 30/12/2012.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 711, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 5º da Portaria Ministerial nº 29, de 21 de maio de 2009, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 3º da referida portaria, bem como no item 6.5 do Edital de Intercâmbio nº 1/2011, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, resolve tornar público o resultado da fase de habilitação do período janeiro do referido edital:

Art. 1º - Relação dos requerimentos habilitados:

a)Requerimentos individuais

PROPOSTA	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO
57 750	11 13211	Anderson Pereira dos Santos	Trabalho Social Ritmo Explosivo e Festival Samba Carioca / Festival Samba Carioca
57 954	11 13202	Paulo Silva Vieira deAraujo	Trabalho Social Ritmo Explosivo e Festival Samba Carioca / Festival Samba Carioca
60 339	11 13189	Marco Augusto de Rezende	MITSOL - Mostra Iternacional de Titeriteiros Solistas
57 631	11 13322	Marcos Antonio da Costa	Projeto: Negras Faces em Fotos - exposição fotografica Negras Faces em Fotos em Vila Franca del Penedes - Barcelona Espanha de 20 de janeiro de 2012 a 10 de fevereiro de 2012 / 2ª encontro da associação Movimento Arte contra la Barbarie em Vila Nova I La Gertru - Barcelona - Espanha - dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2012
55 878	11 13339	Paula Scamparini Ferreira	Exposição Coletiva dos Residentes na 16ª Bienal de Cerveira
51 620	11 8970	Luciane Reis Hinds	Ane Hinds - IX Bienal Internacional de Arte de Roma
55 264	11 13216	Adriano da Silva Leal	Participação do Músico Adriano da Silva Leal, Fagotista, nascido em Vigia/Pará, no Festival de Música de Santa Catarina/FEMUSC-2012
57 768	11 13209	Virginia Maria Yunes	Realizar uma exposição fotográfica intitulada AFRICANIDADES e dar uma conferência no evento no XXVI Aniversário de Fundação, XVI Edição do Evento de Antropologia Social e Cultural Afromericana e V Encontro Oral Afropalavra realizado pela Casa de África de Havana (Cuba) de 4 a 9 de janeiro de 2011
58 444	11 13181	Wanessa Prado Mendes	Mostra de Arte Brasileira (La Mostra Arte Brasilis)
58 114	11 13180	Isis dos Reis Oliveira	Mapeamento dos festivais do cinema contemporâneo e capacitação artística/15ª Mostra de Cinema de Tiradentes
53 141	11 13477	Álvaro Filipe Dantas Matias	Residência Artística, Montagem e Investigação Coreográfica na Companhia Ângelo Madureira e Ana Catarina Vieira
60 386	11 13483	Daniel Scherer de Escobar	DANIEL ESCOBAR - obras recentes Mostra individual na RH Gallery em New York, USA
60 483	11 13474	Fabio Ciglioni Martins Costa	Auxílio: Direção Musical - Festival de Música - Chile/Camping Musical (Festival de Música de Verão)
57 603	11 13197	Silvia Helena Contar Trindade	Senhora das Águas - um estudo do dois de fevereiro/Festa de Iemanjá no Rio Vermelho
58 562	11 13148	Ricardo Caponogara de Mello	Prática de execução e produção de adaptações de obras de música erudita / Residência Artística na Universidade do Arizona (University of Arizona, Estados Unidos)
60 429	11 13473	Ricardo Caponogara de Mello	Prática de execução e produção de adaptações para violão de obras orquestrais de música erudita / Residência Artística na Universidade do Arizona (University of Arizona, Estados Unidos)
60 459	11 13475	Neiva Furlin	X Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnologia y Genero - Exposição - Tecnologias de Gênero e Docência - estratégias de resistência e construção da subjetividade feminina no ensino superior de teologia
60 387	11 13479	Lígia Wilhelms Eras	Comunicação de Pesquisa - Palestra no IX Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero que se realizará em Servilha, na Espanha, nos dias 31/01/2012 a 04/2/2012 - IX Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero
57 754	11 13327	Aspásia Mariana Santos Melo	Entre a técnica e a tecnologia - Formação e intercâmbio de Artista na école média art - FR - no ateliê de corporeidades, interação e cinema novo
56 644	11 13331	Pedro Henrique dos Santos Risse	Realização de formação no Curso Propriedade e Procedência, dirigido pelo Professor Charles Watson/RJ, com duração de 5 semanas
56 457	11 13332	Paula de Oliveira e Sousa	Arsenale della Danza
54 717	11 13338	Rodrigo Alves Reinoso	Formação e capacitação técnica na área de caracterização e confecção de próteses para teatro e cinema - Neill Gorton - Make-Up Fx & Prosthetics Creation
60 723	11 13418	Nathalia Rodrigues Silva do Nascimento	Preparatório Para Seletiva Tremplim Jeunes Danseurs - Ballet de Monte Carlo, Mônaco Dança Forum e a Academia de Dança Princesse Grace
57 925	11 13210	Gustavo Henrique Gris	Estágio de Especialização em Dança de Praga / Programa de Treino Especializado em Dança
58 062	11 13207	Gabriel de Negreiros Ketzer	Encontro do Núcleo de Dança Pessoal / Núcleo de Treinamento Dança Pessoal
58 064	11 13199	Angelo Rafael da Luz	Guest Student Städelschule Frankfurt / Filmclass de Douglas Gordon/Guest Student Program 2012/ Städelschule Frankfurt Am Main
56 975	11 13196	Eliseu da Silva Rodrigues	Curso de especialização e aperfeiçoamento na execução do instrumento musical clarinete, na Universidade da Georgia/EUA/Curso de especialização e aperfeiçoamento na execução do instrumento musical clarinete, na Universidade da Georgia/EUA - Hodgson School of Music
58 228	11 13152	Cassia Fernanda Beserra de Almeida	Estágio na Companhia de Ballet Classico - Bohemia Ballet - República Tcheca
60 384	11 13151	Paula Vitoria do Vale Bezerra	A cultura baiana e brasileira intervindo na cultura argentina/Escuela internacional de percusión y danza siete octavos(7/8)
60 645	11 13150	Umberto Cerasoli Jr	Proposta de Residência Artística junto ao grupo de teatro Varasanta (Bogotá/Colômbia) / Residência Artística junto ao grupo de teatro Varasanta
57 047	11 13192	Fabiano Rodrigo Lodi da Silva	Treinamentos de Inverno: Intensivo e Avançado - SITI Company 2012
59 890	11 13185	Bruno Penteado Cyrino Teixeira da Silva	Residência Artística em Videoarte Traffic Jam #2, Artist in Residence - AIR Taipei, Taiwan
58 785	11 13182	Lunalva de Oliveira Mendes Silva	A representação de heróis negros nos meios de comunicação: Um estudo comparativo sobre a imagem construída sobre grandes personagens da cultura negra no Brasil, nos Estados Unidos e na África do Sul e o fortalecimento da memória destes ícones no século XXI./Abordagem interdisciplinares de estudos afro-americanos.
57 942	11 13179	Srilis Leonel Mourao	Esculpindo Acordes em Veios de Pinus / Curso Profissionalizante em fabricação de instrumentos de arco (violino, viola, violoncelo)
50 700	11 13177	Kleiton de Araújo Santos	Residência Artística no curso de Capacitação na Universidade de Évora - Portugal. Apresentação do Recital e Oficina de Música de Câmara Brasileira - Tema: O compositor paraibano José Siqueira / PROGRAMA DE INTERCAMBIO INTERNACIONAL - PIANI 2001-2012 - abrigo no Convénio de Cooperação Académico - Cientifica - ÉVORA
56 275	11 13201	Daniela Perucci da Silva Alves Pereira	De encontro ao Topeng - o jogo da máscara numa tradição viva / "The Arts and Culture Class Experience" e aulas individuais de Topeng com I Madi Djimat
55 156	11 13215	Márcia Andréia Viet	Curso de Danças Folclóricas Germanicas / Curso de Danças Folclóricas - categorias Adulto e Infantil
60 622	11 13500	Daniel Silva Brasil	Curso Superior de Dança em Palucca Hochschule Fur Tanz Dresden
59 271	11 13501	Luana Maftoum Proença	Curso One Week with Keith in the Winter
60 559	11 13469	Paulo Roberto de Souza	Cerâmica Pataxó na Aldeia da Jaqueira - artesanato alternativo a madeira da Mata Atlântica

a)Requerimentos de grupos

PROPOSTA	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO
56 532	11 13470	Plinio da Silva - Grupo Terra Sonora	Apresentação na 44 Semanas Musicales de Frutillar - 44 "Semanas Musicales" de Frutillar
60 348	11 13435	Mariana Perfeito Baltar da Rocha	Show da cantora Mariana Baltar na Conferência da APAP (Association of Performing Arts Presenters - Associção de Promotores de Apresentações Artísticas) em Nova York/ Janeiro de 2012 - APAP - NYC - Global Performing Arts Marketplace and Conference
58 569	11 13188	Água de Moringa - Josimar M. Gomes Carneiro	Show do Grupo Água de Moringa na Conferência da APAP (Association of Performing Arts Presenters - Associação de Promotores de Apresentações Artísticas) em Nova Iorque / Janeiro de 2012./Global Performing Arts Marketplace and Conference
60 484	11 13464	Lúcia Helena Corrêa da Fonseca	Participação MITSOL - MITSOL Mostra Internacional de Titeriteiros Solistas
58 124	11 13329	Cia Coisas Nossas de Teatro - Paulo Cristiano Evangelista	Noel Rosa em Portugal - Cia Kind of Black Box em parceria com o Teatro do Bairro
58 039	11 13195	Paulo Cristiano Evangelista	Noel Rosa em Portugal/Noel Rosa, O Poeta da Vila e Seus Amores
60 351	11 13324	José Helder de Machado e Bustamante - Moda de Rock - Zé Helder	Moda de Rock - Show NAMM (National Association of Music Merchants) - Associação Nacional de Comerciantes de Música
59 664	11 13328	Ricardo Amaury de Medeiros - Cristina Braga Quarteto	Turnê Alemanha 2012 - Cristina Braga Quarteto - Festival Women in Jazz
57 945	11 13330	Quarteto Carioca/Instituto Casa do Choro - Pedro de Moura Aragão	Concertos de Choro na Dinamarca e Suécia - intercâmbio cultural entre o grupo Quarteto Carioca (Brasil) e Tresafinado (Dinamarca)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

58 000	11 13333	Grupo de Percussão Feminino Batalá representado pela Associação Batalá de Percussão - Paulo Lindemberg Garcia da Silva	Orishalá: Ritmos do Batalá no Cortejo do Bonfim - Lavagem das Escadarias da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim 2012
57 663	11 13334	Sarau ELO EM BRASA (Coletivo Cultural Poesia na Brasa + Coletivo Literário Sarau Elo da Corrente) - Raquel Almeida da Silva	Sarau Elo em Brasa na Festa do Senhor do Bom Fim (Padroeiro de Chorrochó-BA)
50 886	11 13335	Quinteto Popular Brasil - Isabella Magalhães Rovo Dias	Quinteto Popular Brasil no Chile - Pantheatre
51 870	11 13337	Jefferson Gonçalves e Banda - Juliana Vieira de Souza	Encruzilhada Cultural
60 143	11 13419	Matheus Torreão Farias - A Caravana do Delírio	Turnê A Caravana do Delírio - Turnê São Paulo Circuito Fora do Eixo
56 908	11 13214	Frederico Ivan Martins - Entre Mundos	Show de Violoncelo solo - Entre Mundos, a ser realizado em janeiro de 2012 no Centro Internacional de Cultura da Universidade Estadual de Louisiana, EUA/Concerto de Música Brasileira - Violoncelo Solo.
57 937	11 13212	Uirá Cordeiro Pereira - Banda Brasil Roots	Brasil Roots - A Cultura Brasileira do outro lado do Planeta/Rice & Beans Food and Music Festival
57 081	11 13208	Milton Custódio Simões - Grupo AfroBanda-Percussão e Movimento / Centro de Capacitação Comunitário de Cubatão, SP/Sueli Aparecida Andrade Alves	Participação do grupo AfroBanda no Festival Nacional de Folklore 2012 de Cosquin/Cordoba-Argentina/52ª Festival Nacional de Folclore 2012
57 907	11 13198	José Everaldo Souza de Oliveira - Grupo Folclórico Calhandra	Intercâmbio Hermano - Brasil Sul / Argentina 1ª Edição/Festival da Provincia de Buenos Aires - Argentina.
57 022	11 13149	Centro de Teatro do Oprimido - CTO-Rio/Helen Sarapeck	Centro de Teatro do Oprimido no 2º Encontro Latino Americano de Teatro do Oprimido
60 572	11 13193	Bruno Martins Caldeira - Cia.2 de Teatro Muti Associados	Zigg & Zogg / Primer Encuentro LatinoAmericano de Teatro Infantil E.LT.I
59 680	11 13184	Berenice Fuhro Souto Cruzeiro - Centro Contemporaneo Bere Fuhro Souto	Diálogos literários na dança / Universidade do Minho (Braga-Portugal) - Espetáculos e curso
58 099	11 13178	Carluty Ferreira Companhia Produz Ação Cênica - Antonio Carlos Ferreira / Associação Companhia Produz Ação Cênica	Diário de um Louco no VI Festival de Teatro do Acre
59 819	11 13466	Simone Mello / Marco Xavier - Arquipélago / Constelações	Arquipelago e Constelações (Brasil.Peru.Japão) - Soluciones singulares a problemas colectivos Local > Galeria de Arte ICPNA - Homenagem ao poeta Javier Heraud Local > Biblioteca Espanha de las Artes del Centro Cultural de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos - Oficina ? Montagem Arquipélago / Constelações (Brasil Peru Japão) Local Espacio Danza de Patricia Awapara - Encuentro de Creadores en el Jardin Zen??, 2010/12. Local - Centro Cultural Peruano Japonês
55 942	11 13467	Grupo Arte Simples de Teatro - Eugenia Cecchini / Tatiana Giudicissi Rehder	Ponte Heliópolis-Bissau: Intercâmbio entre Grupo Arte Simples de Teatro e Guiné-Bissau
60 569	11 13471	Wagner Porto Cruz - Mamulengo Tomé	Mamulengo Tomé - Usina de Arte em Espetáculos de Mamulengo - Usina de Arte João Donato
60 179	11 13478	Cooperativa Paulista de Circo - CEP e CIA PARALADOSANJOS da Cooperativa Paulista de Circo - Marcos Becker	Paraiso em Pedaços no Clipa Aduma Festival
60 243	11 13482	Marcelo Alves Brazil - Duo Violeta	Duo Violeta em O Brasil em Sopro e Cordas
60 299	11 13472	Diogo Mendonça Nogueira - Diogo Nogueira e Banda	Diogo Nogueira - Global Fest 2012
60 436	11 13503	Cassio Diniz Santiago	O Duplo
59 953	11 13321	Grupo de Dançadeiras de Sussa da Comunidade do Engenho II - Kalunga - Cavalcante - GO - Ednólia Dias de Andrade	Intercâmbio Cultural Ilê Aiyê - Kalunga - Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê de Salvador - BA
59 806	11 13326	Associação Folclórica Reisado Sergipano e Bumba Meu Boi de Guaruja - Ana Paula de Matos	Tributo aos Reis - XXXVII Encontro Cultural de Laranjeiras
58 973	11 13187	Sociedade Religiosa Zogbodo Male Bogun Seja Unde - Edvaldo de Jesus Conceição	MUNZANZU - uma ponte entre dois mundos / "Vodun Festival and Religious Meeting of the People of Vodun Culte" / Festival Vodun e encontro religioso dos praticantes do culto Vodun
57 763	11 13186	Janaína Delgado Falcão da Rocha - Microequipe Transeunte	Autopoiese, Cultura e Cidadania: uma perspectiva transdisciplinar./VI Congreso Bienal Internacional Complejidad 2012: "Complejidad en las Ciencias Sociales y Naturales: Morfogénesis, Ontogénesis, Intencionalidad" - VI Congreso Bienal Internacional acerca de lãs Implicaciones Filosóficas, Epistemológicas y Metodológicas de la Teoría de la Complejidad.
55 537	11 13206	Carolina Sporleder Cortes - Común Tierra e a Caravana "Los Contenidos del Continente"	Común Tierra e a Caravana "Los Contenidos del Continente" / III CONSEJO DE VISIONES - COLOMBIA 2012 - Enero 7 al 14 del 2012 en Colombia
54 629	11 13480	Nanan da Silva Sousa Matos - Grupo de Estudos Mandeng Novo	Oficina da Música Tradicional do Oeste Africano (Mandeng) - Povos Mandengs
56 643	11 13194	Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil - Valdir Steglich	Intercâmbio de Capacitação de Artistas e Técnicos no Teatro Bolshoi de Moscou
55 952	11 13336	Grupo Rafael e Roxane - Roxane Camargo	Residência Artística de Tango / Escola Mariposita de San Telmo
56 080	11 13213	Instituto de Capacitação Ensino e Formação / Grupo de desenvolvimento e intercâmbio cultural - Edonilton Carvalho Souza	Projeto ICEF - A Cultura Maranhense no Processo de Aprendizagem / A Cultura Maranhense no Processo Educativo e Cultural
59 562	11 13191	Grupo Thembi Rosa - Thembi Rosa Leste	Residência artística dança e tecnologia
57 939	11 13183	Grupo Dandará - André Ricardo	Grupo Dandará - Guiné Afro Sampa - Oficina de arte tradicional e cultura Malinke com o mestre Famoudou Konate
59 307	11 13481	Grupo Totum Teatro - Fabíola Rahde Fernandes	Encontro / III Encontro do Núcleo de Pesquisa em Dança Pessoal do Ator
57 356	11 13494	Grupo Panacéia Delirante em parceria com Colectivo Âmbar - Camila Guilera Ferreira	De onde canta o sabiá: Panacéia Delirante, representando o Brasil no encontro de intercâmbio e difusão do Colectivo Âmbar - Colectivo Âmbar - Proyecto Quito 2012
60 302	11 13498	Grupo Flor do Maracujá - Maria Tereza Nunes Trabulsi	Flor do Maracujá: Formação em Danças Circulares / X Edição do Curso Intensivo de Dannças Circulares em Curitiba- PR - De semente a flor: "Toda semente tem dentro de si uma flor"
60 332	11 13476	Associação Cultural Frutos da Terra - Grupo Parafolclóricoo Frutos da Terra - Rita de Cássia Machado Franzin	37º Encontro Cultural de Laranjeiras/SE
51 376	11 13497	Elton Oliveria - Singela Homenagem Hip Hop	S 303 Advanced Scratching - Scratch DJ Academy Miami
57 423	11 13190	Naiara Gonçalves de Almeida	Um Pouquinho de Brasil/Turnê do Show Um Pouquinho de Brasil

Art. 2º - Relação dos requerimentos inabilitados.

a)Requerimentos individuais

PROPOSTA	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	RAZÃO DO INDEFERIMENTO
58.466	Frederico campos dos Santos	2° festival internacional Sesc de Música - Pelotas RS	subitem 6.2
58 037	Jorge Gustavo de Figueiredo Ciríaco	Drifting - Drifting / Em deriva	Subitens 5.3
60 380	Pedro Moraes Sá Carvalho	APAP - NYC: Conferência da Associação de Promotores de Eventos Culturais dos EUA	Subitem 13.16
56 984	Fernando de Souza Caixeta	Via Mídia Graffiti	Subitens 5.21 e 10.23
60.654	Jorge Gustavo de Figueiredo Ciríaco	Drifting / Em Deriva	subitem 5.3
58.139	Siomara Sousa Santos	PROPOSTA DE INTERCÂMBIO PARA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE CAPOEIRA BRASIL/ÁFRICA	subitem 6.2
60 412	Maria Luiza Negrão Khouri	Capacitação em Produção Cinematográfica através do curso intitulado "6-Week Film and Digital", oferecido pela New York Film Academy, em Brisbane, Austrália.	Subitem 5.3
60 007	Tales Gubes Vaz	Complementação de estudos sobre sexualidade na Ohio State University	Subitem 6.2
59.853	Carolina Vilela Abrão	Capacitação em Dança no Centre de Danse du Marais (Paris)	Subitem 6.2

a)Requerimentos de grupos

PROPOSTA	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	RAZÃO DO INDEFERIMENTO
62.120	Patricia Marques Pereira/Edson Ferreira Barbosa	Prix de Lausanne	subitem 5.3
51 957	Associação Pró-Cultura e Arte Ivoti - ASCARTE - Irving Feldens	Turnê da Camerata Ivoti para a Europa - Música Brasileira	subitem 5.20
59 545	Néia e Nando Cia. Teatral - Armando Villardo Silva	Temporada Aladdin Rio de Janeiro - Temporada Néia & Nando no Rio de Janeiro	subitem 5.20
57 968	Orquestra Ouro Preto (proponente - Castro Lobo Produções Musicas e Artísticas Ltda)	Orquestra Ouro Preto - Turnê Nordestina	subitem 2.2
55.537	Carolina Sporleder Cortes/Común Tierra e a Caravana "Los Contenidos del Continente",	Común Tierra e a Caravana "Los Contenidos del Continente"/III CONSEJO DE VISIONES - COLOMBIA 2012 Enero 7 al 14 del 2012 en Colombia	Subitem 5.5
58.459	AMAIR - Associação de Monitores Ambientais e Culturais de Iporanga e Região/Helio Rodrigues Lopes Ramalho	Intercâmbio Monitores Culturais/FITUR - Feira Internacional de Turismo	subitem 1.2, 5.11 e 6.2
60 765	Cecília Rheingantz Silveira	Orquestra Villa-Lobos em intercâmbio cultural	Subitem 6.2
56.127	Associação brasileira dos organizadores de festivais de folclore e artes populares	Formação e Capacitação de Agentes Culturais para a Realização de Festivais Internacionais de Folclore e ações voltadas para a Cultura de paz e Não Violência.	subitem 6.2
55.234	Andrea Raw Iracema/ARTEDUCA?O EMPREENDIMENTOS ART?TICOS E EDUCATIVOS LTDA. - ME	Workshop de Verão 2012 - Dança Moderna	subitens 2.2 e 5.20
58.893	Uildemberg da Silva Cardeal	CERTIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DANCEABILITY	subitem 6.2
55.826	Fabiana Balduína Freitas Silva	OUT BREAK - Brasil Style Bgirls - Origens	subitem 5.3
57.560	Fernando Cardoso Gontijo / Grupo Itinerarte	Itinerarte em São Miguel do Gostoso/RN/Movimento de Intercâmbio Cultural	Subitem 5.3

Art. 3º - Os pedidos de reconsideração da inabilitação deverão ser encaminhados no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação desta portaria, por meio do formulário específico (Anexo IV do Edital de Intercâmbio n. 1/2011), ao seguinte endereço:

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SEFIC
EDITAL DE INTERCÂMBIO Nº 1/2011
CAIXA POSTAL 8553
CEP: 70.312-970
Brasília/DF

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 712, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 3689 - TURNÊ TIQUEQUÊ
Aori Comunicação, Marketing e Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 05.466.852/0001-92
Processo: 01400.008466/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.862.500,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
TURNÊ TIQUEQUÊ é um projeto de circulação dos espetáculos, "Toc Patoc", "Tu toca o quê?" e um terceiro ainda inédito, do Grupo Tiquequê

11 11365 - Projeto Um Bonde Chamado Desejo - Companhia da Memória - São Paulo - SP
Memoria Producoes Artisticas LTDA.
CNPJ/CPF: 14.308.643/0001-01
Processo: 01400.036006/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.073.830,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto Um Bonde Chamado Desejo da Cia da Memória - - SP, comprende a realização das seguintes ações: Montagem e temporada de 32 apresentações do espetáculo Um Bonde Chamado Desejo de Tenessee Williams na cidade de São Paulo. Realização do Ciclo de Pensamento Tennessee Williams - Profeta da Pós Modernidade, realização do Projeto de Formação de Público e do seu Olhar, realização do Projeto de Formação e Capacitação Informal de Profissionais e a realização do Projeto de Difusão Virtual.

11 9253 - Mostra Cultural de Santo Augusto - ano I
Jorge Henrique Macedo Azevedo - Eventos PS
CNPJ/CPF: 08.279.802/0001-94
Processo: 01400.033515/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 234.740,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Mostra Cultural de Santo Augusto - ano I é um evento direcionado para apresentações dos trabalhos de danças realizados na cidade, com o intuito de difundir e fomentar a dança como instrumento de conhecimento, cultura e inserção social. Será realizado junto com a semana do município. Teremos uma média de 10 apresentações artísticas por dia, totalizando 30 apresentações totalmente gratuitas para a população.

11 11577 - IX MOSTRA DE DANÇA DE MATO GROSSO
2012
Companhia de Dança - Ballet de Mato Grosso
CNPJ/CPF: 07.264.653/0001-27
Processo: 01400.036314/20-11
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 194.500,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar a IX Mostra de Dança de Mato Grosso 2012, durante cinco dias, tendo a participação de artistas e grupos locais, regionais , nacionais e internacionais, com apresentações no Cine Teatro Cuiabá ou Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso e em outros espaços alternativos (shoppings ou centro culturais) da Capital, inserindo o Estado no contexto das Mostras Nacionais e Internacionais de Dança.

11 11573 - Priscilla - A Rainha do Deserto
GEO EVENTOS S.A.
CNPJ/CPF: 11.196.660/0001-06
Processo: 01400.036310/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 9.736.680,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo a montagem e a realização de 150 apresentações do espetáculo cênico musical inédito "PRISCILLA - A RAINHA DO DESERTO.

11 10780 - A PAIXÃO DE CRISTO DO ARACATI 2012 - 24 ANOS DE PAIXÃO
Instituto Aracupira de Cultura Brasileira - IACB
CNPJ/CPF: 06.061.486/0001-54
Processo: 01400.035611/20-11
CE - Aracati
Valor do Apoio R$: 282.800,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
SERÁ APRESENTADO O MAIOR ESPETÁCULO TEATRAL AO AR LIVRE DO CEARÁ "A PAIXÃO DE CRISTO DO ARACATI", NOS MANGUEZAIS DO RIO JAGUARIBE, RUAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DE ARACATI E NO LARGO DA IGREJA MATRIZ.

11 9815 - Circulação Filhotes do Brasil nas escolas do Rio Buzum Produções Artísticas e Comercio LTDA
CNPJ/CPF: 13.632.527/0001-80
Processo: 01400.034760/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 597.450,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto CIRCULAÇÃO FILHOTES DO BRASIL NAS ESCOLAS DO RIO destina-se a promover apresentações do espetáculo FILHOTES DO BRASIL da CIA BUZUM! em escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro e em mais quatro cidades do interior do estado do Rio de Janeiro. Serão 540 apresentações gratuitas para os alunos da rede pública de ensino e 40 horas de oficina também gratuitas para os professores da rede pública de ensino.

11 11405 - Núcleo de Desenvolvimento Cultural
Instituto São Paulo de Arte e Cultura
CNPJ/CPF: 06.112.575/0001-82
Processo: 01400.036059/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 739.967,50
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto pretende oferecer a cada ano, e manter por no mínimo três anos um processo de formação em música erudita, dança e circo, voltado para a atuação profissional competente de 150 jovens com idades entre 10 a 17 anos, pertencentes a famílias de baixa renda. Pretende ainda oferecer capacitação técnica para os jovens participantes do núcleo compatível com a respectiva faixa etária dos jovens participantes.

11 10750 - Eros e Psiqué
Marcenaria de Cultura Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 13.779.600/0001-41
Processo: 01400.035600/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 2.676.100,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Pesquisa, Produção, Realização e Manutenção do musical "Eros e Psiqué", concebido e dirigido por Daniel Salve. Espetáculo com 24 atores e 10 músicos. Temporada inicial de 18 semanas na cidade de São Paulo. No teatro Tucarena. Serão quatro dias de apresentações por semana - Quinta a Domingo sendo que sábado e domingo serão realizadas duas sessões durante dezoito semanas, totalizando 108 apresentações.

11 11570 - Festival MULTI/CIDADE
Studioline Filmes - Comboio Produções Artísticas e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 01.206.414/0001-34
Processo: 01400.036307/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 450.123,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O primeiro Festival Internacional MULTI/CIDADE no Rio de Janeiro, é conectado ao The Magdalena Project", uma rede internacional de mulheres atuantes no teatro contemporâneo. Mulheres de todo o mundo engajadas na ampliação dos espaços sociais de atuação da mulher. Atividades previstas: workshops, oficinas, fóruns, debates, intervenções, apresentações, exposições e instalações.

11 11596 - MOSTRA DE ARTES PARA DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO
PPSS Assessoria e Planejamento Empresarial Ltda
CNPJ/CPF: 09.082.732/0001-42
Processo: 01400.036334/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.294.687,28
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo promover, por meio de mostra de artes performáticas, incluindo linguagem teatral, técnicas circenses e dança, um debate crítico e criativo de questões relevantes para resgate de identidades culturais locais, a partir do envolvimento de lideranças e comunidade escolar das redes públicas de ensino fundamental e médio, utilizando conteúdo apropriados para diferentes faixas etárias buscando difundir os temas dos espetáculos como veículo de manifestações artísticas.

11 9229 - Escola de Danças Gauchescas CTG Carreteiros de Horizonte
CTG Carreteiros de Horizonte
CNPJ/CPF: 89.921.274/0001-27
Processo: 01400.033490/20-11
RS - Horizontina
Valor do Apoio R$: 134.100,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Manutenção da Escola da Danças Gauchescas do CTG Carreteiros de Horizonte de Horizontina, RS. O projeto prevê atendimento a crianças e adolescentes da rede pública de ensino, municipal e estadual; grupos da Melhor Idade e população em geral.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 9651 - Brasil Vocal - segunda edição
Carlos Belém Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.576.412/0001-86
Processo: 01400.034048/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 529.820,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de um concurso nacional (festival) de novos grupos vocais, simultaneamente à segunda edição do concurso nacional de arranjo (somente arranjos originais e inéditos) para grupos vocais a capela dedicados à musica popular, complementados por uma mostra reunindo consagrados grupos vocais oriundos de diferentes regiões do Brasil e, ainda, por oficinas gratuitas abordando temas diretamente relacionados à prática vocal em música popular.

11 11528 - Virada Cultural Instrumental de Barreiras
Barão Produções Musicais Artistica Ltda
CNPJ/CPF: 96.744.370/0001-02
Processo: 01400.036237/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 990.040,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar durante 2 dias a Virada Cultural Instrumental com a realização de shows de música instrumental na cidade de Barreiras - BA, sendo no total de 15 apresentações com artistas baianos da música instrumental de diversos estilos, sem cobrança de ingressos.

11 11561 - NATAL DE LUZ NITEROI
KS Eventos
CNPJ/CPF: 01.415.205/0001-09
Processo: 01400.036298/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 260.228,10
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
EVENTO NATALINO, QUE SERÁ REALIZADO NA PRAIA DE ICARAÍ - CIDADE DE NITERÓI - RIO DE JANEIRO - RJ O EVENTO SERÁ REALIZADO COM A APRESENTAÇÃO DO CORAL PRINCESAS DE PETROPOLIS E SHOW DA FAMÍLIA LIMA.

11 11628 - Viola e Raízes
Instituto São Paulo de Arte e Cultura
CNPJ/CPF: 06.112.575/0001-82
Processo: 01400.036387/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 268.600,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Viola e Raízes é uma produção musical que abordará a música de raiz e a viola caipira, com a intenção de homenagear artistas de carreira sólida no gênero, com apresentações de orquestras e convidados, com profundo conhecimento na cultura regional. A realização está prevista para as cidades de Socorro, Pitangueiras e Pirangi.

11 8233 - Fall In Jazz Festival
Mecca Agencia de Marketing Cultural S/A
CNPJ/CPF: 13.651.056/0001-58
Processo: 01400.028021/20-11
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 933.606,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar, em Chapada dos Guimarães/MT, festival de música instrumental contemporânea. Ao todo, serão 9 atrações de diferentes nacionalidades e estilos sendo que, na abertura do festival, serão realizadas 3 apresentações sem cobrança de ingressos na principal praça pública da cidade. As demais atrações irão se revezar no palco de um espaço fechado. Espera-se comparecimento de público das classes sociais A, B e C e faixa etária a partir de 16 anos.

11 8207 - 1º VITÓRIA INSTRUMENTAL - FESTIVAL DE NOVOS TALENTOS NA MÚSICA INSTRUMENTAL
ESPIRITO CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 11.999.490/0001-06
Processo: 01400.027979/20-11
ES - Vitória
Valor do Apoio R$: 138.665,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O 1º Vitória Instrumental é um festival de música instrumental que irá premiar composições inéditas de instrumentistas capixabas, que concorrerão a prêmios e a se apresentarem no palco da final do festival na cidade de Vitória, em espaço aberto e com entrada gratuita para a população, onde se apresentarão grandes nomes da música instrumental brasileira.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
11 9769 - MÃO COM MÃOS COM MÃES
Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de CTBA
CNPJ/CPF: 75.955.286/0001-68
Processo: 01400.034215/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 188.022,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Dar continuidade ao Projeto "Mão com Mãos", que tem por proposta a realização de 08 Exposições Itinerantes de Artes Visuais, de obras produzidas por alunos e mães de Pessoas com Deficiência

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

do Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, atendendo diretamente 80 alunos e estimativa de público de 5.000 pessoas presentes às Exposições.

11 9675 - Exposição David Hockney
Zadig Promoções de Eventos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.940.880/0001-98
Processo: 01400.034081/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 646.285,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

As 73 anos, David Hockney, considerado um dos mais influentes artistas do século 20 e um dos mais importantes contribuidores da Pop Art, trocou a tela pelo iPad e "pintou" mais de 300 obras direitamente no tablet da Apple. São essas obras que a exposição pretende apresentar em presencia do proprio David Hockney.

11 10824 - MOMENTO GIUGIARO 40 anos de design italiano
S.E.C STAR EDICOES CINEMATROGRAFICAS LTDA
CNPJ/CPF: 11.423.919/0001-04
Processo: 01400.035636/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 3.704.260,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto visa realizar uma mostra, durante 30 dias, que fará parte do programa oficial do Ano da Itália no Brasil, com o objetivo de apresentar aos brasileiros o desenvolvimento e a criatividade do design italiano através da história de sua família. O objetivo dessa mostra não se limita somente ao conhecimento de 40 anos de experiência de Giugiaro, mas também busca dar visibilidade aos novos talentos brasileiros do design, através de sua participação no projeto.

11 4382 - 50 anos de design brasileiro - PVDI e sua trajetória
Hólos Consultores Associados Ltda.
CNPJ/CPF: 68.573.765/0001-54
Processo: 01400.019915/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 386.080,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realizar nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo uma exposição sobre a evolução do design brasileiro através da trajetória dos 50 anos da PVDI, utilizando painéis fotográficos, plotters e impressos (catálogo, folder e convites).

11 8119 - O CRIADOR E SUA ARTE (Título Provisório)
Casa da Cultura de Três Lagoas
CNPJ/CPF: 15.410.772/0001-79
Processo: 01400.027868/20-11
MS - Três Lagoas
Valor do Apoio R$: 294.103,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O Projeto "O CRIADOR E SUA ARTE" trata-se de uma exposição de pintura óleo sobre tela em celulose fruto do trabalho desenvolvido por 50 jovens artistas carentes dos bairros periféricos da cidade de Três Lagoas MS, que após discutirem temáticas do cotidiano estarão expressando através da pintura, as manifestações artísticas e culturais relacionadas as suas raízes.

11 11617 - CONILON E A CULTURA CAPIXABA - EXPOSIÇÃO ITINERANTE
ESPIRITO CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 11.999.490/0001-06
Processo: 01400.036376/20-11
ES - Vitória
Valor do Apoio R$: 184.120,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

EXPOSIÇÕES DE FOTOGRAFIAS DE ARTISTAS CAPIXABAS SOBRE AS REGIÕES INFLUENCIADAS PELA CAFEICULTURA NO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO E A IMPORTÂNCIA DO CONILON NA HISTÓRIA CULTURAL E ECONÔMICA DO ESTADO, MAIOR PRODUTOR E EXPORTADOR DO TIPO NO BRASIL. A EXPOSIÇÃO SERÁ ITINERANTE E PASSARÁ PELAS CIDADES DE LINHARES, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, SANTA TERESA E VITÓRIA.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
11 9166 - Museu de Artes e Ofícios - Plano Anual de Manutenção 2012
Instituto Cultural Flávio Gutierrez - ICFG
CNPJ/CPF: 02.930.235/0003-70
Processo: 01400.030321/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 4.287.935,80
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realizar Plano Anual de Manutenção do Museu de Artes e Ofícios - MAO, dando continuidade às ações museológicas, educativas, culturais e de comunicação que contemplam amplo público e são realizadas em torno de acervo doado à União, composto por mais de 2.500 peças expostas em prédio público tombado. Com estas ações o MAO objetiva promover o patrimônio histórico e cultural e ser um espaço de democratização do acesso à arte, à cultura, e de informação e reflexão a serviço da comunidade.

11 11616 - FOGUEIRÃO SAMBA DE RODA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL FOGUEIRÃO
CNPJ/CPF: 10.787.981/0001-12
Processo: 01400.036375/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 105.534,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Desfilar no carnaval 2012 em Salvador, com o Bloco Fogueirão, e seus associados moradores das comunidades de Engenho Velho de Brotas, Engenho Velho de Federação e Vasco da Gama

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 11599 - Arquitetura e urbanismo na cidade brasileira contemporânea - A Cidade
Editora Escuta Ltda
CNPJ/CPF: 55.418.644/0001-96
Processo: 01400.036337/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 241.851,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O livro reúne 8 textos, oriundos de diversas áreas como arquitetura, sociologia, urbanismo, história, filosofia e psicologia, com o intuito de discutir as áreas centrais das cidades brasileiras contemporâneas e sua apropriação por parte da população. O foco é a inter-relação entre a política urbana, o espaço real produzido, as razões de seu abandono por parte da população e por longo tempo pelo poder público.

11 11359 - CANÇÃO CALADA
Amendola e Lufti Projetos Ltda.
CNPJ/CPF: 06.132.042/0001-62
Processo: 01400.035999/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 89.100,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Publicação do livro de poemas Canção Calada, de autoria de Sérgio Ricardo. Tiragem de 2000 exemplares.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 9365 - CLUBE DE GAFIEIRA NO CARNAVAL
Associação de Desenvolvimento Humano e Social da Bahia
ADESBA
CNPJ/CPF: 06.301.101/0001-89
Processo: 01400.033675/20-11
BA - Camaçari
Valor do Apoio R$: 794.260,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Resgatar a sonoridade e plástica de um dos maiores símbolos musical brasileiro através de desfile carnavalesco, muito tradicional em Salvador na década de 1930, a GAFIEIRA, uma das misturas que saiu do samba, onde predomina a elegância e o respeito, possui o molejo e a malandragem do samba do início do século passado, quadro indispensável, pois retrata a boemia, a magia e baianidade do Salvador antigo.

11 11396 - Prêmio Brasil Fotografia
Manuseio Montagem e Produção Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 10.365.325/0001-21
Processo: 01400.036048/20-11
SP - Taboão da Serra
Valor do Apoio R$: 746.525,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto objetiva realizar um concurso nacional de Fotografia com a participação de fotógrafos brasileiros ou estrangeiros que residam no Brasil. Envolve: um evento de lançamento com painel de debates; 40 dias para inscrições; um evento de entrega de prêmios com uma exposição dos trabalhos premiados; edição de catálogo com os fotógrafos premiados.

11 5106 - 10ª Festa Literária Internacional de Paraty
Associação Casa Azul
CNPJ/CPF: 05.241.493/0001-75
Processo: 01400.020797/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 4.585.878,47
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O presente projeto pretende realizar a 10a.Festa Literária Internacional de Paraty-FLIP 2012 que consiste em um grande encontro literário entre público e autores nacionais e internacionais com a proposta de incentivar a leitura e a criação literária. O objetivo deste projeto é a difusão da cultura e a defesa e preservação do patrimônio cultural material e imaterial, divulgando a rica herança literária do Brasil.

11 9514 - "UMA CIDADE DENTRO DA OUTRA"
R.C.BRANCO ESTUDIO FOTOGRAFICO LTDA. ME
CNPJ/CPF: 06.279.765/0001-99
Processo: 01400.033878/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 938.749,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto visa à realização da exposição "Paraisópolis - Uma cidade dentro da outra" que tem como objetivo realizar uma exposição aberta ao público e a edição de Trata-se de um registro da estética dos moradores desta comunidade, através de fotos realizadas no interior das casas do bairro do Grotinho, dentro de Paraísopolis.

11 9669 - Desfile da Escola de Samba São Clemente 2012
G.R.E.S. São Clemente
CNPJ/CPF: 42.582.437/0001-20
Processo: 01400.034074/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 4.557.200,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto em questao visa produzir o desfile da Carnaval da Agremiação possibilitando a mesma de se apresentar no maior espetáculo da Terra e na maior vitrine da cultura brasileira para o Mundo. O projeto auxiliará na produção das fantasias, carros alegoricos e elementos alegoricos. As fantasias produzidas pelo projeto serão distribuidas gratuitamente para a comunidade da escola.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 10328 - Forró na Feira
M.C.NEVES
CNPJ/CPF: 13.196.505/0001-15
Processo: 01400.035255/20-11
PB - Campina Grande
Valor do Apoio R$: 742.802,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Será realizada uma série de 20 (vinte) apresentações nas feiras livres em vinte cidades do agreste paraibano, estas apresentações contarão com presença do grupo "Tres do Nordeste" que é um dos baluartes da cultura nordestina e que no ano de 2011 está completando 40 anos de existência e do cantor Vinicius Mello um cantor da nova geração que faz uma releitura da tradição cancioneira nordestina sem, no entanto descaracteriza-la ou deturpa-la, tornando-a acessível a nossa juventude.

11 11537 - AMORAGIO
OILUA PRODUÇOES ARTISITCAS EDIÇOES MUSICAIS LTDA
CNPJ/CPF: 03.374.542/0001-12
Processo: 01400.036248/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.803.600,00
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Circulação do show e gravação do DVD AMORAGIO, do cantor Ivan Lins. Este projeto percorrerá 30 (trinta) cidades brasileiras, no período de 1ano. O projeto prevê 30 (trinta) shows.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 11001 - PROJETO VIDA NAS TEIAS DA CULTURA
CARITAS DIOCESANA DE SOBRAL
CNPJ/CPF: 10.379.758/0001-36
Processo: 01400.035729/20-11
CE - Sobral
Valor do Apoio R$: 400.661,72
Prazo de Captação: 08/12/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Fomentar a democratização da cultura promovendo a cidadania junto a 300 adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, através de ações de fortalecimento da fruição e da produção cultural. Serão fortalecidos 06 grupos já existentes de arte e cultura por meio de atividades/aula de teatro, dança, música e artes plásticas. Será oferecida por meio dos grupos uma iniciação na formação artística junto ao público beneficiário. Serão montados 4 espetáculos com 7 apresentações.

PORTARIA Nº 713, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, RESOLVE:

Art.1º- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
08 0322 - Chicos (Os)
D`Cult Marketing Cultural
CNPJ/CPF: 08.956.390/0001-80
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/11/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 1147 - Feira dos Municípios Alagoanos
IBCOM INSTITUTO BRASILEIRO DE CONSULTORIA A MUNICIPIOS
CNPJ/CPF: 11.072.460/0001-41
AL - Maceió
Período de captação: 07/12/2011 a 31/12/2011

RETIFICAÇÃO

Retificar o prazo de captação do projeto na portaria de aprovação Nº . 0264/11 de 13/05/2011, publicada no D.O.U. em 16/05/2011, Seção 1, referente ao Processo: 01400.022286/2010-14, Projeto "Sonhos de Papel" - Pronac: 10 11337.

Onde se lê: Período de Captação: 16/05/2011 a 30/12/2011
Leia-se: Período de Captação: 16/05/2011 a 31/12/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 329/MB, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Cria a Policlínica Naval de Campo Grande e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, e o art. 26, inciso V, do Anexo I, do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Criar, dentro da Estrutura Organizacional da Marinha do Brasil, a Policlínica Naval de Campo Grande (PNCG), organização militar com semi-autonomia administrativa, devendo ser apoiada pelo Centro Médico Assistencial da Marinha, que proverá os recursos de pessoal e financeiros necessários à execução de suas tarefas, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, subordinada diretamente ao Centro Médico Assistencial da Marinha, com o propósito de contribuir para a eficácia do Sistema de Saúde da Marinha no tocante à execução das atividades atinentes ao Subsistema Assistencial, sob a direção de um Capitão-de-Fragata do Corpo de Saúde da Marinha.

Art. 2º Durante a fase de implantação, será criado o Núcleo da Policlínica Naval de Campo Grande, ao qual caberá preparar o pessoal e promover os estudos relativos ao projeto de Regulamento da PNCG.

Parágrafo único - O Núcleo de que trata este artigo terá suas atividades e organização estruturadas por um Regulamento provisório, aprovado pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, e será considerado automaticamente extinto por ocasião da Cerimônia de Mostra de Ativação da PNCG.

Art. 3º O Diretor-Geral do Pessoal da Marinha baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Almirante-de-Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.683ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmº Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS e ausente o Exmº Sr. Juiz NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

20.192/2003, 22.772/2007, 24.986/2010, 25.001/2010, 25.326/2010 25.347/2010 e 25.498/2010 da Exmª Srª Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha, 23.321/2008, 24.982/2010, 25.748/2011, 25.830/2011e 25.956/2011do Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves, 24.848/2010, 25.045/2010 e 25.859/2011 do Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel, 24.051/2009, 24.906/2010 e 25.034/2010 do Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras, 23.932/2009, 24.372/2009 e 25.870/2011 do Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos e 23.490/2008 24.149/2009, 24.862/2010 e 25.387/2010 do Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 23.961/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo as balsas "DONA ALDORA", não inscrita, e "MISS RONDÔNIA", ocorridos no rio Negro, Manaus, Amazonas, em 04 de setembro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Navegação Ana Carolina Ltda. - EPP (Proprietária) e HILNAVE - Transportes e Navegação Ltda. (Responsável pela balsa).

Nº 25.694/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "JANAÚ XI" com a balsa "LINAVE III" e uma canoa sem identificação, ocorridos no porto da empresa LINAVE, orla fluvial de Belém, Pará, em 17 de fevereiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Carlos Antônio Monteiro Serra (Condutor/Responsável pela canoa).

Nº 26.178/2011 - Fato da navegação envolvendo a lancha "JANAINA PRINCESA DO MAR II" e seu condutor, ocorrido nas proximidades da ilha de Jurubaíba, baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Fabrício Neves Mendes (Proprietário).

Nº 25.730/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "PETRECK I" e um de seus ocupantes, ocorridos nas proximidades da foz do rio Curuçá, ilha do Pará, Afuá, Pará, em 12 de julho de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Francisco do Espírito Santo Rodrigues (Condutor).

Nº 26.013/2011 - Fato da navegação envolvendo o Rb "VEGA", o Rb "BRUCUTU" e o NM "ALFRED N", ocorrido no porto de Tubarão, Espírito Santo, em 05 de setembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S/A. (Proprietário) e Januário Milagres Ferreira (Mestre).

Nº 25.590/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a canoa de alumínio "POLÍCIA MILITAR 3BPM", seu condutor e passageiros, ocorridos no rio Sono, município de Pedro Afonso, Tocantins, em 25 de julho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Estado do Tocantins (Proprietário/Armador) e Reinaldo Ferreira Miranda (Condutor).

JULGAMENTO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Nº 24.162/2009 - Acidentes da navegação envolvendo a LM "CAPTAIN" com objeto submerso, ocorridos próximo à ilha de Toque-Toque, São Sebastião, São Paulo, em 22 de março de 2008. Embargos de Declaração Nº 08/2011, interposto em 27OUT2011. Embargante: Teresa Sampaio Reinoso (advogada), Advª Drª Teresa Sampaio Reinoso (OAB/RJ 35.292) (em causa própria) Embargada: Decisão do Tribunal de 21JUL2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: não conhecer do recurso, por falta dos requisitos de admissibilidade, por ter sido interposto ao arrepio do art. 113, da Lei nº 2.180/54, por ser intempestivo.

CONTINUAÇÃO DA PAUTA DO DIA

Nº 23.002/2007 - Fato da navegação envolvendo o NM "MAERSK NARVIK", de bandeira liberiana, e um estivador, ocorrido no porto de Paranaguá, Paraná, em 23 de agosto de 2006.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A. (Operadora Portuária), Adv. Dr. José Maria Valinas Barreiro (OAB/PR 4206) e Wanderlei Correa (Operador de Portêiner), Adv. Dr. Fábio Luiz de Queiroz Telles (OAB/PR 29.068). Decisão unânime: julgar improcedente a representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha (fls. 129/142) para, exculpar TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A e Wanderlei Corrêa, determinando o arquivamento dos autos, por considerar o fato da navegação previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, equiparado aqueles de origem indeterminada.

Nº 25.104/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "RIO CACHOEIRY" com as balsas "JANAUIRA" e "MADESA II" e um tripulante, ocorridos no rio Amazonas, Óbidos, Pará, em 17 de fevereiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representada: SAMALVERDE Produtos e Serviços Florestais Ltda. (Proprietária), Adv. Dr. João Bosco Oliveira de Almeida (OAB/PA 9.474). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência e negligência da representada SAMALVERDE Produtos e Serviços Florestais Ltda., condenando-a à pena de multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e ao pagamento das custas processuais.

Nº 24.867/2010 - Fato da navegação envolvendo a balsa "KARLA" e um veículo, ocorrido no rio Ceará-Mirim, durante a travessia de Genipabu para Barra do Rio, Rio Grande do Norte, em 01 de outubro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Renato Carlos da Silva (Mestre/Condutor), Adv. Dr. Igor Hentz (OAB/RN 8.705). Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, letras "c" e "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência e negligência de RENATO CARLOS DA SILVA, condenando-o à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5°, combinado com os artigos 124, inciso III e 127, § 1°, atenuada pelo art. 139, inciso IV, letra "d", da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, agente da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 23, inciso VIII (descumprir qualquer outra regra prevista, não especificada nos incisos anteriores - não cumprimento da NORMAM 02/DPC) e a infração à Lei n° 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometidas pelo proprietário da balsa "KARLA ", Aluízio de Borba.

Nº 25.190/2010 - Fato da navegação envolvendo o NM "RONDÔNIA", quando atracado no cais da Companhia Docas do Pará, Belém, Pará, em 08 de junho de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representada: Empresa de Navegação A R Transporte Ltda. (Proprietária), Adv. Dr. Albaney Pereira Rocha (OAB/PA 11.288). Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, letra "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de negligência, condenando a Empresa de Navegação A. R. Transportes Ltda. à pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5°, combinado com o art. 124, § 1° e com o art. 127, § 2°, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais.

Às 15h35min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 15h40min.

Nº 24.799/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a balsa "JAGUARI", na época sem nome e não inscrita, ocorridos no rio Amambaí, Corumbá, Mato Grosso do Sul, em 28 de novembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Michel Nottbeck Bechtejew (Arrendatário) e Valdemar Borges da Cruz (Operador da balsa), Advas Drª Thais Mayumi Kurita (OAB/SP 193.091), Drª Marina Nascimbem Bechtejew Richter (OAB/SP 234.753) e Drª Patricia Castro Neves dos Santos (OAB/RJ 149.233). Decisão unânime: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de negligência dos representados, MICHEL NOTTBECK BECHTEJEW, na qualidade de arrendatário da fazenda Jaguari, proprietária da balsa, e VALDEMAR BORGES DA CRUZ, na qualidade de operador desta balsa, acolhendo, em parte, os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha e com fulcro nos artigos 121, 124, inciso VII, 127, 133, a agravante prevista no art. 135, inciso II, e as atenuantes previstas no art. 139, inciso IV, letras "a" e "d", aplicar a ambos à pena repreensão. Custas processuais ao primeiro Representado. Exculpar ambos os representados com relação ao acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (naufrágio), acolhendo, em parte, os termos da defesa conjunta, por não ter ficado provado, acima de qualquer dúvida, o que lhes foi atribuído na Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, em relação ao naufrágio.

Nº 24.860/2010 - Acidente da navegação envolvendo o NM "UP TOPAZIO", de bandeira panamenha, e o NM "BARBAROSSA", de bandeira gibraltarina, ocorrido na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Gordon Wilfred Macneill (Comandante), Adv. Dr. Antônio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, acolhendo a tese da defesa, exculpando o representado, Gordin Wilfred MacNeill, comandante do N/M "UP TOPÁZIO", e arquivando os presentes autos.

Nº 25.093/2010 - Acidente da navegação envolvendo a LM "LARISSA", não inscrita, com o fundo, ocorrido no rio Paraná do Urariá, Maués, Amazonas, em 27 de novembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Max Tatiere Maia Carneiro (Proprietário/Condutor), Adv. Dr. Odiney Nogueira Teixeira (OAB/AM A-271). Decisão unânime: julgar os acidentes da navegação, tipificados no art. 14, letra "a" (colisão com o fundo, encalhe e posterior naufrágio), da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imprudência de Max Tatiere Maia Carneiro, vulgo "Tatí", mecânico e Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés, proprietário e condutor da L/M "LARISSA", não inscrita na Capitania, acolhendo, em parte, os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha e considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, 124, inciso I, 127, e 139, inciso IV, letra "d", aplicar à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais), cumulativamente com a pena de repreensão. Custas processuais na forma da Lei. Oficiar a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente da Autoridade Marítima, as infrações ao RLESTA cometidas pelo proprietário da embarcação "LARISSA", Max Tatiere Mala Carneiro, que não guardam relação causal com os acidentes da navegação em pauta, para a aplicação das penas cabíveis: art. 16, inciso I (falta de inscrição da embarcação): art. 19, inciso I, c/c a Lei n° 8.374/91 (falta de seguro obrigatório) e o art. 20, inciso I (falta de luzes de navegação, em navegação noturna).

ARQUIVAMENTO

Nº 25.228/2010 - Fato da navegação envolvendo uma canoa sem nome, não inscrita, e um tripulante, ocorrido no canal de Santa Cruz, ilha de Itamaracá, Pernambuco, em 30 de janeiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: retornar os autos à Douta Procuradoria para representar em face de Oseias da Costa Barros, uma vez que a falta de material de salvatagem foi determinante para a morte do tripulante Fabio Cruz Barros, conforme apontado na conclusão do Encarregado do Inquérito, ainda que não tenha sido para a sua queda na água.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL

Nº 25.899/2011 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "VICTORIO", ocorrido no porto de Tubarão, Vitória, Espírito Santo, em 12 de abril de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.940/2011 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no rio Parnaúba, nas proximidades de Bagre, Pará, em 26 de julho de 1999.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito por decurso de tempo, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da Douta Procuradoria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 25.691/2011 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no rio Acará, nas proximidades de Acará, Pará, em 14 de junho de 1998.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito por decurso de tempo e mandar arquivar os autos, conforme a promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.767/2011 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "BRISA MAR I" e um passageiro, ocorrido no trapiche da Albaline, Paranaguá, Paraná, em 26 de julho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.832/2011 - Fato da navegação envolvendo o BM "TRÊS IRMÃOS" e uma passageira, ocorrido no rio Xingu, município de Senador José Porfírio, Pará, em 07 de fevereiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem não apurada, e mandar arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.869/2011 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "BOM JESUS DE BREVES VI" e uma passageira, ocorrido no rio Pará, Bagre, Pará, em 09 de março de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria. Oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente da Autoridade Marítima, as infrações aos artigos 13, inciso II e 24 do RLESTA, cometidas pelo Comandante.

Nº 25.915/2011 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "JEAN FILHO L" com as balsas "JEANY SARON XXVII" e "JEANY SARON XXXIV" e um passageiro, ocorrido no rio Amazonas, nas proximidades de Almerim, Pará, em 07 de novembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.955/2011 - Fato da navegação envolvendo o BM "SANTARÉM" e um passageiro, ocorrido no rio Amazonas, Almerim, Pará, em 22 de abril de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.964/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "NAVAJO PRINCESS", de bandeira filipina, e um tripulante, ocorrido nas proximidades da enseada do Bananal, baía da Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 letra "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável imprudência da vítima, cuja punibilidade está extinta por óbito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.985/2011 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no rio Paru, nas proximidades de Prainha, Pará, em 09 de janeiro de 1997.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito por decurso de tempo e mandar arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.990/2011 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "SEPU" e seu condutor, ocorrido em Bombinhas, Santa Catarina, em 17 de fevereiro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15 letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Esteve presente, pela Procuradoria, o Advogado da União, Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, fez uso da mesma o Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel que requereu autorização para DELEGAR ATRIBUIÇÕES ao Sr. Capitão dos Portos da Amazônia Oriental, para que a autoridade ouça o depoimento pessoal dos representados no processo 25.167/2010 sendo deferido por unanimidade nos termos do art. 16, letra "b", da Lei nº 2.180/54, e nada mais havendo a tratar, às 16h50min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, 29 de novembro de 2011.
Juiz LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Presidente do Tribunal

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.721, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e no art. 7º do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, e considerando a retificação dos dados do Censo Escolar de 2010, no município de Nova Olinda-PB, por decisão judicial, na forma da Portaria MEC nº 1.365, de 29.09.2011, resolvem:

Art. 1º Retificar, na forma desta Portaria, os parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para o ano de 2011, publicados por meio da Portaria Interministerial MEC/MF nº 477, de 28 de abril de 2011.

Art. 2º Na operacionalização do FUNDEB serão observados, no exercício de 2011, os parâmetros anuais estabelecidos na forma dos seguintes anexos à presente Portaria:

I - no Anexo I são definidos:

a) o valor anual por aluno, estimado no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, desdobrado por etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, na forma do disposto nos arts. 10 e 36, § 2º, da Lei nº 11.494/2007, observadas as ponderações aprovadas na forma da Portaria/MEC nº 873, de 1º de julho de 2010;

b) a estimativa da receita total dos Fundos, tomando como base a composição prevista no art. 3º, incisos I a VIII, da Lei nº 11.494/2007;

c) a Complementação da União ao FUNDEB, distribuída por Estado e Distrito Federal, calculada à base de 10% das receitas dos Fundos, originárias da contribuição dos Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do disposto no art. 6º, deduzida da parcela a que se refere o art. 4º, § 2º, da Lei nº 11.494/2007 c/c o art. 4º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

II - no Anexo II é contemplado o cronograma de repasses mensais da Complementação da União aos entes governamentais beneficiários, desdobrados por mês e Unidade Federada Estadual, observado o disposto no art. 6º, § 1º, e art. 7º da Lei nº 11.494/2007 c/c art. 4º da Lei nº 11.738/2008;

III - no Anexo III é divulgado o valor por aluno do ensino fundamental, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, de cada Estado e do Distrito Federal, referente ao exercício de 2006, atualizado com base no INPC de 4,76% (referente ao período de julho de 2009 a junho de 2010), incidente sobre o valor atualizado e adotado como referência no exercício de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 32, § 2º, da Lei nº 11.494/2007.

Art. 3º O valor anual mínimo nacional por aluno, na forma prevista no art. 4º, §§ 1º e 2º, e no art. 15, IV, da Lei n° 11.494/2007, fica definido em R$ 1.729,28 (um mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos), previstos para o exercício de 2011.

§ 1º O valor definido no caput poderá ser ajustado em razão de mudanças, no decorrer do exercício de 2011, no comportamento das receitas do FUNDEB provenientes das contribuições dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ora estimadas e divulgadas na forma do Anexo I, ou por ocasião do ajuste a que se refere o art. 6º, § 2º, da Lei nº 11.494/2007.

§ 2º Na hipótese de realização de ajuste, na forma do § 1º, a distribuição da Complementação da União por Estado e Distrito Federal, para o respectivo exercício, será objeto de revisão e divulgação.

Art. 4º Serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.fnde.gov.br, os seguintes dados do FUNDEB, desdobrados por Estado, Distrito Federal e Município:

I - número de alunos considerados na distribuição dos recursos, por segmento da educação básica;

II - coeficientes de distribuição de recursos;

III - receita anual prevista, baseada nos parâmetros anuais do Fundo, divulgados por meio desta Portaria.

Art. 5º Os acertos financeiros decorrentes da retificação de que trata esta Portaria, retroativos a 01 de janeiro de 2011, deverão ser lançados pelo Banco do Brasil S.A. nas contas específicas do Fundo até o dia 31 de dezembro de 2011.

Art. 6º Revoga-se a Portaria Interministerial MEC/MF nº 477, de 28 de abril de 2011.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2011.

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO I

Portaria Interministerial nº de de 2011
Valor anual por aluno estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - 2011

UF	Valor anual por aluno estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica (Art. 15, III, da lei nº11.494/2007) - R$1,00																	
	ENSINO PÚBLICO																	
	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL					ENSINO MÉDIO				ATEND. EDUC ESP -AEE	EDUCAÇÃO		EJA	
	CRECHE INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	SÉR INICIAIS URBANA	SÉR INICIAIS RURAL	SÉR FINAIS URBANA	SÉR FINAIS RURAL	TEMPO INTEGRAL	URBANO	RURAL	TEMPO INTEGRAL	INT ED. PROFISS.		ESPECIAL	INDÍG. / QUIL.	AVAL. PROCESSO	INT ED. PROFIS.
AC	2.596,86	2.813,27	1.731,24	2.164,05	2.164,05	2.488,66	2.380,46	2.596,86	2.813,27	2.596,86	2.705,07	2.813,27	2.813,27	2.596,86	2.596,86	2.596,86	1.731,24	2.596,86
AL	2.075,13	2.248,06	1.383,42	1.729,28	1.729,28	1.988,67	1.902,20	2.075,13	2.248,06	2.075,13	2.161,60	2.248,06	2.248,06	2.075,13	2.075,13	2.075,13	1.383,42	2.075,13
AM	2.075,13	2.248,06	1.383,42	1.729,28	1.729,28	1.988,67	1.902,20	2.075,13	2.248,06	2.075,13	2.161,60	2.248,06	2.248,06	2.075,13	2.075,13	2.075,13	1.383,42	2.075,13
AP	2.920,89	3.164,30	1.947,26	2.434,07	2.434,07	2.799,18	2.677,48	2.920,89	3.164,30	2.920,89	3.042,59	3.164,30	3.164,30	2.920,89	2.920,89	2.920,89	1.947,26	2.920,89
BA	2.075,13	2.248,06	1.383,42	1.729,28	1.729,28	1.988,67	1.902,20	2.075,13	2.248,06	2.075,13	2.161,60	2.248,06	2.248,06	2.075,13	2.075,13	2.075,13	1.383,42	2.075,13
CE	2.075,13	2.248,06	1.383,42	1.729,28	1.729,28	1.988,67	1.902,20	2.075,13	2.248,06	2.075,13	2.161,60	2.248,06	2.248,06	2.075,13	2.075,13	2.075,13	1.383,42	2.075,13
DF	2.741,79	2.970,27	1.827,86	2.284,83	2.284,83	2.627,55	2.513,31	2.741,79	2.970,27	2.741,79	2.856,03	2.970,27	2.970,27	2.741,79	2.741,79	2.741,79	1.827,86	2.741,79
ES	2.913,50	3.156,30	1.942,34	2.427,92	2.427,92	2.792,11	2.670,71	2.913,50	3.156,30	2.913,50	3.034,90	3.156,30	3.156,30	2.913,50	2.913,50	2.913,50	1.942,34	2.913,50
GO	2.458,39	2.663,25	1.638,93	2.048,66	2.048,66	2.355,96	2.253,52	2.458,39	2.663,25	2.458,39	2.560,82	2.663,25	2.663,25	2.458,39	2.458,39	2.458,39	1.638,93	2.458,39
MA	2.075,13	2.248,06	1.383,42	1.729,28	1.729,28	1.988,67	1.902,20	2.075,13	2.248,06	2.075,13	2.161,60	2.248,06	2.248,06	2.075,13	2.075,13	2.075,13	1.383,42	2.075,13
MG	2.283,67	2.473,97	1.522,44	1.903,06	1.903,06	2.188,51	2.093,36	2.283,67	2.473,97	2.283,67	2.378,82	2.473,97	2.473,97	2.283,67	2.283,67	2.283,67	1.522,44	2.283,67
MS	2.595,51	2.811,81	1.730,34	2.162,93	2.162,93	2.487,37	2.379,22	2.595,51	2.811,81	2.595,51	2.703,66	2.811,81	2.811,81	2.595,51	2.595,51	2.595,51	1.730,34	2.595,51
MT	2.519,83	2.729,81	1.679,88	2.099,86	2.099,86	2.414,83	2.309,84	2.519,83	2.729,81	2.519,83	2.624,82	2.729,81	2.729,81	2.519,83	2.519,83	2.519,83	1.679,88	2.519,83
PA	2.076,05	2.249,05	1.384,03	1.730,04	1.729,28	1.988,67	1.902,20	2.075,13	2.248,06	2.076,05	2.162,55	2.249,05	2.249,05	2.076,05	2.076,05	2.076,05	1.381,38	2.072,07
PB	2.075,13	2.248,06	1.383,42	1.729,28	1.729,28	1.988,67	1.902,20	2.075,13	2.248,06	2.075,13	2.161,60	2.248,06	2.248,06	2.075,13	2.075,13	2.075,13	1.383,42	2.075,13
PE	2.075,13	2.248,06	1.383,42	1.729,28	1.729,28	1.988,67	1.902,20	2.075,13	2.248,06	2.075,13	2.161,60	2.248,06	2.248,06	2.075,13	2.075,13	2.075,13	1.383,42	2.075,13
PI	2.075,13	2.248,06	1.383,42	1.729,28	1.729,28	1.988,67	1.902,20	2.075,13	2.248,06	2.075,13	2.161,60	2.248,06	2.248,06	2.075,13	2.075,13	2.075,13	1.383,42	2.075,13
PR	2.137,17	2.315,26	1.424,78	1.780,97	1.780,97	2.048,12	1.959,07	2.137,17	2.315,26	2.137,17	2.226,22	2.315,26	2.315,26	2.137,17	2.137,17	2.137,17	1.424,78	2.137,17
RJ	2.416,36	2.617,72	1.610,90	2.013,63	2.013,63	2.315,67	2.214,99	2.416,36	2.617,72	2.416,36	2.517,04	2.617,72	2.617,72	2.416,36	2.416,36	2.416,36	1.610,90	2.416,36

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RN	2.075,13	2.248,06	1.383,42	1.729,28	1.729,28	1.988,67	1.902,20	2.075,13	2.248,06	2.075,13	2.161,60	2.248,06	2.248,06	2.075,13	2.075,13	2.075,13	1.383,42	2.075,13
RO	2.398,28	2.598,14	1.598,86	1.998,57	1.998,57	2.298,35	2.198,43	2.398,28	2.598,14	2.398,28	2.498,21	2.598,14	2.598,14	2.398,28	2.398,28	2.398,28	1.598,86	2.398,28
RR	3.498,52	3.790,06	2.332,35	2.915,43	2.915,43	3.352,75	3.206,98	3.498,52	3.790,06	3.498,52	3.644,29	3.790,06	3.790,06	3.498,52	3.498,52	3.498,52	2.332,35	3.498,52
RS	2.827,00	3.062,59	1.884,67	2.355,84	2.355,84	2.709,21	2.591,42	2.827,00	3.062,59	2.827,00	2.944,80	3.062,59	3.062,59	2.827,00	2.827,00	2.827,00	1.884,67	2.827,00
SC	2.562,38	2.775,91	1.708,25	2.135,31	2.135,31	2.455,61	2.348,85	2.562,38	2.775,91	2.562,38	2.669,14	2.775,91	2.775,91	2.562,38	2.562,38	2.562,38	1.708,25	2.562,38
SE	2.359,83	2.556,48	1.573,22	1.966,53	1.966,53	2.261,51	2.163,18	2.359,83	2.556,48	2.359,83	2.458,16	2.556,48	2.556,48	2.359,83	2.359,83	2.359,83	1.573,22	2.359,83
SP	3.168,45	3.432,49	2.112,30	2.640,38	2.640,38	3.036,43	2.904,41	3.168,45	3.432,49	3.168,45	3.300,47	3.432,49	3.432,49	3.168,45	3.168,45	3.168,45	2.112,30	3.168,45
TO	2.598,73	2.815,29	1.732,48	2.165,61	2.165,61	2.490,45	2.382,17	2.598,73	2.815,29	2.598,73	2.707,01	2.815,29	2.815,29	2.598,73	2.598,73	2.598,73	1.732,48	2.598,73
BR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

INSTITUIÇÕES CONVENIADAS					Estimativa de Receitas FUNDEB 2011 (Art. 15, I e II, da Lei nº11.494/2007) R$ mil		
UF	CRECHE INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	TOTAL DA RECEITA ESTIMADA
AC	2.380,46	1.731,24	2.813,27	2.164,05	562.888,9	-	562.888,9
AL	1.902,20	1.383,42	2.248,06	1.729,28	1.241.808,8	323.027,5	1.564.836,3
AM	1.902,20	1.383,42	2.248,06	1.729,28	1.810.756,00	162.851,3	1.973.607,2
AP	2.677,48	1.947,26	3.164,30	2.434,07	548.292,1	-	548.292,1
BA	1.902,20	1.383,42	2.248,06	1.729,28	4.924.699,2	1.674.502,7	6.599.201,9
CE	1.902,20	1.383,42	2.248,06	1.729,28	2.680.086,9	1.111.579,4	3.791.666,3
DF	2.513,31	1.827,86	2.970,27	2.284,83	1.216.619,3	-	1.216.619,3
ES	2.670,71	1.942,34	3.156,30	2.427,92	2.012.312,00	-	2.012.312,00
GO	2.253,52	1.638,93	2.663,25	2.048,66	2.690.511,3	-	2.690.511,3
MA	1.902,20	1.383,42	2.248,06	1.729,28	1.991.432,00	1.771.681,9	3.763.113,9
MG	2.093,36	1.522,44	2.473,97	1.903,06	8.712.133,8	-	8.712.133,8
MS	2.379,22	1.730,34	2.811,81	2.162,93	1.419.298,3	-	1.419.298,3
MT	2.309,84	1.679,88	2.729,81	2.099,86	1.741.413,2	-	1.741.413,2
PA	1.903,05	1.384,03	2.249,05	1.730,04	2.324.144,1	1.843.778,2	4.167.922,3
PB	1.902,20	1.383,42	2.248,06	1.729,28	1.488.434,4	178.438,1	1.666.872,5
PE	1.902,20	1.383,42	2.248,06	1.729,28	3.291.802,6	491.890,3	3.783.692,9
PI	1.902,20	1.383,42	2.248,06	1.729,28	1.229.730,00	365.522,4	1.595.252,3
PR	1.959,07	1.424,78	2.315,26	1.780,97	4.566.228,2	-	4.566.228,2
RJ	2.214,99	1.610,90	2.617,72	2.013,63	6.191.267,2	-	6.191.267,2
RN	1.902,20	1.383,42	2.248,06	1.729,28	1.413.352,9	1.928,9	1.415.281,8
RO	2.198,43	1.598,86	2.598,14	1.998,57	910.530,3	-	910.530,3
RR	3.206,98	2.332,35	3.790,06	2.915,43	407.805,9	-	407.805,9
RS	2.591,42	1.884,67	3.062,59	2.355,84	5.350.842,9	-	5.350.842,9
SC	2.348,85	1.708,25	2.775,91	2.135,31	3.070.308,3	-	3.070.308,3
SE	2.163,18	1.573,22	2.556,48	1.966,53	1.043.018,6	-	1.043.018,6
SP	2.904,41	2.112,30	3.432,49	2.640,38	24.310.946,4	-	24.310.946,4
TO	2.382,17	1.732,48	2.815,29	2.165,61	907.120,4	-	907.120,4
BR	-	-	-	-	88.057.784,00	7.925.200,6	95.982.984,6

ANEXO II
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº , DE DE 2011.
CRONOGRAMA DE REPASSES DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB 2011 (Art. 6º, § 1º, da Lei Nº 11.494/2007, c/c art. 4º da Lei nº 11.738/2008)

R$ 1,00

MESES	ESTADOS										TOTAL
	ALAGOAS	AMAZONAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	PERNAMBUCO	PIAUÍ	RIO GRANDE DO NORTE	
JAN	20.345.568,90	9.938.684,48	105.873.337,32	70.439.822,80	112.882.652,96	117.408.641,67	10.964.391,98	30.604.808,15	23.069.207,11	0,00	501.527.115,37
FEV	20.345.568,90	9.938.684,48	105.873.337,32	70.439.822,80	112.882.652,96	117.408.641,67	10.964.391,98	30.604.808,15	23.069.207,11	0,00	501.527.115,37
MAR	20.938.509,10	10.686.514,16	108.373.874,91	71.876.542,66	114.308.553,84	118.987.930,64	11.595.647,63	32.038.506,72	23.673.672,38	177.452,60	512.657.204,64
ABR	20.938.509,10	10.686.514,16	108.373.874,91	71.876.542,66	114.308.553,84	118.987.930,64	11.595.647,63	32.038.506,72	23.673.672,38	177.452,60	512.657.204,64
MAI	20.938.509,10	10.686.514,16	108.373.874,91	71.876.542,66	114.308.553,84	118.987.930,64	11.595.647,63	32.038.506,72	23.673.672,38	177.452,60	512.657.204,64
JUN	20.938.509,10	10.686.514,16	108.373.874,91	71.876.542,66	114.308.553,84	118.987.930,64	11.595.647,63	32.038.506,72	23.673.672,38	177.452,60	512.657.204,64
JUL	20.938.509,10	10.686.514,16	108.373.874,91	71.876.542,66	114.308.553,84	118.987.930,64	11.595.647,63	32.038.506,72	23.673.672,38	177.452,60	512.657.204,64
AGO	25.845.988,14	13.032.878,18	133.976.186,52	88.935.530,47	141.743.657,80	147.512.344,27	14.205.692,82	39.360.382,20	29.245.649,09	157.735,64	634.016.045,13
SET	25.845.988,14	13.032.878,18	133.976.186,52	88.935.530,47	141.743.657,80	147.512.344,27	14.205.692,82	39.360.382,20	29.245.649,09	157.735,64	634.016.045,13
OUT	25.832.574,76	13.015.960,90	133.919.619,79	88.903.029,23	141.711.401,30	147.476.617,86	14.451.312,80	39.327.949,31	29.231.974,99	145.604,19	634.016.045,13
NOV	25.832.574,76	13.015.960,90	133.919.619,79	88.903.029,23	141.711.401,30	147.476.617,86	14.451.312,80	39.327.949,31	29.231.974,99	145.604,19	634.016.045,13
DEZ	25.832.574,76	13.015.960,90	133.919.619,79	88.903.029,23	141.711.401,30	147.476.617,86	14.451.312,80	39.327.949,31	29.231.974,99	145.604,19	634.016.045,13
JAN/2012 (*)	48.454.126,56	24.427.690,39	251.175.402,63	166.736.913,09	265.752.281,42	276.566.731,51	26.765.708,15	73.783.546,27	54.828.352,81	289.331,81	1.188.780.084,64
SUBTOTAL (A)	**323.027.510,42**	**162.851.269,21**	**1.674.502.684,23**	**1.111.579.420,62**	**1.771.681.876,04**	**1.843.778.210,17**	**178.438.054,30**	**491.890.308,50**	**365.522.352,08**	**1.928.878,66**	**7.925.200.564,23**
(B) 10% do total anual (art. 4º, § 2º, da Lei 11.494/2007 c/c art. 4º da Lei nº 11.738/2008)											880.577.840,47
(A+B) Total Geral (Art. 6º da Lei nº 11.494/2007)											**8.805.778.404,70**

(*) Correspondente a 15% do total de 2011 a ser distribuído automaticamente

ANEXO III
Portaria Interministerial nº de de 2011
VALOR POR ALUNO / ANO, POR ESTADO E DISTRITO FEDERAL, DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF 2006

UF	Valor por aluno / ano, a ser observado no FUNDEB (art.32, § 2º, da Lei 11.494/2007)				
	Séries Iniciais Urbano	Séries Iniciais Rural	Quatro Séries finais Urbano	Quatro séries finais Rural	Especial (Urbano e Rural)
AC	2.066,66	2.108,00	2.170,00	2.211,33	2.211,33
AL	887,55	905,30	931,92	949,67	949,67
AM	1.171,72	1.195,16	1.230,31	1.253,74	1.253,74
AP	2.192,98	2.236,84	2.302,63	2.346,49	2.346,49
BA	913,13	931,39	958,78	977,04	977,04
CE	913,16	931,43	958,82	977,08	977,08
DF	2.151,38	2.194,41	2.258,95	2.301,98	2.301,98
ES	1.991,72	2.031,56	2.091,31	2.131,14	2.131,14
GO	1.333,14	1.359,81	1.399,80	1.426,46	1.426,46
MA*	837,01	853,75	878,86	895,60	895,60
MG	1.340,30	1.367,11	1.407,31	1.434,12	1.434,12
MS	1.752,08	1.787,12	1.839,69	1.874,73	1.874,73
MT	1.463,12	1.492,38	1.536,28	1.565,54	1.565,54
PA*	837,01	853,75	878,86	895,60	895,60
PB	1.023,80	1.044,28	1.074,99	1.095,47	1.095,47
PE	1.058,37	1.079,54	1.111,29	1.132,46	1.132,46
PI	948,20	967,17	995,61	1.014,58	1.014,58
PR	1.554,25	1.585,33	1.631,96	1.663,05	1.663,05
RJ	1.479,02	1.508,60	1.552,97	1.582,55	1.582,55
RN	1.458,97	1.488,15	1.531,91	1.561,09	1.561,09
RO	1.559,78	1.590,97	1.637,77	1.668,96	1.668,96
RR	2.749,85	2.804,84	2.887,34	2.942,33	2.942,33
RS	1.824,46	1.860,95	1.915,68	1.952,17	1.952,17
SC	1.702,70	1.736,76	1.787,84	1.821,89	1.821,89
SE	1.471,91	1.501,35	1.545,51	1.574,95	1.574,95
SP	2.229,06	2.273,64	2.340,51	2.385,09	2.385,09
TO	1.862,63	1.899,88	1.955,76	1.993,01	1.993,01

***Considerando o valor mínimo por aluno/ano a que se refere o Dec nº5.690/2006.**

PORTARIA Nº 1.727, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 11.740, de 16 de julho de 2008 e 11.534, de 11 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Redistribuir, na forma do anexo à presente portaria, um Cargo de Direção (CD), visando à constituição parcial das estruturas administrativas das atuais e das novas unidades de ensino que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

CARGO DE DIREÇÃO	QTDE	DE	PARA
CD - 03	1	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.613, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº. 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, na Lei nº. 12.309, de 09 de agosto de 2010, na Lei nº. 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, no Decreto nº. 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº. 7.445, de 1º de março de 2011, Decreto nº. 7.622, de 22 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.022, de 02 de dezembro de 2009, no Acórdão nº. 2.731/2008 do Tribunal de Contas da União, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Portaria Conjunta STN/SOF nº 4, de 30 de novembro de 2010), e no Manual SIAFI; resolve:

Art. 1º. Fica prorrogado, até 16 de dezembro de 2011, o prazo de empenho para os órgãos e unidades orçamentárias vinculadas ao Ministério da Educação, constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, nos termos do art. 12 do Decreto nº. 7.445, de 1º de março de 2011.

§ 1º. Observando o disposto no caput, os empenhos limitar-se-ão às despesas cujos contratos, convênios ou instrumentos congêneres possam ser formalizados até 31 de dezembro de 2011.

§ 2º. As restrições previstas neste artigo não se aplicam às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV da Lei nº 12.309/2010 e às decorrentes da abertura de créditos extraordinários.

§3º. É vedada a emissão de empenhos em nome da própria unidade ou em nome de fundações de apoio sob a alegação de inviabilidade de execução orçamentária temporal, conforme determina o Acórdão nº. 2.731/2008 do Tribunal de Contas da União, a Lei 4.320/64, a Lei nº 8.666/93, a Lei 12.309/2010, a Lei nº. 12.381/2011, a Lei Complementar nº 101/2000, o Decreto-Lei nº 200/67, o Decreto nº 93.872/86, o Decreto nº 6.170/2007, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Portaria Conjunta STN/SOF nº 4, de 30 de novembro de 2010).

§ 4º. O ato da solicitação de limite de empenho pelas unidades orçamentárias e de crédito orçamentário pelas unidades gestoras da administração direta será considerado, pela Coordenação-Geral de Orçamento - SPO/SE/MEC, inclusive como declaração de que a unidade solicitadora dispõe de plenas condições para executar o crédito orçamentário até a data estabelecida pelo artigo 4º desta portaria, em observância à jurisprudência do TCU e à legislação aplicável à execução da despesa pública.

Art. 2° Esta Portaria, composta do ANEXO I, entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

ANEXO I

DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO

Alimentação Escolar (Medida Provisória nº 2.178-36, de 24/08/2001)
Dinheiro Direto na Escola (Medida Provisória nº 2.178-36, de 24/08/2001)
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006)
Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (Emenda Constitucional nº. 53 de 19/12/2006)
Pessoal e Encargos Sociais
Sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor
Serviço da dívida
Transferências a Estados e Distrito Federal da Cota-Parte do Salário-Educação (art. 212, § 5º, da Constituição).
Auxílio-Alimentação (art. 22 da Lei nº. 8.460, de 17/09/1992).
Auxílio-Transporte (Medida Provisória no 2.165-36, de 23/08/2001)
Assistência Pré-Escolar (Lei no 8.069, de 13/07/1990, e Decreto nº 977, de 10/09/1993)
Apoio ao Transporte Escolar (Lei no 10.880, de 09/06/2004);
Educação de Jovens e Adultos (Lei no 10.880, de 09/06/2004);
Assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos quando for o caso, a militares, servidores civis, compreendendo ativos e inativos, e pensionistas, e respectivos dependentes (Lei no 6.880, de 09/12/1980, Lei no 8.112, de 11/12/1990, e Decreto no 6.856, de 25/05/2009)

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 244, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso II, art. 55 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Promover a alteração da Modalidade de Aplicação de dotação orçamentária consignada na Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro 2011, de acordo com a legislação vigente, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º A presente alteração se faz necessária para a execução do Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática do Ensino Médio, via convênio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

ANEXO

26291 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Programa de Trabalho	ESF	ID USO	FONTE	GRUPO DE DESPESA	Modalidade de Aplicação	
					SIT. ANTERIOR	SIT. ATUAL
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO						
12.128.1061.8429.0001						
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTÂNCIA						
	1	0	0112	2.815.440,00 (GD 3) 227.500,00 (GD 4)	30 30	50 50

PORTARIA Nº 245, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, usando das atribuições conferidas pelo artigo 26, incisos II, III e IX, do Decreto nº 6.316, de 20 dezembro de 2007, e considerando a autorização contida no artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.405, de 1992, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Programa de Apoio à Participação em Eventos no Exterior - PAEX - para as inscrições no ano de 2012.

Art. 2º Divulgar os novos valores para o auxílio-deslocamento para o PAEX, que terão vigência para as inscrições realizadas a partir de 2012, conforme tabela anexa a esta portaria.

Art. 3º Revoga-se a tabela constante na Portaria CAPES/DGES nº 21 de 10 de março de 2011.

Art. 4º O regulamento aprovado por esta portaria, poderá ser acessado a partir desta data, no endereço: www.capes.gov.br.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

ANEXO

Programa de Apoio à Participação em Eventos no Exterior - PAEX

O valor do auxílio varia de acordo com a localização geográfica do evento, conforme tabela a seguir:

Região Geográfica 1	Auxílio (US$) 2
ÁFRICA	3550
AMÉRICA CENTRAL	2800
AMÉRICA DO NORTE	3200
AMÉRICA DO SUL	2000
ÁSIA	4000
AUSTRÁLIA e NOVA ZELÂNDIA	4700
GRÃ-BRETANHA	3300
EUROPA	3300

1. O auxílio se destina a contribuir com despesas para o traslado de ida e volta do Brasil ao país onde será realizado o evento científico, indicado na inscrição e aprovado pela CAPES.

2. O valor do auxílio estabelecido pela Capes considera o custo comercial de um bilhete aéreo, de ida e volta, tarifa promocional, classe econômica e estadia pelo período do evento.

3. O pagamento do auxílio é feito em uma única parcela, em conta bancária no Brasil, não admitindo pagamento de diferença nem restituição de saldo.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 2.828, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE REITOR, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:

R E T I F I C A R os termos da Portaria GR nº. 2173/2011, publicada no D.O.U. de 28/09/2011, referente ao edital nº 034/2011, que homologou o resultado do concurso público para professor de carreira do Magistério Superior, conforme abaixo:

Onde se lê:

INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIAS DE ITACOATIARA

Área de Conhecimento: GEOMETRIA DIFERENCIAL
Classe/Padrão: Professor Assistente, MS-B, nível 1
Carga Horária: Dedicação Exclusiva
LUCIO FABIO PEREIRA DA SILVA
MARCO AURÉLIO DOS SANTOS CRUZ

Leia-se:

INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIAS DE ITACOATIARA

Área de Conhecimento: GEOMETRIA DIFERENCIAL
Classe/Padrão: Professor Auxiliar, MS-A, nível 1
Carga Horária: Dedicação Exclusiva
LUCIO FABIO PEREIRA DA SILVA
MARCO AURÉLIO DOS SANTOS CRUZ

HEDINALDO NARCISO LIMA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 1.593, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/05/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, considerando o que conta do Processo 006517/2010, resolve:

1. retificar a Portaria 1.446/2011, de 18/11/2011, publicada no Diário Oficial da União, de 23/11/2011, Seção 1, pág. 16, onde se lê: "... face à inexecução parcial ...", leia-se: "... face à inexecução total ..."; 2. manter inalteradas as demais disposições..

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 1.375, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado através da portaria MEC nº. 265, de 24/03/2009, publicada no Diário Oficial da União de 25/03/2009, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização concedida pelo Decreto nº. 7.311, de 22 de setembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2010, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e pela Portaria Interministerial nº. 56, de 20 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2011, dos Excelentíssimos Senhores Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministro da Educação, resolve:

Homologar, na forma do Anexo I desta Portaria, a relação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas, regido pelo Edital nº. 04/2011, de 13/10/2011, publicado no DOU de 14/10/2011, para os Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, do Quadro de Pessoal Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológico do Espírito Santo.

Homologar, na forma do Anexo II desta Portaria, a relação dos candidatos aprovados, portadores de necessidades especiais, no Concurso Público de Provas, regido pelo Edital nº. 04/2011, de 13/10/2011, publicado no DOU de 14/10/2011, para os Cargos de Técnico- Administrativos em Educação, do Quadro de Pessoal Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológico do Espírito Santo.

DENIO REBELLO ARANTES

ANEXO I

101 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM / Cachoeiro de Itapemirim

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120402227	JOSÉ MARIA JUSTO	72	1º
1120411455	MARIA DA PENHA SUHET MUSSI	60	2º
1120400789	DÉBORA LUPIM SANTOS	60	3º

102 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM / Aracruz

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120410202	ZULEIDE DA PENHA MOSCHEN BADA	72	1º
1120407822	MARIA APARECIDA FAVERO BARONI	64	2º
1120407599	LEONARDO DE SOUZA OLIVEIRA	62	3º
1120406019	SUELI APARECIDA RODRIGUES LUCAS	60	4º
1120417206	VANESSA PISSARRA PINTO BOTAN	60	5º

103 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM / Ibatiba

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120414636	OFRANIA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA	66	1º
1120404565	JANAIR BENTO DA COSTA	62	2º
1120400682	MARCELO PEREIRA MACHADO DE ÁVILA	62	3º

104 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM / Nova Venécia

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120414064	IVANETE PEREIRA ROCHA	66	1º
1120410586	ADRIANO CAMPOS FRANCA	64	2º
1120408215	ROGERIO CARDOSO SILVA	62	3º
1120404949	DRIELY GUIDONI DE CHRISTO	60	4º

105 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120410172	GIOVANA DEWES MUNARI	92	1º
1120400281	DEISE MENEZES SANTOS	90	2º
1120412808	VITOR LOYOLA PREST	88	3º
1120415071	WANESSA GONÇALVES DOS SANTOS	88	4º
1120411628	WESLLEY VITOR DA SILVA	88	5º
1120410641	DIEGO FERNANDO PASSAMANI LOPES	84	6º
1120415659	THARSILLA PAULINO MARCHIORI	84	7º
1120417476	ANDRÉ LUIZ CARVALHO DA SILVA OLIVEIRA	84	8º
1120405381	EVELYN RODRIGUES CURTO	84	9º
1120415904	ARIANE GOMES DO NASCIMENTO	84	10º
1120416119	TARIANNE DA SILVA PINTO BERTOZA	84	11º
1120414547	LUIZ EDUARDO RIBEIRO PEREIRA	84	12º
1120401535	ALBÉRICO MENEZES SANTOS	84	13º
1120410089	PEDRO VITOR MEDICI	82	14º
1120416793	WENDEL GOMES FERRI	82	15º
1120410585	NELSON VICTOR LOUSADA CADE	82	16º
1120414930	ALINE OLIVEIRA AMARAL	82	17º
1120406588	ANDREIA DE PAULA GURTLER	82	18º
1120414305	LORENZO CORDEIRO PAULI DE MORAES	82	19º
1120412674	ALBERTO DA COSTA OLIVEIRA	82	20º
1120402620	HIGOR SILVA SOBRAL	82	21º
1120416495	FERNANDA PEREIRA PÔNCIO	80	22º
1120408109	ROSINETE FASSARELLA	80	23º
1120408938	NATHALIA SALLES SERRÃO	80	24º
1120408785	VLAD SCHÜLER COSTA	80	25º

105 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Vitória

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120408010	ANDRÉ ARAÚJO MARTINI	90	1º
1120417711	ANTONIO ELOY DE OLIVEIRA ARAUJO	90	2º
1120410996	SILVANA FONTOURA SILVA	88	3º
1120410829	MARÍLIA SILVA CARDOZO CHAVES	88	4º
1120411739	SARA BARBOSA DE OLIVEIRA	88	5º
1120410876	LETICIA DOS SANTOS SCIORTINO	86	6º
1120416605	LUCAS ALVES ROCHA	86	7º
1120417207	CAMILA KISE HIGA	86	8º
1120411424	RODRIGO ZARDINI	80	9º

107 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Alegre

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120410283	DIANA PAULA DIOGO CORREIA	84	1º
1120410997	KAMILA MACHADO FASSARELLA	84	2º
1120408363	ANTONIO LUIZ DA SILVA LOCA	84	3º
1120413392	WELITON MENÁRIO COSTA	82	4º
1120416701	THIAGO SOUZA MESQUITA DOS SANTOS	80	5º
1120414369	GUSTAVO WOLTER SOARES	78	6º
1120408219	JEANE DE ALMEIDA ALVES	78	7º
1120414296	TATIANE MOULIN	78	8º
1120412378	RENATA DURÃO RODRIGUES DA CUNHA	76	9º

107 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Serra

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120410192	PEDRO LUÍS MONTESSO	98	1º
1120415257	EDSON ALVES DE LIMA JÚNIOR	98	2º
1120400655	MICHELY ALMEIDA DOS SANTOS	90	3º
1120404122	PRISCILA MENDES MARTINS	88	4º
1120401228	DENNIA LUCIA GOLDNER SCHROCK	86	5º
1120415092	DARKIO LOURENÇO SIQUEIRA PAULO	86	6º
1120405106	ALAN AFIF HELAL	86	7º
1120401059	ALINE PIMENTEL BENEDICTO	84	8º
1120400572	JOSÉ ROBERTO SACRAMENTO	84	9º
1120411747	JULIANA DALMASO DA SILVA	84	10º
1120401798	ALINE JACOB GOMES	84	11º
1120415865	JANIO DONISETE WELNECKER	84	12º
1120415091	BRUNA CARLA FEITOSA DA SILVA	84	13º
1120413323	MARIA APARECIDA FREITAS DE CARVALHO	84	14º
1120417530	SILAS ADOLFO POTIN	84	15º
1120415363	STEFANO SBARDELOTTI DE ANDRADE	84	16º
1120403802	ELIZANIO CAMPANHA FIORESE	82	17º
1120413390	LUCIANO RODRIGUES CARNEIRO	82	18º
1120414263	BERNARDO VIEIRA DE SIQUEIRA BOTELHO	82	19º
1120411352	DANIELLY GUSTAVO TEIXEIRA	82	20º
1120410933	MARCOS FERNANDO DE SOUZA FILHO	80	21º
1120410386	JAMILA SANTOS NUNES THOMAZ	80	22º
1120405126	CAMILA PELISSARI	80	23º
1120403348	FRANCISCO DAL COL BRIDE	80	24º
1120401043	DANIEL DA SILVA CARNEIRO	80	25º
1120412016	LUCIANE MOREIRA DA SILVA	78	26º
1120410575	KEZIA FERNANDA DIAS MESSIAS	78	27º
1120406825	ROZIMEIRE LUCAS LOURENÇO MACHADO - PORTADO	78	28º
1120408822	FABIANA RODRIGUES MESQUITA	78	29º

109 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Cachoeiro de Itapemirim

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120417739	PATRÍCIA VIEIRA NOÉ	94	1º
1120416300	MARIANA FALCÃO TAVARES	90	2º
1120415955	CARLOS PAULINO AGRIZZI	90	3º
1120410544	CARLA PERES DE SOUZA	88	4º
1120416362	LARISA DE LIMA VARGAS	86	5º
1120400744	KAILA DA COSTA BORGES	84	6º
1120408798	NAARA VIEIRA BRANDÃO	84	7º
1120402972	GRAZIANA SALVADOR DE SOUZA	82	8º
1120401397	RODOLFO SILVA PERES	78	9º

110 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / São Mateus

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120412758	PEDRO HENRIQUE VIDAL AGUIAR	86	1º
1120418052	CRISTIANO DE JESUS SANTOS	84	2º
1120415764	PEDRO IGOR MONTEIRO FRANÇA RODRIGUES	84	3º
1120402063	VALÉRIA SCHMILDT NASCIMENTO	84	4º
1120415219	PAULO VITOR VIDAL AGUIAR	84	5º
1120402834	WAGNER PEREIRA DOS SANTOS	84	6º
1120402120	FLÁVIA MACIEL MILLERI	84	7º
1120407178	WELBER TONETO MOTA	84	8º
1120416950	LIDIANE LOUREIRO ALTOÉ	82	9º
1120414757	KASSIO CHIABAI GIUBERTI	82	10º
1120412346	JEFFERSON DOS SANTOS RANGEL	82	11º
1120409770	SANDRO ROCHA SOARES	82	12º
1120407045	HEDON BASILIO	82	13º
1120407578	JANAINA MESQUITA DA SILVA	80	14º
1120414681	KLEBER MAGNO QUARTEZANI DUARTE	80	15º
1120412543	ROSILANDIO PEREIRA DE SOUZA	80	16º
1120417643	THAYRONI BONNIHEKI GOMES SOUZA	80	17º
1120404678	WENDRESON DE ASEVEDO ROSSINI	80	18º

111 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Cariacica

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120406489	FILIPE MATEUS VIEIRA DE AZEVEDO	90	1º
1120409697	RAFAEL KROHLIING GOLDNER	90	2º
1120403984	LETÍCIA SOARES BERMUDES	88	3º
1120402383	CLEYSON VICENTE DOS SANTOS	88	4º
1120411793	JEFERSON PEREIRA RUFINO	88	5º
1120417478	ROSANA MARTINS MATTIUZZI	88	6º
1120411232	GUILHERME MARQUES FIOROT	88	7º
1120412562	SILVIO FERNANDO PIETRO SESCHINI	84	8º
1120416733	JOSIANE FAUSTINO PIANCA	84	9º
1120410867	FELIPE ROCHA DE ARAUJO	84	10º
1120411919	THAMIRES VETTORAZZI DE MOURA	82	11º
1120417242	JULIANA BORGES DE FIGUEIREDO	82	12º
1120401756	PATRÍCIA ZUMMACH BETZEL	82	13º
1120403529	NEILESSANDRA DA SILVA	82	14º
1120417139	RAQUEL FAUSTINO PIANCA	82	15º
1120401783	MIQUEIAS PASSOS	80	16º
1120408014	VINICIUS ALMEIDA DA SILVA CASTRO	80	17º
1120409156	LUIZ ANTONIO LIMA DOS SANTOS	80	18º
1120418123	CARLOS HENRIQUE MORAES DAMACENO	80	19º
1120416221	LUCIANA FAUSTINO PIANCA	80	20º
1120400467	ANDRÉ PANI DE MENDONÇA	80	21º
1120412282	LUCIANO LEAL DOMINGOS	78	22º
1120412990	CRISTIANI BENTA LANES	78	23º
1120411251	WILSON DIAS DA SILVA JUNIOR	78	24º
1120411487	EDUARDO NASCIMENTO SAIB	78	25º

112 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Aracruz

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120415713	SAMUEL TOREZANI MONTOVANI	84	1º
1120402613	GENERVAL VALENTIM BONNA	84	2º
1120402919	LAYZA SPINASSÉ	84	3º
1120405457	FERNANDA CASTOLDI CASOTTI	84	4º
1120401604	LUCIANA BARONI	82	5º
1120408911	ELIAS VIANNA TINELLI	82	6º
1120409404	ANTONIO RODOLFO WAICHERT	82	7º
1120408460	HELAN MORÁO MARTINS	82	8º
1120413523	PETRIA NOVELI TOREZANI	80	9º
1120401495	THAIANA ZEN DA SILVA	80	10º

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1120409802	RAMON MESSIAS RIBEIRO	80	11º
1120417910	IARA TESTA DEVENS	80	12º
1120401234	LETICIA RICATTO BRAGATTO	80	13º
1120416424	MARCELO PEREIRA DE PAULA TOFFOLI	78	14º
1120413594	DANIELLE BARCELOS FERREIRA	76	15º
1120403384	TAINAH APARECIDA BRAVIN SPELTA	76	16º
1120410878	STEFANIO GOMES DE JESUS	76	17º
1120401422	JERUSA REGINA RAMOS	74	18º
1120404834	FABIO CESAR DA SILVA	74	19º
1120412703	RENATA HELMER	74	20º
1120409218	GABRIEL SCARPATI REBUZZI	74	21º
1120400405	DIEGO CRASQUE FABRES	74	22º

113 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Linhares

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120408024	JOCELI CHIABAI GIUBERTI	92	1º
1120408242	CAMILA GUIDONI	90	2º
1120403210	TIAGO DRAGO VENTURINI	90	3º
1120417213	PAULO RICARDO FRAGA FONSECA	86	4º
1120402207	KAMILA MASCARENHAS MACHADO	84	5º
1120411117	ROMULO COELHO MULLER	82	6º
1120408767	RUAM CARLOS ROSA	82	7º
1120412536	ALEXANDRE BOBBIO DOS SANTOS	80	8º
1120406760	KATIANE FABRES CUNHA	80	9º
1120409483	JOSIANE DALMASIO CLABUNDE	80	10º
1120415734	ADILSON ANTONIO GONÇALVES	78	11º
1120414453	FERNANDO FREGONA	78	12º
1120417046	LUCIANO FABRES PESTANA	78	13º
1120414997	RAFAELA RICATO PAZ	76	14º
1120417788	MARCOS ANTONIO VIEIRA NUNE	76	15º
1120404065	DÂMARIS DE SOUZA	76	16º
1120405903	ANDERSON EBERDT MENDES	76	17º
1120411582	ALISSON FABIANO DA CUNHA	74	18º

114 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Nova Venécia

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120401876	VÂNIA SILVARES MARQUIORI	92	1º
1120407558	MARIANA DOS SANTOS CEZAR	90	2º
1120401710	MARCOS ROBERTO DA SILVA	88	3º
1120408140	BRUNO HENRIQUE CÉLIA DE SÁ	88	4º
1120410634	SOLLYVAN RANGEL MAZZIOLLI	86	5º
1120413044	GELIANI ALVES DE ARAUJO	84	6º
1120416659	CAMILA PEIXOTO FILIPE	82	7º
1120416594	KEYLLA LOPES DE ALMEIDA	82	8º
1120401405	SÉRGIO LORENCINE PEREIRA	80	9º
1120414902	ELIZABETE MERLO	78	10º
1120414735	ANDRÉ LUIS MOREIRA SILVA	78	11º
1120414754	MAURICIO TOSCANO OLIVEIRA TOMAZ	78	12º
1120412175	FERNANDO TEIXEIRA COELHO	78	13º
1120412319	JULIANA DE OLIVEIRA SALOMÃO	76	14º
1120417026	EVANDRO BAIER GALON	76	15º
1120413259	ICARO MATHEUS AMARO MONTEIRO	76	16º
1120404557	VINÍCIUS BERGER	76	17º
1120404588	JOSEPH ANTHONY CAIN JUNIOR	76	18º
1120415068	FRANCISCO JÚNIOR SILVA DE SOUZA	76	19º
1120403362	PATRICK JOSÉ REDIGHIERI	76	20º
1120408721	LUCILENE DOS SANTOS ALVES	76	21º
1120400293	DOUGLAS MAGNO ELEOTÉRIO TAMIASSO	76	22º

115 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Venda Nova do Imigrante

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120412533	SAMUEL ROSSI ALTOÉ	92	1º
1120404721	VAGNERROSSI LIBARDI	78	2º
1120402854	JOELVA PASSOS	70	3º
1120404752	MÔNICA APARECIDA MENIGUSCI FALQUETO	70	4º
1120413566	LEANDRO MARQUES JUBINI	70	5º

116 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Guarapari

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120406249	LUCIANO COUTINHO NETO PELISSARI	76	1º
1120400045	JULIANA NASCIMENTO DA SILVA	76	2º
1120415715	JOSANA ABREU DE SOUZA	76	3º
1120409936	HAISSA TEIXEIRA CRUZ	72	4º
1120416135	RODRIGO BRAGA MARÇAL	72	5º

117 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Piúma

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120411702	RAFAELA MORAES CRUZ	86	1º
1120410524	MELQUI DE SOUZA SILVA	82	2º
1120415203	JONATHAS AGUIAR DE ANDRADE	78	3º
1120417374	FELIPE GRASSI DUARTE	76	4º
1120413797	PAOLLA CLAYR DE ARRUDA	76	5º
1120410100	LUZIANE BRISCKE	76	6º
1120409465	PHILIPE VERDAN BARRETO	76	7º
1120412687	GABRIEL LARA REZENDE	76	8º
1120410293	SANDRA GOMES DOS SANTOS	74	9º
1120409999	CARLOS EDUARDO OZÓRIO DE ALMEIDA	74	10º
1120413737	ALINE DE ALMEIDA GOMES	74	11º
1120412027	MARINA BATISTA MUCHULI	74	12º
1120400629	RICARDO GONÇALVES DA SILVA	74	13º
1120417843	MIRLENE DA SILVA	74	14º

118 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Ibatiba

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120413682	VANESSA DE MEDEIROS FIGUEIREDO	92	1º
1120403267	ASSUERO AMBROSIO TRINDADE	82	2º
1120412957	ISABELLA HENRIQUE LEAL FARIA	80	3º
1120413345	PAULA POLIANA DE OLIVEIRA ALMEIDA	74	4º
1120403504	MAYCON DA SILVA RAIDER	74	5º
1120404616	IVAN GOMES ALCURE	74	6º
1120411261	DENIO RUST JUNIOR	74	7º
1120408847	LILIAN DA SILVA CARVALHO	72	8º
1120404327	FLAVINÉRIA DE OLIVEIRA NOGUEIRA	72	9º
1120413331	LEISIANE GOMES DIAS DE BARCELLOS	72	10º
1120407035	ALAN FRAGA DE FREITAS	72	11º
1120408081	JACQUELINE PIMENTEL OLIVEIRA	72	12º
1120413465	RAQUEL CORRÊA DOS SANTOS ANDRADE	72	13º
1120415383	CARLUZY GERÔNIMO GASPAR DE OLIVEIRA	72	14º

119 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Vila Velha

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120403713	DANIELLY PENHA BARBOSA	82	1º
1120417704	ROGÉRIO MATHIAS RUFINO	78	2º
1120412202	ADILSON ALVES DE SOUZA JUNIOR	76	3º
1120403664	LUANDA ALVES BRITTO	74	4º
1120409101	PRISCILA NÍVEA LEITE CAVALCANTE	70	5º

201 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120415200	WANDERSON CASSARO	82	1º
1120411971	ROSANA PUTON	80	2º
1120407244	PIETRA BORCHARDT	80	3º
1120406853	JEAN ALDO ROSA NEVES	78	4º
1120408171	LUCIANA AMARAL CAZOTO	78	5º
1120404032	THAIS ROSARIO DA SILVEIRA	78	6º
1120410128	ADILSON CARVALHO DA FONSECA	78	7º
1120407892	FABIO SANTANA VIEIRA	76	8º
1120404716	ADRIANA DE MORAES ARIETA CLAUDIO	76	9º
1120417247	FELIPE FERRARI PADILHA	76	10º
1120415194	LÍSSIA PIGNATON DE OLIVEIRA	76	11º
1120410655	EMMANUEL MARQUES SILVA	76	12º
1120402890	ROBSON SILVA RIBEIRO	76	13º
1120415537	LEANDRO AMARAL KLEIN	76	14º
1120413159	LIDIANE LEITE VASCONCELOS	74	15º
1120412250	GRAZIANI MENDONÇA PEIXOTO	74	16º
1120412685	HELMO MAGNO BALLARINI	74	17º
1120416346	FAUSTO KARLAIRE DE BARROS	74	18º
1120407547	FABIO SELVA STELZER	74	19º
1120404852	RAFAEL VULPI CALIARI	74	20º
1120416099	CLEBER TADEU MATOS NEVES	74	21º
1120412404	MARCELO INÁCIO DA COSTA	74	22º
1120405261	MAURICIO ZANETTI UVANI	72	23º
1120410558	GRAZIELA BOZA SANTOS	72	24º
1120415161	SÉRGIO ADRIANY SANTOS MOREIRA	72	25º
1120401920	JOSÉ DE OLIVEIRA MACIEL FILHO	72	26º
1120416481	CHARLYS AGUIAR CARLINI	72	27º
1120412453	GUILHERME DAHER CALMON TAVARES	72	28º
1120414879	LIEGE NUNES DOS SANTOS NOGUEIRA	72	29º
1120413989	BRUNO ROSSI BASSI	72	30º
1120408036	RAQUEL ROCHA GOMES	70	31º
1120407589	GERALDO TADEU DO ESPIRITO SANTO AZEVEDO	70	32º
1120400046	BRUNELA VALENTIM SCHWAB	70	33º
1120411439	LUCAS DOS SANTOS ROSÁRIO	70	34º
1120410337	ARDALLA MIREILLI PENIDO LAUER	70	35º

202 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Alegre

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120403154	CRISTIANO DUTRA	78	1º
1120409656	GIOVANI COSTA DE OLIVEIRA	78	2º
1120408483	ROMULO MATOS DE MORAES	76	3º
1120411961	JACIANE PIZETA FERREIRA	72	4º
1120402086	ANDRÉ FERRARI GUALBERTO	72	5º
1120415934	RENATA SIMÃO SOARES	70	6º
1120400600	ALEXANDRE PEREIRA FAUSTINI	70	7º
1120412473	KÉZYA LOURENÇO BARBOSA	70	8º
1120403572	GLAUBER JUFO	70	9º
1120411409	KARILYN IAN BLYTH GARCIA ABREU	70	10º
1120402659	AURIONE DE OLIVEIRA CANDIDO	68	11º
1120400056	IZA PAULA SORIO	68	12º
1120410930	GECIANE SILVA DE ALMEIDA	68	13º
1120412457	FABIO SOUSA VARGAS	66	14º

203 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Serra

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120410732	MILA MAGNAGO FERREIRA	80	1º
1120411585	PASQUAL RUPF JUNIOR	80	2º
1120403696	MARCELO FRANCO DE ALMEIDA	74	3º
1120409844	ELISABETE RODRIGUES DE ALMEIDA FERREIRA	74	4º
1120400087	JUCIÉLI ALVES DA COSTA	74	5º
1120408002	BRUNO BELLAN HERINGER	72	6º
1120403003	VINICIUS GADIOLLI PIMENTEL	72	7º
1120414898	IGOR NUNES COSTA	70	8º
1120412421	ALLAINE LÚCIA RANGEL	68	9º
1120417176	SÂMELA PEDRADA CARDOSO	68	10º
1120416663	JULIANA AMORIM GUIMARÃES	68	11º
1120405449	CAMILA FERREIRA TINELLI	68	12º
1120414177	GUSTAVO DERIZ CHAGAS	66	13º
1120400872	FERNANDA KANISKI ROSSI	66	14º

204 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Cachoeiro de Itapemirim

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120416033	LEONAN PAULA GBAURO	76	1º
1120404963	DANIELE ZARDO	68	2º
1120407241	ARISIO WINGLER ALVES JUNIOR	66	3º
1120402675	RENATA LADAIN ALTOÉ	64	4º
1120412335	FLÁVIA GONCALVES VIEIRA	62	5º

205 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Cariacica

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120413917	THIAGO JOSE FERREIRA JUBINI	76	1º
1120414089	RAIANY OLIVEIRA REIS	68	2º
1120404864	FABRICIO DA SILVA PEREIRA	66	3º
1120401483	VAGNER MARIANO DE SIQUEIRA	66	4º
1120408528	DÉRIO JOSÉ FAUSTINO JUNIOR	66	5º

206 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Aracruz

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120406940	ELIMARA DO ROSARIO CAO	76	1º
1120410413	ADEMAR GONÇALVES DAS CANDEIAS JÚNIOR	74	2º
1120407908	DHENIFFER BELOTTI	66	3º
1120402411	CLENILTON MATEINI MADEIRA	66	4º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1120409411	MAYK KENNDY DA SILVA	64	5º

207 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Linhares

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120403665	CAIUCE NICOLI MOSCON	88	1º
1120401062	BRUNA SIMON	82	2º
1120414501	JULCIMAR GUERRA DO NASCIMENTO	80	3º
1120411962	CLÁUDIA GUIO BRAGATO	76	4º
1120404791	HORÁCIO ALVARENGA VIEIRA	70	5º
1120413366	CLEITON ALVES DE ARAÚJO	70	6º
1120407219	MARCIO OLIVEIRA FRANSKOVIAKY	68	7º
1120410368	MARIA AUXILIADORA RUY	68	8º
1120401582	THAIS PELLACANI DOS SANTOS GRAÇA	66	9º
1120400775	LARISSI CECCO SOUZA MÁRIO	66	10º
1120408886	ALTIERRE VIERA	66	11º
1120412248	DIEGO DA SILVA SANTANA	66	12º
1120412750	RENATA GATI DALA BERNARDINA	66	13º
1120405884	GUILHERME PEREIRA SILVA	66	14º
1120417742	ALEX DOS SANTOS	66	15º
1120408451	FABIANA RIGO	64	16º
1120404263	BRENO SAITH DA SILVA	64	17º
1120401853	CREUZA MARIA DIAS DE ALMEIDA	64	18º
1120408818	ANA CAROLINA PEREIRA DA SILVA	64	19º
1120404081	JANICARLA DAL'BÓ	64	20º
1120412906	RAYANE MINTO BIMBATO	64	21º
1120401742	MARIA MARGARETH BERGAMASCHI	64	22º

208 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Nova Venécia

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120403550	MAURO DE SOUZA JUNIOR	86	1º
1120412265	RÚBIA DA CUNHA OLIVEIRA	80	2º
1120411410	WANDERSON LOUZADA	76	3º
1120406032	LEILIANY APARECIDA DE SOUZA ROLIM	72	4º
1120406864	GEILSON SABADINI PACATUBA	72	5º
1120414507	ANDRÉ FELIPE GOMES	68	6º
1120402564	ROSYANI GAVA FARONI	66	7º
1120407370	MAYARA SALVADOR MOREIRA	66	8º
1120403524	GILVANI PEREIRA ROSA	66	9º

209 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Venda Nova do Imigrante

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120408468	JONATHAN VENTURIM ZUCCON	80	1º
1120411075	JARBAS MOREIRA MINETE	76	2º
1120406765	JORGE AFONSO FILGUEIRAS QUINELATO	76	3º
1120400018	MARKO AURÉLIO GOULARTE	70	4º
1120406978	ARGEONE ELIUD HERBST	70	5º
1120400425	MARIANA RECLA DE TOGNI	70	6º
1120414765	JAMILLE FALQUETO LOURENZONI	70	7º
1120407632	ELIZABETH CRISTINA PEREIRA DE CASTRO	68	8º
1120410068	FABIOLA POPE CAMILO	68	9º
1120416154	FERNANDA PAGIO PEREIRA	68	10º
1120403534	IZABEL ELIANI ZUCOLOTO	68	11º
1120413589	CINTIA PETRI	66	12º
1120411955	ANDRIELE TINOCO DA SILVA SALVATE BRASIL	66	13º
1120413129	MARIA ADELAIDE PRATES FERREIRA	66	14º
1120412218	GILIARDE CARDOSO	66	15º
1120412641	WESLEY AUGUSTO CAMPANHARO	66	16º
1120405464	HELDER DE AQUINO FALQUETO	66	17º
1120409082	ANDRÉ BOTTACINE ZANDONADI	64	18º

210 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Guarapari

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120400212	THIAGO CUNHA SILVA	80	1º
1120414475	VINÍCIUS PACHECO PEREIRA	78	2º
1120401844	ANDERSON CHAGAS RAMOS	78	3º
1120409618	RONALDO DE OLIVEIRA NETO	78	4º
1120410115	KARINE DA SILVA JANIQUES	74	5º
1120401743	LOREANE DE ANA GUIMARAES DOS SANTOS	72	6º
1120411495	RAFAEL DA SILVA JANIQUES	72	7º
1120411250	ALEXANDRE LUIZ LORENCETE	68	8º
1120411431	RAFAEL DE ALMEIDA ÁVILA LOBO	66	9º

211 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Piúma

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120418090	LUCAS ROBERTO COELHO	80	1º
1120415189	MELINA SOUZA SANTESI	78	2º
1120403933	THIAGO SANTOS DA SILVA	78	3º
1120401777	RODRIGO LANA DUARTE	76	4º
1120405225	LUCIO MARQUES PEÇANHA	76	5º
1120403783	ELISÂNGELA CAMPOS RODRIGUES	76	6º
1120415541	GUSTAVO BIANCARDI BRAGA	76	7º
1120412460	ALEX GOLFFETTO DA VEIGA	74	8º
1120412670	JULIO CESAR COLA PEREIRA	72	9º
1120406095	LOREINE CARVALHO DA SILVA	72	10º
1120411072	LUCIANO NETO DA SILVA	72	11º
1120416505	LARYSSA DOS SANTOS MARTINS	70	12º
1120415573	JOEDE BEIRIZ CATIZANO MOURA	70	13º
1120411621	RUSSILAN FERNANDES OLIVEIRA ROSA	68	14º
1120413367	CAIO EDUARDO DE CARVALHO FERRAZ	68	15º
1120411744	OLDAIR LUIZ GONÇALVES	68	16º
1120414094	WILSON BARROS VIANA	68	17º
1120416339	CARLA OLIVEIRA DE ANDRADE	68	18º
1120405465	JORGE PEREIRA JUNIOR	68	19º
1120404835	HUDSON CORDEIRO DA SILVA	66	20º
1120415046	FERNANDO LAZARO FAJOLI	66	21º
1120406573	LEONAN SCHNEIDER DALMONECH	66	22º
1120410591	VICTOR ANEQUIM GUIMARAES	66	23º
1120412263	ALLAN ALPOHIM MIRANDA	66	24º
1120408104	GABRIEL JOSÉ PAGANINI ESPADETI	66	25º

212 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Ibatiba

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120412653	SÉRGIO TAQUINI	74	1º
1120400244	CAIO HENRIQUES SICA LAMAS	66	2º
1120404109	LUCINEI DE MATOS	64	3º
1120410737	GENÉSIO GUEDES DE MORAIS	64	4º
1120411491	SILVIO CÉSAR ALCURE	60	5º

213 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Vila Velha

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120408443	NÁTILA ROCHESSO	74	1º
1120414090	GABRIEL ADOLFO GOMES POTIN	74	2º
1120410781	CHISLEI BRUSCHI LOUREIRO	70	3º
1120405228	PATRICIA IZABEL RODRIGUES COSTA DA SILVA F	70	4º
1120401694	MAGNO CARVALHO PIRES	68	5º

214 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / AGROINDÚSTRIA / Venda Nova do Imigrante

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120407478	ADEMILSON PELENGRINO BELLON	74	1º
1120408301	ANDERSON CARETTA VINCO	70	2º
1120404671	LEANDRO FAGUNDES MANÇANO	68	3º
1120413160	MAXIMILIANO DAZILIO FALQUETO	66	4º
1120411498	KAMILA RIGO PINHEIRO	64	5º
1120406410	LUCIANO ULIANA	64	6º
1120409939	ALESSANDRA BRIOSCHI	62	7º
1120401018	AMANDA DUIM FERREIRA	62	8º
1120407743	GESIEL ALVES	60	9º

215 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / AGROPECUÁRIA / Itapina

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120417934	OTTO HERBERT SCHUHMACHER DIETRICH	76	1º
1120411896	CARLOS EDUARDO BATISTA GRONER	70	2º
1120403176	PETTERSON GONÇALVES TEIXEIRA	66	3º
1120409526	JOSÉ CARLOS LAMBERT	66	4º
1120412544	DALILA DA COSTA GONÇALVES	64	5º

216 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / AGRIMENSURA E CARTOGRAFIA / Nova Venécia

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120401573	GUILHERME GONÇALVES COSWOSK	70	1º
1120405237	JOSÉ ALBERTO DE JESUS	68	2º
1120411885	FABRICIO SOARES DE OLIVEIRA	62	3º

217 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL / Serra

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120410051	FILIPE NOLASCO ANASTACIO	84	1º
1120411061	DIEGO SACRAMENTO MAGESKI	80	2º
1120417493	THIAGO COUTINHO GONÇALVES DA SILVA	74	3º
1120405135	WILLIANS CHRISTO DO NASCIMENTO	72	4º
1120411398	NODIR ANTONIO SORTE JUNIOR	70	5º

218 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ALIMENTOS / Piúma

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120417175	MAX DELLES LOZORIO	68	1º
1120414752	TALITA GUIMARÃES VIDAL	64	2º
1120408457	POLIANA BERGAMIN ATHAYDE DE SOUZA	62	3º
1120410729	JULIANO ROCHA PEREIRA	62	4º

219 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / CIÊNCIAS / Colatina

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120411710	JÉSSICA LAURI SCHNEIDER	66	1º
1120403957	JANINE MACHADO BERGAMIN	60	2º

220 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / CIÊNCIAS / Piúma

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120416953	FABRICIO RIBEIRO TITO ROSA	76	1º
1120417445	CAROLINE AZEVEDO ROSA	74	2º
1120415891	ELZIANE FAVORETO ALVES FIRMINO	72	3º

221 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / EDIFICAÇÕES / Colatina

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120412737	BRUNO DA SILVA ASSIS	64	1º

223 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ELETROMECÂNICA / Cachoeiro de Itapemirim

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120400497	FERNANDA SOUZA SILVA	78	1º
1120409885	ADRIANO DA COSTA BORGES	74	2º
1120405194	VICTOR DOS SANTOS CARVALHO	72	3º
1120407404	ERIVELTON DE DEUS FERNANDES	70	4º
1120408720	BRUNO PEREIRA PERILO	62	5º

224 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ELETRÔNICA / Cariacica

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120400848	NATHANAEL NARDOTO BATISTA	86	1º
1120414943	RICARDO SALVADOR BOLDRINI	80	2º
1120403232	PEDRO RUPF PEREIRA VIANA	78	3º
1120413639	KLICIA MORAIS DE FREITAS MATOS	72	4º
1120417328	EDGAR PINA PEREIRA	72	5º

226 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ELETROTÉCNICA / São Mateus

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120403510	AIRES DA SILVA MONTEIRO JÚNIOR	78	1º
1120402387	RHAISTER ZANONI SOUZA	70	2º
1120405791	WESLEY DE JESUS CAPUCHO	68	3º
1120402625	MAGNUM FRIGERI TIBURTINO	62	4º

227 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / INFORMÁTICA / Serra

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120407309	WAGNER PORTO FERREIRA	66	1º
1120414967	JORGE LUIZ GOMES FILHO	64	2º
1120411335	ROBSON PARADELLA ROCHA	64	3º
1120414977	EDUARDO MOTTA DE OLIVEIRA	60	4º
1120400877	MURILO MARCHETTE	60	5º

228 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / INFORMÁTICA / Cachoeiro de Itapemirim

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120410920	FILIPE ERINGER GARRUTH	62	1º

229 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / INFORMÁTICA / Colatina

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120415503	HUGO GIACOMIN REBONATO	70	1º
1120410507	DOUGLAS QUEIROZ DROSDOKI	68	2º
1120404580	FELIPE SCHIRMANN FRANCISCO	66	3º

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1120402949	MARCOS ANTONIO GUMIERO	66	4º
1120409289	JORDAN CARDOZO	66	5º

230 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / MECÂNICA / Aracruz

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120403353	HUGO BARROSO	80	1º
1120400347	JACKSON RICARDO MARCELINO BRAZ	74	2º
1120411892	ALLAN LOUREIRO ROSALINO	70	3º
1120412657	VANDELFLAN DE MELO MEIRELES	70	4º
1120413106	JÉSSICA BALLARINI DE FREITAS	66	5º
1120410697	LUCIANO MASOLINI	66	6º
1120411922	LUCAS ALVES FERREIRA	66	7º
1120414429	JUDSON BARCELOS GONÇALVES	64	8º
1120400470	WISLLIAN DUARTE CALIMAN	64	9º

231 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / MECÂNICA / Guarapari

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120401364	BRUNO AZEREDO PASSIGATTI	70	1º
1120413240	THIAGO SOCOLOTT DA SILVA	62	2º
1120409325	BRUNO RAIDAN GOBBI	62	3º
1120416776	LENILSON PAIXÃO CORREA DA SILVA	62	4º
1120413946	RAFAEL PARANHOS PORTAL	62	5º

233 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / MINERAÇÃO / Nova Venécia

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120406767	ANDERSON PEREIRA MARTINS	72	1º
1120402127	ANTONIO MARCO DA SILVA JUNIOR	66	2º
1120412914	JOSUÉ REIS CAMPOS	66	3º

234 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / QUÍMICA / Alegre

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120411174	FÁBIO DO CARMO BRAGANÇA	68	1º
1120411314	DANDARHA COUTINHO PIGATTI	66	2º
1120410069	JAQUELINE RODRIGUES CINDRA DE LIMA SOUZA	60	3º
1120406167	ADRIANO AZEVEDO	60	4º

235 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / QUÍMICA / Aracruz

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120413436	LEONIDIO JOAQUIM ALVES JUNIOR	78	1º
1120410662	RODRIGO BORGES DE ARAUJO GOMES	76	2º
1120407426	MARCELLA PIFFER ZAMPROGNO MACHADO BARREIRO	70	3º
1120400042	MAGNO BARCELOS COSTA	64	4º
1120417771	PAULO GIOVANI CARLETI PEREIRA	62	5º

236 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / QUÍMICA / Itapina

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120411559	SHEILA POTRATZ	62	1º

237 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / QUÍMICA / Linhares

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120402701	FAIÇAL GAZEL	74	1º
1120403660	FABIANO BATISTA DA CONCEIÇÃO	68	2º

238 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / QUÍMICA / Nova Venécia

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120414065	LUKESE ROSA MENEGUSSI	74	1º

239 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO / QUÍMICA / Venda Nova do Imigrante

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120403653	FELIPE GOMES DA COSTA OLIVEIRA	62	1º

243 - TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / Cariacica

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120417734	EDUARDO DOS SANTOS LOPES	66	1º
1120408796	DIONNES BRUNO JESUINO BENTO	64	2º

244 - TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / Aracruz

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120402985	RENAN CAMPAGNARO SOPRANI	70	1º

245 - TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / Linhares

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120411068	EDUARDO SOFIATE	60	1º

246 - TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / Venda Nova do Imigrante

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120401341	TADEU PEREIRA BASTOS	74	1º

248 - TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / Piúma

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120413579	ALAN TEIXEIRA CRISOSTOMO	66	1º
1120403274	EDUARDO ALMEIDA SANTOS OIIVEIRA	60	2º

249 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120413093	CARLOS EDUARDO VIDAL	62	1º
1120407073	EVERALDO CÔCO	60	2º

250 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / Cachoeiro de Itapemirim

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120414989	FRANCIANE AMADEU BALMAS	62	1º
1120417981	VÂNIA CAMPANHA LIMA PRATES	60	2º

251 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / Linhares

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120414955	HELAINE DO AMARAL MOTTA	62	1º
1120412363	ALBERIONE DOS SANTOS	62	2º
1120417008	GUSTAVO BERGAMASCHI	60	3º
1120410335	MARCELO EFFIGEN	60	4º
1120400160	ADRIANO FÁBIO ALTOÉ	60	5º

252 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / Venda Nova do Imigrante

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120402285	LEANDRO LOBATO CURTY	86	1º
1120413186	EVANDRO DE ANDRADE SIQUEIRA	70	2º
1120409425	ELAINE DE SOUZA BARROS	64	3º

253 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / Ibatiba

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120406432	HEBER OLIVEIRA FREITAS	70	1º
1120415048	WEBSTER HOTT VIEIRA	64	2º

254 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / Vila Velha

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120411550	RODRIGO MARQUES DA SILVA	68	1º
1120410232	JOSUÉ SAMOURA NAZÁRIO	66	2º
1120404649	LUANA DE SOUZA COUTINHO	66	3º
1120411346	IZABEL CRISTINA FIGUEIREDO PIRES MARTINS	64	4º
1120417964	SAYONARA PINTO ZATTA	62	5º

255 - TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120400876	GUILHERME DAVID MULLER	84	1º
1120405017	GEORGIA PERINI NOLASCO	72	2º
1120400709	NEILIANDRO DA SILVA	70	3º
1120408069	DANIEL CAMPOS POMPERMAYER	70	4º
1120404826	RAFAEL LELIS FERRARI	68	5º

256 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM / Serra

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120404968	TARINE DE ARAÚJO COIMBRA	72	1º
1120413092	JOSIMARA RIBEIRO DOS SANTOS	70	2º
1120415276	ÁTHYLA CAETANO	66	3º
1120414371	MARICELMA TINELLI BRAGA	64	4º
1120410465	JAQUELINE FERREIRA LIMA	64	5º

257 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM / Nova Venécia

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120414354	ARISTON RODRIGUES DA SILVA JUNIOR	72	1º
1120402942	CLARISSA FERREIRA MOREIRA	66	2º
1120407422	NADINY CALEGARI FRISSO	66	3º
1120407236	IRINETE LEPPAUS	64	4º
1120416236	TAHINÁ BAZONI MOROZINI SOARES	64	5º

301 - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120400909	RAMON MARQUES RAMOS	66	1º
1120407320	RAFAEL HERZOG RAMOS	66	2º
1120414709	JOÃO MARCOS MARETO CALADO	62	3º
1120406187	ESTÊVÃO BISSOLI SALEME	60	4º
1120405445	WALBER ANTONIO RAMOS BELTRAME	60	5º

302 - ARQUIVISTA / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120403856	ERNANI RIBEIRO E MELLO	**68**	**1º**

304 - BIBLIOTECÁRIO / DOCUMENTALISTA / Itapina

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120412799	BRUNO GIORDANO ROSA	**64**	**1º**

311 - BIBLIOTECÁRIO / DOCUMENTALISTA / Ibatiba

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120413573	GABRIELA PEREIRA DA SILVA	**60**	**1º**

313 - ENGENHEIRO CIVIL / Vila Velha

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120417341	ROBSON ANTUNES DE CARVALHO	64	1º
1120410622	HEVERTON PEREIRA DA CONCEIÇÃO	60	2º
1120418189	ANDRÉ LUIZ DE MENDONÇA SILVA	60	3º
1120413971	CARLOS HENRIQUE GRUBÉRIO DOS SANTOS	60	4º

314 - ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120411549	RENATA SOUZA REIMÃO DE MELO	74	1º
1120411357	JOÃO PAULO DO CARMO	72	2º
1120403380	ROGER CAMPO DALLORTO GUIMARÃES	68	3º
1120409767	ALAN HENRIQUE RODRIGUES DE SOUZA	66	4º
1120412795	RAVILO ALTOÉ GARCIA	64	5º
1120404190	RENATO DE CASTRO VIVAS	62	6º
1120412601	FABRICIO MARIANI LUCAS DOS SANTOS	60	7º

315 - ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120407567	FABIO JOSÉ ALENCAR DA SILVA	76	1º
1120407813	JUCELMA AVANZI CATTO	68	2º
1120406009	PATRÍCIA PERRETTO RODRIGUES	66	3º
1120414334	ANDRÉ MARTINS DE ARAGÃO	66	4º

316 - MÉDICO DO TRABALHO / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120407297	ADRIANA VILARIM FERNANDES FÁVARO	74	1º
1120406828	SILENE BATISTA DE FREITAS SAAGER	62	2º
1120401099	FÁBIO PETERSEN SARAIVA	62	3º
1120401503	MARCUS VINÍCIUS QUEIROZ ROCHA	62	4º

317 - PEDAGOGO / Ibatiba

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120407472	FLÁVIA PIROVANI ARIAL BERNARDO	68	1º
1120408144	DIOGO PEREIRA MATOS	62	2º
1120413518	MARCOS ANTONIO DE JESUS	62	3º

318 - PRODUTOR CULTURAL / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120413861	HELIO HENRIQUE MARCHIONI	68	1º
1120403239	BEATRIZ TOSO	62	2º
1120410909	ÉRICA SIGNORELLI FERREIRA	60	3º
1120407160	ARIANI CAETANO PARPAIOLA	60	4º
1120410369	LEONARDO FERNANDES IANNONE	60	5º

319 - PSICÓLOGO / Reitoria

INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120418076	PRISCILA LOPES ROLDI	72	1º
1120416860	BRENO VOLPINI ZAGO	70	2º
1120408288	SUZIANE KIRMSE COMERIO	66	3º
1120400581	CLEILSON TEOBALDO DOS REIS	66	4º
1120408075	THAÍS CAUS WANDERLEY	66	5º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

320 - PSICÓLOGO / Itapina			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120402634	MARIANNA FONTES LEAL	60	1º
1120415263	DENISE CARLA GOLDNER COELHO	60	2º

321 - PSICÓLOGO / Colatina			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120406035	MILENA BERTOLLO NARDI	76	1º

322 - PSICÓLOGO / Cachoeiro de Itapemirim			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120403492	THIAGO SANDRINI MANSUR	70	1º
1120409157	CINTIA NANTES BORGES PICCININI	62	2º
1120413785	ANDREA DE FATIMA SANTOS	60	3º

323 - PSICÓLOGO / São Mateus			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120413344	ALINE MORSCHEL	76	1º
1120408130	ALINI ALTOÉ	68	2º
1120407298	ESTELA MAGALHÃES COSME	62	3º
1120409497	RACHEL DE FREITAS WANDEKOKEM CAZELLI	60	4º
1120402724	ANDRÉ FRANCISCO RIBEIRO	60	5º

324 - PSICÓLOGO / Cariacica			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120412484	LUDMILA FERREIRA LIBERATO DOS SANTOS	70	1º
1120410983	YEV BLANCO E SILVA	66	2º
1120404915	CAMILA MATTEDI DALVI	66	3º
1120414088	CHRISTIANNE MARIANI LUCAS DOS SANTOS	62	4º
1120417183	JULIANA BASTOS SAADE	62	5º

325 - PSICÓLOGO / Aracruz			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120409849	CARLA PEÇANHA IGREJA CAMPOS	74	1º
1120413293	POLIANE DOS PASSOS ALMEIDA	68	2º
1120411081	MEIRE ANDERSAN FIOROT	64	3º
1120400821	INGLID APARECIDA MAGRI	64	4º
1120400464	ANA PAULA DA SILVA MILANI PATROCÍNIO	64	5º

326 - PSICÓLOGO / Nova Venécia			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120413347	RICARDO BODART DE ANDRADE	66	1º
1120408571	ANDRÉ MOTA DO LIVRAMENTO	66	2º
1120407283	CAROLINA FONSECA DADALTO	64	3º
1120407706	FELIPE RAFAEL KOSLOSKI	62	4º
1120409744	OLÍVIA DUTRA CARVALHO DE MORAES	60	5º

327 - PSICÓLOGO / Venda Nova do Imigrante			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120407516	JULIANA PETERLE RONCHI	68	1º
1120416020	MARIA DA PENHA MELLO GUIMARÃES	64	2º
1120410833	ANDRÉ RIOCARDO KUSTER CID	64	3º
1120412941	JOÃO MAURÍCIO DE PÁDUA SOUZA	64	4º
1120401501	KELLY SOARES BULL	64	5º

328 - PSICÓLOGO / Ibatiba			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120406954	BRUNO JOSÉ SATLER DA GAMA	66	1º
1120410548	LAIZE DALLA BERNARDINA MONTEIRO	66	2º
1120408839	FRANCO ALCURE LEAL	64	3º
1120408787	JOSENILDA MARINHO COUTINHO	62	4º
1120415136	KELLY AMBROSIO SILVEIRA	60	5º

ANEXO II

HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

108 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Serra			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120406825	ROZIMEIRE LUCAS LORENÇO MACHADO	78	1º
1120404059	MARCELO DOS SANTOS MOREIRA	64	2º

111 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO / Cariacica			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120400725	RONALDO CÂNDIDO NOBRE	64	1º

207 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO / Linhares			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120403671	HELEMARE DO AMARAL MOTTA BUELONI	60	1º

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.290, de 18 de novembro de 2011, publicada no DOU de 21 de novembro de 2011, Seção 1, página 70, no Anexo I, onde se lê:

QUÍMICA III / VENDA NOVA DO IMIGRANTE			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
110201078	DANIELI MARCOLAN CARARI	71,40	1º.
110201565	ADILSON RIBEIRO PRADO	65,28	2º.
110201745	RAFAEL BAIOCO RUY	63,99	3º.
110201817	PAULO HENRIQUE FABRI	59,03	4º.
110200963	GUILHERME PIRES DALMASCHIO	51,55	5º.

Leia-se:

QUÍMICA III / IBATIBA			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
110201078	DANIELI MARCOLAN CARARI	71,40	1º.
110201565	ADILSON RIBEIRO PRADO	65,28	2º.
110201745	RAFAEL BAIOCO RUY	63,99	3º.
110201817	PAULO HENRIQUE FABRI	59,03	4º.
110200963	GUILHERME PIRES DALMASCHIO	51,55	5º.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 21, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da avaliação dos periódicos inscritos para o EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS PARA O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE PERIÓDICOS

Art. 2º Os periódicos selecionados, constantes da relação anexa a esta Portaria, serão distribuídos às instituições de educação infantil, de ensino fundamental e ensino médio da rede pública de ensino.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

ANEXO

Categoria 1 - Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Magistério/Normal do Ensino Médio

CÓDIGO	PERIÓDICO	EDITORA
32306L0000	CARTA FUNDAMENTAL	EDITORA CONFIANÇA
32323L0000	NOVA ESCOLA	FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA
32326L0000	PÁTIO EDUCAÇÃO INFANTIL	ARTMED EDITORA
32336L0000	REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS	INSTITUTO CIÊNICA HOJE ICH

Categoria 2 - Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

CÓDIGO	PERIÓDICO	EDITORA
32302L0000	CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS	EDITORA SEGMENTO
32303L0000	LÍNGUA PORTUGUESA	EDITORA SEGMENTO
32307L0000	CARTA NA ESCOLA	EDITORA CONFIANÇA
32314L0000	FILOSOFIA CIÊNCIA E VIDA	ARAGUAIA INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA
32328L0000	PÁTIO ENSINO MÉDIO, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO	ARTMED EDITORA
32337L0000	REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL	SOCIEDADE DE AMIGOS DA BIBLIOTECA NACIONAL

Categoria 3 - Gestão Escolar - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio

CÓDIGO	PERIÓDICO	EDITORA
32329L0000	PRESENÇA PEDAGÓGICA	EDITORA DIMENSÃO

PORTARIA Nº 259, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 718/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71010.001916/2007-91, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Fraternidade Assistencial Mestre Álvaro, inscrita no CNPJ nº 27.384.171/0001-18, com sede em Serra - ES, em função do descumprimento do inciso IV do art. 3º do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e das Normas Brasileiras de Contabilidade T 3.3.1.2 e T 10.19.2.1, nos termos da Resolução do CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 385, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 328/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.090027/2009-71, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da FUNDAÇÃO WILMA ZERMIANI, inscrita no CNPJ nº 84.651.421/0001-72, com sede em Ouro Preto do Oeste/RO, em função de não terem sido atendidos os requisitos previstos na Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003, bem como nas Normas Brasileiras de Contabilidade T 3.3.1.2, T 10.19.2.1, T 10.19.2.5 e T 10.19.2.6 nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI, do artigo 3º e nos incisos I e II, caput e parágrafo único do artigo 4º do Decreto n.º 2.536/98 e nos incisos V e X, do artigo 4º da Resolução n.º 177/00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 606, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 539/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.001731/2003-52, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação Comunitária Rural de Realejo, inscrita no CNPJ nº 07.550.569/0001-70, com sede em Crateús-CE, em função do descumprimento dos artigos 3º, incisos VI e XI, e 4º, incisos II, III e parágrafo único, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998; e das Normas Brasileiras de Contabilidade T 3.3.1.2 e T 10.19.2.1, nos termos da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 642, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 576/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.006918/2008-57, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o Núcleo de Promoção Humana Vinha de Luz, inscrita no CNPJ nº 25.694.936/0001-90, com sede em Belo Horizonte-MG como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 674, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 603/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.007077/2008-03, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Lar das Crianças Especiais de Saquarema, inscrito no CNPJ nº 05.497.665/0001-76, com sede em Saquarema-RJ, em função do descumprimento da NBC T 3.3.1.2 e NBC T 10.19.2.1, nos termos da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003, e do artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 710, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 638/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.006186/2008-03, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação Creche Berçário Rosa EID, inscrita no CNPJ nº 04.550.719/0001-57, com sede em Sabino/SP como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 753, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 684/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.002191/2007-58, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o Instituto de Educação Especial Recriar, inscrito no CNPJ nº 00.659.301/0001-21, com sede em Campinas-SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 773, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 701/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.102260/2009-11, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação Pestalozzi de Dourados, inscrita no CNPJ nº 01.105.188/0001-03, com sede em Dourados-MS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 776, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 703/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.003139/2007-19, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar Núcleo Cristão Cidadania e Vida, inscrito no CNPJ nº 04.373.052/0001-64, com sede em São Paulo-SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 779, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 705/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.007046/2008-44, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Instituição Beneficente Irmã Dulce, inscrita no CNPJ nº 04.297.228/0001-46, com sede em Gurupi-TO, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 782, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 707/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.008055/2008-52, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Escola Álvares de Azevedo, inscrita no CNPJ nº 89.585.038/0001-87, com sede em Rio Grande-RS, em função do descumprimento dos artigos 3º, inciso VI, e 4º, incisos I, II e V, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 789, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 715/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.059418/2009-18, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Poloni, inscrita no CNPJ nº 45.686.094/0001-32, com sede em Poloni/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 28/08/2009 a 27/08/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 790, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 716/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.089585/2009-93, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rinópolis, inscrita no CNPJ nº 53.300.265/0001-71, com sede em Rinópolis-SP, em função do descumprimento do artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e das NBC T 3.3.1.2 e T 10.19.2.1, nos termos da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 719/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.000046/2004-90, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Conferência São Vicente de Paulo de Livramento, inscrita no CNPJ nº 87.512.349/0001-90, com sede em Santana do Livramento-RS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, em função do descumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade T 3.3.1.2 e T 10.19.2.1, nos termos da Resolução do CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 793, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 720/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.004264/2009-16, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Frontin, inscrita no CNPJ nº 00.694..754/0001-99, com sede em Paulo Frontin-PR, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 794, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 721/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.058539/2009-42, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Creche Renascer da Criança, inscrita no CNPJ nº 07.186.222/0001-90, com sede em Uberlândia-MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 795, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

oA Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 904/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.065398/2009-14, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o Projeto do Bem-Estar Comunitário, inscrito no CNPJ nº 11.088.341/0001-87, com sede em Fortaleza - CE, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período 26/10/2009 a 25/10/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 386, de 15 de julho de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 796, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 902/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.075382/2009-10, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o Lar da Criança de Divinolândia, inscrito no CNPJ nº 51.311.769/0001-61, com sede em Divinolândia - SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período 08/02/2010 a 07/02/2013.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 489, de 05 de agosto de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 797, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 896/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.047458/2009-17, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jequitinhonha, inscrita no CNPJ nº 01.339.885/0001-10, com sede em Jequitinhonha - MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 470, de 05 de agosto de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 798, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 894/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71010.004946/2009-11, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jacarezinho, inscrita no CNPJ nº 78.212.271/0001-06, com sede em Jacarezinho - PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 501, de 05 de agosto de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 799, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 891/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.090988/2009-85, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Sociedade Civil Lar dos Meninos, inscrita no CNPJ nº 55.353.833/0001-28, com sede em Presidente Prudente - SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 570, de 18 de agosto de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 800, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 724/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.088618/2009-88, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Sociedade Pestalozzi de Macaé, inscrita no CNPJ nº 29.115.946/0001-85, com sede em Macaé/RJ, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 14/11/2009 a 13/11/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 803, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 727/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.002832/2007-74, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação Ciclo da Vida, inscrita no CNPJ nº 02.967.283/0001-70, com sede em Diadema/SP, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 805, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 728/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.046359/2009-18, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estrela do Indaiá, inscrita no CNPJ nº 07.491.286/0001-02, com sede em Estrela do Indaiá - MG, em função do descumprimento das NBC T 10.19.2.5 e T 10.19.2.6, nos termos da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 806, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 729/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.000978/2007-85, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação das Damas Beneficentes Cláudio das Neves, inscrita no CNPJ nº 00.146.071/0001-05, com sede em Uberlândia-MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 807, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 730/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 44006.000501/2003-62, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Igreja Evangélica Pentecostal a Palavra de Cristo Mundial, inscrita no CNPJ nº 20.025.151/0001-01, com sede em Frutal - MG, em função do descumprimento do art. 4º, inciso VI, da Resolução CNAS nº 177, de 10 de agosto de 2000; e dos artigos 3º, incisos VI e XI, e 4º, parágrafo único, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 808, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 731/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.091041/2009-91, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência, inscrita no CNPJ nº 04.704.797/0001-69, com sede em Belém-PA, em função do descumprimento dos artigos 3º, inciso VI, e 4º, incisos III a V e parágrafo único, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 809, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 732/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.006187/2008-40, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação Fábrica de Solidariedade, inscrita no CNPJ nº 02.793.805/0001-65, com sede em Santos-SP, em função do descumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade T 3.3.1.2, T 10.19.2.1, T 10.19.2.5, T 10.19.2.6 e T 3.3.1.2, nos termos da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003; e do artigo 3º, incisos V e VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 810, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 733/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.077105/2009-41, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sabinópolis, inscrita no CNPJ nº 04.503.677/0001-01, com sede em Sabinópolis/MG, em função do descumprimento do art. 3º, incisos I e VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 811, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 734/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.000052/2008-71, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da União Espírita Cairbar Schutel, inscrita no CNPJ nº 78.008.729/0001-00, com sede em Porecatu - PR, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI e art. 4º, incisos II, III e IV, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 812, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 735/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.002004/2007-36, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inácio Martins, inscrita no CNPJ nº 02.711.722/0001-80, com sede em Inácio Martins - PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 814, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 738/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.006207/2008-82, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação Mogiana dos Profissionais de Rádio e TV, inscrita no CNPJ nº 02.840.507/0001-89, com sede em Moji das Cruzes/SP, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 815, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 737/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.000796/2004-61, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arenápolis, inscrita no CNPJ nº 05.564.114/0001-88, com sede em Arenápolis - MT, em função do descumprimento dos artigos 3º, incisos II, V, VI e XI, e 4º, incisos I a V e parágrafo único, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 816, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 739/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.077109/2009-20, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pontes e Lacerda, inscrita no CNPJ nº 37.465.622/0001-03, com sede em Pontes e Lacerda-MT, em função do descumprimento dos artigos 3º, inciso VI, e 4º, incisos III, IV e V, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 817, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 740/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.006973/2008-47, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Esmeraldas, inscrita no CNPJ nº 05.626.413/0001-08, com sede em Esmeraldas - MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 819, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 741/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.102258/2009-34, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação Beneficente Lauro Tamada, inscrita no CNPJ nº 03.357.768/0001-05, com sede em Santos-SP, em função do descumprimento dos artigos 3º, inciso VI, e 4º, incisos I a V, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 820, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 743/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.104693/2009-01, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Centro de Convivência Infantil João Paulo II, inscrito no CNPJ nº 51.503.670/0001-61, com sede em Bauru-SP, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 821, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 744/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.007822/2008-14, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Educandário Francisco de Assis, inscrito no CNPJ nº 21.070.958/0001-29, com sede em Ipatinga-MG, em função do descumprimento do artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998; e as NBC T 3.3.1.2 e T 10.19.2.1, nos termos da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 822, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 745/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71000.114179/2009-76, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Flores da Cunha, inscrita no CNPJ nº 87.843.892/0001-70, com sede em Flores da Cunha-RS , como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 26/11/2009 a 25/11/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 823, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 747/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71010.004926/2009-40, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçapava, inscrita no CNPJ nº 45.848.140/0001-52, com sede em Caçapava-SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 824, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 748/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.088861/2009-04, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Casa de Apoio Amor e Caridade - Lar da Criança, inscrita no CNPJ nº 21.222.963/0001-00, com sede em Ipatinga-MG, em função do descumprimento dos artigos 3º, inciso VI, e 4º, inciso II, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 825, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 749/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.003639/2006-70 , resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Fundação Pedro Ferreira de Melo, inscrita no CNPJ nº 41.007.576/0001-68, com sede em Ceará Mirim/RN, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, e art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 826, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 750/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.001225/2006-14, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Centro Comunitário da Radional e Adjacências, inscrito no CNPJ nº 02.417.691/0001-59, com sede em São Luis/MA, por ter descumprido o artigo 3º, incisos VI e XI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998 e, ainda, as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 3.1.5, NBC T 3.3.1.2, NBC T 10.19.2.1 e o artigo 4º, inciso VIII da Resolução nº 177, de 10 de agosto de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 827, DE 1º DE DEZEMBO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 751/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.002728/2007-80, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Mulheres Voluntárias de Rio do Sul, inscrita no CNPJ nº 79.369.484/0001-09, com sede em Rio do Sul/SC, em função do descumprimento do artigo 3º, inciso XI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 828, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 752/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.076380/2009-48, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Juliana, inscrita no CNPJ nº 05.496.065/0001-93, com sede em Santa Juliana/MG, por ter descumprido o artigo 3º, inciso VI e o artigo 4º, caput, incisos I a V, parágrafo único, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, o artigo 4º, incisos V e VII, da Resolução CNAS nº 177, de 10 de agosto de 2000 e as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 3.3.1.2 e NBC T 10.19.2.1, nos termos da Resolução nº 66, de 6 abril de 2003, e, ainda, o artigo 4º, inciso V, da Resolução nº 177/00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 829, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 753/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.102256/2009-45, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Buritis, inscrita no CNPJ nº 03.536.126/0001-73, com sede em Buritis/RO, por ter descumprido o caput, o inciso V e o parágrafo único, do artigo 4º, e os incisos II e XI, do artigo 3º, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998; as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 3.3.1.2 e NBC T 10.19.2.1; e, ainda, o artigo 4º, inciso V, da Resolução nº 177/00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 830, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 754/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.004977/2009-71, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a CRECHE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, inscrita no CNPJ nº 49.207.830/0001-83, com sede em São Vicente/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 19/12/2009 a 18/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 831, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 576/ 2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.016625/2009-88, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Instituição Beneficente Casa da Passagem, inscrita no CNPJ nº 62.917.281/0001-07, com sede em Itapecerica da Serra - SP, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, e do art. 4º, incisos III, IV e V, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 832, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 755/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.091027/2009-98, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o Educandário Evangélico Betel, inscrito no CNPJ nº 02.224.731/0001-46, com sede em Jaraguá-GO, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período 16/12/2009 a 15/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 708, de 06 de outubro de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 833, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 757/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.102465/2009-99, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhamonhangaba, inscrita no CNPJ nº 54.126.818/0001-84, com sede em Pinhamonhangaba-SP, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes do Parecer Técnico nº 758/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.051499/2009-16, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Planalto, inscrita no CNPJ nº 80.884.315/0001-88, com sede em Planalto - PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período 31/03/2009 a 30/03/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 670, de 02 de setembro de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 837, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes do Parecer Técnico nº 760/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.051035/2009-35, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação Jardim Irmã Eleonora, inscrita no CNPJ nº 44.261.801/0001-06, com sede em Guarulhos - SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período 25/05/2009 a 24/05/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 576, de 18 de agosto de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 838, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes do Parecer Técnico nº 761/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.045215/2009-44, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Obra Social Santa Luzia, inscrita no CNPJ nº 93.026.979/0001-58, com sede em Porto Alegre - RS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período 05/05/2009 a 04/05/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 79, de 08 de fevereiro de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 1.567, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere O ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN,

Considerando o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; Considerando, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Considerando, por fim, o Edital 29/2009; resolve:

Prorrogar, por dois anos, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de 3º grau, de que trata o Edital nº 29/2009-PRH, publicado no D.O.U. nº 164 de 27/08/2009, republicado no D.O.U. nº 168 de 02/09/2009 e retificado no D.O.U. nº 179 de 18/09/2009, homologado através das Resoluções nº 217/2009 e nº 232/2009, publicadas no D.O.U. nº 234 de 08/12/2009 e no D.O.U. nº 240 de 16/12/2009, respectivamente.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA Nº 1.568, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN,

Considerando o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; Considerando, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Considerando, por fim, o Edital 23/2010; resolve:

Prorrogar, por um ano, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de 3º grau, de que trata o Edital nº 23/2010-PRH, publicado no D.O.U. nº 176 de 14/09/2010 e retificado no D.O.U. nº 183 de 23/09/2010, homologado através da Resolução nº 224/2010, publicada no D.O.U. nº 238 de 14/12/2010.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO CARLOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Exclui do Parcelamento de que trata o art. 1º da Lei no 11.941, de 27 de maio de 2009, em relação aos débitos não previdenciários, o contribuinte Antonio Aparecido Florêncio de Oliveira, CPF Nº 748.064.838-34.

. O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO CARLOS - SP abaixo identificado, tendo em vista o disposto nos arts. 1º, §§ 9º e 10 da Lei no 11.941/2009, declara:

Art. 1º Fica cancelada a opção pelo Parcelamento de que trata o art. 1º da Lei no 11.941, de 27 de maio de 2009, em relação aos débitos não previdenciários (demais débitos - código de receita 1204), de acordo com seu art. 1º, §§ 9º e 10, do contribuinte Antonio Aparecido Florêncio de Oliveira, CPF Nº 748.064.838-34, domiciliado na Rua Alan Kardec, Nº 437, Jardim Cruzeiro do Sul, São Carlos - SP, CEP 13.572-080, tendo em vista que a última parcela paga pelo contribuinte foi a de janeiro de 2.011.

Parágrafo Único: houve a comunicação prévia do contribuinte em 01/11/2011, conforme comprovante de entrega dos Correios, retro.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, nos termos dos arts. 23 a 26 da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 6, de 22 de julho de 2009, no prazo de 10 dias, contado da data de ciência ou publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO CARLOS - SP, no seguinte endereço: Rua Conde do Pinhal Nº 2.185, térreo, Centro, São Carlos - SP, CEP 13560-648, por meio de protocolo no setor de atendimento, diariamente das 8:00 às 12:00 horas, mencionando o número do processo administrativo respectivo.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, ou julgado improcedente, a rescisão do Parcelamento será definitiva na esfera administrativa. Os pagamentos efetuados pelo contribuinte poderão ser objeto de restituição ou REDARF, observadas as regras do instituto.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua ciência ou publicação ou de sua entrega por via postal.

RICARDO ALMEIDA ZACHARIAS

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM

Suspensão de Sessão de Julgamento

Informamos que a Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2011/2789 - Frank Sadayoshi Yamamoto, iniciada em 06.12.2011, foi suspensa sine die em virtude do pedido de vista dos autos feito pela Presidente da Sessão.

Oportunamente, divulgaremos a data para a continuação da referida Sessão.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 2011.
RENATA NOSRALA PORTAS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de dezembro de 2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 14/2009
Objeto:Apurar eventuais irregularidades por parte de administradores e controladores da Mendes Júnior Engenharia S.A relacionadas à transferência de tecnologia e atividades operacionais desta companhia para a Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.(fechada); redução da participação acionária da companhia no capital social da companhia fechada e, ainda, suposta diluição injustificada da participação dos acionistas minoritários no capital social da companhia aberta.
Assunto: Prorrogação de prazo de defesa por solicitação de acusado.

Acusados	Advogados
JESUS MURILLO VALLE MENDES	Fernando Orotavo Neto
ALBERTO LABORNE VALLE MENDES	Fernando Orotavo Neto
ANGELO MARCUS DE LIMA COTA	Fernando Orotavo Neto
JEFFERSON EUSTAQUIO	Fernando Orotavo Neto
EDIFICADORA S/A	Fernando Orotavo Neto

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de defesa formulado nos autos do PAS CVM Nº 14/2009.

Ante os argumentos apresentados, defiro o pedido de prorrogação nos termos solicitados, fixando novo prazo para apresentação de defesas em 21/01/2012.

PABLO W RENTERIA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de dezembro de 2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2011/8755
Objeto: Infração ao parágrafo 3º do artigo 12 da Instrução CVM Nº 358/02, por não comunicar ou comunicar intempestivamente aquisição e alienação da participação acionária superior a 5% do capital social da ALIANSCE SHOPPING CENTERS S/A.
Assunto: Prorrogação de prazo de defesa por solicitação de acusado.

Acusados	Advogados
HENRIQUE C. CORDEORO GUERRA NETO	Aloysio Meirelles de Miranda Filho
JP MORGAN WHITEFRIARS INC.	Não constituiu advogado
PERSHING SQUARE II L.P	Carlos Augusto Leite Junqueira
PERSHING SQUARE INTERNACIONAL LTDA.	Carlos Augusto Leite Junqueira
PERSHING SQUARE L.P.	Carlos Augusto Leite Junqueira

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de defesa formulado nos autos do PAS CVM Nº RJ2011/8755.

Considerando que o prazo para apresentação de defesa vence em 15/12/2011, determino sua prorrogação, extensiva a todos os acusados, fixando o novo prazo em 16/01/2012.

FERNANDO SOARES VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 2 de dezembro de 2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº SP2010/186
Objeto: Intermediação irregular de operações no mercado de valores mobiliários, infração ao disposto no art. 12, inciso I, alínea "c" da Instrução CVM Nº 382/03 c/c art. 16 da Lei Nº 6.385/76.
Assunto: Devolução de prazo de defesa por solicitação de acusado.

Acusados	Advogados
DARWIN SCHNEIDER TARTA	Não constituiu advogado
ORBIVAL CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	Flavio Araujo Rodrigues Torres

Trata-se de pedido de devolução do prazo para apresentação de defesa formulado nos autos do PAS CVM Nº SP2010/186.

Determino a devolução do prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de defesas, contados a partir da data de protocolo da petição, 30/11/2011, fixando assim novo prazo em 30/12/2011.

Em 5 de dezembro de 2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº SP2010/178
Objeto: "Irregularidades reiteradas no registro de ordens de operação no mercado de valores mobiliários, por parte da CRUZEIRO DO SUL S/A CORRETORA DE VALORES, além uso de "prática não equitativa" conforme alínea "d", item II da Instrução CVM Nº 08/79."
Assunto: Prorrogação de prazo de defesa por solicitação de acusado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acusados	Advogados
CRUZEIRO DO SUL S/A CORRETORA DE VALORES E MERCADORIAS	Daniela Maria Neves Reali Fragoso
FELIPE NEIRA LAUAND	Maria Isabel do Prado Bocater
FERNANDO LUIZ MARTINS PERRONE FILHO	Emerson Del Re
LUIS FELIPPE INDIO DA COSTA	Daniela Maria Neves Reali Fragoso
MARCELO GARBES RODRIGUES	Maria Isabel do Prado Bocater

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de defesa formulado nos autos do PAS CVM Nº SP2010/178.

Considerando que o prazo para apresentação de defesa vence em 06/1/2011, determino sua prorrogação por 60 (sessenta) dias, extensiva a todos os acusados, fixando novo prazo em 06/02/2012.

WALDIR DE JESUS NOBRE

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Declara concedida o Registro Especial para o Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE/MS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21/12/2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa - IN RFB Nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações feitas pelas IN RFB Nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, IN RFB 1.048, de 29 de junho de 2010, e IN RFB n° 1.153, de 11 de maio de 2011, declara:

Art. 1º - CONCEDIDO o Registro Especial de número UP - 01401/00089 (Processo 10140.720908/2011-53), ao estabelecimento GRÁFICA E EDITORA TUIUIU LTDA, CNPJ 07.904.910/0001-48, com endereço na Rua João Dias, 580 - Bairro Alto - Aquidauana - MS - CEP 79.200-000.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir da sua publicação no DOU.

FLÁVIO DE BARROS CUNHA

PORTARIA Nº 138, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21/12/2010, publicada no Diário Oficial da União de 23/12/2010, RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (hum) ano à empresa WQS COMÉRCIO DE PRODUTOS IMPORTADOS LTDA, CNPJ 02.392.443/0001-09, com base no que dispõe o subitem 11.1.1 do EDITAL DE LICITAÇÃO N. º 0140100/00002/2011, o artigo 87, inciso III da Lei 8.666/93 e a decisão de fls. Do processo 10140.722296/2011-33.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO DE BARROS CUNHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS/MS, no uso da atribuição que lhe confere o do Art. 220 c/c Art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587 de 21 de Dezembro de 2010 e considerando o disposto nos Artigos 30, 32, 33 e 34 da Instrução Normativa/RFB Nº 1.042, de 10 de Junho de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar NULOS os CPF's abaixo relacionados por ter sido constatada fraude nas suas inscrições:

CPF	NOME	PROCESSO ADMINISTRATIVO
042.915.981-14	ORTENCIA LOPES	13161.720568/2011-19
041.992.121-40	JORGE MARTINS VARGAS	13161.720488/2011-55
032.848.051-76	VIRGINIA SANCHES VALDES	13161.720714/2011-06
263.293.088-02	JULIO CESAR DUARTE	13161.000017/2011-27
036.664.581-14	NARCISO GODOY	13161.720331/2011-20
034.411.381-71	ANTONIO RAMAO GONGALVES	13161.000891/2010-83
025.293.661-28	PEDRO ERASMO GIMENES GONÇALVES	13161.000016/2011-82
030.370.251-66	JOSEFINA GONÇALVES AJALA	13161.000013/2011-49

ELVIS CAIÇARA DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Habilita pessoa jurídica no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata o art. 1º da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o teor do processo administrativo Nº 11843.000398/2009-25 e de acordo com o disposto na Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e nas Instruções Normativas RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, e Nº 778, de 19 de outubro de 2007, declara:

Art. 1º O contribuinte COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS S/A - CELTINS, CNPJ 25.086.034/0001-71, fica HABILITADO ao REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI), como titular do projeto de "Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica, aprovado pela Portaria Nº 210, de 22 de maio de 2009, do Ministério de Minas e Energia - MME.

RODRIGO DE ALMEIDA ACCIOLY

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Macapá/AP, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referencia declara que:

Art. 1º - Nos termos do que dispõem os §§ 4º e 5º do artigo 810 do Regulamento Aduaneiro, fica inscrito no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, mantido pela Receita Federal do Brasil, o interessado abaixo identificado.

Nome do Interessado	CPF	Nº do Processo Administrativo	Nº da Inscrição no Registro de Ajudante
SIDNEY CANEZIN	323.970.039-53	10235.000907/2011-30	2A/00.1268

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALBERTO SHINTA KURODA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 148, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização total do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010; atendidas as exigências do Decreto Nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto Nº 6.810, de 30/03/2009; da Lei Nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; da Medida Provisória Nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001; da IN SRF Nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 072/2010 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo Nº 10283.006772/2010-60, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa SEMP TOSHIBA AMAZONAS SA, CNPJ Nº 04.400.552/0001-48, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de MODERNIZAÇÃO TOTAL do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, atinente a produção de Televisores em cores com tela de cristal líquido, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2010.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 149, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Promove a baixa de Ofício de Pessoa Jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587,de 21 de dezembro de 2010, publicado no DOU em 23 de dezembro de 2010, com base na Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996., e na Lei Nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB Nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, e de acordo ainda com o que ficou apurado no processo administrativo Nº 10283.001361/2011-69, resolve:

Art. 1º. PROMOVER A BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa KEEPER COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BENS MOVEIS LTDA - EPP, CNPJ Nº 05.907.543/0001-00, conforme artigo 29, §1º e § 2º, artigo 27, inciso II, da Instrução Normativa RFB Nº 1.183..

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

PORTARIA Nº 87, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Reinclui pessoas jurídicas no REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 307 inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, considerando a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS Nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS Nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei Nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto Nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei Nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a exclusão das pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CNPJ	PROCESSO	NOME EMPRESARIAL	PORTARIA DE EXCLUSÃO
12.158.226/0001-02	10410.005338/2010-60	SIND DOS TRAB NAS IND DO ACUC NO EST DE ALAGOAS	2302/2009
12.291.977/0001-94	10410.722500/2011-99	TRANSALAGOAS DIESEL LTDA	2357/2010

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDMUNDO TOJAL DONATO JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PARNAMIRIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara apto o projeto de alfandegamento apresentado pelo o contribuinte que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PARNAMIRIM - RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, §2º da Instrução Normativa RFB Nº 952, de 2 de julho de 2009, publicada no DOU de 3 de julho de 2009, declara:

Art. 1º - Fica aprovado o projeto de alfandegamento apresentado nos autos do processo Nº 10380.721594/2011-83 por ZPE do Sertão - Administradora de Zona de Processamento de Exportação LTDA, CNPJ Nº 12.638.723/0001-08, a quem compete exclusivamente a administração da Zona de Processamento de Exportação - ZPE do Sertão, no município de Assu/RN, criada e delimitada pelo Decreto do Presidente da República de 10 de junho de 2010.

JORGE LUIZ DA COSTA

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a adquirir matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem com suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e de acordo com o previsto no art. 6º da Instrução Normativa SRF Nº 595, de 27 de dezembro de 2005, observado o que ficou decidido no processo administrativo Nº 10530.724217/2010-54, declara:

Art. 1º Habilitada a pessoa jurídica SICOR BRASIL - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE CORDOARIA LTDA, CNPJ Nº 07.851.544/0001-06, ao regime de suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o art. 40 da Lei Nº 10.865, de 30 de abril de 2004, com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e art. 1º da Instrução Normativa SRF Nº 595, de 27 de dezembro de 2005, nas aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem.

Art. 2º A pessoa jurídica aqui referida deverá declarar ao vendedor, de forma expressa e sob as penas da lei, que atende a todos os requisitos estabelecidos, bem assim indicar o número do presente ato, concessivo do direito.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão ao regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MANOEL LUIZ COUTINHO MACHADO

6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza a empresa que menciona a operar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere no art. 8º da Instrução Normativa SRF nº 844, de 09 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 10611.721669/2011-65, declara:

Art.1º - Fica a empresa Cowan Petróleo e Gás S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.560.890/0001-06, e sua filial CNPJ nº 08.560.890/0002-89, habilitadas a utilizarem o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, de que trata a IN SRF nº 844, de 2008, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 941, de 25 de maio de 2009, nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, na execução dos contratos a seguir relacionados, até o termo final estabelecido, ou, se for o caso, estabelecido em sua prorrogação.

Art.2º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o REPETRO poderá ser suspensa ou cancelada, na hipótese de ocorrência de situações previstas na IN SRF nº 844, de 2008.

Art.3º - Eventuais prorrogações dos contratos especificados será objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

Art.4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EMPRESA CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO/BLOCO	Nº DOS CONTRATOS	TERMO FINAL
Cowan Petróleo e Gás S/A CNPJ 08.560.890/0001-06	bloco PN-T-48 denominado BT-PN-4; bloco PN-T-49 denominado BT-PN-5; bloco PN-T-50 denominado BT-PN-6;	Contrato de Prestação de Serviços nº OGXMA/2011/033 com OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda, vinculado aos Contratos de Concessão	08/01/2014
	bloco PN-T-67 denominado BT-PN-7; bloco PN-T-68 denominado BT-PN-8; bloco PN-T-84 denominado BT-PN-9;	ANP nº 48610.001414/2008-60, ANP nº 48610.001415/2008-12, ANP nº 48610.001416/2008-59, ANP nº 48610.001417/2008-01, ANP nº 48610.001418/2008-48, ANP nº	
	bloco PN-T-85 denominado BT-PN-10 - Localizados na área de concessão da Bacia do Parnaíba - MA	48610.001419/2008-92, e ANP nº 48610.001420/2008-17, assinados pela ANP com Petra Energia S/A, cedidos à OGX Petróleo e Gás Ltda, e cedidos à OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda	

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Concede o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, destinado a impressão de livros, jornais e periódicos Modalidade - Usuário.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG Nº 32, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2011, considerando o disposto nos incisos I e II, do artigo 1º da Lei 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como a Instrução Normativa RFB Nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Art.1º. Inscrito no Registro Especial sob o Nº UP-06104/71, o estabelecimento da empresa ANUNCIA COMUNICAÇÃO LTDA ME, CNPJ 13.222.878/0001-13, localizado na Rua Braz Bernardino, Nº 105 - Loja 212, Centro - Juiz de Fora/MG, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em conformidade com o art. 150, inciso VI , alínea "d" , da Constituição Federal, na atividade de USUÁRIO nos termos do inciso II do § 1º do art. 1º da IN RFB Nº 976/2009 e alterações posteriores, em face do que consta no processo administrativo Nº 10640.724109/2011-15.

Art. 2º - A presente autorização será cassada em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO CEZAR CIAMPI MARANGON

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 206, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Concede inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, com as alterações das Portarias RFB n° 2.156, de 21 de fevereiro de 2011, Portaria RFB Nº 2.401, publicada no DOU de 04 de abril de 2011, Portaria Nº 2.415, publicado no DOU de 05 de abril de 2011 e tendo em vista o disposto no artigo 2º da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa RFB Nº 1.011 de 23 de fevereiro de 2010, Instrução Normativa RFB Nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e Instrução Normativa Nº 1.153, de 11 de maio de 2011, resolve:

Art.1º Conceder a inscrição Nº GP-07108/00331 no registro especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, concedidas a ED INFO SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA INDÚSTRIA EDITORIAL COMÉRCIO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - ME, CNPJ Nº 06.334.946/0001-70, situado na Rua Antônio Henrique de Noronha, Nº 29, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.910-000 requerida no processo administrativo Nº 12448.725428/2011-50.

Art.2º A presente autorização será cassada em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art.3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 207, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Concede inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, com as alterações das Portarias RFB n° 2.156, de 21 de fevereiro de 2011, Portaria RFB Nº 2.401, publicada no DOU de 04 de abril de 2011, Portaria Nº 2.415, publicado no DOU de 05 de abril de 2011 e tendo em vista o disposto no artigo 2º da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa RFB Nº 1.011 de 23 de fevereiro de 2010, Instrução Normativa RFB Nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e Instrução Normativa Nº 1.153, de 11 de maio de 2011, resolve:

Art.1º Conceder a inscrição Nº GP-07108/00330 no registro especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, concedidas a JORDAY EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, CNPJ Nº 06.963.012/0001-06, situado na Rua Ana Neri, Nº 962, Rocha, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.960-005 requerida no processo administrativo Nº 12448.729201/2011-83.

Art.2º A presente autorização será cassada em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art.3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 317, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa IN RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa NORSKAN OFFSHORE LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 312, de 29 de novembro de 2011, publicado no D.O.U. em 30 de novembro de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

PROCESSO 10768.012595/2001-17-Processo 10768.003183/2011-68 (*)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S.A.	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0046992.08.2 2050.0046991.08.2 Embarcação Skandi Chieftain	(*) 09/06/2012

PROCESSO 10768.008420/2009-62 SUB JUDICE				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	Petróleo Brasileiro S.A.	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	Sub judice 2050.0017431.05.2 "NORMAND BORG"	19.07.2010

PROCESSO 10768.006280/2010-21				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0059460.10.2 Embarcação Skandi Admiral	15/07/2014

PROCESSO 10768.006279/2010-05				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0059459.10.2 Embarcação Skandi Giant	25/07/2014

PROCESSO 10768.009056/2009-58				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0036862.07.2 Afretamento SKANDI SANTOS 2050.0036860.07.2 Prestação serviços	23/03/2013

PROCESSO 10768.001505/2010-53				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0055750.09.2 Afretamento SKANDI CAPTAIN	17/01/2013

PROCESSO 10768.000954/2010-84				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0055751.09.2 Afretamento SKANDI STOLMEN	17/01/2013

PROCESSO 10768.000103/2011-12				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0063802.10.2 Afretamento GEOGRAPH 2050.0063803.10.2 Prestação Serviços	02/01/2016

PROCESSO 10768.002177/2011-93				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	OGX Petróleo e Gás Ltda.	ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	OGXLT/2009/002 (Serviços) OGXLT/2009/015 (Afretamento) "SKANDI MOGSTER"	27/02/2012

PROCESSO 10768.005852/2009-11				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	OGX Petróleo e Gás Ltda.	ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	OGXLTD/2008/091 (Serviços) OGXLTD/2008/090 (Afretamento) "SANKO BAY"	31/07/2011

PROCESSO 10768.000997/2011-41				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda.	Bacia Sedimentar de Campos Bloco BM-C-7	4501829863 (Serviços) Embarcação SKANDI PEREGRINO	01/12/2012

PROCESSOS 10768.000416/2011-71 E 10768.000943/2011-85				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	OGX Petróleo e Gás Ltda.	ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	OGXLT/2009/171 "ODIM VIKING"	18.05.2011

PROCESSO 10768.000943/2011-85				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	OGX Petróleo e Gás Ltda.	ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	OGXLT/2009/171 "SKANDI EMERALD"	29.03.2012

PROCESSO 10768.000454/2011-23				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0063797.10.2 (Afretamento) 2050.0063798.10.2 (Prestação Serviços) SKANDI COMMANDER	19/01/2016

PROCESSO 10768.002207/2011-61				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0039001.08.2 (Afretamento) 2050.0039002.08.2 (Prestação Serviços) SKANDI HAV	27/10/2014

PROCESSO 10768.002802/2011-05				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0063799.10.2 (Afretamento) 2050.0063801.10.2 (Prestação Serviços) RSV(ROV)	19/01/2016

PROCESSO 10768.003065/2011-50				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI N° 9.478/97.	2050.0032448.07.2 2050.0032449.07.2 PVS-OSRV 750 Skandi Yare	17/01/2012

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 318, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa ASSO MARÍTIMA NAVEGAÇÃO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 308 de 28 de novembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 29 de novembro de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo nº 10768.002946/2009-39 (sistema informatizado)				
Processo nº 10768.100092/2009-55				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
06.306.660/0001-81	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-C-14, BM-C-35 (C-M-535), BM-C-36 (C-M-401 e C-M-403). Bacia Sedimentar de Santos: BM-S-3, BM-S-7, BM-S-8, BM-S-9, BM-S-10, BM-S-11, BM-S-40 (S-M-1288 e S-M-1289), BM-S-46 (S-M-729 e S-M-790), BM-S-49 (S-M-1226), BM-S-50 (S-M-623), BM-S-51 (S-M-619), BM-S-52 (S-M-508) e BM-S-53 (S-M-405).		
		Campos em Produção: Bacia Sedimentar de Ceará-Potiguar: Agulha, Arabaiana, Aratum, Atum, Biquara, Cioba, Curimã, Espada, Guaiuba, Oeste de Ubarana, Pescada, Salema Branca, Serra, Ubarana e Xaréu. Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas: Tatuí (Área SES-019), Caioba, Camorim, Dourado, Guaricema, Paru, Piranema e Salgo. Bacia Sedimentar de Campos: Albacora, Albacora Leste, Anequim, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Bonito, Carapeba, Carapicu, Carataí, Caratinga, Catuá, Caxaréu, Cherne, Congro, Corvina, Enchova, Enchova Oeste, Espadarte, Garoupa, Garoupinha, Linguado, Malhado, Mangangá, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Maromba, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Pampo, Papa-Terra, Parati, Pargo, Pirambu, Piraúna, Roncador, Trilha, Vermelho, Viola, Voador e Xerelete. Bacia Sedimentar de Santos: Carapiá, Caravela, Cavalo-Marinho, Coral, Estrela-do-Mar, Lagosta, Merluza, Mexilhão, Pirapitanga, Tambaú, Tambuatá, Tubarão e Uruguá.	Serviços E&P nº 2050.0048002.08.2 OLYMPIC HERCULES (Afretamento E&P nº 2050.0047998.08.2)	29/04/2013

Processo nº 10768.006845/2010-71				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
06.306.660/0001-81	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0059267.10.2 Afretamento Olympic Pegasus	16/09/2014
Processo nº 10768.002829/2011-90				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
06.306.660/0001-81	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	Serviços E&P nº 2050.0065378.11.2 Olympic Progress Afretamento E&P nº 2050.0065377.11.2	13/04/2015
Processo nº 10768.002831/2011-69				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
06.306.660/0001-81	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	Serviços E&P nº 2050.0067088.11.2 Olympic Elena Afretamento E&P nº 2050.0067087.11.2	04/08/2015
Processo nº 10768.002830/2011-14				
No. CNPJ	CONTRATANTE	AREA DE CONCESSÃO (ANP)	No. CONTRATO	TERMO FINAL
06.306.660/0001-81	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em que a Petrobrás seja concessionária nos termos da Lei 9.487/97.	2050.0067089.11.2 (afretamento) Olympic Promoter 2050.0067090.11.2 (prestação de serviços)	04/08/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Declara INAPTA a inscrição de contribuinte no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - SECAT, de acordo com o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF 587 de 21 de dezembro de 2010 , publicada no DOU em 23 de dezembro de 2010, nos seus Art 220 , inciso III, e Art. 266, e Portaria DRF-GUA nº 82/2011 de 27/04/2011, considerando as razões da Representação contida no Processo Administrativo nº 16095.720229/2011-53, na forma dos Arts. 37, inciso II, e 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, publicada no DOU de 22 de agosto de 2011, declara :

Art. 1º INAPTA por Inexistência de Fato, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do contribuinte com nome empresarial MEGAPRESS EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 02.258.948/0001-77, com os efeitos previstos nos artigos 42 a 45 da IN RFB Nº 1.183/2011.

Art 2º São considerados tributariamente ineficazes os documentos emitidos pelo citado contribuinte a partir da publicação do presente Ato Declaratório Executivo.

PAULO MARQUES DE MACEDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 106, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei n.º 7.798, de 10 de julho de 1989. e as disposições da Instrução Normativa RFB n.º 866, de 06 de agosto de 2008 (DOU de 07/08/2008).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA-SP, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 866 de 06 de agosto de 2008 (DOU de 07/08/2008), com base nos autos do processo administrativo n.º 10855.723903/2011-26, declara:

Art. 1º As bebidas comercializadas pela empresa VINHOS CANGUERA LTDA - CNPJ 55.610.836/0001-08, relacionadas neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme anexo abaixo indicado.

Art. 2º Os produtos acondicionados em recipientes de capacidade superior a mil mililitros, relacionados neste ADE, estão sujeitos ao imposto proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de mil mililitros, arredondando-se para mil mililitros a fração residual, se houver, conforme o § 7º do art. 150 do Ripi.

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo único. Caso haja marcas de vinho comum ou de consumo corrente relacionadas neste ADE, comercializadas simultaneamente em vasilhame de vidro retornável e não retornável, o enquadramento do produto comercializado em vasilhame retornável dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do § 2º do art. 150 do Ripi.

Art. 4º Este ato revoga Ato Declaratório Executivo nº 001/2011 de 12/01/2011 publicado no DOU em 14/01/2011 e reconsolida novamente em um único ADE todos os produtos da empresa que estão em produção.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELO CELSO BOSSO

ANEXO

VINHOS CANGUERA LTDA

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO
55.610.836/0001-08	CANGUERA	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	E
55.610.836/0001-08	CANGUERA	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
55.610.836/0001-08	CANGUERA	Acima de 2000ml	2204.29.00	G
55.610.836/0001-08	CANGUERA - COOLER VINICO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	G
55.610.836/0001-08	CANGUERA - RESERVA ESPECIAL	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	F
55.610.836/0001-08	CANGUERA-BORDO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
55.610.836/0001-08	CANGUERA-LICOROSO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
55.610.836/0001-08	CANGUERA-LICOROSO	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
55.610.836/0001-08	CANGUERA-LICOROSO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
55.610.836/0001-08	VINLAND	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
55.610.836/0001-08	VINHOS CANGUERA	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	N
55.610.836/0001-08	CANGUERA (VINHO COMUM 375)	De 181ml até 375ml	2204.21.00	D
55.610.836/0001-08	CANGUERA (VINHO COMUM 750)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	F
55.610.836/0001-08	VINHOS CANGUERA ESPUMANTE BRUT (VINHO FINO - 750 ml)	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	O
55.610.836/0001-08	VINHOS CANGUERA ESPUMANTE MOSCATEL (VINHO FINO - 750 ml)	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	N

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 107, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba/SP, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 280, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 4 de março de 2009, e tendo em vista o disposto nos arts. 149 e 150 do

Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), alterado pelo Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007, e pelo Decreto nº 6.501, de 2 de julho de 2008 e Decreto nº 6.520, de 30 de julho de 2008.

Tendo em vista a atribuição para a edição e publicação dos atos de enquadramento/ reenquadramento de bebidas, conforme disposto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, e tendo em vista a análise de solicitação da empresa VITIVINICOLA PALMARES LTDA - CNPJ 52.228.145/0001-48 - desta jurisdição fiscal, gerada pela utilização do Sistema IPI - Solicitação de Enquadramento de Bebidas (IPI- Enquad).

Tendo em vista que a empresa realizou em 29/06/2011 três solicitações de reenquadramento de produto em produção por mudança de preço e classe .

Tendo em vista que anteriormente havia sido emitido Ato Declaratório Executivo nº 228 de 10/12/2010 publicado em DOU em 13/12/2010.

Destacamos ainda que este ADE foi analisado através de E-processo digital nº 10855.723900/2011-92 ao qual a empresa pode ter pleno acesso mediante certificado digital e aceitando DTE - domicilio tributário eletrônico, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme anexo abaixo indicado.

Art. 2º Os produtos acondicionados em recipientes de capacidade superior a mil mililitros, relacionados neste ADE, estão sujeitos ao imposto proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de mil mililitros, arredondando-se para mil mililitros a fração residual, se houver, conforme o § 7º do art. 150 do Ripi.

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo único. Caso haja marcas de vinho comum ou de consumo corrente relacionadas neste ADE, comercializadas simultaneamente em vasilhame de vidro retornável e não retornável, o enquadramento do produto comercializado em vasilhame retornável dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do § 2º do art. 150 do Ripi.

Art. 4º Este ato revoga Ato Declaratório Executivo nº 228/2010 de 10/12/2010 publicado no DOU em 13/12/2010 e reconsolida novamente em um único ADE todos os produtos da empresa que estão em produção.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELO CELSO BOSSO

ANEXO

VITIVINICOLA PALMARES LTDA

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
52.228.145/0001-48	PALMARES 355 ML	De 181 ml até 375 ml	2204.21.00	A
52.228.145/0001-48	PALMARES 720 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	F
52.228.145/0001-48	PALMARES 720 ML retornável	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	E
52.228.145/0001-48	PALMARES 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
52.228.145/0001-48	PALMARES 2000 ML	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
52.228.145/0001-48	PALMARES 4500 ML	Acima de 2000ml	2204.29.00	C
52.228.145/0001-48	PALMARES LICOROSO 720 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
52.228.145/0001-48	PALMARES - LICOROSO 750 e 870 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
52.228.145/0001-48	PALMARES - LICOROSO 2000 ML	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
52.228.145/0001-48	PALMARES - LICOROSO 4500 ML	Acima de 2000ml	2204.29.00	D

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 303, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Inscreve contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO nº 171, de 8 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de PAPEL IMUNE com a atividade de USUÁRIO, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01537, o estabelecimento da empresa G. M. ALVES GRAFICA E EDITORA - ME, inscrita no CNPJ sob o número 13.400.017/0001-88, localizado na R DONA INACIA UCHOA, nº 135 - VILA MARIANA - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 10880.735655/2011-59.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 307, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Inscreve contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO nº 171, de 8 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de PAPEL IMUNE com a atividade de USUÁRIO, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01539, o estabelecimento da empresa INVENTY EDITORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 07.292.977/0001-79, localizado na R CORONEL MEIRELES, nº 128, casa 1 - VILA LAIS - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 13807.722673/2011-41.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Desalfandegamento, a pedido, de instalações portuárias de uso privativo misto

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª. REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com a competência estabelecida no § 1º do art. 30 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e considerando o que consta no processo nº 10916.000087/95-08, declara:

Art. 1º Desalfandegadas, a pedido, as instalações portuárias de uso privativo misto localizadas dentro da área do Porto Organizado de Imbituba, administradas pela empresa FERTILIZANTES SANTA CATARINA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 85.319.317/0001-48.

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 41, de 20 de maio de 2002, publicado no D.O.U. de 24 de maio de 2002.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 244, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no inciso I e §§ 1º e 2º do art. 33 da IN RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2.011, declara:

Artigo único. Nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificada, tendo em vista a constatação de multiplicidade de inscrição, conforme apurado no respectivo processo administrativo fiscal.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE NULIDADE
ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS DO PONTO DE PESCA 080	01.307.126/0001-76	10936.002655/2010-03	20/06/1996

OSVALDO TOSHIO YAMASHITA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados(IPI) de que trata o art. 1º da Lei 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), assim como o disposto na Instrução Normativa RFB nº 866, de 06 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame e aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR FABRE

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
02.295.098/0001-87	MISKOV (BATIDAS)	de 671ml até 1000ml	2208.90.00	J

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 811, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso V, da Portaria nº 141, de 10 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, resolve:

Art. 1º Os recursos referentes aos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e ao Fundo de Compensação pelas Exportações de Produtos Industrializados - IPI-EXP, serão creditados aos beneficiários em 2012, de acordo com o cronograma anexo.

Art. 2º A Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria de Tesouro Nacional, em articulação com o Banco do Brasil S.A., adotará as providências necessárias para o cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNO AUGUSTIN FILHO

ANEXO

CRONOGRAMA DAS LIBERAÇÕES DOS FUNDOS
FPE, FPM E IPI-EXP.
EXERCÍCIO DE 2012

PERÍODO DE ARRECADAÇÃO	DATA DO CRÉDITO	PERÍODO DE ARRECADAÇÃO	DATA DO CRÉDITO	PERÍODO DE ARRECADAÇÃO	DATA DO CRÉDITO
21 A 31 DEZ	10/jan	21 A 30ABR	10/mai	21 A 31 AGO	10/set
01 A 10 JAN	20/jan	01 A 10 MAI	18/mai	01 A 10 SET	20/set
11 A 20 JAN	30/jan	11 A 20 MAI	30/mai	11 A 20 SET	28/set
21 A 31 JAN	10/fev	21 A 31 MAI	8/jun	21 A 30 SET	10/out
01 A 10 FEV	17/fev	01 A 10 JUN	20/jun	01 A 10 OUT	19/out
11 A 20 FEV	29/fev	11 A 20 JUN	29/jun	11 A 20 OUT	30/out
21 A 29 FEV	9/mar	21 A 30 JUN	10/jul	21 A 31 OUT	9/nov
01 A 10 MAR	20/mar	01 A 10 JUL	20/jul	01 A 10 NOV	20/nov
11 A 20 MAR	30/mar	11 A 20 JUL	30/jul	11 A 20 NOV	30/nov
21 A 31 MAR	10/abr	21 A 31 JUL	10/ago	21 A 30 NOV	10/dez
01 A 10 ABR	20/abr	01 A 10 AGO	20/ago	01 A 10 DEZ	20/dez
11 A 20 ABR	30/abr	11 A 20 AGO	30/ago	11 A 20 DEZ	28/dez

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 4.301, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004; considerando o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e no inciso I, artigo 34 do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967; e o que consta do Processo Susep nº 15414.004920/2011-73, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas da SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 33.822.131/0001-03, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, em assembleia-geral extraordinária realizada em 19 de setembro de 2011:

I - alterar o Estatuto Social, especialmente os artigos 6º, 11 e seu parágrafo único, 12, 15 e seus parágrafos com a inclusão do parágrafo quarto;

II - excluir os artigos 16 a 21 com a conseqüente renumeração dos artigos subseqüentes;

III - alterar o parágrafo primeiro do antigo artigo 34;

IV - consolidar o Estatuto Social; e

V - aprovar a eleição de membro para a Diretoria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 849, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, INTERINO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o acréscimo no empenho e transferência dos recursos para o município de RIO DO SUL/ SC, concedidos pela Portaria nº 679, de 16 de setembro de 2011, publicada no DOU de 19/9/2011, Seção 1, pág. 38, no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais, no processo nº 59050.001373/2011-16

Art. 2º Os recursos financeiros adicionais serão empenhados a título de transferência obrigatória, conforme legislação vigente, observando a Nota de Empenho emitida: 2011NE000257 Termo Comp 0155/2011 com a classificação orçamentária: PT 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º Ficam inalterados os demais artigos da portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 47, de 10 de Outubro de 2011, publicada no D.O.U, de 13 de outubro de 2011, Seção I pág. 72, que promoveu a alteração da Modalidade de Aplicação de dotações orçamentárias consignadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS,

Onde se lê:

18.544.0515.1851.0023 - Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Estado do Ceará.						

Leia-se:

18.544.0515.1851.0066 - Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Em Municípios - No Estado do Ceará.						

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 664

Dia: 07.12.2011
Hora: 10h
Presidente: Fernando de Magalhães Furlan
Secretário do Plenário: Clovis Manzoni dos Santos Lores

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos do art. 54 da lei n. 8.884/94.

Foram distribuídos por conexão os seguintes feitos:

Averiguação Preliminar nº 53500.006044/2004 (Conexo a Averiguação Preliminar 08012.001851/2004-84)
Representante: Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel
Representadas: Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP, Telefônica Empresas S.A.
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Averiguação Preliminar nº 08012.001851/2004-84 (Conexo a Averiguação Preliminar 53500.006044/2004)
Representante: Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel
Representadas: Brasil Telecom S.A., Telecomunicações de São Paulo S.A., Telemar Norte Leste S.A.
Advogado(s): José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Adriana da Cunha Costa, Caio Mário da Silva Pereira Neto
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Ato de Concentração nº 08012.010376/2011-66
Requerentes: CONFIDENCIAL
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.012362/2011-87
Requerentes: Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes Stratus Fleet, Maestro Locadora de Veículos S.A.
Advogado(s): Maria Eugenia Del Nero Poletti, Tito Amaral de Andrade
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.012365/2011-11
Requerentes: CONFIDENCIAL
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 08012.012367/2011-18
Requerentes: Brastec Technologies Ltda., EMBRAEQUIP S.A.
Advogado(s): Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Márcio Dias Soares
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08012.012372/2011-12
Requerentes: Lanxess AG, Verichem Corporation
Advogado(s): Luis Gustavo Rolim Lima, Giordano Bruno Vieira de Barros, Joana Temudo Cianfarani, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração nº 08012.012379/2011-34
Requerentes: Springer Science + Business Media Deutschland GmbH., Wolters Kluwer Health do Brasil Ltda.
Advogado(s): Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Francisco Ribeiro Todorov, André Marques Gilberto, Natali de Vicente Santos, Aylla Mara de Assis
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.012383/2011-01
Requerentes: Brazil Japan Iron Ore Corporation, China Steel Corporation
Advogado(s): Érica Yamashita, Carolina Vieira, Tito Amaral de Andrade
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.012395/2011-27
Requerentes: Man Diesel & Turbo Brasil Ltda., Raeder Indústria e Comércio Ltda.
Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Erika Vieira Sang, Carolina Vieira
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08012.012399/2011-13
Requerentes: Camera Agroalimentos S.A., Vanguarda Agro S.A.
Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Carolina Maria Matos Vieira
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração nº 08012.012400/2011-00
Requerentes: Revita Engenharia S.A., São Paulo Engenharia Ambiental S.A.
Advogado(s): Luciana Martorano, Gianni Nunes de Araújo, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 53500.024940/2011
Requerentes: Abril Comunicações S.A., Cintia Rothschild de Abreu Alvarenga, Compor Communications Holding INC, Raul Rothschild de Abreu, TV Pelicano S.A., TVA Brasil Radioenlaces Ltda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Advogado(s): Luiz Carlos G. Balieiro, Lucimara Amancio Pereira Paulino
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Averiguação Preliminar nº 08012.013624/2007-44
Representante: Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos - Pró Genéricos
Representada: Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda.
Advogado(s): Arystóbulo de Oliveira Freitas, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Averiguação Preliminar nº 08700.000073/2008-81
Representantes: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
Representada: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Averiguação Preliminar nº 53500.007820/2004
Representante: Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel
Representada: Telemar Norte Leste S.A.
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Processo Administrativo nº 53500.004704/2003
Representantes: ATL - Algar Telecom Leste S.A., Maxitel S.A., Telebahia Celular S.A., Telemig Celular S.A., Telergipe Celular S.A., TELERJ Celular S.A., TELEST Celular S.A.
Representada: Telemar Norte Leste S.A. "OI"
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN
Presidente do Conselho

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

PAUTA DA 506ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Dia: 14.12.2011
Início: 10h
Processo Administrativo nº 08012.001271/2001-44
Representante: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania/PROCON-SP
Representadas: SKF e SKF do Brasil Ltda.
Advogados: Marcelo Procópio Calliari, Rogério Domene e outros
Relator: Conselheiro César Costa Alves de Mattos
Voto-Vista: Presidente Fernando de Magalhães Furlan
Ato de Concentração nº 08012.009497/2010-84
Requerente: TAM S.A. e LAN Airlines S.A.
Advogados: Renê Medrado, Leonardo Torre, Barbara Rosenberg, André Previato e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração n.º 08012.011971/2010-38
Requerentes: DA Participações Ltda. e Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear de Recife
Advogados: Ubiratan Mattos, Maria Cecília Andrade e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Voto-vista: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.009424/2011-73
Requerente: Cameron International Corporation e LeTourneau Technologies Drilling Systems, Inc.
Advogados: Barbara Rosenberg, André Previato, Rafael Szmid e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.011532/2011-14
Requerente: G4S plc.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Carolina Maria Matos Viera e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.011762/2011-75
Requerente: Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda. e Leão e Leão Ltda.
Advogados: Leonardo Maniglia Duarte e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 53500.010527/2011
Requerente: Global Crossing Limited
Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Fernando J. B. Ehrensperger, Lilian Barreira e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.005889/2010-74
Requerentes: Fisher S.A. Comércio, Indústria e Agricultura e Citrovita Agro Industrial Ltda.
Advogados: Fabio Francisco Beraldi, Gianni Nunes de Araújo e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.011136/2010-06
Requerentes: NOV Downhole Comercialização de Equipamentos para Petróleo Ltda. e Christensen Roder Produtos e Serviços de Petróleo Ltda.
Advogados: Ricardo Madrona Saes, Alberto Recoder Vidal, Rafael Massachi Prado Hosoi e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.008323/2011-85
Requerentes: Light Energia S.A. e Renova Energia S.A.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Bruno Dario Werneck e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.009863/2011-86
Requerentes: Prosegur Tecnologia em Sistemas de Segurança Eletrônica e Incêndios Ltda. e Prover Eletro Eletrônica Ltda.
Advogados: Sérgio Varella Bruna, Natalia S. Pinheiro e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.009986/2011-17
Requerentes: Fibria Celulose S.A. e Oji Paper Co. Ltd.
Advogados: Mário Roberto Villanova Nogueira, Gianni Nunes de Araújo, Tito Amaral de Andrade e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.010032/2011-57
Requerentes: Carlyle Partners V, L.P., Hellman & Friedman Corporate Investors VII, Ltd. e Pharmaceutical Product Development, Inc.
Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Marcio Dias Soares e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.011557/2011-18
Requerentes: Conapp - Companhia Nacional de Seguros e Icatu Seguros S.A.
Advogados: Vicente Bagnoli, Alexandre Augusto Reis Bastos e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.006461/2011-20
Requerentes: Yazaki Corporation e Cablelettra S.P.A In Amministrazione Straordinaria
Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração n.º 08012.011495/2011-36
Requerentes: Foz Centro Norte S.A. e CIA de Saneamento do Tocantins - SANEATINS
Advogados: Ubiratan Mattos, Maria Cecília Andrade e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.011730/2011-70
Requerentes: BRE GM Holdings LLC e Merrill Lynch L.P. Holdings, Inc.
Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira e outros.
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração n° 08012.011430/2011-91
Requerentes: Europipe GmbH; V&M do Brasil S.A. e Interoil Representação Ltda.
Advogados: Marcelo Romanelli e Drilmar Monteiro
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.012481/2010-59
Requerentes: Caterpillar Inc. e Bucyrus International, Inc.
Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Marcos Pajolla Garrido
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.004484/2011-08
Requerentes: Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. e AEL Sistemas S.A.
Advogados: Michelle Marques Machado, Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Marcio Dias Soares
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.008745/2011-51
Requerentes: Kinea I Real Estate Equity Fundo de Investimento em Participações e Stxrock 10 Desenvolvimento Imobiliário S.A.
Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo, Luís Bernardo Coelho Cascão
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.009537/2011-79
Requerentes: Boston Medical Device, Inc. e ConvaTec Inc.
Advogados: Alessandro Marius Oliveira Martins, Natália de Lima Figueiredo e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo
Ato de Concentração nº 08012.009632/2011-72
Requerentes: Cargill Agrícola S.A. e Kerry do Brasil Ltda.
Advogados: Guilherme Justino Dantas, Tae Young Cho e Eduardo Luiz Brock
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração 08012.007250/2010-23
Requerentes: Basf S.A. e Cognis Brasil Ltda.
Advogados: Onofre C. de Arruda Sampaio e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração 08012.004274/2011-10
Requerentes: Agan Chemical Manufacturers, Ltd. e E.I. Du Pont de Nemours and Company
Advogados: Leopoldo Ubiratan Carreiro Pagotto e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Auto de Infração nº 08700.006101/2011-70 no Ato de Concentração nº 08012.011323/2010-81
Autuado: Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.
Advogado: Barbara Rosenberg, Marcos Antônio Tadeu Exposto Jr., Luís Bernardo Coelho Cascão e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Averiguação Preliminar nº. 08012.007666/2000-17
Representante: Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belém/PA
Representados: Postos de Combustíveis de Belém/PA
Advogado: Não consta nos autos
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Processo Administrativo nº 08012.006431/1997-31
Representante: Secretaria de Acompanhamento Econômico
Representados: Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e
Lubrificantes - Fecombustíveis; Luiz Gil Siuffo Pereira
Advogados: Leonardo Canabrava Turra, Lisa Marini Ferreira dos Santos,
Leonardo Oliveira Callado, Deborah Amaral dos Anjos e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Processo Administrativo nº 08012.004573/2004-17
Representante: Ministério Público do Rio Grande do Sul
Representados(as): Auto Posto Central, Posto Nota Dez, Pedro Maffini e Filhos, Posto Shell-Plaza, Posto Ferrari, Posto Bambino, Dutra Auto Posto, Postos Santa Lúcia
Advogado(s): Zeno Bittencourt Souza e outros, Luís Sérgio Vasques Miotti e outros, Waldemar Kümmel e outros, Fabrício Schorn Rodrigues, Nadir Pacheco Bertóia e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Processo Administrativo nº 08012.007149/2009-39
Representante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Representados(as): Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes - SULPETRO, Jorge Humberto Vasques Miotti, João Cleonir Moraes Saldanha, Arlindo dos Santos Dutra, Volmar Rosa Peixoto, Irineu João Barichello, Valnir José Dutra da Silva e Ivo Santa Lúcia
Advogado(s): Frabricio Schorn Rodrigues, Sandro Seixas Trentin e outros, Luís Sérgio vasques Miotti e outro, Zeno Bittencourt Souza e outro, Cristina Pessoa Pereira Borja e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Requerimento nº 08700.005448/2010-14
Requerente: CONFIDENCIAL
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Requerimento nº 08700.004174/2011-27
Requerentes: CONFIDENCIAL
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN
Presidente do Conselho

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Regulamenta as promoções e a recusa de promoção na carreira de defensor público da união.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso I do art. 10 da Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e tornar mais claras as regras para as promoções por antiguidade e por merecimento e da recusa à promoção;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor sopesar os critérios empregados para a apuração do merecimento, aplicando-se maior equidade na sua valoração;

CONSIDERANDO o resultado da consulta pública deflagrada por este Conselho Superior para colher sugestões de todos os membros da carreira sobre os critérios de aferição do merecimento para fins de promoção na carreira de Defensor Público Federal no bojo do processo nº 08038.017754/2010-63.

CONSIDERANDO que o STF no julgamento do MS 24.872 (Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 30/06/2005, DJ 30-09-2005 PP-00004 EMENT VOL-02207-01 PP-00168) considerou aplicável os critérios de desempate da remoção (art. 37, § 1º, da Lei Complementar nº 80/94), também para promoção;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 30 a 33 da Lei Complementar nº 80/94.

Resolve baixar as seguintes normas:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As promoções para os cargos de Defensor Público Federal de Primeira Categoria (categoria intermediária) e da Categoria Especial (categoria final) e as recusas de promoção observarão o disposto neste regulamento.

CAPÍTULO II

DA PROMOÇÃO NA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL

Art. 2º. Os cargos vagos das categorias intermediária e final da carreira de Defensor Público Federal serão providos, alternadamente, pelos critérios de antiguidade e de merecimento.

Art. 3º. As promoções serão deflagradas quando for declarada a vacância ou criados novos cargos nas respectivas Categorias.

Art. 4º. As promoções serão deflagradas, em 10 (dez) dias, após a publicação do ato que declara a vacância de cargo ou da publicação do ato que distribuiu novos cargos criados, com a inclusão na pauta da primeira sessão ordinária ou extraordinária do CSDPU da lista de antiguidade a que se refere o art. 10 desta Resolução.

Art. 5º. A vacância do cargo a ser preenchido por promoção ocorrerá na data:

a) do falecimento do membro da Instituição;

b) da publicação do ato que exonerar ou demitir o integrante da carreira;

c) do início da vigência do ato de promoção do membro de Primeira Categoria para a Categoria Especial;

d) da publicação do ato de aposentadoria; e

e) no caso de recusa de promoção.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 6º. O pedido de promoção, indicando a ordem de preferência das vagas, far-se-á mediante requerimento do candidato ao Defensor Público-Geral Federal, nos 15 (quinze) dias seguintes à publicação do Edital no Diário Oficial da União.

§1º. O prazo de 15 (quinze) dias será contado na forma dos arts. 66 e 67 da Lei nº 9.784/99.

§2º. A desistência ou alteração do pedido de promoção somente será possível dentro dos quinze dias de inscrição.

Art. 7º. Não havendo candidatos da categoria imediatamente anterior, o cargo vago da Categoria Especial será preenchido por candidatos da classe inicial da carreira, que tenham manifestado interesse no prazo do edital a que alude o artigo 6º.

Art. 8º. Transcorrido o prazo de inscrição dos candidatos, o processo com os requerimentos será distribuído imediatamente a um relator, que o incluirá em pauta preferencialmente na próxima reunião ordinária ou extraordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública da União para decisão.

§1º. No caso de promoção por merecimento, antes de enviar os autos conclusos ao Relator, a Secretaria Executiva do CSDPU instruirá os respectivos requerimentos com a documentação constante dos assentamentos funcionais do requerente, especialmente no que tange às hipóteses que geram pontuação e às hipóteses impeditivas elencadas no art. 33, § 2º, da LC 80/94 ou com a certidão de que nada consta na Coordenação de Recursos Humanos da Defensoria Pública-Geral da União em relação a estes dois aspectos.

§2º. Para a aferição dos pontos serão utilizados os documentos que integrarem os assentamentos funcionais dos candidatos bem como os documentos encaminhados ao Conselheiro Relator até o término das inscrições para o concurso de promoção.

§3º. Havendo discordância entre os documentos indicados pelo requerente e aqueles constantes de seu assentamento funcional, o relator comunicará tal situação ao interessado, para que este providencie a regularização em até 5 (cinco) dias.

§4º. Os documentos encaminhados ao Conselheiro Relator não serão anexados aos assentamentos funcionais do candidato, incumbindo exclusivamente ao interessado completar o seu registro funcional na Defensoria Pública-Geral da União.

§5º. Somente serão computados os pontos alcançados até o último dia do prazo para inscrição no concurso de promoção.

§6º. A pontuação por merecimento somente poderá ser utilizada pelo candidato uma única vez, considerando-se como efetiva utilização apenas a que resultar em promoção por merecimento.

§7º. Para o candidato que não fizer menção expressa em seu requerimento do cômputo de apenas determinada espécia de pontuação, serão computados, para fins daquela promoção por merecimento, toda a pontuação comprovada, nos termos do art. 36 da Lei 9.784/99.

Art. 9º. Nos concursos de promoção que ofereçam vagas as serem preenchidas por antiguidade e por merecimento, caso seja formulado requerimento pelo candidato para vagas a serem preenchidas por ambos os critérios, será dada preferência a efetivação de sua promoção por antiguidade.

CAPÍTULO III

DA LISTA DE ANTIGUIDADE

Art. 10. A lista de antiguidade dos Defensores Públicos Federais é una, servindo tanto para a remoção quanto para a promoção.

Parágrafo único. Além dos fins legais mencionados no caput, a antiguidade poderá ser empregada para outras finalidades em que sua utilização se mostrar pertinente.

Art. 11. Nos termos do §1º do art. 37 da Lei Complementar 80, a antiguidade será apurada, sucessivamente, de acordo com o tempo de exercício na categoria, com o tempo de exercício na carreira, com o tempo de exercício no serviço público federal, com o tempo de exercício no serviço público em geral, com a idade e, finalmente, com a classificação no concurso.

§1º. Para a apuração da antiguidade na Categoria Especial da Defensoria Pública, soma-se o tempo de exercício nessa categoria ao de Advogado de Ofício da Justiça Militar da União.

§2º. Para a apuração da antiguidade na Primeira Categoria da Defensoria Pública, soma-se o tempo de exercício nessa categoria ao de Advogado de Ofício Substituto da Justiça Militar da União.

§3º. São considerados tempo de serviço público o desempenhado em cargo e em emprego público.

§ 4º. Não são considerados cargos públicos os cargos em comissão.

Art. 12. A lista de antiguidade será ordenada por categorias, do membro mais antigo ao mais moderno.

Art. 13. Incumbe ao Presidente do Conselho, na primeira reunião ordinária antes do início de cada concurso de promoção e remoção, submeter lista de antiguidade atualizada à aprovação do colegiado.

§1º. Os pedidos de averbação de tempo de serviço para serem considerados no concurso de promoção ou remoção deverão ser formulados até a sessão de homologação da lista de antiguidade.

§2. A lista homologada será a utilizada quando da realização de concurso de remoção ou de promoção, ficando sobrestados todos os processos de averbação iniciados entre a homologação e o término do processo de promoção ou remoção.

§3º. Caberá à Administração a atualização mensal da lista de antiguidade, sendo a mesma publicizada no sitio oficial da Defensoria Pública da União.

Art. 14. Qualquer impugnação à lista de antiguidade homologada deverá ser fundamentada e instruída com os documentos que sustentam a irresignação, devendo ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias.

§1º. Não havendo impugnação, ou decididas as que foram opostas, a lista se tornará definitiva para os fins a que se destina.

§2º. As impugnações serão julgadas até a sessão em que forem decididas as promoções.

CAPÍTULO IV

DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 15. O candidato concorrente a determinada vaga para promoção por antiguidade mais bem colocado na lista referida no capítulo anterior terá seu nome encaminhado para o Defensor Público-Geral Federal, que deverá efetivar sua promoção.

CAPÍTULO V

A PROMOÇÃO POR MERECIMENTO

Art. 16. A lista tríplice para promoção por merecimento será integrada pelos candidatos que estiverem no primeiro terço da lista de antiguidade, contarem com 02 (dois) anos de efetivo exercício na categoria de origem, não incidirem na vedação do art. 33, § 2º, da LC 80/94 e em razão da eficiência e a presteza, obtiverem a maior pontuação:

I. dos serviços administrativos;

II. da atividade acadêmica; e

III. de serviços relevantes.

§1º. A lista para a promoção por merecimento será ordenada com base na pontuação obtida pelos candidatos, da maior para a menor.

§2º. Havendo mais de uma vaga a ser provida por merecimento, a lista para a promoção será formada por tantos candidatos quanto o número de vagas mais dois.

§3º. Quando não houver candidatos suficientes que observem o primeiro terço da lista de antiguidade (art. 31, § 2º, da LC 80/94) e que contem com mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício na categoria de origem (art. 31, § 3º, da LC 80/94), outros poderão integrar a lista destinada à promoção nas vagas restantes.

§ 4º. Mesmo que a lista tríplice seja elaborada nos termos da parte final do parágrafo anterior, não há promoção vinculada daquele que preencheu os requisitos art. 31, §§ 2º e 3º, da LC 80/94, podendo qualquer um dos integrantes da listagem aprovada pelo Conselho Superior ser promovido pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 17. Em razão dos serviços administrativos prestados pelos candidatos, será deferida a pontuação na forma que segue:

I. Para o mandato de conselheiro do CSDPU, 1 (um) ponto para cada seis meses de efetivo exercício, até o máximo de 8 (oito) pontos;

II. Para a assessoria na Administração Superior, 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por semestre de exercício efetivo de atividade, até o máximo de 4 (quatro) pontos;

III. Para a atividade de chefia, 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por período de 6 (seis) meses de efetivo exercício, até o máximo de 4 (quatro) pontos;

IV. Aos Chefes-Substitutos e Coordenadores de área das unidades, 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto por período de 6 (seis) meses, até o máximo de 2 (dois) pontos.

§1º. Para fins do inciso II, considera-se assessoria na Administração Superior os Membros da Comissão de Prerrogativas, os Membros das Câmaras de Coordenação, o Diretor da Escola Superior da DPU, o Ouvidor Geral, 1 (um) Assessor Parlamentar, 1 (um) Assessor Jurídico e 1 (um) Assessor Internacional da DPGU.

§2º. Para fins do inciso IV, admitem-se:

I. Até 6 Coordenadores de área para as Unidades com mais de 31 Defensores;

II . Até 5 Coordenadores de área para as Unidades de 21 até 30 Defensores;

III. Até 3 Coordenadores de área para as Unidades de 11 até 20 Defensores;

IV. Até 1 Coordenador de área para as Unidades de 6 a 10 Defensores.

§3º. Nas Unidades onde haja sede de Tribunal Regional Federal, poderá haver mais uma Coordenação exclusiva para a 1ª Categoria, se esta não constituir sede autônoma.

§4º. Não serão objeto de pontuação a função que receber qualquer tipo de remuneração específica para o seu exercício, à exceção dos membros natos do CSDPU.

§5º. Em caso de afastamento da atividade-fim para a prestação dos serviços administrativos, a pontuação será reduzida em ¼ (um quarto).

Art. 18. Os pontos atribuídos em razão da atividade acadêmica, relativamente às áreas de direito, ciências políticas, criminologia, filosofia e sociologia, serão distribuídos da seguinte forma:

I. 3 (três) pontos para o título de pós-doutorado obtido pelo candidato, até o limite de 6 (seis) pontos;

II. 3(três) pontos por cada título de doutor obtido pelo candidato, até o limite de 6 (seis) pontos;

III. 2 (dois) pontos por cada título de mestre obtido pelo candidato, até o limite de 4 (quatro) pontos;

IV. 1(um) ponto por cada especialização concluída pelo candidato até o limite de 2 (dois) pontos;

V. 1 (um) ponto por cada livro publicado de autoria individual do candidato, com a indicação do respectivo número ISBN, até o limite de 4 (quatro) pontos;

VI. 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por cada livro publicado em co-autoria pelo candidato, com a indicação do respectivo número ISNN ou ISBN, até o limite de 2 (dois) pontos;

VII. 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto por cada artigo publicado pelo candidato em obra coletiva ou repertório especializado, com a indicação do respectivo número ISNN ou ISBN, até o limite de dois pontos.

§ 1º. Todas atividades acadêmicas previstas nas alíneas do caput deste artigo, concluídas antes do ingresso na carreira, não serão pontuadas.

§2º. Para as titulações previstas nos incisos I a IV deste artigo, obtidas com o afastamento das funções institucionais, excetuando-se os afastamentos para a elaboração da tese ou dissertação, serão conferidas a metade dos pontos previstos.

§ 3º. As titulações previstas nos incisos I a IV deste artigo, quando concluídas sem defesa oral do trabalho final serão diminuídas em ¼ (um quarto), devendo tal circunstância ser comprovada pelo requerente.

Art. 19. Os pontos atribuídos em razão de serviços relevantes prestados pelo candidato, previstos expressamente na presente resolução, serão distribuídos da seguinte forma:

I. 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto por participação como membro de comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar instaurado no âmbito da Defensoria Pública da União, até o máximo de 1 (um) ponto;

II. 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto por participação em Comissão Eleitoral para escolha do Defensor Público-Geral Federal ou do CSDPU, até o máximo de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto;

III. 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto por participação do projeto DPU Itinerante, até o máximo de 5 (cinco) pontos;

§1º. Considera-se como período de trabalho no Projeto "DPU Itinerante" o período de designação extraordinária (art. 8º, inciso XV, da LC 80/94), para atuação em localidades em que não haja Unidade da Defensoria Pública da União.

§2º.Quando em razão do afastamento do Defensor Público Federal a Unidade ficar sem nenhum titular, considera-se também como período de trabalho no Projeto "DPU Itinerante" o período de designação extraordinária (art. 8º, inciso XV, da LC 80/94), de forma evitar a solução de continuidade na prestação do serviço de assistência jurídica.

CAPÍTULO VI

DA RECUSA À PROMOÇÃO

Art. 20. Ao Defensor Público Federal promovido é facultada a recusa à promoção, desde que haja vaga na categoria de origem ou na categoria inicial da carreira após a realização dos respectivos concursos de remoção.

Parágrafo único. Caso o Defensor Público requerente tenha sido promovido diretamente da 2ª Categoria da carreira para a Categoria Especial, admite-se o seu retorno apenas à Categoria de origem.

Art. 21. A recusa à promoção será possibilitada pelo Defensor Público-Geral Federal, 15 (quinze) dias após ultimado o concurso de remoção.

Art. 22. Se mais de um membro optar pela recusa à promoção para uma mesma vaga, serão aplicados como critérios de desempate, no que couber, aqueles previstos no art. 37, § 1º, da LC 80/94.

Art. 23. Em razão de sua excepcionalidade, a recusa à promoção não pode preceder o concurso de remoção nem importar de qualquer forma em desrespeito à antiguidade na carreira.

Art. 24. Os ônus e encargos financeiros decorrentes do deslocamento pela recusa à promoção correrão sempre à conta do Defensor Público Federal renunciante.

Art. 25. Caso a recusa à promoção ocorra dentro do lapso de 1 (um) ano desde a promoção, como requisito ao deferimento do pleito, o requerente deve devolver ao erário os gastos realizados pela Administração Pública em decorrência de sua promoção, incluindo-se as despesas eventualmente havidas com o transporte de bens e de pessoas, bem como com a ajuda de custo paga.

Parágrafo Único. A partir da data da publicação do ato do Defensor Público-Geral Federal que concretizar a renúncia à promoção, ao renunciante será vedado concorrer em futuros processos de promoção, pelo prazo de 1 (um) ano.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. Para fins do art. 17, §2º, as Unidades deverão adequar suas Coordenações de área de atuação em até 60 (sessenta) dias da publicação desta Resolução, para posterior homologação pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 27. A presente Resolução será a única aplicada para os próximos concursos de promoção realizados no âmbito da Defensoria Pública da União.

Art. 28. Em relação ao número de Defensores que podem pontuar em determinada atividade, nos termos do art. 17, §§1º e 2º, não se aplica a regra desta Resolução de de forma retroativa, aplicando-se, no entanto, a regra de pontuação prevista neste normativo.

Art. 29. Ficam revogadas as Resoluções nº. 07, de 14 de abril de 2005, nº 11, de 07 de março de 2006, nº 14, de 10 de janeiro de 2007, nº 17, de 6 de março de 2007, nº 18, de 4 de março de 207, nº 30, de 03 de setembro de 2008, nº 31, de 10 de setembro de 2008.

Art. 30. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública da União.

HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA

Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

PORTARIA Nº 2.649, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.051417/2010-31 - SR/DPF/BA, resolve:

Cancelar a Autorização concedida para exercer serviço de TRANSPORTE DE VALORES, à empresa SENA SEGURANÇA INTELIGENTE LTDA., CNPJ/MF nº 00.621.158/0007-74, localizada no Estado da BAHIA.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.652, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.022173/2011-81-DELESP/SR/SP, declara revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa APARELHOS VETERINÁRIOS HOPPNER LTDA., CNPJ nº 61.450.037/0001-06, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.656, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.026655/2011-19-DELESP/SR/SP, declara revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OPERADORA SÃO PAULO RENAISSANCE LTDA., CNPJ nº 01.097.044/0001-44, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.684, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08105.002215/2011-60-CGCSP/DIREX, referente ao processo 2011/3919 - GESP, resolve RETIFICAR o Alvará nº 14.065, de 23 de novembro de 2011, publicada no DOU em 25 de novembro de 2011. Onde se lê: "Em estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:" Leia-se: "da empresa cedente SEBIL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILANCIA INDUSTRIAL E BANCÁRIA LTDA, CNPJ: 62.800.099/0001-63".

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.536, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003519/DPF/NIG/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRONT SERVIÇO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.324.949/0001-35, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, para atuar no RIO DE JANEIRO , com Certificado de Segurança nº 1832/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.158, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4438 DPF/SJK/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa ENGESEG EMPRESA ESPECIALIZADA NA FORMAÇÃO DE VIGILANTES, CNPJ nº 65.053.365/0001-20, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

36750 (trinta e seis mil, setecentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

2000 (dois mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.190, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4594 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 66.700.295/0001-17, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

6000 (seis mil) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.191, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4646 DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: CONCEDER autorização à empresa VISEL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 32.401.341/0001-65, sediada no ESPÍRITO SANTO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

3000 (três mil) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.197, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4004/DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VISEL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 32.401.341/0001-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar no ESPÍRITO SANTO, com Certificado de Segurança nº 1947/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.198, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4349 DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0003-80, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

137 (cento e trinta e sete) Revólver(es) calibre 38,

2466 (dois mil, quatrocentos e sessenta e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.209, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4414 DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRINKS SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0038-90, sediada no CEARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

14 (quatorze) Revólver(es) calibre 38,

3 (três) Espingarda(s) calibre 12,

252 (duzentos e cinquenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38,

72 (setenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.210, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4331/DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDUSTRIAS REUNIDAS CORINGA LTDA., CNPJ nº 12.213.443/0001-40, para atuar em ALAGOAS.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.213, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4148/DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar em MINAS GERAIS, com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2253/11 (CNPJ nº 05.845.911/0001-33); e nº 2028/11 (CNPJ nº 05.845.911/0002-14) e nº 2256/11 (CNPJ nº 05.845.911/0003-03) e nº 2027/11 (CNPJ nº 05.845.911/0004-86).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.217, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4538 / DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa LÓTUS SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 10.502.700/0001-38, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.219, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4537 DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve: CONCEDER autorização à empresa FBX SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.159.225/0001-74, sediada em RONDÔNIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

4 (quatro) Revólver(es) calibre 38,

40 (quarenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 7 de dezembro de 2011

Nº 959 - Ref: Ato de Concentração nº 08012.009390/2010-36. Requerentes: Luxxon Participações S/A e Sinergás Gás Natural S/A. Advs.: Luiz Frederico Barbosa Bettendieri e Alexandre Henrique Del Nero Poletti.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54, da Lei nº 8.884/94.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

Nº 960 - Ref.: Procedimento Administrativo 08012.008142/2011-59. Representante: SDE Ex Officio. Representadas: Associação Comercial dos Transportadores Autônomos - ACTA e Sindicato dos Transportadores Rodoviários de Cargas a Granel - SINDIGRAN.

Acolho a Nota Técnica da CGAJ de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Nos termos da Nota Técnica de fls., constatam-se indícios de infração à ordem econômica na contratação e na prestação dos serviços de transporte rodoviário de cargas em granel a partir dos terminais públicos do Porto de Santos, dada a fixação ou prática, em acordo com concorrente, sob qualquer forma, de preços e condições prestação de serviços de transporte rodoviário para cargas em granel, a violar o disposto no art. 20, incisos I, II e IV c/c art. 21, incisos I, II, IV, V, VI, X, XI, da Lei nº 8.884/94. Assim sendo, determino a instauração de Processo Administrativo para apurar a existência e a ilicitude da conduta narrada e, com fulcro no art. 33 da Lei nº 8.884/94, determino a notificação das Representadas para que apresentem suas razões de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias. Presentes os requisitos do art. 52 da Lei nº. 8.884/94, quais sejam, a existência de indícios ou fundado receio de que os Representados, direta ou indiretamente, causem ou possam causar ao mercado lesão irreparável ou de difícil reparação ou tornem ineficaz o resultado final do processo, determino a adoção de Medida Preventiva a fim de determinar que os Representados (i) se abstenham de impor tabelas de preços e condições de contratação para o transporte rodoviário de cargas (tanto no frete vira, como na modalidade longa distância) e (ii) cessem quaisquer atos que impeçam a livre contração de caminhões, caminhoneiros e transportadores para retirada e/ou transporte de mercadorias a partir do Porto de Santos (tanto no frete vira, como na modalidade longa distância). Para a hipótese de descumprimento da Medida Preventiva, tendo em vista a gravidade das condutas denunciadas como também a iminente possibilidade de dano irreparável a toda a sociedade brasileira, comino a multa diária correspondente a 100.000 (cem mil UFIRs), com fundamento no artigo 25 da Lei nº. 8884/94.

Nº 961 - Ref.: Procedimento Administrativo 08012.000504/2005-15. Representante: SDE Ex Officio Representadas: Associação Comercial dos Transportadores Autônomos - ACTA e Sindicato dos Transportadores Rodoviários de Cargas a Granel - SINDIGRAN.

Acolho a Nota Técnica da CGAJ de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Nos termos da Nota Técnica de fls., constatam-se indícios de infração à ordem econômica na contratação e na prestação dos serviços de transporte rodoviário de cargas em granel a partir dos terminais públicos do Porto de Santos, dada a fixação ou prática, em acordo com concorrente, sob qualquer forma, de preços e condições prestação de serviços de transporte rodoviário para cargas em granel, a violar o disposto no art. 20, incisos I, II e IV c/c art. 21, incisos I, II, IV, V, VI, X, XI, da Lei nº 8.884/94. Assim sendo, determino a instauração de Processo Administrativo para apurar a existência e a ilicitude da conduta narrada e, com fulcro no art. 33 da Lei nº 8.884/94, determino a notificação das Representadas para que apresentem suas razões de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias. Presentes os requisitos do art. 52 da Lei nº. 8.884/94, quais sejam, a existência de indícios ou fundado receio de que os Representados, direta ou indiretamente, causem ou possam causar ao mercado lesão irreparável ou de difícil reparação ou tornem ineficaz o resultado final do processo, determino a adoção de Medida Preventiva a fim de determinar que os Representados (i) se abstenham de impor tabelas de preços e condições de contratação para o transporte rodoviário de cargas (tanto no frete vira, como na modalidade longa distância) e (ii) cessem quaisquer atos que impeçam a livre contração de caminhões, caminhoneiros e transportadores para retirada e/ou transporte de mercadorias a partir do Porto de Santos (tanto no frete vira, como na modalidade longa distância). Para a hipótese de descumprimento da Medida Preventiva, tendo em vista a gravidade das condutas denunciadas como também a iminente possibilidade de dano irreparável a toda a sociedade brasileira, comino a multa diária correspondente a 100.000 (cem mil UFIRs), com fundamento no artigo 25 da Lei nº. 8884/94.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08280.019573/2011-81 - ANA BELEN ARTERO CHULIA

Processo Nº 08335.010669/2011-09 - PABLO SORIA MARTINEZ

Processo Nº 08354.002762/2011-11 - RUI JOSE MOREIRA MENDES

Processo Nº 08389.018738/2011-99 - LI BO

Processo Nº 08457.010154/2010-33 - GIOVANNI NOVA

Processo Nº 08505.016142/2011-81 - ABDON FIDEL MANGO MAYTA e IDELISA ARIAS MAURICIO

Processo Nº 08505.022543/2011-70 - WILSON JOÃO ANDRÉ

Processo Nº 08505.023457/2009-60 - LIZVER GEOVANI GIRON

Processo Nº 08505.047464/2011-71 - JUSTO LIONEL CARRION ZONCO e JUDITH INES BARRERA TORREZ

Processo Nº 08505.071254/2011-02 - CHUNCAI ZHENG e CAIJUAN QIU

Processo Nº 08505.074257/2011-90 - JICHENG YI e BINBIN HUANG

Processo Nº 08505.071159/2011-09 - HUI GAO e XIUHUA WU

Processo Nº 08792.001534/2011-57 - ANGELA NATALIA SOLARI SOSI.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08065.003110/2011-41 - DAMARIS IBETTE HIDALGO OJEDA

Processo Nº 08070.000442/2011-03 - LEONOR DE OLIVEIRA PIMENTA RESENDE

Processo Nº 08280.042013/2011-20 - CHI YU

Processo Nº 08391.003115/2011-72 - JUNKO KOZAWA

Processo Nº 08444.003035/2011-54 - NEILEY GAY HAWKS

Processo Nº 08458.010014/2008-31 - JULIANA MOREL ESCOBAR.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08337.000774/2011-10 - VICENTA GUACHIRE ACOSTA WAGNER

Processo Nº 08386.001530/2011-61 - VIKTORIYA MAIBRODSKAYA CANTIERI

Processo Nº 08230.003962/2010-07 - MATTEO CAMPARA

Processo Nº 08444.004169/2010-10 - LUIGI MARTINI.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08458.000369/2011-17 - JUAN CARLOS NAVAS.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08391.007142/2011-14 - MOHAMMAD RAMI NAJEM

Processo Nº 08501.014336/2011-81 - ZIYAD NASRALLAH SHAHADEH

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08437.000759/2011-35 - LUIS BATLLE ALVAREZ VELAZQUEZ

Processo Nº 08492.008013/2011-13 - ANTHONY DE SOUZA ROCHA CARDOZO

Processo Nº 08506.011418/2010-43 - MATIAS CARSOLIO PICON.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08097.004184/2011-28 - LUCIA SOUILLA

Processo Nº 08097.004189/2011-51 - JUAN CARLOS NOVARRO

Processo Nº 08260.007632/2011-14 - WALTER DANIEL RUBIR.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto temporário VII, em permanente, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08124.002202/2011-62 - OMAR LAZO CAVALIER

Processo Nº 08260.007936/2011-73 - GEMMA VALERO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08444.005094/2011-67 - CARLA SILVIA SILVA.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. ARISTOTELES SALDAÑA VACA e para Srª DELLMYN NENA MORUCHI DE LA QUINTANA, e com base na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração para seu filho menor LUIS ALEJANDRO GUTIERREZ MORUCHI. Processo N° 08457.001808/2011-19 - ARISTOTELES SALDAÑA VACA, DELLMYN NENA MORUCHI DE LA QUINTANA e LUIS ALEJANDRO GUTIERREZ MORUCHI.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. FELIX KAMA CHUUQIMAMANI e para Srª MARILIN SANIA ZAMBRANA APAZA, e com base na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração para seu filho menor OLIVER KAMA ZAMBRANA. Processo N° 08505.001459/2010-31 - FELIX KAMA CHUUQIMAMANI, MARILIN SANIA ZAMBRANA APAZA e OLIVER KAMA ZAMBRANA.

DEFIRO o pedido de Transformação de Visto de Permanência em permanência indeterminada, para o (a) nacional peruano CARLOS TRIVENO RIOS, com base no art. 7º,§ 2°, da Resolução Normativa 77/2008, do Conselho Nacional de Imigração, tendo em vista a continuidade da União Estável. Processo N° 08506.004917/2011-65 - CARLOS TRIVENO RIOS.

Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória postulado por ANGELA PATRICIA ALMONACID SANCHEZ, nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08295.023721/2011-01 - ANGELA PATRICIA ALMONACID SANCHEZ.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO os pedidos de transformação de residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009, abaixo relacionados:

Processo N° 08376.004057/2011-92 - HUODONG ZOU

Processo N° 08376.002983/2011-23 - YUAN JI

Processo N° 08335.018112/2011-16 - NINFA DIONISIA AMARILLA MASCARENO

Processo N° 08295.022886/2011-57 - EDUARDINA CONDORI CHAMBI

Processo N° 08280.042922/2011-68 - MARIE EBOGO ANGOULA

Processo N° 08505.070879/2011-49 - SHUZHENG ZHANG

Processo N° 08505.087305/2011-18 - JAIME RUDDY CHOQUE COBARRUBIA

Processo N° 08505.069993/2011-26 - AURELIE CAROLE VEYRET

Processo N° 08476.003231/2011-51 - ARY SERGUEY SOLIZ VILLARROEL

Processo N 08505.066411/2011-50 - ROSSIO INELDA LOPEZ MERIDA

Processo N° 08389.029732/2011-47 - BILAL FEDDA

Processo N° 08389.030918/2011-49 - ABBASS FTOUNI

Processo N° 08389.032852/2011-21 - MOHAMAD REZK

Processo N° 08389.034223/2011-36 - ABED AL HAMID RISLAN

Processo N° 08505.070728/2011-91 - SEIFEDDINE HAMAD CHAOUK

Processo N° 08389.030830/2011-27 - ABDUL KARIM MELHEM

Processo N° 08389.032522/2011-36 - WEN CHI TSAO

Processo N° 08295.023722/2011-47 - PATRICIA SOLANGE ANGEL ALMONACID

Processo N° 08389.011862/2011-23 - FADI EL KHECHEN

Processo N° 08389.032528/2011-11 - SUNNY BHAGWAN BALANI

Processo N° 08389.030509/2011-42 - ADAM ALI FAHS

Processo N° 08389.027659/2011-79 - HADI SALEH

Processo N° 08376.002988/2011-56 - SONGHUI XU

Processo N° 08376.002984/2011-78 - JINJI ZHU

Processo N° 08389.032553/2011-97 - ALI ALNASSAN.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Processo N° 08505.009794/2009-44 - HOLGER MATTHIES.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08286.001305/2011-52 - EMILIO ZIVERI

Processo Nº 08505.074318/2011-19 - MARIO JORGE DOS SANTOS SANTIAGO

Processo Nº 08506.008237/2010-30 - RYLE LEVERN CLOSE

Processo Nº 08506.009520/2010-89 - JORG CHRISTOPH HARTNER

Processo Nº 08505.056740/2011-92 - ALFREDO MAMANI HUAYGUA, BEATRIZ ALVAREZ MAMANI e MARIL YESSICA MAMANI ALVAREZ

Processo Nº 08702.001867/2011-48 - ZOILA VANESSA JUAREZ SOTERO.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08212.009450/2011-45 - RODRIGO RUIZ ROMERO, MAGDA MARIA ZULETA BONILLA e MARIANA RUIZ ZULETA, até 13/11/2012

Processo Nº 08295.016435/2011-81 - JESS NSIKALANGUA ANTONIO CALUNGA, até 04/08/2012

Processo Nº 08295.016441/2011-38 - RICARDO HELDER RAIMUNDO, até 04/08/2012

Processo Nº 08295.016663/2011-51 - RICHARD MICHAEL AWRE, até 23/08/2012

Processo Nº 08295.016748/2011-39 - JUAN CAMILO ZULUAGA ZAPATA, até 18/09/2012

Processo Nº 08457.001841/2011-49 - DELCIO INOCENCIO LUCAS KUBANZA, até 19/05/2012

Processo Nº 08460.017985/2011-68 - VANICE ARMINDO DOMINGOS, até 16/07/2012

Processo Nº 08460.029961/2011-51 - BETTINA SUSANNE HOFFMANN, até 06/10/2012

Processo Nº 08495.004897/2011-07 - SIMON HUMBERTO NEUMAN ACEVEDO, até 15/11/2012

Processo Nº 08505.040169/2011-94 - OSCAR IVAN GIRALDO GALEANO, até 07/08/2012

Processo Nº 08505.042875/2011-71 - MADALENA MATECHE FRANQUE, até 17/07/2012

Processo Nº 08505.049159/2011-14 - ISABELLE MARIE GOERST, até 08/08/2012

Processo Nº 08505.049204/2011-31 - PAUL OKOTH AUMA, até 21/08/2012

Processo Nº 08505.049207/2011-74 - OCHIENG OLOO GABRIEL, até 21/08/2012

Processo Nº 08505.071057/2011-85 - PAULA CRISTINA QUINTERO RIVERA, até 10/09/2012

Processo Nº 08505.071238/2011-10 - HERBERT JUVENAL LIMACHI LARICANO, até 29/08/2012

Processo Nº 08505.078980/2011-48 - ANGELA MARCELA ROJAS YANGUMA, até 22/11/2012

Processo Nº 08505.078981/2011-92 - MIGUEL FERNANDO MONTOYA VALLEJO, até 31/12/2012

Processo Nº 08505.078982/2011-37 - CLAUDIA NATALIA LARA HERRERA, até 31/12/2012

Processo Nº 08505.078995/2011-14 - WILLIAM GONZALO ROJAS DURAN, até 02/11/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.074506/2011-47 - JOSE DOLORES UGALDE GOMEZ, até 03/10/2012

Processo Nº 08260.007075/2011-23 - SABINA GASPARINI, até 07/11/2012

Processo Nº 08240.023449/2011-96 - STEPHEN MICHAEL MILLS e KEZIA JEANNE MILLS, até 16/09/2012

Processo Nº 08505.079002/2011-13 - CLIFTON YAT FAY AKIO MAK, até 05/11/2012

Processo Nº 08495.004964/2011-85 - WARREN CAJURAO FERNANDEZ, até 09/11/2012

Processo Nº 08390.004452/2011-97 - SILVA JAKU, até 11/09/2012

Processo Nº 08705.006769/2011-77 - ARMANDO LUGO HERNANDEZ, até 21/10/2012.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:

Processo Nº 08506.016436/2011-01 - LAMIA ZUÑIGA LIÑAN, até 11/01/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08240.031054/2011-67 - KUNERT NORBERT, até 19/10/2012

Processo Nº 08270.019154/2011-68 - GREGORIA VARELA TAVARES, até 04/10/2012

Processo Nº 08354.003502/2011-55 - ERIC MICHEL DE COMPTA RIBEIRO, até 11/07/2012

Processo Nº 08375.000048/2011-32 - DENIZARD ORESCA, até 19/02/2012

Processo Nº 08460.019656/2011-51 - AFONSO ZOLA, até 16/08/2012

Processo Nº 08505.056820/2011-48 - KOUAMENAN OTTORAYMOND ABOGOUNRIN, até 06/09/2012

Processo Nº 08505.071084/2011-58 - ANA CECILIA ARAVENA, até 31/12/2011

Processo Nº 08505.071349/2011-18 - ALZERINA MARIA ROCHA LIMA MONTEIRO, até 31/08/2012

Processo Nº 08505.085348/2011-51 - LAURA VICTORIA GODIN, até 20/10/2012

Processo Nº 08505.085356/2011-05 - ARIANNA ZOILA OLIVEIRA SALMON, até 02/12/2012

Processo Nº 08506.016437/2011-47 - MARIA CAROLINA VINDAS MORALES, até 04/12/2012

Processo Nº 08707.004544/2011-66 - ANDRES DAVID RODRIGUEZ SALAS, até 23/07/2012

Processo Nº 08707.004558/2011-80 - JAIME ALBERTO MOSQUERA SANCHEZ, até 23/07/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:

Processo Nº 08495.004836/2011-31 - LICERIO ESPAYOS CATAN, até 12/11/2012

Processo Nº 08354.004948/2011-05 - MARGUERITE HELENE MC NAMARA, até 17/02/2013

Processo Nº 08240.032072/2011-66 - CLAUDIO TRABACCHIN, até 01/12/2012

Processo Nº 08240.032051/2011-41 - MARIO GIUSEPPE FILIPPI, até 12/10/2012.

Diante dos novos elementos dos autos, torno insubsistente o Arquivamento publicado no Diário Oficial da União de 11/11/2011, Seção I, pág. 87, para DEFERIR a prorrogação do prazo de estada no País até 09/03/2012. Processo N° 08280.005388/2011-17 - JESSICA DA MATA DOS SANTOS MONTEIRO.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o Arquivamento publicado no Diário Oficial da União de 19/05/2011, Seção I, pág. 79, para DEFERIR a prorrogação do prazo de estada no País até 18/02/2012. Processo N° 08434.004504/2010-91 - ALZIRA XAVIER GARCES.

MARIA ROSA VILAS BOAS DE ALMEIDA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.011469/2011-47 - IRENEUSZ KACPSZAK, até 21/12/2013

Processo Nº 08000.011688/2011-26 - CLIVE DANIEL HUGH SANSOM, até 21/12/2013

Processo Nº 08000.011720/2011-73 - GARYLE LIBATO PELLETERO, até 01/10/2013

Processo Nº 08000.012213/2011-57 - PIOTR LOCHNICKI, até 18/09/2013

Processo Nº 08000.012532/2011-62 - ANDREAS SCHAUSBERG, até 07/09/2012

Processo Nº 08000.013986/2011-51 - DIMITRI JOHN PARPAN EVIOTA, até 01/10/2013

Processo Nº 08000.013991/2011-63 - SWAROOP KUMAR PATRA, até 01/10/2013

Processo Nº 08000.014091/2011-33 - ROBERT MIECZYSLAW USTARBOWSKI, até 09/11/2012

Processo Nº 08000.014459/2011-63 - JAN KRZYSZTOF DOBROGOWSKI, até 23/08/2013

Processo Nº 08000.014693/2011-91 - JANUSZ KONRAD OGROCKI, até 10/02/2014

Processo Nº 08000.014694/2011-35 - LESZEK EUGENIUSZ KOMARZYNSKI, até 10/02/2014

Processo Nº 08000.014697/2011-79 - PRZEMYSLAW SZYMON LISZEK, até 10/02/2014

Processo Nº 08000.014881/2011-19 - ANDREJUS KURAMSINAS, até 09/11/2012

Processo Nº 08000.015237/2011-68 - NERMEEN LATIF, até 09/11/2012

Processo Nº 08000.015355/2011-76 - ADO MARAS, até 10/02/2014

Processo Nº 08000.015396/2011-62 - MAKSYM NOVIKOV, até 27/04/2013

Processo Nº 08000.015422/2011-52 - JIMMIE JAMES PARCHMONT AGUILAR, até 25/02/2014

Processo Nº 08000.015524/2011-78 - NOE SEGUNDO MATOS ACURERO, até 18/10/2013

Processo Nº 08000.015588/2011-79 - PROSPERO GONZALEZ PANTINOPLE, até 30/10/2013

Processo Nº 08000.015627/2011-38 - FRASER WISHART MILLS, até 02/12/2013

Processo Nº 08000.015628/2011-82 - ADNAN OMER, até 23/10/2013

Processo Nº 08000.016388/2011-33 - JAVIER ARMANDO ZAMBRANO CARDOZO, DANIEL ANDRES ZAMBRANO CARIDAD, DIEGO ANDRES ZAMBRANO CARIDAD e KARINA KENIA CARIDAD DE ZAMBRANO, até 23/11/2013

Processo Nº 08000.016490/2011-39 - DARIUSZ RUTKIEWICZ, até 01/01/2014

Processo Nº 08000.016491/2011-83 - JASON RONALD HIBBERT JONES, até 01/01/2014

Processo Nº 08000.016493/2011-72 - ANDREW GORDON RICHARD LENN, até 04/02/2014

Processo Nº 08000.016509/2011-47 - JACEK ANDRZEJ OLEJNIK, até 01/01/2014

Processo Nº 08000.016510/2011-71 - KAZIMIERZ JAN FORMANEK, até 01/01/2014

Processo Nº 08000.016513/2011-13 - DAMIAN RENES, até 01/01/2014

Processo Nº 08000.016540/2011-88 - NEEDUM CARROLL MCLENDON, até 28/11/2013

Processo Nº 08000.016562/2011-48 - RONALD LAWRENCE HILL, até 08/01/2014

Processo Nº 08000.016563/2011-92 - TYLER MONROE WHIDBY, até 28/02/2014

Processo Nº 08000.016564/2011-37 - BERT COTTELEER, até 21/01/2014

Processo Nº 08000.016573/2011-28 - JOSE VALENTIN PINEDA VILLAMIZAR, até 22/12/2013

Processo Nº 08000.016658/2011-14 - ABATH VERA PALENQUE, até 30/06/2013.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

Ministério da Pesca e Aquicultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 234, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 61 do Regimento Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura, aprovado pela Portaria Ministerial Nº 523, de 1º de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar a descentralização de recursos consignados no orçamento do Ministério da Pesca e Aquicultura, no Programa de Trabalho: 20.602.1343.8090.0101 - Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aquicola - Municípios de até 50mil habitantes - Programa Territórios da Cidadania, no valor total de R$ 220.240,00 (duzentos e vinte mil e duzentos e quarenta reais) que será repassado em uma única parcela no exercício de 2011, em favor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte UG 153003 - GESTÃO 15234, conforme Suporte Documental de Descentralização de Crédito Externa, parte integrante desta Portaria, no processo nº: 00350.006720/2011-70, objetivando apoiar o projeto "Planejar e implantar ações estratégicas de boas práticas de manejo para a melhoria do gerenciamento da carcinicultura nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará".

Art. 2º O período de execução do objeto previsto nesta Portaria, o qual vem discriminado em um cronograma de execução, parte integrante desta Portaria, expirará em 30 de novembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA PEREZ

PORTARIA Nº 235, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 61 do Regimento Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura, aprovado pela Portaria Ministerial Nº 523, de 1º de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar o período de execução do objeto previsto na Portaria Nº 546, de 22 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23/12/2010, Seção 1, Página 97, que aprovou a descentralização de recursos, consignados no orçamento do Ministério da Pesca e Aquicultura, em favor da Universidade Federal do Ceará - UFC, objetivando apoiar o projeto "Fomento à Pesca e Inovação no Ordenamento da Cadeia Produtiva da Lagosta", para 30 de junho de 2012.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais condições estipuladas na Portaria Nº 546, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA PEREZ

PORTARIA Nº 236, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 61 do Regimento Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura, aprovado pela Portaria Ministerial Nº 523, de 1º de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar o período de execução do objeto previsto na Portaria Nº 275, de 28 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 29/12/2009, Seção 1, Página 44, que aprovou a descentralização de recursos, consignados no orçamento do Ministério da Pesca e Aquicultura, em favor da Universidade Federal da Bahia - UFBA, objetivando Construir para a geração de trabalho e renda, melhorando a qualidade de vida de comunidades tradicionais de pesca e mariscagem situadas nas regiões do Baixo Sul Baiano e Baía de Todos os Santos - SEMEIE OSTRA, para 30 de novembro de 2012.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais condições estipuladas na Portaria Nº 275, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA PEREZ

PORTARIA Nº 240, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 61 do Regimento Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura, aprovado pela Portaria Ministerial Nº 523, de 1º de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o período de execução do objeto previsto na Portaria Nº 526, de 6 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 07/12/2010, Seção 1, Página 53, que aprovou a descentralização de recursos, consignados no orçamento do Ministério da Pesca e Aquicultura, em favor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, objetivando apoiar o projeto "Rede de Comercialização Solidária de Pescado da Região Sul do Rio Grande do Sul", para 30 de setembro de 2012.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais condições estipuladas na Portaria Nº 526, de 06 de dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA PEREZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 678, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Institui Comitê Deliberativo para implementação do Projeto de Gestão da Informação Corporativa no âmbito do Ministério da Previdência Social e de suas entidades vinculadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e considerando o disposto no art. 5º do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve

Art. 1º Instituir no âmbito do Ministério da Previdência Social e de suas entidades vinculadas o Comitê Deliberativo, com objetivo de implementar o Projeto de Gestão da Informação Corporativa da Previdência Social, que cabe:

I - aprovar planos e fases do projeto e subprojetos;

II - avaliar a execução do plano de projeto e subprojetos, e deliberar sobre as propostas nele contidas;

II - zelar pelo cumprimento do objetivo geral, das diretrizes e resultados esperados do projeto e subprojetos; e

IV - acompanhar o cumprimento do cronograma e das metas de andamento do projeto e subprojetos e suas revisões.

Art. 2º O Comitê Deliberativo será integrado por seguintes representantes:

I - Coordenadora da Subcomissão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Previdência Social, que o coordenará;

II - Assessor Chefe de Cadastro Corporativos do MPS, coordenador substituto;

III - Coordenador-Geral de Informática do MPS;

IV - Coordenador-Geral de Recursos Logísticos do INSS;

V - Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação do INSS;

VI - Assessor do Presidente do INSS;

VII - Coordenador-Geral de Patrimônio e Logística da Previc;

VIII - Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação da Previc; e

IX - um representante da Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações da Dataprev.

Parágrafo único. Os suplentes do Comitê Deliberativo deverão ser os seus substitutos automáticos das unidades organizacionais e da Subcomissão SIGA.

Art. 3º As ações do Projeto de Gestão da Informação Corporativa da Previdência Social são:

I - implementar a política de gestão documental;

II - promover iniciativas de preservação da memória institucional;

III - promover a adequação da infraestrutura tecnológica;

IV - desenvolver serviços modulares de gestão documental; e

V - disseminar a cultura de gestão da informação corporativa.

§ 1º As atividades referentes ao inciso I e II serão de responsabilidade da Subcomissão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Previdência Social;

§ 2º As atividades referentes ao inciso III serão de responsabilidade das áreas de Tecnologia da Informação de cada órgão: MPS, INSS, Previc e Dataprev, que buscarão soluções em conjunto.

§ 3º As atividades referentes ao inciso IV serão de responsabilidade da Dataprev em ações conjuntas com o Ministério e as entidades envolvidas.

§ 4º As atividades referentes ao inciso V serão de responsabilidade das áreas de Comunicação Social e Recursos Humanos do Ministério e de suas entidades vinculadas, em conjunto com a Subcomissão SIGA e as áreas técnicas de gestão documental de cada órgão: MPS, INSS, Previc e Dataprev.

Art. 4º O Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do projeto será composto por:

I - seis representantes do MPS;

II - seis representantes do INSS;

III - quatro representantes da Previc; e

III - quatro representantes da Dataprev.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho de desenvolvimento do projeto será instituído por meio de Portaria emitida pela Secretaria-Executiva.

Art. 5º A Subcomissão SIGA da Previdência Social, considerando o disposto no art. 5º do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro 2003, dará o apoio necessário a todo desenvolvimento do projeto.

Art. 6º A implantação do projeto obedecerá aos seguintes prazos, contados trinta dias após a publicação desta portaria:

I - 90 (noventa) dias para a ação de implementação da política de gestão documental, que compreende:

a) propor as diretrizes da política de gestão documental;

b) modelar os processos de gestão documental;

c) elaborar proposta de manual de gestão da informação e documentação, referente aos procedimentos e normas de gestão documental no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas; e

d) elaborar proposta do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade das atividades finalísticas da Previdência Social;

II - 60 (sessenta) dias para a ação de elaboração de proposta de iniciativas de promoção de preservação da memória institucional;

III - 60 (sessenta) dias, para apresentação pelo Comitê Deliberativo, de proposta da ação de adequação da infraestrutura tecnológica, que trata do processo de aquisição de infraestrutura de armazenamento, necessário para suportar os documentos arquivísticos digitais e atender as necessidades de implementação do projeto;

IV - da ação de desenvolvimento dos serviços modulares de gestão documental:

a) 40 (quarenta) dias: identificar os requisitos e metadados para o sistema modular de gestão documental; e

b) 120 (cento e vinte) dias para cada fase de desenvolvimento dos serviços modulados de gestão documental, considerando que a primeira fase incluirá o registro, captura, tramitação, arquivamento, instrução e consulta, que darão sustentação aos sistemas e processos organizacionais, bem como a produção e manutenção dos documentos digitais e analógicos.

Parágrafo único. Os prazos poderão ser prorrogados por solicitação do Comitê Deliberativo, justificadamente.

Art. 7º O Comitê Deliberativo poderá constituir grupos técnicos necessários ao desenvolvimento do projeto.

Art. 8º A construção de sistemas ou artefatos deverá observar os princípios de interoperabilidade com outros sistemas, internos e externos e de segurança da informação, priorizando a utilização de soluções de código aberto.

Art. 9º Para a viabilização dos objetivos desta Portaria serão utilizados os recursos disponíveis em ações orçamentárias do MPS, INSS e Previc.

Art. 10. A Secretaria-Executiva do MPS, no âmbito de sua competência regimental, dará o apoio necessário à execução do projeto.

Art. 11. As ações em curso e novas ações, que estão voltadas à matéria de política de gestão documental/gestão eletrônica de documentos no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, deverão observar as diretrizes do Projeto de Gestão da Informação Corporativa da Previdência Social.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.452, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011(*)

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família, equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria Nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006;

Considerando o disposto na Portaria Nº 750/SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, que define o SCNES como base de cadastral para o SIAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Suspender a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família, de equipes Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde, da competência financeira setembro de 2011, dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	ESF Irregulares	ESB1 Irregulares	ESB2 Irregulares	ACS Irregulares
AC	1200450	Senador Guiomard	0	1	0	0
AL	2702108	Colônia Leopoldina	1	1	0	5
AM	1301852	Iranduba	1	1	0	7
AM	1301951	Itamarati	1	1	0	12
AM	1302405	Lábrea	2	2	0	18
AM	1304260	Uarini	1	1	0	9
AP	1600238	Ferreira Gomes	1	1	0	7
AP	1600303	Macapá	0	0	0	1
AP	1600501	Oiapoque	1	0	0	9
BA	2900603	Aiquara	1	1	0	6
BA	2902104	Araci	0	0	0	2
BA	2902500	Baianópolis	0	1	0	0
BA	2902708	Barra	0	0	0	29
BA	2902807	Barra da Estiva	1	0	0	7
BA	2903805	Boa Vista do Tupim	1	1	0	6
BA	2904704	Buerarema	0	0	0	2
BA	2905701	Camaçari	4	3	0	27
BA	2906600	Candiba	1	1	0	7
BA	2909604	Crisópolis	1	0	0	4
BA	2910057	Dias d'Ávila	0	1	0	0
BA	2913200	Ibotirama	1	1	0	6
BA	2913606	Ilhéus	1	0	0	5
BA	2914109	Ipupiara	1	1	0	7
BA	2914307	Iramaia	1	1	0	9
BA	2914901	Itacaré	0	1	0	0
BA	2918803	Laje	1	1	0	10
BA	2919207	Lauro de Freitas	1	1	0	8
BA	2921005	Mata de São João	0	0	0	5
BA	2921054	Matina	1	1	0	8
BA	2921450	Mirante	1	1	0	12
BA	2921609	Morpará	1	1	0	12
BA	2921906	Mucugê	0	0	0	1
BA	2923704	Paratinga	0	1	0	0
BA	2924900	Planaltino	1	1	0	4
BA	2925931	Quixabeira	1	1	0	7
BA	2925956	Rafael Jambeiro	1	1	0	7
BA	2926400	Riacho de Santana	1	1	0	7
BA	2927309	Salinas da Margarida	2	1	0	12
BA	2928109	Santa Maria da Vitória	1	0	0	9
BA	2928406	Santa Rita de Cássia	0	1	0	0
BA	2928604	Santo Amaro	1	1	0	7
BA	2928950	São Domingos	0	0	0	4
BA	2929206	São Francisco do Conde	3	3	0	12
BA	2931350	Teixeira de Freitas	1	1	0	8
BA	2931806	Tremedal	1	1	0	5
BA	2931905	Tucano	1	0	0	11
BA	2932309	Ubatã	1	1	0	5
BA	2933208	Vera Cruz	1	2	0	12
BA	2933307	Vitória da Conquista	1	1	0	10
CE	2300507	Alcântaras	0	1	0	0
CE	2303931	Choró	0	1	0	0
CE	2304400	Fortaleza	2	1	0	9
CE	2305605	Independência	1	0	0	9
CE	2305902	Ipueiras	1	1	0	12
CE	2307254	Jijoca de Jericoacoara	1	1	0	5
CE	2307502	Lavras da Mangabeira	2	2	0	18
CE	2308401	Missão Velha	1	1	0	4
CE	2309607	Pacajus	0	0	0	1
CE	2311264	Quiterianópolis	1	1	0	12
CE	2311405	Quixeramobim	1	0	1	6
CE	2311504	Quixeré	1	2	0	9
CE	2313302	Tauá	1	1	0	9
CE	2314003	Várzea Alegre	1	0	0	6
ES	3200359	Alto Rio Novo	1	1	0	7
ES	3202900	Itarana	1	1	0	8
ES	3204906	São Mateus	0	0	0	6
ES	3205002	Serra	1	0	0	3
ES	3205101	Viana	1	0	0	8
ES	3205200	Vila Velha	1	1	0	5
ES	3205309	Vitória	1	2	0	4
GO	5207253	Doverlândia	1	1	0	7
GO	5210109	Ipameri	1	1	0	5
GO	5210562	Itaguari	1	1	0	4
GO	5213756	Montividiu	1	1	0	7
GO	5221403	Trindade	4	0	0	24
MA	2100402	Altamira do Maranhão	1	1	0	9
MA	2100873	Araguanã	1	0	0	7
MA	2101004	Arari	1	0	0	5
MA	2101202	Bacabal	0	1	0	0
MA	2102101	Brejo	1	0	0	9
MA	2102408	Cajapió	2	2	0	17
MA	2103604	Coroatá	0	1	0	0
MA	2103752	Davinópolis	1	1	0	8
MA	2103802	Dom Pedro	1	1	0	9
MA	2105476	Jenipapo dos Vieiras	1	1	0	12
MA	2105948	Lago dos Rodrigues	1	1	0	11
MA	2106508	Matinha	2	1	0	25
MA	2106805	Mirinzal	1	1	0	5
MA	2107100	Morros	0	1	0	0
MA	2107258	Nova Colinas	1	1	0	5
MA	2109239	Presidente Médici	1	1	0	11
MA	2109403	Primeira Cruz	1	0	0	10
MA	2109809	Santa Helena	0	2	0	0
MA	2110856	São Francisco do Brejão	1	0	0	7
MA	2111003	São João Batista	1	1	0	9
MA	2111052	São João do Paraíso	1	0	0	8
MA	2111300	São Luís	0	0	0	1
MA	2112605	Urbano Santos	1	0	0	7
MA	2113009	Vitorino Freire	1	1	0	9
MG	3101607	Alfenas	1	1	0	7
MG	3102308	Alvinópolis	1	1	0	6
MG	3105202	Bandeira	0	0	0	1
MG	3106200	Belo Horizonte	3	0	2	13
MG	3106606	Bertópolis	0	1	0	0
MG	3106705	Betim	0	1	0	12
MG	3107208	Bocaina de Minas	1	0	0	6
MG	3108552	Brasilândia de Minas	1	0	0	9
MG	3111200	Campo Belo	1	1	0	7
MG	3113602	Careaçu	1	1	0	8
MG	3114006	Carmo da Mata	2	1	0	16
MG	3115805	Centralina	0	0	0	1
MG	3117306	Conceição das Alagoas	2	2	0	12
MG	3118304	Conselheiro Lafaiete	1	0	0	6
MG	3120201	Cristais	0	0	0	1
MG	3128709	Guaxupé	1	0	0	6
MG	3130101	Igarapé	1	0	0	6
MG	3130556	Imbé de Minas	1	0	1	6
MG	3131307	Ipatinga	0	1	0	0
MG	3131703	Itabira	1	0	1	8
MG	3131901	Itabirito	1	0	1	8
MG	3133303	Itaobim	2	3	0	12
MG	3134608	Jaboticatubas	1	0	0	7
MG	3137700	Lajinha	2	2	0	15
MG	3138351	Leme do Prado	0	0	0	1
MG	3139300	Manga	0	0	0	1
MG	3139805	Mar de Espanha	0	0	0	1
MG	3139904	Maria da Fé	1	0	0	5
MG	3141108	Matozinhos	1	0	0	6
MG	3141405	Medina	1	1	0	7
MG	3141801	Minas Novas	1	2	0	9
MG	3143807	Munhoz	1	0	0	9
MG	3144003	Mutum	1	1	0	7
MG	3144300	Nanuque	1	0	0	6
MG	3136603	Nova União	1	0	0	7
MG	3147303	Paraisópolis	0	0	0	3
MG	3151107	Pirapetinga	0	0	1	0
MG	3151602	Planura	0	0	0	1
MG	3152907	Pratápolis	1	1	0	6
MG	3153103	Presidente Bernardes	1	0	0	7
MG	3155801	Rio Pomba	1	0	0	6
MG	3157005	Salinas	1	1	0	6
MG	3157807	Santa Luzia	2	0	0	11
MG	3159605	Santa Rita do Sapucaí	0	0	0	2
MG	3164506	São Sebastião do Maranhão	0	0	0	7
MG	3165107	São Tomás de Aquino	1	1	0	6
MG	3166006	Senhora de Oliveira	1	0	0	7
MG	3166402	Seritinga	1	1	0	5
MG	3168705	Timóteo	1	0	0	8
MG	3171303	Viçosa	1	1	0	6
MS	5002100	Bela Vista	1	1	0	5
MS	5002605	Camapuã	0	1	0	0
MS	5006408	Pedro Gomes	1	0	1	10
MT	5103254	Colniza	1	0	0	7
MT	5103403	Cuiabá	0	0	0	18
MT	5107602	Rondonópolis	1	0	1	5
PA	1500107	Abaetetuba	1	0	0	5
PA	1500602	Altamira	1	1	0	7
PA	1500800	Ananindeua	2	0	0	12
PA	1500958	Aurora do Pará	1	1	0	5
PA	1501105	Bagre	1	1	0	3
PA	1501402	Belém	5	0	0	34
PA	1501501	Benevides	0	1	0	0
PA	1501600	Bonito	1	0	0	5
PA	1501808	Breves	1	0	0	10
PA	1501956	Cachoeira do Piriá	1	0	0	12
PA	1502103	Cametá	0	1	0	0
PA	1502202	Capanema	0	1	0	0
PA	1502764	Cumaru do Norte	1	1	0	7
PA	1502806	Curralinho	1	0	0	3
PA	1502905	Curuçá	1	1	0	12
PA	1504109	Magalhães Barata	1	1	0	6
PA	1504406	Marapanim	1	1	0	10
PA	1504950	Nova Esperança do Piriá	1	1	0	9

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PA	1506500	Santa Isabel do Pará	1	1	0	14
PA	1506559	Santa Luzia do Pará	1	1	0	4
PA	1506583	Santa Maria das Barreiras	1	1	0	9
PA	1507003	Santo Antônio do Tauá	0	0	0	1
PB	2501005	Araruna	0	1	0	0
PB	2501609	Barra de Santa Rosa	0	1	0	0
PB	2502151	Boa Vista	0	1	0	0
PB	2504009	Campina Grande	0	1	0	0
PB	2504504	Condado	1	1	0	7
PB	2505352	Damião	1	1	0	6
PB	2506301	Guarabira	1	1	0	11
PB	2502607	Igaracy	0	1	0	0
PB	2507507	João Pessoa	1	2	0	9
PB	2507606	Juarez Távora	1	1	0	7
PB	2511608	Pilões	1	1	0	6
PB	2513901	São Bento	1	1	0	6
PB	2515708	Serra Grande	1	1	0	7
PB	2516201	Sousa	1	1	0	4
PE	2600401	Água Preta	1	1	0	7
PE	2600500	Águas Belas	0	0	0	18
PE	2602001	Bodocó	1	1	0	8
PE	2602902	Cabo de Santo Agostinho	0	1	0	0
PE	2603108	Cachoeirinha	1	1	0	5
PE	2603454	Camaragibe	2	1	0	16
PE	2607000	Inajá	1	1	0	8
PE	2607802	Itaquitinga	1	1	0	7
PE	2608453	Lagoa do Carro	1	1	0	5
PE	2614303	Moreilândia	1	1	0	8
PE	2609907	Ouricuri	2	0	0	15
PE	2610004	Palmares	1	1	0	3
PE	2611101	Petrolina	0	0	0	1
PE	2612208	Salgueiro	1	1	0	8
PE	2613602	São José do Egito	2	2	0	11
PE	2613909	Serra Talhada	0	0	0	2
PE	2615409	Toritama	0	0	0	18
PI	2200301	Alto Longá	1	1	0	4
PI	2202251	Canavieira	1	1	0	7
PI	2203909	Floriano	1	1	0	7
PI	2204709	Inhuma	1	1	0	5
PI	2206654	Morro Cabeça no Tempo	1	1	0	6
PI	2207801	Paulistana	1	1	0	9
PI	2210300	São Julião	1	1	0	5
PI	2210805	Simplício Mendes	1	1	0	5
PI	2211001	Teresina	5	4	0	28
PR	4108304	Foz do Iguaçu	2	1	0	10
PR	4113908	Mallet	1	1	0	8
PR	4115200	Maringá	1	1	0	6
PR	4115853	Mercedes	1	1	0	6
PR	4120002	Porecatu	1	1	0	8
PR	4121000	Querência do Norte	0	1	0	0
PR	4123501	Santa Helena	1	1	0	6
PR	4123907	Santa Mariana	0	0	0	4
PR	4127106	Telêmaco Borba	3	0	0	13
PR	4127502	Tibagi	0	0	0	1
PR	4127700	Toledo	0	0	0	2
RJ	3300159	Aperibé	1	1	0	5
RJ	3300258	Arraial do Cabo	0	1	0	0
RJ	3300456	Belford Roxo	0	0	1	0
RJ	3300704	Cabo Frio	2	1	0	11
RJ	3301900	Itaboraí	1	0	0	6
RJ	3302403	Macaé	0	0	0	3
RJ	3302700	Maricá	1	1	0	6
RJ	3302858	Mesquita	1	0	0	6
RJ	3303302	Niterói	1	1	0	0
RJ	3303401	Nova Friburgo	1	0	0	6
RJ	3303500	Nova Iguaçu	1	0	1	5
RJ	3304102	Porciúncula	1	1	0	5
RJ	3304300	Rio Bonito	1	1	0	7
RJ	3304557	Rio de Janeiro	1	1	0	6
RJ	3304904	São Gonçalo	1	0	0	7
RJ	3305208	São Pedro da Aldeia	1	1	0	6
RN	2407104	Macaíba	1	1	0	3
RN	2408003	Mossoró	1	1	0	8
RN	2412807	São Rafael	1	1	0	5
RN	2413904	Taipu	2	2	0	10
RO	1100023	Ariquemes	1	0	0	10
RO	1100601	Cacaulândia	1	1	0	6
RO	1100809	Candeias do Jamari	1	2	0	12
RO	1101302	Mirante da Serra	0	0	0	6
RO	1101401	Monte Negro	0	0	0	1
RO	1100320	São Miguel do Guaporé	0	1	0	0
RR	1400100	Boa Vista	2	0	0	12
RR	1400233	Caroebe	0	0	0	10
RS	4300406	Alegrete	1	0	0	6
RS	4301909	Barra do Ribeiro	1	0	0	7
RS	4304713	Caraá	1	1	0	6
RS	4305371	Charrua	1	1	0	5
RS	4307054	Ernestina	0	1	0	0
RS	4308300	Fontoura Xavier	0	0	0	6
RS	4310207	Ijuí	1	0	0	6
RS	4310306	Ilópolis	0	1	0	0
RS	4312500	Mostardas	1	0	1	5
RS	4312625	Muliterno	1	1	0	4
RS	4312708	Nonoai	0	1	0	0
RS	4313490	Novo Barreiro	1	1	0	3
RS	4313656	Palmares do Sul	1	1	0	6
RS	4313706	Palmeira das Missões	0	0	0	1
RS	4314902	Porto Alegre	1	1	0	4
RS	4315800	Roca Sales	1	0	0	4
RS	4316907	Santa Maria	4	2	0	15
RS	4318200	São Francisco de Paula	0	1	0	0
RS	4318705	São Leopoldo	1	1	0	6
RS	4318804	São Lourenço do Sul	1	1	0	5
RS	4320701	Sobradinho	0	1	0	0
RS	4321600	Tramandaí	1	1	0	4
RS	4322004	Triunfo	1	0	0	9
RS	4322400	Uruguaiana	1	0	0	3
RS	4322509	Vacaria	1	1	0	6
SC	4200507	Águas de Chapecó	1	1	0	6
SC	4205001	Dionísio Cerqueira	0	1	0	0
SC	4208500	Ituporanga	1	1	0	10
SC	4208955	Jardinópolis	0	1	0	0
SC	4209102	Joinville	3	1	2	15
SC	4209300	Lages	0	1	0	0
SC	4209409	Laguna	1	1	0	9
SC	4210100	Mafra	0	0	0	19
SC	4210803	Meleiro	0	0	0	1
SC	4211009	Mondaí	1	1	0	7
SC	4215406	Salto Veloso	1	0	0	5
SC	4215679	Santa Terezinha	0	1	0	0
SC	4216503	São Joaquim	0	0	0	1
SC	4218806	Turvo	1	1	0	6
SE	2800407	Arauá	0	0	0	1
SP	3502101	Andradina	1	0	0	8
SP	3502804	Araçatuba	1	1	0	6
SP	3505500	Barretos	1	0	0	4
SP	3507605	Bragança Paulista	1	1	0	9
SP	3509205	Cajamar	1	1	0	8
SP	3512506	Coroados	1	1	0	6
SP	3513801	Diadema	1	0	1	4
SP	3516408	Franco da Rocha	1	1	0	7
SP	3516705	Garça	1	1	0	6
SP	3517604	Guapiara	2	1	0	10
SP	3522109	Itanhaém	0	1	0	0
SP	3526209	Juquitiba	2	0	0	11
SP	3527207	Lorena	1	1	0	5
SP	3532868	Nova Castilho	0	1	0	0
SP	3537107	Pedreira	1	1	0	3
SP	3538709	Piracicaba	2	1	0	11
SP	3546801	Santa Isabel	1	1	0	5
SP	3550308	São Paulo	2	0	2	12
SP	3552809	Taboão da Serra	1	1	0	4
TO	1700350	Aliança do Tocantins	1	1	0	6
TO	1703883	Carmolândia	1	1	0	7
TO	1709500	Gurupi	1	1	0	7
TOTAL			286	230	17	2.094

(*) Republicada por ter saído no DOU Nº 202, Seção 1, pág 41, de 20-10-2011, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 2.875, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011(*)

Estabelece recurso a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Nº 2.907/GM/MS, de 23 de novembro de 2009, que dispõe sobre o financiamento para implantação e/ou implementação de Complexos Reguladores e Informatização das Unidades de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria Nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da ampliação e qualificação das Portas de Entrada Hospitalares de Urgência, das enfermarias clínicas de retaguarda, das enfermarias de retaguarda de longa permanência e dos leitos de terapia intensiva, e pela reorganização das linhas de cuidados prioritárias de traumatologia, cardiovascular e cerebrovascular;

Considerando o Programa S.O.S Emergências, ação estratégica para a qualificação da gestão e do atendimento em grandes hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de qualificar a gestão, ampliar o acesso aos usuários em situações de urgência e garantir atendimento ágil, humanizado e com acolhimento; e

Considerando que o Programa S.O.S Emergências terá início em 11 (onze) hospitais de grande porte considerados prioritários pelo Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso financeiro no montante de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, até o limite descrito no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. Os Estados, Distrito Federal e Municípios poderão descentralizar os recursos aos estabelecimentos de saúde por meio de Contratos ou Termos aditivos com a finalidade de agilizar a implantação/implementação dos projetos.

Art. 2º Estruturar Núcleo de Acesso e Qualidade com foco na regulação assistencial interna e na integração com o sistema local e regional de regulação.

Art. 3º Os recursos descritos no anexo desta Portaria serão utilizados na aquisição de:

a) Equipamentos de informática;

b) Equipamento e materiais para estruturação de redes;

c) Equipamentos necessários para conexão com a INTERNET;

d) Aparelho de telefone, headset e fax, e

e) Mobiliário adequado para as atividades da Central de Regulação.

Art. 4º A proposta de implantação e/ou implementação de informatização dos estabelecimentos de saúde deverá ser encaminhada pelo gestor por meio de ofício dirigido ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas, da Secretaria de Atenção à Saúde, para análise, após cumpridos os seguintes requisitos:

a) Indicação do proponente (gestor municipal e/ou estadual);

b) Estabelecimento hospitalar beneficiado;

c) Descrição da proposta, e

d) Estimativa de custo por item relacionado no art. 3º.

Art. 5º Estabelecer o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que os Estados, Distrito Federal e Municípios encaminhem ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas, da Secretaria de Atenção à Saúde, o relatório de prestação de contas da execução dos recursos, contendo as Notas Fiscais das despesas realizadas.

Art. 6º O Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas e o Departamento de Atenção Especializada farão avaliação in loco da compatibilidade entre o objeto desta Portaria e o que foi executado com os recursos transferidos.

Art. 7º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessária para a transferência aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, do montante estabelecido no Artigo 1º desta Portaria.

Art. 8º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.0016.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

UF	Município	Unidade	Gestão	Valor
BA	Salvador	Hospital Geral Roberto Santos	Estadual	200.000,00
CE	Fortaleza	Instituto Dr. José Frota Central	Municipal	200.000,00
PE	Recife	Hospital da Restauração	Estadual	200.000,00
GO	Goiânia	Hospital de Urgências de Goiânia-HUGO	Municipal	200.000,00
DF	Brasília	Hospital de Base do Distrito Federal	Estadual	200.000,00
SP	São Paulo	Santa Casa de São Paulo - Hospital Central São Paulo	Estadual	200.000,00
SP	São Paulo	Hospital Santa Marcelina	Estadual	200.000,00
RJ	Rio de Janeiro	SMSDC Hospital Municipal Miguel Couto	Municipal	200.000,00
RJ	Rio de Janeiro	Hospital Alberto Schweitzer	Municipal	200.000,00
MG	Belo Horizonte	Hospital João XXIII	Municipal	200.000,00
RS	Porto Alegre	Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	Municipal	200.000,00
	Total			2.200.000,00

(*) Republicada por ter saído no DOU Nº 233, de 6-12-2011, Seção 1, pág 40 com incorreção no original .

PORTARIA Nº 2.889, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Bloco de Vigilância em Saúde, do Componente de Vigilância Sanitária aos Municípios com cadastro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências;

Considerando a Portaria n° 2.227/GM/MS, de 15 de setembro de 2011, que regulamenta os critérios para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS), para fins de manutenção do repasse de recursos do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde; e

Considerando a Portaria n° 2.297/GM/MS, de 29 de setembro de 2011, que suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde dos Municípios que não cadastraram os serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Restabelecer a transferência dos recursos financeiros do Bloco de Vigilância em Saúde, do Componente de Vigilância Sanitária, da competência financeira do 3° quadrimestre de 2011, aos Municípios que regularizaram seu cadastro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme anexo a presente portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

RONDÔNIA	COD IBGE	MUNICÍPIO
RO	110080	Candeias do Jamari
RO	110175	Vale do Anari
AMAZONAS	COD IBGE	MUNICÍPIO
AM	130063	Beruri
AM	130050	Barreirinha
AM	130240	Lábrea
AMAPÁ	COD IBGE	MUNICÍPIO
AP	160015	Pedra Branca do Amapari
CEARÁ	COD IBGE	MUNICÍPIO
CE	230460	General Sampaio
CE	230180	Baixio
CE	231095	Pires Ferreira
PARÁ	COD IBGE	MUNICÍPIO
PA	150190	Bujaru
PA	150320	Igarapé-Açu
PA	150250	Chaves
TOCANTINS	COD IBGE	MUNICÍPIO
TO	171215	Lavandeira
TO	170830	Goianorte
TO	171180	Juarina
TO	171270	Mateiros
MARANHÃO	COD IBGE	MUNÍCIPIO
MA	211107	São João do Soter
MA	210150	Barão do Grajaú
MA	210380	Dom Pedro
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão
MA	210840	Peri Mirim
MA	210310	Cedral
MA	211210	Timbiras
MA	210080	Anapurus
MA	210905	Porto Rico do Maranhão
MA	211090	São Francisco do Maranhão
PIAUÍ	COD IBGE	MUNICÍPIO
PI	220070	Anísio de Abreu
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira
PI	221120	Uruçuí
PI	220551	Juazeiro do Piauí
PI	220465	Ilha Grande
PI	220610	Matias Olímpio
PI	220793	Pedro Laurentino
RIO GRANDE DO NORTE	COD IBGE	MUNICÍPIO
RN	241445	Triunfo Potiguar
RN	241335	Serra do Mel
RN	240930	Patú
RN	240640	Lagoa de Velhos
RN	240170	Bom Jesus
RN	240570	Jardim do Seridó
RN	240590	João Dias
RN	240520	Janduís
RN	240760	Messias Targino
RN	240840	Olho-d'Água do Borges
RN	241330	Serra de São Bento
RN	240145	Baraúna
PARAÍBA	COD IBGE	MUNICÍPIO
PB	251597	Sobrado
PB	251350	Santana de Mangueira
PB	250937	Mato Grosso
PB	250590	Emas
PB	250060	Alhandra
PB	250880	Coxixola
PB	250900	Manaíra
PB	250403	Capim
PB	251640	Tacima
PB	251272	Pedro Régis
PB	251410	São João do Tigre
PB	250140	Baia da Traição
PB	251455	São José de Princesa
PB	250880	Malta
PB	250710	Itapororoca
PERNAMBUCO	COD IBGE	MUNICÍPIO
PE	260780	Itaquitinga
PE	261200	Sairé
SERGIPE	COD IBGE	MUNICÍPIO
SE	280070	Brejo Grande
BAHIA	COD IBGE	MUNICÍPIO
BA	290330	Barro Preto
BA	291920	Lauro de Freitas
BA	291530	Itagimirim
BA	291030	Elísio Medrado
BA	291600	Itanhém
MINAS GERAIS	COD IBGE	MUNICÍPIO
MG	314015	Mário Campos
MG	314030	Marliéria
MG	316443	São Sebastião da Vargem Alegre
MG	316257	São João do Manteninha
MG	316350	São José do Jacuri
MG	317043	União de Minas
MG	315950	Santa Rita do Itueto
MG	314875	Pedra Bonita
MG	314795	Patis
MG	314370	Morro do Pilar
MG	314260	Monsenhor Paulo
MG	314055	Mata Verde
MG	314585	Oratórios
MG	312790	Grupiara
MG	312350	Douradoquara
MG	312130	Descoberto
MG	310970	Cachoeira de Minas
MG	312000	Corrego Novo
MG	316120	São Francisco de Paula
MG	315640	Romaria
MG	313610	Joanésia
MG	315940	Santa Rita de Ibitipoca
MG	315380	Queluzito
MG	313790	Lamim
MG	312490	Eugenópolis
MG	313390	Itaverava
MG	311890	Cordisburgo
MG	311490	Casa Grande
MG	315440	Ressaquinha
MG	316180	São Gonçalo do Pará
MG	314820	Patrocinio do Muriaé
MG	315733	Santa Cruz de Minas
MG	313680	Juramento
MG	313330	Itaobim
MG	312695	Frei Lagonegro
MG	310520	Bandeira
MG	311750	Conceição do Mato Dentro
MATO GROSSO	COD IBGE	MUNICÍPIO
MT	510729	São José do Povo
MT	510627	Novo Horizonte do Norte
ESPÍRITO SANTO	COD IBGE	MUNICÍPIO
ES	320035	Alto Rio Novo
RIO DE JANEIRO	COD IBGE	MUNICÍPIO
RJ	330090	Cambuci
PARANÁ	COD IBGE	MUNICÍPIO
PR	412795	Tupassi
PR	410410	Campo do Tenente
PR	412175	Reserva do Iguaçu
SANTA CATARINA	COD IBGE	MUNICÍPIO
SC	421030	Major Vieira
SC	420150	Armazém
RIO GRANDE DO SUL	COD IBGE	MUNICÍPIO
RS	430545	Cidreira
RS	430970	Humaitá
RS	431115	Jóia
RS	431303	Novo Esperança do Sul
RS	432023	Sede Nova
RS	432280	Veranopólis
RS	432070	Sobradinho
RS	431850	São José do Norte
RS	430235	Bom Princípio
RS	432345	Vila Nova do Sul
RS	432237	Unistalda
MATO GROSSO DO SUL	COD IBGE	MUNICÍPIO
MS	500390	Figueirão
MS	500190	Bataguassu
GOIÁS	COD IBGE	MUNICÍPIO
GO	520830	Divinópolis de Goiás
GO	522119	Terezópolis de Goiás

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GO	522005	São João da Paraúna
GO	520890	Goiás
GO	521720	Piranhas
GO	520505	Castelândia
SÃO PAULO	COD IBGE	MUNICÍPIO
SP	350310	Arandu
SP	350060	Águas de São Pedro
SP	354700	Santa Maria da Serra

PORTARIA Nº 2.890, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Estabelece recurso anual a ser adicionado ao limite financeiro dos Estados e dos Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), do Grupo Terapia Renal Substitutiva (TRS), sejam financiados com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação a (FAEC);

Considerando a Portaria Nº 969/GM/MS, de 29 de abril de 2011, que estabelece recurso a ser adicionado ao limite financeiro dos Estados e dos Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia;

Considerando a análise dos gastos com a Nefrologia, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com base nos valores apurados no Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, no período de janeiro a junho de 2011; e

Considerando a necessidade de corrigir as defasagens existentes nos Estados e Municípios, visando à redistribuição e alocação de recursos, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso anual no montante de R$ 28.860.833,76 (vinte e oito milhões oitocentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos), a ser adicionado ao limite financeiro dos estados e dos municípios, destinado ao custeio da Nefrologia, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Código	Estado/Município	Valor anual
AC	120000	Gestão Estadual AC	430.638,00
		TOTAL AC	430.638,00
AL	270030	ARAPIRACA	432.154,20
AL	270430	MACEIÓ	278.682,72
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	139.934,52
		TOTAL AL	850.771,44
AP	160000	Gestão Estadual AP	174.724,20
		TOTAL AP	174.724,20
BA	290320	BARREIRAS	365.438,04
BA	290570	CAMAÇARI	43.617,72
BA	291800	JEQUIÉ	54.775,80
		TOTAL BA	463.831,56
CE	230280	CANINDÉ	311.973,60
CE	230370	CAUCAIA	247.574,88
CE	230428	EUSÉBIO	432.025,32
CE	230550	IGUATU	301.974,36
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	298.608,60
CE	231180	RUSSAS	24.276,24
		TOTAL CE	1.616.433,00
ES	320000	Gestão Estadual ES	562.049,64
		TOTAL ES	562.049,64
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	56.921,04
GO	520510	CATALÃO	191.166,36
GO	520540	CERES	61.965,84
GO	520800	FORMOSA	76.528,20
GO	521150	ITUMBIARA	45.998,52
GO	521190	JATAI	180.839,28
GO	521800	PORANGATU	162.087,00
GO	521880	RIO VERDE	210.480,00
GO	522185	VALPARAISO DE GOIÁS	131.169,36
		TOTAL GO	1.117.155,60
MA	210300	CAXIAS	404.069,28
MA	210530	IMPERATRIZ	308.301,96
MA	211130	SÃO LUIS	174.565,08
MA	211220	TIMON	28.202,76
		Total Gestão Municipal	915.139,08
MA	210000	Gestão Estadual MA	586.047,60
		TOTAL MA	1.501.186,68
MG	310160	ALFENAS	74.140,08
MG	310620	BELO HORIZONTE	1.144.659,48
MG	310670	BETIM	455.942,64
MG	311860	CONTAGEM	108.352,92
MG	313130	IPATINGA	229.555,20
MG	313380	ITAÚNA	2.397,96
MG	313620	JOAO MONLEVADE	137.001,96
MG	315210	PONTE NOVA	186.333,84
MG	315700	SALINAS	131.490,36
MG	316250	SÃO JOAO DEL REI	150.815,76
MG	316470	SÃO SEBASTIAO DO PARAISO	77.492,64
MG	316720	SETE LAGOAS	138.287,16
MG	316860	TEÓFILO OTONI	79.657,32
MG	317010	UBERABA	47.191,20
MG	317020	UBERLÂNDIA	281.777,52
		Total Gestão Municipal	3.245.096,04
MG	310000	Gestão Estadual MG	1.662.753,84
		TOTAL MG	4.907.849,88
MS	500270	CAMPO GRANDE	121.923,48
MS	500370	DOURADOS	418.093,20
MS	500630	PARANAÍBA	26.063,88
		TOTAL MS	566.080,56
MT	510340	CUIABÁ	442.355,28
MT	510760	RONDONÓPOLIS	213.905,28
		Total Gestão Municipal	656.260,56
MT	510000	Gestão Estadual MT	13.328,88
		TOTAL MT	669.589,44
PA	150240	CASTANHAL	462.136,44
PA	150420	MARABÁ	614.749,80
		TOTAL PA	1.076.886,24
PB	250400	CAMPINA GRANDE	551.002,80
		TOTAL PB	551.002,80
PE	260000	Gestão Estadual	2.122.236,12
		TOTAL PE	2.122.236,12
PI	220390	FLORIANO	96.829,44
PI	220800	PICOS	517.539,60
PI	221100	TERESINA	833.486,64
		TOTAL PI	1.447.855,68
PR	410430	CAMPO MOURÃO	316.452,48
PR	410550	CIANORTE	12.462,24
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	115.751,76
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	5.844,48
PR	411370	LONDRINA	537.087,84
PR	411520	MARINGÁ	527.883,00
PR	412810	UMUARAMA	131.887,08
		Total Gestão Municipal	1.647.368,88
PR	410000	Gestão Estadual PR	1.836.048,60
		TOTAL PR	3.483.417,48
RJ	330040	BARRA MANSA	3.501,72
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	88.303,80
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	375.287,16
RJ	330620	VASSOURAS	187.294,92
		TOTAL RJ	654.387,60
RN	240000	Gestão Estadual RN	400.492,92
		TOTAL RN	400.492,92
RO	110004	CACOAL	99.368,88
RO	110012	JI-PARANÁ	58.189,32
RO	110030	VILHENA	82.289,76
		Total Gestão Municipal	239.847,96
RO	110000	Gestão Estadual RO	340.378,32
		TOTAL RO	580.226,28
RS	430920	GRAVATAÍ	56.562,72
RS	431440	PELOTAS	172.531,20
		Total Gestão Municipal	229.093,92
RS	430000	Gestão Estadual RS	726.473,28
		TOTAL RS	955.567,20
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	60.224,16
SC	420240	BLUMENAU	117.922,32
SC	420420	CHAPECO	85.649,88
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	1.480,44
SC	420910	JOINVILLE	216.299,64
SC	420930	LAGES	70.227,96
SC	421480	RIO DO SUL	375.622,68
		Total Gestão Municipal	927.427,08
SC	420000	Gestão Estadual SC	643.021,20
		TOTAL SC	1.570.448,28
SE	280290	ITABAIANA	229.359,48
		TOTAL SE	229.359,48
SP	350010	ADAMANTINA	19.363,32
SP	350320	ARARAQUARA	21.053,52
SP	350570	BARUERI	561.903,48
SP	351870	GUARUJÁ	369.662,76
SP	352410	ITUVERAVA	242.828,88
SP	352670	LEME	109.266,48
SP	352690	LIMEIRA	167.084,76
SP	353870	PIRACICABA	29.256,12
SP	354730	SANTANA DE PARNAÍBA	471.793,80
SP	354890	SÃO CARLOS	129.182,64
SP	354970	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	83.362,80
SP	355170	SERTÃOZINHO	169.188,84
		Total Gestão Municipal	2.373.947,40
SP	350000	Gestão Estadual	554.696,28
		TOTAL SP	2.928.643,68
		TOTAL GERAL	28.860.833,76

PORTARIA N° 2.891, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Média e Alta Complexidade do Estado de Pernambuco e do Município de Cabo de Santo Agostinho (PE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Nº 2.648/GM/MS, de 7 de novembro de 2011, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto de serviços de urgência 24 (vinte e quatro) horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando que o Município recebeu o repasse das 3 (três) parcelas referentes ao incentivos financeiros para investimento; e

Considerando a visita técnica pela Coordenação Geral de Urgência e Emergência no Município de Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco, no dia 29 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Ficam Estabelecidos recursos financeiros, no montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Média e Alta Complexidade do Estado de Pernambuco e do Município de Cabo de Santo Agostinho (PE), na forma do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio e à manutenção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Porte III.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco (PE).

Art. 3º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

Município	UPA 24h - Porte III	Valor Anual
Cabo de Santo Agostinho	1	3.000.000,00
TOTAL		3.000.000,00

PORTARIA Nº 2.892, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado do Piauí e Municípios para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a necessidade de potencializar a implementação de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando ampliar o acesso às ações de reabilitação em saúde bucal;

Considerando a necessidade de garantir recursos financeiros para auxiliar na implementação e funcionamento dos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando ao acesso integral às ações de saúde bucal; e

Considerando o Plano Brasil Sem Miséria, que visa ações intersetoriais, tendo como público alvo a população em extrema pobreza e que o Programa Brasil Sorridente entrou no escopo de ações de saúde do Plano com a produção de próteses dentárias para essa população, resolve:

Art. 1º Estabelecer recursos anuais, no montante de R$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade do Estado do Piauí e Municípios, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria aos Fundos de Saúde do Estado do Piauí e dos Municípios.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
PI	220556	BARRO DO PIAUÍ	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220173	BETÂNIA DO PIAUÍ	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220205	CABECEIRAS DO PIAUÍ	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220255	CARIDADE DO PIAUÍ	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220285	CORONEL DIAS	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220520	JAICÓS	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PI	220552	JÚLIO BORGES	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220553	JUREMA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220610	MATIAS OLÍMPIO	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220720	PADRE MARCOS	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220740	PALMEIRA DO PIAUÍ	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220755	PAQUETÁ	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	220865	QUEIMADA NOVA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	221090	SOCORRO DO PIAUÍ	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	221093	SUSSUPARA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	221150	VERA MENDES	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	221160	VILA NOVA DO PIAUÍ	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PI	221170	WALL FERRAZ	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
TOTAL				R$ 1.080.000,00

PORTARIA Nº 2.893, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a necessidade de potencializar a implementação de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando ampliar o acesso às ações de reabilitação em saúde bucal;

Considerando a necessidade de garantir recursos financeiros para auxiliar na implementação e funcionamento dos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando ao acesso integral às ações de saúde bucal; e

Considerando o Plano Brasil Sem Miséria, que visa ações intersetoriais, tendo como público-alvo a população em extrema pobreza e que o programa Brasil Sorridente entrou no escopo de ações de saúde do Plano com a produção de próteses dentárias para essa população, resolve:

Art. 1º Estabelecer recursos anuais no montante de R$ 8.874.767,37 (oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria aos Fundos de Saúde dos Estados e Municípios.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
AP	160030	MACAPÁ	Gestão Municipal	R$ 240.000,00
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	Gestão Municipal	R$ 131.400,00
BA	291995	MAETINGA	Gestão Municipal	R$ 7.880,00
BA	292400	PAULO AFONSO	Gestão Municipal	R$ 125.480,00
CE	230000	BREJO SANTO	Gestão Estadual	R$ 180.000,00
CE	230000	CASCAVEL	Gestão Estadual	R$ 180.000,00
CE	230000	CAUCAIA	Gestão Estadual	R$ 180.000,00
CE	230000	CRATEÚS	Gestão Estadual	R$ 180.000,00
CE	230430	FARIAS BRITO	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
CE	230000	FORTALEZA	Gestão Estadual	R$ 240.000,00
CE	230000	FORTALEZA	Gestão Estadual	R$ 240.000,00
CE	230000	ITAPIPOCA	Gestão Estadual	R$ 180.000,00
CE	230000	MARACANAÚ	Gestão Estadual	R$ 180.000,00
CE	231150	QUIXERÉ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
CE	231195	SALITRE	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	Gestão Municipal	R$ 22.560,00
ES	320050	APIACÁ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
MA	211000	SANTA LUZIA	Gestão Municipal	R$ 180.000,00
MA	211270	VARGEM GRANDE	Gestão Municipal	R$ 180.000,00
MG	311615	CHAPADA GAÚCHA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
MG	312015	CRISÓLITA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	312200	DIVINO	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	312705	FRONTEIRA DOS VALES	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	312710	FRUTAL	Gestão Municipal	R$ 24.000,00
MG	312750	GONZAGA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	313270	ITAMBACURI	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
MG	313440	ITURAMA	Gestão Municipal	R$ 24.000,00
MG	313820	LAVRAS	Gestão Municipal	R$ 20.760,00
MG	313920	MALACACHETA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	313925	MAMONAS	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	314060	MATERLÂNDIA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	314085	MATIAS CARDOSO	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	314585	ORATÓRIOS	Gestão Estadual	R$ 24.000,00
MG	314850	PAVÃO	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	314870	PEDRA AZUL	Gestão Estadual	R$ 180.000,00
MG	314900	PEDRA DOURADA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	315080	PIRANGA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	Gestão Municipal	R$ 36.920,00
MG	315540	RIO NOVO	Gestão Estadual	R$ 30.535,00
MG	315750	SANTA EFIGÊNIA DE MINAS	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MG	316550	SARDOÁ	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
MS	500124	ARAL MOREIRA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
MS	500220	BONITO	Gestão Municipal	R$ 24.000,00
MS	500320	CORUMBÁ	Gestão Municipal	R$ 72.000,00
MS	500620	NOVA ANDRADINA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
MT	510035	ALTO BOA VISTA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
MT	510340	CUIABÁ	Gestão Municipal	R$ 240.000,00
PA	150145	BELTERRA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PA	150330	IGARAPÉ-MIRI	Gestão Municipal	R$ 24.000,00
PA	150590	PORTO DE MOZ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PA	150655	SANTA LUZIA DO PARÁ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PA	150730	SÃO FÉLIX DO XINGU	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PA	150747	SÃO JOÃO DE PIRABAS	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PB	250040	ALAGOA NOVA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PB	250240	BONITO DE SANTA FÉ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PB	250415	CASSERENGUE	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PB	250540	DESTERRO	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PB	250840	LASTRO	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PB	251160	PILÕES	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
PB	251260	QUIXABA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PB	251630	SUMÉ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
PE	260765	ITAMBÉ	Gestão Municipal	R$ 7.260,00
PE	260890	LIMOEIRO	Gestão Municipal	R$ 161.800,00
PE	261090	PESQUEIRA	Gestão Municipal	R$ 58.080,00
PR	410430	CAMPO MOURÃO	Gestão Municipal	R$ 1.720,00
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	Gestão Estadual	R$ 17.437,94
PR	410860	GOIOERÊ	Gestão Municipal	R$ 24.000,00
PR	411520	MARINGÁ	Gestão Municipal	R$ 22.600,00
RJ	330120	CARMO	Gestão Municipal	R$ 24.000,00
RJ	330225	ITATIAIA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RJ	330570	SUMIDOURO	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	240020	AÇU	Gestão Municipal	R$ 12.960,00
RN	240040	ÁGUA NOVA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	240080	ANGICOS	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	240310	CURRAIS NOVOS	Gestão Estadual	R$ 42.520,00
RN	240650	LAGOA NOVA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	240770	MONTANHAS	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	240970	PEDRO AVELINO	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	241040	PUREZA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	241100	RODOLFO FERNANDES	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	241142	SANTANA DO SERIDÓ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	241260	SÃO PAULO DO POTENGI	Gestão Municipal	R$ 13.294,43
RN	241335	SERRA DO MEL	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	241415	TENENTE LAURENTINO CRUZ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RN	241475	VENHA VER	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RO	110149	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
RS	430060	ALVORADA	Gestão Estadual	R$ 21.840,00
RS	430461	CANUDOS DO VALE	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
RS	430865	GARRUCHOS	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
RS	431065	ITATI	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
RS	431217	MATO QUEIMADO	Gestão Estadual	R$ 56.320,00
RS	431342	NOVO MACHADO	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
RS	431470	PLANALTO	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
RS	431510	PORTO XAVIER	Gestão Municipal	R$ 20.080,00
RS	431630	ROQUE GONZALES	Gestão Estadual	R$ 23.600,00
RS	431750	SANTO ÂNGELO	Gestão Estadual	R$ 43.680,00
RS	432026	SEGREDO	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
SC	420215	BELMONTE	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
SC	420350	CAMPO ERÊ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SC	420480	CURITIBANOS	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
SC	420530	FAXINAL DOS GUEDES	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SC	420810	ITAIÓPOLIS	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
SC	420930	LAGES	Gestão Municipal	R$ 151.560,00
SC	421070	MATOS COSTA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
SC	421290	PINHALZINHO	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SC	421520	ROMELÂNDIA	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
SC	421535	SALTINHO	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
SC	421568	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
SC	421795	TIGRINHOS	Gestão Estadual	R$ 60.000,00
SE	280210	ESTÂNCIA	Gestão Municipal	R$ 24.000,00
SP	350260	APARECIDA DO OESTE	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SP	350540	BARRA DO TURVO	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SP	351480	ELDORADO	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SP	351885	GUATAPARÁ	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SP	352120	IPORANGA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SP	352330	ITARIRI	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SP	352970	MIGUELÓPOLIS	Gestão Municipal	R$ 24.000,00
SP	353670	PEDERNEIRAS	Gestão Municipal	R$ 180.000,00
SP	353740	PEREIRA BARRETO	Gestão Municipal	R$ 24.000,00
SP	354060	PORTO FELIZ	Gestão Municipal	R$ 50.840,00
SP	355180	SETE BARRAS	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SP	355230	SUD MENNUCCI	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
SP	355600	URUPÊS	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
TO	170740	ESPERANTINA	Gestão Municipal	R$ 60.000,00
TO	172100	PALMAS	Gestão Municipal	R$ 101.640,00
TOTAL				R$ 8.874.767,37

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.894, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Estabelece recursos financeiros a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e dos Municípios de Santa Rita do Passa Quatro, Arujá e Jacareí.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Ofício Nº 054/2011, de 29 de setembro de 2011, da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo;

Considerando a 205ª Reunião da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo - CIB/SP, de 22 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Estabelecer recursos financeiros anual no montante de R$ 4.903.996,38 (quatro milhões, novecentos e três mil novecentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos) a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e dos Municípios de Santa Rita do Passa Quatro, Arujá e Jacareí, conforme valores discriminados no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, aos Fundos Municipais de Saúde de Santa Rita do Passa Quatro, Arujá e Jacareí.

Art. 3º Determinar que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585- 0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência novembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	VALOR ANUAL
SP	350390	Arujá	352.173,90
	352440	Jacareí	4.427.850,24
	354750	Santa Rita do Passa Quatro	123.972,24
TOTAL			4.903.996,38

PORTARIA Nº 2.895, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Estabelece recursos financeiros a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Paraná, Município de Maringá (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Deliberação CIB/PR Nº 93, de 7 de novembro de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, resolve:

Art. 1º Estabelecer recursos financeiros no montante anual de R$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Paraná e Município de Maringá (PR).

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão destinados a expansão dos serviços de oncologia no Município de Maringá (PR) e habilitação de leitos gerais no Hospital Bom Samaritano/Hospital Santa Rita.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná e ao Município de Maringá (PR).

Art. 3º Determinar que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585- 0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência novembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.896, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e considerando a Portaria Nº 800/SAS/MS, de 25 de novembro de 2011, que habilita o Estado do Rio Grande do Sul no Programa Nacional de Triagem Neonatal - Fase III, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso financeiro anual, no montante de R$ 511.123,84 (quinhentos e onze mil cento e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Porto Alegre, do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, CNES - 2237822.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0043 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.897, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Desabilita a Unidade de Suporte Avançado do Município de Águas Lindas (GO) e redefine o limite Financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Luziânia (GO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Nº 2.889/GM/MS, de 16 de novembro de 2006, que habilita os Serviços de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192) Regional de Luziânia (GO); e

Considerando a Portaria Nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Desabilitar a Unidade de Suporte Avançado destinada ao Município de Águas Lindas (GO) - SAMU 192 Regional de Luziânia (GO).

Art. 2º Redefinir o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio repassado à central de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Luziânia (GO), referente ao Município de Águas Lindas (GO), conforme especificado a seguir:

Município para Repasse	UF	USB	USA	Central SAMU 192	Valor de repasse mensal Fundo a Fundo	Valor do Repasse Anual Fundo a Fundo
Águas Lindas de Goiás	GO	01	00	00	12.500,00	150.000,00
TOTAL		01	00	00	12.500,00	150.000,00

Art. 3º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para reaver os recursos referentes à Unidade de Suporte Avançado do Município de Águas Lindas (GO), a partir da competência novembro de 2010.

Art. 4º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual acima descrito, para o respectivo Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência novembro de 2010.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.898, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Habilita Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria Nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria Nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria Nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

Art. 1º Habilitar os Municípios descritos no Anexo a esta Portaria, a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria Nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma do anexo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS E ESTADOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

UF	MUNICIPIO	ENTIDADE	NU_SUBPROJETO	VALOR (R$)	EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMATICA
AC	PORTO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ACRE	11812868000111001	125.064,00	20400003	10301121485811088
AP	OIAPOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OIAPOQUE	12250723000111001	27.481,00	24110004	10301121485810016
RS	VILA MARIA	PREF MUN VILA MARIA	92406115000111001	57.200,00	90480006	10301121485810043
SP	OURO VERDE	PREF MUN OURO VERDE	44882637000111004	76.750,00	25420003	10301121485810035
SP	SOCORRO	PREF MUN ESTANCIA DE SOCORRO	46444063000111001	98.600,00	25270005	10301121485810035

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.899, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Habilita Municípios e Estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria Nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria Nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

Art. 1º Habilitar Municípios e Estados descritos no Anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros, em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria Nº 2.198/GM, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.302.1220.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

II - 10.302.1220.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA	05816.630000/1110-13	71060016	1.095.406,56	10.302.1220.8535.2316
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	27165.588000/1110-01	14120002	127.224,00	10.302.1220.8535.0032
RJ	ARARUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUAMA	28531.762000/1110-04	25920010	226.310,00	10.302.1220.8535.0033
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	11384.874000/1110-02	25040003	200.000,00	10.302.1220.8535.1240
SP	ARUJÁ	FUNDO MUNICIPAL DE ARUJÁ	56901.275000/1110-01	25160001	1.249.980,00	10.302.1220.8535.0632

PORTARIA Nº 2.900, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Habilita Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Nº 2.488/ GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria Nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria Nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria Nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

Art. 1º Habilitar Municípios descritos no Anexo desta Portaria, a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros, em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria Nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma do Anexo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS E ESTADOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

UF	MUNICIPIO	ENTIDADE	NU_SUBPROJETO	VALOR (R$)	EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMATICA
BA	CARAIBAS	PREF MUN CARAIBAS	16418766000111001	196.680,00	32620010	10301121485810029
ES	SAO JOSE DO CALCADO	PREF MUN SAO JOSE DO CALCADO	27167402000111001	103.294,00	24930004	10301121485810032
GO	GUARANI DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARANI DE GOIAS	11310264000111001	41.830,00	19600007	10301121485810052
GO	ITAPIRAPUA	PREF MUN ITAPIRAPUA	02024933000111001	150.000,00	36390020	10301121485811236
MG	CONGONHAS DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONGONHAS DO NORTE	18303180000211001	190.000,00	33510005	10301121485810031
MG	GUARANESIA	PREF MUN GUARANESIA	17900473000111003	150.000,00	13940017	10301121485811052
MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	PREF MUN NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	03507514000111001	77.000,00	23760003	10301121485811150
RJ	ARRAIAL DO CABO	PREF MUN DE ARRAIAL DO CABO	27792373000111006	158.970,00	24970020	10301121485810033
RJ	QUEIMADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUEIMADOS	13807681000111001	893.490,00	25090003	10301121485810846
RN	BODO	PREF MUN BODO	01612374000111001	94.250,00	21230009	10301121485810024
RN	ENCANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENCANTO	10267363000111001	140.069,00	24480015	10301121485810024
RN	JOAO DIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO DIAS	12097695000111002	55.100,00	21230009	10301121485810024
RN	SAO BENTO DO TRAIRI	PREF MUN SAO BENTO DO TRAIRI	08160467000111001	93.200,00	24480012	10301121485810024
RS	ALEGRIA	PREF MUN ALEGRIA	92465228000111001	138.770,00	90480006	10301121485810043
RS	BAGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAGE	11821226000111001	164.000,00	20980004	10301121485810222
RS	CACEQUI	PREF MUN CACEQUI	88604897000111001	91.925,00	31730014	10301121485810043
RS	CONSTANTINA	PREF MUN CONSTANTINA	87708889000111005	86.450,00	90480006	10301121485810043
RS	CONSTANTINA	PREF MUN CONSTANTINA	87708889000111006	196.014,00	31950011	10301121485810043
RS	FARROUPILHA	PREF MUN FARROUPILHA	89848949000111001	99.981,00	90140008	10301121485810043
RS	JAGUARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARAO	11822821000111002	86.640,00	20980011	10301121485810043
RS	JULIO DE CASTILHOS	PREF MUN JULIO DE CASTILHOS	88227756000111001	100.000,00	31730014	10301121485810043
RS	PASSO FUNDO	PREF MUN PASSO FUNDO	87612537000111002	28.381,44	90140008	10301121485810043
RS	SANTA ROSA	PREF MUN SANTA ROSA	88546890000111004	115.000,00	25680017	10301121485810043
SC	TUNAPOLIS	PREF MUN TUNAPOLIS	78486198000111001	150.060,00	23840004	10301121485810042
SP	BANANAL	PREF MUN BANANAL	45196698000111001	200.000,00	36200016	10301121485810035
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	PREF MUN CAMPO LIMPO PAULISTA	45780095000111006	146.990,00	25340014	10301121485810035
SP	CONCHAL	PREF MUN CONCHAL	45331188000111002	193.620,00	23660012	10301121485810035
SP	ENGENHEIRO COELHO	PREF MUN ENGENHEIRO COELHO	67996363000111001	100.000,00	25270005	10301121485810035
SP	FLORINIA	PREF MUN FLORINIA	44493575000111001	145.976,00	25450016	10301121485810035
SP	GUAPIARA	PREF MUN GUAPIARA	46634275000111001	444.900,00	31270007	10301121485810404
SP	ITUVERAVA	PREF MUN ITUVERAVA	46710422000111002	128.304,48	31350003	10301121485810035
SP	JACAREI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACAREI	11449169000111006	189.985,00	20160002	10301121485810035
SP	JOANOPOLIS	PREF MUN JOANOPOLIS	45290418000111001	187.856,00	25390003	10301121485810035
SP	MOJI MIRIM	PREF MUN MOGI-MIRIM	45332095000111001	437.710,00	15270014	10301121485810134
SP	MORUNGABA	PREF MUN MORUNGABA	45755238000111001	196.197,50	25270005	10301121485810035
SP	NOVA ODESSA	PREF MUN NOVA ODESSA	45781184000111010	345.590,00	23660012	10301121485810035
SP	PRAIA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRAIA GRANDE	11252940000111002	435.470,00	16050012	10301121485810035
SP	REGISTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE REGISTRO	11568304000111001	175.488,00	20160002	10301121485810035
SP	REGISTRO	PREF MUN REGISTRO	45685872000111001	195.660,00	10480005	10301121485810035
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	PREF MUN SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	45302130000111001	184.126,00	15320001	10301121485810035
SP	TABAPUA	PREF MUN TABAPUA	45128816000111001	148.034,80	25260008	10301121485811116
SP	TAQUARITUBA	PREF MUN TAQUARITUBA	46634218000111002	192.100,00	31350003	10301121485810035

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.901, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza a habilitação da instituição Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP) Pernambuco, ao Plano Nacional de Implantação de Bancos de Multitecidos (BMT).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição,

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria n° 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.932/GM/MS, de 27 de setembro de 2010 que institui, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, o Plano Nacional de Implantação de Bancos de Multitecidos - Plano- BMT; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada/Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes, resolve:

Art. 1º Autorizar a habilitação da instituição Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP), CNES 0000434, Pernambuco, ao Plano Nacional de Implantação de Bancos de Multitecidos (BMT), previsto na Portaria nº 2.932/GM/MS, de 27 de setembro de 2010.

Art. 2º Autorizar a liberação do recurso financeiro no montante de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), em parcela única, do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco.

Art. 3º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde (FNS) adote as providências necessárias para a transferência do recurso, em parcela única, aos Estados ou ao Distrito Federal e este deverá adotar as providências necessárias para o repasse dos recursos a instituição habilitada, Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP), CNES 0000434, conforme art.1º desta portaria.

Art. 4º Estabelecer que os recursos orçamentários correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.1220.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada.

Parágrafo único. O FNS adotará as providências necessárias para a devolução dos recursos caso não haja cumprimento do compromisso de implantação no prazo estabelecido no inciso II do § 2º do artigo 2º da Portaria nº 2.932/GM/MS, de 27 de setembro de 2010.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.902, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Homologa o Município de Macau (RN) no "Projeto Olhar Brasil".

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial Nº 15/MS/MEC, de 24 de abril de 2007, que institui o "Projeto Olhar Brasil", que tem como objetivo identificar e corrigir problemas visuais relacionados à refração, visando reduzir as taxas de evasão escolar e facilitar o acesso da população à consulta oftalmológica e a aquisição de óculos;

Considerando a Portaria n° 254/SAS/MS, de 24 de julho de 2009, que estabelece os critérios para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao "Projeto Olhar Brasil";

Considerando que o Projeto Olhar Brasil tem como objetivo identificar problemas visuais relacionados à refração nos alunos matriculados na Rede Pública do Ensino Fundamental (1ª a 8ª série), nos alfabetizandos cadastrados no Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação (MEC) e na população com idade igual ou superior a 60 anos de idade; e

Considerando a deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Bahia, a qual aprova o Projeto Olhar Brasil relativo ao Município de Macau (RN), resolve:

Art. 1º Homologar a Adesão ao Projeto Olhar Brasil do Município discriminado no anexo a esta Portaria informando os seus estabelecimentos que farão parte desta adesão.

Parágrafo único. Este estabelecimento de Saúde poderá a partir da publicação desta portaria executar os seguintes procedimentos:

I - 02.11.06.027-5 Triagem Oftalmológica - Projeto Olhar Brasil;

II - 03.03.05.012-8 - Consulta Oftalmológica - Projeto Olhar Brasil;

III - 07.01.04.007-6 Óculos Monofocal - Projeto Olhar Brasil, e

IV - 07.01.04.008-4 Óculos Bifocal - Projeto Olhar Brasil.

Art. 2º Definir a inclusão do código 09.08 - Adesão do Estado/Distrito Federal ao Projeto Olhar Brasil e 09.09 - Adesão do Município ao Projeto Olhar Brasil respectivamente, no cadastro dos estabelecimentos a seguir relacionados:

UF	IBGE	Município	CNES/Nome Fantasia/ Razão Social//Município
RN	240720	Macau	5057280/Clínica da Família/Prefeitura Municipal de Macau

Art. 3º Autorizar a liberação de recursos até o limite descrito no anexo desta Portaria para o Município de Macau (RN), que serão destinados ao custeio exclusivo dos procedimentos referentes ao Projeto Olhar Brasil, previstos na Portaria Nº 254/SAS, de 2009.

Parágrafo único. Os recursos relativos ao Município do Estado do Rio Grande do Norte relacionado no anexo a esta Portaria não incluem aqueles destinados ao Brasil Alfabetizado.

Art. 4º Estabelecer que os recursos de que trata esta Portaria sejam disponibilizados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) aos respectivos Municípios, de acordo com a produção apurada nos Sistemas de Informações Ambulatorial e Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 5º Definir que a conclusão do Projeto deverá ser realizada até a competência de dezembro de 2011.

Art. 6º Definir que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar da competência novembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

PROJETO OLHAR BRASIL

UF	Código IBGE	Município Executor	Município Participante	Valor do Projeto (R$ 1,00)
RN	240720	MACAU	MACAU	R$14.366,52

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 3.313/GM/MS, de 29 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 91, de 14 de maio de 2010, Seção 1, páginas 35 e 36,

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

ONDE SE LÊ:

UF	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO	22679.153000/1090-01	850.000,00	10.302.1220.8535.0031

LEIA-SE:

UF	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO	22679.153000/1090-01	764.586,00	10.302.1220.8535.0031

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e os arts. 30, inciso I, e 32, inciso I, do Decreto n° 7.508, de 28 de junho de 2011, e

Considerando a prioridade na implantação de políticas de promoção da equidade, garantidas no Plano Plurianual (PPA) e nas diretrizes do Plano Nacional de Saúde;

Considerando o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro e 1990, o qual dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, em especial o disposto no art. 13, que assegura ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.836/GM/MS, de 1º de dezembro de 2011, que institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do SUS (Política Nacional de Saúde Integral LGBT); e

Considerando a deliberação ocorrida na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), em 24 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Esta Resolução institui o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do SUS, com o objetivo de apresentar estratégias para as gestões federal, estadual, distrital e municipal do SUS no processo de enfrentamento das iniqüidades e desigualdades em saúde, com foco na população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

Art. 2º O Plano Operativo de que trata o art. 1º é estruturado em 04 (quatro) eixos estratégicos:

I - acesso da população LGBT à atenção integral à saúde;

II - ações de promoção e vigilância em saúde para a população LGBT;

III - educação permanente e educação popular em saúde com foco na população LGBT; e

IV - monitoramento e avaliação das ações de saúde para a população LGBT.

Art. 3º Os eixos estratégicos definidos no art. 2º desta Resolução serão observados na elaboração dos planos, programas, projetos e ações de saúde voltados à população LGBT.

Art. 4º A operacionalização do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT será norteada pela articulação intra e intersetorial e pela transversalidade no desenvolvimento de políticas públicas e da Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Art. 5º No âmbito do Ministério da Saúde, caberá à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS) articular-se com os demais órgãos e entidades governamentais para elaboração de instrumentos com orientações específicas que se fizerem necessárias à implementação do Plano Operativo de que trata esta Resolução.

Art. 6º Compete à gestão estadual do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - definir estratégias e plano de ação para implementação do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no âmbito estadual e conduzir a pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB); e

II - promover a inclusão do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Plano Estadual de Saúde e no respectivo Plano Plurianual (PPA).

Art. 7º Compete à gestão municipal do SUS:

I - definir estratégias e plano de ação para implementação do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no âmbito municipal; e

II - promover a inclusão do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Plano Municipal de Saúde e no PPA setorial, em consonância com as realidades, demandas e necessidades locais.

Art. 8º À gestão distrital do SUS compete os direitos e obrigações reservadas às gestões estadual e municipal do SUS.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

BEATRIZ DOBASHI
Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde

ANTONIO CARLOS FIGUEREDO NARDI
Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.282487/2010-12

Operadora: AMHPLA COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Registro na ANS nº: 333221

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177109/2010-18

Operadora: ASTTTER ASSOC DOS SERV DO TRIB DO TRAB DA REGIÃO

Registro na ANS nº: 310280

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.100570/2010-74

Operadora: CLÍNICA SANTA HELENA LTDA

Registro na ANS nº: 306355

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.215246/2005-92

Operadora: COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO PLANALTO NORTE DE SC LTDA

Registro na ANS nº: 317012

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.349980/2010-11

Operadora: HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/C LTDA

Registro na ANS nº: 416398

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156236/2005-16

Operadora: HOSPITAL SÃO MARCOS S/A

Registro na ANS nº: 300344

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027948/2006-00

Operadora: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FERREIRA

Registro na ANS nº: 329355

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311589/2010-44

Operadora: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOROCABA

Registro na ANS nº: 334651

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no despacho nº 3964/2011/DIFIS/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS e pela ratificação da revisão ex officio realizada pelo Diretor da DIDES para retornar a cobrança para o valor da AIH nº 3507102188612 (competência 01/2007).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.100753/2010-90

Operadora: IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS

Registro na ANS nº: 408824

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046987/2008-60

Operadora: MEDCAMP ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

Registro na ANS nº: 322946

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.054215/2005-59

Operadora: POLICLINICA SANTA CLARA LTDA

Registro na ANS nº: 336319

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.350148/2010-68

Operadora: PRONTOMED SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Registro na ANS nº: 301728

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.282971/2010-33

Operadora: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA

Registro na ANS nº: 345741

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.185989/2004-40

Operadora: SERCLIN SERVIÇOS CLÍNICOS DE SÃO LEOPOLDO LTDA

Registro na ANS nº: 361712

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.185994/2004-52

Operadora: SERMED SAÚDE LTDA

Registro na ANS nº: 303739

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.280706/2005-53

Operadora: SERMED SERVIÇOS HOSPITALARES S/C LTDA

Registro na ANS nº: 365939

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.283021/2010-26

Operadora: SERPRAM-SERV DE PREST DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR S/A

Registro na ANS nº: 306649

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.350228/2010-13

Operadora: SERVMED SAÚDE LTDA

Registro na ANS nº: 326356

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028273/2006-16

Operadora: SISTEMA DE SAÚDE PROCLIN LTDA

Registro na ANS nº: 311677

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311868/2010-16

Operadora: SMS ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

Registro na ANS nº: 311405

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157529/2007-74

Operadora: TECUMSEH DO BRASIL LTDA

Registro na ANS nº: 415022

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.054468/2005-22

Operadora: UNIMED DE AMPARO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 345598

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.350334/2010-05

Operadora: UNIMED DE AMPARO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 345598

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177654/2010-04

Operadora: UNIMED DE ANDRADINA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 303844

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.350343/2010-98

Operadora: UNIMED DE BARRETOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 347108

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.101074/2010-38

Operadora: UNIMD DE BEBEDOURO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 331341

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.101081/2010-30

Operadora: UNIMED DE CAMPO GRANDE/MS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 312851

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312040/2010-77

Operadora: UNIMED DE CASCAVEL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 370070

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177680/2010-24

Operadora: UNIMED DE DOURADOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA

Registro na ANS nº: 333662

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028430/2006-85

Operadora: UNIMED DE FERNANDÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 326089

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177694/2010-48

Operadora: UNIMED DE JOINVILLE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 321273

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.350385/2010-29

Operadora: UNIMED DE LORENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 385620

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº: 33902.101214/2010-78
Operadora: UNIMED PALMAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Registro na ANS nº: 309907
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso das AIHS listadas no despacho nº 366/2011/DIOPE/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS, e pela ratificação da revisão ex officio realizada pelo Diretor da DIDES para retornar a cobrança para o valor original da AIH 1706100533907 (competência 05/2006).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.350398/2010-06
Operadora: UNIMED DE PINDAMONHANGABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Registro na ANS nº: 385620
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.283239/2010-81
Operadora: UNIMED FOZ DO IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Registro na ANS nº: 351792
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.216226/2005-39
Operadora: UNIMED MARQUÊS DE VALENÇA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
Registro na ANS nº: 321087
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 2745494579 (competência 10/2004).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.283271/2010-66
Operadora: UNIMED MONTE CARMELO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
Registro na ANS nº: 343315
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.054627/2005-99
Operadora: UNIMED PATROCÍNIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
Registro na ANS nº: 355593
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.283313/2010-69
Operadora: UNIMED PLANALTO CENTRAL RS SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Registro na ANS nº: 362832
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.098996/2003-21
Operadora: UNIMED POÇOS DE CALDAS SOC COOP DE TRABALHO E SERVIÇOS MÉDICOS
Registro na ANS nº: 316148
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.101247/2010-18
Operadora: UNIMED RIO VERDE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Registro na ANS nº: 320251
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no despacho nº 362/2010/DIOPE/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS e pela ratificação da revisão ex officio realizada pelo Diretor da DIDES para reduzir o valor da cobrança das AIHS nº 5206101346336 (competência 04/2006); 5206101628080, 5206101518024 (competência 05/2006).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.186325/2004-06
Operadora: UNIMED SÃO JOÃO DEL REI COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Registro na ANS nº: 323926
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.283369/2010-13
Operadora: UNIMED VALE DO CAÍ SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA
Registro na ANS nº: 313211
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.047505/2008-99
Operadora: UNIMED VOLTA REDONDA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Registro na ANS nº: 364584
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

DECISÕES DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.264280/2006-71
Operadora: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Registro ANS: 413534
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIFIS, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.264463/2006-97
Operadora: FEDERAÇÃO INTERFEDERATVA DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO DO ESTADO DE MG
Registro ANS: 363944
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.301817/2005-19
Operadora: GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
Registro ANS: 323080
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prot ANS nº: 33902.204414/2005-14
Operadora: RAPS REPÚBLICA ADMINISTRADORA DE PLANOS DE SAÚDE S/A
Registro ANS: 342297
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIDES, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.301604/2005-89
Operadora: UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
Registro ANS: 345709
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIFIS, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.265998/2006-85
Operadora: UNIMED COOPERATIVA DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS VALES DO TAQUARI E RIO PARDO LTDA
Registro ANS: 306398
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.005838/2007-60
Operadora: UNIMED COOPERATIVA DE SERVIÇOS DE SAÚDE VALES DO TAQUARI E RIO PARDO LTDA
Registro ANS: 306398
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot ANS nº: 33902.301698/2005-96
Operadora: UNIMED ERECHIM COOPERATIVA DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA
Registro ANS: 357022
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.006024/2007-42
Operadora: UNIMED INTRAFEDERATIVA FEDERAÇÃO REGIONAL DAS UNIMEDS DA ZONA DA MATA MINEIRA
Registro ANS: 310018
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.202221/2005-29
Operadora: UNIMED LAVRAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Registro ANS: 345458
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIFIS, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.005884/2007-69
Operadora: UNIMED PELOTAS SOCIEDADE DE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
Registro ANS: 311375
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot ANS nº: 33902.004921/2007-11
Operadora: UNIMED PIRAPORA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Registro ANS: 316326
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.005656/2007-99
Operadora: UNIMED REGIONAL DE PICOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Registro ANS: 313475
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.201991/2005-54
Operadora: UNIMED SÃO JOSÉ DOS CAMPOS COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Registro ANS: 316148
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIFIS, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 316ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot ANS nº: 33902.265604/2006-99
Operadora: UNIMED SÃO JOSÉ DOS CAMPOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
Registro ANS: 331872
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIDES, pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 28 de outubro de 2011, processo n.° 33902.264490/2006-60;33902.301295/2005-47 e 33902.301416/2005-51, publicada no DOU nº 210, em 01 de novembro de 2011, seção 1, página 58: onde se lê: "referente ao exercício de 2001.... ". leia-se: referente ao exercício de 2002 ".

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÕES DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.004957/2011-16	CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO LTDA.	363766.	31.488.208/0001-25	Deix. comunicar reajs. aplicados em 03/10 e 03/11, contrato coletivo c/ SINPROES, produto 448958046, contrato/apólice 0487139. (Art.20 caput da Lei 9656/98 c/c art. 13 da RN 171/08)	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
25779.005342/2009-92	UNIMED BH COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	343889.	16.513.178/0001-76	Deix. cumprir, em 11/09, regras estabelecidas pela legislação dos contratos, ao incluir co-participação a adaptação do contrato da M.P.H.L., fator moderador que não existia no contrato ant..(Art.35, §2º da Lei 9.656).	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
25779.015719/2009-11	VITA SAÚDE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR E SISTEMAS DE SAÚDE LTDA	316296.	00.684.507/0001-01	Deix. de gar. as cobs. obrigs. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656).	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25779.002273/2010-07	UNIMED BH COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	343889.	16.513.178/0001-76	Deix. de gar. as cobs. obrigs. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656).	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25779.006123/2009-21	SAUDE MARQUES LTDA	405639.	03.179.495/0001-56	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parág. 4o e incs., do art. 17 da Lei 9656/98. (Art.17, §4º da Lei 9.656).	800.000,31 (OITOCENTOS MIL REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS)
25779.000423/2010-30	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Exigir ou aplicar reajs. ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.25 da Lei 9.656 c/c Art.4º, XVII da Lei 9.961).	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÕES DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.008636/2010-21	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deix. de gar. as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656).	88000 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

ANDRÉ LUIS PEREIRA DUARTE

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.040627/2009-35	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de cumprir obrigação prevista em contrato.(Art.25 da Lei 9.656).	240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO-RE Nº 5.480, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, (reconduzida), Decreto publicado no Diário Oficial da União, de 26 de março de 2009, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto Nº 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006, e, ainda, a Portaria Nº 1.417, do Diretor-Presidente, de 20 de setembro de 2011,

considerando o art. 8º, § 10, inciso II, da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 23, §§ 2º e 4º, da Lei Nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o Valor de Referência para aflatoxinas de 20µg/Kg disposto no item 3 do Anexo da Resolução RDC ANVISA Nº 7, 22 de fevereiro de 2011;

considerando a necessidade de evitar que a população seja exposta a altas doses de aflatoxinas, que são substâncias genotóxicas e carcinogênicas;

considerando o Laudo de Análise Nº 6344.00/2011 emitido pelo Instituto Octávio Magalhães da Fundação Ezequiel Dias-IOM/FUNED (LACEN/MG),

considerando a Notificação da Gerência Colegiada da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais n° 084/2011, resolve:

Art. 1º Determinar a interdição cautelar do lote 42, do produto Amendoim, marca Primor, data de fabricação: 01/07/2011, data de validade: 30/06/2012, produzido pela empresa Alimentos Primor Ltda, CNPJ nº: 71.286.108/0001-30, estabelecida na Rua Cataguases, 653 - Bairro São Luiz - Campo Belo/MG, por conter 329,9µg de aflatoxinas totais/kg de produto, valor este acima do permitido na legislação sanitária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

RESOLUÇÃO-RE Nº 5.481, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, (reconduzida), Decreto publicado no Diário Oficial da União, de 26 de março de 2009, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto Nº 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006, e, ainda, a Portaria Nº 1.417, do Diretor-Presidente, de 20 de setembro de 2011,

considerando o art. 7º, inciso XV e o art. 8º, § 10, inciso II, da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei nº. 9784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o art. 6°, inciso I e o art. 18, § 6°, inciso II, da Lei n. 8.078, de 11 de novembro de 1990;

considerando o item 4.7.2 da Portaria SVS/MS Nº 326, de 30 de julho de 1997;

considerando o item 2.1.4.5 da Resolução-RDC Nº 175, de 08 de julho de 2003;

considerando o item 6.1 da Resolução - RDC n° 271, de 22 de setembro de 2005;

considerando o Laudo de Análise Fiscal Nº 3707.00/2011, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz - Centro de Laboratório Regional de Ribeirão Preto;

considerando o Ofício Nº 440/2011 da Secretaria da Saúde da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do produto Açúcar Cristal, marca Levesucar, data de validade: 04/2013, distribuído por Silveira Comercio e Negócios de açúcar Ltda, estabelecida na Rua José Elizeu, 889 - Jardim Zara - Ribeirão Preto-SP, por apresentar grânulos irregulares com formatos diversos de cores amarelo âmbar e cinzento escuro e 2 partículas metálicas medindo 2 e 3 mm de comprimento, indicando falha na adoção de boas práticas de fabricação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

RESOLUÇÃO-RE Nº 5.482, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, (reconduzida), Decreto publicado no Diário Oficial da União, de 26 de março de 2009, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto Nº 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006, e, ainda, a Portaria Nº 1.417, do Diretor-Presidente, de 20 de setembro de 2011,

considerando o art. 8º, § 10, inciso II, da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 23, §§ 2º e 4º, da Lei Nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando a Portaria SVS/MS Nº 326, de 30 de julho de 1997;

considerando o Laudo de Análise Fiscal Nº 5598.00/2011, emitido pelo Instituto Octávio Magalhães da Fundação Ezequiel Dias-FUNED, resolve:

Art. 1º Determinar a interdição cautelar do lote 8014L JL 116, do produto Canela da China em Pó, marca Kinino, data de validade: 06/07/2012, distribuído por RH do Brasil Ind. e Com. Prod. Alim. Ltda, CNPJ nº: 00.573.184/0001-89, estabelecida na Rua Pedro Pandim Nº 370, Distr. Industrial - São José do Rio Preto/SP, por conter presença de numerosos fragmentos de insetos (Ordem Coleoptera), indicativo de falhas nas Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ARESTO Nº 283, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 24 de novembro de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento ao recurso a seguir especificado, conforme anexo, mantendo a decisão anteriormente proferida.

Empresa: Rohm and Haas Química Ltda.
CNPJ: 00.310.651/0001-88
Número do Processo: 25351.4520732008-90
Expediente: DATAVISA nº. 924073/11-0

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 284, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 24 de novembro de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento ao recurso a seguir especificado, conforme anexo, mantendo a decisão anteriormente proferida.

Empresa: Ouro Fino Química Ltda.
CNPJ: 09.100.671/0001-07
Produto: 2,4-D TÉCNICO OURO FINA
Processo nº: 25351.124465/2009-71
Assunto: Registro de Produto Técnico Equivalente

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 285, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 24 de novembro de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento ao recurso a seguir especificado, conforme anexo, mantendo a decisão anteriormente proferida.

Empresa: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
CNPJ: 60.744.463/0001-90
Produto: BENZOVINDIFLUPYR TÉCNICO
Processo nº: 25351.584601/2011-99

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 286, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 24 de novembro de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento ao recurso a seguir especificado, conforme anexo, mantendo a decisão anteriormente proferida.

Empresa: Ouro Fino Química Ltda.
CNPJ: 09.100.671/0001-07
Produto: CARBOSULFANO TÉCNICO OURO FINO
Processo nº: 25351.099990/2009-97
Assunto: Registro de Produto Técnico Equivalente

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ARESTO Nº 287, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em sessões realizadas nas datas abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei Nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria Nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com o art. 65 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, por unanimidade, tornar públicas as Decisões de Revisão proferidas nos processos abaixo relacionados:

Reunião do dia 29 de setembro de 2011

REDE GLOBO DE TELEVISÃO - TV GLOBO LTDA

25351.299772/2005-52 - AIS: 355279/05-9 (87/2005) - GPROP/ANVISA

Arquivamento

TELEVISÃO BANDEIRANTES DO PARANÁ LTDA

25351.114360/2007-13 - AIS 146007072 (62/2007) - GPROP/ANVISA

Arquivamento

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº. 2729, de 22 de junho de 2011, publicada no DOU nº. 121 de 27 de junho de 2011, Seção 1 pág.128 e suplemento à presente edição página 51,

Onde se lê

Portaria nº. 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 346, de 16 de dezembro de 2002,

Leia-se:

Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 61, de 19 de março de 2004,

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 808, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, XII, do Decreto n° 7.335, de 19 de outubro de 2010, publicado no DOU do dia 20 subseqüente, por meio da Comissão Gestora instituída pela Portaria Funasa de 11 de novembro de 2011, e

Considerando a importância das ações de saneamento básico para a promoção da saúde, para a prevenção e o controle de doenças, bem como a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico.

Considerando o Plano de Universalização do Acesso à Água Para Consumo Humano no Semiárido, no contexto do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "Água Para Todos", instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011.

Considerando os critérios e procedimentos do processo seletivo para priorização de repasse de recursos para ações de saneamento, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento instituído por meio da Portaria Funasa nº 314, de 14 de junho de 2011.

Considerando o resultado da primeira fase do processo seletivo do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, divulgado pela Portaria Funasa nº 436, de 25 de agosto de 2011, bem como os procedimentos definidos pela mesma.

Considerando que a seleção dos projetos apresentados pelos proponentes foi realizada a partir da deliberação do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, instituído pelo Decreto n° 6.025, de 22 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Divulgar os projetos de engenharia dos proponentes selecionados nas modalidades de obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário e esgotamento sanitário/solução estática.

Art. 2º O prazo para contratação dos projetos de engenharia selecionados, com vistas a celebrar termo de compromisso, de acordo com o objeto constante do plano de trabalho, aprovado por área técnica competente da Superintendência Estadual, será 29 de fevereiro de 2012

Parágrafo único: Os procedimentos relativos aos termos de compromisso estarão sujeitos às normas estabelecidas pela Funasa por meio da Portaria nº 623, de 11 de maio de 2010 e legislação correlata.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON DE CARVALHO QUEIROZ FILHO

ANEXO I

Cod.Transmissão	UF	ENTIDADE	MUNICÍPIO	AÇÃO	Valor Projeto
AC1307114431	AC	Governo Do Estado Do Acre	ACRELANDIA	Água	6.462.174,29
AC1307114423	AC	Governo Do Estado Do Acre	ASSIS BRASIL	Água	1.659.368,16
AC1307114480	AC	Governo Do Estado Do Acre	BRASILEIA	Água	1.986.385,21
AC1307114442	AC	Governo Do Estado Do Acre	FEIJO	Água	2.930.806,09
AC1307114445	AC	Governo Do Estado Do Acre	JORDAO	Água	1.196.349,63
AC1307114449	AC	Governo Do Estado Do Acre	MANOEL URBANO	Água	1.647.473,18
AC1307114456	AC	Governo Do Estado Do Acre	PLACIDO DE CASTRO	Água	1.872.926,21
AC1307114475	AC	Governo Do Estado Do Acre	PORTO ACRE	Água	7.528.464,58
AC1307114470	AC	Governo Do Estado Do Acre	SANTA ROSA DO PURUS	Água	959.784,06
AM1507112750	AM	Pref Mun Envira	ENVIRA	Água	1.250.305,21
AP1507118922	AP	Governo Do Estado Do Amapa	FERREIRA GOMES	Água	4.743.020,00
AP1507111827	AP	Pref Mun Itaubal	ITAUBAL	Água	1.320.000,00
AP1507111226	AP	Pref Mun Laranjal Do Jari	LARANJAL DO JARI	Água	29.863.120,00
AP1407116319	AP	Pref Mun Oiapoque	OIAPOQUE	Água	15.713.401,40
AP1507118926	AP	Governo Do Estado Do Amapa	PORTO GRANDE	Água	5.189.160,00
AP1507112141	AP	Governo Do Estado Do Amapa	VITORIA DO JARI	Água	2.549.800,00
BA1207113885	BA	Governo Do Estado Da Bahia	BOA NOVA	Água	2.034.276,33
BA1107113135	BA	Governo Do Estado Da Bahia	CASTRO ALVES	Água	3.418.164,54
BA1507119188	BA	Pref Mun Condeuba	CONDEUBA	Água	1.614.076,57
BA1407115403	BA	Governo Do Estado Da Bahia	CURACA	Água	16.280.195,65
BA1407115495	BA	Governo Do Estado Da Bahia	ENCRUZILHADA	Água	5.001.390,19
BA1407115393	BA	Governo Do Estado Da Bahia	GLORIA	Água	6.599.854,60
BA1107113018	BA	Governo Do Estado Da Bahia	GUAJERU	Água	1.432.811,97
BA1407115387	BA	Governo Do Estado Da Bahia	IBICOARA	Água	4.592.338,86
BA1407115289	BA	Governo Do Estado Da Bahia	INHAMBUPE	Água	2.350.399,32
BA1507111069	BA	Irara Prefeitura	IRARA	Água	3.380.551,45
BA1207113965	BA	Governo Do Estado Da Bahia	ITAMBE	Água	1.266.234,07
BA1207113924	BA	Governo Do Estado Da Bahia	ITIRUCU	Água	3.254.106,21
BA1207113991	BA	Pref Mun Jussari	JUSSARI	Água	2.525.667,93
BA1107113140	BA	Governo Do Estado Da Bahia	JUSSIAPE	Água	1.029.045,93
BA1107113032	BA	Governo Do Estado Da Bahia	LAJE	Água	2.069.098,71
BA1507118984	BA	Pref Mun Macarani	MACARANI	Água	882.472,99
BA1107113242	BA	Governo Do Estado Da Bahia	MACAUBAS	Água	2.054.558,47
BA1107113254	BA	Governo Do Estado Da Bahia	MORPARA	Água	3.385.847,43
BA1407115697	BA	Governo Do Estado Da Bahia	PINDOBACU	Água	1.086.992,36
BA1507110660	BA	Governo Do Estado Da Bahia	PLANALTINO	Água	2.584.141,10
BA1507111386	BA	Governo Do Estado Da Bahia	RIACHAO DAS NEVES	Água	1.431.559,46
BA1407115523	BA	Governo Do Estado Da Bahia	RIO DE CONTAS	Água	1.792.761,97
BA1107113202	BA	Governo Do Estado Da Bahia	SANTA BRIGIDA	Água	1.100.183,31
BA1207113355	BA	Governo Do Estado Da Bahia	SAO JOSE DA VITORIA	Água	1.507.231,61
BA1207113936	BA	Governo Do Estado Da Bahia	SATIRO DIAS	Água	1.668.909,01
CE1507112856	CE	Pref Mun Bela Cruz	BELA CRUZ	Água	1.620.749,06
CE1507112572	CE	Governo Do Estado Do Ceara	CARIDADE	Água	3.162.410,05
CE1507112428	CE	Pref Mun Carire	CARIRE	Água	1.740.059,11
CE1507112833	CE	Pref Mun Cedro	CEDRO	Água	1.576.433,05
CE1507111963	CE	Pref Mun Dep Irapuan Pinheiro	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Água	2.024.493,34
CE1207113935	CE	Pref Mun Jaguaretama	JAGUARETAMA	Água	2.206.189,00
CE1507112864	CE	Governo Do Estado Do Ceara	JAGUARIBARA	Água	1.181.063,04
CE1507111497	CE	Pref Mun Martinopole	MARTINOPOLE	Água	1.106.999,50
CE1507111217	CE	Pref Mun Pedra Branca	PEDRA BRANCA	Água	3.726.387,94
CE1507119293	CE	Pref Mun Piquet Carneiro	PIQUET CARNEIRO	Água	1.606.254,02
CE1507111327	CE	Pref Mun Quixere	QUIXERE	Água	5.385.031,38
CE1407115848	CE	Governo Do Estado Do Ceara	UMARI	Água	630.067,50
ES1407116081	ES	Pref Mun Afonso Claudio	AFONSO CLAUDIO	Água	730.252,21
ES1507110709	ES	Pref Mun Boa Esperanca	BOA ESPERANCA	Água	2.712.920,71
ES1407117430	ES	Pref Mun Guacui	GUACUI	Água	3.911.832,50
ES1407116034	ES	Pref Mun Laranja Da Terra	LARANJA DA TERRA	Água	167.624,74
ES1507110996	ES	Gov Estado Espirito Santo	SANTA LEOPOLDINA	Água	1.678.439,32
ES1407116870	ES	Pref Mun Venda Nova Do Imigrante	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Água	2.265.031,11
GO1407117444	GO	Pref Mun Campos Belos	CAMPOS BELOS	Água	1.451.376,13
GO1507110497	GO	Pref Mun Iaciara	IACIARA	Água	1.006.033,69
GO1507110842	GO	Pref Mun Simolandia	SIMOLANDIA	Água	1.992.739,57
MA1407115509	MA	Pref Mun Arame	ARAME	Água	1.186.295,96

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MA1507112685	MA	Prefeitura Municipal De Bom Jesus Das Selvas	BOM JESUS DAS SELVAS	Água	1.176.753,34
MA1507118390	MA	Pref Municipal De Buriti Bravo	BURITI BRAVO	Água	2.244.070,43
MA1507112015	MA	Pref Mun Dom Pedro	DOM PEDRO	Água	1.070.876,38
MA1507111051	MA	Pref Mun Esperantinopolis	ESPERANTINOPOLIS	Água	1.231.775,03
MA1407117134	MA	Pref Mun Formosa Da Serra Negra	FORMOSA DA SERRA NEGRA	Água	997.204,22
MA1407117139	MA	Pref Mun Maraja Do Sena	MARAJA DO SENA	Água	1.380.012,00
MA1507112213	MA	Pref Mun Matinha	MATINHA	Água	1.328.508,54
MA1407115463	MA	Pref Mun Palmeirandia	PALMEIRANDIA	Água	1.125.272,09
MA1507118911	MA	Pref Mun Pedreiras	PEDREIRAS	Água	1.909.715,59
MA1207113971	MA	Pref Mun Porto Franco	PORTO FRANCO	Água	2.874.639,92
MA1507110969	MA	Pref Mun Riachao	RIACHAO	Água	1.121.269,20
MA1407116362	MA	Pref Mun Sao Luis Gonzaga Do Maranhao	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	Água	1.016.873,38
MG1507117497	MG	Pref Mun Carmo De Minas	CARMO DE MINAS	Água	1.200.611,44
MG1207113647	MG	Pref Mun Conselheiro Pena	CONSELHEIRO PENA	Água	4.694.050,00
MG1507110343	MG	Pref Mun Jequeri	JEQUERI	Água	21.321.422,84
MG1407117105	MG	Prefeitura Municipal De Luminárias	LUMINARIAS	Água	1.338.126,82
MG1507110622	MG	Pref Mun Mamonas	MAMONAS	Água	6.519.359,04
MG0807112910	MG	Pref Mun Monte Alegre De Minas	MONTE ALEGRE DE MINAS	Água	8.113.172,53
MG1407117060	MG	Pref Mun Monte Azul	MONTE AZUL	Água	12.622.000,00
MG1407115270	MG	Pref Mun Ninheira	NINHEIRA	Água	8.223.641,02
MG1507119779	MG	Pref Mun Passa Quatro	PASSA QUATRO	Água	1.834.476,05
MG1307114258	MG	Pref Mun Porteirinha	PORTEIRINHA	Água	3.775.649,28
MG1307114094	MG	Pref Mun Raul Soares	RAUL SOARES	Água	4.683.820,01
MG1307114795	MG	Pref Mun Sabinopolis	SABINOPOLIS	Água	1.011.891,55
MG1507118908	MG	Pref Mun Santa Juliana	SANTA JULIANA	Água	1.221.968,46
MG1407115317	MG	Pref Mun Sao Joao Do Paraiso	SAO JOAO DO PARAISO	Água	5.030.516,89
MG1207113389	MG	Pref Mun Tocantins	TOCANTINS	Água	1.276.019,11
MS1407116935	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	CAMAPUA	Água	1.090.109,00
MS1407116751	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	IVINHEMA	Água	1.535.496,63
MT1507112790	MT	Pref Mun Alto Taquari	ALTO TAQUARI	Água	6.027.473,33
MT1607112872	MT	Pref Mun Barra Do Bugres	BARRA DO BUGRES	Água	3.710.522,78
MT1307115174	MT	Pref Mun Conquista Doeste	CONQUISTA D'OESTE	Água	2.611.134,32
MT1507112780	MT	Pref Mun Denise	DENISE	Água	1.776.887,99
MT0607112529	MT	Pref Mun Figueiropolis Doeste	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	Água	1.499.036,44
MT1507112461	MT	Pref Mun Gaucha Do Norte	GAUCHA DO NORTE	Água	3.312.127,45
MT1007112962	MT	Pref Mun Indiavai	INDIAVAI	Água	1.804.911,35
MT1507112337	MT	Pref Mun Itiquira	ITIQUIRA	Água	1.354.988,67
MT1507119134	MT	Pref Mun Mirassol Doeste	MIRASSOL D'OESTE	Água	1.360.742,62
MT0507112408	MT	Pref Mun Nova Marilandia	NOVA MARILANDIA	Água	1.196.191,08
MT1407116831	MT	Pref Mun Novo Horizonte Do Norte	NOVO HORIZONTE DO NORTE	Água	2.033.437,86
MT1507112841	MT	Pref Mun Planalto Da Serra	PLANALTO DA SERRA	Água	6.430.667,10
MT1407117067	MT	Pref Mun Uniao Do Sul	UNIAO DO SUL	Água	2.964.710,89
PA1407116065	PA	Governo Do Estado Do Pará	AFUA	Água	3.199.553,43
PA1307114977	PA	Governo Do Estado Do Pará	ALMEIRIM	Água	5.162.995,06
PA1407115716	PA	Governo Do Estado Do Pará	ANAJAS	Água	2.714.371,23
PA1407115418	PA	Pref Mun Anapu	ANAPU	Água	4.877.752,34
PA1507119734	PA	Prefeitura Municipal De Canaa Dos Carajas	CANAA DOS CARAJAS	Água	3.535.671,26
PA1507112723	PA	Pref Mun Curuca	CURUCA	Água	2.918.000,00
PA1407116037	PA	Governo Do Estado Do Pará	MUANA	Água	1.734.128,08
PA1407116426	PA	Governo Do Estado Do Pará	OBIDOS	Água	7.114.100,33
PA1307115034	PA	Governo Do Estado Do Pará	OUREM	Água	3.518.910,46
PA1407116242	PA	Prefeitura Municipal De Pau D'Arco	PAU D'ARCO	Água	1.940.200,00
PA1307115036	PA	Governo Do Estado Do Pará	PLACAS	Água	2.809.732,72
PA1507110920	PA	Pref Mun Ponta De Pedras	PONTA DE PEDRAS	Água	1.037.390,89
PA1307114923	PA	Governo Do Estado Do Pará	PRAINHA	Água	1.548.572,68
PA1307115041	PA	Governo Do Estado Do Pará	PRIMAVERA	Água	2.260.221,26
PA1307114961	PA	Governo Do Estado Do Pará	QUATIPURU	Água	1.853.035,88
PA1507119362	PA	Pref Mun Rondon Do Para	RONDON DO PARA	Água	3.773.190,31
PA1407116373	PA	Pref Mun Santa Cruz Do Arari	SANTA CRUZ DO ARARI	Água	577.980,91
PA1307115055	PA	Governo Do Estado Do Pará	SANTO ANTONIO DO TAUA	Água	6.268.090,83
PA1307114998	PA	Governo Do Estado Do Pará	SAO CAETANO DE ODIVELAS	Água	3.312.982,47
PA1407116104	PA	Pref Mun Sao Domingos Do Araguaia	SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	Água	1.076.107,00
PA1307115108	PA	Governo Do Estado Do Pará	SAO FRANCISCO DO PARA	Água	2.967.016,10
PA1407115951	PA	Pref Mun Sao Joao De Pirabas	SAO JOAO DE PIRABAS	Água	3.026.925,00
PA1407115518	PA	Governo Do Estado Do Pará	VIGIA	Água	9.367.711,73
PB1507110823	PB	Pref Mun Itaporanga	ITAPORANGA	Água	1.077.238,19
PB1507110166	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	QUEIMADAS	Água	5.369.842,92
PB1507119615	PB	Pref Mun Sume	SUME	Água	1.232.452,47
PE1407115705	PE	Governo Do Estado De Pernambuco	BETANIA	Água	4.743.461,36
PE1507110231	PE	Pref Mun Brejao	BREJAO	Água	4.350.761,86
PE1507112164	PE	Pref Mun Cumaru	CUMARU	Água	1.460.093,82
PE1507119873	PE	Pref Mun Exu	EXU	Água	1.433.669,99
PE1407115825	PE	Pref Mun Panelas	PANELAS	Água	1.068.134,02
PE1507118177	PE	Pref Mun Quipapa	QUIPAPA	Água	1.270.948,40
PI0807112870	PI	Pref Mun Bonfim Do Piaui	BONFIM DO PIAUI	Água	2.089.488,50
PI1207113457	PI	Pref Mun Brejo Do Piaui	BREJO DO PIAUI	Água	3.338.073,08
PI1207113623	PI	Pref Mun Campinas Do Piaui	CAMPINAS DO PIAUI	Água	3.202.503,04
PI1207113671	PI	Pref Mun Cocal Dos Alves	COCAL DOS ALVES	Água	2.454.937,28
PI1507118228	PI	Governo Do Estado Do Piaui	DEMERVAL LOBAO	Água	5.777.578,01
PI1207113371	PI	Pref Mun Gilbues	GILBUES	Água	1.724.758,72
PI1107113046	PI	Pref Mun Hugo Napoleao	HUGO NAPOLEAO	Água	1.011.450,80
PI0807112853	PI	Pref Mun Jardim Do Mulato	JARDIM DO MULATO	Água	2.140.219,80
PI0807112898	PI	Pref Mun Redencao Do Gurgueia	REDENCAO DO GURGUEIA	Água	1.163.192,73
PI1507111558	PI	Pref Mun Sao Jose Do Divino	SAO JOSE DO DIVINO	Água	2.483.423,92
PR1407116540	PR	Pref Mun Andira	ANDIRA	Água	2.247.297,88
PR1307114156	PR	Pref Mun Bandeirantes	BANDEIRANTES	Água	2.971.256,20
PR1507119441	PR	Pref Mun Cruzeiro Do Oeste	CRUZEIRO DO OESTE	Água	2.439.546,46
PR0707112752	PR	Governo Do Estado Do Parana	ITAPEJARA D'OESTE	Água	4.320.088,90
PR1507111877	PR	Jardim Olinda Prefeitura	JARDIM OLINDA	Água	833.604,37
PR1407117181	PR	Pref Mun Marechal Candido Rondon	MARECHAL CANDIDO RONDON	Água	3.841.606,85
PR1407115321	PR	Pref Mun Nova Santa Barbara	NOVA SANTA BARBARA	Água	1.190.680,88
PR1507111919	PR	Pref Mun Paranapoema	PARANAPOEMA	Água	699.411,40
PR1407116001	PR	Pref Mun Santo Antonio Do Paraiso	SANTO ANTONIO DO PARAISO	Água	836.302,58
PR1207113334	PR	Pref Mun Sao Jeronimo Da Serra	SAO JERONIMO DA SERRA	Água	1.105.000,00
PR1307114163	PR	Pref Mun Vera Cruz Do Oeste	VERA CRUZ DO OESTE	Água	1.102.420,42
RN1507112316	RN	Pref Mun Governador Dix-Sept Rosado	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	Água	5.086.509,75
RN1507112844	RN	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Norte	SAO JOSE DO SERIDO	Água	2.708.148,36
RR1507110674	RR	Governo Do Estado De Roraima	BONFIM	Água	2.955.296,19
RR1407117023	RR	Pref Mun Canta	CANTA	Água	2.579.070,15
RR1407117112	RR	Pref Mun Iracema	IRACEMA	Água	2.117.175,11
RR1507110597	RR	Governo Do Estado De Roraima	MUCAJAI	Água	5.724.277,85
RR1507110529	RR	Governo Do Estado De Roraima	PACARAIMA	Água	5.290.716,75
RR1507110653	RR	Governo Do Estado De Roraima	SAO LUIZ	Água	5.086.491,21
RS1507119535	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	ARROIO GRANDE	Água	2.576.866,42
RS1507111556	RS	Pref Mun Candiota	CANDIOTA	Água	2.277.311,18
RS1307115147	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	CAPIVARI DO SUL	Água	3.560.149,49
RS1507112264	RS	Pref Mun Herval	HERVAL	Água	2.116.799,95
RS1507118060	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	LAGOA VERMELHA	Água	6.094.512,46

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS1407115227	RS	Pref Mun Novo Tiradentes	NOVO TIRADENTES	Água	1.287.563,28
RS1507112096	RS	Pref Mun Pedras Altas	PEDRAS ALTAS	Água	2.271.945,38
RS1507119396	RS	Pref Mun Pinheiro Machado	PINHEIRO MACHADO	Água	1.239.321,17
RS1507112121	RS	Prefeitura Municipal De Piratini	PIRATINI	Água	3.216.423,68
RS1507110158	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	SANANDUVA	Água	1.351.065,07
RS1507110221	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	SANTA MARGARIDA DO SUL	Água	2.282.540,95
RS1507119659	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	SAO LUIZ GONZAGA	Água	1.003.173,43
RS1507111390	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	SOLEDADE	Água	6.091.826,73
RS1507110506	RS	Pref Mun Tres Palmeiras	TRES PALMEIRAS	Água	1.168.961,47
RS1307114566	RS	Pref Mun Vera Cruz	VERA CRUZ	Água	5.906.850,00
RS1507119958	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	VIADUTOS	Água	3.663.330,70
RS1407116740	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	XANGRI-LA	Água	8.000.000,00
SC1307114812	SC	Pref Mun Bom Jardim Da Serra	BOM JARDIM DA SERRA	Água	1.763.615,77
SC1407115248	SC	Pref Mun Guaraciaba	GUARACIABA	Água	3.716.903,00
SC1507118386	SC	Pref Mun Picarras	PICARRAS	Água	5.326.891,50
SC1407116361	SC	Pref Mun Urussanga	URUSSANGA	Água	1.232.736,73
SP0707112656	SP	Pref Mun Bady Bassitt	BADY BASSITT	Água	1.511.958,60
SP0907112939	SP	Pref Mun Bom Jesus Dos Perdoes	BOM JESUS DOS PERDOES	Água	9.974.533,18
SP1207113760	SP	Pref Mun Cajobi	CAJOBI	Água	2.111.844,31
SP1307114932	SP	Pref Mun Cerquilho	CERQUILHO	Água	2.405.863,29
SP1507112640	SP	Pref Mun Jacupiranga	JACUPIRANGA	Água	1.025.000,00
SP0707112721	SP	Pref Mun Jose Bonifacio	JOSE BONIFACIO	Água	2.553.688,44
SP1507117698	SP	Pref Mun Nova Europa	NOVA EUROPA	Água	1.470.878,61
SP1507118313	SP	Pref Mun Porto Feliz	PORTO FELIZ	Água	1.894.194,88
TO1507118951	TO	Pref Mun Araguatins	ARAGUATINS	Água	5.203.354,46

ANEXO II

Cod.Transmissão	UF	ENTIDADE	MUNICÍPIO	AÇÃO	Valor Projeto
AL1507110157	AL	Pref Mun Anadia	ANADIA	Esgoto	5.549.888,06
AL1507119391	AL	Pref Mun Boca Da Mata	BOCA DA MATA	Esgoto	13.728.476,82
AL1507110765	AL	Pref Mun Pariconha	PARICONHA	Esgoto	3.364.269,78
AL1507111432	AL	Pref Mun Piranhas	PIRANHAS	Esgoto	3.225.247,23
AL1507111469	AL	Pref Mun Sao Jose Da Tapera	SAO JOSE DA TAPERA	Esgoto	8.654.290,61
AL1207113666	AL	Pref Mun Vicosa	VICOSA	Esgoto	12.643.033,97
BA1307114516	BA	Governo Do Estado Da Bahia	BAIXA GRANDE	Esgoto	9.630.279,65
BA0807112850	BA	Governo Do Estado Da Bahia	BROTAS DE MACAUBAS	Esgoto	5.242.635,70
BA1507111466	BA	Governo Do Estado Da Bahia	CIPO	Esgoto	12.053.652,72
BA0807112824	BA	Governo Do Estado Da Bahia	CONCEICAO DA FEIRA	Esgoto	13.361.683,18
BA1207113403	BA	Governo Do Estado Da Bahia	GOVERNADOR MANGABEIRA	Esgoto	11.284.185,73
BA1507110534	BA	Governo Do Estado Da Bahia	IBIPITANGA	Esgoto	6.982.383,35
BA1307114504	BA	Governo Do Estado Da Bahia	IRAJUBA	Esgoto	5.719.541,74
BA1207113422	BA	Governo Do Estado Da Bahia	IRAQUARA	Esgoto	5.902.475,83
BA1507111388	BA	Governo Do Estado Da Bahia	ITIUBA	Esgoto	16.293.684,06
BA1507119724	BA	Governo Do Estado Da Bahia	JAGUARARI	Esgoto	12.339.211,21
BA1507111356	BA	Governo Do Estado Da Bahia	MACAJUBA	Esgoto	8.823.525,70
BA1507111576	BA	Governo Do Estado Da Bahia	NOVA FATIMA	Esgoto	5.816.304,96
BA1507112297	BA	Pref Mun Santo Estevao	SANTO ESTEVAO	Esgoto	16.904.860,00
BA0707112671	BA	Prefeitura Municipal De Varzea Da Roca	VARZEA DA ROCA	Esgoto	9.184.930,95
CE1507111206	CE	Governo Do Estado Do Ceara	BAIXIO	Esgoto	11.318.682,98
CE1507110267	CE	Pref Mun Guaraciaba Do Norte	GUARACIABA DO NORTE	Esgoto	7.871.601,31
CE1507112378	CE	Pref Mun Itapage	ITAPAGE	Esgoto	9.921.392,95
CE1507111803	CE	Pref Mun Jaguaribe	JAGUARIBE	Esgoto	9.175.407,73
CE1507111880	CE	Governo Do Estado Do Ceara	MILAGRES	Esgoto	24.332.218,25
CE1507110443	CE	Pref Mun Sao Luis Do Curu	SAO LUIS DO CURU	Esgoto	7.569.904,37
CE1407116894	CE	Pref Mun Solonopole	SOLONOPOLE	Esgoto	8.462.255,36
CE1507119994	CE	Pref Mun Tabuleiro Do Norte	TABULEIRO DO NORTE	Esgoto	4.500.000,00
CE1507112415	CE	Pref Mun Tejucuoca	TEJUCUOCA	Esgoto	4.913.843,57
ES1507110873	ES	Pref Mun Bom Jesus Do Norte	BOM JESUS DO NORTE	Esgoto	4.212.034,65
ES1507119315	ES	Pref Mun Ibiracu	IBIRACU	Esgoto	913.622,92
ES1507118708	ES	Pref Mun Itaguacu	ITAGUACU	Esgoto	1.004.219,29
ES1507117624	ES	Pref Mun Itarana	ITARANA	Esgoto	5.200.984,81
ES1507111022	ES	Gov Estado Espirito Santo	MUCURICI	Esgoto	4.025.111,05
ES1507111157	ES	Gov Estado Espirito Santo	NOVA VENECIA	Esgoto	18.067.989,05
ES1507111101	ES	Gov Estado Espirito Santo	PANCAS	Esgoto	12.007.120,65
ES1507110511	ES	Pref Mun Sao Gabriel Da Palha	SAO GABRIEL DA PALHA	Esgoto	960.014,90
ES0407112384	ES	Pref S.J. do Calçado	São José do Calçado	Esgoto	8.685.584,92
ES1207113986	ES	Pref Mun Sooretama	SOORETAMA	Esgoto	7.477.453,85
GO1507119551	GO	Pref Mun Apore	APORE	Esgoto	6.415.579,28
GO1407116572	GO	Pref Mun Aragarcas	ARAGARCAS	Esgoto	8.125.163,08
GO1507117902	GO	Pref Mun Britania	BRITANIA	Esgoto	3.742.119,92
GO1207113569	GO	Pref Mun Buriti Alegre	BURITI ALEGRE	Esgoto	11.011.751,60
GO1507112632	GO	Pref Mun Caiaponia	CAIAPONIA	Esgoto	8.009.135,92
GO1507119676	GO	Governo Do Estado De Goias	CEZARINA	Esgoto	9.514.968,87
GO1507110777	GO	Pref Mun Chapadao Do Ceu	CHAPADAO DO CEU	Esgoto	5.378.822,54
GO1507111168	GO	Pref Mun Corumbaiba	CORUMBAIBA	Esgoto	1.761.156,03
GO1507112571	GO	Pref Mun Goiandira	GOIANDIRA	Esgoto	5.264.434,08
GO1507111149	GO	Pref Mun Inaciolandia	INACIOLANDIA	Esgoto	3.797.952,37
GO1507118449	GO	Pref Mun Indiara	Indiara	Esgoto	6.548.840,63
GO0707112685	GO	Pref Mun Itaruma	ITARUMA	Esgoto	3.889.429,90
GO1207113777	GO	Pref Mun Montes Claros De Goias	MONTES CLAROS DE GOIAS	Esgoto	6.040.927,47
GO1207113751	GO	Prefeitura Mununicipal De Quirinopolis	QUIRINOPOLIS	Esgoto	8.030.000,00
GO1507110382	GO	Pref Mun Rialma	Rialma	Esgoto	8.481.640,03
GO1507119652	GO	Pref Mun Rio Quente	RIO QUENTE	Esgoto	6.302.634,41
GO1507112840	GO	Pref Mun Sanclerlandia	SANCLERLANDIA	Esgoto	7.486.386,01
GO1507110022	GO	Pref Mun São Domingos	SAO DOMINGOS	Esgoto	7.434.112,29
GO1507119732	GO	Pref Mun Sao Simao	SAO SIMAO	Esgoto	4.839.084,46
GO1507119597	GO	Pref Mun Uruana	URUANA	Esgoto	7.415.615,06
MA1507119041	MA	Pref Mun de Amapa do Maranhão	Amapa do Maranhão	Esgoto	2.984.096,80
MG1507110279	MG	Pref Mun Acaiaca	ACAIACA	Esgoto	3.451.943,35
MG1507117872	MG	Agua Comprida	Agua Comprida	Esgoto	1.092.635,08
MG1507119931	MG	Pref Mun Aguanil	AGUANIL	Esgoto	2.389.584,86
MG1407115907	MG	Pref Mun Alpinopolis	ALPINOPOLIS	Esgoto	17.047.808,30
MG1407116205	MG	Estado De Minas Gerais	ALTEROSA	Esgoto	1.836.391,59
MG1507111705	MG	Pref Mun Belo Vale	BELO VALE	Esgoto	8.148.915,91
MG1307114628	MG	Pref Mun Bocaiuva	BOCAIUVA	Esgoto	2.506.277,12
MG1407116538	MG	Pref Mun Capinopolis	CAPINOPOLIS	Esgoto	5.405.807,31
MG1407116888	MG	Pref Mun Carmo Da Mata	CARMO DA MATA	Esgoto	2.926.264,23
MG1207113730	MG	Pref Mun Carmo Do Cajuru	CARMO DO CAJURU	Esgoto	3.621.584,25
MG0707112639	MG	Pref Mun Carmopolis De Minas	CARMOPOLIS DE MINAS	Esgoto	3.038.841,07
MG1307115102	MG	Pref Mun Carvalhopolis	CARVALHOPOLIS	Esgoto	2.293.631,82
MG1507119774	MG	Estado De Minas Gerais	CONCEICAO DA APARECIDA	Esgoto	2.164.765,80
MG1407115900	MG	Prefeitura Municipal De Coqueiral	COQUEIRAL	Esgoto	2.287.275,47
MG1507118655	MG	Estado De Minas Gerais	CRISTAIS	Esgoto	4.591.337,98
MG1507111202	MG	Pref Mun Entre Rios De Minas	ENTRE RIOS DE MINAS	Esgoto	4.390.290,76
MG1507117940	MG	Estado De Minas Gerais	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	Esgoto	3.140.808,38
MG1507110590	MG	Pref Mun Guanhaes	GUANHAES	Esgoto	1.215.343,76
MG1307114783	MG	Pref Mun Guaxupe	GUAXUPE	Esgoto	14.589.850,08

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MG1407116946	MG	Estado De Minas Gerais	ILICINEA	Esgoto	4.262.971,38
MG1307114537	MG	Pref Mun Irai De Minas	IRAI DE MINAS	Esgoto	6.275.649,78
MG1507118338	MG	Pref Mun Itabirito	ITABIRITO	Esgoto	2.434.081,80
MG1407116724	MG	Estado De Minas Gerais	JURUAIA	Esgoto	5.746.739,22
MG1507119837	MG	Pref Mun Lagoa Dourada	LAGOA DOURADA	Esgoto	3.559.701,91
MG1407115380	MG	Pref Mun Lagoa Formosa	LAGOA FORMOSA	Esgoto	4.516.593,69
MG1507119758	MG	Pref Mun Luz	LUZ	Esgoto	1.828.746,93
MG0507112454	MG	Pref Mun Machado	MACHADO	Esgoto	15.424.979,09
MG1407116579	MG	Prefeitura Municipal De Matipo	MATIPO	Esgoto	2.029.614,44
MG0107112283	MG	Pref Mun Medina	MEDINA	Esgoto	6.695.157,23
MG1507112733	MG	Pref Mun Merces	MERCES	Esgoto	5.744.999,72
MG1507117691	MG	Pref Mun Montezuma	MONTEZUMA	Esgoto	5.767.060,87
MG1507118762	MG	Estado De Minas Gerais	MUZAMBINHO	Esgoto	4.165.244,83
MG1407116789	MG	Pref Mun Nepomuceno	NEPOMUCENO	Esgoto	4.586.621,02
MG1507118794	MG	Estado De Minas Gerais	NOVA RESENDE	Esgoto	9.095.019,02
MG1407115659	MG	Estado De Minas Gerais	OURO FINO	Esgoto	1.753.283,39
MG1407115574	MG	Pref Mun Pedra Do Indaia	PEDRA DO INDAIA	Esgoto	1.927.042,00
MG1307114975	MG	Pref Mun Prata	PRATA	Esgoto	6.890.000,00
MG1307114863	MG	Pref Mun Sacramento	SACRAMENTO	Esgoto	3.256.394,00
MG1507119015	MG	Pref Mun Santa Vitoria	SANTA VITORIA	Esgoto	4.953.908,89
MG0807112904	MG	Pref Mun Sao Joao Batista Do Gloria	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	Esgoto	1.341.999,99
MG1507119342	MG	Estado De Minas Gerais	SAO JOSE DA BARRA	Esgoto	3.116.325,34
MG1407117189	MG	Pref Mun Sao Lourenco	SAO LOURENCO	Esgoto	5.000.000,00
MG0707112633	MG	Pref Mun Serrania	SERRANIA	Esgoto	668.077,79
MG1507118722	MG	Pref Mun Taiobeiras	TAIOBEIRAS	Esgoto	13.428.404,36
MG1507119633	MG	Pref Mun Tombos	TOMBOS	Esgoto	4.295.757,91
MG1507119263	MG	Pref Mun Vermelho Novo	VERMELHO NOVO	Esgoto	1.794.205,16
MG1407115300	MG	Pref Mun Virgínia	VIRGÍNIA	Esgoto	8.122.161,16
MS0107112296	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	ANASTACIO	Esgoto	4.860.828,45
MS0407112385	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	APARECIDA DO TABOADO	Esgoto	5.021.814,66
MS0207112300	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	ARAL MOREIRA	Esgoto	3.499.464,90
MS1507118421	MS	Pref Mun Eldorado	ELDORADO	Esgoto	2.185.000,00
MS0207112308	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	FATIMA DO SUL	Esgoto	2.954.283,75
MS0407112360	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	ITAPORA	Esgoto	3.587.447,84
MS1107113158	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	JATEI	Esgoto	2.184.702,49
MS0207112311	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	MARACAJU	Esgoto	6.591.980,25
MS0207112313	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	MUNDO NOVO	Esgoto	5.006.238,51
MS0407112399	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	NAVIRAI	Esgoto	4.508.915,75
MS0207112320	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	NOVA ALVORADA DO SUL	Esgoto	5.214.361,88
MS0507112452	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	NOVA ANDRADINA	Esgoto	4.992.519,02
MS0207112315	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	PARANAIBA	Esgoto	3.449.586,34
MS0407112396	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	RIBAS DO RIO PARDO	Esgoto	1.999.352,18
MS0507112456	MS	Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul	RIO BRILHANTE	Esgoto	3.050.690,59
MS1207113875	MS	Pref Mun Sao Gabriel Do Oeste	SAO GABRIEL DO OESTE	Esgoto	2.500.000,00
MT0107112289	MT	Pref Mun Alto Araguaia	ALTO ARAGUAIA	Esgoto	3.238.974,12
MT1507112769	MT	Pref Mun Aripuana	ARIPUANA	Esgoto	2.825.508,75
MT1507112035	MT	Pref Mun Castanheira	CASTANHEIRA	Esgoto	4.045.015,63
MT1507111322	MT	Pref Mun Comodoro	COMODORO	Esgoto	3.037.920,00
MT1307114054	MT	Pref Mun Confresa	CONFRESA	Esgoto	7.835.325,03
MT1507111630	MT	Pref Mun Guiratinga	GUIRATINGA	Esgoto	4.427.468,60
MT1407117038	MT	Pref Mun Jauru	JAURU	Esgoto	4.831.367,12
MT1507118220	MT	Pref Mun Juina	JUINA	Esgoto	5.758.446,36
MT1307114407	MT	Lucas Do Rio Verde Prefeitura Municipal	LUCAS DO RIO VERDE	Esgoto	4.309.638,26
MT1507112829	MT	Pref Mun Nova Guarita	NOVA GUARITA	Esgoto	1.876.567,96
MT1507112292	MT	Pref Mun Tapurah	TAPURAH	Esgoto	4.954.119,49
PA1507110981	PA	Pref Mun Conceicao Do Araguaia	CONCEICAO DO ARAGUAIA	Esgoto	7.447.017,01
PA1407116997	PA	Pref Mun Cumaru Do Norte	CUMARU DO NORTE	Esgoto	4.215.385,07
PA1507118300	PA	Eldorado dos Carajas	Eldorado dos Carajas	Esgoto	10.005.601,70
PA0607112619	PA	Pref Mun Novo Progresso	NOVO PROGRESSO	Esgoto	3.926.462,35
PA1407116521	PA	Pref Mun Soure	SOURE	Esgoto	3.124.977,55
PB1507111666	PB	Pref Mun Alagoinha	ALAGOINHA	Esgoto	6.000.000,00
PB1207113587	PB	Pref Mun Arara	Arara	Esgoto	5.548.893,60
PB1507118569	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	BELEM DO BREJO DO CRUZ	Esgoto	9.985.442,15
PB0607112581	PB	Pref Mun Brejo do Cruz	BREJO DO CRUZ	Esgoto	5.868.025,70
PB1207113893	PB	Pref Mun Caapora	CAAPORA	Esgoto	8.000.000,00
PB1407117121	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	CABACEIRAS	Esgoto	5.073.514,10
PB1507119730	PB	Pref Mun Cacimbas	Cacimbas	Esgoto	3.483.066,17
PB1407117238	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	CARAUBAS	Esgoto	5.470.664,73
PB1507119077	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	COREMAS	Esgoto	8.000.000,00
PB1407117068	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	COXIXOLA	Esgoto	3.365.731,42
PB1407117034	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	LIVRAMENTO	Esgoto	6.256.756,50
PB1507110106	PB	Pref Mogeiro	Mogeiro	Esgoto	2.619.988,33
PB0607112585	PB	Pref Mun Pombal	POMBAL	Esgoto	8.000.000,00
PB1507118892	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	SAO BENTO	Esgoto	14.000.000,00
PB1507118766	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	SAO JOSE DE PIRANHAS	Esgoto	8.000.000,00
PB1407117080	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	SAO JOSE DOS CORDEIROS	Esgoto	3.351.146,27
PB1407117009	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	SERRA BRANCA	Esgoto	8.000.000,00
PB1407116912	PB	Governo Do Estado Da Paraiba	TAPEROA	Esgoto	8.000.000,00
PE1307114996	PE	Pref Mun Agrestina	AGRESTINA	Esgoto	9.374.045,10
PE1507110676	PE	Pref Mun Correntes	CORRENTES	Esgoto	9.511.423,15
PE1507119123	PE	Pref Mun Cortes	CORTES	Esgoto	2.406.399,00
PE1307114236	PE	Pref Mun Lajedo	LAJEDO	Esgoto	27.637.313,89
PE1507112023	PE	Pref Mun Macaparana	MACAPARANA	Esgoto	3.458.498,31
PE1507119401	PE	Pref Mun Manari	MANARI	Esgoto	1.241.770,00
PE1507118884	PE	Pref Mun Santa Cruz Da Baixa Verde	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	Esgoto	6.270.879,27
PE1507118441	PE	Governo Do Estado De Pernambuco	SAO CAITANO	Esgoto	23.617.758,21
PI1507111965	PI	Pref Mun Agua Branca	AGUA BRANCA	Esgoto	9.995.652,25
PI1207113427	PI	Governo Do Estado Do Piaui	BARRAS	Esgoto	7.515.357,15
PI1407116716	PI	Pref Mun Bom Jesus	BOM JESUS	Esgoto	9.009.588,54
PI1407116879	PI	Pref Mun Inhuma	INHUMA	Esgoto	3.110.405,22
PI1507117852	PI	Governo Do Estado Do Piaui	JOAQUIM PIRES	Esgoto	10.757.321,44
PI1507118140	PI	Pref Mun Miguel Alves	MIGUEL ALVES	Esgoto	8.984.003,00
PI0707112727	PI	Pref Mun Monsenhor Gil	MONSENHOR GIL	Esgoto	3.836.871,22
PI1507119524	PI	Pref Mun Palmeirais	PALMEIRAIS	Esgoto	4.593.304,00
PI1407116076	PI	Pref Mun Paulistana	PAULISTANA	Esgoto	8.305.106,54
PI1207113577	PI	Governo Do Estado Do Piaui	PEDRO II	Esgoto	7.513.863,51
PI1407116438	PI	Pref Mun Sao Joao Da Fronteira	SAO JOAO DA FRONTEIRA	Esgoto	1.268.377,61
PI1507112533	PI	Pref Mun Sao Raimundo Nonato	SAO RAIMUNDO NONATO	Esgoto	4.558.267,30
PR1507111141	PR	Pref Mun Amapora	AMAPORA	Esgoto	5.022.654,56
PR1407116507	PR	Pref Mun Colorado	COLORADO	Esgoto	8.789.852,61
PR0607112565	PR	Governo Do Estado Do Parana	CORBELIA	Esgoto	5.999.997,46
PR0707112726	PR	Governo Do Estado Do Parana	CORONEL VIVIDA	Esgoto	5.911.889,38
PR1207113966	PR	Prefeitura Municipal De Cruzeiro Do Sul	CRUZEIRO DO SUL	Esgoto	2.612.631,49
PR0607112544	PR	Governo Do Estado Do Parana	DIAMANTE DO NORTE	Esgoto	3.056.976,00
PR0607112574	PR	Pref Mun Guapirama	GUAPIRAMA	Esgoto	4.434.387,10
PR1407116672	PR	Governo Do Estado Do Parana	GUARATUBA	Esgoto	11.314.282,50
PR1407116646	PR	Pref Mun Itambaraca	ITAMBARACA	Esgoto	8.865.435,93
PR0807112916	PR	Pref Mun Jandaia Do Sul	JANDAIA DO SUL	Esgoto	14.675.703,20

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR1407115609	PR	Pref Mun Japura	JAPURA	Esgoto	3.305.867,81
PR0507112469	PR	Pref Mun Jardim Alegre	JARDIM ALEGRE	Esgoto	5.771.720,51
PR0607112533	PR	Governo Do Estado Do Parana	JOAQUIM TAVORA	Esgoto	1.292.214,00
PR1407115372	PR	Pref Mun Jussara	JUSSARA	Esgoto	1.855.961,77
PR1207113352	PR	Governo Do Estado Do Parana	LOANDA	Esgoto	5.811.730,06
PR0607112567	PR	Pref Mun Lunardelli	LUNARDELLI	Esgoto	3.658.407,40
PR1407116688	PR	Pref Mun Marialva	MARIALVA	Esgoto	8.140.923,76
PR0707112746	PR	Governo Do Estado Do Parana	MARIOPOLIS	Esgoto	8.183.055,81
PR1207113566	PR	Governo Do Estado Do Parana	MORRETES	Esgoto	1.004.771,92
PR1307114403	PR	Pref Mun Paicandu	PAICANDU	Esgoto	8.920.143,70
PR1207113381	PR	Pref Mun Palmas	PALMAS	Esgoto	4.128.680,78
PR0607112580	PR	Governo Do Estado Do Parana	PRANCHITA	Esgoto	3.665.839,45
PR1507111018	PR	Pref Mun Querencia Do Norte	QUERENCIA DO NORTE	Esgoto	5.707.219,11
PR1107113243	PR	Pref Mun Sao Joao	SAO JOAO	Esgoto	3.471.459,44
PR0407112372	PR	Pref Mun Sertaneja	SERTANEJA	Esgoto	2.757.193,64
PR1407115242	PR	Pref Mun Sertanopolis	SERTANOPOLIS	Esgoto	1.117.973,07
PR1507118452	PR	Pref Mun Terra Rica	TERRA RICA	Esgoto	1.400.000,40
PR1507110812	PR	Pref Mun Xambre	XAMBRE	Esgoto	6.564.570,45
RJ1407115630	RJ	Prefeitura Municipal De Aperibé	APERIBE	Esgoto	11.788.623,10
RJ1307114457	RJ	Pref Mun Bom Jesus Do Itabapoana	BOM JESUS DO ITABAPOANA	Esgoto	11.540.041,26
RJ1407116481	RJ	Pref Mun Casimiro De Abreu	CASIMIRO DE ABREU	Esgoto	22.406.230,39
RJ1407116245	RJ	Pref Mun Conceicao De Macabu	CONCEICAO DE MACABU	Esgoto	9.282.885,28
RJ1407115975	RJ	Pref Mun Porto Real	PORTO REAL	Esgoto	2.314.550,59
RJ1507110991	RJ	Pref Mun Quatis	QUATIS	Esgoto	6.528.257,55
RJ0507112511	RJ	Pref Mun Vassouras	VASSOURAS	Esgoto	19.943.616,56
RN1507119339	RN	Pref Mun Alto Do Rodrigues	ALTO DO RODRIGUES	Esgoto	2.958.779,12
RN1507118334	RN	Pref Mun Baia Formosa	BAIA FORMOSA	Esgoto	4.655.245,00
RN1507118279	RN	Pref Mun Extremoz	EXTREMOZ	Esgoto	20.435.277,00
RN1507111447	RN	Pref Mun Jacana	JACANA	Esgoto	4.143.331,85
RN1507119130	RN	Pref Mun Janduis	JANDUIS	Esgoto	1.814.704,44
RN1507111299	RN	Pref Mun Jucurutu	JUCURUTU	Esgoto	7.672.096,27
RN1507118608	RN	Pref Municipal Messias Targino	MESSIAS TARGINO	Esgoto	1.339.986,82
RN1307115083	RN	Pref Mun Olho d'água do Borges	Olho d'água do Borges	Esgoto	3.171.995,01
RN1507112814	RN	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Norte	PARELHAS	Esgoto	8.113.708,21
RN1606112123	RN	Santana do Matos	Santana do Matos	Esgoto	2.415.642,79
RN0107112272	RN	São João do Sabugi	São João do Sabugi	Esgoto	7.079.536,08
RN1507112758	RN	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Norte	SAO PAULO DO POTENGI	Esgoto	8.509.313,83
RN1507119047	RN	Pref Mun Sitio Novo	SITIO NOVO	Esgoto	1.178.505,66
RN1507112250	RN	Pref Mun Tibau	Tibau	Esgoto	5.116.776,20
RN1507118975	RN	Prefeitura Municipal De Upanema	UPANEMA	Esgoto	5.635.609,85
RO1507112113	RO	Pref Mun Cacaulandia	CACAULANDIA	Esgoto	10.281.329,22
RO1507112390	RO	Pref Mun Cerejeiras	CEREJEIRAS	Esgoto	23.090.877,56
RO1507112772	RO	Pref Mun Guajaramirim	GUAJARA-MIRIM	Esgoto	5.122.268,12
RO1207113980	RO	Pref Mun Ministro Andreazza	MINISTRO ANDREAZZA	Esgoto	19.947.562,41
RO1407115982	RO	Pref Mun Nova Brasilandia Doeste	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	Esgoto	10.918.719,51
RO1507119232	RO	Pref Mun Presidente Medici	PRESIDENTE MEDICI	Esgoto	17.917.643,63
RS1307114093	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	ALTO ALEGRE	Esgoto	1.609.783,24
RS1507118366	RS	Pref Mun Arambare	ARAMBARE	Esgoto	3.785.111,64
RS1307114177	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	BARRA DO RIBEIRO	Esgoto	8.000.000,00
RS1207113904	RS	Pref Mun Benjamin Constant Do Sul	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	Esgoto	1.834.145,78
RS1207113996	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	CACAPAVA DO SUL	Esgoto	7.000.000,00
RS1307114857	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	ERVAL SECO	Esgoto	4.140.837,33
RS1307114815	RS	P.M Nova Petrópolis	NOVA PETROPOLIS	Esgoto	8.000.000,00
RS1307114469	RS	Pref Mun Pinhal Grande	PINHAL GRANDE	Esgoto	1.414.840,69
RS1507118656	RS	Pref Mun Quarai	QUARAI	Esgoto	1.506.991,15
RS1407115911	RS	Pref Mun Rolante	ROLANTE	Esgoto	10.000.000,00
RS1407116179	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	SANTIAGO	Esgoto	8.000.000,00
RS1307114254	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	SANTO CRISTO	Esgoto	8.847.069,75
RS1407115484	RS	Pref Mun Sao Lourenco Do Sul	SAO LOURENCO DO SUL	Esgoto	4.000.000,00
RS1207113359	RS	Pref Mun Sao Valentim	SAO VALENTIM	Esgoto	5.389.234,67
RS1307114490	RS	Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul	SERAFINA CORREA	Esgoto	8.000.000,00
SC1407116951	SC	Abelardo Luz	Abelardo Luz	Esgoto	16.302.813,68
SC1207114040	SC	Pref Mun Coronel Freitas	CORONEL FREITAS	Esgoto	9.081.674,38
SC1507119801	SC	Dionisio Cerqueira Prefeitura	DIONISIO CERQUEIRA	Esgoto	14.327.119,28
SC1407115391	SC	Pref Mun Gravatal	GRAVATAL	Esgoto	9.636.084,57
SC1307114066	SC	Pref Mun Herval Doeste	HERVAL D'OESTE	Esgoto	8.238.161,57
SC1507119910	SC	Pref Mun Jacinto Machado	JACINTO MACHADO	Esgoto	3.057.400,00
SC1207113831	SC	Pref Mun Luzerna	LUZERNA	Esgoto	1.368.810,75
SC1507118663	SC	Pref Mun Princesa	PRINCESA	Esgoto	2.622.248,33
SC1507119628	SC	Pref Mun Rio Negrinho	RIO NEGRINHO	Esgoto	13.082.449,82
SC1207113593	SC	Pref Mun Sideropolis	SIDEROPOLIS	Esgoto	12.599.619,08
SC1407115225	SC	Pref Mun Sul Brasil	SUL BRASIL	Esgoto	2.824.164,98
SC1507117888	SC	Pref Mun Tijucas	TIJUCAS	Esgoto	9.195.218,91
SE1407116596	SE	Governo Do Estado De Sergipe	LARANJEIRAS	Esgoto	10.031.568,74
SE1407115366	SE	Governo Do Estado De Sergipe	MARUIM	Esgoto	8.354.941,68
SE1407116679	SE	Pref Mun Umbauba	UMBAUBA	Esgoto	14.608.741,75
SP0607112609	SP	Pref. Muni Americo Braziliense	Américo Brasiliense	Esgoto	12.195.588,47
SP1507111242	SP	Pref Mun Anhembi	ANHEMBI	Esgoto	2.387.813,00
SP1507117867	SP	Pref Mun Pindorama	PINDORAMA	Esgoto	1.348.413,87
SP1407116737	SP	Pref Mun Sales Oliveira	SALES OLIVEIRA	Esgoto	11.299.483,09
SP1207113919	SP	Pref Mun Tanabi	TANABI	Esgoto	944.064,23
SP1407116428	SP	Pref Mun Vargem Grande Do Sul	VARGEM GRANDE DO SUL	Esgoto	1.101.169,57

ANEXO III

Cod.Transmissão	UF	ENTIDADE	MUNICÍPIO	AÇÃO	Valor Projeto
AC1507111332	AC	PREFEITURA	MANCIO LIMA	MSD	500.000,00
AC1507110421	AC	PREFEITURA	MARECHAL THAUMATURGO	MSD	500.000,00
AC1507110556	AC	PREFEITURA	PORTO WALTER	MSD	500.000,00
AC1207113910	AC	PREFEITURA	RODRIGUES ALVES	MSD	500.000,00
AC1507111782	AC	PREFEITURA	TARAUACA	MSD	500.000,00
AL1507110505	AL	PREFEITURA	ANADIA	MSD	1.698.055,00
AL1507119501	AL	PREFEITURA	BOCA DA MATA	MSD	3.231.667,00
AL1507117645	AL	PREFEITURA	INHAPI	MSD	500.000,00
AL1507118375	AL	PREFEITURA	MATA GRANDE	MSD	500.000,00
AL1507119717	AL	PREFEITURA	OLIVENCA	MSD	500.000,00
AL1507110874	AL	PREFEITURA	PARICONHA	MSD	585.579,00
AL1507112471	AL	PREFEITURA	SAO BRAS	MSD	500.000,00
AL1507111525	AL	PREFEITURA	SAO JOSE DA TAPERA	MSD	2.248.314,00
AL1507111557	AL	PREFEITURA	SENADOR RUI PALMEIRA	MSD	500.000,00
AM1507110132	AM	PREFEITURA	AMATURA	MSD	500.000,00
AM1507112058	AM	PREFEITURA	BARREIRINHA	MSD	500.000,00
AM1407117385	AM	PREFEITURA	BERURI	MSD	500.000,00
AM1507112303	AM	PREFEITURA	BORBA	MSD	500.000,00
AM1507112430	AM	PREFEITURA	CANUTAMA	MSD	500.000,00
AM1507119073	AM	PREFEITURA	CARAUARI	MSD	500.000,00
AM1507112218	AM	PREFEITURA	CAREIRO	MSD	500.000,00
AM1507112411	AM	PREFEITURA	CODAJAS	MSD	500.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AM1407116056	AM	PREFEITURA	EIRUNEPE	MSD	500.000,00
AM1507112244	AM	PREFEITURA	GUAJARA	MSD	500.000,00
AM1507111258	AM	PREFEITURA	JUTAI	MSD	500.000,00
AM1507112246	AM	PREFEITURA	NOVO ARIPUANA	MSD	500.000,00
AM1507112158	AM	PREFEITURA	SAO PAULO DE OLIVENCA	MSD	500.000,00
AM1407116792	AM	PREFEITURA	SILVES	MSD	500.000,00
AM1507118215	AM	PREFEITURA	TAPAUA	MSD	500.000,00
AM1507119688	AM	PREFEITURA	TONANTINS	MSD	500.000,00
AM1507119045	AM	PREFEITURA	UARINI	MSD	500.000,00
AM1407117036	AM	PREFEITURA	URUCARA	MSD	500.000,00
AP1407116045	AP	PREFEITURA	CALCOENE	MSD	500.000,00
AP1307114576	AP	PREFEITURA	PRACUUBA	MSD	500.000,00
AP1507112703	AP	PREFEITURA	TARTARUGALZINHO	MSD	500.000,00
BA1207113758	BA	PREFEITURA	ABARE	MSD	500.000,00
BA1507112177	BA	PREFEITURA	AGUA FRIA	MSD	500.000,00
BA1507112645	BA	PREFEITURA	AMERICA DOURADA	MSD	500.000,00
BA1507112588	BA	PREFEITURA	ANAGE	MSD	500.000,00
BA1507112379	BA	PREFEITURA	ANDARAI	MSD	500.000,00
BA1107113265	BA	PREFEITURA	ANGICAL	MSD	500.000,00
BA1307114466	BA	PREFEITURA	ARACAS	MSD	500.000,00
BA1507111654	BA	PREFEITURA	BARRA	MSD	500.000,00
BA1507112499	BA	PREFEITURA	BARRO ALTO	MSD	500.000,00
BA1507117528	BA	PREFEITURA	BIRITINGA	MSD	500.000,00
BA0707112686	BA	PREFEITURA	BOA VISTA DO TUPIM	MSD	500.000,00
BA1507111807	BA	PREFEITURA	BOM JESUS DA SERRA	MSD	500.000,00
BA1507119415	BA	GOVERNO	BONINAL	MSD	500.000,00
BA1507119856	BA	PREFEITURA	BOTUPORA	MSD	500.000,00
BA1307114927	BA	PREFEITURA	CABACEIRAS DO PARAGUACU	MSD	500.000,00
BA0807112909	BA	PREFEITURA	CAEM	MSD	500.000,00
BA1507111212	BA	PREFEITURA	CAETANOS	MSD	500.000,00
BA1407117031	BA	PREFEITURA	CALDEIRAO GRANDE	MSD	500.000,00
BA1507118368	BA	PREFEITURA	CAMAMU	MSD	500.000,00
BA1507112175	BA	PREFEITURA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	MSD	500.000,00
BA1507110580	BA	PREFEITURA	CANAPOLIS	MSD	500.000,00
BA1507119370	BA	PREFEITURA	CANARANA	MSD	500.000,00
BA1507111872	BA	PREFEITURA	CARINHANHA	MSD	500.000,00
BA1507112630	BA	PREFEITURA	CATOLANDIA	MSD	500.000,00
BA1507119429	BA	PREFEITURA	CENTRAL	MSD	500.000,00
BA1107113174	BA	PREFEITURA	CHORROCHO	MSD	500.000,00
BA1507111017	BA	PREFEITURA	CONDE	MSD	500.000,00
BA1407117400	BA	PREFEITURA	COTEGIPE	MSD	500.000,00
BA1107113105	BA	PREFEITURA	DARIO MEIRA	MSD	500.000,00
BA1307114241	BA	PREFEITURA	ESPLANADA	MSD	500.000,00
BA1507112609	BA	PREFEITURA	FATIMA	MSD	500.000,00
BA1507112563	BA	PREFEITURA	FILADELFIA	MSD	500.000,00
BA1507112656	BA	PREFEITURA	FORMOSA DO RIO PRETO	MSD	500.000,00
BA1407115273	BA	PREFEITURA	GUARATINGA	MSD	500.000,00
BA1507119461	BA	PREFEITURA	HELIOPOLIS	MSD	500.000,00
BA1307114332	BA	PREFEITURA	IACU	MSD	500.000,00
BA1507112574	BA	PREFEITURA	IBIPEBA	MSD	500.000,00
BA1507118817	BA	PREFEITURA	IBITITA	MSD	500.000,00
BA1507112553	BA	PREFEITURA	IPECAETA	MSD	500.000,00
BA1407116468	BA	PREFEITURA	IRAMAIA	MSD	500.000,00
BA1107113064	BA	PREFEITURA	ITAETE	MSD	500.000,00
BA1507111537	BA	GOVERNO	ITAGUACU DA BAHIA	MSD	500.000,00
BA1407115198	BA	PREFEITURA	ITAPICURU	MSD	500.000,00
BA1307114866	BA	PREFEITURA	JEREMOABO	MSD	500.000,00
BA1307114551	BA	PREFEITURA	JOAO DOURADO	MSD	500.000,00
BA1407116818	BA	PREFEITURA	JUCURUCU	MSD	500.000,00
BA1507111748	BA	PREFEITURA	JUSSARA	MSD	500.000,00
BA1507111765	BA	PREFEITURA	LAMARAO	MSD	500.000,00
BA1507112403	BA	PREFEITURA	LAPAO	MSD	500.000,00
BA1407116861	BA	PREFEITURA	MACURURE	MSD	500.000,00
BA1507119831	BA	PREFEITURA	MALHADA	MSD	500.000,00
BA1507118991	BA	PREFEITURA	MANOEL VITORINO	MSD	500.000,00
BA1307114647	BA	PREFEITURA	MANSIDAO	MSD	500.000,00
BA1407115547	BA	GOVERNO	MIGUEL CALMON	MSD	500.000,00
BA1507118167	BA	PREFEITURA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	MSD	500.000,00
BA1507111752	BA	PREFEITURA	NORDESTINA	MSD	500.000,00
BA1507112718	BA	PREFEITURA	NOVA CANAA	MSD	500.000,00
BA1507111855	BA	PREFEITURA	NOVA REDENCAO	MSD	500.000,00
BA1507119827	BA	PREFEITURA	OLINDINA	MSD	500.000,00
BA1307114708	BA	PREFEITURA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	MSD	500.000,00
BA1507110197	BA	PREFEITURA	PALMEIRAS	MSD	500.000,00
BA1507112287	BA	PREFEITURA	PEDRAO	MSD	500.000,00
BA1307114381	BA	PREFEITURA	PEDRO ALEXANDRE	MSD	500.000,00
BA1407116798	BA	PREFEITURA	PILAO ARCADO	MSD	500.000,00
BA1507112112	BA	PREFEITURA	PIRITIBA	MSD	500.000,00
BA1507119032	BA	PREFEITURA	PRESIDENTE DUTRA	MSD	500.000,00
BA1507118391	BA	PREFEITURA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	MSD	500.000,00
BA1407116282	BA	PREFEITURA	REMANSO	MSD	500.000,00
BA1307114058	BA	PREFEITURA	RIBEIRA DO AMPARO	MSD	500.000,00
BA1207113952	BA	PREFEITURA	RIO DO ANTONIO	MSD	500.000,00
BA1207113319	BA	PREFEITURA	RIO REAL	MSD	500.000,00
BA1507112040	BA	PREFEITURA	SANTA BARBARA	MSD	500.000,00
BA1507111377	BA	PREFEITURA	SANTA RITA DE CASSIA	MSD	500.000,00
BA1507112455	BA	PREFEITURA	SAO GABRIEL	MSD	500.000,00
BA1407117423	BA	PREFEITURA	SAO MIGUEL DAS MATAS	MSD	500.000,00
BA1507119417	BA	PREFEITURA	SAUDE	MSD	500.000,00
BA1507110671	BA	GOVERNO	SEABRA	MSD	500.000,00
BA1307114760	BA	PREFEITURA	SERRA PRETA	MSD	500.000,00
BA1507110113	BA	GOVERNO	SITIO DO MATO	MSD	500.000,00
BA1507111773	BA	PREFEITURA	SITIO DO QUINTO	MSD	500.000,00
BA1307114376	BA	PREFEITURA	SOUTO SOARES	MSD	500.000,00
BA1407116166	BA	PREFEITURA	TANHACU	MSD	500.000,00
BA1307115181	BA	PREFEITURA	TEOFILANDIA	MSD	500.000,00
BA1507110936	BA	PREFEITURA	UIBAI	MSD	500.000,00
CE1507112406	CE	PREFEITURA	AIUABA	MSD	500.000,00
CE1507110019	CE	PREFEITURA	ALTANEIRA	MSD	500.000,00
CE1307114519	CE	PREFEITURA	ANTONINA DO NORTE	MSD	500.000,00
CE1507112201	CE	PREFEITURA	ARACOIABA	MSD	500.000,00
CE1507119574	CE	PREFEITURA	ARARENDA	MSD	500.000,00
CE1207113979	CE	PREFEITURA	ARATUBA	MSD	500.000,00
CE0707112668	CE	PREFEITURA	ASSARE	MSD	500.000,00
CE0807112825	CE	PREFEITURA	BANABUIU	MSD	500.000,00
CE1507111669	CE	PREFEITURA	BARROQUINHA	MSD	500.000,00
CE1107113176	CE	PREFEITURA	CAMPOS SALES	MSD	500.000,00
CE1307114313	CE	PREFEITURA	CAPISTRANO	MSD	500.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CE1207113974	CE	PREFEITURA	CARIRIACU	MSD	500.000,00
CE1507118414	CE	PREFEITURA	CARIUS	MSD	500.000,00
CE1507112343	CE	PREFEITURA	CARNAUBAL	MSD	500.000,00
CE1507110276	CE	PREFEITURA	CHAVAL	MSD	500.000,00
CE1407116808	CE	PREFEITURA	CHORO	MSD	500.000,00
CE1407115384	CE	PREFEITURA	CROATA	MSD	500.000,00
CE1507112498	CE	PREFEITURA	ERERE	MSD	500.000,00
CE0107112279	CE	PREFEITURA	FARIAS BRITO	MSD	500.000,00
CE1507111195	CE	PREFEITURA	GENERAL SAMPAIO	MSD	500.000,00
CE1407115551	CE	PREFEITURA	HIDROLANDIA	MSD	500.000,00
CE1507118339	CE	PREFEITURA	INDEPENDENCIA	MSD	500.000,00
CE1407115702	CE	PREFEITURA	JARDIM	MSD	500.000,00
CE1507111414	CE	PREFEITURA	LAVRAS DA MANGABEIRA	MSD	500.000,00
CE1507111499	CE	PREFEITURA	MIRAIMA	MSD	500.000,00
CE1407115603	CE	PREFEITURA	MOMBACA	MSD	500.000,00
CE1507112511	CE	PREFEITURA	MORAUJO	MSD	500.000,00
CE1507119960	CE	PREFEITURA	MORRINHOS	MSD	500.000,00
CE1207113423	CE	PREFEITURA	MUCAMBO	MSD	500.000,00
CE0807112923	CE	PREFEITURA	NOVA OLINDA	MSD	500.000,00
CE1507118623	CE	PREFEITURA	OCARA	MSD	500.000,00
CE1407116543	CE	PREFEITURA	PARAMBU	MSD	500.000,00
CE1407116907	CE	PREFEITURA	PENTECOSTE	MSD	500.000,00
CE1507110792	CE	PREFEITURA	PEREIRO	MSD	500.000,00
CE1507110747	CE	PREFEITURA	PORANGA	MSD	500.000,00
CE1507117655	CE	PREFEITURA	POTENGI	MSD	500.000,00
CE1507117849	CE	PREFEITURA	QUITERIANOPOLIS	MSD	500.000,00
CE1507112496	CE	PREFEITURA	QUIXELO	MSD	500.000,00
CE1407116313	CE	PREFEITURA	RERIUTABA	MSD	500.000,00
CE1507112597	CE	PREFEITURA	SABOEIRO	MSD	500.000,00
CE1407116080	CE	PREFEITURA	SALITRE	MSD	500.000,00
CE0807112831	CE	PREFEITURA	SANTANA DO CARIRI	MSD	500.000,00
CE1507119645	CE	PREFEITURA	TARRAFAS	MSD	500.000,00
CE1307114295	CE	PREFEITURA	TURURU	MSD	500.000,00
CE0707112744	CE	PREFEITURA	URUOCA	MSD	500.000,00
CE1507110040	CE	PREFEITURA	VARZEA ALEGRE	MSD	500.000,00
ES1507111248	ES	PREFEITURA	AGUA DOCE DO NORTE	MSD	500.000,00
ES1307114492	ES	PREFEITURA	BREJETUBA	MSD	500.000,00
ES1507118352	ES	PREFEITURA	CONCEICAO DO CASTELO	MSD	500.000,00
ES1307114897	ES	PREFEITURA	DIVINO DE SAO LOURENCO	MSD	500.000,00
ES1507118225	ES	PREFEITURA	DORES DO RIO PRETO	MSD	500.000,00
ES1507117823	ES	PREFEITURA	ECOPORANGA	MSD	500.000,00
ES1507119625	ES	PREFEITURA	IBATIBA	MSD	500.000,00
ES1207113445	ES	PREFEITURA	SANTA MARIA DE JETIBA	MSD	500.000,00
GO1107113302	GO	GOVERNO	AMARALINA	MSD	500.000,00
GO1207113729	GO	GOVERNO	BALIZA	MSD	500.000,00
GO1207113793	GO	GOVERNO	BURITINOPOLIS	MSD	500.000,00
GO1107113281	GO	GOVERNO	CAMPOS VERDES	MSD	500.000,00
GO1107113298	GO	GOVERNO	CAVALCANTE	MSD	500.000,00
GO1207113434	GO	GOVERNO	DAMIANOPOLIS	MSD	500.000,00
GO1207113727	GO	GOVERNO	DIVINOPOLIS DE GOIAS	MSD	500.000,00
GO1207113882	GO	GOVERNO	FLORES DE GOIAS	MSD	500.000,00
GO1307114353	GO	GOVERNO	GUARANI DE GOIAS	MSD	500.000,00
GO1307114373	GO	GOVERNO	GUARINOS	MSD	500.000,00
GO1307114214	GO	GOVERNO	MAMBAI	MSD	500.000,00
GO1307114164	GO	GOVERNO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	MSD	500.000,00
GO1307114145	GO	GOVERNO	MONTIVIDIU DO NORTE	MSD	500.000,00
GO1207113404	GO	GOVERNO	NOVO PLANALTO	MSD	500.000,00
GO1307114484	GO	GOVERNO	SITIO D'ABADIA	MSD	500.000,00
GO1207113661	GO	GOVERNO	TERESINA DE GOIAS	MSD	500.000,00
GO1307114494	GO	GOVERNO	TROMBAS	MSD	500.000,00
MA1307114113	MA	PREFEITURA	AFONSO CUNHA	MSD	500.000,00
MA1507118285	MA	PREFEITURA	ALDEIAS ALTAS	MSD	500.000,00
MA1507110673	MA	PREFEITURA	ALTAMIRA DO MARANHAO	MSD	500.000,00
MA1507112407	MA	PREFEITURA	ALTO PARNAIBA	MSD	500.000,00
MA1507118897	MA	PREFEITURA	AMARANTE DO MARANHAO	MSD	500.000,00
MA1107113052	MA	PREFEITURA	ANAJATUBA	MSD	500.000,00
MA1407115736	MA	PREFEITURA	ARAIOSES	MSD	500.000,00
MA1507111423	MA	PREFEITURA	BELAGUA	MSD	500.000,00
MA1507112820	MA	PREFEITURA	BOM JARDIM	MSD	500.000,00
MA1507118749	MA	PREFEITURA	BURITI	MSD	500.000,00
MA1507111574	MA	PREFEITURA	CACHOEIRA GRANDE	MSD	500.000,00
MA1507111588	MA	PREFEITURA	CAJAPIO	MSD	500.000,00
MA1507112527	MA	PREFEITURA	CAJARI	MSD	500.000,00
MA1507112868	MA	PREFEITURA	CANDIDO MENDES	MSD	500.000,00
MA1507118491	MA	PREFEITURA	CENTRAL DO MARANHAO	MSD	500.000,00
MA1507112207	MA	PREFEITURA	CENTRO NOVO DO MARANHAO	MSD	500.000,00
MA1507112394	MA	PREFEITURA	COLINAS	MSD	500.000,00
MA1507111479	MA	PREFEITURA	CONCEICAO DO LAGO-ACU	MSD	500.000,00
MA1507110035	MA	PREFEITURA	ICATU	MSD	500.000,00
MA1507110733	MA	PREFEITURA	ITAIPAVA DO GRAJAU	MSD	500.000,00
MA1407117357	MA	PREFEITURA	JATOBA	MSD	500.000,00
MA1507119668	MA	PREFEITURA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	MSD	500.000,00
MA1407117419	MA	PREFEITURA	JOSELANDIA	MSD	500.000,00
MA1507111257	MA	PREFEITURA	LAGO DO JUNCO	MSD	500.000,00
MA1407116371	MA	PREFEITURA	LAGOA DO MATO	MSD	500.000,00
MA1507111310	MA	PREFEITURA	LAGOA GRANDE DO MARANHAO	MSD	500.000,00
MA1407116259	MA	PREFEITURA	MAGALHAES DE ALMEIDA	MSD	500.000,00
MA1207114005	MA	PREFEITURA	MATA ROMA	MSD	500.000,00
MA1407116094	MA	PREFEITURA	MILAGRES DO MARANHAO	MSD	500.000,00
MA1407116676	MA	PREFEITURA	MONCAO	MSD	500.000,00
MA1507111523	MA	PREFEITURA	MONTES ALTOS	MSD	500.000,00
MA1507112320	MA	PREFEITURA	NINA RODRIGUES	MSD	500.000,00
MA1207113370	MA	PREFEITURA	NOVA COLINAS	MSD	500.000,00
MA1407116334	MA	PREFEITURA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	MSD	500.000,00
MA1507119860	MA	PREFEITURA	PASSAGEM FRANCA	MSD	500.000,00
MA1407117008	MA	PREFEITURA	PAULINO NEVES	MSD	500.000,00
MA1507111124	MA	PREFEITURA	PERI MIRIM	MSD	500.000,00
MA1507112068	MA	PREFEITURA	PERITORO	MSD	500.000,00
MA1507112304	MA	PREFEITURA	PIRAPEMAS	MSD	500.000,00
MA1507112633	MA	PREFEITURA	PRESIDENTE VARGAS	MSD	500.000,00
MA1307114653	MA	PREFEITURA	PRIMEIRA CRUZ	MSD	500.000,00
MA1507118301	MA	PREFEITURA	SAMBAIBA	MSD	500.000,00
MA1507112557	MA	PREFEITURA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	MSD	500.000,00
MA1507118607	MA	PREFEITURA	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	MSD	500.000,00
MA1507111911	MA	PREFEITURA	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	MSD	500.000,00
MA1507118138	MA	PREFEITURA	SAO JOAO BATISTA	MSD	500.000,00
MA2806112188	MA	PREFEITURA	SAO JOSE DOS BASILIOS	MSD	500.000,00
MA1507111311	MA	PREFEITURA	SAO ROBERTO	MSD	500.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MA1407116250	MA	PREFEITURA	SATUBINHA	MSD	500.000,00
MA1307114700	MA	PREFEITURA	SUCUPIRA DO NORTE	MSD	500.000,00
MA1507111970	MA	PREFEITURA	TIMBIRAS	MSD	500.000,00
MA1507111846	MA	PREFEITURA	TUFILANDIA	MSD	500.000,00
MA1507119116	MA	PREFEITURA	TURIACU	MSD	500.000,00
MA1507112624	MA	PREFEITURA	VARGEM GRANDE	MSD	500.000,00
MG1507110069	MG	PREFEITURA	AGUAS VERMELHAS	MSD	500.000,00
MG1507119543	MG	PREFEITURA	ARAPONGA	MSD	500.000,00
MG1507117593	MG	PREFEITURA	BRASILIA DE MINAS	MSD	500.000,00
MG1507119260	MG	PREFEITURA	BURITIZEIRO	MSD	500.000,00
MG1507110900	MG	PREFEITURA	CAMPANHA	MSD	500.000,00
MG1407115949	MG	PREFEITURA	CAPELINHA	MSD	500.000,00
MG1507112202	MG	PREFEITURA	CARANGOLA	MSD	500.000,00
MG1507111997	MG	PREFEITURA	CARMO DO RIO CLARO	MSD	500.000,00
MG1407117448	MG	PREFEITURA	CATAS ALTAS DA NORUEGA	MSD	500.000,00
MG1507119547	MG	PREFEITURA	CHAPADA GAUCHA	MSD	500.000,00
MG1507119516	MG	PREFEITURA	CLARO DOS POCOES	MSD	500.000,00
MG1507119748	MG	PREFEITURA	COLUNA	MSD	500.000,00
MG1507111737	MG	PREFEITURA	DIAMANTINA	MSD	500.000,00
MG1307115057	MG	PREFEITURA	DIVISOPOLIS	MSD	500.000,00
MG1507117617	MG	PREFEITURA	DOM BOSCO	MSD	500.000,00
MG1507110136	MG	PREFEITURA	FORMOSO	MSD	500.000,00
MG1407117416	MG	PREFEITURA	GUARACIABA	MSD	500.000,00
MG1507118244	MG	PREFEITURA	ITAOBIM	MSD	500.000,00
MG1507119683	MG	PREFEITURA	ITAVERAVA	MSD	500.000,00
MG1507111869	MG	PREFEITURA	JACINTO	MSD	500.000,00
MG1507117797	MG	PREFEITURA	LAMIM	MSD	500.000,00
MG1507117654	MG	PREFEITURA	LUISLANDIA	MSD	500.000,00
MG1507111133	MG	PREFEITURA	MARLIERIA	MSD	500.000,00
MG1507118938	MG	PREFEITURA	NOVO CRUZEIRO	MSD	500.000,00
MG1407116775	MG	PREFEITURA	NOVORIZONTE	MSD	500.000,00
MG1507111410	MG	PREFEITURA	PADRE PARAISO	MSD	500.000,00
MG1407116213	MG	PREFEITURA	PAI PEDRO	MSD	500.000,00
MG1507112716	MG	PREFEITURA	PIRANGUINHO	MSD	500.000,00
MG0607112563	MG	PREFEITURA	POMPEU	MSD	500.000,00
MG1507118966	MG	PREFEITURA	PONTO DOS VOLANTES	MSD	500.000,00
MG1507118103	MG	PREFEITURA	PORTO FIRME	MSD	500.000,00
MG1507110909	MG	PREFEITURA	POTE	MSD	500.000,00
MG1507110235	MG	PREFEITURA	PRESIDENTE BERNARDES	MSD	500.000,00
MG1507118304	MG	PREFEITURA	QUARTEL GERAL	MSD	500.000,00
MG1307114162	MG	PREFEITURA	SAO GONCALO DO ABAETE	MSD	500.000,00
MG1507119553	MG	PREFEITURA	SAO JOAO DO MANTENINHA	MSD	500.000,00
MG1507119614	MG	PREFEITURA	SAO MIGUEL DO ANTA	MSD	500.000,00
MG1507117688	MG	PREFEITURA	SAO SEBASTIAO DO ANTA	MSD	500.000,00
MG1507119986	MG	PREFEITURA	SERRANOPOLIS DE MINAS	MSD	500.000,00
MG1507111586	MG	PREFEITURA	SETUBINHA	MSD	500.000,00
MG1307114355	MG	PREFEITURA	TURMALINA	MSD	500.000,00
MG1407115743	MG	PREFEITURA	UBAI	MSD	500.000,00
MG1507119783	MG	PREFEITURA	URUANA DE MINAS	MSD	500.000,00
MG1507112705	MG	PREFEITURA	URUCUIA	MSD	500.000,00
MG1207113737	MG	PREFEITURA	VIEIRAS	MSD	500.000,00
MG1507111387	MG	PREFEITURA	VIRGEM DA LAPA	MSD	500.000,00
MS1507112450	MS	PREFEITURA	ANTONIO JOAO	MSD	500.000,00
MS1407115708	MS	PREFEITURA	AQUIDAUANA	MSD	500.000,00
MS1507118877	MS	PREFEITURA	CORONEL SAPUCAIA	MSD	500.000,00
MS0707112646	MS	PREFEITURA	COSTA RICA	MSD	500.000,00
MS1507118407	MS	PREFEITURA	GUIA LOPES DA LAGUNA	MSD	500.000,00
MS1207114026	MS	PREFEITURA	JAPORA	MSD	500.000,00
MS1507112257	MS	PREFEITURA	NIOAQUE	MSD	500.000,00
MS1407116398	MS	PREFEITURA	RIO VERDE DE MATO GROSSO	MSD	500.000,00
MS1507119692	MS	PREFEITURA	SANTA RITA DO PARDO	MSD	500.000,00
MS1407117050	MS	PREFEITURA	SELVIRIA	MSD	500.000,00
MT1407116816	MT	GOVERNO	ARENAPOLIS	MSD	500.000,00
MT1507111550	MT	PREFEITURA	BARAO DE MELGACO	MSD	500.000,00
MT1407117095	MT	PREFEITURA	BRASNORTE	MSD	500.000,00
MT0807112867	MT	PREFEITURA	CARLINDA	MSD	500.000,00
MT1507111900	MT	PREFEITURA	NOVA BANDEIRANTES	MSD	500.000,00
MT1407116838	MT	PREFEITURA	NOVA XAVANTINA	MSD	500.000,00
MT1507110345	MT	PREFEITURA	NOVO SAO JOAQUIM	MSD	500.000,00
MT1507110196	MT	GOVERNO	PONTE BRANCA	MSD	500.000,00
MT1507110082	MT	PREFEITURA	POXOREU	MSD	500.000,00
MT1507119765	MT	PREFEITURA	RIO BRANCO	MSD	500.000,00
MT1507111570	MT	GOVERNO	SANTA TEREZINHA	MSD	500.000,00
PA1507118395	PA	PREFEITURA	ABEL FIGUEIREDO	MSD	500.000,00
PA1507112481	PA	PREFEITURA	AUGUSTO CORREA	MSD	500.000,00
PA1407115365	PA	PREFEITURA	BAIAO	MSD	500.000,00
PA1407116712	PA	PREFEITURA	BANNACH	MSD	500.000,00
PA1507112582	PA	PREFEITURA	BOM JESUS DO TOCANTINS	MSD	500.000,00
PA1507112322	PA	PREFEITURA	BONITO	MSD	500.000,00
PA1507112587	PA	PREFEITURA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	MSD	500.000,00
PA1507119666	PA	PREFEITURA	CHAVES	MSD	500.000,00
PA1507111107	PA	PREFEITURA	COLARES	MSD	500.000,00
PA1507111780	PA	PREFEITURA	CONCORDIA DO PARA	MSD	500.000,00
PA1507111297	PA	PREFEITURA	CURUA	MSD	500.000,00
PA1507119575	PA	PREFEITURA	FARO	MSD	500.000,00
PA1207113523	PA	PREFEITURA	FLORESTA DO ARAGUAIA	MSD	500.000,00
PA1407117160	PA	PREFEITURA	GARRAFAO DO NORTE	MSD	500.000,00
PA1507111162	PA	PREFEITURA	IGARAPE-ACU	MSD	500.000,00
PA1507111886	PA	PREFEITURA	IRITUIA	MSD	500.000,00
PA1307114134	PA	PREFEITURA	JACAREACANGA	MSD	500.000,00
PA1507111219	PA	PREFEITURA	MAE DO RIO	MSD	500.000,00
PA1507111308	PA	PREFEITURA	MARAPANIM	MSD	500.000,00
PA1507110177	PA	PREFEITURA	MEDICILANDIA	MSD	500.000,00
PA1507111526	PA	PREFEITURA	MELGACO	MSD	500.000,00
PA1307115116	PA	PREFEITURA	MOCAJUBA	MSD	500.000,00
PA1507111341	PA	PREFEITURA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	MSD	500.000,00
PA1507111357	PA	PREFEITURA	NOVA TIMBOTEUA	MSD	500.000,00
PA1507112741	PA	PREFEITURA	OEIRAS DO PARA	MSD	500.000,00
PA1507119967	PA	PREFEITURA	OURILANDIA DO NORTE	MSD	500.000,00
PA1507110806	PA	PREFEITURA	PACAJA	MSD	500.000,00
PA1507119356	PA	PREFEITURA	PALESTINA DO PARA	MSD	500.000,00
PA1507119770	PA	PREFEITURA	PEIXE BOI	MSD	500.000,00
PA1507111978	PA	PREFEITURA	PICARRA	MSD	500.000,00
PA1407115773	PA	PREFEITURA	PORTO DE MOZ	MSD	500.000,00
PA1407116093	PA	PREFEITURA	SALINOPOLIS	MSD	500.000,00
PA1507111470	PA	PREFEITURA	SANTA LUZIA DO PARA	MSD	500.000,00
PA1507119207	PA	PREFEITURA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	MSD	500.000,00
PA1507112280	PA	PREFEITURA	SAO DOMINGOS DO CAPIM	MSD	500.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PA1507112442	PA	PREFEITURA	SAO GERALDO DO ARAGUAIA	MSD	500.000,00
PA1507111511	PA	PREFEITURA	SAO JOÃO DA PONTA	MSD	500.000,00
PA1507112693	PA	PREFEITURA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	MSD	500.000,00
PA1307114199	PA	PREFEITURA	SAPUCAIA	MSD	500.000,00
PA1507119617	PA	PREFEITURA	SENADOR JOSE PORFIRIO	MSD	500.000,00
PA1507110224	PA	PREFEITURA	TERRA SANTA	MSD	500.000,00
PA1507111535	PA	PREFEITURA	TRACUATEUA	MSD	500.000,00
PA1507110883	PA	PREFEITURA	TRAIRAO	MSD	500.000,00
PB1407117288	PB	PREFEITURA	ALCANTIL	MSD	500.000,00
PB1507117988	PB	PREFEITURA	ALGODAO DE JANDAIRA	MSD	500.000,00
PB1507111295	PB	PREFEITURA	AROEIRAS	MSD	500.000,00
PB1507119886	PB	PREFEITURA	BONITO DE SANTA FE	MSD	500.000,00
PB1407115566	PB	PREFEITURA	CAMALAU	MSD	500.000,00
PB1507118430	PB	PREFEITURA	CUITE	MSD	500.000,00
PB1507111366	PB	PREFEITURA	GADO BRAVO	MSD	500.000,00
PB1507112159	PB	PREFEITURA	LAGOA DE DENTRO	MSD	500.000,00
PB1507111045	PB	PREFEITURA	MARI	MSD	500.000,00
PB1507118495	PB	PREFEITURA	MATINHAS	MSD	500.000,00
PB1507112467	PB	PREFEITURA	MONTE HOREBE	MSD	500.000,00
PB1507118263	PB	PREFEITURA	NATUBA	MSD	500.000,00
PB1507112589	PB	PREFEITURA	NAZAREZINHO	MSD	500.000,00
PB1507112440	PB	PREFEITURA	NOVA OLINDA	MSD	500.000,00
PB1507111624	PB	PREFEITURA	OLHO D'AGUA	MSD	500.000,00
PB1507111146	PB	PREFEITURA	PEDRAS DE FOGO	MSD	500.000,00
PB1307114775	PB	PREFEITURA	POCO DANTAS	MSD	500.000,00
PB1507117924	PB	PREFEITURA	SANTA HELENA	MSD	500.000,00
PB1407116606	PB	PREFEITURA	SAO FRANCISCO	MSD	500.000,00
PB1207113786	PB	PREFEITURA	SAO JOAO DO TIGRE	MSD	500.000,00
PB1507118067	PB	PREFEITURA	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	MSD	500.000,00
PB1507118158	PB	PREFEITURA	SERIDO	MSD	500.000,00
PB1507112544	PB	PREFEITURA	VIEIROPOLIS	MSD	500.000,00
PE1507111731	PE	PREFEITURA	AFRANIO	MSD	500.000,00
PE1507119153	PE	PREFEITURA	ALAGOINHA	MSD	500.000,00
PE1107113079	PE	PREFEITURA	ALIANCA	MSD	500.000,00
PE1507110552	PE	PREFEITURA	BARRA DE GUABIRABA	MSD	500.000,00
PE1507117727	PE	PREFEITURA	BELEM DE MARIA	MSD	500.000,00
PE0807112924	PE	PREFEITURA	BODOCO	MSD	500.000,00
PE1207113517	PE	PREFEITURA	BREJINHO	MSD	500.000,00
PE1507119432	PE	GOVERNO	BUENOS AIRES	MSD	500.000,00
PE1507118471	PE	PREFEITURA	CALCADO	MSD	500.000,00
PE1507112559	PE	PREFEITURA	CALUMBI	MSD	500.000,00
PE1407117371	PE	PREFEITURA	CAMUTANGA	MSD	500.000,00
PE0807112901	PE	PREFEITURA	CAPOEIRAS	MSD	500.000,00
PE1507110446	PE	PREFEITURA	CATENDE	MSD	500.000,00
PE0507112510	PE	PREFEITURA	CEDRO	MSD	500.000,00
PE1507112445	PE	PREFEITURA	DORMENTES	MSD	500.000,00
PE1407116192	PE	PREFEITURA	FEIRA NOVA	MSD	500.000,00
PE1507119639	PE	PREFEITURA	FERREIROS	MSD	500.000,00
PE1507111262	PE	PREFEITURA	GRANITO	MSD	500.000,00
PE1507111436	PE	PREFEITURA	IBIRAJUBA	MSD	500.000,00
PE1507111085	PE	PREFEITURA	IPUBI	MSD	500.000,00
PE1407115276	PE	PREFEITURA	ITAMBE	MSD	500.000,00
PE1507111868	PE	PREFEITURA	JOAO ALFREDO	MSD	500.000,00
PE1507117793	PE	PREFEITURA	JUPI	MSD	500.000,00
PE1507117580	PE	PREFEITURA	JUREMA	MSD	500.000,00
PE1407115195	PE	PREFEITURA	LAGOA DOS GATOS	MSD	500.000,00
PE1507112235	PE	PREFEITURA	MACHADOS	MSD	500.000,00
PE1407115649	PE	PREFEITURA	MARAIAL	MSD	500.000,00
PE1307115157	PE	PREFEITURA	MOREILANDIA	MSD	500.000,00
PE1407115724	PE	PREFEITURA	PARNAMIRIM	MSD	500.000,00
PE1407115690	PE	PREFEITURA	PEDRA	MSD	500.000,00
PE1407116149	PE	PREFEITURA	POCAO	MSD	500.000,00
PE1507112187	PE	PREFEITURA	QUIXABA	MSD	500.000,00
PE1507110830	PE	PREFEITURA	SAO BENEDITO DO SUL	MSD	500.000,00
PE1407115561	PE	PREFEITURA	SAO JOAO	MSD	500.000,00
PE1407117185	PE	PREFEITURA	SAO JOSE DO EGITO	MSD	500.000,00
PE1507112401	PE	PREFEITURA	SAO VICENTE FERRER	MSD	500.000,00
PE1507118069	PE	PREFEITURA	TABIRA	MSD	500.000,00
PE0807112915	PE	PREFEITURA	VENTUROSA	MSD	500.000,00
PE1507119578	PE	PREFEITURA	VERDEJANTE	MSD	500.000,00
PI0807112795	PI	PREFEITURA	ASSUNCAO DO PIAUI	MSD	500.000,00
PI1407117221	PI	PREFEITURA	CAMPO LARGO DO PIAUI	MSD	500.000,00
PI0807112822	PI	PREFEITURA	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	MSD	500.000,00
PI1407116995	PI	PREFEITURA	CARACOL	MSD	500.000,00
PI1507110889	PI	PREFEITURA	CRISTALANDIA DO PIAUI	MSD	500.000,00
PI1507111514	PI	PREFEITURA	CURRAIS	MSD	500.000,00
PI1507118206	PI	PREFEITURA	ISAIAS COELHO	MSD	500.000,00
PI1507110835	PI	PREFEITURA	LAGOA DE SAO FRANCISCO	MSD	500.000,00
PI0807112914	PI	PREFEITURA	LAGOA DO BARRO DO PIAUI	MSD	500.000,00
PI1107113186	PI	PREFEITURA	LAGOA DO SITIO	MSD	500.000,00
PI1407116743	PI	PREFEITURA	MADEIRO	MSD	500.000,00
PI1207113817	PI	PREFEITURA	MILTON BRANDAO	MSD	500.000,00
PI1507118747	PI	PREFEITURA	MURICI DOS PORTELAS	MSD	500.000,00
PI1307115111	PI	PREFEITURA	NAZARE DO PIAUI	MSD	500.000,00
PI0607112618	PI	PREFEITURA	NOVA SANTA RITA	MSD	500.000,00
PI1407115608	PI	PREFEITURA	PEDRO LAURENTINO	MSD	500.000,00
PI1407116232	PI	PREFEITURA	RIACHO FRIO	MSD	500.000,00
PI1107113290	PI	PREFEITURA	RIBEIRA DO PIAUI	MSD	500.000,00
PI1507112000	PI	PREFEITURA	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	MSD	500.000,00
PI1507117573	PI	PREFEITURA	SAO JOAO DO ARRAIAL	MSD	500.000,00
PI0507112425	PI	PREFEITURA	SAO MIGUEL DO FIDALGO	MSD	500.000,00
PI1107112998	PI	PREFEITURA	SAO MIGUEL DO TAPUIO	MSD	500.000,00
PI1407117328	PI	PREFEITURA	SEBASTIAO BARROS	MSD	500.000,00
PI1407116928	PI	PREFEITURA	VARZEA BRANCA	MSD	500.000,00
PI1507119412	PI	PREFEITURA	VERA MENDES	MSD	500.000,00
PR1507119581	PR	PREFEITURA	ALTAMIRA DO PARANA	MSD	500.000,00
PR1507110549	PR	PREFEITURA	ALVORADA DO SUL	MSD	500.000,00
PR1507110561	PR	PREFEITURA	CAMPINA DA LAGOA	MSD	500.000,00
PR0607112571	PR	PREFEITURA	CHOPINZINHO	MSD	500.000,00
PR1507111210	PR	PREFEITURA	DIAMANTE DO SUL	MSD	500.000,00
PR0707112655	PR	PREFEITURA	FLOR DA SERRA DO SUL	MSD	500.000,00
PR1407116598	PR	PREFEITURA	GENERAL CARNEIRO	MSD	500.000,00
PR1307114830	PR	PREFEITURA	GODOY MOREIRA	MSD	500.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PR1706112136	PR	PREFEITURA	GOIOXIM	MSD	500.000,00
PR1407115229	PR	PREFEITURA	GUARANIACU	MSD	500.000,00
PR1507111783	PR	PREFEITURA	IPIRANGA	MSD	500.000,00
PR1507119513	PR	PREFEITURA	JAGUARIAIVA	MSD	500.000,00
PR1507110955	PR	PREFEITURA	JANIOPOLIS	MSD	500.000,00
PR1407116835	PR	PREFEITURA	JUNDIAI DO SUL	MSD	500.000,00
PR1507119480	PR	PREFEITURA	LARANJEIRAS DO SUL	MSD	500.000,00
PR1507118590	PR	PREFEITURA	MAMBORE	MSD	500.000,00
PR1507117893	PR	PREFEITURA	MANFRINOPOLIS	MSD	500.000,00
PR1507118830	PR	PREFEITURA	MARQUINHO	MSD	500.000,00
PR1507110369	PR	PREFEITURA	NOVA CANTU	MSD	500.000,00
PR1507111304	PR	PREFEITURA	PALMEIRA	MSD	500.000,00
PR1507110519	PR	PREFEITURA	PORTO BARREIRO	MSD	500.000,00
PR0807112911	PR	PREFEITURA	QUEDAS DO IGUACU	MSD	500.000,00
PR1307114111	PR	PREFEITURA	RIO AZUL	MSD	500.000,00
PR1507110531	PR	PREFEITURA	SALGADO FILHO	MSD	500.000,00
PR1507119388	PR	PREFEITURA	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	MSD	500.000,00
PR1507119695	PR	PREFEITURA	SAO MATEUS DO SUL	MSD	500.000,00
PR1107113270	PR	PREFEITURA	TRES BARRAS DO PARANA	MSD	500.000,00
RJ1407115504	RJ	PREFEITURA	ARMACAO DE BUZIOS	MSD	500.000,00
RJ1507111458	RJ	PREFEITURA	ARRAIAL DO CABO	MSD	500.000,00
RJ1507118165	RJ	PREFEITURA	CARMO	MSD	500.000,00
RJ1507111579	RJ	PREFEITURA	IGUABA GRANDE	MSD	500.000,00
RJ1407117242	RJ	PREFEITURA	ITAOCARA	MSD	500.000,00
RJ1507118797	RJ	PREFEITURA	MIRACEMA	MSD	500.000,00
RJ1407116616	RJ	PREFEITURA	SAO SEBASTIAO DO ALTO	MSD	500.000,00
RN1507111075	RN	PREFEITURA	ANTONIO MARTINS	MSD	500.000,00
RN1307114712	RN	PREFEITURA	ARES	MSD	500.000,00
RN1507111169	RN	PREFEITURA	BODO	MSD	500.000,00
RN1507110494	RN	PREFEITURA	CAICARA DO NORTE	MSD	500.000,00
RN1507119196	RN	PREFEITURA	CAMPO GRANDE	MSD	500.000,00
RN1507112452	RN	PREFEITURA	CARAUBAS	MSD	500.000,00
RN1507112391	RN	PREFEITURA	DOUTOR SEVERIANO	MSD	500.000,00
RN1507111621	RN	PREFEITURA	FRUTUOSO GOMES	MSD	500.000,00
RN1507118472	RN	PREFEITURA	LAGOA DANTA	MSD	500.000,00
RN1507112564	RN	PREFEITURA	LAGOA NOVA	MSD	500.000,00
RN1507110894	RN	PREFEITURA	LUIS GOMES	MSD	500.000,00
RN1507112520	RN	PREFEITURA	POCO BRANCO	MSD	500.000,00
RN1507119117	RN	PREFEITURA	RIACHUELO	MSD	500.000,00
RN1507118033	RN	PREFEITURA	SAO BENTO DO TRAIRI	MSD	500.000,00
RN1507110119	RN	PREFEITURA	SAO JOSE DO CAMPESTRE	MSD	500.000,00
RN1507111536	RN	PREFEITURA	SERRA DE SAO BENTO	MSD	500.000,00
RN1507112523	RN	PREFEITURA	SERRINHA DOS PINTOS	MSD	500.000,00
RN0707112695	RN	PREFEITURA	TANGARA	MSD	500.000,00
RO1407117440	RO	PREFEITURA	CAMPO NOVO DE RONDONIA	MSD	500.000,00
RO1507118555	RO	PREFEITURA	CASTANHEIRAS	MSD	500.000,00
RO1407115389	RO	PREFEITURA	COSTA MARQUES	MSD	500.000,00
RO1507118422	RO	PREFEITURA	ESPIGAO D'OESTE	MSD	500.000,00
RO1507111681	RO	PREFEITURA	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	MSD	500.000,00
RR1607112882	RR	PREFEITURA	ALTO ALEGRE	MSD	500.000,00
RR1507111565	RR	PREFEITURA	AMAJARI	MSD	500.000,00
RR1307114194	RR	PREFEITURA	NORMANDIA	MSD	500.000,00
RR1507112691	RR	PREFEITURA	SAO JOAO DA BALIZA	MSD	500.000,00
RS1507111926	RS	PREFEITURA	ALEGRIA	MSD	500.000,00
RS1407116206	RS	PREFEITURA	ARROIO DO TIGRE	MSD	500.000,00
RS1507112436	RS	PREFEITURA	BOA VISTA DAS MISSOES	MSD	500.000,00
RS1407115260	RS	PREFEITURA	CAICARA	MSD	500.000,00
RS1407115582	RS	PREFEITURA	CHUVISCA	MSD	500.000,00
RS1507118699	RS	PREFEITURA	CONSTANTINA	MSD	500.000,00
RS1307114776	RS	PREFEITURA	FORMIGUEIRO	MSD	500.000,00
RS1407115354	RS	PREFEITURA	GARRUCHOS	MSD	500.000,00
RS1407116977	RS	PREFEITURA	IBIRAPUITA	MSD	500.000,00
RS1507118822	RS	PREFEITURA	JAGUARI	MSD	500.000,00
RS1507110243	RS	PREFEITURA	JARI	MSD	500.000,00
RS1507110738	RS	PREFEITURA	LAJEADO DO BUGRE	MSD	500.000,00
RS1307114204	RS	PREFEITURA	MATA	MSD	500.000,00
RS1207113957	RS	PREFEITURA	MIRAGUAI	MSD	500.000,00
RS1507119446	RS	PREFEITURA	PINHAL	MSD	500.000,00
RS1507110251	RS	PREFEITURA	PINHEIRINHO DO VALE	MSD	500.000,00
RS1507117917	RS	PREFEITURA	PORTO LUCENA	MSD	500.000,00
RS1507117649	RS	PREFEITURA	PORTO XAVIER	MSD	500.000,00
RS1507117679	RS	PREFEITURA	ROQUE GONZALES	MSD	500.000,00
RS1207113393	RS	PREFEITURA	SAO JOSE DAS MISSOES	MSD	500.000,00
RS1507111394	RS	PREFEITURA	SAO MIGUEL DAS MISSOES	MSD	500.000,00
RS1507110526	RS	PREFEITURA	TUNAS	MSD	500.000,00
RS1507110732	RS	PREFEITURA	VICENTE DUTRA	MSD	500.000,00
SC1307114378	SC	PREFEITURA	ANITA GARIBALDI	MSD	500.000,00
SC1307114559	SC	PREFEITURA	BOCAINA DO SUL	MSD	500.000,00
SC0807112875	SC	PREFEITURA	BRUNOPOLIS	MSD	500.000,00
SC1207113322	SC	PREFEITURA	ENTRE RIOS	MSD	500.000,00
SC1507111890	SC	PREFEITURA	IRANI	MSD	500.000,00
SC1407116370	SC	PREFEITURA	MAJOR GERCINO	MSD	500.000,00
SC1307114839	SC	PREFEITURA	MONTE CARLO	MSD	500.000,00
SC1307114543	SC	PREFEITURA	PALMITOS	MSD	500.000,00
SC1407116983	SC	PREFEITURA	PONTE SERRADA	MSD	500.000,00
SC1507119264	SC	PREFEITURA	PORTO UNIAO	MSD	500.000,00
SE1407115464	SE	PREFEITURA	CRISTINAPOLIS	MSD	500.000,00
SE1507119050	SE	PREFEITURA	PACATUBA	MSD	500.000,00
SP1207113794	SP	PREFEITURA	BARRA DO TURVO	MSD	500.000,00
SP1407115383	SP	PREFEITURA	CAFELANDIA	MSD	500.000,00
SP1507110972	SP	PREFEITURA	ELDORADO	MSD	500.000,00
SP1507111618	SP	PREFEITURA	PEDRO DE TOLEDO	MSD	500.000,00
SP1507111060	SP	PREFEITURA	SETE BARRAS	MSD	500.000,00
TO1507111158	TO	PREFEITURA	CAMPOS LINDOS	MSD	500.000,00
TO1507119144	TO	PREFEITURA	ESPERANTINA	MSD	500.000,00
TO1507118259	TO	PREFEITURA	GOIATINS	MSD	500.000,00
TO1407116440	TO	PREFEITURA	JUARINA	MSD	500.000,00
TO1507111192	TO	PREFEITURA	LIZARDA	MSD	500.000,00
TO1507118556	TO	PREFEITURA	PRAIA NORTE	MSD	500.000,00
TO1507118286	TO	PREFEITURA	RIO SONO	MSD	500.000,00
TO1507111103	TO	PREFEITURA	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	MSD	500.000,00
TO1507119840	TO	PREFEITURA	TOCANTINIA	MSD	500.000,00
TO1507112810	TO	PREFEITURA	TUPIRATINS	MSD	500.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 854, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.318, de 30 de setembro de 2011, que redefine no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos; e

Considerando a Deliberação CIB-SUS/PB nº 221 de 21 de Novembro de 2011, da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, resolve:

Art. 1º Estabelecer a redefinição do limite financeiro dos recursos para a execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado da Paraíba, referente aos Componentes I - Cirurgias de Catarata, Componente II - Especialidades e Procedimentos Prioritários e o Componente III- Outros Procedimentos, conforme o Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo serão transferidos ao Estado e aos Municípios em parcela única, excepcionalmente, na competência setembro de 2011.

Art. 2º Instruir que a redefinição dos recursos transferidos por meio desta Portaria não acarrete impacto no limite financeiro global do Estado.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

ANEXO

Código IBGE	Município	COMP. I	COMP. II	COMP. III	TOTAL
250180	Bayeux	50.154,00	0,00	21.410,46	71.564,46
250320	Cabedelo	35.365,00	99.128,40	104.559,37	239.052,77
250400	Campina Grande	398.017,00	109.433,88	245.500,94	752.951,82
250430	Catolé Do Rocha	19.933,00	20.233,20	20.948,26	61.114,46
250435	Conceição	99.022,00	31.222,28	150.430,13	280.674,41
250750	João Pessoa	398.017,00	386.929,01	471.887,48	1.256.833,49
250920	Maçaranduba	0,00	130.105,35	0,00	130.105,35
250970	Monteiro	99.022,00	58.434,30	48.147,10	205.603,40
251130	Piancó	0,00	97.094,60	0,00	97.094,60
251140	Picuí	99.022,00	30.843,00	53.712,20	183.577,20
251210	Pombal	104.809,00	30.843,00	56.440,44	192.092,44
251370	Santa Rita	99.022,00	21.751,65	52.489,39	173.263,04
251530	Sapé	104.809,00	30.843,00	59.655,44	195.307,44
251390	São Bento	13.503,00	14.419,80	6.032,95	33.955,75
251630	Sumé	59.156,00	39.454,71	31.166,40	129.777,11
GESTÃO MUNICIPAL		1.579.851,00	1.100.736,18	1.322.380,56	4.002.967,74
GESTÃO ESTADUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.579.851,00	1.100.736,18	1.322.380,56	4.002.967,74

PORTARIA Nº 855, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Declara prejudicada a Representação Administrativa apresentada contra a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora de Fátima e Beneficência Portuguesa de Araraquara.

A Secretária da Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando o disposto no Parágrafo único do art. 37 da Medida Provisória n° 446, de 7 de novembro de 2008, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Parecer n° 1.208/2011/FB/COGEJUR/ CONJUR-MS/CGU/AGU, de 25 de outubro de 2011;

Considerando a Nota DECOR/CGU/AGU n° 180/2009-JGAS, de 17 de setembro de 2009; e

Considerando a sentença de mérito proferida nos autos da ação judicial n° 2009.34.00.005125-0, exarada pela Exma. Sra. Juíza da 2ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Declarar prejudicada a Representação Administrativa n° 37298.000309/2006-15, apresentada contra a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora de Fátima e Beneficência Portuguesa de Araraquara, inscrita no CNPJ Nº 43.965.573/0001-62, CNES Nº 2081156, com sede em Araraquara/SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 856, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei Nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto Nº 2.268, de 30 de junho de 1997; e na Portaria GM/MS Nº 2.600, de 21 de outubro de 2009.

Considerando a Resolução - RDC Nº 67, de 30 de setembro de 2008;

Considerando a avaliação da secretaria de estado da saúde do Espírito Santo;

Considerando a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Local; e

Considerando a análise técnica da Secretaria de atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada/Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplantes, resolve:

Art. 1º - Conceder renovação de autorização ao Banco de tecido ocular humano do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13
ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT 3 51 03 ES 01
II - denominação: HUCAM - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, UFES;
III - CGC: 32.479.164/0001-30;
IV - CNES: 4044916;
V- endereço: Avenida Marechal Campos -1355- Santos Dumont -Vitória/ES - CEP: 29.040-091.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 857, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Portaria GM/MS Nº 1.312, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria de Saúde do Estado do Paraná/CNCDO - PR em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Alterar a classificação do estabelecimento de saúde abaixo, habilitado para realização dos exames de Histocompatibilidade Tipo I relacionado na Portaria GM/MS Nº 1.313, 30 de novembro de 2000, para Laboratório de Histocompatibilidade Tipo I e II:

PARANÁ

RAZÃO SOCIAL	CGC
HISTOCOM - Atividades Médicas Ltda.	CGC: 78.965.084/0001-76 CNES: 2578298.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 858, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei Nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto Nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS Nº 2.600, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
ALAGOAS

I - Nº do SNT: 2 11 06 AL 01
II - denominação: Instituto de Olhos de Maceió;
III - CGC: 00.122.256/0001-71;
IV - CNES: 2006979;
V- endereço: Rua Comendador Palmeira, n° 122, Bairro: Farol, Maceió/AL, CEP: 57.051-150.

Art. 2º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde abaixo identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 02 MG 38
II - responsável técnico: Eloy Augusto Chicata Cardenas, oftalmologista, CRM 22075.

I - Nº do SNT 1 11 02 MG 34
II - responsável técnico: Gustavo Ferreira Capanema Almeida, oftalmologista, CRM 24783;
III - membro: Odair Guimarães, oftalmologista, CRM 6854;
IV - membro: Raíssa de Aguiar Miranda, oftalmologista, CRM 31504;
V - membro: Izabela Savassi Guimarães, oftalmologista, CRM 31384

Art. 3º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde abaixo identificada:

RIM: 24.08
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 01 11 RJ 37
II- responsável técnico: Emilio Hage Karam Filho, urologista, CRM 52444399;
III - membro: Fabio de Almeida Leal, cirurgião vascular, CRM 52549865;
IV - membro: Frederico Ruzany, nefrologista, CRM 52124647;
V - membro: Jose Hermogenes Rocco Suassuna, nefrologista, CRM 52356019;
VI - membro: Patricia Santiago da Silva, nefrologista, CRM 52698458.

Art. 4º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde abaixo identificadas:

RIM: 24.08
BAHIA

I - Nº do SNT 1 01 00 BA 08
II- responsável técnico: Neyde Vinhático Pontes, nefrologista, CRM 7846;
III - membro: Almir Alexandrino do Nascimento, nefrologista, CRM 5772;
IV - membro: Fernando Elias de Oliveira Cruz, urologista, CRM 4944;
V - membro: Vilson Martins Jorge Cruz, urologista, CRM 11125.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 01 99 RJ 12
II- responsável técnico: Jocemir Ronaldo Lugon, nefrologista, CRM 52244929;
III - membro: Paulo Alexandre Menezes, nefrologista, CRM 5229250;
IV - membro: Jose Genilson Alves Ribeiro, urologista, CRM 52410638;
V - membro: Ângelo Maurílio Fosse Júnior, urologista, CRM 52688746;
VI - membro: Heleno Augusto Moreira da Silva, urologista, CRM 52781533;
VII - membro: Flavio Rondinelli de Sá, urologista, CRM 52654574;
VII - membro: João Alves Bezerra Neto, urologista, CRM 52538092;
VIII - membro: Bruno Oliveira Antonio da Silva, cirurgião geral, CRM 52796069.

Art. 5º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculoesquelético à equipe de saúde abaixo identificada:

TECIDO MÚSCULOESQUELÉTICO: 24.22
RIO DE JANEIRO
I - Nº do SNT 1 12 11 RJ 09
II - responsável técnico: América Maria Mendonça Limoeiro, ortopedista, CRM 52242971.

Art. 6º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculoesquelético à equipe de saúde abaixo identificada:

TECIDO MÚSCULOESQUELÉTICO: 24.22
RIO DE JANEIRO
I - Nº do SNT 1 12 09 RJ 06
II - responsável técnico: Ana Cristina de Sá Lopes, ortopedista, CRM 52550199.

Art. 7º - Estabelecer que as renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade pelo prazo de dois anos a contar da publicação desta Portaria, em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto Nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria GM/MS Nº 2.600, de 21 de outubro de 2009.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 859, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei Nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto Nº 2.268, de 30 de junho de 1997; e na Portaria GM/MS Nº 2.600, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS Nº 407, de 20 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU Nº 162, de 24 de agosto de 2010, Seção 1, página 92, os membros abaixo conforme Nº do SNT 1 12 99 SP 35:

TECIDO MÚSCULOESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 99 SP 35
II - membro: Daniel Cesar Seguel Rebolledo, ortopedista, CRM 104291;
III - membro: Luis Filipe Marque Correia, ortopedista, CRM 107583.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 860, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei Nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto Nº 2.268, de 30 de junho de 1997; e na Portaria GM/MS Nº 2.600, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT - tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS Nº 628, de 18 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU Nº 221, de 19 de novembro de 2010, Seção 1, página 65, o membro abaixo conforme Nº do SNT 1 01 02 MG 51:

RIM:24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 02 MG 51
II - membro: Conrado Leonel Menezes, urologista, CRM 42201.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 861, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei Nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto Nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria GM/MS Nº 2.600, de 21 de outubro de 2009.

Considerando a Resolução - RDC Nº 67, de 30 de setembro de 2008;

Considerando a avaliação da secretaria de estado da saúde de São Paulo;

Considerando a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Local; e

Considerando a análise técnica da Secretaria de atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada/Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes, resolve:

Art. 1º Conceder renovação de autorização ao Banco de tecido ocular humano do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 3 51 07 SP 09
II - denominação: Banco de Olhos de Sorocaba/ BOS São Paulo;
III - CGC: 50.795.566/0007-10;
IV - CNES: 5281482;
V- endereço: Avenida Celso Garcia -4815- São Paulo/SP - CEP: 03.063-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 862, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei n º 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; no Decreto Nº 2.268, de 30 de junho de 1997; e na Portaria GM/MS Nº 2.600, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 11 SP 23
II - denominação: Hospital Nossa Senhora de Lourdes;
III - CGC: 60.875.226/0001-68;
IV - CNES: 2089599;
V- endereço: Rua das Perobas, n° 344, Bairro: Jabaquara, São Paulo/SP, CEP: 04.321-120.

Art. 2º Conceder autorização para realizar retirada e transplante de rim/pâncreas conjugado ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

RIM/PÂNCREAS: 24.05
ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT: 2 31 11 ES 02
II - denominação: Hospital Meridional S/A;
III - CGC: 00.625.711/0001-51;
IV - CNES: 2494450;
V- endereço: Rua São João Batista, n° 200, Bairro: Trevo de Alto Lage, Cariacica/ES, CEP: 29.151-920.

Art. 3º Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculoesquelético ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

TECIDO MÚSCULOESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 12 11 SP 24
II - denominação: Associação Beneficente Hospital Universitário;
III - CGC: 09.528.436/0001-22;
IV - CNES: 5860490;
V- endereço: Rua Dr. Próspero Cecílio Coimbra, n° 80, Bairro: Capos Universitário, Marília/SP, CEP: 17.525-160.

Art. 4º Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

RIM: 24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 01 99 MG 05
II - denominação: Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia;
III - CGC: 25.648.387/0001-18;
IV - CNES: 2146355;
V- endereço: Avenida Pará, n°. 1720, Bairro: Umuarama, Uberlândia/MG, CEP: 38.405-320.

Art. 5º Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim/pâncreas conjugado ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

RIM/PÂNCREAS: 24.05
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 31 01 SP 05
II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo;
III - CGC: 62.779.145/0001-90;
IV - CNES: 2688689;
V- endereço: Rua Dr. Cesário Mota Junior, n° 112, Bairro: Vila Buarque, São Paulo/SP, CEP: 01.221-900.

Art. 6º Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

PÂNCREAS: 24.04
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 32 01 SP 05
II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo;
III - CGC: 62.779.145/0001-90;
IV - CNES: 2688689;
V- endereço: Rua Dr. Cesário Mota Junior, n° 112, Bairro: Vila Buarque, São Paulo/SP, CEP: 01.221-900.

Art. 7º Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculoesquelético aos estabelecimentos de saúde abaixo identificados:

TECIDO MÚSCULOESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 12 07 SP 08
II - denominação: Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD;
III - CGC: 60.979.457/0001-11;
IV - CNES: 2077655;
V- endereço: Av. Professor Ascendino Reis, n° 724, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.027-000.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 12 07 SC 04
II - denominação: Fundação Hospitalar de Blumenau - Hospital Santo Antônio;
III - CGC: 82.654.088/0001-20;
IV - CNES: 2558254;
V- endereço: Rua Itajaí, n° 545, Bairro: Vorstadt, Blumenau/SC, CEP: 89.015-200.

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 12 04 PR 08
II - denominação: Hospital do Trabalhador;
III - CGC: 78.350.188/0004-38;
IV - CNES: 15369;
V- endereço: Av. República Argentina, n° 4406, Bairro: Novo Mundo, Curitiba/PR, CEP: 81.050-000.

Art. 8º Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde abaixo identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 09 SP 21
II - denominação: Hospital Santa Helena;
III - CGC: 06.033.403/0001-13;
IV - CNES: 3528596;
V- endereço: Rua Manoel Vaz, n° 59, Bairro: Vila Alzira, Santo André/SP, CEP: 09.015-410.

I - Nº do SNT: 2 11 01 SP 22
II - denominação: Instituto F. Raskin Ltda;
III - CGC: 59.013.136/0001-89;
IV - CNES: 3301052;
V- endereço: Rua Mário Siqueira, n° 301, Bairro: Guanabara, Campinas/SP, CEP: 13.020-210.

I - Nº do SNT: 2 11 09 SP 12
II - denominação: Santa Casa da Misericórdia de Assis;
III - CGC: 44.364.826/0001-05;
IV - CNES: 2081083;
V- endereço: Praça Dr. Symphrônio Alves dos Santos, n° 166, Bairro: Centro, Assis/SP, CEP: 19.814-015.

Art. 9º Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 07 SP 21
II - denominação: Instituto de Oncologia Pediátrica - IOP - GRAACC;
III - CGC: 67.185.694/0001-50;
IV - CNES: 2089696;
V- endereço: Rua Botucatu, Nº. 743, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.023-062.

Art. 10 Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 21 01 PR 05
II - denominação: Hospital Erasto Gaertner;
III - CGC: 76.591.049/0001-28;
IV - CNES: 0015644;
V- endereço: Rua Doutor Ovande do Amaral, Nº. 201, Bairro: Jardim das Américas, Curitiba/PR, CEP: 81.520-060.

Art. 11 Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde abaixo identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 11 MG 38
II - responsável técnico: Flávio Jaime da Costa, oftalmologista, CRM 27404;
III - membro: Christian Bertarini Marques, oftalmologista, CRM 32602;
IV - membro: Hailton Barreiros de Oliveira, oftalmologista, CRM 28925.

ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT 1 11 11 ES 07
II - responsável técnico: Fernando Ferreira, oftalmologista, CRM 5473.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 12 Conceder autorização para realizar retirada e transplante de rim/pâncreas conjugado às equipes de saúde abaixo identificadas:

RIM/PÂNCREAS: 24.05
ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT 1 31 11 ES 06
II - responsável técnico: Gustavo Peixoto Soares Miguel, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 6993;
III - membro: Lauro Monteiro Vasconcellos Filho, nefrologista, CRM 1107;
IV - membro: Tarcio Oliveira Correia, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 6298;
V - membro: Fábio Auriemma, nefrologista, CRM 3730;
VI - membro: Elson Luiz Soriano, nefrologista, CRM 1971;
VII - membro: Nilson Mesquita Filho, nefrologista, CRM 2319;
VIII - membro: Leandro Correa Leal, urologista, CRM 6787;
IX - membro: Wesley de Souza, urologista, CRM 6003;
X - membro: Gisele Dazzi Lorenzoni, endocrinologista, CRM 8137;
XI - membro: Pablo Braga Gusman, anestesiologista, CRM 9002.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 31 11 SP 38
II - responsável técnico: Irene de Lourdes Noronha, nefrologista, CRM 43429;
III - membro: Paulo Yutaka Ohara, anestesiologista, CRM 14703;
IV - membro: João Carlos Campagnari, urologista, CRM 21719;
V - membro: Victor Augusto Hamamoto Sato, nefrologista, CRM 124682;
VI - membro: Antônio Otero Gil, urologista, CRM 60029;
VII - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83638;
VIII - membro: Adriano Miziara Gonzales, gastroenterologista, CRM 76192;
IX - membro: Denise Reis Franco: endocrinologista, CRM 54481.

Art. 13 Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculoesquelético à equipe de saúde abaixo identificada:

TECIDO MÚSCULOESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 11 SP 35
II - responsável técnico: Vitor Barion Castro de Pádua, ortopedista e traumatologista, CRM 115962;
III - membro: Rogério Silveira Miguel, ortopedista e traumatologista, CRM 86892;
IV - membro: Carlos Henrique Bertoni Reis, ortopedista e traumatologista, CRM 120868.

Art. 14 Conceder autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde abaixo identificada:

RIM: 24.08
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 11 SP 37
II - responsável técnico: Irene de Lourdes Noronha, nefrologista, CRM 43429;
III - membro: Paulo Yutaka Ohara, anestesiologista, CRM 14703;
IV - membro: João Carlos Campagnari, urologista, CRM 21719;
V - membro: Victor Augusto Hamamoto Sato, nefrologista, CRM 124682;
VI - membro: Antônio Otero Gil, urologista, CRM 60029;
VII - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83638.

Art. 15 Conceder autorização para realizar retirada e transplante pâncreas à equipe de saúde abaixo identificada:

PÂNCREAS: 24.04
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 32 11 SP 36
II - responsável técnico: Irene de Lourdes Noronha, nefrologista, CRM 43429;
III - membro: Paulo Yutaka Ohara, anestesiologista, CRM 14703;
IV - membro: João Carlos Campagnari, urologista, CRM 21719;
V - membro: Adriano Miziara Gonzales, gastroenterologista, CRM 76192;
VI - membro: Denise Reis Franco, endocrinologista, CRM 54481;
VII - membro: Luiz Augusto Carneiro de Albuquerque, gastroenterologista, CRM 22761;
VIII - membro: Paula Ferreira Orlandi, nefrologista, CRM 111588.

Art. 16 Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde abaixo identificada:

RIM: 24.08
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 07 SP 48
II - responsável técnico: Zita Maria Leme Britto, nefrologista, CRM 50006;
III - membro: Rosa Maria Affonso Moyses, nefrologista, CRM 57613;
IV - membro: Ana Lúcia Sassaki, nefrologista, CRM 62489;
V - membro: Vinícius Sardão Colares, nefrologista, CRM 113987;
VI - membro: José Luiz Chambô, urologista, CRM 48066;
VII - membro: Renato Falci Júnior, urologista, CRM 87181;
VIII - membro: Marcos Lucon, urologista, CRM 104372;
IX - membro: Soraia Stael Drumond, nefrologista, CRM 57079;
X - membro: Victor Augusto Hamamoto Sato, nefrologista, CRM 124682.

Art. 17 Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim/pâncreas conjugado às equipes de saúde abaixo identificadas:

RIM/PÂNCREAS: 24.05
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 31 05 SP 15
II - responsável técnico: Irene de Lourdes Noronha, nefrologista, CRM 43429;
III - membro: Maria Regina Teixeira Araujo, nefrologista, CRM 56352;
IV - membro: Hugo Abensur, nefrologista, CRM 47816;
V - membro: João Egidio Romão Junior, nefrologista, CRM 23628;
VI - membro: Adriano Miziara González, gastroenterologista, CRM 76192;
VII - membro: Luiz Augusto Carneiro D'Albuquerque, cirurgião geral e gastroenterologista, CRM 22761;
VIII - membro: Denise Reis Franco, endocrinologista, CRM 54481;
IX - membro: João Carlos Campagnari, urologista, CRM 21719;
X - membro: Luiz Antonio de Azevedo Ribeiro, urologista, CRM 15635;
XI - membro: Marcio D'Império, urologista, CRM 40589;
XII - membro: Luis Veras Lobo, anestesista, CRM 45023.

I - Nº do SNT 1 31 01 SP 23
II - responsável técnico: Alcides Augusto Salzedas Netto, cirurgião geral, CRM 82653;
III - membro: José Ferraz de Souza, nefrologista, CRM 77421;
IV - membro: Marjo Deninson Cardenuto Perez, urologista, CRM 15041;
V - membro: Moacyr Fucs, urologista, CRM 14014;
VI - membro: Roni de Carvalho Fernandes, urologista, CRM 67666;
VII - membro: Pedro Jabur, nefrologista, CRM 374;
VIII - membro: Luiz Antonio Miorin, nefrologista, CRM 37160;
IX - membro: Yvoty Alves dos Santos Sens, nefrologista, CRM 22224;
X - membro: Patrícia Malofronte, nefrologista, CRM 88310;
XI - membro: Paulo Celso Bosco Massarolo, cirurgião geral e gastroenterologista, CRM 45046;
XII - membro: João Eduardo Nunes Salles, endocrinologista, CRM 83123;
XIII - membro: Waldemar Montoya de Gregori, anestesiologista, CRM 91868.

Art. 18 Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde abaixo identificada:

RIM: 24.08
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 99 SP 70
II - responsável técnico: Irene de Lourdes Noronha, nefrologista, CRM 43429;
III - membro: João Carlos Campagnari, urologista, CRM 21719;
IV - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83638;
V - membro: Bianca de Oliveira Emsenhuber, nefrologista, CRM 116233.

Art. 19 Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas à equipe de saúde abaixo identificada:

PÂNCREAS: 24.04
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 32 01 SP 22
II - responsável técnico: Alcides Augusto Salzedas Netto, cirurgião geral, CRM 82653;
III - membro: José Ferraz de Souza, nefrologista, CRM 77421;
IV - membro: Marjo Deninson Cardenuto Perez, urologista, CRM 15041;
V - membro: Moacyr Fucs, urologista, CRM 14014;
VI - membro: Roni de Carvalho Fernandes, urologista, CRM 67666;
VII - membro: Pedro Jabur, nefrologista, CRM 374;
VIII - membro: Luiz Antonio Miorin, nefrologista, CRM 37160;
IX - membro: Yvoty Alves dos Santos Sens, nefrologista, CRM 22224;
X - membro: Patrícia Malofronte, nefrologista, CRM 88310;
XI - membro: Paulo Celso Bosco Massarolo, cirurgião geral e gastroenterologista, CRM 45046;
XII - membro: João Eduardo Nunes Salles, endocrinologista, CRM 83123;
XIII - membro: Waldemar Montoya de Gregori, anestesiologista, CRM 91868.

Art. 20 Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde abaixo identificada:

FÍGADO: 24.09
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 02 09 RS 03
II - responsável técnico: Guido Pio Gracco Cantisani, cirurgião geral, CRM 3153;
III - membro: Maria Lucia Zanotelli, cirurgiã geral, CRM 13752;
IV - membro: Eduardo Soares Schlindwein, cirurgião geral, CRM 18036;
V - membro: Ian Leipnitz, cirurgião geral, CRM 21389;
VI - membro: Mario Henrique Mendes de Mattos Meine, cirurgião geral, CRM 22253;
VII - membro: Guillermo Kiss, cirurgião geral, CRM 23546;
VIII - membro: Claudio Augusto Marroni, gastroenterologista, CRM 3478;
IX - membro: Ajacio Bandeira de Mello Brandão, gastroenterologista, CRM 3450;
X - membro: Alfeu de Medeiros Fleck Junior, gastroenterologista, CRM 22460;
XI - membro: Marcos Mucenic, gastroenterologista, CRM 20968;
XII - membro: Marcus Vinícius Silveira Osório, gastroenterologista, CRM 23103;
XIII - membro: Victor Hugo Bazan da Rocha, anestesiologista, CRM 17005;
XIV- membro: Luiz Fernando Ribeiro de Menezes, anestesiologista, CRM 18833;
XV - membro: Flávia Heinz Feier, cirurgiã do aparelho digestivo, CRM 30123.

Art. 21 Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde abaixo identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 01 SP 30
II - responsável técnico: Raimundo Marcos de Faria, oftalmologista, CRM 49003;
III - membro: Raimundo Marcos de Faria, oftalmologista, CRM 49003.

I - Nº do SNT 1 11 03 SP 49
II - responsável técnico: Flávia dos Santos, oftalmologista, CRM 99391;
III - membro: Marcelo Vicente de Andrade Sobrinho, oftalmologista, CRM 78883;
IV - membro: Guilherme de Sá Andreoli Bertolli, oftalmologista, CRM 92602;
V - membro: Frederico Ferreira Arantes, oftalmologista, CRM 113423;
VI - membro: Lívia Katherine Alves Salgado Ferreira, oftalmologista, CRM 110077;
VII - membro: Robson dos Santos, oftalmologista, CRM 76528

Art. 22 Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculoesquelético às equipes de saúde abaixo identificadas:

TECIDO MÚSCULOESQUELÉTICO: 24.22
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 12 07 SC 02
II - responsável técnico: Rodrigo Aurélio Monari, ortopedista e traumatologista, CRM 10849;
III - membro: Fábio Kazuo Soejima, ortopedista e traumatologista, CRM 9767;
IV - membro: Carlos Eduardo Macaggi Liesenberg, ortopedista e traumatologista, CRM 6384.

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 12 04 PR 08
II - responsável técnico: Marcelo Abagge, ortopedista, CRM 12839;
III - membro: Armando Romani Secundino, ortopedista, CRM 18866;
IV - membro: Bruno Arnaldo Bonacin Moura, ortopedista, CRM 16134;
V - membro: Ed Marcelo Zaninelli, ortopedista, CRM 16987;
VI - membro: Elias Marcelo Batista da Silva, ortopedista, CRM 16986;
VII - membro: Francisco Assis Pereira Silva, ortopedista, CRM 13356;
VIII - membro: Ivan Cleverson Follmann, ortopedista, CRM 19293;
IX - membro: Jamil Faissal Soni, ortopedista, CRM 15172;
X - membro: Javier Solar Graells, ortopedista, CRM 10849;
XI - membro: Gabriel Paulo Skroch, ortopedista, CRM 4276;
XII - membro: Giro Alberto Yoshiyasu, ortopedista, CRM 15346;
XIII - membro: Gisele Cristine Schelle, ortopedista, CRM 14810;
XIV - membro: João Luiz Vieira Silva, ortopedista, CRM 13040;
XV - membro: Leonardo Dau, ortopedista, CRM 18407;
XVI - membro: Luiz Fernando Bonaroski, ortopedista, CRM 18913;
XVII - membro: Marcel Luiz Benato, ortopedista, CRM 18416;
XVIII - membro: Marcello Zaia Oliveira, ortopedista, CRM 21121;
XIX - membro: Sergei Taggesell Fischer, ortopedista, CRM 11558;
XX - membro: Mauro Batista Albano, ortopedista, CRM 11307;
XXI - membro: Tulio Cesar de Barros, ortopedista, CRM 13912;
XXII - membro: Renato Cesar Sahagoff Raad, ortopedista, CRM 15122;
XXIII - membro: Weverley Rubele Valenza, ortopedista, CRM 16273.

Art. 23 Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado à equipe de saúde abaixo identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
PARANÁ
I - Nº do SNT 1 21 01 PR 15
II - responsável técnico: Johnny Francisco C. Camargo, cancerologista, CRM 9938;
III - membro: Nils Gunnar Skare, cancerologista, CRM 4566;
IV - membro: Rosane do Rocio Johnsson, oncologista clinico, CRM 11412;
V - membro: Ana Luiza G. M. Wiermann, oncologista clínico, CRM 19037;
VI - membro: Fabricio A. M. Oliveira, oncologista clinico, CRM 17542;
VII - membro: Eduardo Cilião Munhoz, hematologista e hemoterapeuta, CRM 17871;
VIII - membro: Luciano Semensato Biela, oncologista clinico, CRM 19068;
IX - membro: Mara Albonei Dudeque Pianovski Kato, pediatra, hematologista, hemoterapeuta, CRM 6224;
X - membro: Ricardo Reis Blum, pediatra, hematologista, hemoterapeuta, CRM 22689;
XI - membro: Leniza Costa Lima, pediatra, hematologista, hemoterapeuta, CRM 17906.

Art. 24 Estabelecer que as renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade pelo prazo de dois anos a contar da publicação desta Portaria, em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto Nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria GM/MS Nº 2.600, de 21 de outubro de 2009.

Art. 25 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Portaria SAS/MS nº 756, de 18 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 222, de 21 de novembro de 2011, Seção 1, pagina 103,

ONDE SE LÊ:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.06/ 24.07
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 10 PR 17

LEIA-SE:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.06/ 24.07
PARANÁ
I - Nº do SNT 1 11 01 PR 03

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 17, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, do MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelece que os processos administrativos relativos à Gestão do SUS sejam definidos e pactuados no âmbito das Comissões Intergestores Bipartite - CIB;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento;

Considerando a Portaria nº. 1.996/ GM/MS, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências;

Considerando a Portaria Nº 2.200/GM/MS, de 14 de setembro de 2011, que define recursos financeiros do Ministério da Saúde para a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, resolve:

Art. 1º Definir que os valores publicados para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, conforme a Portaria nº. 2.200/ GM/MS, de 14 de setembro de 2011 sejam repassados em parcela única aos respectivos fundos estaduais e municipais de saúde na forma do Anexo desta Portaria;

Art. 2º Definir que os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar, conforme a Portaria Nº 2.200/ GM/MS, de 14 de setembro de 2011, os seguintes programas de trabalho:

I. 10.128.1436.8612.0001 - Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS;

II. 10.364.1436.8628.0001 - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação e Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência financeira novembro de 2011.

MILTON DE ARRUDA MARTINS

ANEXO

VALORES REFERENTES AO ANO DE 2011 PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE
FUNDOS ESTADUAIS DE SAÚDE

Código do IBGE	Estado	Documento Referência	Valor referente à Educação Profissional de nível técnico.	Valor referente à Educação Permanente em Saúde	Valor total a ser repassado
29	Bahia	Res. Nº 284/11 CIB/BA	R$ 2.197.846,69	R$ 1.538.492,68	R$ 3.736.339,37
52	Goiás	Res Nº 209/11 CIB/GO	R$ 1.195.587,43	R$ 836.911,20	R$ 2.032.498,63
22	Piauí	Res Nº 96 /11 e 87/11 CIB/PI	R$ 2.042.415,62	R$ 1.429.690,93	R$ 3.472.106,55
14	Roraima	Delib. Nº 42/11 CIB/RR	R$ 2.152.983,78	R$ 1.507.088,65	R$ 3.660.072,43

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 1.031 , DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando o que dispõe o artigo 3º, inciso VII, alínea "d", da portaria nº 1279, de 23.12.2010.

Considerando o que consta do processo nº 80000.040572/2011-21, resolve:

Art. 1º Credenciar, por dois anos, a partir da publicação desta portaria, conforme Artigo 3º, inciso VII, alínea "e" da Portaria nº 1279, de 23 de dezembro de 2010, do DENATRAN, o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, CNPJ nº 00.394.494/0104-04, com sede no SEPN 506, Bloco C, Projeção 08, Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70740-503, órgão produtor do sistema informatizado de talonário eletrônico utilizado pelo mesmo.

Art. 2º Homologar a certificação do sistema informatizado (software) do talão eletrônico submetido à análise dos componentes do sistema e atender as exigências da Portaria nº 1279.

Art. 3º A alteração nos códigos da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, cancelará automaticamente a certificação e, consequentemente, a sua homologação, sendo exigida nova homologação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 6 de dezembro de 2011

Tendo em vista o recurso ofertado pela licitante RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA contra a habilitação de CMM COMUNICAÇÕES LTDA na Concorrência Nº 024/2009-SSR/MC, para a localidade de Glaucilândia, no Estado de Minas Gerais, acolho o PARECER Nº 1394/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
024/2009	MG	GLAUCILÂNDIA	FM	RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	CMM COMUNICAÇÕES LTDA

Tendo em vista os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência nº 032/2009-CEL/MC, cujo objeto é a outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, acolho o PARECER Nº 1082/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer, mas no mérito, negar-lhes provimento, na forma do Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSOS EM FACE DA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

PROPONENTE RECORRENTE	Nº PROCESSO
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO RIO SANHAUÁ LTDA.	53000.006039/2010
RÁDIO E TELEVISÃO PARAIBANA LTDA.	53000.006040/2010

Tendo em vista os recursos ofertados pela licitante RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA contra a habilitação de licitantes na Concorrência Nº 024/2009-SSR/MC, para a localidade de Glaucilândia, no Estado de Minas Gerais, acolho o PARECER/ Nº 10-2.21/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer os recursos e negar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSOS - CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
024/2009	MG	GLAUCILÂNDIA	FM	RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ALELUIA LTDA
024/2009	MG	GLAUCILÂNDIA	FM	RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	ALÔ FM- SOCIEDADE LTDA
024/2009	MG	GLAUCILÂNDIA	FM	RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA
024/2009	MG	GLAUCILÂNDIA	FM	RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	TELEVISÃO OURO VERDE LTDA

Tendo em vista os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência nº 032/2009-CEL/MC, cujo objeto é a outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, acolho o PARECER Nº 1082/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer dos recursos, na forma dos Anexos I e II, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO I

RECURSOS EM FACE DA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

PROPONENTE RECORRENTE	PROPONENTE RECORRIDA	Nº PROCESSO
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO RIO SANHAUÁ LTDA.	53000.006039/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	RÁDIO E TELEVISÃO PARAIBANA LTDA.	53000.006040/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	BURITIRAMA RADIODIFUSÃO LTDA.	53000.006042/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	SISTEMA ALELUIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53000.006036/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	BRASIL EM REDE - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	53000.006037/2010

ANEXO II

RECURSO EM FACE DA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

PROPONENTE RECORRENTE	Nº PROCESSO
BURITIRAMA RADIODIFUSÃO LTDA.	53000.006042/2010

Tendo em vista o recurso ofertado pela licitante RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA contra a habilitação de REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA na Concorrência Nº 024/2009-SSR/MC, para a localidade de Glaucilândia, no Estado de Minas Gerais, acolho o PARECER Nº 1400/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

RECURSO - CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
024/2009	MG	GLAUCILÂNDIA	FM	RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA

Tendo em vista os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência nº 032/2009-CEL/MC, cujo objeto é a outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, acolho o PARECER Nº 1082/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer dos recursos, na forma dos Anexos I e II, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSOS EM FACE DA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

PROPONENTE RECORRENTE	PROPONENTE RECORRIDA	Nº PROCESSO
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO RIO SANHAUÁ LTDA.	53000.006039/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	RÁDIO E TELEVISÃO PARAIBANA LTDA.	53000.006040/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	BURITIRAMA RADIODIFUSÃO LTDA.	53000.006042/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	SISTEMA ALELUIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53000.006036/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	BRASIL EM REDE - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	53000.006037/2010

ANEXO II

RECURSO EM FACE DA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

PROPONENTE RECORRENTE	Nº PROCESSO
BURITIRAMA RADIODIFUSÃO LTDA.	53000.006042/2010

Tendo em vista o recurso ofertado pela licitante MÁRCIO FREITAS ÁUDIO E VÍDEO LTDA contra a habilitação de NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA na Concorrência Nº 024/2009-SSR/MC, para a localidade de Glaucilândia, no Estado de Minas Gerais, acolho o PARECER Nº 1404/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSO - NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
024/2009	MG	GLAUCILÂNDIA	FM	MÁRCIO FREITAS ÁUDIO E VÍDEO LTDA	NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA

Tendo em vista os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência nº 032/2009-CEL/MC, cujo objeto é a outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, acolho o PARECER Nº 1082/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer, mas no mérito, negar-lhes provimento, na forma do Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSOS EM FACE DA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

PROPONENTE RECORRENTE	PROPONENTE RECORRIDA	Nº PROCESSO
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	53000.006043/2010
SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	53000.006043/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA.	53000.006044/2010
SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA.	53000.006044/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.006048/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	JOTA NUNES COMUNICAÇÃO LTDA.(*)	53000.006041/2010
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA.	NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	53000.006047/2010
RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	53000.006047/2010
SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	RÁDIO BAYEUX FM LTDA.	53000.006045/2010

(*) O não provimento do presente recurso não implica necessariamente na permanência da recorrida no certame, visto que pende de análise questão outra, conforme exposto no Parecer que fundamenta esta decisão.

Tendo em vista os recursos interpostos contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou E&M CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA na Concorrência Nº 059/2010-SSR/MC, para a localidade de São João do Oeste, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 1322/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a JULGAR os recursos, conforme Anexos, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSO- CONHECIDO E PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	SISTEMA WDP DE COMUNICAÇÕES LTDA	E& M CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

ANEXO II

RECURSO- NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	E& M CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

Tendo em vista o recurso interposto contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou LMSO RADIODIFUSÃO LTDA na Concorrência Nº 059/2010-SSR/MC, para a localidade de São João do Oeste, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 1305/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSO- NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	LMSO RADIODIFUSÃO LTDA

Tendo em vista o recurso interposto contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou RÁDIO CANAÃ FM LTDA na Concorrência Nº 059/2010-SSR/MC, para a localidade de São João do Oeste, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 1306/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSO- NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	RÁDIO CANAÃ FM LTDA

Tendo em vista o recurso interposto contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou ONDA VERDE COMUNICAÇÕES LTDA na Concorrência Nº 059/2010-SSR/MC, para a localidade de São João do Oeste, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 1309/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSO- NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	ONDA VERDE COMUNICAÇÕES LTDA

Tendo em vista o recurso interposto contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou RBA RÁDIO DIFUSORA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA na Concorrência Nº 059/2010-SSR/MC, para a localidade de São João do Oeste, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 1310/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSO- NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	RBA RÁDIO DIFUSORA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Tendo em vista os recursos interpostos contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RJ LTDA na Concorrência Nº 059/2010-SSR/MC, para a localidade de São João do Oeste, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 1314/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a JULGAR os recursos, conforme Anexos, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSO- NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RJ LTDA

ANEXO II

RECURSO- CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	SISTEMA WDP DE COMUNICAÇÕES LTDA	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RJ LTDA

Tendo em vista o recurso interposto contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou OBA FM SOCIEDADE LTDA na Concorrência Nº 059/2010-SSR/MC, para a localidade de São João do Oeste, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 1318/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

RECURSO- CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	SISTEMA WDP DE COMUNICAÇÕES LTDA	OBA FM SOCIEDADE LTDA

Tendo em vista os recursos interpostos contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou SF SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA-ME na Concorrência Nº 059/2010-SSR/MC, para a localidade de São João do Oeste, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 1324/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a JULGAR os recursos, conforme Anexos, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSO- CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	SISTEMA WDP DE COMUNICAÇÕES LTDA	SF SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA ME

ANEXO II

RECURSO- NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	SF SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA ME

Tendo em vista os recursos interpostos contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA na Concorrência Nº 059/2010-SSR/MC, para a localidade de São João do Oeste, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 1337/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a JULGAR os recursos, conforme Anexos, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

RECURSO- CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	SISTEMA WDP DE COMUNICAÇÕES LTDA	VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA

ANEXO II

RECURSO- NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA

Tendo em vista os recursos interpostos contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou NSTV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA na Concorrência Nº 059/2010-SSR/MC, para a localidade de São João do Oeste, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 1342/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a JULGAR os recursos, conforme Anexos, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

RECURSO- CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	SISTEMA WDP DE COMUNICAÇÕES LTDA	NSTV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA

ANEXO II

RECURSO- NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
059/2010	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	NSTV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 7.819, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo n.º 53000.011378/1994 - Declara extinta, por cassação, a autorização para exploração do Serviço Móvel Especializado (SME), expedida à METALURGICA L.C.R. LTDA., CNPJ Nº 06.045.777/0001-59, em razão do advento do termo final, em 30 de dezembro de 2009, da sua respectiva autorização de uso de radiofrequência, outorgada por meio do Ato Nº 12.766, publicado no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2000, com fundamento nos arts. 138, 139 e 169 da Lei Nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 16 de junho de 2011

Nº 4.740/2011-CD - Processo Nº 53545.002197/2004.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado por VALTUIR JOSÉ DE OLIVEIRA, CPF Nº 627.221.821-49, em face da decisão do Conselho Diretor, exarada no Despacho Nº 8.642/2009-CD, de 8 de dezembro de 2009, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de infração ao art. 163 da Lei Nº 9.472/97, concernente ao uso não autorizado de radiofrequência na execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Campinápolis, Estado do Mato Grosso, decidiu, em sua Reunião Nº 609, realizada em 2 de junho de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 292/2011-GCER, de 27 de maio de 2011.

Em 12 de agosto de 2011

Nº 6.400/2011 - CD - Processo Nº 53557.000483/2010 -

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por MEGALINK PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME, CNPJ Nº 07.626.087/0001-56, contra decisão do Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, exarada por meio do Despacho n. 11.936/2010-Anatel, de 13/12/2010, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de infrações apontadas no Auto de Infração que inaugura o feito, a saber, explorar o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM em estação operando com coordenadas geográficas diferentes das licenciadas pela Anatel, na cidade de Estância, Estado de Sergipe, , decidiu, em sua Reunião Nº 614, realizada em 21 de julho de 2011, pelas razões e justificativas constantes da Análise Nº 592/2011-GCJV, de 12 de julho de 2011:

I. Conhecer o Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar a ele provimento.

II. Determinar que, em razão das evidências de infrações aos art. 34 e 131 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, sejam instaurados, pela Superintendência de Serviços Privados (SPV), Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações em desfavor das empresas MEGALINK PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, CNPJ/MF Nº 07.626.087/0001-56, e RIOS SANTOS INFORMÁTICA E CONSULTORIA LTDA., CNPJ/MF Nº 07.770.218/0001-74.

Em 20 de setembro de 2011

Nº 7.947/2011-CD Processo Nº 53545.000528/2007.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TNL PCS S/A, CNPJ/MF Nº 04.164.616/0001-59, contra decisão proferida pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, por meio do Despacho Nº 364/2011-Anatel, de 13 de janeiro de 2011, à fl. 94, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de infrações técnica na exploração de Serviço de Comunicação Multimídia, consoante Auto de Infração que inaugura esse feito, decidiu, em sua Reunião Nº 618, realizada em 18 de agosto de 2011, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 429/2011-GCJR, de 4 de julho de 2011.

Em 17 de outubro de 2011

Nº 8.706/2011-CD - Processo Nº 53500.012054/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração com Pedido de Efeito Suspensivo interposto pela BRASIL TELECOM S/A - Filial DF, CNPJ/MF Nº 76.535.764/0326-90, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Setor 26 do Plano Geral de Outorgas (PGO), aprovado pelo Decreto Nº 6.654, de 20 de novembro de 2008, em face do Despacho Nº 4.195/2011-CD, de 26 de maio de 2011, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objetivo a averiguação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU, aprovado pelo Decreto Nº 2.592, de 15 de maio de 1998, decidiu, em sua Reunião Nº 622, realizada em 22 de setembro de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e justificativas constantes da Análise Nº 776/2011-GCJV, de 1º de setembro de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

Em 24 de novembro de 2011

Nº 10.028/2011 - CD - Processo Nº 53500.023826/2008.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela BRASIL TELECOM S/A, CNPJ/MF n. 76.535.764/0322-66, 76.535.764/0321-85, 76.535.764/0324-28, 76.535.764/0326-90, 76.535.764/0327-70, 76.535.764/0002-24 e 76.535.764/0330-76, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nos Setores 18, 19, 21, 26, 28 e 30 do Plano Geral de Outorgas - PGO, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por intermédio do Despacho Nº 6.619/2011-CD, de 18 de agosto de 2011, nos autos do Processo em epígrafe, instaurado para averiguação do descumprimento ao Plano Geral de Metas de Qualidade do STFC e ao Regulamento de Indicadores de Qualidade do STFC, decidiu, em sua Reunião Nº 627, realizada em 27 de outubro de 2011, conhecer do Pedido para, no mérito, negar a ele provimento, pelas razões e fundamentos constantes na Análise Nº 880/2011-GCJV, de 20 de outubro de 2011.

Em 25 de novembro de 2011

Nº 10.056/2011-CD - Processo n.º 53563.001316/2009 -

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, em análise do Processo em comento durante sua Reunião n.º 625, realizada em 13 de outubro de 2011, decidiu, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 566/2011-GCER, de 7 de outubro de 2011: a) acolher o pedido de desistência do Recurso Administrativo interposto pela TNL PCS S/A - Oi, CNPJ/MF Nº 04.164.616/0001-59, autorizada do Serviço Móvel Pessoal, em face do Ato Nº 1.129, de 18 de fevereiro de 2010, proferido pela Superintendência de Serviços Privados; e, b) manter a sanção de multa aplicada pela Superintendência de Serviços Privados à prestadora, determinando o arquivamento do presente processo após a quitação do débito.

Em 28 de novembro de 2011

Nº 10.088/2011 - CD - Processo Nº 53500.013544/2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ/MF Nº 33.000.118/0002-50, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 4 do Plano Geral de Outorgas (PGO), decidiu, em sua Reunião Nº 629, realizada em 11 de novembro de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise de Nº 622/2011-GCER, de 28 de outubro de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida pelo Conselho Diretor, exarada por meio do Despacho Nº 1.957/2010-CD, de 23 de março de 2010.

Nº 10.090/2011 - CD - Processo Nº 53500.013562/2005

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ/MF Nº 33.000.118/0009-26, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 14 do Plano Geral de Outorgas (PGO), decidiu, em sua Reunião Nº 629, realizada em 11 de novembro de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise de Nº 621/2011-GCER, de 28 de outubro de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida pelo Conselho Diretor, exarada por meio do Despacho Nº 1.807/2010-CD, de 18 de março de 2010.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 10.095/2011- CD - Processo Nº 53554.002982/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ/MF Nº 33.000.118/0005-00, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 5 do Plano Geral de Outorgas (PGO), decidiu, em sua Reunião Nº 629, realizada em 12 de novembro de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise de Nº 620/2011-GCER, de 28 de outubro de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida pelo Conselho Diretor, exarada por meio do Despacho Nº 3.602/2010-CD, de 12 de maio de 2010.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

ATO Nº 7.968, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, SUBSTITUTO, no uso de suas competências, consoante o disposto no inciso VIII do art. 189, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 55, de 28 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2011; resolve:

Art. 1º Proceder, no Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária - PRRadCom, as alterações indicadas no Anexo deste Ato.

Art. 2º As entidades cujas características técnicas estão sendo alteradas devem apresentar, ao Ministério das Comunicações, a documentação necessária conforme legislação vigente, incluindo o formulário padronizado contendo suas novas características técnicas de operação para emissão do respectivo ato de autorização.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARILDA MOREIRA

ANEXO

I - Alterações de canais no Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária - PRRadCom:

UF	Localidade	Canal Atual	Novo Canal
GO	Catalão	285	200
RS	Água Santa	200	253
RS	Nova Bassano	290	252
SC	Herval d'Oeste	285	251
SC	Lauro Muller	200	252

ATO Nº 7.974, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no inciso VIII do art. 189, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, alterado pela Resolução n.º 489, de 05 de dezembro de 2007, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei Nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Portaria MC n.º 652, de 10 de outubro de 2006, que estabeleceu critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofreqüência destinados à transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 48, de 15 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 subsequente, referente ao planejamento de canais para uso da Televisão Digital no Estado do Paraná; resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos Anexos I, II e III deste Ato.

Art. 2º Fixar o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do presente Ato, para que as entidades executantes do Serviço de Transmissão de Televisão e as do Serviço de Retransmissão de Televisão nos canais distribuídos, respectivamente, pelo PBTV e pelo PBRTV, cujas características técnicas ora estão sendo alteradas, apresentem ao Ministério das Comunicações a documentação necessária à regularização de suas novas condições de operação, incluindo o formulário padronizado, conforme a legislação vigente.

Art. 3º O prazo para alteração de frequência de que trata o artigo 2º será definido pelo Ministério das Comunicações no ato de aprovação das novas características técnicas das emissoras.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARILDA MOREIRA

ANEXO I

1) Alteração de canais do PBTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Arapongas	22+E	23S2451	51W2547	1,000			Coordenada pré-fixada: 23S2451; 51W2547 SBTVD
PR	Assis Chateaubriand	9-E	24S2700	53W3000	3,160	32 a 42 186 a 198 188 a 202 312 a 344	0,316 0,316 0,316 NULO	Coordenada pré-fixada: 24S2700; 53W3000
PR	Pinhais	51-E	25S2438	49W1726	80,000			Coordenada pré-fixada: 25S2438; 49W1726 Co-localizado com os canais 44+ de Pinhais/PR e 59-S de Curitiba/PR SBTVD

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Arapongas	22+E	23S2453	51W2549	1,000			SBTVD
PR	Assis Chateaubriand	9-E	24S2307	53W3052	3,160	34 a 44 184 a 198 312 a 342	0,316 0,316 NULO	Coordenada pré-fixada: 24S2307; 53W3052
PR	Pinhais	51-E	25S2437	49W1734	80,000			Coordenada pré-fixada: 25S2437; 49W1734 Co-localizado com o canal 44+ de Pinhais/PR SBTVD

2) Exclusão de canais do PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
MS	Mundo Novo	41-	23S5617	54W1615	1,600			
PR	Agudos do Sul	20+	25S5933	49W2007	1,000			
PR	Amaporã	41	23S0500	52W4700	1,000			
PR	Antonina	56	25S2700	48W4300	1,000			
PR	Bandeirantes	39+E	23S0636	50W2203	1,000	61 a 189	NULO	
PR	Bela Vista do Paraíso	15+	22S5948	51W1126	1,000			Co-localizado com o canal 29-
PR	Cafelândia	44+	24S3704	53W1912	1,026			
PR	Chopinzinho	46	25S5121	52W3124	1,303			
PR	Cidade Gaúcha	59+	23S2249	52W5641	1,600			
PR	Foz do Jordão	24	25S3830	52W0610	1,600			
PR	Goioxim	32	25S1141	51W5933	1,600			
PR	Honório Serpa	36	26S0828	52W2313	0,166			
PR	Icaraíma	23-	23S2344	53W3650	1,600			
PR	Irati	32	25S2802	50W3904	0,667			
PR	Jaguapitã	18	23S0600	51W3200	1,000			
PR	Laranjal	24-	24S5312	52W2810	1,122			
PR	Luiziana	32+	24S1710	52W1633	1,600			
PR	Lupionópolis	47	22S5200	51W3900	1,000			
PR	Mallet	27-	25S5240	50W4916	0,516			
PR	Mamborê	43-	24S1910	52W3148	0,441			
PR	Mangueirinha	30	25S5628	52W1032	1,600			
PR	Manoel Ribas	23-	24S3059	51W4004	1,600			
PR	Marechal Cândido Rondon	40	24S3322	54W0324	1,600			
PR	Marmeleiro	43-	26S0858	53W0134	0,955			
PR	Nova Aurora	40-	24S3146	53W1520	1,600			
PR	Nova Cantu	29-	24S4023	52W3410	0,411			
PR	Nova Tebas	57-	24S2617	51W5643	1,600			
PR	Primeiro de Maio	53	22S5200	51W0400	1,000			
PR	Prudentópolis	56	25S1247	50W5840	1,000			
PR	Rolândia	27+E	23S1849	51W2215	1,000			Coordenada pré-fixada: 23S1849; 51W2215
PR	São José da Palmeiras	39-	24S5015	54W0349	0,274			
PR	São Mateus do Sul	23+	25S5227	50W2258	0,284			
PR	Três Barras do Paraná	34+	25S2508	53W1051	1,122			
PR	Ubiratã	41-	24S3243	52W5916	1,600			
PR	Ubiratã (YOLANDA)	47+	24S2712	53W0438	0,278			

ANEXO II

1) Inclusão de canal no PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Rolândia	27+	23S1849	51W2215	1,000			Coordenada pré-fixada: 23S1849; 51W2215 Co-localizado com o canal 28D

2) Alteração de canais do PBRTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Apucarana	50	23S3303	51W2739	50,000	320 a 70	NULO	SBTVD
PR	Arapongas	35+	23S2532	51W2531	0,100			Coordenada pré-fixada: 23S2532; 51W2531 SBTVD
PR	Assis Chateaubriand	33-	24S2334	53W3125	10,000			SBTVD
PR	Cândido de Abreu	45	24S3612	51W2139	1,000			
PR	Cascavel	26-	24S5721	53W2719	10,00			SBTVD
PR	Cianorte	46	23S2921	52W3632	1,000			SBTVD
PR	Clevelândia	35	26S2423	52W2213	1,000			

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PR	Guarapuava	46-	25S2320	51W2759	3,000			Coordenada pré-fixada: 25S2320; 51W2759 SBTVD
PR	Itaipulândia	57	25S0814	54W1808	0,500			
PR	Lapa	33	25S4652	49W4140	50,000	174	5,000	
PR	Laranjeiras do Sul	15	25S2022	52W2509	50,000			
PR	Londrina	52+	23S1933	51W1127	35,820			Coordenada pré-fixada: 23S1933; 51W1127 Colinear com o canal 44 de Londirna/PR SBTVD
PR	Londrina	54-	23S1842	51W0940	25,000			Co-localizado com os canais 46+ e 55D SBTVD
PR	Londrina	56	23S1800	51W0900	50,000			
PR	Medianeira	42	25S1750	54W0215	1,000			
PR	Palmas	28	26S2816	51W5956	0,030			
PR	Pato Branco	21-	26S1243	52W4014	3,160			
PR	Pato Branco	33-	26S1343	52W4014	10,000	242 a 346 355 a 39	1,000 1,000	Colinear com os canais 19 e 25 SBTVD
PR	Piraí do Sul	31	24S3316	49W5303	1,000			
PR	Ponta Grossa	26-	25S0553	50W0929	31,600	5 a 45 32 a 42 90 a 134	10,000 10,000 1,000	SBTVD
PR	Ponta Grossa	28	25S0555	50W0928	50,000			SBTVD
PR	Pranchita	39+	25S5937	53W4106	1,000	9	0,010	
PR	Prudentópolis	30	25S1214	50W5925	0,240			
PR	Prudentópolis	36	25S1300	50W5900	1,000			
PR	Rio Negro	35	26S0547	49W4736	1,000			Chave com Mafra/SC
PR	Roncador	20-	24S3411	52W1615	0,600			
PR	Santa Helena	24	24S5237	54W2028	1,000			
PR	São Jorge d'Oeste	38	25S4300	52W5600	1,000			
PR	São Mateus do Sul	53	25S5200	50W2300	1,000			
PR	Sertanópolis	58	23S0331	51W0211	1,000	130 a 319	NULO	
PR	Terra Rica	54+	22S4234	52W3701	0,500			
PR	Toledo	47	24S4540	53W4354	1,000			
PR	Umuarama	32	23S4600	53W1800	50,000			

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Apucarana	50	23S3303	51W2739	50,000			SBTVD
PR	Arapongas	14-	23S2532	51W2531	0,100			SBTVD
PR	Assis Chateaubriand	47-	24S2334	53W3125	10,000			Co-localizado com o canal 39 SBTVD
PR	Cândido de Abreu	45	24S3612	51W2139	1,000			Co-localizado com o canal 46D SBTVD
PR	Cascavel	26-	24S5721	53W2719	10,00			Co-localizado com o canal 25D SBTVD
PR	Cianorte	46	23S3921	52W3623	1,000			SBTVD
PR	Clevelândia	35	26S2423	52W2213	1,000			Co-localizado com os canais 34D e 36D SBTVD
PR	Guarapuava	46-	25S2320	51W2759	3,000			Coordenada pré-fixada: 25S2320; 51W2759 Co-localizado com o canal 45D SBTVD
PR	Itaipulândia	57	25S0814	54W1808	0,500			Co-localizado com o canal 58D SBTVD
PR	Lapa	33	25S4652	49W4140	50,000	174	5,000	Co-localizado com o canal 34D SBTVD
PR	Laranjeiras do Sul	47+	25S2022	52W2509	50,000			SBTVD
PR	Londrina	52+	23S1933	51W1127	35,820			Coordenada pré-fixada: 23S1933; 51W1127 Co-localizado com os canais 44 e 53D SBTVD
PR	Londrina	54-	23S1842	51W0940	25,000			Co-localizado com os canais 46+, 53D e 55D SBTVD
PR	Londrina	56	23S1800	51W0900	50,000			Co-localizado com os canais 55D e 57D SBTVD
PR	Medianeira	42	25S1750	54W0215	1,000			Co-localizado com o canal 41D SBTVD
PR	Palmas	28	26S2816	51W5956	0,030			Co-localizado com o canal 27D SBTVD
PR	Pato Branco	21-	26S1243	52W4014	3,160			Co-localizado com o canal 22D SBTVD
PR	Pato Branco	33-	26S1343	52W4014	10,000	242 a 346 355 a 39	1,000 1,000	Co-localizado com os canais 19 e 34D SBTVD
PR	Piraí do Sul	31	24S3316	49W5303	1,000			Co-localizado com o canal 30D SBTVD
PR	Ponta Grossa	26-	25S0553	50W0929	31,600	5 a 45 90 a 134	10,000 1,000	Co-localizado com os canais 25D e 27D SBTVD
PR	Ponta Grossa	28	25S0555	50W0928	50,000			Co-localizado com o canal 27D SBTVD
PR	Pranchita	40	25S5937	53W4106	1,000			Co-localizado com o canal 39D SBTVD
PR	Prudentópolis	38	25S1214	50W5925	0,240			SBTVD
PR	Prudentópolis	40	25S1300	50W5900	1,000			SBTVD
PR	Rio Negro	35	26S0547	49W4736	1,000			Co-localizado com o canal 34D SBTVD
PR	Roncador	20-	24S3411	52W1615	0,600			Co-localizado com o canal 21D SBTVD
PR	Santa Helena	25	24S5237	54W2028	1,000			Co-localizado com o canal 24D SBTVD
PR	São Jorge d'Oeste	36	25S4300	52W5600	1,000			SBTVD
PR	São Mateus do Sul	39	25S5200	50W2300	1,000			SBTVD
PR	Sertanópolis	58	23S0331	51W0211	1,000	130 a 319	NULO	Co-localizado com o canal 59D SBTVD
PR	Terra Rica	54+	22S4234	52W3701	0,500			Co-localizado com o canal 55D SBTVD
PR	Toledo	47	24S4540	53W4354	1,000			Co-localizado com o canal 46D SBTVD
PR	Umuarama	32	23S4600	53W1800	50,000			Co-localizado com o canal 33D SBTVD

3) Exclusão de canais do PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Alto Piquiri	42	24S0141	53W2626	1,000			
PR	Altônia	38	23S5200	53W5400	1,000			
PR	Andirá	21-	23S0302	50W1344	0,316			
PR	Andirá	31-	23S0301	50W1335	0,300	40 a 250	0,170	Coordenada pré-fixada: 23S0301; 50W1335
PR	Antônio Olinto	42	25S5910	50W1150	1,000			
PR	Arapongas	50	23S2510	51W2528	2,500	130 a 240 337 a 346 354 a 68	NULO 0,500 0,500	
PR	Bela Vista do Paraíso	51+	22S5900	51W1200	1,000			Coordenada pré-fixada: 22S5900; 51W1200
PR	Bituruna	35	26S0941	51W3309	1,000			
PR	Boa Vista da Aparecida	27+	25S2608	53W2429	1,000			
PR	Carlópolis	31	23S2600	49W4300	1,000			
PR	Catanduvas	47	25S1300	53W0900	1,000			
PR	Cidade Gaúcha	49	23S2300	52W5700	1,000			
PR	Clevelândia	29+	26S2345	52W2815	1,000	281 346	0,010 0,100	Colinear com os canais 23+, 35
PR	Corbélia	24	24S4800	53W1800	1,000			
PR	Cornélio Procópio	51-	23S1052	50W3848	3,160			Coordenada pré-fixada: 23S1052; 50W3848
PR	Coronel Vivida	41	25S5900	52W3300	1,000			
PR	Cruz Machado	45	26S0400	51W2300	1,000			
PR	Diamante do Norte	47	22S3900	52W5100	1,000			
PR	Dois Vizinhos	39-	25S4401	53W0326	1,000	6 a 142 234 a 285 286 a 310	NULO 0,250 0,100	
PR	Francisco Alves	25	24S0400	53W4900	1,000			
PR	Goioerê	22	24S1105	53W0139	50,000			
PR	Ibaiti	23-	23S5055	50W1116	1,000			
PR	Icaraíma	33	23S2444	53W3650	1,000			
PR	Ipiranga	27+	25S0126	50W3503	0,250			
PR	Ipiranga	38	25S0100	50W3600	1,000			
PR	Iporã	41	23S5900	53W3800	1,000			
PR	Iporã	47	23S5900	53W3800	1,000			
PR	Irati	43	25S2802	50W3904	50,000			
PR	Iretama	45	24S2526	52W0621	1,000			
PR	Ivaí	19	25S0100	50W5100	1,000			
PR	Ivaiporã	22-	24S1452	51W4105	3,000			
PR	Jardim Olinda	23	22S3400	52W0400	1,000	286	NULO	
PR	Kaloré	17	23S4901	51W4005	1,000			
PR	Laranjeiras do Sul	33	25S2400	52W2500	50,000			
PR	Mangueirinha	43	25S5700	52W1100	1,000			
PR	Mangueirinha	49	25S5700	52W1100	1,000			
PR	Marechal Cândido Rondon	35	24S3400	54W0400	50,000	264 a 314	10,000	
PR	Marechal Cândido Rondon	58	24S3322	54W0324	3,160			
PR	Matelândia	19+	25S1400	54W0000	1,000			Coordenada pré-fixada: 25S1400; 54W0000
PR	Nova Cantu	50	24S4000	52W3400	1,000			
PR	Nova Londrina	44	22S4500	52W5900	50,000	50 88	1,000 7,000	
PR	Ortigueira (MORRO MULATO)	15	23S5800	51W0400	50,000	291 a 317	10,000	Coordenada pré-fixada: 23S5800; 51W0400
PR	Ortigueira (MORRO MULATO)	21	23S5800	51W0400	50,000	4 117 a 133 352 a 12	10,000 10,000 2,000	
PR	Palmeira	30+	25S2546	50W0023	1,000			Coordenada pré-fixada: 25S2546; 50W0023
PR	Paranaguá	58	25S3112	48W3033	3,160			Coordenada pré-fixada: 25S3112; 48W3033
PR	Pérola d'Oeste	36	25S5000	53W4500	1,000			
PR	Pinhalão	41	23S4800	50W0300	1,000			
PR	Piraí do Sul	42+	24S3134	49W5655	1,000	50 a 260	NULO	
PR	Planalto	38	25S4300	53W4700	1,000			
PR	Planalto	56-	25S4258	53W4558	0,200			
PR	Porto Rico	21	22S4700	53W1600	1,000			
PR	Quedas do Iguaçu	35+	25S2637	52W5506	1,000			
PR	Quedas do Iguaçu	41	25S2637	52W5506	1,000			Coordenada pré-fixada: 25S2637; 52W5506

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	Querência do Norte	38	23S0600	53W2900	1,000			
PR	Querência do Norte	47	23S0600	53W2900	1,000			
PR	Quitandinha	56	25S5200	49W3000	1,000			
PR	Realeza	40+	25S4608	53W3157	1,000			
PR	Reserva	42	24S3900	50W5000	1,000			
PR	Ribeirão Claro	19	23S1300	49W4600	1,000			
PR	Ribeirão Claro	35	23S1300	49W4600	1,000	81	0,500	
PR	Salgado Filho	41	26S1200	53W2300	1,000			
PR	Salto do Itararé	43	23S3600	49W3800	1,000			
PR	Santa Helena	26+	24S5137	54W1958	1,000			Colinear com o canal 18
PR	Santa Izabel do Oeste	42	25S4900	53W3000	1,000			
PR	São João do Triunfo	39	25S4100	50W1800	1,000			
PR	São Jorge d'Oeste	44	25S4220	52W5506	1,000	221 a 301	0,100	
PR	Tibagi	19+	24S3418	50W2917	2,000	153 a 280	0,500	Coordenada pré-fixada: 24S3418; 50W2917
PR	Tijucas do Sul	23+	25S5600	49W1100	1,000			
PR	Tuneiras do Oeste	44	23S5200	52W5300	1,000			
PR	Ubiratã	38	24S3300	52W5900	1,000			
PR	União da Vitória	24+	26S1213	51W0608	2,500			Co-localizado com o canal 31-
SP	Fartura	32-	23S2300	49W3100	0,500			
SP	Timburi	39	23S1219	49W3614	0,100			

ANEXO III

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Alto Paraná	21	23S0744	52W1850	0,080			Coordenadas do sítio: 23S0744 52W1850 - Reuso do canal de Maringá/PR
PR	Alto Paraná	32	23S0744	52W1850	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0744 52W1850
PR	Altônia	41	23S5204	53W5319	0,800			Coordenadas do sítio: 23S5204 53W5319
PR	Antônio Olinto	43	25S5637	50W1245	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5637 50W1245
PR	Apucarana	53	23S3309	51W2749	0,800			Coordenadas do sítio: 23S3309 51W2749 Canal para utilização após o encerramento das transmissões analógicas
PR	Bandeirantes	23	23S0652	50W2421	0,080			Coordenadas do sítio: 23S0652 50W2421
PR	Bituruna	43	26S0815	51W3315	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0815 51W3315
PR	Bocaiúva do Sul (TUNAS)	59	24S5726	49W0534	0,080			Coordenadas do sítio: 24S5726 49W0534
PR	Cafelândia	42	24S3834	53W1808	0,080			Coordenadas do sítio: 24S3834 53W1808
PR	Campo Mourão	57	24S0244	52W2259	8,000			Coordenadas do sítio: 23S0244 52W2259
PR	Cândido de Abreu	46	24S3612	51W2139	0,080			Coordenadas do sítio: 24S3612 51W2139 Co-localizado com o canal 45
PR	Capanema	30	25S4045	53W4840	0,080			Coordenadas do sítio: 25S4045 53W4840 Co-localizado com o canal 38
PR	Capanema	41	25S4045	53W4840	0,080			Coordenadas do sítio: 25S4045 53W4840
PR	Capanema	55	25S4045	53W4840	0,080			Coordenadas do sítio: 25S4045 53W4840
PR	Capitão Leônidas Marques	28	25S2845	53W3651	0,080			Coordenadas do sítio: 25S2845 53W3651
PR	Capitão Leônidas Marques	32	25S2814	53W3538	0,080			Coordenadas do sítio: 25S2814 53W3538
PR	Capitão Leônidas Marques	34	25S2845	53W3651	0,080			Coordenadas do sítio: 25S2845 53W3651
PR	Castro	34	24S4744	50W0022	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4744 50W0022
PR	Céu Azul	36	25S0740	53W4939	0,080			Coordenadas do sítio: 25S0740 53W4939 - Reuso do canal de Cascavel/PR
PR	Céu Azul	42	25S0740	53W4939	0,800			Coordenadas do sítio: 25S0740 53W4939
PR	Chopinzinho	32	25S5132	52W3128	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5132 52W3128
PR	Chopinzinho	36	25S5132	52W3128	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5132 52W3128
PR	Chopinzinho	55	25S5132	52W3128	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5132 52W3128
PR	Cianorte	22	23S3947	52W3637	8,000			Coordenadas do sítio: 23S3947 52W3637
PR	Cidade Gaúcha	41	23S2230	52W5825	0,080			Coordenadas do sítio: 23S2230 52W5825
PR	Clevelândia	20	26S2423	52W2213	0,080			Coordenadas do sítio: 26S2423 52W2213
PR	Clevelândia	30	26S2423	52W2213	0,080			Coordenadas do sítio: 26S2423 52W2213
PR	Clevelândia	34	26S2423	52W2213	0,800			Coordenadas do sítio: 26S2423 52W2213 - Reuso do canal de Pato Branco/PR
PR	Clevelândia	36	26S2423	52W2213	0,080			Coordenadas do sítio: 26S2423 52W2213 Co-localizado com o canal 35
PR	Cruz Machado	43	25S5911	51W1830	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5911 51W1830
PR	Curitiba	20	25S2359	49W1716	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2359 49W1716 Co-localizado com os canais 19- e 21+
PR	Curitiba	56	25S2336	49W1659	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com os canais 55- e 57D
PR	Dois Vizinhos	24	25S4404	53W0331	0,080			Coordenadas do sítio: 25S4404 53W0331
PR	Dois Vizinhos	27	25S4404	53W0331	0,080			Coordenadas do sítio: 25S4404 53W0331
PR	Dois Vizinhos	38	25S4500	53W0500	0,080			Coordenadas do sítio: 25S4500 53W0500
PR	Enéas Marques (MORRO BELA VISTA)	42	25S5822	53W1415	8,000			Coordenadas do sítio: 25S5822 53W1415
PR	Foz do Iguaçu	57	25S3116	54W3423	0,800			Coordenadas do sítio: 25S3116 54W3423 Co-localizado com o canal 58D
PR	Francisco Beltrão (MORRO JACUTINGA)	36	26S0442	53W1714	8,000			Coordenadas do sítio: 26S0442 53W1714
PR	General Carneiro	42	26S2550	51W1855	0,080			Coordenadas do sítio: 26S2550 51W1855
PR	General Carneiro	47	26S2550	51W1855	0,080			Coordenadas do sítio: 26S2550 51W1855
PR	Goioerê	23	24S1112	53W0050	0,800			Coordenadas do sítio: 24S1112 53W0050
PR	Goioerê	38	24S1112	53W0050	8,000			Coordenadas do sítio: 24S1112 53W0050
PR	Goioerê	41	24S1112	53W0050	0,800			Coordenadas do sítio: 24S1112 53W0050
PR	Goioerê	47	24S1112	53W0050	8,000			Coordenadas do sítio: 24S1112 53W0050
PR	Guaíra	23	24S0740	54W1315	0,800			Coordenadas do sítio: 24S0740 54W1315
PR	Guaíra	25	24S0527	54W1549	0,080			Coordenadas do sítio: 24S0527 54W1549
PR	Guaíra	32	24S0513	54W1440	0,800			Coordenadas do sítio: 24S0513 54W1440
PR	Guaíra	38	24S0513	54W1440	0,080			Coordenadas do sítio: 24S0513 54W1440
PR	Guaraniaçu	21	25S0601	52W5215	0,080			Coordenadas do sítio: 25S0601 52W5215
PR	Guaraniaçu	24	25S0601	52W5215	0,800			Coordenadas do sítio: 25S0601 52W5215
PR	Guaraniaçu	29	25S0634	52W5027	0,800			Coordenadas do sítio: 25S0634 52W5027
PR	Ibiporã	15	23S1620	51W0309	0,080			Coordenadas do sítio: 23S1620 51W0309
PR	Imbituva	42	25S1312	50W4847	0,080			Coordenadas do sítio: 25S1312 50W4847 - Reuso do canal de Ponta Grossa/PR
PR	Imbituva	55	25S1312	50W4847	0,800			Coordenadas do sítio: 25S1312 50W4847
PR	Inácio Martins	30	25S3416	51W0431	0,080			Coordenadas do sítio: 25S3416 51W0431
PR	Inácio Martins	32	25S3416	51W0431	0,080			Coordenadas do sítio: 25S3416 51W0431 - Reuso do canal de Guarapuava/PR
PR	Ipiranga	29	25S0345	50W3448	0,080			Coordenadas do sítio: 25S0345 50W3448
PR	Irati	19	25S2726	50W4003	0,080			Coordenadas do sítio: 25S2726 50W4003
PR	Irati	30	25S2726	50W4003	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2726 50W4003
PR	Irati	32	25S2726	50W4003	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2726 50W4003
PR	Irati	34	25S2726	50W4003	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2726 50W4003
PR	Itaipulândia	26	25S0923	54W1735	0,080			Coordenadas do sítio: 25S0923 54W1735
PR	Itaipulândia	28	25S0923	54W1735	0,080			Coordenadas do sítio: 25S0923 54W1735
PR	Itaipulândia	39	25S0923	54W1735	0,080			Coordenadas do sítio: 25S0923 54W1735
PR	Itaipulândia	58	25S0814	54W1808	0,080			Coordenadas do sítio: 25S0814 54W1808
PR	Itapejara d'Oeste	38	25S5800	52W5000	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5800 52W5000
PR	Ivaiporã	22	24S1538	51W4140	8,000			Coordenadas do sítio: 24S1538 51W4140
PR	Jacarezinho	20	23S0923	49W5948	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0923 49W5948
PR	Jacarezinho	32	23S0923	49W5948	0,080			Coordenadas do sítio: 23S0923 49W5948 - Reuso do canal de Santo Antônio da Platina/PR
PR	Jacarezinho	39	23S0923	49W5948	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0923 49W5948
PR	Jandaia do Sul	56	23S3626	51W3857	0,080			Coordenadas do sítio: 23S3626 51W3857
PR	Laranjeiras do Sul	24	25S2024	52W2505	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2024 52W2505
PR	Laranjeiras do Sul	34	25S2024	52W2505	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2024 52W2505
PR	Laranjeiras do Sul	41	25S2353	52W2504	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2353 52W2504
PR	Laranjeiras do Sul	43	25S2024	52W2505	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2024 52W2505
PR	Loanda	21	22S5516	53W0814	0,080			Coordenadas do sítio: 22S5516 53W0814
PR	Loanda	42	22S5516	53W0814	0,800			Coordenadas do sítio: 22S5516 53W0814
PR	Loanda	47	22S5516	53W0814	0,080			Coordenadas do sítio: 22S5516 53W0814
PR	Mallet	30	25S5240	50S4916	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5240 50W4916
PR	Mallet	36	25S5240	50S4916	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5240 50W4916

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PR	Mamborê	24	24S1911	52W3129	0,080			Coordenadas do sítio: 24S1911 52W3129
PR	Marechal Cândido Rondon	32	24S3353	54W0050	0,800			Coordenadas do sítio: 24S3353 54W0050
PR	Marechal Cândido Rondon	34	24S3353	54W0050	0,800			Coordenadas do sítio: 24S3353 54W0050
PR	Marechal Cândido Rondon	39	24S3353	54W0050	0,800			Coordenadas do sítio: 24S3353 54W0050 Co-localizado com o canal 40D
PR	Marechal Cândido Rondon	40	24S3353	54W0050	8,000			Coordenadas do sítio: 24S3353 54W0050 Co-localizado com o canal 39D
PR	Marechal Cândido Rondon	45	24S3344	54W0343	0,800			Coordenadas do sítio: 24S3344 54W0343
PR	Marechal Cândido Rondon	51	24S3344	54W0343	0,800			Coordenadas do sítio: 24S3344 54W0343
PR	Mariópolis	34	26S2200	52W3400	0,080			Coordenadas do sítio: 26S2200 52W3400 - Reuso do canal de Pato Branco/PR
PR	Matinhos	16	25S5043	48W3215	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5043 48W3215
PR	Medianeira	26	25S1750	54W0215	0,080			Coordenadas do sítio: 25S1750 54W0215
PR	Medianeira	28	25S1750	54W0215	0,080			Coordenadas do sítio: 25S1750 54W0215
PR	Medianeira	39	25S1750	54W0215	0,080			Coordenadas do sítio: 25S1750 54W0215
PR	Medianeira	41	25S1750	54W0215	0,080			Coordenadas do sítio: 25S1750 54W0215 Co-localizado com o canal 42 - Reuso do canal de Céu Azul/PR
PR	Medianeira	57	25S1750	54W0215	0,080			Coordenadas do sítio: 25S1750 54W0215
PR	Nova Esperança	35	23S1140	52W1129	0,080			Coordenadas do sítio: 23S1140 52W1129
PR	Ortigueira	21	24S1243	50W5528	0,080			Coordenadas do sítio: 24S1243 50W5528
PR	Palmas	20	26S2816	51W5956	0,800			Coordenadas do sítio: 26S2816 51W5956
PR	Palmas	27	26S2816	51W5956	0,800			Coordenadas do sítio: 26S2816 51W5956 Co-localizado com o canal 28
PR	Palmas	30	26S2816	51W5956	0,080			Coordenadas do sítio: 26S2816 51W5956
PR	Palmas	34	26S2816	51W5956	0,080			Coordenadas do sítio: 26S2816 51W5956
PR	Palmas	41	26S2816	51W5956	0,800			Coordenadas do sítio: 26S2816 51W5956
PR	Palmas	43	26S2816	51W5956	8,000			Coordenadas do sítio: 26S2816 51W5956
PR	Palmeira	29	25S2431	50W0047	0,080			Coordenadas do sítio: 25S2431 50W0047
PR	Palmeira	49	25S2431	50W0047	0,080			Coordenadas do sítio: 25S2431 50W0047
PR	Palmital	21	24S5255	52W1217	0,080			Coordenadas do sítio: 24S5255 52W1217
PR	Palotina	21	24S1644	53W5024	0,080			Coordenadas do sítio: 24S1644 53W5024
PR	Palotina	24	24S1644	53W5024	0,800			Coordenadas do sítio: 24S1644 53W5024
PR	Palotina	29	24S1644	53W5024	0,800			Coordenadas do sítio: 24S1644 53W5024
PR	Palotina	38	24S1644	53W5024	0,080			Coordenadas do sítio: 24S1644 53W5024
PR	Palotina	55	24S1644	53W5024	0,080			Coordenadas do sítio: 24S1644 53W5024
PR	Paraíso do Norte	21	23S1651	52W3609	0,080			Coordenadas do sítio: 23S1651 52W3609
PR	Paranaguá	41	25S3056	48W3028	0,800			Coordenadas do sítio: 25S3056 48W3028 - Reuso do canal de Pontal do Paraná/PR
PR	Paranavaí	31	23S0345	52W2625	0,080			Coordenadas do sítio: 23S0345 52W2625
PR	Pato Branco	22	26S1343	52W4014	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1343 52W4014 Co-localizado com o canal 21-
PR	Pato Branco	41	26S1352	52W3911	8,000			Coordenadas do sítio: 26S1352 52W3911
PR	Paulo Frontin	28	26S0407	50W5319	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0407 50W5319
PR	Paulo Frontin	32	26S0407	50W5319	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0407 50W5319
PR	Pérola	23	23S4819	53W4007	0,080			Coordenadas do sítio: 23S4819 53W4007
PR	Pinhais	45	25S2438	49W1726	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2438 49W1726 Co-localizado com os canais 44+ e 46+ de Curitiba/PR
PR	Piraí do Sul	30	24S3343	49W5254	0,080			Coordenadas do sítio: 24S3343 49W5254 Co-localizado com o canal 31
PR	Piraí do Sul	33	24S3343	49W5254	0,080			Coordenadas do sítio: 24S3343 49W5254
PR	Piraí do Sul	42	24S3343	49W5254	0,080			Coordenadas do sítio: 24S3343 49W5254
PR	Pitanga	34	24S4500	51W4600	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4500 51W4600
PR	Planalto (SÃO VALÉRIO)	35	25S4751	53W4015	0,080			Coordenadas do sítio: 25S4751 53W4015
PR	Porecatu	30	22S4421	51W2335	0,080			Coordenadas do sítio: 22S4421 51W2335
PR	Porecatu	34	22S4421	51W2335	0,080			Coordenadas do sítio: 22S4421 51W2335
PR	Porecatu	43	22S4421	51W2335	0,080			Coordenadas do sítio: 22S4421 51W2335
PR	Porecatu	47	22S4421	51W2335	0,080			Coordenadas do sítio: 22S4421 51W2335
PR	Porto Vitória	35	26S0900	51W1358	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0900 51W1358
PR	Pranchita	32	26S0015	53W4147	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0015 53W4147
PR	Pranchita	36	26S0015	53W4147	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0015 53W4147 - Reuso do canal de Francisco Beltrão (MORRO JACUTINGA)/PR
PR	Pranchita	39	26S0015	53W4147	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0015 53W4147 Co-localizado com o canal 40
PR	Pranchita	55	25S5937	53W4106	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5937 53W4106
PR	Prudentópolis	30	25S1206	50W5914	0,080			Coordenadas do sítio: 25S120650W5914
PR	Prudentópolis	32	25S1206	50W5914	0,800			Coordenadas do sítio: 25S120650W5914
PR	Prudentópolis	34	25S1206	50W5914	0,080			Coordenadas do sítio: 25S120650W5914
PR	Prudentópolis	36	25S1300	50W5900	0,080			Coordenadas do sítio: 25S1300 50W5900
PR	Rolândia	59	23S1849	51W2215	0,080			Coordenadas do sítio: 23S1849 51W2215
PR	Roncador	21	24S3411	52W1615	0,080			Coordenadas do sítio: 24S3411 52W1615 Co-localizado com o canal 20-
PR	Roncador	32	24S3250	52W1515	0,080			Coordenadas do sítio: 24S3250 52W1515
PR	Salgado Filho	27	26S0928	53W2036	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0928 53W2036 - Reuso do canal de Francisco Beltrão (MORRO JACUTINGA)/PR
PR	Santa Helena	24	24S5237	54W2028	0,080			Coordenadas do sítio: 24S5237 54W2028 Co-localizado com o canal 25
PR	Santa Helena	35	24S5237	54W2028	0,080			Coordenadas do sítio: 24S5237 54W2028
PR	Santa Helena	39	24S5237	54W2028	0,080			Coordenadas do sítio: 24S5237 54W2028
PR	Santo Antônio da Platina	23	23S1713	50W0400	0,080			Coordenadas do sítio: 23S1713 50W0400 - Reuso do canal de Jacarezinho/PR
PR	Santo Antônio da Platina	32	23S1713	50W0400	8,000			Coordenadas do sítio: 23S1713 50W0400
PR	Santo Antônio da Platina	34	23S1713	50W0400	8,000			Coordenadas do sítio: 23S1713 50W0400
PR	Santo Antônio do Sudoeste	38	26S0200	53W4400	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0200 53W4400
PR	São João	34	25S5000	52W4400	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5000 52W4400
PR	São Jorge d'Oeste	38	25S4300	52W5600	0,080			Coordenadas do sítio: 25S4300 52W5600 - Reuso do canal de Dois Vizinhos/PR
PR	São Mateus do Sul	23	25S5206	50W2243	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5206 50W2243
PR	São Mateus do Sul	34	25S5206	50W2243	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5206 50W2243
PR	São Mateus do Sul	43	25S5206	50W2243	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5206 50W2243 - Reuso do canal de Antônio Olinto/PR
PR	São Miguel do Iguaçu	39	25S2056	54W1419	0,080			Coordenadas do sítio: 25S2056 54W1419
PR	São Miguel do Iguaçu	50	25S2056	54W1419	0,080			Coordenadas do sítio: 25S2056 54W1419
PR	Siqueira Campos	32	23S3936	49W5128	0,800			Coordenadas do sítio: 23S3936 49W5128
PR	Telêmaco Borba	19	24S1937	50W3658	0,080			Coordenadas do sítio: 24S1937 50W3658
PR	Telêmaco Borba	21	24S1937	50W3658	0,080			Coordenadas do sítio: 24S1937 50W3658
PR	Telêmaco Borba	34	24S1937	50W3658	0,800			Coordenadas do sítio: 24S1937 50W3658
PR	Telêmaco Borba	36	24S1937	50W3658	0,080			Coordenadas do sítio: 24S1937 50W3658
PR	Telêmaco Borba	42	24S1937	50W3658	0,800			Coordenadas do sítio: 24S1937 50W3658
PR	Terra Rica	34	22S4657	52W3903	0,080			Coordenadas do sítio: 22S4657 52W3903 - Reuso do canal de Paranavaí/PR
PR	Terra Rica	43	22S4657	52W3903	8,000			Coordenadas do sítio: 22S4657 52W3903
PR	Terra Rica	47	22S4657	52W3903	8,000			Coordenadas do sítio: 22S4657 52W3903
PR	Terra Rica	55	22S4657	52W3903	0,080			Coordenadas do sítio: 22S4657 52W3903
PR	Tibagi (MORRO CARVALHO)	30	24S3414	50W2917	0,080			Coordenadas do sítio: 24S3414 50W2917
PR	Tibagi	32	24S3047	50W2536	0,800			Coordenadas do sítio: 24S3047 50W2536
PR	Toledo	59	24S4534	53W4416	0,800			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416 Canal para utilização após o encerramento das transmissões analógicas
PR	Turvo	30	25S0256	51W3152	0,080			Coordenadas do sítio: 25S0256 51W3152
PR	Turvo	32	25S0256	51W3152	0,080			Coordenadas do sítio: 25S0256 51W3152 - Reuso do canal de Guarapuava/PR
PR	Ubiratã	55	24S3243	52W5916	8,000			Coordenadas do sítio: 24S3243 52W5916
PR	Umuarama	33	23S4510	53W1829	8,000			Coordenadas do sítio: 23S4510 53W1829 Co-localizado com o canal 32
PR	Umuarama	51	23S4510	53W1829	0,800			Coordenadas do sítio: 23S4510 53W1829

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	Ventania	32	24S1445	50W1434	0,080			Coordenadas do sítio: 24S1445 50W1434
PR	Verê	35	25S5253	52W5428	0,080			Coordenadas do sítio: 25S5253 52W5428
PR	Vitorino	34	26S1700	52W4900	0,080			Coordenadas do sítio: 26S1700 52W4900 - Reuso do canal de Pato Branco/PR
PR	Wenceslau Braz	23	23S5255	49W4804	0,080			Coordenadas do sítio: 23S5255 49W4804
PR	Wenceslau Braz	42	23S5255	49W4804	8,000			Coordenadas do sítio: 23S5255 49W4804

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Arapongas	17	23S2531	51W2528	0,800			Coordenadas do sítio: 23S2531 51W2528
PR	Arapongas	58	23S2531	51W2528	0,080			Coordenadas do sítio: 23S2531 51W2528
PR	Assis Chateaubriand	14	24S2334	53W3125	0,800			Coordenadas do sítio: 24S2334 53W3125
PR	Assis Chateaubriand	20	24S2334	53W3125	0,080			Coordenadas do sítio: 24S2334 53W3125
PR	Assis Chateaubriand	22	24S2334	53W3125	0,800			Coordenadas do sítio: 24S2334 53W3125
PR	Assis Chateaubriand	29	24S2334	53W3125	0,080			Coordenadas do sítio: 24S2334 53W3125
PR	Assis Chateaubriand	35	24S2334	53W3125	0,080			Coordenadas do sítio: 24S2334 53W3125
PR	Assis Chateaubriand	43	24S2334	53W3125	0,080			Coordenadas do sítio: 24S2334 53W3125
PR	Assis Chateaubriand	52	24S2334	53W3125	0,080			Coordenadas do sítio: 24S2334 53W3125
PR	Campo Mourão	31	24S0232	52W2223	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0232 52W2223 Co-localizado com o canal 30-
PR	Campo Mourão	33	24S0232	52W2223	8,000			Coordenadas do sítio: 23S0232 52W2223
PR	Campo Mourão	40	24S0232	52W2223	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0232 52W2223
PR	Campo Mourão	42	24S0232	52W2223	0,080			Coordenadas do sítio: 24S0232 52W2223
PR	Campo Mourão	45	24S0232	52W2223	8,000			Coordenadas do sítio: 23S0232 52W2223 Co-localizado com o canal 46D
PR	Campo Mourão	46	24S0232	52W2223	0,080			Coordenadas do sítio: 23S0232 52W2223 Co-localizado com o canal 45D
PR	Campo Mourão	50	24S0232	52W2223	8,000			Coordenadas do sítio: 23S0232 52W2223
PR	Campo Mourão	59	24S0232	52W2223	8,000			23S0232 52W2223
PR	Cascavel	16	24S5714	53W2712	8,000			Coordenadas do sítio: 24S5714 53W2712
PR	Cascavel	22	24S5714	53W2712	0,800			Coordenadas do sítio: 24S5714 53W2712 Co-localizado com o canal 21D
PR	Cascavel	28	24S5714	53W2712	8,000			Coordenadas do sítio: 24S5714 53W2712
PR	Cascavel	34	24S5714	53W2712	8,000			Coordenadas do sítio: 24S5714 53W2712
PR	Cascavel	42	24S5714	53W2712	8,000			Coordenadas do sítio: 24S5714 53W2712 Co-localizado com o canal 43 - Reuso do canal de Toledo/PR
PR	Cascavel	56	24S5714	53W2712	8,000			Coordenadas do sítio: 24S5714 53W2712 Co-localizado com os canais 55 e 57D
PR	Cianorte	22	23S3921	52W3632	0,800			Coordenadas do sítio: 23S3921 52W3632
PR	Cianorte	29	23S3921	52W3632	0,800			Coordenadas do sítio: 23S3921 52W3632
PR	Cianorte	47	23S3921	52W3632	0,080			Coordenadas do sítio: 23S3921 52W3632 Co-localizado com o canal 46
PR	Cianorte	50	23S3921	52W3632	0,080			Coordenadas do sítio: 23S3921 52W3632
PR	Cianorte	55	23S3921	52W3632	0,080			Coordenadas do sítio: 23S3921 52W3632
PR	Colorado	22	22S4945	51W5726	8,000			Coordenadas do sítio: 22S4945 51W5726
PR	Foz do Iguaçu	58	25S3116	54W3423	8,000			Coordenadas do sítio: 25S3116 54W3423
PR	Francisco Beltrão	16	26S0454	53W0211	0,800			Coordenadas do sítio: 26S0454 53W0211
PR	Francisco Beltrão	30	26S0454	53W0211	0,800			Coordenadas do sítio: 26S0454 53W0211
PR	Francisco Beltrão	34	26S0454	53W0211	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0454 53W0211
PR	Francisco Beltrão (MORRO JACUTINGA)	27	26S0500	53W1700	0,800			Coordenadas do sítio: 26S0500 53W1700 Co-localizado com o canal 26
PR	Francisco Beltrão (MORRO JACUTINGA)	52	26S0500	53W1700	0,800			Coordenadas do sítio: 26S0500 53W1700
PR	Francisco Beltrão (MORRO JACUTINGA)	54	26S0500	53W1700	0,800			Coordenadas do sítio: 26S0500 53W1700
PR	Guarapuava	28	25S2416	51W2734	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2416 51W2734
PR	Guarapuava	30	25S2204	51W2615	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2204 51W2615
PR	Guarapuava	32	25S2416	51W2734	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2416 51W2734
PR	Guarapuava	34	25S2204	51W2615	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2204 51W2615
PR	Guarapuava	44	25S2416	51W2734	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2416 51W2734
PR	Guarapuava	49	25S2204	51W2615	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2204 51W2615
PR	Guarapuava	56	25S2204	51W2615	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2204 51W2615
PR	Ivaiporã	19	24S1710	51W4253	8,000			Coordenadas do sítio: 24S1710 51W4253 Co-localizado com o canal 20
PR	Lapa	38	25S4652	49W4140	8,000			Coordenadas do sítio: 25S4652 49W4140 Co-localizado com o canal 39D - Reuso do canal de Curitiba/PR
PR	Londrina	26	23S1933	51W1127	8,000			Coordenadas do sítio: 23S1933 51W1127
PR	Londrina	45	23S1933	51W1127	8,000			Coordenadas do sítio: 23S1933 51W1127 Co-localizado com os canais 44 e 46+
PR	Londrina	57	23S1835	51W0934	8,000			Coordenadas do sítio: 23S1835 51W0934 Co-localizado com o canal 56
PR	Londrina	59	23S1933	51W1127	8,000			Coordenadas do sítio: 23S1933 51W1127
PR	Maringá	21	23S2536	51W5330	8,000			Coordenadas do sítio: 23S2543 51W5734
PR	Maringá	34	23S2543	51W5734	8,000			Coordenadas do sítio: 23S2543 51W5734 Co-localizado com o canal 33D
PR	Maringá	53	23S2543	51W5734	0,800			Coordenadas do sítio: 23S2543 51W5734 Co-localizado com o canal 52-
PR	Paranaguá	21	25S3107	48W3110	0,800			Coordenadas do sítio: 25S3107 48W3110
PR	Paranaguá	31	25S3107	48W3110	0,800			Coordenadas do sítio: 25S3107 48W3110 - Reuso do canal de Pontal do Paraná (Balneário de Ipanema)/PR
PR	Paranaguá	39	25S3107	48W3110	0,080			Coordenadas do sítio: 25S3107 48W3110 - Reuso do canal de Curitiba/PR
PR	Paranaguá	43	25S3107	48W3110	0,800			Coordenadas do sítio: 25S3107 48W3110 - Reuso do canal de Curitiba/PR
PR	Paranavaí	18	23S0513	52W2801	0,080			Coordenadas do sítio: 23S0513 52W2801
PR	Paranavaí	34	23S0513	52W2801	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0513 52W2801
PR	Paranavaí	39	23S0513	52W2801	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0513 52W2801 Co-localizado com o canal 40D
PR	Paranavaí	40	23S0513	52W2801	0,080			Coordenadas do sítio: 23S0513 52W2801 Co-localizado com o canal 39D
PR	Paranavaí	46	23S0411	52W2604	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0411 52W2604
PR	Pato Branco	15	26S1349	52W4155	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1349 52W4155
PR	Pato Branco	17	26S1352	52W3911	8,000			Coordenadas do sítio: 26S1352 52W3911
PR	Pato Branco	28	26S1349	52W4155	8,000			Coordenadas do sítio: 26S1349 52W4155
PR	Pato Branco	38	26S1349	52W4155	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1349 52W4155
PR	Pato Branco	46	26S1349	52W4155	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1349 52W4155
PR	Pato Branco	49	26S1352	52W3911	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1352 52W3911
PR	Pinhais	58	25S2401	49W1714	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2401 49W1714
PR	Ponta Grossa	29	25S0555	50W0928	8,000			Coordenadas do sítio: 25S0555 50W0928 Co-localizado com o canal 28
PR	Ponta Grossa	33	25S0555	50W0928	0,800			Coordenadas do sítio: 25S0555 50W0928 Co-localizado com o canal 34
PR	Pontal do Paraná (BALNEÁRIO DO PARANÁ)	31	25S3927	48W2636	0,080			Coordenadas do sítio: 25S3927 48W2636 - Reuso dos Canais de Matinhos/PR e Paranaguá/PR
PR	Pontal do Paraná (BALNEÁRIO DO PARANÁ)	39	25S3927	48W2636	0,080			Coordenadas do sítio: 25S3927 48W2636 - Reuso dos Canais de Curitiba/PR
PR	Rio Negro	21	26S0547	49W4736	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0547 49W4736 Co-localizado com o canal 22+
PR	Rio Negro	31	26S0547	49W4736	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0547 49W4736 Co-localizado com o canal 30-
PR	Toledo	18	24S4534	53W4416	0,800			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

								Co-localizado com o canal 19D
PR	Toledo	19	24S4534	53W4416	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 18D
PR	Toledo	24	24S4534	53W4416	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 25+
PR	Toledo	30	24S4534	53W4416	8,000			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 31+
PR	Toledo	42	24S4534	53W4416	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 41 - Reuso do canal de Cascavel/PR
PR	Toledo	46	24S4534	53W4416	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 47
PR	Umuarama	40	23S4510	53W1829	8,000			Coordenadas do sítio: 23S4510 53W1829
PR	Umuarama	43	23S4510	53W1829	0,800			Coordenadas do sítio: 23S4510 53W1829
PR	Umuarama	59	23S4610	53W1829	0,800			Coordenadas do sítio: 23S4510 53W1829
PR	União da Vitória	27	26S1731	51W0848	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1731 51W0848

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Arapongas	17	23S2452	51W2617	8,000			Coordenadas do sítio: 23S2452 51W2617
PR	Arapongas	58	23S2452	51W2617	0,080			Coordenadas do sítio: 23S2452 51W2617
PR	Assis Chateaubriand	43	24S2322	53W3102	0,800			Coordenadas do sítio: 24S2322 53W3102
PR	Assis Chateaubriand	20	24S2322	53W3102	0,080			Coordenadas do sítio: 24S2322 53W3102
PR	Assis Chateaubriand	22	24S2322	53W3102	0,800			Coordenadas do sítio: 24S2322 53W3102
PR	Assis Chateaubriand	34	24S2322	53W3102	0,080			Coordenadas do sítio: 24S2322 53W3102
PR	Assis Chateaubriand	24	24S2322	53W3102	0,080			Coordenadas do sítio: 24S2322 53W3102
PR	Assis Chateaubriand	41	24S2322	53W3102	0,080			Coordenadas do sítio: 24S2322 53W3102
PR	Assis Chateaubriand	52	24S2322	53W3102	0,080			Coordenadas do sítio: 24S2322 53W3102
PR	Campo Mourão	31	24S0244	52W2259	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0244 52W2259 Co-localizado com o canal 30-
PR	Campo Mourão	50	24S0244	52W2259	8,000			Coordenadas do sítio: 23S0244 52W2259
PR	Campo Mourão	38	24S0232	52W2223	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0232 52W2223
PR	Campo Mourão	43	24S0232	52W2223	0,080			Coordenadas do sítio: 24S0232 52W2223
PR	Campo Mourão	45	24S0244	52W2259	8,000			Coordenadas do sítio: 23S0244 52W2259 Co-localizado com o canal 46D
PR	Campo Mourão	46	24S0244	52W2259	0,080			Coordenadas do sítio: 23S0244 52W2259 Co-localizado com o canal 45D
PR	Campo Mourão	34	24S0244	52W2259	8,000			Coordenadas do sítio: 23S0244 52W2259
PR	Campo Mourão	59	24S0244	52W2259	8,000			Coordenadas do sítio: 23S0244 52W2259
PR	Cascavel	16	24S5804	53W2707	8,000			Coordenadas do sítio: 24S5804 53W2707
PR	Cascavel	25	24S5714	53W2712	0,800			Coordenadas do sítio: 24S5714 53W2712 Co-localizado com o canal 26-
PR	Cascavel	46	24S5714	53W2712	8,000			Coordenadas do sítio: 24S5714 53W2712
PR	Cascavel	38	24S5804	53W2707	8,000			Coordenadas do sítio: 24S5804 53W2707
PR	Cascavel	23	24S5714	53W2712	8,000			Coordenadas do sítio: 24S5714 53W2712
PR	Cascavel	28	24S5804	53W2707	8,000			Coordenadas do sítio: 24S5804 53W2707
PR	Cianorte	44	23S3947	52W3637	0,800			Coordenadas do sítio: 23S3947 52W3637
PR	Cianorte	29	23S3947	52W3637	0,800			Coordenadas do sítio: 23S3947 52W3637
PR	Cianorte	47	23S3947	52W3637	0,080			Coordenadas do sítio: 23S3947 52W3637 Co-localizado com o canal 46
PR	Cianorte	49	23S3947	52W3637	0,080			Coordenadas do sítio: 23S3947 52W3637
PR	Cianorte	38	23S3947	52W3637	0,080			Coordenadas do sítio: 23S3947 52W3637
PR	Colorado	22	22S5021	51W5721	8,000			Coordenadas do sítio: 22S5021 51W5721
PR	Foz do Iguaçu	58	25S3116	54W3423	8,000			Coordenadas do sítio: 25S3116 54W3423 Co-localizado com o canal 57D
PR	Francisco Beltrão	30	26S0454	53W0211	0,800			Coordenadas do sítio: 26S0454 53W0211
PR	Francisco Beltrão	41	26S0454	53W0211	0,800			Coordenadas do sítio: 26S0454 53W0211 - Reuso do canal de Pato Branco/PR
PR	Francisco Beltrão	34	26S0454	53W0211	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0454 53W0211 - Reuso do canal de Pato Branco/PR
PR	Francisco Beltrão (MORRO JACUTINGA)	27	26S0442	53W1714	8,000			Coordenadas do sítio: 26S0442 53W1714 Co-localizado com o canal 26
PR	Francisco Beltrão (MORRO JACUTINGA)	19	26S0442	53W1714	0,800			Coordenadas do sítio: 26S0442 53W1714
PR	Francisco Beltrão (MORRO JACUTINGA)	39	26S0442	53W1714	0,800			Coordenadas do sítio: 26S0442 53W1714
PR	Guarapuava	28	25S2337	51W2752	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2337 51W2752
PR	Guarapuava	43	25S2204	51W2615	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2204 51W2615
PR	Guarapuava	32	25S2204	51W2615	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2204 51W2615
PR	Guarapuava	34	25S2204	51W2715	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2204 51W2715
PR	Guarapuava	45	25S2337	51W2752	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2337 51W2752 Co-localizado com o canal 46-
PR	Guarapuava	30	25S2337	51W2752	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2337 51W2752
PR	Guarapuava	56	25S2337	51W2752	0,800			Coordenadas do sítio: 25S2337 51W2752
PR	Ivaiporã	19	24S1538	51W4140	8,000			Coordenadas do sítio: 24S1538 51W4140 Co-localizado com o canal 20
PR	Lapa	34	25S4652	49W4140	8,000			Coordenadas do sítio: 25S4652 49W4140 Co-localizado com o canal 33
PR	Londrina	26	23S1800	51W0900	8,000			Coordenadas do sítio: 23S1800 51W0900
PR	Londrina	45	23S1835	51W0934	8,000			Coordenadas do sítio: 23S1835 51W0934 Co-localizado com os canais 44 e 46+
PR	Londrina	57	23S1800	51W0900	8,000			Coordenadas do sítio: 23S1800 51W0900 Co-localizado com o canal 56
PR	Londrina	51	23S1933	51W1127	8,000			Coordenadas do sítio: 23S1933 51W1127 Co-localizado com o canal 52+
PR	Maringá	21	23S2543	51W5734	25,000			Coordenadas do sítio: 23S2543 51W5734
PR	Maringá	34	23S2543	51W5734	25,000			Coordenadas do sítio: 23S2543 51W5734 Co-localizado com o canal 33D
PR	Maringá	51	23S2543	51W5734	0,800			Coordenadas do sítio: 23S2543 51W5734 Co-localizado com o canal 52-
PR	Paranaguá	15	25S3056	48W3028	0,800			Coordenadas do sítio: 25S3056 48W3028
PR	Paranaguá	31	25S3056	48W3028	0,800			Coordenadas do sítio: 25S3056 48W3028
PR	Paranaguá	39	25S3056	48W3028	0,080			Coordenadas do sítio: 25S3056 48W3028
PR	Paranaguá	43	25S3056	48W3028	0,800			Coordenadas do sítio: 25S3056 48W3028
PR	Paranavaí	18	23S0424	52W2812	0,080			Coordenadas do sítio: 23S0424 52W2812
PR	Paranavaí	34	23S0424	52W2812	8,000			Coordenadas do sítio: 23S0424 52W2812
PR	Paranavaí	39	23S0513	52W2801	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0513 52W2801 Co-localizado com o canal 38D
PR	Paranavaí	38	23S0513	52W2801	0,080			Coordenadas do sítio: 23S0513 52W2801 Co-localizado com o canal 39D
PR	Paranavaí	47	23S0345	52W2625	0,800			Coordenadas do sítio: 23S0345 52W2625 - Reuso do canal de Terra Rica/PR
PR	Pato Branco	15	26S1349	52W4125	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1349 52W4125
PR	Pato Branco	27	26S1315	52W3905	8,000			Coordenadas do sítio: 26S1315 52W3905
PR	Pato Branco	34	26S1349	52W4125	8,000			Coordenadas do sítio: 26S1349 52W4125 Co-localizado com o canal 33-
PR	Pato Branco	36	26S1349	52W4125	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1349 52W4125
PR	Pato Branco	46	26S1349	52W4125	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1349 52W4125
PR	Pato Branco	49	26S1343	52W4014	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1343 52W4014
PR	Pinhais	58	25S2438	49W1726	8,000			Coordenadas do sítio: 25S2438 49W1726
PR	Ponta Grossa	27	25S0555	50W0928	8,000			Coordenadas do sítio: 25S0555 50W0928 Co-localizado com os canais 26- e 28
PR	Ponta Grossa	30	25S0555	50W0928	0,800			Coordenadas do sítio: 25S0555 50W0928
PR	Pontal do Paraná (BALNEÁRIO DO PARANÁ)	31	25S3914	48W2649	0,080			Coordenadas do sítio: 25S3914 48W2649 - Reuso do canal de Paranaguá/PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	Pontal do Paraná (BALNEÁRIO DO PARANÁ)	39	25S3914	48W2649	0,080			Coordenadas do sítio: 25S3914 48W2649 - Reuso do canal de Paranaguá/PR
PR	Rio Negro	34	26S0547	49W4736	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0547 49W4736 Co-localizado com o canal 35
PR	Rio Negro	19	26S0547	49W4736	0,080			Coordenadas do sítio: 26S0547 49W4736
PR	Toledo	19	24S4534	53W4416	0,800			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416
PR	Toledo	46	24S4534	53W4416	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 47
PR	Toledo	36	24S4534	53W4416	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416
								Co-localizado com o canal 35D - Reuso do canal de Cascavel/PR
PR	Toledo	44	24S4534	53W4416	8,000			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416
PR	Toledo	21	24S4534	53W4416	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416
PR	Toledo	35	24S4534	53W4416	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 36D
PR	Umuarama	38	23S4510	53W1829	8,000			Coordenadas do sítio: 23S4510 53W1829
PR	Umuarama	42	23S4510	53W1829	0,800			Coordenadas do sítio: 23S4510 53W1829
PR	Umuarama	59	23S4510	53W1829	0,800			Coordenadas do sítio: 23S4510 53W1829
PR	União da Vitória	23	26S1451	51W0434	0,800			Coordenadas do sítio: 26S1451 51W0434

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 8.003, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ Nº 04.164.616/0001-59 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Araruama/RJ, no período de 08/12/2011 a 22/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 8.004, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ Nº 04.164.616/0001-59 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Cabo Frio/RJ, no período de 08/12/2011 a 22/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 8.005, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ Nº 04.164.616/0001-59 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Itaguaí/RJ, no período de 08/12/2011 a 22/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 8.006, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ Nº 04.164.616/0001-59 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Itaguaí/RJ, no período de 08/12/2011 a 22/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 8.007, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ Nº 04.164.616/0001-59 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Teresópolis/RJ, no período de 08/12/2011 a 22/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 8.008, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ Nº 04.164.616/0001-59 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Araruama/RJ, no período de 08/12/2011 a 22/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 8.009, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ Nº 04.164.616/0001-59 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Cabo Frio/RJ, no período de 08/12/2011 a 22/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 8.010, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ Nº 04.164.616/0001-59 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Teresópolis/RJ, no período de 08/12/2011 a 22/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 8.011, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ Nº 04.164.616/0001-59 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Macaé/RJ, no período de 09/12/2011 a 23/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 8.012, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ Nº 04.164.616/0001-59 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Macaé/RJ, no período de 09/12/2011 a 23/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 8.035, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Autorizar TV STUDIOS DE JAU S/A, CNPJ Nº 49.931.645/0001-37 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Jaú/SP, no período de 12/12/2011 a 31/12/2011.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, aplico definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às entidades abaixo listadas, nos respectivos processos em que figuram, por descumprimento dos regulamentos próprios do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho nº	Data da Decisão
53554.003208/2010	Franklin Pacheco Castro - Provedor Speed Net	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 10 do RSCM c/c art. 131 da LGT.	Sobradinho/BA	Multa: R$3.010,08	7063	30/08/2011
53554.000728/2011	Ulisses Costa de Almeida ME	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 27 e 28 do RSCM.	Salvador/BA	Multa: R$3.300,00	8333	30/09/2011
53000.055691/2010	Rádio Difusora de Salinas Ltda.	Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias	Arts. 78 e 82 do RUER e itens 3.2.3, 4.1.4 e 6.3.1, "c" do RTOMOT.	Salinas/MG	Multa: R$ 11.880,00	7332	06/09/2011
53554.001063/2009	Clébio Rodrigues dos Santos	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT e art. 55, V, "b" do RCHPT.	Teixeira de Freitas/BA	Multa: R$ 4.350,00	4720	16/06/2011

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL NA BAHIA

DESPACHOS GERENTE

O GERENTE DO ESCRITÓRIO REGIONAL DA BAHIA E SERGIPE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, pelo disposto na Portaria Nº 429, de 08/08/2006, publicada no Diário Oficial da União de 10/08/2006, seção 2, p. 43, aplica definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às entidades abaixo listadas nos respectivos processos em que figuram, por descumprimento dos regulamentos próprios do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho nº	Data da Decisão
53000.001227/2010; 53000.027688/2010	Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul - ACICOM	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER, art. 5º do Decreto Nº 2.615/98 e art. 18 do RLEC	Santa Cruz do Sul/RS	Multa: R$ 816,00	8534	10/10/2011
53000.024295/2010	Associação Comunitária Cristalense de Radiodifusão	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER, art. 5º do Decreto Nº 2.615/98 e item 18.3.2.2 da Norma Complementar Nº 01/04	Cristais/MG	Multa: R$ 1.400,00	8542	10/10/2011
53554.003044/2011	Cleidson Dantas da Silva	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 10 do RSCM c/c art. 52 do RST c/c art. 131 da LGT	Jeremoabo/BA	Multa: R$ 3.010,08	8532	10/10/2011
53554.001430/2011	Associação Comunitária de Água Fria e Barra	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 3º da Portaria Nº 006/2003 c/c o art. 162 da LGT c/c art. 4º e art. 82 do REUR.	Água Fria/BA	Multa: R$200,00	5676	25/07/2011
53554.001552/2011	Lago & Martinez Eventos LTDA ME	Serviço Limitado Privado	Item 7.1 da Norma 13/1997 c/c art. 52 do RST c/c art. 131 da LGT; e art. 4º c/c art. 55, V, "a" do RCHPT c/c art. 162 § 2º da LGT.	Salvador/BA	Multa: R$1.081,01	8097	22/09/2011
53554.002447/2011	Rádio Cultura da Bahia S/A	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Item 3.2.3 da Res. nº116/1999.	Salvador/BA	Multa: R$2.400,00	8538	10/10/2011
53554.001855/2011	Associação Nordestinense de Comunicação Social	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT e art. 4º do RCHPT.	Nordestina/BA	Multa: R$ 4.567,50	8536	10/10/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

53554.001217/2011	Associação Beneficente dos Moradores do Bairro Morumbi e Adjacências	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Iraquara/BA	Multa: R$ 3.477,00	7794	15/09/2011
53554.002825/2011	Paulo Ricardo Santana Mello	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT.	Lauro de Freitas/BA	Multa: R$ 3.010,08	7925	20/09/2011
53000.060773/2009; 53000.009965/2009	Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER e itens 14.2, 18.1.3 e 18.3.2.2 da Norma Complementar Nº 01/04.	Monte Carmelo/MG	Multa: R$ 1.800,00	8771	18/10/2011
53000.000297/2010	Rádio Atalaia de Canavieiras Ltda.	Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias	Item 5.4.1 do RTOMOT, arts. 78 e 82 do RUER e art. 18 do RLEC.	Canavieiras/BA	Multa: R$ 6.000,00	6798	23/08/2011
53554.002718/2011; 53554.002466/2011	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	Serviço Limitado Privado	Item 9.8 da Norma Nº 13/97.	Irecê e Bom Jesus da Lapa/BA	Multa: R$ 1.000,00	8531	10/10/2011
53000.034749/2009	Associação das Donas de Casa de Matozinhos	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Arts. 78 e 82 do RUER, art. 5º do Decreto Nº 2.615/98, item 18.3.2.2 da Norma Complementar Nº 01/04 e art. 18 do RLEC.	Matozinhos/MG	Multa: R$ 1.400,00	8861	20/10/2011
53000.041923/2009	Sistema Meridional de Radiodifusão Ltda.	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 53 do RUER e item 5.2.1.1 do RTFM.	Camaquã/RS	Multa: R$ 2.400,00	8840	20/10/2011
53000.021207/2010	Associação Cultural Educacional e Ambiental do Município de Paulistas	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER, itens 14.2 c/c 17.2 da Norma Complementar Nº 01/04 e art. 18 do RLEC.	Paulistas/MG	Multa: R$ 1.000,00	8901	20/10/2011
53000.053009/2009	Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomes de Paripe - AGAP	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER, art. 5º do Decreto Nº 2.615/98, item 17.2 da Complementar Nº 01/04 e art. 18 do RLEC.	Salvador/BA	Multa: R$ 1.212,00	8960	21/10/2011
53000.060004/2009	Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Francisco Badaró - FUNDEC	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER e item 17.2 da Complementar Nº 01/04.	Francisco Badaró/MG	Multa: R$ 400,00	8900	20/10/2011
53000.022293/2010	Associação Comunitária Pratense de Radiodifusão	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER e itens 14.2 e 17.2 da Complementar Nº 01/04.	Prata/MG	Multa: R$ 408,00	8779	18/10/2011
53554.003352/2008	Vagner Andrade Meira	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Brumado/BA	Multa: R$ 5.700,00	6017	03/08/2011
53557.000534/2011	Romulo José Santos	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT.	Aracaju/SE	Multa: R$ 3.010,08	8199	28/09/2011
53554.001068/2008	Associação Comunitária Betel de Ação Social e Radiodifusão	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 28, I, III e IV do Regulamento de Fiscalização.	Feira de Santana/BA	Multa: R$ 800,00	8541	10/10/2011
53557.000674/2011	Empresa de Comunicação Grande Rio Ltda.	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Arts. 78 e 82 do RUER, itens 5.2.1.1, 6.4.1 e 3.2.7 do RTFM.	Penedo/AL	Multa: R$ 14.400,00	9149	27/10/2011
53554.000393/2009	MMDS Bahia Ltda.	Serviço Especial de Distribuição de Sinais Multiponto-Multicanal	Art. 28, I, III e IV do Regulamento de Fiscalização.	Salvador/BA	Multa: R$ 22.000,00	8540	10/10/2011
53000.044978/2009	REDE 21 Comunicações Ltda.	Serviço Especial de Retransmissão de TV	Itens 9.3.1 e 12.5 do RTFM	Salvador/BA	Multa: R$ 4.000,00	8851	20/10/2011
53000.045203/2009; 53000.049215/2009	Associação Comunitária de Desenvolvimento Social da Comunidade de Congonhas	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Arts. 78 e 82 do RUER, item 18.3.2.2 da Norma Complementar Nº 01/04 e art. 18 do RLEC.	Congonhas/MG	Multa: R$ 2.000,00	8537	10/10/2011
53000.019958/2010	Fundação Ecológica Natureza e Vida	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Item 3.2.3 do RTFM.	Aracaju/SE	Multa: R$ 2.424,00	9302	01/11/2011
53554.003586/2011	Globo Comunicação e Participações S.A.	Serviço de Uso Temporário do Espectro	Art. 55, V, "b" do RCHPT	Salvador/BA	Multa: R$ 204,00	9016	25/10/2011
53557.000779/2011	Ulisses Costa de Almeida-ME	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 27 do RSCM.	Nossa Senhora do Socorro/SE	Multa: R$ 4.131,00	8699	17/10/2011
53557.000536/2011	Cláudio Fernandes Silva de Góis	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT.	Aracaju/SE	Multa: R$ 3.010,08	8665	14/10/2011
53554.003282/2011	Cerâmica Morro Grande Ltda.-ME	Serviço Limitado Privado	Art. 131 da LGT c/c art. 52 do RST.	Lafaiete Coutinho/BA	Multa: R$ 881,01	8638	13/10/2011
53557.000835/2011	Centro Comunitário Sócio-Cultural de Barra dos Coqueiros	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Arts. 78 e 82 do RUER e art. 18 do RLEC.	Barra dos Coqueiros/SE	Multa: R$ 600,00	9217	28/10/2011
53554.003590/2011	Paiva Santana Telecomunicações Ltda-ME (SERV NET)	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 10 do RSCM c/c art. 131 da LGT.	Porto Seguro/BA	Multa: R$ 3.010,08	8642	13/10/2011
53554.003185/2011	Natanael Oliveira Silva	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Dias D'Ávila	Multa: R$ 2.850,00	9303	01/11/2011

FERNANDO ANTONIO ORNELAS DE ALMEIDA

O GERENTE SUBSTITUTO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DA BAHIA E SERGIPE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, pelo disposto na Portaria Nº 429, de 08/08/2006, publicada no Diário Oficial da União de 10/08/2006, seção 2, p. 43, e pelo disposto na Portaria Nº 508, de 05/09/2006, publicada no Diário Oficial da União de 14/09/2006, seção 2, p. 36, aplica definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às entidades abaixo listadas nos respectivos processos em que figuram, por descumprimento dos regulamentos próprios do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho nº	Data da Decisão
53554.002248/2011	Associação Mucuri de Radiodifusão	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Mucuri/BA	Multa: R$ 2.850,00	7714	13/09/2011
53554.002347/2011	José Evanilton Oliveira Silva	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 10 do RSCM c/c art. 52 do RST c/c art. 131 da LGT.	Retirolândia/BA	Multa: R$3.010,08	7695	13/09/2011
53554.002459/2009	Antônio Silva Souza Eventos Culturais ME.	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT e ao art. 10 do RSCM e art. 4º do RCHPT	Guanambi/BA	Multa: R$3.010,08	7830	16/09/2011
53554.003171/2011	Antônio José Torres Dourado	Serviço Limitado Privado	Item 10.1 c/c 13.5, II, "c" da Norma Nº 13/1997.	Salvador/BA	Multa: R$800,00	7810	15/09/2011
53557.000282/2011	Acesso Speednet LTDA-ME	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 10 do RSCM c/c art. 52 do RST c/c art. 131 da LGT.	Aracaju/SE	Multa: R$3.010,08	8289	29/09/2011
53000.028943/2010	Associação Cultural Comunitária Auxiliadora de Progresso	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 211, par. único, da LGT.	Progresso/RS	Multa: R$ 800,00	8135	26/09/2011
53000.026874/2010	Sociedade Rádio Difusão Comunitária FM de São José do Norte	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 18 do RLEC.	São José do Norte/RS	Multa: R$ 400,00	8122	23/09/2011
53000.028942/2010	Associação Comunitária Apuaê de Sananduva	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER, art. 5º do Decreto Nº 2.615/98 e art. 18 do RLEC.	Sananduva/RS	Multa: R$ 1.000,00	7808	16/09/2011
53000.001987/2010	Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER, art. 5º do Decreto Nº 2.615/98, item 18.3.2.2 da Norma Complementar Nº 01/04 e art. 18 do RLEC.	São Domingos/SE	Multa: R$ 1.200,00	7986	20/09/2011
53000.045204/2009	Associação Comunitária Radiovida de Botuporã	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER e art. 211, par. único, da LGT.	Botuporã/BA	Multa: R$ 1.000,00	8133	26/09/2011
53000.026887/2010	Rádio FM Presidutrense Ltda.	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 3º da Portaria Nº 006/03, itens 5.3.1, 3.2.3 e 7.2.1, "o" do RTFM e art. 18 do RLEC.	Presidente Dutra/BA	Multa: R$ 10.800,00	7341	06/09/2011
53000.049214/2009	Associação dos Moradores da Comunidade Integrada das Mercês - AMACIM	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 53 do RUER, itens 14.2 c/c 17.2 e 18.1.3 da Norma Complementar Nº 01/04 e art. 18 do RLEC.	São João Del Rei/MG	Multa: R$ 2.400,00	8773	18/10/2011
53000.063405/2009	Rádio Jacarandá Ltda.	Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias	Itens 5.4.1 e 3.2.3 do RTOMOT e art. 18 do RLEC.	Santa Cruz Cabrália/BA	Multa: R$ 7.200,00	7983	20/09/2011
53000.005947/2010	Associação Cultural Nova Bassano - ACNB	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Item 18.3.2.2 da Norma Complementar Nº 01/04 e art. 18 do RLEC.	Nova Bassano/RS	Multa: R$ 2.000,00	8169	26/09/2011
53000.020639/2010	Associação Progressista dos Moradores de Bom Jesus da Lapa	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Item 18.3.2.2 da Norma Complementar Nº 01/04 e art. 18 do RLEC.	Bom Jesus da Lapa/BA	Multa: R$ 800,00	8175	26/09/2011
53000.010109/2009	Associação Assistencial Soteropolitana	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 78 e 82 do RUER, art. 5º do Decreto Nº 2.615/98 e art. 18 do RLEC.	Salvador/BA	Multa: R$ 800,00	7807	15/09/2011
53000.030216/2010; 53000.027426/2010	Associação da Rádio Comunitária Dimensão - ARCOD	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Arts. 53, 78 e 82 do RUER, item 18.3.2.2 da Norma Complementar Nº 01/04 e art. 18 do RLEC.	Uberlândia/MG	Multa: R$ 1.200,00	8781	18/10/2011
53554.002448/2011	Rádio Jornal da Cidade Ltda.	Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias	Item 5.4.2 do RTOMOT	Salvador/BA	Multa: R$ 1.200,00	8002	21/09/2011
53554.003043/2011	Vanilson dos Santos Ferreira	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 10 do RSCM c/c art. 52 do RST c/c art. 131 da LGT.	Jeremoabo/BA	Multa: R$ 3.010,08	8425	28/09/2011
53554.003046/2011	Robson de Jesus Simas	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 10 do RSCM c/c art. 52 do RST c/c art. 131 da LGT.	Jeremoabo/BA	Multa: R$ 3.010,08	8331	30/09/2011
53554.003761/2011	Lourival dos Santos	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT.	Mutuípe/BA	Multa: R$ 3.135,00	9450	09/11/2011
53554.001913/2011	Siegfried EPP	Serviço Limitado Privado	Arts. 37, II e 39, § 3º do RST e itens 9.4 e 9.8 da Norma Nº 13/97.	Luís Eduardo Magalhães/BA	Multa: R$ 1.125,00	8127	23/09/2011
53554.002185/2011	Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros de Teixeirinha e Centro de Teixeira de Freitas	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Arts. 78 e 82 do RUER e art. 18 do RLEC.	Teixeira de Freitas/BA	Multa: R$ 1.000,00	8125	27/09/2011
53000.001547/2010	Rádio Extremo Sul da Bahia Ltda.	Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias	Art. 3º da Portaria Nº 006/03 e item 6.1.6 do RTOMOT.	Itamaraju/BA	Multa: R$ 3.600,00	7336	06/09/2011
53000.015925/2009	Associação Comunitária Itapevense de Radiodifusão - ACIR	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Arts. 53, 78 e 82 do RUER, art. 5º do Decreto Nº 2.615/98 e item 18.3.2.2 da Norma Complementar Nº 01/04.	Itapeva/MG	Multa: R$ 1.000,00	7984	20/09/2011
53557.000538/2011	Alessandro Santos de Almeida	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT.	Aracaju/SE	Multa: R$ 3.010,08	8034	22/09/2011

JOSÉ MAURO CASTRO RODRIGUES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 8.013, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.007724/10. ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO LIMPO DE GOIÁS - RADCOM - Campo Limpo de Goiás/GO - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.014, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.019321/10. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CACHOEIRA DOURADENSE DE COMUNICAÇÃO, PROMOÇÃO SOCIAL, ARTÍSTICA, CULTURAL, ED - RADCOM - Cachoeira Dourada/MG - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.015, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.008650/10. ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DOURADOQUARENSE - ACCD - RADCOM - Douradoquara/MG - Canal 285. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.016, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.003871/10. ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MANTIQUEIRA - RADCOM - Poços de Caldas/MG - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.017, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.005728/01. ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO FELIX DO PIAUI - RADCOM - São Félix do Piauí/PI - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.018, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.005573/10. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PLANALTO - RADCOM - Planalto/RS - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.019, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.003891/10. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CULTURAL RÁDIO REAL FM - RADCOM - Piratininga/SP - Canal 292. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.020, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.019668/10. ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOVO RIO GRANDE - RADCOM - São Bernardo do Campo/SP - Canal 198. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.021, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.002090/11. ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO TACAIMBÓ FM - RADCOM - Tacaimbó/PE - Canal 285. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.022, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.019669/10. ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA STAR SUL - RADCOM - São Paulo/SP - Canal 198. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.036, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.027192/11. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA AMIGOS DE CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇÚ - RADCOM - Conceição do Lago-Açu/MA - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 7.036, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011

Processo Nº 53532.002462/2010. Aplicar à TIM CELULAR S.A, inscrita sob o CNPJ Nº 04.206.050/0001-80, a pena de MULTA, com fundamento no art. 173, inciso II, da Lei Nº 9.472 - LGT, de 16 de julho de 1997, no inciso II do artigo 4º, no artigo 7º e nos incisos II e III do artigo 8º, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução Nº 344, de 18 de julho de 2003, no valor de 1.620.064,43 (um milhão, seiscentos e vinte mil, sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos), pelos descumprimentos dos artigos 4º, §1º, 10, §2º, 15, 18, §2º, todos do Decreto Nº 6.523, artigo 6º do Decreto Nº 6.523 c/c artigo 93 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal e art. 4º, §4º do Decreto 6.523 c/c art. 7º, §1º do Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal. Aplicar à TIM CELULAR S.A, inscrita sob o CNPJ Nº 04.206.050/0001-80, a pena de ADVERTÊNCIA, com fundamento no art. 173, inciso I, da Lei Nº 9.472 - LGT, de 16 de julho de 1997, no inciso I do artigo 4º, no artigo 7º, no inciso I do artigo 8º e no artigo 9º, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução Nº 344, de 18 de julho de 2003, pelo descumprimento do artigo 4º, caput do Decreto Nº 6.523.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 7.917, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.021758/2011 - Expede autorização à RE-DE KERO TV DE TELEVISÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.570.799/0001-01, para executar, para uso próprio, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, em âmbito interior e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de exploração do serviço o território nacional.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 7.584, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.025580/2011. Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço de Radioamador, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofreqüência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Relação de Entidades acompanhadas dos respectivos CNPJ/MF, FISTEL e validade da licença: ADOLFINA OLIVEIRA STUCKERT, 00648217140, 11020439742 , 16/8/2011 / ADOLFO EDUARDO RODRIGUES MEDEIROS, 33421927120, 50011121173 , 2/7/2011 / AELIO CARACELLI JUNIOR, 08821187810, 11020466553 , 9/7/2011 / ANTONIO RAIMUNDO ARAUJO DA CUNHA, 85571962100, 50011070757 , 13/6/2011 / ASSOCIACAO BRAS. DE RADIOEXPEDICIONARIOS-DX BRAZILIAN ASSN., 00084294000187, 11020473843 , 2/8/2011 / CARLOS DE ALMEIDA, 38603403104, 11020137061 , 31/10/2011 / CELIO AUGUSTO JARDIM DO AMARAL MELLO, 24419460130, 50011502991 , 3/10/2011 / CONCEICAO DE MARIA DOS SANTOS FERNANDES, 28953908191, 11020141689 , 14/11/2011 / CYRO BERNDT DE SOUZA MELLO, 17878498806, 11020122625 , 24/7/2011 / EDWARD TOSCANO SCHILLER, 32762739420, 11020414910 , 21/2/2011 / FLAVIO SILVA BARRETO, 29142326168, 11020434783 , 23/5/2011 / FRANCISCO JOSE ROSSI, 37387677700, 11000087301 , 22/10/2011 / FRESNEL DE XIMENES COUTINHO, 48453269149, 50004455037 , 11/10/2011 / GENILDA FONTENELLE RODRIGUES, 26544920100, 11020402822 , 8/11/2011 / HANDER PEREIRA DA ROCHA, 65878183153, 50011568909 , 26/10/2011 / HUMBERTO HAYDT DE SOUZA MELLO, 00442984120, 11020424630 , 17/10/2011 / ISRAEL DE VASCONCELOS FILHO, 51020009772, 21000081966 , 30/7/2011 / JARBAS ABREU JUNIOR, 82241511820, 11020376139 , 3/10/2011 / JOAO ALEXANDRE PEROTTO, 21049211120, 11000080048 , 22/10/2011 / JOAO HENRIQUE PEREIRA ALLEMAND, 23366940778, 01000443442 , 17/5/2011 / JOSE ANTONIO FERNANDES DE OLIVEIRA, 33431264115, 11020443189 , 6/9/2011 / JULIANA AVERSA FRANCO, 00006256120, 11020132850 , 27/9/2011 / LORIS GILSON WANDERLEY LINS, 14780801915, 11000075044 , 10/9/2011 / MARCIO ARNALDO GONCALVES BORGES, 29648734100, 11020120681 , 21/3/2011 / MARIA EVELINE COSTA ALLEMAND, 02967354775, 01000443523 , 17/5/2011 / MARIO JORGE COSTA CAMARA, 98107585704, 12030225223 , 7/5/2011 / SIMON PETER GUDGEON, 74224182149, 50403035996 , 10/10/2011 / VAGNER FERNANDES, 26216906100, 11020140100 , 13/11/2011 / VERMAR ALVES BENTO, 08424420144, 11020099895 , 29/8/2011.

JOSÉ AUGUSTO DOMINGOS TRENTINO
Gerente-Geral
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 8.000, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, à SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 8.026, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, à TELEMAR NORTE LESTE S.A., filial Paraíba, para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 8.032, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, à TELEMAR NORTE LESTE S.A., filial Rio Grande do Norte, para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de setembro de 2008

Nº 3.556/2008/PBCPP/PBCP/SPB - PADO n.º 535040002932006- Resolve : i) aplicar sanção de MULTA à Telecomunicações de São Paulo S/A - Telesp no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela infração ao art. 22, inciso I do Regulamento sobre Divulgação de Listas de Assinantes e de Edição e Distribuição de Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita, aprovado pela Resolução Nº 66, de 9/11/1998, ii) Notificar a Telesp do teor do Despacho.

GILBERTO ALVES
Interino

Em 2 de setembro de 2011

Nº 7.271/2011/PBCPD/PBCP/SPB - O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do processo epigrafado, movido pela Frasabc Informática e Cia Ltda. em face da Telecomunicações Norte Leste S/A - Telemar, tendo vista o teor do Informe n.º 108/PBCPD/PBCP, de 23 de julho de 2010 e o Parecer Nº 1152/2011/JAA/PGF/PFE-Anatel, de 12 de agosto de 2011, adotando-os e integrando as suas razões à presente decisão, nos termos do art. 54, § 1º do Regimento Interno da Anatel, RESOLVE: (i) arquivar a presente Reclamação Administrativa tendo em vista a inexistência de indícios de infração, nos termos do art. 41, do Regimento Interno da ANATEL; (ii) Notificar as partes acerca do teor do presente Despacho. À Gerência Geral de Competição

Em 1º de março de 2011

Nº 1.751//2011/PBCPP/PBCP/SPB - PADO n.º 535000082712010- Resolve : i) aplicar sanção de MULTA à TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial BA no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), pela infração ao art. 122, do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução Nº 426, de 9 de dezembro de 2005, ii) Notificar a TELEMAR NORTE LESTE S/A- BA acerca do teor do presente Despacho.

ROBERTO PINTO MARTINS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DIRETOR-GERAL
Em 29 de novembro de 2011

Nº 4.576 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006701/2008-11, resolve por conhecer do recurso administrativo interposto pela empresa Rodrigo Pedroso Energia Ltda. em face ao Despacho nº 3.604, de 5 de setembro de 2011, que transferiu para a condição de inativo o registro para elaboração do projeto básico da Pequena Central Hidrelétrica Nova Pinhal, para, no mérito, negar-lhe provimento.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução Autorizativa nº 3.129, de 29 de novembro de 2011, publicada no D.O. de 7/12/2011, nº 234, Seção 1, p.53, onde se lê: "RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.129, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011", leia-se "RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.219, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011".

Na Resolução Autorizativa nº 3.209, de 22 de novembro de 2011, publicada no DOU no dia 05/12/2011, seção 1, Página nº 122, Número 232, onde se lê: "Art. 1º Acrescentar alínea "d" no Inciso II e a alínea "e" no Inciso VII do art. 1º da Resolução Autorizativa n. 2.367, de 27 de abril de 2010, conforme abaixo:", leia-se: "Art. 1º Acrescentar alínea i no Inciso I e a alínea d no Inciso II do art. 1º da Resolução Autorizativa n. 2.367, de 27 de abril de 2010, conforme abaixo:".

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA COMISSÃO
Em 7 de dezembro de 2011

Nº 4.748 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004379/2011-83, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Tecneira Acaraú Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A., CNPJ nº 14.518.485/0001-14, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 02/2011.

Nº 4.749 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004380/2011-16, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Enel Green Power Emiliana Eólica S.A., CNPJ nº 14.442.996/0001-38, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 02/2011.

Nº 4.750 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000327/2011-38, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Enel Green Power Modelo I Eólica S.A., CNPJ nº 14.512.809/0001-07, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 02/2011.

Nº 4.751 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.001370/2011-11, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Enel Green Power Modelo II Eólica S.A., CNPJ nº 14.504.489/0001-43, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 02/2011.

Nº 4.752 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004381/2011-52, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Enel Green Power Joana Eólica S.A., CNPJ nº 14.423.010/0001-44, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 02/2011.

Nº 4.753 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004382/2011-05, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A., CNPJ nº 14.422.424/0001-59, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 02/2011.

Nº 4.754 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004383/2011-41, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A., CNPJ nº 14.422.483/0001-27, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 02/2011.

Nº 4.755 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004384/2011-96, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A., CNPJ nº 14.411.251/0001-73, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 02/2011.

Nº 4.756 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004388/2011-74, atesta que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE) UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A., CNPJ nº 14.578.002/0001-77, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 02/2011.

MÁRZIO RICARDO GONÇALVES DE MOURA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de dezembro de 2011

Nº 4.723 - Processo nº 48500.006282/2011-13. Interessado: Sustenta Comercializadora de Energia Ltda.

Autorizar a interessada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho está disponível no endereço SGAN, Quadra 603, Módulo I, Brasília/DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/atosdodia.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de dezembro de 2011

Nº 4.724 - Processo nº 48500.005459/2010-75, Interessado: Eólica Cerro Chato I S/A, Usina: EOL Cerro Chato I, Unidade Geradora: UG2 e UG4, Localização: Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Liberar as unidades geradoras da usina listada abaixo para início da operação em teste. A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/pesquisadigit.cfm.

Nº 4.725 - Processo nº 48500.001323/2004-11, Interessado: Rialma Companhia Energética V S/A, Usina: PCH Pontal do Prata, Unidade Geradora: UG1 e UG2, Localização: Municípios de Chapadão do Céu e Aporé, Estado de Goiás.

Não liberar as unidades geradoras da usina listada abaixo para início da operação em teste. A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/pesquisadigit.cfm.

Nº 4.726 - Processo nº 48500.005808/2011-30

I - Suspender, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial da PCH Novo Horizonte, com potência instalada de 23.000 kW. II - A suspensão da operação comercial é em caráter temporário e vigorará até que a condição operativa da referida PCH seja restabelecida. Interessado: Companhia Energética Novo Horizonte S.A. Localização: Municípios de Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul, Estado do Paraná. A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/atosdodia.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de dezembro de 2011

Nº 4.727 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, por força da Portaria nº 1.564, de 22 de junho de 2010, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no inciso XIII do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1° da Lei n° 10.848, de 15 de março de 2004, na Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008, na Resolução Normativa nº 286, de 06 de novembro de 2007, no Contrato de Concessão n° 001/1996 e o que consta do Processo n° 48500.006142/2010-31, resolve homologar o Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada n° CTLE 046/2011 firmado no Ambiente de Contratação Livre - ACL entre as partes relacionadas Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda. (contratante) e Light Energia S.A. (contratada), ao preço inicial da energia de 139,07 R$/MWh e montante de 9,945 MWmédios, no período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, cabendo às partes dar cumprimento às normas específicas de mercado e às condições de comutatividade na operação.

EDUARDO JÚLIO DE FREITAS DONALD

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 4.642, de 2 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial de 05/12/2011, Seção 1, pág. 124, onde se lê: "...Portaria nº 1.564, de 22 de junho de 2011...", leia-se "...Portaria nº 1.564, de 22 de junho de 2010...".

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de dezembro de 2011

Nº 4.728 - Processo nº 48500.005148/2007-19.

i) Não conceder registro ativo para a elaboração do projeto básico da PCH Serrinha, situado no Rio Arinos, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do Rio Amazonas, no Estado de Mato Grosso, devido ao não atendimento ao disposto no art. 4° da Resolução n°. 652/2003, solicitado pela empresa EECO - Empreendimentos Energéticos do Centro Oeste S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 06.915.485/0001-20.

Nº 4.729 - Processo nº 48500.005583/2011-11.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Foz do Batovi, com potência estimada de 22,5 MW, às coordenadas 15°53'49" de Latitude Sul e 53°17'27" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.730 - Processo nº 48500.005582/2011-77.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Esperança, com potência estimada de 23,5 MW, às coordenadas 15°48'7" de Latitude Sul e 53°11'12" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.731 - Processo nº 48500.005581/2011-22.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Guiratinga, com potência estimada de 12,5 MW, às coordenadas 16°25'24" de Latitude Sul e 53°30'0" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.732 - Processo nº 48500.002484/2010-05 Decisão: i) Aceitar o projeto básico da PCH Buriti, com potência estimada de 8,9 MW, às coordenadas 18º50'03"de Latitude Sul e 48º22'03" de Longitude Oeste, localizada no rio Uberabinha, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Minas Gerais, apresentado pela empresa Construtora OMS Ltda inscrita no CNPJ sob o no 03.010.265/0001-69.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 4.733 - Processo nº 48500.005560/2010-26 Decisão: i) Não aceitar o projeto básico da PCH Buriti, com potência estimada de 8,9 MW, às coordenadas 18º50'03"de Latitude Sul e 48º22'03" de Longitude Oeste, localizada no rio Uberabinha, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Minas Gerais, apresentado pela empresa Rodrigo Pedroso Energia Ltda inscrita no CNPJ sob o no 10.417.697/0001-54, pelo não atendimento do artigo 9 da Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008. ii) Informar que, em decorrência da decisão explicitada no item I, o registro foi transferido para a condição de inativo. iii) Revogar o Despacho nº. 3.893 de 16 de dezembro de 2010.

Nº 4.734 - Processo nº 48500.005580/2011-88.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Galante, com potência estimada de 11,5 MW, às coordenadas 16°25'24" de Latitude Sul e 53°26'28" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.735 - Processo nº 48500.005578/2011-17.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Tesouro, com potência estimada de 19,5 MW, às coordenadas 16°5'58" de Latitude Sul e 53°33'42" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.736 - Processo nº 48500.005584/2011-66.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Avuadeira, com potência estimada de 22 MW, às coordenadas 15°59'4" de Latitude Sul e 53°25'21" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.737 - Processo nº 48500.005585/2011-19.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Alto Garças, com potência estimada de 6,5 MW, às coordenadas 16°37'8" de Latitude Sul e 53°25'2" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.738 - Processo nº 48500.005587/2011-08.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Chico França, com potência estimada de 17 MW, às coordenadas 16°19'37" de Latitude Sul e 53°34'25" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.739 - Processo nº 48500.005588/2011-44.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Barra do Onça, com potência estimada de 6,5 MW, às coordenadas 16°40'48" de Latitude Sul e 53°24'59" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.740 - Processo nº 48500.005577/2011-64.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Foz do Bandeira, com potência estimada de 20 MW, às coordenadas 16°14'45" de Latitude Sul e 53°37'07" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.741 - Processo nº 48500.005579/2011-53.

i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Caçununga, com potência estimada de 12,5 MW, às coordenadas 16°3'20" de Latitude Sul e 53°30'46" de Longitude Oeste, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 25/10/2011 pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 12/02/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.742 - Processo: 48500.003776/2008-32.

i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Taquari, no trecho entre a eclusa de Bom Retiro até a foz no rio Jacuí, localizado na sub-bacia 86, no Estado do Rio Grande do Sul, concedido à empresa J. Malucelli Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.407.406/0001-44, devido à manifestação de desistência por parte do interessado. ii) Revogar os despachos nºs 3.129, de 22 de agosto de 2008 e 1.377, de 17 de maio de 2010.

Nº 4.743 - Processo: 48500.000426/2010-39.

i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Canoas, no trecho entre as cotas 760 m (remanso do reservatório da UHE São Roque) e 780 m (canal de fuga da PCH Peri), localizado na sub-bacia 71, no Estado de Santa Catarina, concedido à empresa Estelar Engenheiros Associados Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.995.267/0001-78, devido à manifestação de desistência por parte do interessado. ii) Revogar o despacho nº 1.056, de 16 de abril de 2010.

Nº 4.744 - Processo: 48500.000747/2010-33.

i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Canoas, no trecho entre as cotas 760 m (remanso do reservatório da UHE São Roque) e 780 m (canal de fuga da PCH Peri), localizado na sub-bacia 71, no Estado de Santa Catarina, concedido à empresa HP Energética S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 09.245.902/0001-62, devido à manifestação de desistência por parte do interessado. ii) Revogar o despacho nº 1.058, de 16 de abril de 2010.

Nº 4.745 - Processo nº 48500.002400/2009-91.

i) - Devolver a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio das Antas, no trecho à montante do reservatório da PCH Quebrada Funda, localizado na sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico - Trecho Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, desenvolvidos pelas empresas Fornasa Geração de Energia Ltda. e Energyx Projetos Para a Criação de Usinas Hidroelétricas Ltda., em virtude dos estudos básicos realizados carecerem de conteúdo técnico adequado para caracterização do potencial hidroenergético; ii - Revogar o Nº 634/2010-SGH/ANEEL, de 15 de março de 2010, que anuiu com aceite os estudos supracitados; iii - Informar que uma via dos mesmos estará à disposição e deverá ser retirada até o dia 10/01/2012; iv - Determinar que a reapresentação dos estudos deve ser feita até a data limite de 06/04/2012, conforme disposto no artigo 14º da Resolução ANEEL nº. 393/98.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de dezembro de 2011

Nº 4.746 - O Superintendente de PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 249, de 30 de janeiro de 2007, e o que consta da Resolução Normativa nº 219, de 11 de abril de 2006, e do Processo nº 48500.005481/2009-81, resolve: I - Aprovar o valor do saldo na Conta de P&D da AES Eletropaulo no valor de R$ 30.437.275,68 (trinta milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) até a data de 31 de dezembro de 2010; II - Retificar o entendimento constante da Nota Técnica n° 0172/2011-SPE/ANEEL, de 30 de setembro de 2011, reputando como regular a situação da AES Eletropaulo diante dos valores apresentados na Carta EM/VPA/DRSE 0605/11, de 11 de novembro de 2011, conforme a nota técnica n° 0250/2011-SPE/ANEEL, de 06/12/2011.

Nº 4.747 - O Superintendente de PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 249, de 30 de janeiro de 2007, e o que consta da Resolução Normativa nº 219, de 11 de abril de 2006, e do Processo nº 48500.004490/2009-55, resolve: I - Aprovar o valor do saldo na Conta de P&D da AES Sul no valor de R$ 4.853.953,78 (quatro milhões, oitocentos e cinqüenta e três mil, novecentos e cinqüenta e três reais e setenta e oito centavos) até a data de 31 de dezembro de 2010; II - Retificar o entendimento constante da Nota Técnica n° 0172/2011-SPE/ANEEL, de 30 de setembro de 2011, reputando como regular a situação da AES Sul diante dos valores apresentados na Carta S/VPA/GGE 0119/11, de 11 de novembro de 2011, conforme a nota técnica n° 0251/2011-SPE/ANEEL, de 06/12/2011.

MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 63, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, de acordo com as disposições da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria n.º 1067, de 30 de novembro de 2011;

Considerando o "Plano de Abastecimento de Óleo Diesel de Baixo Teor de Enxofre", aprovado pela Diretoria da ANP em 28 de julho de 2009, resultante do Acordo firmado pelo Ministério Público Federal, ANP, Estado de São Paulo, IBAMA, Petrobras e outras partes em 29 em outubro de 2008; e

Considerando a necessidade de disponibilização de óleos diesel de baixos teores de enxofre (óleo diesel S-50 ou S-10), assim como a sua distribuição em revenda varejista de combustível automotivo, que permita veículos da fase P-7 e L-6, do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, percorrer o território nacional sempre se abastecendo com esses combustíveis; resolve:

Art. 1º Com o intuito de orientar o consumidor proprietário de veículo da fase P-7 e L-6, do PROCONVE, todos os revendedores varejistas de combustíveis automotivos que comercializarem óleo diesel deverão confeccionar adesivos plásticos coloridos, afixando-os em local de destaque, a partir de 1º de janeiro de 2012, nas bombas abastecedoras de óleo diesel, independente do tipo, conforme modelo constante no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º O distribuidor de combustíveis automotivos deverá informar ao revendedor varejista a respeito do uso, do manuseio, da nocividade e da periculosidade do óleo diesel de baixo teor de enxofre, por meio da Ficha de Informações de Produto.

Parágrafo único. A Ficha de Informações de Produto deverá ser entregue no primeiro fornecimento, conjuntamente com a documentação fiscal, e sempre que solicitado, devendo o revendedor varejista emitir comprovante de recebimento, a ser mantido na instalação do distribuidor.

Art. 3º Fica revogado o art. 5º da Resolução ANP nº 43, de 26 de dezembro de 2008, a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 4º Fica alterado o inciso IV no art. 10 da Portaria ANP nº 116, de 06 de julho de 2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10, IV - identificar em cada bomba abastecedora de combustível automotivo, no(s) painel(is) de preços, e nas demais manifestações visuais, de forma destacada, visível e de fácil identificação para o consumidor, o combustível comercializado: i) informando se o produto é "aditivado", ficando facultada a identificação de "comum" para os demais combustíveis; II) adicionalmente, identificar quais bombas abastecedoras de óleo diesel estão destinadas ao óleo diesel de baixo teor de enxofre, exibindo: a partir de 1º de janeiro de 2012 "óleo diesel S-50 ou diesel S50", e a partir de 1º de janeiro de 2013 "óleo diesel S-10 ou diesel S10".

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I



- Fonte maior do cabeçalho: Arial Bold 42
- Fonte menor do cabeçalho: Arial Bold 27
- Fonte do corpo de texto: Arial Narrow Bold 20
- Fonte da observação (*): Arial Narrow Bold 18

DIRETORIA I

DESPACHO DO DIRETOR
Em 7 de dezembro de 2011

Nº 1.463 - O Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe confere o art.34, inciso III, do Regimento Interno da ANP, aprovado pela Portaria ANP n°160, de 2 de agosto de 2004, em atendimento às determinações do Ofício n.º 069/2002, de 08 de maio de 2002, do Tribunal de Contas da União, e tendo em vista o que consta do Processo TC n.º 002.102/2001-8, torna público o volume de petróleo e gás natural produzido em julho de 2011 por campo e produção desagregada por Estado e Município (ANEXO I); a relação dos Estados, Municípios e Órgãos Federais indenizados a título de Royalties; os respectivos valores creditados em 21 de setembro de 2011, mês de competência julho de 2011 (ANEXO II).

FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO

ANEXO I

PRODUÇÃO POR CAMPO

Nome do Campo	N.º Contrato de Concessão	Petróleo m³	Gás Natural m³
AGULHA	48000.003779/97-66	855,10	32.511,10
ALBACORA	48000.003703/97-02	328.327,93	42.884.138,17
ALBACORA LESTE	48000.003895/97-67	241.769,58	22.378.551,82
ANEQUIM	48000.003730/97-77	1.859,20	278.444,14
ARABAIANA	48000.003913/97-47	978,22	10.786.058,12
ARATUM	48000.003780/97-45	2.079,69	66.629,84
ARGONAUTA	48000.003552/97-11	35.362,72	1.413.240,86
ATUM	48000.003775/97-13	1.790,62	68.462,66
BADEJO	48000.003705/97-20	2.643,38	1.068.445,16
BAGRE	48000.003726/97-08	1.080,26	123.559,81
BALEIA FRANCA	48000.003560/97-49	22.166,38	6.514.034,22
BARRACUDA	48000.003897/97-92	632.086,96	52.901.681,49
BICUDO	48000.003717/97-17	31.628,92	2.906.024,26
BIJUPIRA	48000.003709/97-81	77.228,22	5.239.718,06
BIQUARA	48000.003909/97-70	263,97	188.181,00
BM-S-9	48610.003884/2000	75.325,05	16.274.831,00
CACHALOTE	48000.003560/97-49	343.231,56	25.980.337,47
CAIOBA	48000.003836/97-06	367,90	20.687.802,87
CAMARUPIM	48000.003535/97-00	4.864,57	24.999.342,19
CAMARUPIM NORTE	48610.010724/2001	11.081,44	56.948.248,36
CAMORIM	48000.003837/97-61	5.354,32	6.585.368,77
CANAPUS	48000.003535/97-00	3.631,73	44.646.132,17
CANDEIAS-Mar	48000.003638/97-34	791,09	457.260,98
CANGOA	48000.003902/97-21	547,92	13.035.815,00
CARAPEBA	48000.003711/97-22	76.572,46	2.092.875,32
CARATINGA	48000.003898/97-55	259.186,44	23.825.193,11
CHERNE	48000.003727/97-62	97.266,66	3.004.580,36
CIOBA	48000.003906/97-81	2.180,91	16.428,02
C-M-401	48610.009156/2005-17	58.383,24	3.918.438,99
CONGRO	48000.003714/97-11	11.647,74	1.847.020,01
CORVINA	48000.003715/97-83	23.404,45	1.537.174,90
CURIMA	48000.003776/97-78	5.085,23	1.593.099,87
DOM JOAO MAR	48000.003645/97-08	1.362,47	6.465,14
DOURADO	48000.003838/97-23	428,00	89.002,40
ESPADA	48000.003777/97-31	10.355,12	707.899,15
ESPADARTE	48000.003899/97-18	116.731,36	4.152.826,30
FRADE	48000.003896/97-20	395.390,25	30.168.803,94
GAROUPA	48000.003721/97-86	20.249,78	1.946.177,73
GAROUPINHA	48000.003722/97-49	1.080,45	52.371,91
GOLFINHO	48000.003535/97-00	139.322,27	6.539.261,98
GUARICEMA	48000.003839/97-96	6.826,25	-
JUBARTE	48000.003560/97-49	622.712,29	43.551.581,38
LAGOSTA	48000.003570/97-01	12.233,39	38.712.773,61
LINGUADO	48000.003706/97-92	9.364,58	-
LULA	48610.003886/2000	209.591,99	26.355.811,41
MALHADO	48000.003716/97-46	27.773,70	2.197.179,84
MANATI	48000.003518/97-82	2.743,78	142.552.268,40
MARIMBA	48000.003732/97-01	105.765,71	8.768.843,97
MARLIM	48000.003723/97-10	931.229,46	81.808.038,73
MARLIM LESTE	48000.003900/97-03	749.933,59	69.016.517,66
MARLIM SUL	48000.003724/97-74	1.110.503,64	127.788.770,46
MERLUZA	48000.003866/97-69	4,84	55.219,37
MEXILHÃO	48000.003576/97-89	5.973,15	47.114.437,99
NAMORADO	48000.003728/97-25	75.759,62	4.608.284,73
OESTE DE UBARANA	48000.003910/97-59	1.090,96	3.340.432,49
OSTRA	48000.003552/97-11	288.131,57	6.589.488,95
PAMPO	48000.003707/97-55	44.850,05	3.459.399,44
PARATI	48000.003731/97-30	1.086,92	99.886,31
PARGO	48000.003712/97-95	16.714,53	706.750,84
PARU	48000.003840/97-75	955,37	7.794.601,00
PEREGRINO	48610.003887/2000	142.360,91	2.039.810,00
PEROÁ	48000.003903/97-93	9.590,96	150.165.388,00
PESCADA	48000.003912/97-84	2.651,96	7.938.778,46
PIRANEMA	48000.003495/97-89	45.020,76	4.854.062,61
PIRAUNA	48000.003733/97-65	20.506,03	1.048.853,44
POLVO	48610.003888/2000	99.036,48	1.345.052,85
RONCADOR	48000.003901/97-68	1.396.023,66	155.219.660,85
SALEMA	48000.003710/97-60	27.714,48	4.730.737,95
SALGO	48000.003841/97-38	925,14	10.098,00
SERRA	48000.003781/97-16	17.733,63	363.848,70
TARTARUGA	48000.003835/97-35	1.214,84	91.092,99
TATUI	48000.003834/97-72	133,14	43.351,35
TLD TIRO	48610.009494/2003	127.397,93	4.247.345,74
TRILHA	48000.003708/97-18	909,28	224.668,97
UBARANA	48000.003782/97-71	10.095,47	11.705.587,42
URUGUÁ	48000.003577/97-41	61.760,91	28.121.825,48
VERMELHO	48000.003713/97-58	39.978,42	1.500.563,00
VIOLA	48000.003734/97-28	17.142,81	757.386,24
VOADOR	48000.003704/97-67	42.560,54	5.588.441,67
XAREU	48000.003778/97-01	6.640,03	228.483,24
ACAUA	48610.003901/2000	82,43	73,75
AGUA GRANDE	48000.003629/97-43	12.256,93	-
AGUILHADA	48000.003842/97-09	1.666,14	23.325,48
ALTO DO RODRIGUES	48000.003784/97-04	12.002,64	60.652,22
ANAMBE	48610.003892/2000	6.960,10	3.575.190,13
ANDORINHA	48610.007994/2004	502,03	5.020,30
ANDORINHA SUL	48610.008002/2004	294,94	2.949,40
ANGELIM	48000.003843/97-63	606,66	3.032,63
ANGICO	48000.003484/97-62	38,50	455,23
APRAIUS	48000.003630/97-22	506,23	18.948,77
ARAÇARI	48610.009487/2003	80,83	8.325,10
ARACAS	48000.003631/97-95	17.987,33	2.777.207,84
ARAÇÁS LESTE	48610.009289/2005-93	30,58	305,80
ARATU	48000.003632/97-58	-	939.207,59
ARUARI	48000.003844/97-26	100,77	503,75
ASA BRANCA	48000.003482/97-37	509,53	257.535,62
ATALAIA SUL	48000.003845/97-99	446,98	1.787,54
BAIXA DO ALGODAO	48000.003785/97-69	2.425,56	10.851,57
BARRA DO IPIRANGA	48000.003756/97-61	-	568.003,99
BARRINHA	48000.003786/97-21	56,47	56,33
BARRINHA LESTE	48610.003901/2000	5,26	12,35
BENFICA	48610.004003/98	1.284,98	104.559,91
BIRIBA	48000.003672/97-72	49,60	1.219.418,76
BOA ESPERANCA	48000.003787/97-94	1.489,08	538.126,22
BOA VISTA	48000.003788/97-57	1.532,20	57.582,78
BOM LUGAR	48610.009285/2005-13	212,43	17.631,69
BONSUCESSO	48000.003658/97-41	426,06	4.381,51
BREJINHO	48000.003636/97-17	279,04	8.432,59
BREJINHO	48000.003789/97-10	4.080,16	765.284,77
BREJO GRANDE	48000.003846/97-51	1.082,09	-
BT-POT-10	48610.009227/2002	361,00	144.299,68
BT-POT-8	48610.009225/2002	8,81	261.125,00
BURACICA	48000.003635/97-46	23.351,16	140.289,83
BURIZINHO	48610.009231/2002	29,20	306,00
CACHOEIRINHA	48000.003791/97-61	1.281,14	479.615,49
CAMPO GRANDE	48000.003737/97-16	206,84	48.106,57
CANABRAVA	48000.003637/97-71	293,12	7.923,48
CANARIO	48610.003899/2000	1.109,23	77.646,04
CANCA	48610.009491/2003	5.167,19	116.873,62
CANDEIAS-Terra	48000.003638/97-34	3.564,68	2.698.838,34
CANTA GALO	48000.003639/97-05	28,54	893.641,47
CANTO DO AMARO	48000.003792/97-24	93.253,54	1.226.010,15
CARAPITANGA	48610.009275/2005-71	112,25	22.450,00
CARCARÁ	48610.009127/2005-55	57,66	1.153,28
CARDEAL	48610.008000/2004	2.041,68	-
CARMOPOLIS	48000.003847/97-14	109.217,21	4.974.831,93
CASSARONGONGO	48000.003640/97-86	6.519,07	316.878,54
CASTANHAL	48000.003848/97-87	1.196,12	11.967,18
CEXIS	48000.003641/97-49	1.383,83	5.081.020,83
CHAUA	48610.007481/2006-26	1,56	95,48
CIDADE DE ARACAJU	48610.009284/2005-61	42,17	210,85
CIDADE DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003850/97-29	769,41	6.772.839,72

PROIBIDA POR TERCEIROS

CIDADE ENTRE RIOS	48000.003642/97-10	5.429,63	108.592,22
COLIBRI	48610.009503/2003	145,10	-
CONCEICAO	48000.003702/97-31	60,06	1.374.718,37
COQUEIRO SECO	48000.003851/97-91	38,11	762,26
CORREGO CEDRO NORTE	48000.003738/97-89	439,79	5.068,49
CORREGO DAS PEDRAS	48000.003739/97-41	148,02	7.356,59
CORREGO DOURADO	48000.003740/97-21	295,97	2.480,04
CREJOA	48610.007484/2006-61	30,02	150,10
DOM JOAO	48000.003644/97-37	5.104,04	40.765,81
ESTREITO	48000.003793/97-97	36.880,73	147.439,26
FAZENDA ALEGRE	48000.003742/97-56	33.607,37	451.301,56
FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	48610.004004/98	11,03	346.585,90
FAZENDA ALVORADA	48000.003646/97-62	4.287,68	40.749,49
FAZENDA AZEVEDO	48000.003647/97-25	307,61	92.282,40
FAZENDA BALSAMO	48000.003648/97-98	17.345,96	302.367,24
FAZENDA BELEM	48000.003649/97-51	4.235,03	183.005,89
FAZENDA BELEM	48000.003795/97-12	7.519,68	37.554,00
FAZENDA BOA ESPERANCA	48000.003650/97-30	8.686,49	495.758,60
FAZENDA CANAAN	48000.003796/97-85	353,30	352,47
FAZENDA CEDRO	48000.003743/97-19	320,57	8.362,05
FAZENDA CEDRO NORTE	48000.003745/97-44	448,44	21.190,05
FAZENDA CURRAL	48000.003797/97-48	813,86	23.947,72
FAZENDA IMBE	48000.003651/97-01	2.794,27	677.882,51
FAZENDA JUNCO	48000.003915/97-72	61,53	7.950,10
FAZENDA MALAQUIAS	48000.003798/97-19	4.701,66	2.848,62
FAZENDA MATINHA	48000.003891/97-14	17,25	229.708,43
FAZENDA ONCA	48000.003652/97-65	337,33	2.353,56
FAZENDA PANELAS	48000.003653/97-28	12.306,84	826.988,69
FAZENDA PAU BRASIL	48000.003852/97-54	167,41	42.689,53
FAZENDA POCINHO	48000.003799/97-73	17.128,22	184.141,61
FAZENDA QUEIMADAS	48000.003744/97-81	481,86	32.804,82
FAZENDA RIO BRANCO	48000.003654/97-91	183,53	12.113,03
FAZENDA SANTA LUZIA	48000.003746/97-15	4.116,95	784.861,57
FAZENDA SANTA ROSA	48000.003883/97-88	92,31	787.987,43
FAZENDA SANTO ESTEVAO	48000.003655/97-53	716,66	11.466,53
FAZENDA SAO JORGE	48000.003747/97-70	2.866,08	64.509,96
FAZENDA SAO RAFAEL	48000.003750/97-84	11.150,52	1.911.114,77
FURADO	48000.003854/97-80	4.494,83	3.282.928,22
GOMO	48000.003656/97-16	202,68	13.405,88
GUAMARE	48000.003800/97-51	2.043,25	-
GUANAMBI	48610.008017/2004	507,15	37.985,28
GURIRI	48000.003751/97-47	2,12	35,42
ICAPUI	48000.003801/97-13	120,37	601,70
ILHA BIMBARRA	48000.003657/97-89	-	179.134,36
ILHA PEQUENA	48000.003855/97-42	259,41	37.792,49
INHAMBU	48610.010735/2001	5.596,27	54.966,36
IRAUNA	48610.008001/2004	120,31	20.208,85
IRERE	48610.003900/2000	62,46	1.498,95
ITAPARICA	48000.003659/97-12	74,22	347,46
JACANA	48610.009225/2002	1.269,16	25.586,09
JACUIPE	48000.003660/97-93	60,73	2.177.315,50
JACUTINGA	48610.007984/2004	109,45	974,58
JANDAIA	48610.009488/2003	7.287,28	839.305,44
JANDUI	48000.003802/97-86	22,31	72.596,51
JAPUACU	48610.003892/2000	108,22	10.821,99
JEQUIA	48000.003856/97-13	87,29	3.055,14
JIRIBATUBA	48610.009282/2005-71	46,20	231,00
JOAO DE BARRO	48610.009509/2003	142,12	25.138,14
JUAZEIRO	48000.003803/97-49	85,79	5.636,40
LAGOA AROEIRA	48000.003804/97-10	530,90	4.377,79
LAGOA BONITA	48000.003748/97-32	191,11	4.777,64
LAGOA DO PAULO	48610.009231/2002	338,40	3.893,00
LAGOA DO PAULO NORTE	48610.009231/2002	381,90	13.008,00
LAGOA DO PAULO SUL	48610.009231/2002	14,50	490,00
LAGOA PACAS	48000.003921/97-75	0,03	73.408,60
LAGOA PARDA	48000.003752/97-18	2.391,91	146.515,82
LAGOA PARDA NORTE	48000.003754/97-35	81,55	3.721,77
LAGOA PIABANHA	48000.003755/97-06	785,14	21.377,52
LAGOA SURUACA	48000.003757/97-23	1.245,40	-
LAMARAO	48000.003664/97-44	108,07	2.848.146,22
LEODORIO	48000.003665/97-15	42,04	3.153,00
LESTE DE POCO XAVIER	48610.004000/98	1.209,72	156.945,11
LESTE DO URUCU	48000.003627/97-18	93.154,91	62.474.798,30
LIVRAMENTO	48000.003805/97-74	5.628,46	2.971.056,93
LORENA	48000.003807/97-08	4.004,07	6.510.351,74
MACAU	48000.003808/97-62	152,16	1.489,55
MALOMBE	48000.003666/97-70	1.472,47	19.885,57
MANDACARU	48000.003667/97-32	362,25	677.102,69
MAPELE	48000.003633/97-11	18,47	346.989,55
MARIRICU	48000.003758/97-96	102,58	3.661,33
MASSAPE	48000.003668/97-03	3.980,10	3.436.433,61
MASSUI	48000.003669/97-68	2.696,44	355.590,47
MATA DE SAO JOAO	48000.003670/97-47	4.939,10	418.954,58
MATO GROSSO	48000.003857/97-78	2.410,81	416.323,25
MATO GROSSO NOROESTE	48610.009197/2005-11	278,18	55.636,37
MATO GROSSO NORTE	48610.009197/2005-11	499,01	48.255,41
MATO GROSSO SUL	48610.009197/2005-11	500,13	136.118,16
MIRANGA	48000.003673/97-35	11.316,17	32.125.101,47
MIRANGA NORTE	48000.003676/97-23	202,56	215.467,00
MONTE ALEGRE	48000.003809/97-25	3.130,40	31.570,98
MORRINHO	48000.003810/97-12	1.044,54	1.042,77
MORRO DO BARRO	48610.009283/2005-16	-	633.674,00
MOSSORO	48000.003811/97-77	1.308,71	1.306,35
NATIVO OESTE	48000.003761/97-09	285,66	3.436,03
NORTE FAZENDA CARUACU	48000.003677/97-96	648,97	1.180.794,04
PA-1ALV1BA-REC-T-129	48610.001443/2008-21	59,19	59,19
PA-1ALV2BA-REC-T-155	48610.001427/2008-39	2.116,00	236.780,40
PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	48610.009146/2005-81	10.269,24	15.971.602,00
PA-1STAR11RN_POT-T-749	48610.009128/2005-16	1.371,58	22.493,93
PA-1VITA4ES-ES-T-391	48610.001402/2008-35	19,65	-
PAJEU	48000.003813/97-01	2.983,10	16.290,78
PEDRA SENTADA	48610.004001/98	26,04	23,63
PEDRINHAS	48000.003678/97-59	-	19.816,49
PERIQUITO	48610.008005/2004	57,32	1.398,66
PILAR	48000.003859/97-01	12.132,84	12.961.664,77
PINTASSILGO	48610.003901/2000	2.364,63	2.362,47
POCO VERDE	48000.003814/97-65	251,56	250,91
POCO XAVIER	48000.003815/97-28	258,83	34.324,21
POJUCA	48000.003679/97-11	144,67	3.949,25
PONTA DO MEL	48000.003816/97-91	851,98	779.961,80
PORTO CARAO	48000.003817/97-53	1.622,48	10.495,45
POT-T-748	48610.009128/2005-16	789,71	11.450,85
QUERERA	48000.003894/97-02	40,51	570.079,03
REDONDA	48000.003818/97-16	1.105,36	1.103,43
REDONDA PROFUNDO	48000.003819/97-89	2.622,38	7.580,35
REMANSO	48000.003671/97-18	2.622,35	1.037.315,78
RIACHO DA BARRA	48000.003682/97-26	4.632,85	323.337,64
RIACHO DA FORQUILHA	48000.003821/97-21	15.768,24	4.406.913,27
RIACHO OURICURI	48000.003683/97-99	827,61	14.552,24
RIACHO SAO PEDRO	48000.003684/97-51	-	294.621,60
RIACHUELO	48000.003860/97-82	13.349,64	34.126,19
RIO BARRA SECA	48000.003765/97-51	-	369.535,99
RIO DA SERRA	48000.003685/97-14	192,37	975,99
RIO DO BU	48000.003686/97-87	10.042,11	98.323,66
RIO DOS OVOS	48000.003687/97-40	1.463,94	29.633,88
RIO IPIRANGA	48610.007482/2006-71	117,42	7.044,93
RIO ITARIRI	48000.003688/97-11	2.568,91	23.412,85
RIO ITAUNAS	48000.003766/97-14	812,77	19.775,86
RIO JOANES	48000.003890/97-43	-	27.239,42
RIO MARIRICU	48000.003768/97-40	64,82	9.529,00
RIO MOSSORO	48000.003824/97-19	100,00	7.999,97
RIO PIPIRI	48000.003674/97-06	7,26	131.970,80
RIO POJUCA	48000.003689/97-75	2.374,60	63.411,21
RIO PRETO	48000.003769/97-11	486,63	12.230,74
RIO PRETO OESTE	48000.003770/97-91	792,43	15.909,13
RIO PRETO SUL	48000.003771/97-54	1.004,95	50.223,10
RIO SAO MATEUS	48000.003772/97-17	112,19	17.174,70
RIO SAO MATEUS OESTE	48610.007984/2004	42,39	423,86
RIO SAUIPE	48000.003690/97-54	54,66	4.918,95
RIO SUBAUMA	48000.003691/97-17	117,21	1.060,54
RIO URUCU	48000.003628/97-81	68.139,83	82.698.555,96
ROLINHA	48610.009227/2002	17,40	174,00
SABIA	48000.003916/97-35	-	216.304,24
SAIRA	48610.010735/2001	24,16	120,72
SALINA CRISTAL	48000.003825/97-81	13.499,06	1.420.381,52
SANTANA	48000.003692/97-80	160,00	12.799,99
SAO DOMINGOS	48000.003693/97-42	79,64	477,47
SAO MATEUS	48000.003773/97-80	1.800,52	46.211,58
SÃO MATEUS LESTE	48610.009188/2005-12	146,36	20.648,16
SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003861/97-45	1.033,74	4.570.481,69
SAO PEDRO	48000.003694/97-13	113,11	17.059,60
SERIEMA	48610.007984/2004	284,29	2.842,90
SERRA DO MEL	48000.003828/97-70	56,06	17.067,27
SERRA VERMELHA	48000.003829/97-32	3,75	3,68
SERRARIA	48000.003830/97-11	2.647,52	12.167,07
SESMARIA	48000.003696/97-31	759,48	366.737,89
SIRIRIZINHO	48000.003862/97-16	25.669,93	1.313.942,33
SOCORRO	48000.003697/97-01	1.372,24	9.899,12
SOCORRO EXTENSAO	48000.003698/97-66	159,55	513.189,50
SUDOESTE URUCU	48000.003873/97-24	302,01	1.092.200,85
SUL DE CORURIPE	48000.003863/97-71	210,91	6.327,34
SUSSUARANA	48000.003699/97-29	153,31	174.086,72
TABUIAIA	48610.007986/2004	97,47	3.935,20
TABULEIRO DOS MARTINS	48000.003864/97-33	1.326,95	42.981,91
TANGARA	48610.009488/2003	1.823,70	63.835,85
TAQUIPE	48000.003700/97-14	12.514,22	1.128.345,31
TIGRE	48610.009279/05-58	224,70	39.613,74
TRES MARIAS	48000.003832/97-47	386,85	1.546,42
TRINCA FERRO	48610.008001/2004	277,00	36.469,70
UIRAPURU	48610.003899/2000	167,21	107.023,05
UPANEMA	48000.003833/97-18	293,92	35.047,00
VARGINHA	48610.004002/98	359,22	104.987,58
TOTAL		10.236.133,12	1.730.086.195,60

VOLUME DE ÓLEO E GÁS PRODUZIDO EM TERRA POR ESTADO E MUNICÍPIO

UF	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (m3)	
		PETRÓLEO	GÁS NATURAL
AL	COQUEIRO SECO-AL	38,11	762,26
	CORURIPE-AL	210,91	6.327,34
	JEQUIA DA PRAIA-AL	516,76	175.365,54
	MACEIO-AL	1.326,95	42.981,91
	MARECHAL DEODORO-AL	3.051,92	1.058.470,37
	PILAR-AL	6.492,80	10.653.088,03
	RIO LARGO-AL	361,97	776.656,98
	ROTEIRO-AL	87,32	76.463,74
	SANTA LUZIA DO NORTE-AL	37,16	2.619,06
	SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	13.016,94	18.079.585,74
	SATUBA-AL	2.188,98	470.830,33
	TOTAL - AL	27.329,83	31.343.151,30
AM	COARI-AM	161.596,76	146.265.555,11
	TEFE-AM	10.269,24	15.971.602,00
	TOTAL - AM	171.866,00	162.237.157,11
BA	ALAGOINHAS-BA	36.943,09	1.849.285,84
	ARACAS-BA	18.147,07	2.567.814,30
	ARAMARI-BA	0,01	64.187,77
	CAMACARI-BA	-	380.473,31
	CANDEIAS-BA	7.261,75	8.350.327,86
	CARDEAL DA SILVA-BA	5.248,98	619.252,96
	CATU-BA	11.720,78	946.489,37
	CONDE-BA	441,53	5.464,90
	ENTRE RIOS-BA	19.087,38	2.076.743,36
	ESPLANADA-BA	45.104,67	1.403.244,21
	INHAMBUPE-BA	17,25	229.708,43
	ITANAGRA-BA	1.272,84	534.062,42
	ITAPARICA-BA	74,22	347,46
	MATA DE SAO JOAO-BA	9.078,98	4.086.450,94
	POJUCA-BA	28.260,34	34.018.902,56
	SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	5.831,23	1.439.164,00
	SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	20.250,54	8.682.997,25

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	SATIRO DIAS-BA	132,83	1.358.066,46
	SIMOES FILHO-BA	18,47	1.286.197,14
	TEODORO SAMPAIO-BA	196,51	7.537,14
	VERA CRUZ-BA	46,20	633.905,00
	TERRA NOVA-BA	96,61	386,34
	TOTAL - BA	209.231,27	70.541.009,02
CE	ARACATI-CE	5.255,79	26.257,61
	ICAPUI-CE	2.277,04	11.362,29
	JAGUARUANA-CE	107,22	535,80
	TOTAL - CE	7.640,05	38.155,70
ES	CONCEICAO DA BARRA-ES	842,79	19.925,96
	JAGUARE-ES	33.814,21	868.944,12
	LINHARES-ES	28.506,71	3.067.212,84
	SAO MATEUS-ES	12.713,16	881.173,60
	TOTAL - ES	75.876,86	4.837.256,52
RN	ACU-RN	19.337,19	394.036,09
	AFONSO BEZERRA-RN	18,60	74,40
	ALTO DO RODRIGUES-RN	16.799,99	76.380,78
	ANGICOS-RN	362,89	3.918,98
	APODI-RN	17.049,31	4.693.636,76
	AREIA BRANCA-RN	25.027,56	2.095.435,33
	CARAUBAS-RN	6.909,59	3.450.672,42
	CARNAUBAIS-RN	14.294,81	75.177,57
	FELIPE GUERRA-RN	3.826,38	1.091.918,74
	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	11.831,53	6.679.434,07
	GUAMARE-RN	612,76	-
	MACAU-RN	22.566,36	1.501.942,10
	MOSSORO-RN	87.559,42	208.160,02
	PENDENCIAS-RN	15.592,09	146.672,97
	SERRA DO MEL-RN	3.704,11	47.619,86
	UPANEMA-RN	4.450,17	800.988,67
	TOTAL - RN	249.942,74	21.266.068,76
SE	ARACAJU-SE	446,98	1.787,54
	AREIA BRANCA-SE	195,39	663,84
	BREJO GRANDE-SE	1.194,34	22.450,00
	CAPELA-SE	819,46	17.112,80
	CARMOPOLIS-SE	48.718,88	2.075.494,40
	DIVINA PASTORA-SE	20.799,30	1.034.330,76
	GENERAL MAYNARD-SE	191,40	17.006,91
	JAPARATUBA-SE	53.261,05	2.056.801,19
	MARUIM-SE	1.730,84	240.149,44
	PACATUBA-SE	224,70	39.613,74
	PIRAMBU-SE	1.666,14	23.325,48
	RIACHUELO-SE	4.044,21	13.325,83
	ROSARIO DO CATETE-SE	11.408,35	950.563,36
	SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	1.433,67	81.670,75
	SAO CRISTOVAO-SE	301,58	38.003,34
	SIRIRI-SE	11.203,76	503.335,62
	TOTAL - SE	157.640,06	7.115.635,00
Total Geral		899.526,82	297.378.433,41

ANEXO II

ROYALTIES

BENEFICIÁRIOS	VALOR (R$)			
	Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2011
BRASIL				
ESTADOS	189.759.585,74	136.596.028,71	326.355.614,45	2.786.347.952,32
MUNICIPIOS	218.302.110,54	157.339.851,62	375.641.962,16	3.230.637.355,44
FUNDO ESPECIAL	51.200.964,07	37.745.149,50	88.946.113,57	753.547.559,76
COMANDO DA MARINHA	102.401.928,15	75.490.299,00	177.892.227,15	1.507.095.119,64
MCT	-	138.620.530,04	138.620.530,04	1.171.766.591,29
TOTAL	561.664.588,50	545.791.858,87	1.107.456.447,37	9.449.394.578,45

BENEFICIÁRIOS	VALOR (R$)			
	Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2011
ESTADOS				
ALAGOAS	1.594.351,68	1.016.666,65	2.611.018,33	22.034.660,74
AMAZONAS	10.033.290,96	7.511.920,46	17.545.211,42	131.494.086,71
BAHIA	10.309.067,04	6.436.041,73	16.745.108,77	145.069.291,23
CEARA	651.505,04	404.122,30	1.055.627,34	9.739.707,01
ESPIRITO SANTO	27.425.367,13	22.156.557,89	49.581.925,02	398.160.067,89
RIO DE JANEIRO	118.058.309,57	85.053.254,75	203.111.564,32	1.793.766.010,74
RIO GRANDE DO NORTE	10.754.125,74	7.170.876,48	17.925.002,22	150.475.567,72
SAO PAULO	3.960.006,89	1.882.564,82	5.842.571,71	39.476.851,34
SERGIPE	6.973.561,69	4.964.023,63	11.937.585,32	96.131.708,94
TOTAL	189.759.585,74	136.596.028,71	326.355.614,45	2.786.347.952,32

* Valor sem a retenção de 1% (um por cento) de PASEP, conforme disposto no inciso III, do Art.2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, combinado como parágrafo 6º do Art.19 da Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001.

ROYALTIES POR MUNICÍPIO

BENEFICIÁRIOS		VALOR (R$)			
		Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total*	Acumulado em 2011
ANADIA-AL	AL	551,27	-	551,27	5.340,27
ATALAIA-AL	AL	712,06	-	712,06	6.996,77
BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	AL	528,30	-	528,30	5.018,83
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	AL	459,39	-	459,39	4.450,22
BOCA DA MATA-AL	AL	620,18	-	620,18	6.007,81
BRANQUINHA-AL	AL	482,36	-	482,36	4.672,72
CAJUEIRO-AL	AL	597,21	-	597,21	5.785,30
CAMPESTRE-AL	AL	459,39	-	459,39	4.450,22
CAMPO ALEGRE-AL	AL	735,03	-	735,03	7.021,47
CAPELA-AL	AL	551,27	-	551,27	5.340,27
CHA PRETA-AL	AL	459,39	-	459,39	4.450,22
COLONIA LEOPOLDINA-AL	AL	597,21	-	597,21	5.686,39
COQUEIRO SECO-AL	AL	76.638,72	326,89	76.965,61	674.507,31
CORURIPE-AL	AL	1.684.993,31	58.348,58	1.743.341,89	14.626.017,83
FELIZ DESERTO-AL	AL	16.617,68	23.223,21	39.840,89	384.854,19
FLEXEIRAS-AL	AL	505,33	-	505,33	4.796,32
IBATEGUARA-AL	AL	528,30	-	528,30	5.117,75
IGREJA NOVA-AL	AL	597,21	-	597,21	5.785,30
JACUIPE-AL	AL	459,39	-	459,39	4.450,22
JAPARATINGA-AL	AL	459,39	-	459,39	4.450,22
JEQUIA DA PRAIA-AL	AL	7.101,15	2.770,24	9.871,39	35.725,61
JOAQUIM GOMES-AL	AL	597,21	-	597,21	5.785,30
JUNDIA-AL	AL	459,39	-	459,39	4.450,22
JUNQUEIRO-AL	AL	597,21	-	597,21	5.884,22
MACEIO-AL	AL	91.756,66	22.876,16	114.632,82	998.757,01
MARAGOGI-AL	AL	643,15	-	643,15	6.131,42
MARECHAL DEODORO-AL	AL	115.483,11	86.253,30	201.736,41	1.825.228,57
MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	AL	597,21	-	597,21	5.884,22
MESSIAS-AL	AL	528,30	-	528,30	5.117,75
MURICI-AL	AL	620,18	-	620,18	6.007,81
NOVO LINO-AL	AL	505,33	-	505,33	4.796,32
PARIPUEIRA-AL	AL	482,36	8.636,67	9.119,03	86.033,73
PASSO DE CAMARAGIBE-AL	AL	528,30	-	528,30	5.018,83
PENEDO-AL	AL	-	-	-	5.698,84
PIACABUCU-AL	AL	551,27	-	551,27	5.340,27
PILAR-AL	AL	114.335,94	73.317,04	187.652,98	1.428.700,02
PINDOBA-AL	AL	459,39	-	459,39	4.450,22
PORTO CALVO-AL	AL	620,18	-	620,18	6.007,81
PORTO DE PEDRAS-AL	AL	459,39	-	459,39	4.549,13
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	AL	574,24	-	574,24	5.463,86
RIO LARGO-AL	AL	7.784,51	4.517,29	12.301,80	176.973,12
ROTEIRO-AL	AL	77.375,94	934,04	78.309,98	689.571,47
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	AL	76.639,58	325,48	76.965,06	676.518,23
SANTANA DO MUNDAU-AL	AL	482,36	-	482,36	4.672,72
SAO JOSE DA LAJE-AL	AL	597,21	-	597,21	5.785,30
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	AL	666,12	-	666,12	6.353,91
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	AL	298.662,84	200.102,98	498.765,82	4.370.356,90
SAO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	AL	459,39	-	459,39	4.450,22
SATUBA-AL	AL	26.941,56	17.377,31	44.318,87	267.120,20
TEOTONIO VILELA-AL	AL	712,06	-	712,06	6.897,86
UNIAO DOS PALMARES-AL	AL	757,99	-	757,99	7.342,87
VICOSA-AL	AL	620,18	-	620,18	6.007,81
ALAGOAS TOTAL		2.616.152,10	499.009,19	3.115.161,29	26.452.281,40
ANAMA-AM	AM	-	3.420,49	3.420,49	29.375,75
ANORI-AM	AM	-	3.420,49	3.420,49	29.375,74
AUTAZES-AM	AM	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
BERURI-AM	AM	-	3.420,49	3.420,49	29.375,74
CAREIRO DA VARZEA-AM	AM	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
CAREIRO-AM	AM	-	3.420,49	3.420,49	29.375,36
COARI-AM	AM	2.574.590,64	2.569.932,78	5.144.523,42	41.936.632,59
CODAJAS-AM	AM	-	3.420,49	3.420,49	29.375,74
IRANDUBA-AM	AM	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
ITACOATIARA-AM	AM	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
ITAPIRANGA-AM	AM	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
MANACAPURU-AM	AM	-	3.420,49	3.420,49	29.375,75
MANAQUIRI-AM	AM	-	3.420,49	3.420,49	29.375,68
MANAUS-AM	AM	1.656.019,12	131.597,72	1.787.616,84	14.867.269,42
PARINTINS-AM	AM	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
SILVES-AM	AM	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
TEFE-AM	AM	448.182,87	305.929,17	754.112,04	2.267.894,37
URUCARA-AM	AM	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
URUCURITUBA-AM	AM	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
AMAZONAS TOTAL		4.678.792,63	3.121.856,25	7.800.648,88	60.003.740,99
LARANJAL DO JARI-AP	AP	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
MACAPA-AP	AP	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
MAZAGAO-AP	AP	-	10.050,35	10.050,35	80.701,64
AMAPA TOTAL		-	30.151,05	30.151,05	242.104,94
ACAJUTIBA-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
ADUSTINA-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
AGUA FRIA-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
AIQUARA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
ALAGOINHAS-BA	BA	500.150,55	309.754,70	809.905,25	6.723.678,11
ALCOBACA-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.717,36
ALMADINA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
AMARGOSA-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.926,60
AMELIA RODRIGUES-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.059,65
ANAGE-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
ANGUERA-BA	BA	879,36	-	879,36	7.005,87
ANTAS-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.215,10
ANTONIO CARDOSO-BA	BA	879,36	-	879,36	7.370,52
APORA-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.215,10
APUAREMA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
ARACAS-BA	BA	295.629,49	150.574,12	446.203,61	3.978.061,98
ARACI-BA	BA	1.339,99	-	1.339,99	10.953,48
ARAMARI-BA	BA	1.136,67	108,07	1.244,74	12.187,22
ARATACA-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
ARATUIPE-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
AURELINO LEAL-BA	BA	921,24	-	921,24	7.712,82
BAIXA GRANDE-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
BANZAE-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
BARRA DO CHOCA-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.926,60
BARRA DO ROCHA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
BARRO PRETO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
BARROCAS-BA	BA	963,11	-	963,11	7.690,46
BELMONTE-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
BELO CAMPO-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.032,77
BIRITINGA-BA	BA	963,11	-	963,11	7.690,46
BOA NOVA-BA	BA	963,11	-	963,11	8.055,12
BOA VISTA DO TUPIM-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.215,10
BOM JESUS DA SERRA-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
BREJOES-BA	BA	963,11	-	963,11	7.690,46
BUERAREMA-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.557,39
CAATIBA-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.215,10

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CACHOEIRA-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.926,60
CAEM-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
CAETANOS-BA	BA	921,24	-	921,24	7.530,49
CAIRU-BA	BA	32.435,00	323.702,47	356.137,47	2.901.742,51
CAMACAN-BA	BA	1.172,49	-	1.172,49	9.584,28
CAMACARI-BA	BA	3.084,02	591,79	3.675,81	20.262,39
CAMAMU-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.926,60
CANAVIEIRAS-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.926,60
CANDEAL-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
CANDEIAS-BA	BA	250.229,03	303.028,70	553.257,73	5.058.520,35
CANDIDO SALES-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
CANSANCAO-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.926,60
CANUDOS-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	BA	879,36	-	879,36	7.370,52
CAPIM GROSSO-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
CARAVELAS-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
CARDEAL DA SILVA-BA	BA	138.936,22	40.577,04	179.513,26	1.581.091,47
CASTRO ALVES-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
CATU-BA	BA	211.573,97	98.069,52	309.643,49	2.729.922,78
CICERO DANTAS-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.744,26
CIPO-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
COARACI-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
CONCEICAO DA FEIRA-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.717,36
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.215,10
CONCEICAO DO COITE-BA	BA	1.381,86	-	1.381,86	11.295,76
CONCEICAO DO JACUIPE-BA	BA	1.172,49	-	1.172,49	9.401,95
CONDE-BA	BA	6.067,97	3.211,60	9.279,57	63.040,35
CORACAO DE MARIA-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
CORONEL JOAO SA-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.397,43
CRAVOLANDIA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
CRISOPOLIS-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.717,36
CRUZ DAS ALMAS-BA	BA	1.381,86	-	1.381,86	11.113,44
DARIO MEIRA-BA	BA	921,24	-	921,24	7.530,49
DIAS D'AVILA-BA	BA	1.423,73	-	1.423,73	11.273,40
DOM MACEDO COSTA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
ELISIO MEDRADO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
ENCRUZILHADA-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
ENTRE RIOS-BA	BA	303.171,17	192.973,97	496.145,14	4.396.569,82
ESPLANADA-BA	BA	590.470,58	403.639,40	994.109,98	8.868.444,96
EUCLIDES DA CUNHA-BA	BA	1.381,86	-	1.381,86	11.295,76
EUNAPOLIS-BA	BA	1.549,36	-	1.549,36	12.482,63
FATIMA-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.397,43
FEIRA DE SANTANA-BA	BA	1.674,98	-	1.674,98	13.691,84
FIRMINO ALVES-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
FLORESTA AZUL-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
GANDU-BA	BA	1.172,49	-	1.172,49	9.584,28
GAVIAO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
GLORIA-BA	BA	963,11	-	963,11	7.690,46
GONGOGI-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.557,39
GUARATINGA-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
HELIOPOLIS-BA	BA	921,24	-	921,24	7.712,82
IACU-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
IBICARAI-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
IBICUI-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
IBIQUERA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
IBIRAPITANGA-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
IBIRAPUA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
IBIRATAIA-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.739,72
ICHU-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
IGRAPIUNA-BA	BA	921,24	-	921,24	7.530,49
IGUAI-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
ILHEUS-BA	BA	1.674,98	-	1.674,98	13.691,84
INHAMBUPE-BA	BA	2.560,52	665,18	3.225,70	22.750,93
IPECAETA-BA	BA	963,11	-	963,11	8.055,12
IPIAU-BA	BA	1.298,11	-	1.298,11	10.611,18
IPIRA-BA	BA	1.381,86	-	1.381,86	11.295,76
IRAJUBA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
IRARA-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
ITABELA-BA	BA	1.172,49	-	1.172,49	9.401,95
ITABERABA-BA	BA	1.381,86	-	1.381,86	11.295,76
ITABUNA-BA	BA	1.674,98	-	1.674,98	13.691,84
ITACARE-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
ITAGI-BA	BA	921,24	-	921,24	7.530,49
ITAGIBA-BA	BA	963,11	-	963,11	8.055,12
ITAGIMIRIM-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
ITAJU DO COLONIA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
ITAJUIPE-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
ITAMARAJU-BA	BA	1.381,86	-	1.381,86	11.478,10
ITAMARI-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
ITAMBE-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	9.446,69
ITANAGRA-BA	BA	93.443,72	13.334,20	106.777,92	944.651,85
ITANHEM-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
ITAPARICA-BA	BA	113.244,67	204.085,46	317.330,13	2.991.146,42
ITAPE-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
ITAPEBI-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
ITAPETINGA-BA	BA	1.423,73	-	1.423,73	11.455,72
ITAPICURU-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.744,26
ITAPITANGA-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
ITAQUARA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
ITARANTIM-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.375,06
ITATIM-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
ITIRUCU-BA	BA	921,24	-	921,24	7.712,82
ITIUBA-BA	BA	1.256,24	-	1.256,24	10.086,57
ITORORO-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.739,72
ITUBERA-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.059,65
JACOBINA-BA	BA	1.465,61	-	1.465,61	11.980,37
JAGUAQUARA-BA	BA	1.339,99	-	1.339,99	10.771,15
JAGUARIPE-BA	BA	30.084,63	-	30.084,63	245.698,76
JANDAIRA-BA	BA	879,36	-	879,36	7.005,87
JEQUIE-BA	BA	1.674,98	-	1.674,98	13.691,84
JEREMOABO-BA	BA	1.256,24	-	1.256,24	10.268,90
JIQUIRICA-BA	BA	963,11	-	963,11	7.690,46
JITAUNA-BA	BA	963,11	-	963,11	8.055,12
JUCURUCU-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
JUSSARI-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
LAFAIETE COUTINHO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
LAJE-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
LAJEDAO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
LAJEDINHO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
LAJEDO DO TABOCAL-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
LAMARAO-BA	BA	837,49	-	837,49	7.028,24
LAURO DE FREITAS-BA	BA	1.674,98	-	1.674,98	13.691,84
MACAJUBA-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
MACARANI-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.215,10
MADRE DE DEUS-BA	BA	1.689.864,33	940.898,01	2.630.762,34	23.387.380,57
MAIQUINIQUE-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
MAIRI-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.557,39
MANOEL VITORINO-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
MARACAS-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.606,65
MARAGOGIPE-BA	BA	30.084,63	-	30.084,63	245.698,76
MARAU-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.375,06
MARCIONILIO SOUZA-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
MASCOTE-BA	BA	963,11	-	963,11	8.055,12
MATA DE SAO JOAO-BA	BA	194.968,08	90.979,26	285.947,34	2.557.658,54
MEDEIROS NETO-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
MIGUEL CALMON-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
MILAGRES-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
MIRANTE-BA	BA	879,36	-	879,36	7.005,87
MONTE SANTO-BA	BA	1.339,99	-	1.339,99	10.953,48
MUCURI-BA	BA	1.256,24	-	1.256,24	10.086,57
MUNDO NOVO-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.059,65
MUNIZ FERREIRA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
MURITIBA-BA	BA	1.172,49	-	1.172,49	9.401,95
MUTUIPE-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
NAZARE-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
NILO PECANHA-BA	BA	921,24	-	921,24	7.530,49
NORDESTINA-BA	BA	921,24	-	921,24	7.530,49
NOVA CANAA-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.397,43
NOVA FATIMA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
NOVA IBIA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
NOVA ITARANA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
NOVA SOURE-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
NOVA VICOSA-BA	BA	1.256,24	-	1.256,24	10.086,57
NOVO TRIUNFO-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
OLINDINA-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.059,65
OURICANGAS-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
OUROLANDIA-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.215,10
PARIPIRANGA-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.424,31
PAU BRASIL-BA	BA	879,36	-	879,36	7.370,52
PAULO AFONSO-BA	BA	1.549,36	-	1.549,36	12.664,96
PE DE SERRA-BA	BA	921,24	-	921,24	7.712,82
PEDRAO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
PEDRO ALEXANDRE-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.215,10
PINTADAS-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
PIRAI DO NORTE-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
PIRITIBA-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	9.082,02
PLANALTINO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
PLANALTO-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.059,65
POCOES-BA	BA	1.298,11	-	1.298,11	10.611,18
POJUCA-BA	BA	565.654,20	439.233,43	1.004.887,63	8.715.315,88
PORTO SEGURO-BA	BA	1.591,23	-	1.591,23	13.007,25
POTIRAGUA-BA	BA	837,49	-	837,49	7.028,24
PRADO-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
PRESIDENTE TANCREDO NEVES-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
QUEIMADAS-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
QUIJINGUE-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
QUIXABEIRA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
RAFAEL JAMBEIRO-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
RETIROLANDIA-BA	BA	921,24	-	921,24	7.348,17
RIACHAO DO JACUIPE-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.926,60
RIBEIRA DO AMPARO-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
RIBEIRA DO POMBAL-BA	BA	1.298,11	-	1.298,11	10.611,18
RIBEIRAO DO LARGO-BA	BA	837,49	-	837,49	7.392,89
RIO REAL-BA	BA	1.256,24	-	1.256,24	10.268,90
RUY BARBOSA-BA	BA	1.172,49	-	1.172,49	9.584,28
SALINAS DA MARGARIDA-BA	BA	31.024,78	203.773,40	234.798,18	2.268.544,37
SALVADOR-BA	BA	56.408,69	203.773,40	260.182,09	2.477.604,13
SANTA BARBARA-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.557,39
SANTA BRIGIDA-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
SANTA CRUZ CABRALIA-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
SANTA CRUZ DA VITORIA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
SANTA INES-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
SANTA LUZIA-BA	BA	921,24	-	921,24	7.712,82
SANTA TERESINHA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
SANTALUZ-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.926,60
SANTANOPOLIS-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
SANTO AMARO-BA	BA	46.537,17	203.773,40	250.310,57	2.396.303,11
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	BA	1.507,48	-	1.507,48	12.322,66
SANTO ESTEVAO-BA	BA	1.298,11	-	1.298,11	10.611,18
SAO DOMINGOS-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
SAO FELIPE-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
SAO FELIX-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	BA	1.908.225,22	822.096,28	2.730.321,50	22.838.637,98
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	BA	1.214,36	-	1.214,36	9.744,26
SAO JOSE DA VITORIA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
SAO JOSE DO JACUIPE-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	BA	879,36	-	879,36	7.188,20
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	BA	382.208,38	201.068,68	583.277,06	4.925.432,69
SAPEACU-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.215,10
SATIRO DIAS-BA	BA	83.005,24	4.867,50	87.872,74	790.363,10
SAUBARA-BA	BA	29.614,56	203.773,40	233.387,96	2.256.929,95
SERRA PRETA-BA	BA	963,11	-	963,11	7.872,79
SERRINHA-BA	BA	1.465,61	-	1.465,61	11.798,04
SERROLANDIA-BA	BA	921,24	-	921,24	7.530,49
SIMOES FILHO-BA	BA	81.874,46	3.390,02	85.264,48	723.237,02
SITIO DO QUINTO-BA	BA	921,24	-	921,24	7.712,82
TANQUINHO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TAPEROA-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.557,39
TAPIRAMUTA-BA	BA	1.004,99	-	1.004,99	8.215,10
TEIXEIRA DE FREITAS-BA	BA	1.633,11	-	1.633,11	13.167,22
TEODORO SAMPAIO-BA	BA	78.838,12	1.796,93	80.635,05	701.486,73
TEOFILANDIA-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
TEOLANDIA-BA	BA	963,11	-	963,11	7.690,46
TERRA NOVA-BA	BA	2.009,94	702,21	2.712,15	15.425,16
TUCANO-BA	BA	1.339,99	-	1.339,99	10.953,48
UAUA-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
UBAIRA-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.739,72
UBAITABA-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
UBATA-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
UNA-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.241,98
URUCUCA-BA	BA	1.046,86	-	1.046,86	8.739,72
VALENCA-BA	BA	30.084,63	-	30.084,63	245.698,76
VALENTE-BA	BA	1.130,61	-	1.130,61	9.059,65
VARZEA DA ROCA-BA	BA	921,24	-	921,24	7.712,82
VARZEA DO POCO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
VARZEA NOVA-BA	BA	921,24	-	921,24	7.530,49
VARZEDO-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
VERA CRUZ-BA	BA	80.502,12	773,93	81.276,05	691.051,71
VEREDA-BA	BA	837,49	-	837,49	6.845,91
VITORIA DA CONQUISTA-BA	BA	1.674,98	-	1.674,98	13.691,84
WENCESLAU GUIMARAES-BA	BA	1.088,74	-	1.088,74	8.899,69
BAHIA TOTAL		8.112.820,35	5.365.216,07	13.478.036,42	117.814.918,06
ACARAU-CE	CE	2.183,51	-	2.183,51	20.454,59
ALCANTARAS-CE	CE	1.389,50	-	1.389,50	13.172,10
AMONTADA-CE	CE	44.901,41	82.802,76	127.704,17	1.076.540,74
APUIARES-CE	CE	1.455,67	-	1.455,67	13.799,35
AQUIRAZ-CE	CE	-	11.532,21	11.532,21	92.113,72
ARACATI-CE	CE	126.328,80	23.113,27	149.442,07	1.316.663,46
ARARENDA-CE	CE	1.389,50	-	1.389,50	13.172,10
BARROQUINHA-CE	CE	1.521,84	-	1.521,84	14.426,60
BELA CRUZ-CE	CE	1.852,67	-	1.852,67	17.562,83
CAMOCIM-CE	CE	2.183,51	-	2.183,51	20.699,04
CANINDE-CE	CE	2.315,84	-	2.315,84	21.953,54
CARIDADE-CE	CE	1.720,34	-	1.720,34	15.819,41
CARIRE-CE	CE	1.654,17	-	1.654,17	15.681,09
CARNAUBAL-CE	CE	1.588,00	-	1.588,00	15.053,83
CATUNDA-CE	CE	1.323,33	-	1.323,33	12.789,32
CAUCAIA-CE	CE	-	11.532,21	11.532,21	92.113,72
CHAVAL-CE	CE	1.455,67	-	1.455,67	13.799,35
COREAU-CE	CE	1.720,34	-	1.720,34	16.308,33
CRATEUS-CE	CE	2.315,84	-	2.315,84	21.953,54
CROATA-CE	CE	1.588,00	-	1.588,00	15.053,83
CRUZ-CE	CE	1.720,34	-	1.720,34	16.308,33
FORQUILHA-CE	CE	1.720,34	-	1.720,34	16.308,33
FORTALEZA-CE	CE	1.525.250,09	15.376,29	1.540.626,38	5.394.737,39
FRECHEIRINHA-CE	CE	1.455,67	-	1.455,67	13.799,35
GENERAL SAMPAIO-CE	CE	1.323,33	-	1.323,33	12.544,86
GRACA-CE	CE	1.521,84	-	1.521,84	14.426,60
GRANJA-CE	CE	2.117,34	-	2.117,34	20.071,80
GROAIRAS-CE	CE	1.389,50	-	1.389,50	12.927,64
GUARACIABA DO NORTE-CE	CE	1.985,00	-	1.985,00	18.817,32
HIDROLANDIA-CE	CE	1.654,17	-	1.654,17	15.681,09
IBIAPINA-CE	CE	1.720,34	-	1.720,34	16.308,33
ICAPUI-CE	CE	97.658,51	19.654,35	117.312,86	1.027.229,89
INDEPENDENCIA-CE	CE	1.786,50	-	1.786,50	16.935,59
IPAPORANGA-CE	CE	1.389,50	-	1.389,50	13.172,10
IPU-CE	CE	2.051,17	-	2.051,17	19.200,11
IPUEIRAS-CE	CE	1.985,00	-	1.985,00	18.817,32
IRAUCUBA-CE	CE	1.720,34	-	1.720,34	16.308,33
ITAPAGE-CE	CE	2.117,34	-	2.117,34	19.827,34
ITAPIPOCA-CE	CE	56.875,12	54.686,35	111.561,47	1.064.300,33
ITAREMA-CE	CE	44.901,41	10.311,35	55.212,76	640.417,29
JAGUARUANA-CE	CE	1.032,02	433,44	1.465,46	14.581,70
JIJOCA DE JERICOACOARA-CE	CE	1.588,00	-	1.588,00	14.809,37
MARACANAU-CE	CE	0,70	-	0,70	6.042.619,18
MARCO-CE	CE	1.786,50	-	1.786,50	16.691,11
MARTINOPOLE-CE	CE	1.389,50	-	1.389,50	13.172,10
MASSAPE-CE	CE	1.918,84	-	1.918,84	18.190,07
MERUOCA-CE	CE	1.455,67	-	1.455,67	13.799,35
MIRAIMA-CE	CE	1.455,67	-	1.455,67	13.799,35
MONSENHOR TABOSA-CE	CE	1.588,00	-	1.588,00	15.053,83
MORAUJO-CE	CE	1.323,33	-	1.323,33	12.544,86
MORRINHOS-CE	CE	1.720,34	-	1.720,34	16.308,33
MUCAMBO-CE	CE	1.521,84	-	1.521,84	14.426,60
NOVA RUSSAS-CE	CE	1.852,67	-	1.852,67	17.562,83
NOVO ORIENTE-CE	CE	1.786,50	-	1.786,50	16.935,59
PACUJA-CE	CE	1.323,33	-	1.323,33	12.544,86
PARACURU-CE	CE	41.907,98	97.022,92	138.930,90	1.158.810,48
PARAIPABA-CE	CE	1.852,67	837,48	2.690,15	34.272,92
PARAMOTI-CE	CE	1.389,50	-	1.389,50	13.172,10
PENTECOSTE-CE	CE	1.918,84	-	1.918,84	18.190,07
PIRES FERREIRA-CE	CE	1.389,50	-	1.389,50	12.927,64
PORANGA-CE	CE	1.455,67	-	1.455,67	13.554,89
QUITERIANOPOLIS-CE	CE	1.654,17	-	1.654,17	15.925,54
RERIUTABA-CE	CE	1.654,17	-	1.654,17	15.681,09
SANTA QUITERIA-CE	CE	2.051,17	-	2.051,17	19.444,57
SANTANA DO ACARAU-CE	CE	1.852,67	-	1.852,67	17.562,83
SAO BENEDITO-CE	CE	2.051,17	-	2.051,17	19.444,57
SAO GONCALO DO AMARANTE-CE	CE	-	-	-	15.053,76
SAO LUIS DO CURU-CE	CE	1.455,67	-	1.455,67	13.799,35
SENADOR SA-CE	CE	1.323,33	-	1.323,33	12.544,86
SOBRAL-CE	CE	2.646,67	-	2.646,67	25.089,77
TAMBORIL-CE	CE	1.786,50	-	1.786,50	16.935,59
TEJUCUOCA-CE	CE	1.588,00	-	1.588,00	14.809,37
TIANGUA-CE	CE	2.249,67	-	2.249,67	21.326,29
TRAIRI-CE	CE	47.894,83	49.940,06	97.834,89	1.076.212,53
TURURU-CE	CE	1.521,84	-	1.521,84	14.182,14
UBAJARA-CE	CE	1.852,67	-	1.852,67	17.562,83
UMIRIM-CE	CE	1.654,17	-	1.654,17	15.681,09
URUBURETAMA-CE	CE	1.654,17	-	1.654,17	15.681,09
URUOCA-CE	CE	1.455,67	-	1.455,67	13.799,35
VARJOTA-CE	CE	1.588,00	-	1.588,00	15.053,83
VICOSA DO CEARA-CE	CE	2.117,34	-	2.117,34	20.071,80
CEARA TOTAL		2.102.939,74	377.242,69	2.480.182,43	20.127.099,31
AFONSO CLAUDIO-ES	ES	166.373,40	-	166.373,40	1.345.091,47
AGUA DOCE DO NORTE-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
AGUIA BRANCA-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
ALEGRE-ES	ES	166.373,40	-	166.373,40	1.345.091,47
ALFREDO CHAVES-ES	ES	130.721,96	-	130.721,96	1.056.857,56
ALTO RIO NOVO-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
ANCHIETA-ES	ES	2.387.813,74	1.832.228,94	4.220.042,68	36.077.333,41
APIACA-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
ARACRUZ-ES	ES	1.118.128,27	1.793.218,55	2.911.346,82	26.444.511,60
ATILIO VIVACQUA-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
BAIXO GUANDU-ES	ES	166.373,40	-	166.373,40	1.345.091,47
BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	ES	184.199,13	-	184.199,13	1.470.934,55
BOA ESPERANCA-ES	ES	136.663,87	-	136.663,87	1.086.622,67
BOM JESUS DO NORTE-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
BREJETUBA-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	ES	237.676,29	-	237.676,29	1.921.559,25
CARIACICA-ES	ES	237.676,29	-	237.676,29	1.921.559,25
CASTELO-ES	ES	172.315,31	-	172.315,31	1.393.130,47
COLATINA-ES	ES	219.850,57	-	219.850,57	1.777.442,30
CONCEICAO DA BARRA-ES	ES	251.102,75	41.042,84	292.145,59	2.358.510,21
CONCEICAO DO CASTELO-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
DOMINGOS MARTINS-ES	ES	166.373,40	-	166.373,40	1.345.091,47
DORES DO RIO PRETO-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
ECOPORANGA-ES	ES	154.489,59	-	154.489,59	1.249.013,51
FUNDAO-ES	ES	745.418,85	197.359,99	942.778,84	7.948.241,94
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	990.544,71
GUACUI-ES	ES	160.431,50	-	160.431,50	1.297.052,48
GUARAPARI-ES	ES	219.850,57	-	219.850,57	1.777.442,30
IBATIBA-ES	ES	154.489,59	-	154.489,59	1.230.739,62
IBIRACU-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
IBITIRAMA-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
ICONHA-ES	ES	130.721,96	-	130.721,96	1.038.583,71
IRUPI-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
ITAGUACU-ES	ES	136.663,87	-	136.663,87	1.086.622,67
ITAPEMIRIM-ES	ES	869.655,32	5.154.294,84	6.023.950,16	46.552.569,92
ITARANA-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
IUNA-ES	ES	160.431,50	-	160.431,50	1.297.052,48
JAGUARE-ES	ES	579.852,36	191.367,80	771.220,16	6.063.343,21
JERONIMO MONTEIRO-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
JOAO NEIVA-ES	ES	136.663,87	-	136.663,87	1.104.896,55
LARANJA DA TERRA-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
LINHARES-ES	ES	6.891.951,51	1.942.174,49	8.834.126,00	68.456.084,66
MANTENOPOLIS-ES	ES	130.721,96	-	130.721,96	1.038.583,71
MARATAIZES-ES	ES	172.315,31	2.211.653,84	2.383.969,15	18.693.633,78
MARECHAL FLORIANO-ES	ES	136.663,87	-	136.663,87	1.086.622,67
MARILANDIA-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
MIMOSO DO SUL-ES	ES	160.431,50	-	160.431,50	1.297.052,48
MONTANHA-ES	ES	142.605,77	-	142.605,77	1.152.935,52
MUCURICI-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
MUNIZ FREIRE-ES	ES	148.547,68	-	148.547,68	1.200.974,50
MUQUI-ES	ES	136.663,87	-	136.663,87	1.086.622,67
NOVA VENECIA-ES	ES	184.199,13	-	184.199,13	1.489.208,43
PANCAS-ES	ES	154.489,59	-	154.489,59	1.230.739,62
PEDRO CANARIO-ES	ES	154.489,59	-	154.489,59	1.249.013,51
PINHEIROS-ES	ES	154.489,59	-	154.489,59	1.249.013,51
PIUMA-ES	ES	776.477,96	358.232,46	1.134.710,42	8.882.868,30
PONTO BELO-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
PRESIDENTE KENNEDY-ES	ES	652.241,49	8.079.161,35	8.731.402,84	70.589.198,33
RIO BANANAL-ES	ES	142.605,77	-	142.605,77	1.152.935,52
RIO NOVO DO SUL-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
SANTA LEOPOLDINA-ES	ES	130.721,96	-	130.721,96	1.056.857,56
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	ES	172.315,31	-	172.315,31	1.374.856,59
SANTA TERESA-ES	ES	154.489,59	-	154.489,59	1.249.013,51
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	ES	166.373,40	-	166.373,40	1.345.091,47
SAO JOSE DO CALCADO-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
SAO MATEUS-ES	ES	2.942.626,41	172.279,36	3.114.905,77	25.276.711,86
SAO ROQUE DO CANAA-ES	ES	124.780,05	-	124.780,05	1.008.818,60
SERRA-ES	ES	1.242.364,75	542.246,26	1.784.611,01	15.537.415,86
SOORETAMA-ES	ES	154.489,59	-	154.489,59	1.249.013,51
VARGEM ALTA-ES	ES	148.547,68	-	148.547,68	1.182.700,64
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	ES	154.489,59	-	154.489,59	1.230.739,62
VIANA-ES	ES	202.024,85	-	202.024,85	1.615.051,48
VILA PAVAO-ES	ES	118.838,14	-	118.838,14	960.779,60
VILA VALERIO-ES	ES	130.721,96	-	130.721,96	1.056.857,56
VILA VELHA-ES	ES	1.242.364,75	-	1.242.364,75	10.053.482,73
VITORIA-ES	ES	1.242.364,75	39.668,93	1.282.033,68	10.461.967,58
ESPIRITO SANTO TOTAL		30.461.298,27	22.554.929,65	53.016.227,92	428.705.355,83
BETIM-MG	MG	62.248,42	-	62.248,42	496.842,23
MINAS GERAIS TOTAL		62.248,42	-	62.248,42	496.842,23
AFUA-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
ALENQUER-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
ALMEIRIM-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
ANAJAS-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
BREVES-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
CHAVES-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
CURUA-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
FARO-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
GURUPA-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
JURUTI-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
MELGACO-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
MONTE ALEGRE-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
OBIDOS-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
PORTO DE MOZ-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
PRAINHA-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
SANTAREM-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,65
TERRA SANTA-PA	PA	-	10.050,35	10.050,35	80.701,64
PARA TOTAL		-	170.855,95	170.855,95	1.371.928,04
ALHANDRA-PB	PB	1.010.414,42	-	1.010.414,42	5.839.826,34
PARAIBA TOTAL		1.010.414,42	-	1.010.414,42	5.839.826,34
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	PE	1.010.414,42	-	1.010.414,42	8.041.665,61
CAMARAGIBE-PE	PE	0,19	-	0,19	4.406.024,27
GOIANA-PE	PE	1.010.414,42	-	1.010.414,42	8.041.665,61
ITAQUITINGA-PE	PE	1.010.414,42	-	1.010.414,42	8.095.653,26
PAULISTA-PE	PE	948.166,00	-	948.166,00	7.544.823,38
PERNAMBUCO TOTAL		3.979.409,45	-	3.979.409,45	36.129.832,13

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANGRA DOS REIS-RJ	RJ	5.320.737,95	1.409.812,96	6.730.550,91	61.655.680,50
APERIBE-RJ	RJ	376.210,09	-	376.210,09	3.249.974,62
ARARUAMA-RJ	RJ	680.761,11	-	680.761,11	5.933.258,21
ARMACAO DOS BUZIOS-RJ	RJ	2.524.811,37	1.331.736,12	3.856.547,49	36.054.862,25
ARRAIAL DO CABO-RJ	RJ	2.524.811,37	54.257,53	2.579.068,90	17.227.468,08
BARRA DO PIRAI-RJ	RJ	644.931,58	-	644.931,58	5.746.917,31
BARRA MANSA-RJ	RJ	716.590,64	-	716.590,64	7.532.084,74
BELFORD ROXO-RJ	RJ	716.590,64	-	716.590,64	6.313.608,38
BOM JARDIM-RJ	RJ	483.698,68	-	483.698,68	4.261.685,64
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	RJ	519.528,22	-	519.528,22	4.577.366,07
CABO FRIO-RJ	RJ	3.740.461,29	7.564.733,84	11.305.195,13	102.220.857,03
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	RJ	2.761.041,11	-	2.761.041,11	24.522.966,49
CAMBUCI-RJ	RJ	412.039,62	-	412.039,62	3.630.324,80
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	RJ	3.740.461,29	42.184.772,05	45.925.233,34	413.370.140,00
CANTAGALO-RJ	RJ	447.869,15	-	447.869,15	3.946.005,21
CARAPEBUS-RJ	RJ	2.057.253,71	673.802,86	2.731.056,57	22.972.030,52
CARDOSO MOREIRA-RJ	RJ	394.124,85	-	394.124,85	3.472.484,59
CARMO-RJ	RJ	429.954,38	-	429.954,38	3.788.165,01
CASIMIRO DE ABREU-RJ	RJ	2.711.834,43	2.481.599,58	5.193.434,01	44.029.227,47
CONCEICAO DE MACABU-RJ	RJ	465.783,92	-	465.783,92	4.039.175,67
CORDEIRO-RJ	RJ	465.783,92	-	465.783,92	4.039.175,67
DUAS BARRAS-RJ	RJ	376.210,09	-	376.210,09	3.314.644,40
DUQUE DE CAXIAS-RJ	RJ	3.740.461,29	213.330,39	3.953.791,68	35.389.428,29
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	RJ	394.124,85	-	394.124,85	3.472.484,59
GUAPIMIRIM-RJ	RJ	3.046.666,05	213.330,39	3.259.996,44	28.219.126,13
IGUABA GRANDE-RJ	RJ	465.783,92	-	465.783,92	4.039.175,67
ITABORAI-RJ	RJ	716.590,64	213.330,39	929.921,03	7.823.373,07
ITAGUAI-RJ	RJ	662.846,35	1.391,42	664.237,77	5.784.605,44
ITALVA-RJ	RJ	412.039,62	-	412.039,62	3.565.655,04
ITAOCARA-RJ	RJ	465.783,92	-	465.783,92	4.103.845,42
ITAPERUNA-RJ	RJ	644.931,58	-	644.931,58	5.682.247,55
ITATIAIA-RJ	RJ	501.613,45	-	501.613,45	4.419.525,88
JAPERI-RJ	RJ	644.931,58	-	644.931,58	6.900.723,90
LAJE DO MURIAE-RJ	RJ	358.295,32	-	358.295,32	3.156.804,18
MACAE-RJ	RJ	25.191.938,57	8.585.247,06	33.777.185,63	300.725.306,78
MACUCO-RJ	RJ	358.295,32	-	358.295,32	3.156.804,18
MAGE-RJ	RJ	3.522.707,62	213.330,39	3.736.038,01	32.447.223,81
MANGARATIBA-RJ	RJ	537.442,98	1.057.359,72	1.594.802,70	15.582.511,83
MARICA-RJ	RJ	3.553.438,22	1.934.892,86	5.488.331,08	49.912.502,18
MENDES-RJ	RJ	429.954,38	-	429.954,38	3.788.165,01
MESQUITA-RJ	RJ	716.590,64	-	716.590,64	6.313.608,38
MIGUEL PEREIRA-RJ	RJ	483.698,68	-	483.698,68	4.261.685,64
MIRACEMA-RJ	RJ	483.698,68	-	483.698,68	4.261.685,64
NATIVIDADE-RJ	RJ	412.039,62	-	412.039,62	3.630.324,80
NILOPOLIS-RJ	RJ	716.590,64	-	716.590,64	6.313.608,38
NITEROI-RJ	RJ	3.740.461,29	1.343.250,57	5.083.711,86	47.169.573,57
NOVA FRIBURGO-RJ	RJ	716.590,64	-	716.590,64	6.313.608,38
NOVA IGUACU-RJ	RJ	716.590,64	-	716.590,64	6.313.608,38
PARACAMBI-RJ	RJ	555.357,75	-	555.357,75	4.893.046,48
PARATI-RJ	RJ	2.805.345,97	1.609.793,91	4.415.139,88	39.673.416,42
PATY DO ALFERES-RJ	RJ	483.698,68	-	483.698,68	4.261.685,64
PETROPOLIS-RJ	RJ	716.590,64	-	716.590,64	6.313.608,38
PINHEIRAL-RJ	RJ	465.783,92	-	465.783,92	4.103.845,42
PIRAI-RJ	RJ	483.698,68	-	483.698,68	5.480.162,01
PORCIUNCULA-RJ	RJ	429.954,38	-	429.954,38	3.788.165,01
PORTO REAL-RJ	RJ	429.954,38	-	429.954,38	3.723.495,25
QUATIS-RJ	RJ	394.124,85	-	394.124,85	3.472.484,59
QUEIMADOS-RJ	RJ	698.675,88	-	698.675,88	6.155.768,19
QUISSAMA-RJ	RJ	2.431.299,84	3.737.416,93	6.168.716,77	57.071.930,42
RESENDE-RJ	RJ	680.761,11	-	680.761,11	5.997.927,96
RIO BONITO-RJ	RJ	573.272,51	-	573.272,51	5.050.886,69
RIO CLARO-RJ	RJ	429.954,38	-	429.954,38	3.788.165,01
RIO DAS FLORES-RJ	RJ	358.295,32	-	358.295,32	3.156.804,18
RIO DAS OSTRAS-RJ	RJ	3.459.926,69	10.087.780,43	13.547.707,12	122.353.850,98
RIO DE JANEIRO-RJ	RJ	5.320.737,95	1.076.416,90	6.397.154,85	55.332.985,81
SANTA MARIA MADALENA-RJ	RJ	376.210,09	-	376.210,09	3.314.644,40
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	RJ	555.357,75	-	555.357,75	4.893.046,48
SAO FIDELIS-RJ	RJ	537.442,98	-	537.442,98	4.735.206,27
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	RJ	555.357,75	-	555.357,75	4.893.046,48
SAO GONCALO-RJ	RJ	716.590,64	213.330,39	929.921,03	7.823.373,08
SAO JOAO DA BARRA-RJ	RJ	2.711.834,43	8.448.310,25	11.160.144,68	94.435.058,50
SAO JOAO DE MERITI-RJ	RJ	716.590,64	-	716.590,64	6.313.608,38
SAO JOSE DE UBA-RJ	RJ	358.295,32	-	358.295,32	3.156.804,18
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	RJ	465.783,92	-	465.783,92	4.039.175,67
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	RJ	644.931,58	-	644.931,58	5.617.577,81
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	RJ	358.295,32	-	358.295,32	3.156.804,18
SAQUAREMA-RJ	RJ	627.016,81	-	627.016,81	5.395.067,84
SEROPEDICA-RJ	RJ	627.016,81	-	627.016,81	5.524.407,37
SILVA JARDIM-RJ	RJ	2.475.416,16	-	2.475.416,16	21.986.107,88
SUMIDOURO-RJ	RJ	412.039,62	-	412.039,62	3.630.324,80
TANGUA-RJ	RJ	501.613,45	-	501.613,45	4.419.525,88
TERESOPOLIS-RJ	RJ	716.590,64	-	716.590,64	6.313.608,38
TRAJANO DE MORAIS-RJ	RJ	376.210,09	-	376.210,09	3.249.974,62
VALENCA-RJ	RJ	609.102,05	-	609.102,05	5.366.567,11
VARRE-SAI-RJ	RJ	358.295,32	-	358.295,32	3.156.804,18
VASSOURAS-RJ	RJ	519.528,22	-	519.528,22	4.577.366,07
VOLTA REDONDA-RJ	RJ	716.590,64	-	716.590,64	7.532.084,74
RIO DE JANEIRO TOTAL		122.799.139,06	94.649.226,94	217.448.366,00	1.936.793.727,52
ACARI-RN	RN	3.968,04	-	3.968,04	33.193,99
ACU-RN	RN	296.453,21	114.595,66	411.048,87	3.790.234,40
AFONSO BEZERRA-RN	RN	4.171,52	94,62	4.266,14	37.129,55
AGUA NOVA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
ALEXANDRIA-RN	RN	4.156,99	-	4.156,99	34.774,65
ALMINO AFONSO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
ALTO DO RODRIGUES-RN	RN	263.199,22	118.209,93	381.409,15	3.008.024,55
ANGICOS-RN	RN	3.958,47	2.553,21	6.511,68	63.460,20
ANTONIO MARTINS-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
APODI-RN	RN	296.876,89	170.477,98	467.354,87	4.426.745,14
AREIA BRANCA-RN	RN	437.104,72	309.840,10	746.944,82	6.341.361,13
AUGUSTO SEVERO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
BARAUNA-RN	RN	5.101,77	-	5.101,77	42.030,43
CAICO-RN	RN	6.235,49	-	6.235,49	52.162,00
CARAUBAS-RN	RN	175.588,62	76.578,71	252.167,33	2.213.739,33
CARNAUBA DOS DANTAS-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
CARNAUBAIS-RN	RN	236.054,41	116.753,32	352.807,73	2.517.698,98
CERRO CORA-RN	RN	3.968,04	-	3.968,04	33.193,99
CORONEL JOAO PESSOA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
CRUZETA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
CURRAIS NOVOS-RN	RN	5.857,58	-	5.857,58	49.000,68
DOUTOR SEVERIANO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
ENCANTO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
EQUADOR-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
FELIPE GUERRA-RN	RN	127.320,46	35.899,97	163.220,43	1.481.409,35
FLORANIA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
FRANCISCO DANTAS-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
FRUTUOSO GOMES-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
GALINHOS-RN	RN	3.779,09	73.941,39	77.720,48	565.081,20
GOIANINHA-RN	RN	1.010.414,42	-	1.010.414,42	8.041.665,61
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	RN	238.583,42	131.023,47	369.606,89	3.354.158,32
GROSSOS-RN	RN	56.494,19	51.870,52	108.364,71	917.441,36
GUAMARE-RN	RN	1.724.828,23	690.008,00	2.414.836,23	19.941.012,04
IELMO MARINHO-RN	RN	1.010.413,91	-	1.010.413,91	8.041.665,27
IPANGUACU-RN	RN	4.156,99	-	4.156,99	34.774,65
IPUEIRA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
ITAJA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
ITAU-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
JANDAIRA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
JANDUIS-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
JARDIM DE PIRANHAS-RN	RN	4.156,99	-	4.156,99	34.774,65
JARDIM DO SERIDO-RN	RN	4.156,99	-	4.156,99	34.774,65
JOAO DIAS-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
JOSE DA PENHA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
JUCURUTU-RN	RN	4.534,90	-	4.534,90	37.935,99
LAGOA NOVA-RN	RN	4.156,99	-	4.156,99	34.774,65
LUCRECIA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
LUIS GOMES-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
MACAIBA-RN	RN	1.010.414,42	-	1.010.414,42	5.528.297,00
MACAU-RN	RN	1.984.224,21	496.614,80	2.480.839,01	20.692.758,38
MAJOR SALES-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
MARCELINO VIEIRA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
MARTINS-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
MESSIAS TARGINO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
MOSSORO-RN	RN	1.143.754,74	942.181,72	2.085.936,46	17.063.922,29
OLHO D'AGUA DO BORGES-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
OURO BRANCO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
PARANA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
PARAU-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
PARELHAS-RN	RN	4.912,81	-	4.912,81	40.449,75
PATU-RN	RN	3.968,04	-	3.968,04	33.193,99
PAU DOS FERROS-RN	RN	5.101,77	-	5.101,77	42.677,99
PEDRO AVELINO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
PENDENCIAS-RN	RN	1.830.227,92	125.271,37	1.955.499,29	16.538.253,22
PILOES-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
PORTALEGRE-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
PORTO DO MANGUE-RN	RN	56.494,19	195.516,74	252.010,93	2.264.467,95
RAFAEL FERNANDES-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
RAFAEL GODEIRO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
RIACHO DA CRUZ-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
RIACHO DE SANTANA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
RODOLFO FERNANDES-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
SANTANA DO SERIDO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
SAO FERNANDO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
SAO FRANCISCO DO OESTE-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
SAO GONCALO DO AMARANTE-RN	RN	-	-	-	1.517,63
SAO JOAO DO SABUGI-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
SAO JOSE DO SERIDO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
SAO MIGUEL-RN	RN	4.912,81	-	4.912,81	41.097,32
SAO RAFAEL-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
SAO VICENTE-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
SERRA DO MEL-RN	RN	117.170,08	35.568,98	152.739,06	1.256.504,79
SERRA NEGRA DO NORTE-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
SERRINHA DOS PINTOS-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
SEVERIANO MELO-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
TABOLEIRO GRANDE-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
TENENTE ANANIAS-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
TIBAU-RN	RN	56.494,19	14.535,75	71.029,94	595.070,70
TIMBAUBA DOS BATISTAS-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
TRIUNFO POTIGUAR-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
UMARIZAL-RN	RN	3.968,04	-	3.968,04	33.193,99
UPANEMA-RN	RN	131.128,17	95.300,43	226.428,60	1.897.771,00
VENHA-VER-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
VICOSA-RN	RN	3.779,09	-	3.779,09	31.613,32
RIO GRANDE DO NORTE TOTAL		12.496.312,89	3.796.836,67	16.293.149,56	132.930.125,36
ARAMBARE-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
BARRA DO RIBEIRO-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
CAMAQUA-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
CANOAS-RS	RS	948.166,00	-	948.166,00	7.544.823,38
CAPIVARI DO SUL-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
CIDREIRA-RS	RS	-	506.804,73	506.804,73	3.509.299,15
ELDORADO DO SUL-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
GUAIBA-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
IMBE-RS	RS	-	506.804,73	506.804,73	3.508.066,71
MOSTARDAS-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
OSORIO-RS	RS	1.010.414,42	-	1.010.414,42	7.375.674,05
PALMARES DO SUL-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
PELOTAS-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
PORTO ALEGRE-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
RIO GRANDE-RS	RS	1.580.276,66	93.030,58	1.673.307,24	14.286.519,88
SAO FRANCISCO DE PAULA-RS	RS	0,70	-	0,70	375.871,85
SAO JOSE DO NORTE-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
SAO LOURENCO DO SUL-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
TAPES-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
TAVARES-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
TRAMANDAI-RS	RS	1.580.276,66	675.739,64	2.256.016,30	17.819.555,65
TURUCU-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
VIAMAO-RS	RS	-	8.721,61	8.721,61	68.993,97
RIO GRANDE DO SUL TOTAL		5.119.134,44	1.921.925,44	7.041.059,88	55.523.714,19
ARAQUARI-SC	SC	-	286.470,39	286.470,39	2.501.534,87

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	SC	-	286.470,39	286.470,39	2.501.534,87
GARUVA-SC	SC	-	286.470,39	286.470,39	2.501.534,87
ITAPOA-SC	SC	-	286.470,39	286.470,39	2.501.534,87
JOINVILLE-SC	SC	-	286.470,39	286.470,39	2.501.534,87
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	SC	1.580.276,66	954.901,31	2.535.177,97	21.505.824,41
SANTA CATARINA TOTAL		1.580.276,66	2.387.253,26	3.967.529,92	34.013.498,76
AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
AQUIDABA-SE	SE	8.110,23	-	8.110,23	51.930,84
ARACAJU-SE	SE	1.839.792,22	561.835,59	2.401.627,81	19.932.298,28
ARAUA-SE	SE	6.550,57	-	6.550,57	42.495,60
AREIA BRANCA-SE	SE	9.456,91	1.271,00	10.727,91	77.443,05
BARRA DOS COQUEIROS-SE	SE	120.570,02	165.654,31	286.224,33	2.322.909,90
BOQUIM-SE	SE	8.422,17	-	8.422,17	54.637,20
BREJO GRANDE-SE	SE	94.158,89	9.362,40	103.521,29	913.615,24
CAMPO DO BRITO-SE	SE	7.486,37	-	7.486,37	48.566,41
CANHOBA-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	SE	8.422,17	-	8.422,17	53.954,44
CAPELA-SE	SE	8.338,29	5.378,19	13.716,48	162.808,25
CARIRA-SE	SE	8.110,23	-	8.110,23	51.930,84
CARMOPOLIS-SE	SE	2.164.030,75	613.065,63	2.777.096,38	23.381.544,22
CEDRO DE SAO JOAO-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
CRISTINAPOLIS-SE	SE	7.486,37	-	7.486,37	47.883,64
CUMBE-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
DIVINA PASTORA-SE	SE	300.750,79	187.073,01	487.823,80	4.022.187,70
ESTANCIA-SE	SE	151.828,91	307.419,69	459.248,60	2.441.885,31
FEIRA NOVA-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
FREI PAULO-SE	SE	6.862,50	-	6.862,50	44.519,19
GARARU-SE	SE	6.550,57	-	6.550,57	42.495,60
GENERAL MAYNARD-SE	SE	2.015,97	1.511,98	3.527,95	61.541,68
GRACHO CARDOSO-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
ILHA DAS FLORES-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
INDIAROBA-SE	SE	-	-	-	32.321,46
ITABAIANA-SE	SE	11.229,56	-	11.229,56	72.849,63
ITABAIANINHA-SE	SE	9.357,96	-	9.357,96	60.708,02
ITABI-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
ITAPORANGA D'AJUDA-SE	SE	125.035,58	316.087,82	441.123,40	3.252.969,80
JAPARATUBA-SE	SE	622.485,08	453.715,13	1.076.200,21	9.059.861,35
JAPOATA-SE	SE	-	-	-	30.401,88
LAGARTO-SE	SE	11.229,56	-	11.229,56	72.849,63
LARANJEIRAS-SE	SE	8.422,17	-	8.422,17	53.954,44
MACAMBIRA-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
MALHADA DOS BOIS-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
MALHADOR-SE	SE	6.862,50	-	6.862,50	43.836,44
MARUIM-SE	SE	101.648,08	17.663,06	119.311,14	1.038.891,34
MOITA BONITA-SE	SE	6.550,57	-	6.550,57	42.495,60
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	SE	6.862,50	-	6.862,50	44.519,19
MURIBECA-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
NEOPOLIS-SE	SE	7.798,30	-	7.798,30	50.590,01
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE	SE	9.046,03	-	9.046,03	58.001,67
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	SE	8.422,17	-	8.422,17	53.954,44
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	SE	-	-	-	55.023,87
PACATUBA-SE	SE	176.778,74	5.751,28	182.530,02	1.374.116,62
PEDRA MOLE-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
PEDRINHAS-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
PINHAO-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
PIRAMBU-SE	SE	181.933,57	28.893,30	210.826,87	1.558.773,29
POCO REDONDO-SE	SE	8.734,10	-	8.734,10	56.660,83
POCO VERDE-SE	SE	8.110,23	-	8.110,23	52.613,59
PORTO DA FOLHA-SE	SE	8.422,17	-	8.422,17	54.637,20
PROPRIA-SE	SE	8.734,10	-	8.734,10	55.978,06
RIACHAO DO DANTAS-SE	SE	7.798,30	-	7.798,30	50.590,01
RIACHUELO-SE	SE	127.398,11	26.502,51	153.900,62	750.734,37
RIBEIROPOLIS-SE	SE	7.486,37	-	7.486,37	47.883,64
ROSARIO DO CATETE-SE	SE	1.782.149,47	102.752,09	1.884.901,56	15.755.684,61
SALGADO-SE	SE	7.798,30	-	7.798,30	50.590,01
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	SE	-	-	-	30.263,11
SANTA ROSA DE LIMA-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
SANTANA DO SAO FRANCISCO-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	SE	90.609,85	11.435,04	102.044,89	959.800,86
SAO CRISTOVAO-SE	SE	90.079,30	2.314,54	92.393,84	809.122,40
SAO DOMINGOS-SE	SE	6.550,57	-	6.550,57	42.495,60
SAO FRANCISCO-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
SIMAO DIAS-SE	SE	9.357,96	-	9.357,96	60.708,02
SIRIRI-SE	SE	197.433,88	78.563,38	275.997,26	2.446.104,21
TELHA-SE	SE	6.238,64	-	6.238,64	40.472,00
TOBIAS BARRETO-SE	SE	9.981,83	-	9.981,83	64.072,46
TOMAR DO GERU-SE	SE	6.862,50	-	6.862,50	44.519,19
UMBAUBA-SE	SE	8.110,23	-	8.110,23	52.613,59
SERGIPE TOTAL		8.569.235,01	2.896.249,95	11.465.484,96	92.945.749,83
APARECIDA-SP	SP	12.037,75	-	12.037,75	75.104,56
ARAPEI-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
AREIAS-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
ARUJA-SP	SP	14.528,32	-	14.528,32	96.945,52
BANANAL-SP	SP	8.716,99	-	8.716,99	54.386,05
BARRA DO TURVO-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	55.397,42
BARUERI-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
BERTIOGA-SP	SP	355.826,70	2.892.016,31	3.247.843,01	26.025.776,39
BIRITIBA-MIRIM-SP	SP	11.622,66	-	11.622,66	76.539,55
CACAPAVA-SP	SP	14.943,42	-	14.943,42	93.233,26
CACHOEIRA PAULISTA-SP	SP	11.622,66	-	11.622,66	72.514,75
CAIEIRAS-SP	SP	14.943,42	-	14.943,42	99.715,39
CAJAMAR-SP	SP	14.113,23	-	14.113,23	93.158,79
CAJATI-SP	SP	11.622,66	-	11.622,66	77.556,41
CAMPOS DO JORDAO-SP	SP	12.867,94	-	12.867,94	80.284,19
CANANEIA-SP	SP	252.522,17	122.637,71	375.159,88	3.059.112,98
CANAS-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
CARAGUATATUBA-SP	SP	2.004.973,05	3.033.453,17	5.038.426,22	30.836.233,71
CARAPICUIBA-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
COTIA-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
CRUZEIRO-SP	SP	14.528,32	-	14.528,32	90.643,44
CUBATAO-SP	SP	2.372.278,03	194.544,17	2.566.822,20	20.037.040,78
CUNHA-SP	SP	10.792,47	-	10.792,47	67.335,12
DIADEMA-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
ELDORADO-SP	SP	9.547,18	-	9.547,18	63.707,05
EMBU-GUACU-SP	SP	13.698,13	-	13.698,13	91.405,78
EMBU-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
FRANCISCO MORATO-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
FRANCO DA ROCHA-SP	SP	16.188,70	-	16.188,70	107.008,16
GUARAREMA-SP	SP	959.373,55	5.009.510,86	5.968.884,41	48.149.090,90
GUARATINGUETA-SP	SP	15.773,61	-	15.773,61	97.576,09
GUARUJA-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
GUARULHOS-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
IGARATA-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
IGUAPE-SP	SP	11.622,66	-	11.622,66	77.556,41
ILHA COMPRIDA-SP	SP	229.565,61	-	229.565,61	1.809.102,64
ILHABELA-SP	SP	321.391,86	2.769.373,69	3.090.765,55	24.475.649,84
ITANHAEM-SP	SP	14.943,42	-	14.943,42	99.715,39
ITAPECERICA DA SERRA-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
ITAPEVI-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
ITAQUAQUECETUBA-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
ITARIRI-SP	SP	9.547,18	-	9.547,18	63.707,05
JACAREI-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	103.592,52
JACUPIRANGA-SP	SP	9.962,28	-	9.962,28	66.476,92
JAMBEIRO-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
JANDIRA-SP	SP	15.358,51	-	15.358,51	102.485,27
JUQUIA-SP	SP	10.377,37	-	10.377,37	69.246,78
JUQUITIBA-SP	SP	11.622,66	-	11.622,66	76.539,55
LAGOINHA-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
LAVRINHAS-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
LORENA-SP	SP	14.943,42	-	14.943,42	92.396,46
MAIRIPORA-SP	SP	14.943,42	-	14.943,42	97.681,69
MAUA-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
MIRACATU-SP	SP	10.792,47	-	10.792,47	72.016,66
MOJI DAS CRUZES-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
MONGAGUA-SP	SP	12.867,94	-	12.867,94	85.866,03
MONTEIRO LOBATO-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
NATIVIDADE DA SERRA-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
OSASCO-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
PARAIBUNA-SP	SP	9.962,28	-	9.962,28	62.155,50
PARIQUERA-ACU-SP	SP	10.377,37	-	10.377,37	69.246,78
PEDRO DE TOLEDO-SP	SP	8.716,99	-	8.716,99	57.150,43
PERUIBE-SP	SP	13.698,13	-	13.698,13	90.388,92
PINDAMONHANGABA-SP	SP	964.769,80	-	964.769,80	7.647.579,12
PIQUETE-SP	SP	9.547,18	-	9.547,18	59.565,69
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	SP	9.547,18	-	9.547,18	63.707,05
POA-SP	SP	15.358,51	-	15.358,51	102.485,27
POTIM-SP	SP	10.377,37	-	10.377,37	64.745,30
PRAIA GRANDE-SP	SP	198.000,34	-	198.000,34	1.297.380,42
QUELUZ-SP	SP	8.716,99	-	8.716,99	54.386,05
REDENCAO DA SERRA-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
REGISTRO-SP	SP	13.283,04	-	13.283,04	88.635,91
RIBEIRAO PIRES-SP	SP	15.773,61	-	15.773,61	104.238,28
RIO GRANDE DA SERRA-SP	SP	12.867,94	-	12.867,94	84.849,17
ROSEIRA-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
SALESOPOLIS-SP	SP	9.547,18	-	9.547,18	63.707,05
SANTA BRANCA-SP	SP	9.132,09	-	9.132,09	56.975,88
SANTA ISABEL-SP	SP	13.283,04	-	13.283,04	87.619,04
SANTANA DE PARNAIBA-SP	SP	15.358,51	-	15.358,51	102.485,27
SANTO ANDRE-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
SANTO ANTONIO DO PINHAL-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
SANTOS-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
SAO BENTO DO SAPUCAI-SP	SP	8.716,99	-	8.716,99	54.386,05
SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
SAO CAETANO DO SUL-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
SAO JOSE DO BARREIRO-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
SAO JOSE DOS CAMPOS-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	103.592,52
SAO LOURENCO DA SERRA-SP	SP	9.132,09	-	9.132,09	62.970,90
SAO LUIS DO PARAITINGA-SP	SP	8.716,99	-	8.716,99	54.386,05
SAO PAULO-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
SAO SEBASTIAO-SP	SP	1.594.804,97	5.538.747,38	7.133.552,35	57.683.630,56
SAO VICENTE-SP	SP	198.000,34	-	198.000,34	1.297.380,42
SETE BARRAS-SP	SP	9.132,09	-	9.132,09	60.937,18
SILVEIRAS-SP	SP	8.301,90	-	8.301,90	51.796,24
SUZANO-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
TABOAO DA SERRA-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	110.794,89
TAUBATE-SP	SP	16.603,80	-	16.603,80	103.592,52
TREMEMBE-SP	SP	12.867,94	-	12.867,94	79.447,39
UBATUBA-SP	SP	14.528,32	-	14.528,32	90.643,44
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	SP	12.867,94	-	12.867,94	85.866,03
SAO PAULO TOTAL		10.597.168,48	19.560.283,29	30.157.451,77	229.788.568,63
TOTAL MUNICÍPIOS		214.185.341,92	157.331.036,40	371.516.378,32	3.179.179.313,56
PIRAMBU-SE (DEPOSITO JUDICIAL)	SE	1.580.276,66	8.815,22	1.589.091,88	13.209.253,77
ARACATI-CE (DEPOSITO JUDICIAL)	CE	948.166,00	-	948.166,00	7.544.823,16
RIO DAS OSTRAS-RJ (DEPÓSITO JUDICIAL)	RJ	-	-	-	5.561.675,48
CASIMIRO DE ABREU-RJ (DEPÓSITO JUDICIAL)	RJ	-	-	-	272.738,54
MARECHAL DEODORO-AL (DEPÓSITO JUDICIAL)	AL	1.189.254,76	-	1.189.254,76	24.470.479,73
PILAR-AL (DEPÓSITO JUDICIAL)	AL	399.071,20	-	399.071,20	399.071,20
DEPÓSITO JUDICIAL TOTAL		4.116.768,62	8.815,22	4.125.583,84	51.458.041,88
TOTAL GERAL		218.302.110,54	157.339.851,62	375.641.962,16	3.230.637.355,44

*Valor sem a retenção de 1% (um por cento) de PASEP, conforme disposto no inciso III, do Art.2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, combinado como parágrafo 6º do Art.19 da Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO
E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de dezembro de 2011

N.º 1.464 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.014857/2011-16 considerando:

-as informações, os estudos e o projeto referente à implantação de um sistema de dutos de transferência de Diesel S1800, de Diesel S500, de Diesel S50 e de Gasolina interligando a PETROBRAS/ REGAP à Base de Distribuição de derivados de petróleo da Distribuidora Rio Branco de Petróleo Ltda. no município de Betim - MG, projeto este apresentado pela Distribuidora Rio Branco de Petróleo Ltda.

-a solicitação feita pela Distribuidora Rio Branco de Petróleo Ltda., através de correspondências datadas de 13/10/2011 e 29/11/2011; resolve:

1.Publicar extrato (sumário) do memorial descritivo do projeto de 3 (três) dutos de interligação da PETROBRAS/REGAP à Base de Distribuição de derivados de petróleo da Distribuidora Rio Branco de Petróleo Ltda., para a movimentação de Diesel S1800, Diesel S500, Diesel S50 e Gasolina no município de Betim/MG, totalmente baseado nas informações, nos estudos e no projeto apresentados pela Distribuidora Rio Branco de Petróleo Ltda. à ANP, que faz parte do Anexo do presente despacho;

2.Indicar a "Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Avenida Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, ou através do endereço eletrônico scm@anp.gov.br, para o encaminhamento, até 30 dias a partir da publicação, dos comentários e sugestões já referidos no "caput" do presente despacho;

3.Informar que a publicação do presente despacho não implica uma autorização prévia concedida pela ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

ANEXO

Descrição do Empreendimento

Este Memorial Descritivo tem por objetivo descrever o novo sistema de dutos de transferência de Diesel S-500, Diesel S-1.800, Diesel S-50 e Gasolina entre a PETROBRAS/REGAP à Base de Distribuição de derivados de petróleo da Distribuidora Rio Branco de Petróleo Ltda., Base esta localizada no município de Betim / MG.

A transferência será efetuada através de dutos de aço carbono interligando o ponto B da Base Primária da Rio Branco ao ponto G da REGAP. A tubulação será do tipo API 5L Gr.B, diâmetros 12" (diesel) e 10" (gasolina) ambos com espessura de ¼" sem costura e pontas chanfradas conforme norma Petrobrás N - 76 padronização Ca (300 e 150 lbs). Os dutos terão a extensão aproximada de 845 m.

Serão instaladas no ponto "G" da REGAP válvulas do mesmo diâmetro dos dutos, do tipo twin-seal reduced bore (passagem reduzida), corpo ASTM A-216 Gr.WCB, extremidades flangeadas conforme ANSI B16.5, face RF, ranhurado, conforme MSS -SP-6 e ANSI B16.10 e classe de pressão # 300 RF.

No ponto G da REGAP, no ponto B e no pé dos tanques serão instaladas válvulas gaveta ASTM A216 Gr.WCB, classe de pressão # 300 RF / # 150 RF. Serão também instaladas válvulas de retenção do tipo ASTM A216 Gr.WCB, com diâmetros de 12" e 10" e classe de pressão # 300 F / # 150 RF.

A tubulação terá revestimento anticorrosivo em polietileno extrudado de alta densidade com camada tripla a nos trechos enterrados. Haverá revestimento de concreto tipo placa de proteção com comprimento aproximado de 40 m nas travessias. Nos cruzamentos e travessias, os dutos serão enterrados a 1,20 m de profundidade, no mínimo, e terão proteção com tubo camisa, tipo tunnel-line.

Nas extremidades dos trechos enterrados deverão ser previstos carretéis entre flanges com comprimento suficiente para a instalação de lançador e coletor de PIGS para a limpeza e para inspeção dos dutos por PIG instrumentado. Os raios das curvas nos trechos enterrados deverão ser de no mínimo 5 vezes o diâmetro externo para permitir a utilização de "PIGS".

As principais características dos dutos estão descritas na tabela abaixo:

Produto	Diâmetro (Pol)	Extensão (m)	Material	Pressão de Operação (kgf / cm²)	Temperatura (?C)	Vazão (m³ / h)
Gasolina	10	845	Aço Carbono API 5L	9	30	300
Diesel S500 e S 1800	12	845	Aço Carbono API 5L	7	35	750
Diesel S50	12	845	Aço Carbono API 5L	7	27	440

Meio Ambiente

A Distribuidora Rio Branco de Petróleo Ltda. apresentou cópia do Certificado LAS N° 153/2011, Licença Ambiental Simplificada, expedido pela Prefeitura Municipal de Betim / MG em 17/10/2011, com validade até 16/11/2014.

Normas

As principais normas a serem utilizadas neste Duto são:

- Normas Petrobrás:
▪N 13 - Aplicação de tintas;
▪N 76 - Materiais de tubulação;
▪N 57 - Projeto mecânico de tubulações industriais;
▪N 108 - Suspiros e drenos para tubulações;
▪N 115 - Fabricação e montagem de tubulações industriais;
▪N 133 - Soldagem;
▪N 381 - Execução de desenhos técnicos;
▪N 442 - Pintura externa de tubulações;
▪N464 - construção, montagem e condicionamento de dutos terrestres;
▪N 505 - Lançador e recebedor de "PIG" para duto;
▪N 1502 - Revestimento externo de concreto em dutos;
▪N1508 - Detalhes de instalações de proteção catódica;
▪N 1590 - Ensaio não - destrutivo - qualificação de pessoal;
▪N 1594 - Ensaio não - destrutivo - ultra - som;
▪N 1595 - Ensaio não - destrutivo - radiografia;
▪N 1710 - Numeração de documentação técnica;
▪N 1744 - Projeto de oleodutos terrestres - Procedimento;
▪N 1758 - Suportes, apoios e restrições para tubulações;
▪N 1983 - Apresentação de projeto de sistema de proteção catódica -
▪ Padronização;
▪N 2047 - Apresentação de projetos de dutos terrestres;
▪N 2098 - Inspeção de duto terrestre em operação;
▪N 2171 - Cálculo de proteção catódica por corrente impressa - duto terrestre;
▪N 2177 - Projeto de cruzamento e travessia de duto terrestre;
▪N 2200 - Sinalização de faixa de domínio de duto e instalação
▪ terrestre de Produção;
▪N 2203 - Apresentação de relatório de cruzamento e travessia de dutos;
▪N 2240 - Pré - operação e operação de oleoduto;
▪N 2298 - Construção e montagem de sistema de proteção catódica
▪ por corrente impressa - duto terrestre;
▪N 2572 - Manutenção de oleodutos terrestres;
▪N 2624 - Implantação de faixas de dutos terrestres.
- Norma ASME
▪ASME B31.4 - Liquid transportation systems for hydrocarbons, liquid petroleum gas, anhydrous ammonia and alcohols.

Cronograma de Execução

Atividade	Início	Fim
Projeto mecânico / canteiro de obras	Outubro/2011	Outubro/2011
Projeto ambiental	Outubro /2011	Novembro/2011
Aprovação dos projetos	Dezembro/2011	Dezembro/2011
Tubulações / conexões	Janeiro/2012	Janeiro/2012
Válvulas	Janeiro/2012	Janeiro /2012
Medidores	Janeiro/2012	Fevereiro/2012
Acessórios	Fevereiro/2012	Fevereiro/2012
Abertura de valas e recomposição	Janeiro/2012	Março/2012
Envelopamento dos tubos	Janeiro/2012	Fevereiro/2012
Montagem mecânica	Janeiro/2012	Março/2012
Inspeção por ultrassom	Janeiro/2012	Março/2012
Proteção catódica	Março/2012	Março/2012
Teste hidrostático	Março/2012	Março/2012
Data book	Março/2012	Março/2012

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
844.087/2011-TUTE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°294/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(225)
844.089/2009-ALEXANDRE BOSCO FREITAS DE ANDRADE LIMA -AI N°33/2011
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
853.655/1976-CINEX-COMÉRCIO INDUSTRIA E EXTRAÇÃO LTDA- Cessionário:BRITEX MINERAÇÕES LTDA-CNPJ 00.562.968/0001-01- Registro de Licença n°001/25º DS/1978- Vencimento da Licença: 25/08/2010
Declara a nulidade do Registro de Licença(1288)
844.139/2008-NEWDSON COSTA DE MOURA- Registro de Licença N°037/2010- Publicado no DOU de 14/12/2010
844.065/2009-M.M MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.- Registro de Licença N°008/2010- Publicado no DOU de 12/04/2010
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
844.098/2011-SÓ PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA.
844.152/2011-CERAMICA NOVA JERUSALEM LTDA ME
844.153/2011-CERAMICA NOVA JERUSALEM LTDA ME

RELAÇÃO Nº 55/2011

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
853.655/1976-BRITEX MINERACOES LTDA- Registro de Licença N°03/4º DS, de 28/02/78, retranscrito sob o nº 001/25º DS-"... AUTORIZA a averbação da renovação da Licença nº 27/95, à margem do Registro de Licenciamento nº 03/4º DS, de 28/02/78, pelo prazo de 15 anos, a partir de 25/08/95."

JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 276/2011

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
890.167/1987-Camar Capixaba Marmores e Granitos Ltda ME
896.831/1995-Bachetti & Brum Ltda
896.719/2002-Bachetti & Brum Ltda
896.145/2003-Silvana Bonato Catamissa ME
896.321/2003-Pleiades Mineração Ltda - ME.
896.628/2003-Mineradora Santo Expedito Ltda
896.705/2003-Icléia Soares Orcioli
896.729/2003-Terro Mineração Ltda ME
896.754/2003-Terro Mineração Ltda ME
896.761/2003-Terro Mineração Ltda ME.
896.037/2004-Mineração Vale du Granito Ltda
896.071/2004-Mauro Daniel Deorce
896.072/2004-Mineração Vale du Granito Ltda
896.286/2004-Icléia Soares Orcioli
896.389/2004-Icléia Soares Orcioli
896.410/2004-Emiliano Carlos Loureiro Neto
896.552/2004-Icléia Soares Orcioli
896.582/2004-Luiz Fábio Benfatti
896.034/2005-Ecopavi Engenharia Ltda
896.045/2005-F. P. Gran Mineração Ltda
896.070/2005-Mineradora Santo Expedito Ltda.
896.163/2005-Granitos Apiacá
896.189/2005-Mineradora Santo Expedito Ltda
896.315/2005-Igramar Industria de Granitos e Marmores Ltda
896.321/2005-F. P. Gran Mineração Ltda
896.465/2005-Mineração Gramic Ltda
896.505/2005-Fernando Sewald Bonato
896.689/2005-Mineração Vale du Granito Ltda
896.210/2006-Telmo José Fioretti
896.539/2006-Mineração Gramic Ltda
896.477/2007-Fortiexp Comercio Importação e Exportação Ltda
896.853/2007-Luiza Schaider Pimentel ME
896.434/2008-Edson Antonio Pancieri

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 180/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
806.002/2008-DANILO MELIM ABURJELI-OF. N°1.436/2011/SUP/DNPM/MA
806.001/2009-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.439/2011/SUP/DNPM/MA

WAGNER DA SILVA SIQUEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 370/2011

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
751.802/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.813/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.814/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.815/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.817/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.818/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.820/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.821/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.822/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.823/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.825/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.826/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.828/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.829/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.830/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.831/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.833/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.834/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.836/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.837/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.838/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.901/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.902/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.903/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.904/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.905/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.906/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.907/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.908/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.909/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.910/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.911/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.912/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.913/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.914/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.915/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.916/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.917/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.918/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.919/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.920/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.921/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.922/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.923/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.924/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.925/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.926/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.927/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.928/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.929/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.930/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.931/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.932/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.933/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.934/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.935/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.936/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.937/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.938/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011
751.939/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.230/2011

RELAÇÃO Nº 378/2011

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
854.656/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.657/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.658/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.659/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.660/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
751.839/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.841/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.842/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.843/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.844/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.845/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.846/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.847/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.848/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.228/2011
751.940/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.941/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.942/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.943/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.944/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.945/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.946/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.947/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.948/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.949/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.950/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.951/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.952/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.953/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.954/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.955/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.956/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.957/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.958/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.959/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.960/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.961/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.962/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.963/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.964/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.965/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.966/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.967/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.968/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.969/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.970/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.971/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.972/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.973/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.974/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.975/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.976/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.977/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.978/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.979/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.980/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.981/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.982/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.983/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.984/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011
751.985/1997-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.229/2011

RELAÇÃO Nº 379/2011

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
854.661/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.662/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.663/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.664/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.665/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.666/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.667/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.668/1995-JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

854.669/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.670/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.671/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.672/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.673/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.674/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.675/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.676/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.677/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.678/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.679/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.680/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.681/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.682/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.683/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.684/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.685/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.686/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
854.687/1995-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS-OF. N°3.231/2011
751.229/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA-OF. N°3.192/2011
751.237/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA-OF. N°3.192/2011
751.247/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA-OF. N°3.192/2011
850.243/2011-COOPERMINERIOS COOPER. MISTA DE EXP. MINERAL E EXTRATIVISMO VEGETAL DE NOV. PROG-OF. N°3.191/2011
850.290/2011-COOPERMINERIOS COOPER. MISTA DE EXP. MINERAL E EXTRATIVISMO VEGETAL DE NOV. PROG-OF. N°3.190/2011

JOSÉ LUIZ BASTOS RODRIGUES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 161/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.459/2011-JOSÉ PAIVA FILHO-OF. N°2166/11
840.503/2011-POLLYANNA B. DE ABREU & CIA LTDA-OF. N°2177/11
840.505/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2176/11
840.510/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2173/11
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.030/2009-LEONARDO AITA -Alvará N°7959/2009
840.031/2009-LEONARDO AITA -Alvará N°7958/2009
840.032/2009-LEONARDO AITA -Alvará N°7960/2009
840.033/2009-LEONARDO AITA -Alvará N°7961/2009
840.034/2009-LEONARDO AITA -Alvará N°7962/2009
840.035/2009-LEONARDO AITA -Alvará N°7963/2009
840.036/2009-LEONARDO AITA -Alvará N°7964/2009
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
840.075/2003-JOSE PIANCO DE LIMA-ME-argila refratária e saibro
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
840.391/2008-ENGEPLAN ENGENHARIA CARUARU LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.383/2011-JOÃO ROBERTO DE CARVALHO-Registro de Licença n°730/2011 de 21/11/2011-Vencimento em 08/06/2013
840.896/2011-PEDRAS EXPRESS LTDA ME-Registro de Licença n°729/2011 de 10/11/2011-Vencimento em indeterminado

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 662, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o art. 122, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/MDA/nº 20 de 8 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011; e

CONSIDERANDO que o Convênio SIAFI nº 633002, celebrado entre a Superintendência Regional do INCRA de Goiás - SR-04 e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, não se encontra abrangido pelas disposições do Decreto nº 7.592/2011, resolve.

Art. 1º Autorizar a Superintendência Regional do INCRA no Estado de Goiás - SR-04, a proceder a retomada das transferências dos recursos do Convênio SIAFI 633002.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

PORTARIA Nº 663, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o art. 122, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/MDA/nº 20 de 8 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011; e

CONSIDERANDO que o Convênio SICONV Nº 755903/2011, firmado entre a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul - SR-11 e a Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - COOPSAT, objeto dos autos do processo administrativo nº 54220.0014292/2011-56, não se encontra abrangido pela disposição do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011 e, ainda, que não constam registros de pendências no âmbito da Autarquia sobre a convenente, resolve.

Art. 1º Autorizar a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul - SR-11 a proceder a retomada das transferências dos recursos do Convênio SICONV Nº 755903/2011.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei no 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI do Art. 8º da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com o inciso XII do art. 12, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/nº 20, de 8 de abril de 2009, pelo subitem (o) do item IV, do Anexo I, da Instrução Normativa/INCRA/nº 62, de 21 de junho de 2010, e pelo art. 12 da Instrução Normativa/INCRA/nº 34 de 23 de maio de 2006, tendo em vista a decisão adotada em sua 622ª reunião, realizada em 20 de setembro de 2011, e

Considerando que o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santo Antonio do Guaporé, localizado no município de Santo Antonio do Guaporé, Estado de Rondônia/RO, foi devidamente publicado em 04 e 05/12/2008, tendo sido delimitada a área de 41.600,0000 ha (quarenta e um mil e seiscentos hectares).

Considerando que o estudo acima constatou sobreposição do território em questão com a Reserva Biológica do Guaporé, de relevante interesse pelo ICMBIO.

Considerando a existência de conflito de interesses entre esta Autarquia e o ICMBIO, foi instituída Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU (CCAF/AGU) para dirimir tal conflito.

Considerando que após inúmeras reuniões da CCAF/AGU, a mesma deliberou pela realização de audiência pública, que ocorreu no dia 02/08/2011 na comunidade em questão, momento no qual se conciliou por uma nova delimitação do território.

Considerando a conciliação descrita acima, o INCRA instituiu grupo de trabalho que localizou, reconheceu e mensurou as novas coordenadas geográficas dos principais pontos descritivos do aludido território, ficando 7.221,4200 ha (sete mil, duzentos e vinte e um hectares e quarenta e dois centiares) como área proposta para reconhecimento, que já foi apreciada e aprovada pelo ICMBIO, resolve:

Art. 1º Aprovar a nova área do território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santo Antonio do Guaporé, que será reconhecida e declarada nos limites de 7.221,4200 ha (sete mil, duzentos e vinte e um hectares e quarenta e dois centiares).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA LACERDA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei no 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei no 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso , do Art. 8º, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o inciso I do Art. 12, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/nº20, de 08 de abril de 2009, e tendo em vista a decisão adotada em sua 622ª reunião, realizada em 6 de dezembro de 2011, e

CONSIDERANDO a intensificação da tensão social agrária e conflitos pela posse da terra existentes nos municípios de jurisdição da Unidade Avançada de Altamira UA/ATL, em virtude da instalação da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHE);

CONSIDERANDO o aumento da demanda e a inconteste exigência de uma presença mais atuante desta Autarquia nos projetos de assentamento atingidos direta e indiretamente pelo Aproveitamento de Belo Monte (AHE);

CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior celeridade as ações institucionais desenvolvidas pelo Incra na região, resolve:

Art. 1º Aprovar a vinculação da Unidade Avançada de Altamira UA/ALT em caráter excepcional e transitório, à Presidência do Incra.

Art. 2º Aprovar a incorporação dos municípios de Uruará e Placas, no Estado do Pará, a área de jurisdição da Unidade Avançada de Altamira UA/ALT.

Art. 3º Recomendar aos órgãos centrais da Autarquia a adoção das providências julgadas necessárias e cabíveis para a efetivação da incorporação ora adotada.

Art. 4ºEsta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

RETIFICAÇÕES

Na Retificação da Portaria Nº 39/2007, de 17 de setembro de 2007, publicada no D.O.U. 36, de 22 de fevereiro de 2008, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE RIO AÇUÃ, Município de Canutama/AM, onde se lê: "... 13.194,9801 ha (treze mil, cento e noventa e quatro hectares, noventa e oito ares e um centiares)" leia-se "13.296,5267 ha (treze mil, duzentos e noventa e seis hectares, cinqüenta e dois ares e sessenta e sete centiares)".

Na Portaria Nº 37/2005, de 03 de outubro de 2005, publicada no D.O.U. 192, de 05 de outubro de 2005, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE TERRA-FIRME, no Município de Guajará/AM, onde se lê: "... 7.355,1369 ha (sete mil e trezentos e cinqüenta e cinco hectares, treze ares sessenta e nove centiares)" leia-se "7.368,8290 (sete mil e trezentos e sessenta e oito hectares, oitenta e dois ares e noventa centiares)".

Na Retificação da Portaria Nº 47/2005, de 23 de dezembro de 2005, publicada no D.O.U. 157, de 18 de agosto de 2009 que criou o Projeto Agroextrativista São Benedito- PAE SÃO BENEDITO, Municípios de Maués e Apuí, onde se lê: "203.088,9253 ha (duzentos e três mil e oitenta e oito hectares, noventa e dois ares e cinqüenta e três centiares)"" leia-se "156.412,4543 ha (cento e cinqüenta e seis mil e quatrocentos e doze hectares, quarenta e cinco ares e quarenta e três centiares)".

Na Portaria Nº 27/2004, de 15 de dezembro de 2004, publicada no D.O.U. 244, de 21 de dezembro de 2004, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE CANAÃ, Município do Careiro/AM, onde se lê: "... 133.936,0000 ha (cento e trinta e três mil e novecentos e trinta e seis hectares)" leia-se "135.708,8528 ha (cento e trinta e cinco mil e setecentos e oito hectares, oitenta e cinco ares e vinte e oito centiares)".

Na Portaria Nº 44/2007, de 21 de setembro de 2007, publicada no D.O.U. 184, de 24 de setembro de 2007, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE TUPANA IGAPÓ-AÇU II, localizado nos Municípios de Berurí e Tapauá /AM, onde se lê: "... 447.958,0000 ha (quatrocentos e quarenta e sete mil e novecentos e cinqüenta e oito hectares)" leia-se "449.732,1291 ha (quatrocentos e quarenta e nove mil e setecentos e trinta e dois hectares, doze ares e noventa e um centiares)".

Na Retificação da Portaria Nº 35, de 26 de setembro de 2005, publicada no D.O.U. 196, de 31 de dezembro de 2008, que reconheceu a FLONA PURUS, localizada no município de Pauiní, onde se lê: "...300 (trezentas) unidades agrícolas familiares, leia-se: ... "340 (trezentas e quarenta) unidades agrícolas familiares".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Incra no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto n° 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra, e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA n° 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Vigésima Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de novembro de 2011 e;

Considerando a Norma de Execução nº 33, de 14 de julho de 2003, publicada no DOU do dia 23 do mesmo mês e ano.

Considerando a fundamentação legal constante nos incisos I, II e III da Norma de Execução supramencionada, resolve:

Art. 1º - Aprovar a concessão de uso de uma área de 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados) da área comunitária que integra o PA PIP NUCK, criado mediante a PORTARIA/P/Nº 746, de 27 de agosto de 1987, localizado no município de Nova Venécia/ES à Associação da Melhor Idade do Regional do Córrego da Estiva de Nova Venécia Espírito Santo (Amirce) para construção de sua sede.

Art. 2º - Estabelecer que a área objeto desta concessão de uso seja revertida de pleno direito, para posse, domínio e administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação adversa da destinação estabelecida.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

JOSÉ GERÔNIMO BRUMATTI
Coordenador do Comitê

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 109, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 132, Inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente; pela Instrução Normativa/Incra/nº 34, de 23 de maio de 2006; pela Instrução Normativa/Incra/nº 62, de 21 de junho de 2010; e pela Resolução nº 39, de 30 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 de novembro de 2007, do Conselho Diretor desta Autarquia Federal, e tendo em vista a decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 8 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada em juízo, mediante concordância do Ministério Público Federal, no bojo da ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Santa Martha, localizado no Município de Jampruca, com área de registro e avaliada de 993,6886 hectares, e que se fundamentou no valor global de R$2.670.910,91 (dois milhões, seiscentos e setenta mil, novecentos e dez reais e noventa e um centavos), sendo R$2.345.770,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e setecentos e setenta reais) em Títulos da Dívida Agrária - TDA's, para pagamento da terra nua e R$325.140,91 (trezentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta reais e noventa e um centavos) em espécie para pagamento das benfeitorias;

Art. 2. º - O valor da terra nua deverá ser pago pelo cancelamento e relançamento de 15.713 títulos ainda por vencer, já descontados 6.280 títulos do lote original de 21.993 com prazos de resgate já vencidos, acrescidos do lançamento dos novos títulos correspondentes ao acréscimo de 7%, ou seja, R$ 157.981,49(cento e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavo) sobre o valor da oferta inicial de R$2.256.878,42(dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos) e R$256.051,00(duzentos e cinquenta e seis mil e cinquenta e um reais) resultante de parte do montante que fora quantificado para recuperação do passivo ambiental e que foi considerado desnecessário pelo Instituto Estadual de Florestas-IEF/MG. O relançamento dos títulos e sua complementação terão prazo de 180 dias a contar de 14/10/2011, com prazo de resgate de dois a cinco anos, nominativos ao expropriado Gerson Peixoto da Silva - CPF n.º 031.117.926-68, em conformidade com o art. 5º, & 4º, &5º e &6º da Lei 8.629/93, alterada pela Medida Provisória 2.183-56/01, de 24 de agosto de 2001, com juros de 6% ao ano, e correção pela Taxa Referencial-TR, conforme autorizado pelo art. 5º, &3º, da Lei 8.177/91, alterada pela Medida Provisória n.º 2.183-56/01;

Art. 3.º - Solicitar a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento que autorize a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias ao cancelamento e relançamento dos TDA's originais, bem como o lançamento dos novos títulos, todos com o prazo reduzido, e a descentralização dos recursos financeiros para pagamento de verba de desmonte, mediante comprovação das despesas em juízo.

Art. 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso I, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 69, de 19 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia subseqüente; pela Instrução Normativa/Incra/nº. 34, de 23 de maio de 2006; pela Instrução Normativa/Incra/nº 62, de 21 de junho de 2010; e pela Resolução n.º39, de 30 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 de novembro de 2007, do Conselho Diretor desta Autarquia Federal, e tendo em vista a decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 16 de novembro de 2011 e

CONSIDERANDO o acordo homologado em juízo entre o Incra e o proprietário do imóvel expropriado que se fundamentou em acréscimo de R$ 414.032,49 (quatrocentos e quatorze mil, trinta e dois reais e quarenta e nove centavos) sobre a oferta prévia de R$2.256.878,42 (dois milhões, duzentos e cinqüenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos), perfazendo o novo montante de R$2.670.910,91 (dois milhões, seiscentos e setenta mil, novecentos e dez reais e noventa e um centavos)., correspondente à indenização das benfeitorias, que serão pagas em dinheiro, e da terra nua, cuja totalidade será paga em TDA's, com prazo de resgate de dois a cinco anos em função do previsto no art. 5º, & 4º, &5º e &6º da Lei 8.629/93, alterada pela Medida Provisória 2.183-56/01, de 24 de agosto de 2001, com juros de 6% ao ano, e correção pela Taxa Referencial-TR, conforme autorizado pelo art. 5º, &3º, da Lei 8.177/91, alterada pela Medida Provisória n.º 2.183-56/01;

CONSIDERANDO que o INCRA concordou com o pagamento da verba de até R$ 30.000,00, 00 (trinta mil reais), em dinheiro, referente ao pagamento de desmonte e transporte das benfeitorias e semoventes não indenizáveis, pagamento este a ser feito mediante comprovação em juízo das despesas pelo proprietário;

CONSIDERANDO que os valores acordados se encontram dentro dos parâmetros da atual Planilha Referencial de Preços da microrregião em que está localizado o imóvel e dentro da alçada para acordos administrativos prevista na Resolução INCRA/CD/Nº 39/2007 e ratificada pela Resolução INCRA/CD/Nº 25/2009;

CONSIDERANDO que os argumentos constantes dos autos justificam econômica e financeiramente a conveniência da realização do acordo, bem como por atender ele aos princípios de oportunidade e conveniência administrativa;

CONSIDERANDO que o representante do Ministério Público Federal aquiesceu com o acordo;

CONSIDERANDO, finalmente, as manifestações da Procuradoria Regional e Divisão de Obtenção de Terras desta Superintendência Regional, resolve:

Art. 1.º Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada em juízo, mediante concordância do Ministério Público Federal, no bojo da ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Santa Martha, localizado no Município de Jampruca, com área de registro e avaliada de 993,6886 hectares, e que se fundamentou no valor global de R$2.670.910,91 (dois milhões, seiscentos e setenta mil, novecentos e dez reais e noventa e um centavos), sendo R$2.345.770,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e setecentos e setenta reais) em Títulos da Dívida Agrária - TDA's, para pagamento da terra nua e R$325.140,91 (trezentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta reais e noventa e um centavos) em dinheiro para pagamento das benfeitorias. O valor da terra nua deverá ser pago pelo cancelamento e relançamento de 15.713 títulos ainda por vencer, já descontados 6.280 títulos do lote original de 21.993 com prazos de resgate já vencidos, acrescidos do lançamento dos novos títulos correspondentes ao acréscimo de 7%, ou seja, R$ 157.981,49(cento e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos) sobre o valor da oferta inicial de R$2.256.878,42(dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos) e R$256.051,00(duzentos e cinquenta e seis mil e cinquenta e um reais) resultante de parte do montante que fora quantificado para recuperação do passivo ambiental e que foi considerado desnecessário pelo Instituto Estadual de Florestas-IEF/MG. O relançamento dos títulos e sua complementação deverão ser efetivados num prazo de 180 dias a contar de 14/10/2011 e seu prazo de resgate será de dois a cinco anos, nominativos ao expropriado Gerson Peixoto da Silva-CPF n.º 031.117.926-68, em consonância com o art. 5º, & 4º, &5º e &6º da Lei 8.629/93, alterada pela Medida Provisória 2.183-56/01, de 24 de agosto de 2001, com juros de 6% ao ano, e correção pela Taxa Referencial-TR, conforme autorizado pelo art. 5º, &3º, da Lei 8.177/91, alterada pela Medida Provisória n.º 2.183-56/01;

Art. 2.º - Aprovar a proposta de acordo homologada em juízo, nos autos da ação de desapropriação proposta;

Art. 3.º - Autorizar o Superintendente Regional a encaminhar solicitação à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, visando a autorizar a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias ao cancelamento e relançamento dos TDA's originais remanescentes, bem como o lançamento dos novos títulos, todos com o prazo reduzido conforme o permissivo legal, e a descentralização dos recursos financeiros para pagamento de verba de desmonte, mediante comprovação das despesas em juízo

Art. 4.º - Autorizar o Superintendente Regional a baixar Portaria para a execução desta Resolução.

Art. 5.º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS
Coordenador do Comitê

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 28 DE OUTUBRO DE 2011

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal, criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei 7.321, de 23 de outubro de 1984, por seu Superintendente, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 11, Capítulo II, Incisos I, II e III do Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, tendo em vista a decisão adotada na sua 242ª Reunião, realizada em 26 de julho de 2011, resolve:

Art. 1° - Aprovar o recebimento de diversos bens permanentes e materiais de consumo em doação ao Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal de Cascavel/PR, totalizando a importância de R$ 18.363,64 (dezoito mil, trezentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos), de acordo com o contido no processo administrativo nº 54200.003074/2011-31.

Art. 2° - Autorizar o senhor Superintendente Regional no INCRA, no Estado do Paraná, para uso das suas atribuições que lhe confere o Inciso VI, artigo 132, do Regimento Interno do INCRA, assinar o respectivo Termo de Doação.

NILTON BEZERRA GUEDES

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

PORTARIA Nº 47, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/n.º 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 do mesmo mês e ano, e Portaria INCRA/P/Nº 422, de 17 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte,

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel denominado Fazenda Luar do Sertão, com área de 1.941,1308 ha, localizado no Município de Ananás, no Estado do Tocantins, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária pelo Decreto de 18/03/2009, cuja imissão de posse se deu em 24/05/2011; e

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR-26/TO/nº 54400.001789/2011-01, e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Luar do Sertão, com área de 1.941,1308 ha (mil e novecentos e quarenta e um hectares, treze ares e oito centiares), localizado no Município de Ananás, no Estado do Tocantins que prevê a criação de 28 (vinte e oito) unidades agrícolas familiares;

Art. 2º - Criar o Projeto de Assentamento Luar do Sertão, Código SIPRA TO0448000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT e a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD do INCRA.

RUBERVAL GOMES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

PORTARIA Nº 72, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA, NO MÉDIO SÃO FRANCISCO, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 164-1, de 25 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 26 de março do 2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, Inciso VIII do regimento interno desta Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União Nº 068, de 09 de abril de 2009, resolve:

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento, visando dar destinação ao imóvel rural denominado FAZENDA SÍTIO PAU FERRO - LOTE 686, com área de 381.3345 ha., (trezentos e oitenta e um hectares, trinta e três ares e quarenta e cinco centiares), localizado no município de Lagoa Grande, no estado do Pernambuco/PE, adquirido através de desapropriação, conforme decreto de 09 de novembro de 2009, cujo auto de Imissão de Posse, se deu em 12 de julho de 2011, e;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a analise e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado FAZENDA SÍTIO PAU FERRO - LOTE 686, com área de 381.3345 ha., (trezentos e oitenta e um hectares, trinta e três ares e quarenta e cinco centiares), localizado no município de Lagoa Grande/PE, no estado do Pernambuco/PE, que prevê a criação de 05 (cinco) unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento PA DEUSDETE RAMOS, código SIPRA MF0295000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário.

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO

PORTARIA Nº 73, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA, NO MÉDIO SÃO FRANCISCO, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 164-1, de 25 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 26 de março do 2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, Inciso VIII do regimento interno desta Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União Nº 068, de 09 de abril de 2009, resolve:

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento, visando dar destinação ao imóvel rural denominado LOTE 723, SUB ÁREA 06, GLEBA XIQUE-XIQUE, com área de 431.8287 ha., (quatrocentos e trinta e um hectares, oitenta e dois ares e oitenta e sete centiares), localizado no município de Belém do São Francisco, no estado do Pernambuco/PE, adquirido através de expropriação por cultivo de psicotrópicos, cujo auto de Imissão de Posse, se deu em 15 de julho de 2010, e;

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a analise e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado LOTE 723, SUB ÁREA 06, GLEBA XIQUE-XIQUE, com área de 431.8287 ha., (quatrocentos e trinta e um hectares, oitenta e dois ares e oitenta e sete centiares), localizado no município de Belém do São Francisco/PE, no estado do Pernambuco/PE, que prevê a criação de 03 (três) unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento PA XIQUE-XIQUE, código SIPRA MF0297000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário.

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

PORTARIA Nº 38, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, combinado com as disposições do Manual do Crédito Rural, Capítulo 10, Seção 15 (MCR 10.15) e das disposições constantes da Resolução n° 3.990, de 30 de junho de 2011, do Conselho Monetário Nacional - CMN, resolve:

Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de dezembro de 2011 a 09 de janeiro de 2012, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.

§ 1º Somente os produtos e Estados que apresentarem o bônus de desconto, de que trata o caput, estão listados no Anexo.

§ 2º Os bônus de descontos da tabela "Cesta de Produtos" incidem sobre as operações de crédito de custeio contratadas até 1/7/2006, com vencimento a partir de 10/7/2010 e investimento agropecuário, conforme a Resolução 3.990, de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Os preços de mercado e o bônus de desconto previstos nesta Portaria referem-se ao mês de novembro de 2011, têm validade para o período de 10 de dezembro de 2011 a 09 de janeiro de 2012, em atendimento ao estabelecido na Resolução n° 3.990, de 30 de junho de 2011, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARGILEU MARTINS DA SILVA

ANEXO

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: AÇAÍ (FRUTO)

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
RO	RU	kg	0,83	0,75	9,64

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: ALHO TIPO 5 - EXTRA

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
ES	RU	kg	2,45	2,41	1,63

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: ARROZ LONGO FINO EM CASCA

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
AL	R2	Sc (60 kg)	30,96	30,00	3,10
BA	R2	Sc (60 kg)	30,96	21,90	29,26
SE	R2	Sc (60 kg)	30,96	27,84	10,08
GO	R2	Sc (60 kg)	30,96	30,85	0,36
MS	R2	Sc (60 kg)	30,96	27,65	10,69
RJ	R2	Sc (60 kg)	30,96	28,04	9,43
SP	R2	Sc (60 kg)	30,96	29,30	5,36
RS	R1	Sc (50 kg)	25,80	24,34	5,66
SC	R1	Sc (50 kg)	25,80	22,74	11,86

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: BABAÇÚ (AMÊNDOA)

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
TO	RU	kg	1,46	1,07	26,71
CE	RU	kg	1,46	1,06	27,40
MA	RU	kg	1,46	1,09	25,34

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: BORRACHA NATURAL (EXTRATIVISTA) - BIOMA AMAZÔNIA

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
AM	RU	kg	3,50	3,23	7,71
PA	RU	kg	3,50	2,00	42,86
RO	RU	kg	3,50	3,25	7,14
TO	RU	kg	3,50	2,60	25,71
MA	RU	kg	3,50	2,38	32,00

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: CARÁ/INHAME

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
AC	RU	kg	0,95	0,75	21,05
BA	RU	kg	0,95	0,77	18,95
PB	RU	kg	0,95	0,90	5,26
SE	RU	kg	0,95	0,83	12,63
PR	RU	kg	0,95	0,57	40,00

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: CASTANHA DE CAJÚ

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
CE	RU	kg	1,30	1,22	6,15
PI	RU	kg	1,30	1,14	12,31

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: CASTANHA DO BRASIL (EM CASCA)

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
RO	RU	Kg	1,05	1,00	4,76

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: CEBOLA

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
SP	RU	kg	0,56	0,35	37,50
PR	RU	kg	0,56	0,42	25,00
RS	RU	kg	0,56	0,46	17,86
SC	RU	kg	0,56	0,54	3,57

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: FEIJÃO

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
PR	RU	Sc (60 kg)	80,00	77,29	3,39
RS	RU	Sc (60 kg)	80,00	63,68	20,40
SC	RU	Sc (60 kg)	80,00	66,04	17,45

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: GIRASSOL

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
PR	RU	Sc (60 kg)	30,80	30,00	2,60

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: MANGABA (FRUTO)

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
SE	RU	KG	1,51	1,50	0,66

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: PEQUI (FRUTO)

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
MG	R2	kg	0,37	0,32	13,51

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: PIAÇAVA (FIBRA)

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
BA	R1	kg	1,67	1,07	35,93

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: PÓ CERÍFERO DE CARNAÚBA - TIPO B

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
PI	RU	kg	4,20	4,13	1,67

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: RAIZ DE MANDIOCA

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
TO	R2	Tonelada	140,00	127,40	9,00

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: SISAL

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
PB	RU	kg	1,04	0,98	5,77
RN	RU	kg	1,04	0,91	12,50

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: TOMATE

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
PB	RU	kg	0,70	0,67	4,29

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: TRIGO

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
MS	R3	Sc (60 kg)	29,43	27,41	6,86
SP	R3	Sc (60 kg)	29,43	27,57	6,32
PR	R2	Sc (60 kg)	26,30	24,80	5,70

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: TRITICALE

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
SP	RU	Sc (60 kg)	17,10	15,62	8,65
PR	RU	Sc (60 kg)	17,10	15,92	6,90
SC	RU	Sc (60 kg)	17,10	16,89	1,23

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de DEZEMBRO de 2011
Produto: Cesta de Produtos - Bônus Médio

Mês de referência: dezembro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
TO	NSA	NSA	NSA	NSA	2,25
PR	NSA	NSA	NSA	NSA	0,85
RS	NSA	NSA	NSA	NSA	5,10
SC	NSA	NSA	NSA	NSA	4,36

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Notas:
1 - NSA - Não se aplica.
2 - Média ponderada dos bônus dos produtos feijão, leite, mandioca e milho.
3 - Bônus de desconto aplicáveis às operações de custeio contratadas até 1/7/2006, com vencimento a partir de 10/7/2010 e investimento segundo o art 5º da Resolução nº 3.885, de 22 de julho de 2010 do Conselho Monetário Nacional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 328, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, e nas Portarias/MP nº 147, de 10 de junho de 2011 e nº 345 de 09 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Alterar os limites estabelecidos para o empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, fixados na Portaria nº 77, de 11 de março de 2011, os quais passam a vigorar conforme o Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 262, de 21 de setembro de 2011.

TEREZA CAMPELLO

ANEXO ÚNICO

Limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2011

Unidade	Limite para empenho (até DEZ)
SENARC	630.968,91
SESAN	3.403.555,96
SAGI	310.608,11
GM	727.974,16
SE	706.046, 16
SESEP	556.092,53
SNAS	6.470.754,17
TOTAL	**12.806.000,00**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 64, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, considerando o estabelecido no art. 3º da Resolução CAMEX nº 85 de 8 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 9 de dezembro de 2010, alterada pela Resolução CAMEX nº 66 de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 21 de setembro de 2011, que aplicou direitos antidumping específicos a serem exigidos nas importações de policloreto de vinila, não misturado com outras substâncias, obtido por processo de suspensão (PVC-S), originárias dos Estados Unidos da América - EUA e do México, classificado no item 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, torna público:

1. De acordo com o item 8 do Anexo da Resolução CAMEX nº 85, de 2010, alterada pela Resolução CAMEX nº 66, de 2011, o preço de referência do México deverá ser recalculado trimestralmente, tomando-se por base a média das cotações ICIS-LOR (Independent Commodity Information Service - London Oil Reports) do último mês desse trimestre, no caso, o mês de novembro de 2011.

1.1. A média das cotações de PVC-S para o México, no mês de novembro de 2011, alcançou US$ 923,00/t (novecentos e vinte e três dólares estadunidenses por tonelada).

2. Desta forma, o preço de referência vigente para o trimestre dezembro/2011 e janeiro-fevereiro/2012 é de US$ 927,00/t (novecentos e vinte e sete dólares estadunidenses por tonelada) para o México.

3. O direito antidumping é calculado observando a fórmula do quadro na seqüência, e caso o resultado da equação a seguir seja menor ou igual a zero, não deverá ser cobrado direito antidumping.

PAÍS	DIREITO ANTIDUMPING ESPECÍFICO (DAE) (US$/tonelada)
México	DAE = (927,00 por tonelada) - (1,112 x Preço CIF por tonelada)

4. O direito antidumping exigido para o México não poderá ser superior a 18% do preço CIF por tonelada de cada operação de importação. Quando isto ocorrer, o valor a ser cobrado deverá se limitar a 18% do preço CIF por tonelada de cada operação de importação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

PORTARIA Nº 42, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera o artigo 221 da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1º Fica incluído o parágrafo único ao art. 221 da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Fica dispensado o RE para operações financiadas com recursos provenientes do PROEX, até o limite de US$ 50.000,00 ou o equivalente em outra moeda, quando a exportação for efetuada por meio de DSE, sendo obrigatório o preenchimento do RC."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 288, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em 01/06/2011, 30/09/2011, 17/11/2011 e 06/12/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em 01/06/2011, 30/09/2011, 17/11/2011 e 06/11/2011.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.001614/2011-52
Proponente: Confederação Brasileira de Futebol de Areia
Título: Circuito Balomar Brasil Etapa Gaúcha
Registro/ ME: 02SP004332007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.256.002/0001-60
Cidade: Tramandaí - UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 624.328,24
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2806 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29055-6
Período de Captação: da data de publicação até 10/12/2011.

2 - Processo: 58701.001816/2011-02
Proponente: Associação Esportiva Juventus
Título: Taekwondo Futuro
Registro/ ME: 02PR055972009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.366.754/0001-34
Cidade: Cascavel - UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 122.800,35
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3508 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33985-7
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2012.

3 - Processo: 58701.001977/2011-98
Proponente: Associação Brasileira A Hebraica de SP
Título: Hebraitênis - Competição
Registro/ ME: 02SP004332007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 61.139.911/0001-99
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 301.067,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2962 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18752-6
Período de Captação: da data de publicação até 17/11/2012.

4 - Processo: 58701.002740/2011-24
Proponente: Organização Fratres Universalis
Título: Campeonato Carioca de Muay Thai
Registro/ ME: 02RJ090852011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.684.042/0001-40
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 662.017,36
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1250 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29792-5
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2012.

5 - Processo: 58701.000096/2011-50
Proponente: Associação de Tenistas de Maricá - RJ
Título: Tênis nas Escolas 2011
Registro/ ME: 02RJ062812010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.045.043/0001-32
Cidade: Maricá - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 151.305,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2280 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 32517-1
Período de Captação: da data de publicação até 07/04/2012.

6 - Processo: 58701.001895/2011-43
Proponente: Sociedade Esportiva Recreativa Rui Barbosa
Título: Criança na Escola é Show de Bola
Registro/ ME: 02SC019642008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 83.463.398/0001-20
Cidade: Morro da Fumaça - UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 1.270.898,97
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2329 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 12825-2
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2012.

ANEXO II

1 - Processo: 58000.001723/2009-52
Proponente: Instituto Usina Social
Título: Usina Esporte Cidadão
Valor aprovado para captação: R$ 961.130,39
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0394 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 67820-1
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2012.

2 - Processo: 58701.004523/2010-98
Proponente: SESI - Serviço Social da Indústria - DR/Paraná
Título: Atleta do Futuro - Votorantim PR
Valor aprovado para captação: R$ 706.734,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1622 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16306-6
Período de Captação: da data de publicação até 17/02/2012.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 197, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro à UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ, visando o apoio financeiro para "Cuja Finalidade Consiste no Planejamento e Apoio Inicial à Infraestrutura do Laboratório Olimpico" conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.
Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Unidade Gestora: 153115 - Gestão: 15236- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Programa/Ação: 27.811.0181.1055.0001- Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte
Natureza de Despesa:
33.90.39 R$ 2.183.967.00 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, novecentos e sessenta e sete reais).
44.90.52 R$ 3.158.083.00 (três milhões, cento e cinquenta e oito mil e oitenta e três reais)
Fonte: 100
Valor Projeto: R$ 5.342.050.00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e dois mil e cinqüenta reais.).

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OSWALDO DA SILVA

PORTARIA Nº 198, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro à UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, visando o apoio financeiro para "Realização do Esporte Adaptado- IEFES/UFC" conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Unidade Gestora: 153045 - Gestão: 15224 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ)

Ação: 27.811.0181.2358.0001 - Funcionamento de Núcleos de Categoria de Base do Esporte de Alto Rendimento.

Natureza da Despesa:

33.90.18: R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais)

33.90.30: R$ 5.513,00 (cinco mil, quinhentos e treze reais)

44.90.42: R$ 48.940,00 (quarenta e oito mil, novecentos e quarenta reais)

Fonte: 118

Valor do Projeto: R$ 77.253,00 (setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e três reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OSWALDO DA SILVA

PORTARIA Nº 199, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro à UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA MARIA/RS, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA MARIA/RS, visando o apoio financeiro para "Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte" conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS

Unidade Gestora: 153164 - Gestão: 15238-UNIVERSIDADES FEDERAL DE SANTA MARIA/RS

Programa/Ação: 27.811.0181.1055.0001- Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte

Natureza de Despesa:

44.90.52 R$ 1.271.986,42 (hum milhão, duzentos e setenta e um mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

Fonte: 100

Valor Projeto: R$ 1.271.986,42 (hum milhão, duzentos e setenta e um mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OSWALDO DA SILVA

PORTARIA Nº 201, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA/RS, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA-SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA/RS, visando o apoio financeiro para a implantação de 01 (um) núcleo de Esporte Educacional, referentes ao Programa Segundo Tempo no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna.

Órgão Executor: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA/RS

Unidade Gestora: 158127 Gestão: 26420

Programa: 27.812.8028.4377.0001

Ação: 4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional.

Natureza da despesa:

33.90.18 - R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

33.90.30 - R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais).

Fonte: 118

Valor Projeto: R$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA/RS, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OSWALDO DA SILVA

PORTARIA Nº 202, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao INSTITUTO FEDERAL GOIANO-CAMPUS RIO VERDE/GO, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o INSTITUTO FEDERAL GOIANO-CAMPUS RIO VERDE/GO, visando o apoio financeiro para a implantação de 02 (dois) núcleos de Esporte Educacional, referentes ao Programa Segundo Tempo, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna.

Órgão Executor: INSTITUTO FEDERAL GOIANO-CAMPUS RIO VERDE/GO

Unidade Gestora: 158124 Gestão: 26407

Programa: 27.812.8028.4377.0001

Ação: 4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional.

Natureza da despesa:

33.90.18 - R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

33.90.30 - R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

Fonte: 118

Valor Projeto: R$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais).

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O INSTITUTO FEDERAL GOIANO-CAMPUS RIO VERDE/GO, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OSWALDO DA SILVA

PORTARIA Nº 203, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA-SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, visando o apoio financeiro para "Implantação de 01 Núcleo de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo" conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.

Órgão Executor: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Unidade Gestora: 158153 - Gestão: 26429- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Programa/Ação: 27.812.8028.4377.0001- Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional-Nacional.

Natureza de Despesa:

33.90.18 R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

33.90.30 R$ 14.500,00(quatorze mil e quinhentos reais)

Fonte: 118

Valor Projeto: R$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OSWALDO DA SILVA

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 101, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Aprovar o Plano de Manejo Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN Serra do Tombador, no Município de Cavalcante, no Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, nomeado pela Portaria n° 532 de 30 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subseqüente; Considerando o disposto na Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; Considerando que a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Serra do Tombador, criada por meio da Portaria ICMBio nº 26, de 08 de maio de 2009, atendeu ao art. 27 da Lei nº 9.985, de 10 de junho de 2000, no que concerne à elaboração de seu Plano de Manejo; Considerando que o art. 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Tombador, localizada no Município de Cavalcante, no Estado de Goiás.

§1° A aprovação do Plano de Manejo não exime o proprietário de seguir todos os trâmites técnicos e legais necessários à aprovação de projetos, programas e planos junto aos órgãos ou instituições ambientais competentes, em atendimento à legislação vigente e aos usos permitidos na RPPN, conforme o Decreto n° 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 2º - A RPPN será administrada pelo proprietário do imóvel ou pelo representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e no Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º - As condutas e atividades lesivas a área da RPPN Serra do Tombador sujeitarão os infratores as sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 4º - O Plano de Manejo da RPPN Serra do Tombador estará disponível na sede da Unidade de Conservação e na sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 102, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal/BA

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como, os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICM nº 11, de 08 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação Federais; Considerando o Decreto nº 242 de 29 de novembro de 1961, que criou o Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, no Estado da Bahia e alterações feitas pelo Decreto nº 3.421 de 20 de abril de 2000; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICM nº 02070.003542/2011-05; RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Conselho Consultivo do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, com a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos seus objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º - O Conselho Consultivo do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal é composto por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, sendo um titular e um suplente;

II - Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sendo um titular e um suplente;

III - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, sendo um titular e um suplente;

IV - Universidade do Estado da Bahia - UNEB, sendo um titular e um suplente;

V - Prefeitura Municipal de Itabela/BA, sendo um titular e um suplente;

VI - Prefeitura Municipal de Prado/BA, sendo um titular e um suplente;

DA SOCIEDADE CIVIL:

VII - Grupo Ambiental Natureza Bela, sendo titular e Associação Flora Brasil, sendo suplente;

VIII - Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia - Terra Viva, sendo titular e Instituto Bio Atlântica, sendo suplente;

IX - Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel - RPPN Veracel, sendo um titular e um suplente;

X - Diocese de Eunápolis/BA, sendo um titular e um suplente;

XI - Aldeia Nova, sendo titular e Aldeia Jitaí, sendo suplente;

XII - Aldeia Meio da Mata, sendo titular e Aldeia Campo do Boi, sendo suplente;

XIII - Aldeia Caciana, sendo titular e Aldeia Boca da Mata, sendo suplente;

XIV - Aldeia Bugigão, sendo titular e Aldeia Pará, sendo suplente;

XV - Aldeia Barra Velha, sendo titular e Aldeia Xandó, sendo suplente;

XVI - Aldeia Pé do Monte, sendo titular e Aldeia Trevo do Parque, sendo suplente;

XVII - Aldeia Corumbauzinho, sendo titular e Aldeia Águas Belas, sendo suplente; e

XVIII - Aldeia Craveiro, sendo titular e Aldeia Guaxuma, sendo suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo serão estabelecidos em seu regimento interno.

§1º O Conselho Consultivo deverá elaborar seu regimento interno no prazo de noventa dias, contados a partir da data de posse.

§2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer proposta de modificação na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 103, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Araguaia/TO.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como, os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICM nº 11, de 08 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação Federais; Considerando o Decreto nº 47.570 de 31 de dezembro de 1959, que criou o Parque Nacional do Araguaia, no Estado de Tocantins, e alterado pelos Decretos nº 68.873/71, nº 71.879/73 e nº 84.844/80; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICM nº 02070.003486/2010-10, RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Araguaia, com a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos seus objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º - O Conselho Consultivo do Parque Nacional do Araguaia é composto por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

II - Coordenação Regional de Palmas/TO da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sendo um titular e um suplente;

III - Superintendência de Tocantins do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, sendo um titular e um suplente;

IV - Superintendência Federal de Pesca e Aqüicultura no Tocantins do Ministério da Pesca e Aqüicultura - MPA, sendo um titular e um suplente;

V - Companhia Independente de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado do Tocantins, sendo um titular e um suplente;

VI - Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS do Governo do Estado do Tocantins, sendo um titular e um suplente;

VII - Subsecretaria de Aqüicultura e Pesca - SUSAP da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário - SEAGRO do Governo do Estado do Tocantins, sendo titular, e Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário - SEAGRO do Governo do Estado do Tocantins, sendo suplente;

VIII - Prefeitura Municipal de Pium/TO, sendo um titular e um suplente;

IX - Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão/TO, sendo um titular e um suplente;

X - Universidade Federal do Tocantins - UFT, sendo um titular e um suplente;

XI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO, sendo titular, e Faculdade Antônio Propício Aguiar Franco - FAPAF, sendo suplente;

DA SOCIEDADE CIVIL:

XII - Aldeia Txuodé, sendo um titular e um suplente;

XIII - Aldeia Waotynã, sendo um titular e um suplente;

XIV - Aldeia Boto Velho, sendo um titular e um suplente;

XV - Aldeia Macaúba, sendo titular, e Povoado de Lago Grande, sendo suplente;

XVI - Aldeia Santo Antônio, sendo titular, e Aldeia Maranduba, sendo suplente;

XVII - Aldeia Ibutuna, sendo titular, e Aldeia Utaria, sendo suplente;

XVIII - Aldeia São João, sendo titular, e Associação Comunidade Indígena Karajá da Aldeia Macaúba - ASCIKAM, sendo suplente;

XIX - Pousada Praia Alta, Lagoa da Confusão/TO, sendo um titular e um suplente;

XX - Operadora de Ecoturismo Cc Trekking Adventure, sendo um titular e um suplente;

XXI - Associação dos Brigadistas, Guarda-Parques, Pescadores Artesanais e Prestadores de Serviços Ambientais - ABAPA, sendo um titular e um suplente;

XXII - Comitê Redevida da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, sendo titular, e Sindicato Rural de Pium, sendo suplente; e

XXIII- Colônia dos Pescadores de Caseara/TO, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional do Araguaia, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo serão estabelecidos em seu regimento interno.

§1º O Conselho Consultivo deverá elaborar seu regimento interno no prazo de noventa dias, contados a partir da data de posse.

§2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer proposta de modificação na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

RESOLUÇÃO Nº 1 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

A PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO (CONCLA), no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 2º, incisos II e III, do Decreto nº 3.500/2000, resolve:

Art. 1º Incluir a seguinte categoria no Grupo Entidades Empresariais da Tabela de Natureza Jurídica 2009, publicada no Diário Oficial da União n.º 224 de 18/11/2008, alterada pela Resolução Concla n.º 1/2010, publicada no DOU de 18/5/2010.

Código	Denominação
230-5	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli)

Art. 2º A Tabela de Natureza Jurídica 2009, com a inclusão da categoria mencionada no artigo anterior, passa a denominar-se Tabela de Natureza Jurídica 2009.1, consolidada no Anexo Único a esta Resolução.

Art. 3º A Tabela de Natureza Jurídica 2009.1 entrará em vigor a partir de 8 de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR

ANEXO

Tabela de Natureza Jurídica 2009.1
1. Administração Pública
101-5 - Órgão Público do Poder Executivo Federal
102-3 - Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal
103-1 - Órgão Público do Poder Executivo Municipal
104-0 - Órgão Público do Poder Legislativo Federal
105-8 - Órgão Público do Poder Legislativo Estadual ou do Distrito Federal
106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
107-4 - Órgão Público do Poder Judiciário Federal
108-2 - Órgão Público do Poder Judiciário Estadual
110-4 - Autarquia Federal
111-2 - Autarquia Estadual ou do Distrito Federal
112-0 - Autarquia Municipal
113-9 - Fundação Federal
114-7 - Fundação Estadual ou do Distrito Federal
115-5 - Fundação Municipal
116-3 - Órgão Público Autônomo Federal
117-1 - Órgão Público Autônomo Estadual ou do Distrito Federal
118-0 - Órgão Público Autônomo Municipal
119-8 - Comissão Polinacional
120-1 - Fundo Público
121-0 - Associação Pública
2. Entidades Empresariais
201-1 - Empresa Pública
203-8 - Sociedade de Economia Mista
204-6 - Sociedade Anônima Aberta
205-4 - Sociedade Anônima Fechada
206-2 - Sociedade Empresária Limitada
207-0 - Sociedade Empresária em Nome Coletivo
208-9 - Sociedade Empresária em Comandita Simples
209-7 - Sociedade Empresária em Comandita por Ações
212-7 - Sociedade em Conta de Participação
213-5 - Empresário (Individual)
214-3 - Cooperativa
215-1 - Consórcio de Sociedades
216-0 - Grupo de Sociedades
217-8 - Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira
219-4 - Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira
221-6 - Empresa Domiciliada no Exterior
222-4 - Clube/Fundo de Investimento

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

223-2 - Sociedade Simples Pura
224-0 - Sociedade Simples Limitada
225-9 - Sociedade Simples em Nome Coletivo
226-7 - Sociedade Simples em Comandita Simples
227-5 - Empresa Binacional
228-3 - Consórcio de Empregadores
229-1 - Consórcio Simples
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli)
3. Entidades sem Fins Lucrativos
303-4 - Serviço Notarial e Registral (Cartório)
306-9 - Fundação Privada
307-7 - Serviço Social Autônomo
308-5 - Condomínio Edilício
310-7 - Comissão de Conciliação Prévia
311-5 - Entidade de Mediação e Arbitragem
312-3 - Partido Político
313-1 - Entidade Sindical
320-4 - Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras
321-2 - Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior
322-0 - Organização Religiosa
323-9 - Comunidade Indígena
324-7 - Fundo Privado
399-9 - Associação Privada
4. Pessoas Físicas
401-4 - Empresa Individual Imobiliária
402-2 - Segurado Especial
408-1 - Contribuinte individual
409-0 - Candidato a Cargo Político Eletivo
411-1 - Leiloeiro
5. Instituições Extraterritoriais
501-0 - Organização Internacional
502-9 - Representação Diplomática Estrangeira
503-7 - Outras Instituições Extraterritoriais

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 170, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, inciso II, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Ajustar o detalhamento dos limites de movimentação e empenho constantes dos Anexos I e VI da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC * (DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO VI DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
32000	Ministério de Minas e Energia	3.122	0	3.122
TOTAL		3.122	0	3.122

* Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
32000	Ministério de Minas e Energia	3.122	0	3.122
TOTAL		3.122	0	3.122

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA Nº 171, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, inciso II, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Ajustar o detalhamento dos limites de movimentação e empenho constantes dos Anexos I e II da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
52000	Ministério da Defesa	0	5.300	5.300
TOTAL		0	5.300	5.300

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
52000	Ministério da Defesa	5.300	0	5.300
TOTAL		5.300	0	5.300

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO (DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
52000	Ministério da Defesa	5.300	0	5.300
TOTAL		5.300	0	5.300

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO IV

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
52000	Ministério da Defesa	0	5.300	5.300
TOTAL		0	5.300	5.300

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA Nº 172, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a necessidade de viabilizar a execução da doação da Comissão da União Europeia para a Fundação Universidade Federal do Acre do Ministério da Educação, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável da região de Madre de Dios (Peru), do Acre (Brasil) e do Pando (Bolívia), com a participação dos estudantes e docentes das universidades das regiões citadas; e

Considerando a necessidade de viabilizar a execução das ações "Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares" e "Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais", no âmbito do Ministério da Saúde, com recursos da fonte 53 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social; e

Considerando a necessidade de execução de despesas administrativas na ação "Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais", no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as quais não podem ser financiadas pela fonte 94 - Doações para o Combate à Fome, e a possibilidade da utilização desses recursos na ação "Construção de Cisternas para Armazenamento de Água" sem prejuízo para sua execução, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, no âmbito dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXOS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00 VALOR
	1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica							743.487
		ATIVIDADES							
12 364	1375 4006	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação							743.487
12 364	1375 4006 0012	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Acre							743.487
			F	3	2	90	0	295	722.934
			F	4	2	90	0	295	20.553
TOTAL - FISCAL									743.487
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									743.487

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00 VALOR
	1220	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada							212.239.677
		ATIVIDADES							
10 302	1220 8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade							212.239.677
10 302	1220 8585 0023	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Ceará							79.831.466
			S	3	1	31	0	182	79.831.466
10 302	1220 8585 0029	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado da Bahia							35.595.428
			S	3	1	31	0	182	35.595.428
10 302	1220 8585 0033	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio de Janeiro							38.691.707
			S	3	1	31	0	182	38.691.707
10 302	1220 8585 0035	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de São Paulo							47.621.076
			S	3	1	31	0	182	47.621.076
10 302	1220 8585 0043	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio Grande do Sul							10.500.000
			S	3	1	31	0	182	10.500.000
	1293	Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos							212.239.677
		ATIVIDADES							
10 303	1293 4705	Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais							57.239.677
10 303	1293 4705 0001	Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais - Nacional							57.239.677
			S	3	1	90	0	153	57.239.677
10 303	1293 8415	Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares							155.000.000
10 303	1293 8415 0001	Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares - Nacional							155.000.000
			S	3	2	90	0	153	155.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									424.479.354
TOTAL - GERAL									424.479.354

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1049	Acesso à Alimentação							880.048
		ATIVIDADES							
08 306	1049 8457	Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais							440.024
08 306	1049 8457 0001	Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais - Nacional							440.024
			S	3	2	90	0	100	240.024
			S	3	2	90	0	151	200.000
		PROJETOS							
08 511	1049 11V1	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água							440.024
08 511	1049 11V1 0001	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água - Nacional							440.024
			S	4	2	30	0	194	178.024
			S	4	2	30	0	394	262.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									880.048
TOTAL - GERAL									880.048

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica							743.487
		ATIVIDADES							
12 364	1375 4006	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação							743.487
12 364	1375 4006 0012	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Acre							743.487
			F	3	2	90	0	281	722.934
			F	4	2	90	0	281	20.553
TOTAL - FISCAL									743.487
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									743.487

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1220	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada							212.239.677
		ATIVIDADES							
10 302	1220 8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade							212.239.677
10 302	1220 8585 0023	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Ceará							79.831.466
			S	3	1	31	0	153	79.831.466
10 302	1220 8585 0029	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado da Bahia							35.595.428
			S	3	1	31	0	153	35.595.428
10 302	1220 8585 0033	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio de Janeiro							38.691.707
			S	3	1	31	0	153	38.691.707
10 302	1220 8585 0035	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de São Paulo							47.621.076
			S	3	1	31	0	153	47.621.076
10 302	1220 8585 0043	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio Grande do Sul							10.500.000
			S	3	1	31	0	153	10.500.000
	1293	Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos							212.239.677
		ATIVIDADES							
10 303	1293 4705	Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais							57.239.677
10 303	1293 4705 0001	Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais - Nacional							57.239.677
			S	3	1	90	0	182	57.239.677
10 303	1293 8415	Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares							155.000.000
10 303	1293 8415 0001	Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares - Nacional							155.000.000
			S	3	2	90	0	182	155.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									424.479.354
TOTAL - GERAL									424.479.354

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1049	Acesso à Alimentação							880.048
		ATIVIDADES							
08 306	1049 8457	Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais							440.024
08 306	1049 8457 0001	Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais - Nacional							440.024
			S	3	2	90	0	194	178.024
			S	3	2	90	0	394	262.000
		PROJETOS							
08 511	1049 11V1	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água							440.024
08 511	1049 11V1 0001	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água - Nacional							440.024
			S	4	2	30	0	100	240.024
			S	4	2	30	0	151	200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									880.048
TOTAL - GERAL									880.048

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 173, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e
Considerando a necessidade de adequar fontes de recursos que ora financiam despesas primárias do Ministério da Fazenda, resolve:
Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos do Ministério da Fazenda constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011120800096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXOS

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0770	Administração Tributária e Aduaneira							210.000.000
		ATIVIDADES							
04 126	0770 2248	Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal							170.000.000
04 126	0770 2248 0001	Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal - Nacional							170.000.000
			F	3	2	90	0	386	170.000.000
04 122	0770 2272	Gestão e Administração do Programa							40.000.000
04 122	0770 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							40.000.000
			F	1	1	90	0	386	40.000.000
TOTAL - FISCAL									210.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									210.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0770	Administração Tributária e Aduaneira							210.000.000
		ATIVIDADES							
04 126	0770 2248	Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal							170.000.000
04 126	0770 2248 0001	Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal - Nacional							170.000.000
			F	3	2	90	0	132	170.000.000
04 122	0770 2272	Gestão e Administração do Programa							40.000.000
04 122	0770 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							40.000.000
			F	1	1	90	0	131	40.000.000
TOTAL - FISCAL									210.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									210.000.000

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

PORTARIA Nº 20, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente substituto do Patrimônio da União no ESTADO DE ALAGOAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 2º, inciso III,da Portaria n.° 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU de 30/06/2010 e tendo em vista o disposto no Art. 18, inciso I, da Lei n.° 9.636, de 15 de maio de 1998, resolve:

Art. 1.° Autorizar a Cessão, sob a forma de utilização gratuita, ao Município de Marechal Deodoro/AL, do imóvel urbano, constituído por terreno conceituado como Acrescido de Marinha, com área de 508,40m², localizado na Rua 24 de Outubro, s/n.°, Barra Nova, Ilha de Santa Rita, Município de Marechal Deodoro/AL., com as características e confrontações constantes do memorial descritivo e demais elementos que integram o Processo n.º 04982.001657/2011-08.

§ 1.º A presente Cessão terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data da assinatura do respectivo Contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da SPU.

Art. 2.º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à implantação de Projeto de Urbanização e Atracação de Embarcações na orla lagunar do município.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MÁRIO CARDOSO GAMA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

PORTARIA Nº 10, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAPÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, V, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art.11, §3º, do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001 e demais elementos que integrem o processo nº 05315.000117/2011-24, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória de uso gratuito a Prefeitura Municipal de Serra do Navio - AP, de uma área localizada na Comunidade Pedra Preta no Município de Serra do Navio, medindo 262m², inserida na área maior revertida ao patrimônio da União em razão de decisão judicial proferida pelo TRF 1ª Região, oriunda de Ação de Oposição nº 2005.31.00.000418-9/AP.

Parágrafo único: O imóvel ao qual se refere o art. 1º, assim se descreve e caracteriza: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice SPU P 0001, de coordenadas N 99.023,58 m. e E 387.334,37 m., situado no limite com Áreas da União, deste, segue com azimute de 144°08'48" e distância de 11,86 m., confrontando neste trecho com Áreas da União, até o vértice SPU P 0002, de coordenadas N 99.013,96 m. e E 387.341,32 m.; deste, segue com azimute de 220°21'50" e distância de 21,29 m., confrontando neste trecho com Áreas da União, até o vértice SPU P 0003, de coordenadas N 98.997,74 m. e E 387.327,53 m.; deste, segue com azimute de 342°15'45" e distância de 19,35 m., confrontando neste trecho com Áreas da União, até o vértice SPU P 0004, de coordenadas N 99.016,17 m. e E 387.321,63 m.; deste, segue com azimute de 59°50'18" e distância de 14,74 m., confrontando neste trecho com Áreas da União, até o vértice SPU P 0001, de coordenadas N 99.023,58 m. e E 387.334,37 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A cessão a que se refere o artigo anterior destina-se, exclusivamente, à proteção e guarda do imóvel pela Prefeitura Municipal de Serra do Navio - AP.

Art. 3º A presente cessão provisória é válida até decisão final do processo administrativo que trata da destinação da área maior da extinta ICOMI revertida ao patrimônio da União, condicionada à apresentação e análise da documentação complementar e essencial, podendo ser revogada a qualquer tempo se assim exigir o interesse público, ficando subordinada as normas previstas no art.11, § 3º do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LIELY GONÇALVES DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 43, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o uso, a título oneroso e precário, a Delicatessen - Produção de Filmes LTDA, inscrita sob CNPJ nº 08.440.376/0001-29, Processo nº 04962.006241/2011-14, da área de uso comum do povo da Praia de Boa Viagem, Recife/PE, para a realização do evento " Estação Verão", durante o período de 30/11/2011 a 07/12/2011 contando com a montagem e desmontagem dos equipamentos.

Art. 2º O evento tem caráter Cultural e a área solicitada é de 5 dias da área de 1.500,00m2

e 3 dias para a área de 6.786,00 m2.

Art. 3º Durante o período a que se refere a presente autorização deverá o cessionário afixar placa ou banner, às expensas do interessado, em lugar visível com as seguintes informações (segundo o manual de placas da mediante permissão da SPU): "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 4º A outorga da permissão de uso atribui ao interessado, a obrigação do pagamento de R$ 4.438,30 (quatro mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta centavos), (sendo R$1.194,89 referente a área de 1.500,00m2 e R$3.243,41 refernte a área de 6.786,00m2) para a utilização de área de uso comum do povo, bem como o pagamento de R$ 300,00 (trezentos reais), a título de ressarcimento dos custos administrativos da União relacionados com a publicação da Portaria, conforme disposto no art. 14, § 6º do Decreto nº 3.725 de 10 de janeiro de 2001.

Art. 5º A presente permissão fica condicionada a autorização das exigências legais, no âmbito Estadual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA DE SOUSA DANTAS SIMÕES PIRES

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DECISÕES DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Referência: Processo: 46094.022654/2011-54
46094.022653/2011-18
Interessado: TRACES BRASIL TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
Assunto: Recurso contra decisão que denegou autorização de trabalho a estrangeiro

Conheço do recurso, pela presença dos requisitos de sua admissibilidade, para, no mérito, decidir pelo indeferimento do mesmo, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de trabalho a GABRIEL RUANO MARTINEZ e PABLO HERREROS ARENAS, respectivamente, requerido pela empresa "empresa "TRACES BRASIL TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA", que contraria interesse do trabalhador nacional, na forma do art. 2º da Lei n. 6.815/80, qual seja, a Proteção do Trabalhador Nacional Brasileiro.

Referência: Processo: 46094.024281/2011-56
Interessado: WARTSILA BRASIL LTDA
Assunto: Recurso contra decisão que denegou autorização de trabalho a estrangeiro

Conheço do recurso, pela presença dos requisitos de sua admissibilidade, para, no mérito, decidir pelo indeferimento do mesmo, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de trabalho a SEPPO JUHANI MANTYSALO, nacionalidade finlandesa, para que este atuasse como técnico requerido pela empresa "WARTSILA BRASIL LTDA", que contraria interesse do trabalhador nacional, na forma do art. 2º da Lei n. 6.815/80, qual seja, a Proteção do Trabalhador Nacional Brasileiro.

ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 7 de dezembro de 2011

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 46094022215201141 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Estrangeiro: MIDO DELOS SANTOS VIRATA Passaporte: WW0152286, Processo: 46094033045201121 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JOSE ESTEVAO BARRETO Passaporte: .J6282432, Processo: 46094034602201121 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Estrangeiro: PEDRINHO BRAGANCA Passaporte: E8487457, Processo: 46094020621201170 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Estrangeiro: ABHINNA AGARWAL Passaporte: G 7594404, Processo: 46094024737201188 Empresa: GLBL BRASIL OLEODUTOS E SERVICOS LTDA. Estrangeiro: JOAO MIGUEL PAULINO HENRIQUES Passaporte: L772040, Processo: 4609403080901126 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: CARLOS ALBERTO GONZALEZ Passaporte: AA6010514, Processo: 46094031743201191 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: DARIO DAMIAN SAPIENZA Passaporte: 26398389N, Processo: 46094031743201191 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: BENJAMIN NOEL MARCEL FRUCTUS Passaporte: 04CI36711,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 46094005500201106 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA. Estrangeiro: GARETH WYNN HUGHES Passaporte: 108463576, Processo: 46094030209201168 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA. Estrangeiro: EDGAR ALEJANDRO GALLEGOS Passaporte: 135593434, Processo: 46094004458201106 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA. Estrangeiro: STEFAN THOMAS MAUERER Passaporte: CH1H2KYNZ, Processo: 46094023177201144 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA. Estrangeiro: JIAYANG LIN Passaporte: G49888358, Processo: 46094011457201029 Empresa: MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA Estrangeiro: MARCO ASSMANN Passaporte: C4YCJ58VX, Processo: 46094010096201001 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Estrangeiro: DONGJIN JANG Passaporte: M 70052385, Processo: 46094018249201131 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: ZHIJIE WANG Passaporte: G47921086, Processo: 46094018264201180 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: CHUANYAN ZHOU Passaporte: G50210189, Processo: 46094018245201153 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: FUPING DUAN Passaporte: G41164337, Processo: 46094017892201148 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: BIN XU Passaporte: G50218444, Processo: 46094018272201126 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: FENGXING HU Passaporte: G45269359, Processo: 46094018321201121 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: JIANFENG YE Passaporte: G47929873, Processo: 46094018266201179 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: XIANGHONG ZHANG Passaporte: G47574068, Processo: 46094018282201161 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: Zhenbin Pu Passaporte: G47931560, Processo: 46094017894201137 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: HUAJUN XU Passaporte: G47072121, Processo: 46094018299201119 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: WENJIE QIU Passaporte: G48109820, Processo: 46094018324201164 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: DEQUAN XIA Passaporte: G48110104, Processo: 46094018242201110 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: MINGQUAN YAO Passaporte: G48109883, Processo: 46094017897201171 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: CHUNLIN YANG Passaporte: G48097332, Processo: 46094017889201124 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: YONG LI Passaporte: G48075430, Processo: 46094018292201105 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: DAIBING YANG Passaporte: G21717857, Processo: 46094018254201144 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Estrangeiro: HUAJUN ZUO Passaporte: G48118980, Processo: 46094029994201114 Empresa: NEWPARK DRILLING FLUIDS DO BRASIL TRATAMENTO DE FLUIDOS LTDA Estrangeiro: PERCY LUIS SAAVEDRA DIOSES Passaporte: F0012143, Processo: 46094031249201127 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Estrangeiro: JEREMY PATRICK SHIFLETT Passaporte: 016930627, Processo: 46094017482201105 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: MICHAEL CORNELIS JOHANNES NOORT Passaporte: NV2C73KK4, Processo: 46094031064201112 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Estrangeiro: KRISTIAN BOZIC Passaporte: 003493215, Processo: 46094033379201102 Empresa: KIRIN MATE DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Estrangeiro: JONG KUK LEE Passaporte: KY0072095, Processo: 46205017140200615 Empresa: MAGIA DO TRABALHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Passaporte: H674479 Estrangeiro: RUI AUGUSTO MARTINS DE MOURA, Processo: 46205005942200844 Empresa: AJMC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Passaporte: H199930 Estrangeiro: ANTONIO JOSÉ MARREIROS CONSERVA.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46211006416201118 Empresa: GAEC EDUCACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO TRESPALACIOS DE LA GARZA Passaporte: G01561293.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094010800201107 Empresa: CAPS CRM CONSULTORIA DE INFORMATICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO NICOLAS SASIAIN CLAVIJO Passaporte: AM556539, Processo: 46094035948201146 Empresa: EBAOTECH BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUN PENG Passaporte: G46875409.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094041087201135 Empresa: CASA DO CAMINHO Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: Concepcion Jareño Pradenas Passaporte: BD989289 Estrangeiro: Pedro Jesus Obregon Uceda Passaporte: AAB124527.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094037958201116 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HALVARD DYB Passaporte: 03M061490138.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094017223201176 Empresa: T.C.I - KURZ - BRAZIL - SUPERVISAO E ANALISES QUIMICAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HELMUT HERMANN WEIDLICH Passaporte: 2096079898.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho,constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0554/2011 de 11/11/2011, 0604/2011 de 01/12/2011,0605/2011 de 02/12/2011, 0606/2011 de 05/12/2011 e 0607/2011 de 06/12/2011, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094037440201182 Empresa: FUNDACAO FACULDADE DE MEDICINA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Monica Viviana Alvarado Mora Passaporte: CC53106664.

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094028442201181 Empresa: FEDERACAO PARANAENSE DE CANOAGEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ettore Ivaldi Passaporte: AA0702466, Processo: 46207006655201137 Empresa: A. CHAVES SOLUCOES ESTRUTURAIS LTDA.-EPP Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: ALFONSO RIVERA PASTOR Passaporte: AAC002526, Processo: 46094030279201116 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HOEGON KIM Passaporte: M62361636, Processo: 46094030568201115 Empresa: LINDE GASES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: François Georges Guy Hoche Passaporte: 11CL04606, Processo: 46094032220201162 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GARY ANTHONY WHYNTER Passaporte: A 3239820, Processo: 46094036758201146 Empresa: HIDRO METALURGICA ZM LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARWIN JOSE ESCALANTE DUQUE Passaporte: D0385025, Processo: 46094033942201134 Empresa: PETROGAL BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA FILIPA DE OLIVEIRA MATIAS FORCA Passaporte: L 710719, Processo: 46094033941201190 Empresa: PETROGAL BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL PINTO ELYSEU COIMBRA Passaporte: L 710714, Processo: 46094037954201138 Empresa: EFACEC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMÍLCAR FERNANDO PINTO DA SILVA Passaporte: L802340, Processo: 46094037422201109 Empresa: BAYER S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUNTIAN WU Passaporte: G50609195, Processo: 46094038091201116 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN SCHULZ Passaporte: C1XC8LM35, Processo: 46094036295201112 Empresa: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS EDGAR GARCIA GIL Passaporte: CC79289845, Processo: 46094038075201123 Empresa: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAMILA MIROSLAWA SIKORA Passaporte: AU 38627888, Processo: 46094037966201162 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NAOHIRO KUBO Passaporte: TH4127843, Processo: 46094038177201149 Empresa: BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACEUTICA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGÉLIQUE DIAS Passaporte: 08AY95385, Processo: 46094035946201157 Empresa: SOLAZYME BRASIL OLEOS RENOVAVEIS E BIOPRODUTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS JADWIN FINCK Passaporte: 017540210, Processo: 46094037963201129 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KOSUKE ISHIMARU Passaporte: TK3823414, Processo: 46094037961201130 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIROYUKI ONO Passaporte: TH2206278, Processo: 46094036469201147 Empresa: GEO EVENTOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES ALEXANDER CALDWELL Passaporte: 135052596, Processo: 46094037380201106 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIOGO BRITO PINTO NUNES Passaporte: L839317, Processo: 46094037999201111 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLA FILIPA CARRILO EDUARDO Passaporte: L852217, Processo: 46094037962201184 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENJI KAI Passaporte: TK4907367, Processo: 46094037272201125 Empresa: WARI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDGAR MAXIMO JULCARIMA JULCARIMA Passaporte: 3716212, Processo: 46094037214201100 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rachel Helena Alexander Passaporte: 452341864, Processo: 46094036821201144 Empresa: DAVIS POLK & WARDWELL - CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO / DIREITO NORTE-AMERICANO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MYLES FRANCIS DOHERTY Passaporte: PS1075776, Processo: 46094038020201113 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEIKO STIBBE Passaporte: 139211675, Processo: 46094038093201113 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY PETER MILLER Passaporte: C60PHYKZ1, Processo: 46094037992201191 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEQIN PANG Passaporte: G52811634, Processo: 46094037991201146 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LASA WANG Passaporte: G51895260, Processo: 46094037821201161 Empresa: DORIS ENGENHARIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GERALDINE EDWIGE MARIE CHRISTINE TRUCY Passaporte: 08CX75735, Processo: 46094037940201114 Empresa: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN GERHARD WADEWITZ Passaporte: C4KCHMK4V, Processo: 46094037998201168 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID MIGUEL ARIZA GIRALDO Passaporte: CC72271217, Processo: 46094037822201114 Empresa: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DECHUN LI Passaporte: P01361356, Processo: 46094038178201193 Empresa: WESTECH EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO JOSE MONTESINOS OJEDA Passaporte: 043225644, Processo: 46094037737201148 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM MICHAEL JOHNSTON Passaporte: 207422439, Processo: 46094038182201151 Empresa: CLEARY GOTTLIEB STEEN & HAMILTON CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO/DIREITO NORTE AMERICANO E DIREITO INGLES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAFAEL LENGUA PEÑA Passaporte: 2534718, Processo: 46094037799201150 Empresa: ALOG-02 - SOLUCOES DE TECNOLOGIA EM INFORMATICA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK JISUN KIM Passaporte: 483795031, Processo: 46094038210201131 Empresa: SR COMERCIO, PRODUTOS E SERVICOS ALIMENTICIOS E DE HOTELARIA LTDA. ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ETOILE MALDAWY HEIMLICH Passaporte: 720202050, Processo: 46094037807201168 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOUGLAS JOHN DUNCAN Passaporte: 099205933, Processo: 46094037941201169 Empresa: CONCEPT CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE LUIS CORTEGOSO GONZALEZ Passaporte: AAD059864, Processo: 46094037993201135 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUFANG WU Passaporte: G54451571, Processo: 46094038064201143 Empresa: MSI COMPUTER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUEI-CHIN LIN Passaporte: 210001140, Processo: 46094037994201180 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WEN-CHOU LU Passaporte: LP000987, Processo: 46094037806201113 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESUS LAMAS RIOS Passaporte: 044037031, Processo: 46094037825201140 Empresa: ORBISAT INDUSTRIA E AEROLEVANTAMENTO S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WERNER TEWES Passaporte: 5404181807, Processo: 46094038112201101 Empresa: AGILA ESPECIALIDADES FARMACEUTICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEWASHISH PRASAD SHRIVASTAVA Passaporte: Z1785361, Processo: 46094038054201116 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE DAVID VELA PENA Passaporte: CC11438855, Processo: 46094038043201128 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRAD ANDREW FARRAR Passaporte: 433616221, Processo: 46094038113201148 Empresa: KPMG CORPORATE FINANCE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SATOSHI AKAZAWA Passaporte: TZ0493052, Processo: 46094038087201158 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESUS DEL OLMO RUIZ Passaporte: AAE208235, Processo: 46094038124201128 Empresa: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mark Brekling Fowlie Passaporte: 205472138, Processo: 46094039500201100 Empresa: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CASA CIVIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Joana Ramos Machado Passaporte: L779079.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094034966201119 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NIEGIL JOHN THOMAS Passaporte: F7015205, Processo: 46094035170201175 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRISHNARAJ PEEDIKAPURATH Passaporte: G3775204, Processo: 46094034967201155 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIDDARTH PRASAD Passaporte: G1702492, Processo: 46094030232201152 Empresa: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VIRGILIO BEGATTI Passaporte: YA1889529, Processo: 46094031371201101 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN ARNE JOHNSEN Passaporte: 27898430, Processo: 46094033258201152 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKASHI IMAKAWA Passaporte: TK4337902, Processo: 46094031847201104 Empresa: TERMOMECANICA SAO PAULO S A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ULF THORSTEN SERODE Passaporte: C78494607, Processo: 46094031845201115 Empresa: TERMOMECANICA SAO PAULO S A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANK - EBERHARD BAUERDICK Passaporte: C6YF23H86, Processo: 46094035087201104 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Heather Marie Winemiller Passaporte: 423214250, Processo: 46094033192201109 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ian Gordon Thomas Passaporte: 208203849, Processo: 46094032214201113 Empresa: VARCO INTERNATIONAL DO BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN SCOTT APGOOD Passaporte: 460327562, Processo: 46094032209201101

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Empresa: VARCO INTERNATIONAL DO BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GARRETT THOMAS BISHOP Passaporte: 308655837, Processo: 46094036070201166 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SREEDHARA HIRIYUR JAYADEVA MURTHI Passaporte: G9517896, Processo: 46094034893201157 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS GAYOSO Passaporte: 04705228M, Processo: 46094038095201102 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS OLOF LARSSON Passaporte: 63020809, Processo: 46094038094201150 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NILS ANDERS SAND Passaporte: 56235933, Processo: 46094038096201149 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NIBRASS AKRAM NAOOM KASSAB Passaporte: 04011788, Processo: 46094038241201191 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LARS HAAKAN HOFLIN Passaporte: 82814620, Processo: 46094035236201127 Empresa: ITALTEL BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFANO GUALDONI Passaporte: AA3869625, Processo: 46094035237201171 Empresa: ITALTEL BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VALERIO CASALINI Passaporte: A 908525, Processo: 46094037243201163 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIAN FLORIN BIGHIU Passaporte: 11939693, Processo: 46094037965201118 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASAFUMI YOSHIKAWA Passaporte: TZ0459578, Processo: 46094038152201145 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOYOKAZU FUKUMI Passaporte: TK4911493, Processo: 46094037969201104 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKESHI SHIKAMA Passaporte: TK2932529, Processo: 46094037968201151 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMOHIRO MAEKAWA Passaporte: TK0685604, Processo: 46094037967201115 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHIKIO KONDO Passaporte: TH1637621, Processo: 46094038151201109 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KATSUMI TOKUHISA Passaporte: TG3167964, Processo: 46094037971201175 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUSHI NAITO Passaporte: TH1181232, Processo: 46094038149201121 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROSHI KUROYANAGI Passaporte: TG2394190, Processo: 46094037970201121 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TATSUYA KUMITA Passaporte: TH3542403, Processo: 46094038148201187 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAIKI IRIYAMA Passaporte: TK5085776, Processo: 46094038153201190 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YASUSHI TOGE Passaporte: TH1638413, Processo: 46094037972201110 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUYA HAMAJI Passaporte: TK5085794, Processo: 46094037964201173 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NAOYUKI KITAO Passaporte: TH5968809, Processo: 46094038262201115 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KENJI TANAKA Passaporte: TG3730323, Processo: 46094038267201130 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOSHIYUKI OKAMURA Passaporte: TH5589299, Processo: 46094036106201110 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADRIANUS SCHELTEMA BEDUIN Passaporte: NV034R172, Processo: 46094038186201130 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDGAR ESTIBALIZ MONTES MONROY Passaporte: G07887909, Processo: 46094038258201149 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AKIHISA SHIRAO Passaporte: TH5472644, Processo: 46094038260201118 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HARUKI KURODA Passaporte: TK3694522, Processo: 46094037213201157 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL AMERICO DIAS Passaporte: 211025259, Processo: 46094034912201145 Empresa: OPMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WALLY JOSEPH NAQUIN Passaporte: 404704051, Processo: 46094034911201109 Empresa: OPMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID CERON GARCIA Passaporte: G04739660, Processo: 46094034913201190 Empresa: OPMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HENRY ARTHUR JONES Passaporte: 480816218, Processo: 46094037545201131 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL ANTHONY POTHECARY Passaporte: 800315156, Processo: 46094037931201123 Empresa: HUISMAN DO BRASIL CONSTRUCOES E SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Teun Witpen Passaporte: NS68C6H11, Processo: 46094037550201144 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WALDEMAR JOCHEM Passaporte: AV0008665, Processo: 46094037395201166 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Neil Andrew Strachan Passaporte: 402700766, Processo: 46094037484201111 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL GONZALEZ FERNANDEZ Passaporte: AAB789252, Processo: 46094038146201198 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: até 31/08/2012 Estrangeiro: SEIICHIRO TAKAHASHI Passaporte: TK3688587, Processo: 46094038145201143 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: até 31/08/2012 Estrangeiro: TOMOKAZU KAWAHARA Passaporte: TK5633674, Processo: 46094038147201132 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: até 31/08/2012 Estrangeiro: SHO ISHIDA Passaporte: TK2842892, Processo: 46094037489201135 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO ARTIME VALDES Passaporte: XD407105, Processo: 46094037490201160 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALFONSO SANMARTIN PADILLA Passaporte: AAE242268, Processo: 46094037573201159 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAEHOON JUNG Passaporte: GJ0615197, Processo: 46094037572201112 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEUNGMIN LEE Passaporte: UL0307196, Processo: 46094038088201101 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNG CHOL KIM Passaporte: M62205890, Processo: 46094038089201147 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DEOK JAE LEE Passaporte: GN1296907, Processo: 46094038090201171 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YONGIN JUNG Passaporte: SM0111594, Processo: 46094038358201175 Empresa: FENDER CARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Hugh Thomson Passaporte: 099055728, Processo: 46094037932201178 Empresa: FENDER CARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: James Coutts Passaporte: 099194809, Processo: 46094038256201150 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: até 31/08/2012 Estrangeiro: ATSUSHI MIYAMOTO Passaporte: TG7647086, Processo: 46094038163201125 Empresa: THYSSENKRUPP SYSTEM ENGINEERING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DE WALDT MEIRING Passaporte: 470560824, Processo: 46094038164201170 Empresa: THYSSENKRUPP SYSTEM ENGINEERING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL JOHANNES WARKEN Passaporte: C2YPYN85W, Processo: 46094037950201150 Empresa: TERRATEST BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROQUE BAEZA MORENO Passaporte: AAD507182, Processo: 46094038370201180 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Thomas Patrick Arthur Foxlee Passaporte: M8658014, Processo: 46094038160201191 Empresa: TYCO ELECTRONICS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TERESA LYNN SAMEC Passaporte: 211702233, Processo: 46094038248201111 Empresa: TYCO ELECTRONICS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRYAN A ANTONIO Passaporte: 453436829, Processo: 46094037904201151 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAETANO BRECI Passaporte: YA2110380, Processo: 46094037906201140 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EZIO PASQUALON Passaporte: AA2585412, Processo: 46094037903201114 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARIO PEDRONI Passaporte: AA0754367, Processo: 46094038018201144 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIN SOO PARK Passaporte: M17571364, Processo: 46094038162201181 Empresa: THYSSENKRUPP SYSTEM ENGINEERING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL MATTHIAS HASSLER Passaporte: 233308458, Processo: 46094037902201161 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIER GIUSEPPE FONTANA Passaporte: 203245X, Processo: 46094037905201103 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCELLO CARRIERI Passaporte: Y504288, Processo: 46094038371201124 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Robert Alexander MacGarry Laing Passaporte: 099286400, Processo: 46094037987201188 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARSTEN ZIELKE Passaporte: 766524115, Processo: 46094037907201194 Empresa: MASTER DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAYNER SCHUTTE Passaporte: 02454809, Processo: 46094038369201155 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Frank Martin George Bancroft Passaporte: PC7546742, Processo: 46094038165201114 Empresa: THYSSENKRUPP SYSTEM ENGINEERING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL FRITZSCHE Passaporte: CCW41PTP5, Processo: 46094038250201182 Empresa: VOITH TURBO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HARTMUT WEISS Passaporte: C8LX88KWV, Processo: 46094038252201171 Empresa: VOITH TURBO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HERIBERT NORBERT STIEGLMEIER Passaporte: C8M18863N, Processo: 46094038217201152 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WADE MICHAEL ROGERS Passaporte: 444696594, Processo: 46094038288201155 Empresa: VOITH TURBO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KLAUS SAUKA Passaporte: C8LXJ2KOW, Processo: 46094038290201124 Empresa: VOITH TURBO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOERG FASSNACHT Passaporte: C8LXY2TW5.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094038658201154 Empresa: ATLAM OFFSHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JØRN HÅVARD GONDROSEN Passaporte: 28048049, Processo: 46094038659201107 Empresa: ATLAM OFF-SHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTIAS JIMMY OLOF JOHANSEN Passaporte: 80663704, Processo: 46094036081201146 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NARVE ANDRE VAGE Passaporte: 26360059, Processo: 46094038100201179 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANG JAAN DENG Passaporte: A20732899, Processo: 46094038098201138 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYAN SELVARAJ EDWARDS Passaporte: A19619988, Processo: 46094038667201145 Empresa: TECON SUAPE S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: ZHANG WEI Passaporte: P01053682, Processo: 46094038669201134 Empresa: TECON SUAPE S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: TONG WEI Passaporte: P01389252, Processo: 46094038666201109 Empresa: TECON SUAPE S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: QIAN JIANG Passaporte: P00436211, Processo: 46094038668201190 Empresa: TECON SUAPE S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: LI XING Passaporte: P00720453, Processo: 46094038665201156 Empresa: TECON SUAPE S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: CHI JINGLEI Passaporte: P00432670, Processo: 46094038127201161 Empresa: TECNOIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFANO CHIESA Passaporte: YA0995501, Processo: 46094038242201136 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ PEREIRA DE FIGUEIREDO Passaporte: L733912, Processo: 46094038157201178 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM JOSEPH WILSON Passaporte: 217620519, Processo: 46094036197201185 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NI MADE AYU KUSUMA PUTRI Passaporte: P758631, Processo: 46094038086201111 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIKKO JOHAN SUMUKARI Passaporte: PH3218868, Processo: 46094036892201147 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSEF JAMES BRENNAN Passaporte: 099145809, Processo: 46094038303201165 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MINA ANDRAWOS Passaporte: QB083702, Processo: 46094037069201159 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VITO SIESTO Passaporte: C 074664, Processo: 46094037369201138 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANNY LEE GREGORY Passaporte: 134506328, Processo: 46094037944201101 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THEODOR NAUMANN Passaporte: CGR NWM 18L, Processo: 46094036989201150 Empresa: AMI BRASIL AUTOMACAO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OMAR JULIAN ARREOLA GONZALEZ Passaporte: 02190217554, Processo: 46094036992201173 Empresa: AMI BRASIL AUTOMACAO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Edgar Vladimir Contreras Ledezma Passaporte: G04565423, Processo: 46094036990201184 Empresa: AMI BRASIL AUTOMACAO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Eric Martinez Mora Passaporte: 07140117218, Processo: 46094036993201118 Empresa: AMI BRASIL AUTOMACAO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Juan Masso Mejorado Passaporte: 08190099082, Processo: 46094036991201129 Empresa: AMI BRASIL AUTOMACAO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jose Gilberto Castillon Barragan Passaporte: 03190155738, Processo: 46094038788201197 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VALENTINO MALANGONE Passaporte: AA5867023, Processo: 46094037082201116 Empresa: AMI BRASIL AUTOMACAO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Victor Luna Narvaez Passaporte: G04108548, Processo: 46094038730201143 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAMIAN PAUL FOREMAN Passaporte: 424190651, Processo: 46094037946201191 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN KATZ Passaporte: C7V J3R 4JX, Processo: 46094037945201147 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT GERALD SCHEETZ Passaporte: C7V RKF 532, Processo: 46094037948201181 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIAN FALK Passaporte: C71 H11 K5L, Processo: 46094037947201136 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: UWE BÖHLING Passaporte: C71 57C PW4, Processo: 46094038655201111 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANUSHREE DESAI Passaporte: E2310656, Processo: 46094038648201119 Empresa: SUBC BRASIL SERVICOS DE OFFSHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD FREDRICK HOLSTEIN Passaporte: 442904607, Processo: 46094038647201174 Empresa: SUBC BRASIL SERVICOS DE OFFSHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JON TILLERY Passaporte: 420453301, Processo: 46094038689201113 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BOHYUN CHOI Passaporte: M51181940, Processo: 46094038780201121 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XI ZHAO Passaporte: G37029474, Processo: 46094038687201116 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHANGSOO LEE Passaporte: M11340724, Processo: 46094038695201162 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHOONG HYUN LEE Passaporte: M68113507, Processo: 46094038693201173 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DALKON KIM Passaporte: M45513035, Processo: 46094037980201166 Empresa: AMCEL - AMAPA FLORESTAL E CELULOSE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMOTAKA SHINYA Passaporte: TG6491366, Processo: 46094038691201184 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAEBIN OH Passaporte: M05581898, Processo: 46094038694201118 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEANG GON KIM Passaporte: GD40066809, Processo: 46094038692201129 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

90 Dia(s) Estrangeiro: JONGHYUN RYU Passaporte: GY0092238, Processo: 46094038688201161 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANG SUK LEE Passaporte: M02337686, Processo: 46094038690201130 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YONG SUN AN Passaporte: M84295366, Processo: 46094038068201121 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIO MICHEL MAZZEO Passaporte: 11CP18722, Processo: 46094038143201154 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YASUHIRO SATO Passaporte: TH5904378, Processo: 46094038142201118 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHINJI AOKI Passaporte: TK5358840, Processo: 46094038213201174 Empresa: PLASINCO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LIFEI JIANG Passaporte: G54465535, Processo: 46094038212201120 Empresa: PLASINCO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZHICAI YU Passaporte: G49001172, Processo: 46094038214201119 Empresa: PLASINCO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YONGWEI LIU Passaporte: G20908818, Processo: 46094038172201116 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Joseph Franklin Skerik IV Passaporte: 443413827, Processo: 46094038413201127 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW MARTIN KAY Passaporte: 800 694 703, Processo: 46094038414201171 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRYAN FLANNAGAN Passaporte: 800 420 596, Processo: 46094038415201116 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENNY STEVNHOVED Passaporte: 202 547 003, Processo: 46094037775201109 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRZEJ TADEUSZ HENRYK GIERCZYNSKI Passaporte: 422035038, Processo: 46094038681201149 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TORU SHIMIZU Passaporte: TG3006050, Processo: 46094038682201193 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAI YOSHITA Passaporte: TH4596694, Processo: 46094038452201124 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIFUMI KUNIMURA Passaporte: TK3345097, Processo: 46094038451201180 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKENORI MINO Passaporte: TG3479305, Processo: 46094038449201119 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KOHICHI AKIBA Passaporte: TH6320878, Processo: 46094038450201135 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAMI NUMAYAMA Passaporte: TK3690126, Processo: 46094038764201138 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHUNRONG WEN Passaporte: G37445829, Processo: 46094038365201177 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Robert John Postma Passaporte: WH640323, Processo: 46094037957201171 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JESSIE SMITHWICK Passaporte: 466045130, Processo: 46094038126201117 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JENS ERIK SKARBO Passaporte: 25670936, Processo: 46094038184201141 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADRIANO AUTINO Passaporte: AA2153110, Processo: 46094038185201195 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIGI AURELIO COSTARELLA Passaporte: B427236, Processo: 46094038183201104 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VITO CATALANO Passaporte: D381865, Processo: 46094038696201115 Empresa: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GYUN SIG HWANG Passaporte: DG1723717, Processo: 46094038657201118 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DONALD EDWARD ROLLINS JR Passaporte: 458370438, Processo: 46094038463201112 Empresa: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN EBBING Passaporte: 541004835, Processo: 46094038181201115 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: QING SHI Passaporte: G29548742, Processo: 46094038167201111 Empresa: INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEVIN WILLIAM BROSS Passaporte: 058250076, Processo: 46094037780201111 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM WARREN RHONE Passaporte: 422035038, Processo: 46094038430201164 Empresa: K2 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MOHAMMAD FADLY BIN MOHD YUSOFF Passaporte: E1399239F, Processo: 46094038789201131 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANGELO CORTESE Passaporte: YA0585795, Processo: 46094038783201164 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO CONTE Passaporte: AA1867880, Processo: 46094038653201121 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARMAN JOEL BABIN Passaporte: 491006062, Processo: 46094038040201194 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEC PETER BILLY JENNINGS Passaporte: 099249849, Processo: 46094038639201128 Empresa: APL DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIM OLUFSEN Passaporte: 28035107, Processo: 46094038033201192 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALAIN ANDANSON Passaporte: 07CI95281, Processo: 46094038035201181 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PIERRICK MARNAT Passaporte: 07BC83604, Processo: 46094038656201165 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES CURTIS BRADDOCK JR Passaporte: 425851447, Processo: 46094038042201183 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JACK LE RON ROBBINS Passaporte: 017931457, Processo: 46094038733201187 Empresa: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PATRICK FALK Passaporte: P2300052, Processo: 46094038039201160 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PHI-DUNG HOANG VO Passaporte: 447897659, Processo: 46094038038201115 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PHILIP JOHN ZSIGA Passaporte: 422223911, Processo: 46094038045201117 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROY ANTONIO LLOYD Passaporte: 134817954, Processo: 46094038046201161 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT JAMES MAY Passaporte: 093189890, Processo: 46094038166201169 Empresa: AGCO DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THIYAKHARAJAN SANKARAN PADMAVATHI Passaporte: F4414702, Processo: 46094038041201139 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN FABRICE NZAMBA Passaporte: 8BC024262, Processo: 46094038784201117 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO TRIPPODO Passaporte: D182178, Processo: 46094038786201106 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STANISLAV PYCHTIN Passaporte: 22695402, Processo: 46094038047201114 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KARL GIDNEY Passaporte: 093236236, Processo: 46094038462201160 Empresa: AGN SERVICOS MARITIMOS, AGENCIAMENTO E LOGISTICA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAUL MIRANDA LOPEZ Passaporte: AAA125673, Processo: 46094038423201162 Empresa: GLOVIS BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BOSEON YUN Passaporte: M08309578, Processo: 46094038427201141 Empresa: GLOVIS BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GI-SEONG SIM Passaporte: M04522394, Processo: 46094038461201115 Empresa: AGN SERVICOS MARITIMOS, AGENCIAMENTO E LOGISTICA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL FRANCO MIELGO Passaporte: BE631001, Processo: 46094038428201195 Empresa: GLOVIS BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYUNG SU TAK Passaporte: GK1656053, Processo: 46094038429201130 Empresa: GLOVIS BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JINHEE YEA Passaporte: M38019688, Processo: 46094038422201118 Empresa: GLOVIS BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUNSIK JANG Passaporte: M01077078, Processo: 46094038746201156 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NORBERT ALOYSIUS MARIA AX Passaporte: C7T4TM4WR, Processo: 46094038034201137 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATHIEU POQUET Passaporte: 07CT44519, Processo: 46094038036201126 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VINCENT CHARLAT Passaporte: 05HK70812, Processo: 46094038421201173 Empresa: GLOVIS BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KI HYU KIM Passaporte: M07580881, Processo: 46094038425201151 Empresa: GLOVIS BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHIN HUI GOH Passaporte: M77450587, Processo: 46094038426201104 Empresa: GLOVIS BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SOOGIL SHIN Passaporte: M42820430, Processo: 46094038420201129 Empresa: GLOVIS BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOUNGSIK KIM Passaporte: M61399157, Processo: 46094038037201171 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN BLAICH Passaporte: C915J4H01, Processo: 46094038424201115 Empresa: GLOVIS BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUNYONG JUNG Passaporte: M80838910, Processo: 46094038053201163 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER QUECKE Passaporte: C4FZ0X94K, Processo: 46094038471201151 Empresa: FRANK MOHN DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Odd Roegenes Passaporte: 20804302, Processo: 46094038472201103 Empresa: FRANK MOHN DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TROND TANGEN Passaporte: 28057818, Processo: 46094038739201154 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS PORZER Passaporte: C89829L6X, Processo: 46094038473201140 Empresa: FRANK MOHN DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Eivind Fossheim Ottersen Passaporte: 25704051, Processo: 46094038740201189 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DIRK OLROGGE Passaporte: 600716189, Processo: 46094038202201194 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN LYNN HARTER Passaporte: 485197802, Processo: 46094038785201153 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GENNARO VIRTINIO Passaporte: E201657, Processo: 46094038215201163 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JULIEN JEAN DANIEL SERGE CANO Passaporte: 11AK12746, Processo: 46094038743201112 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS FRANK Passaporte: C86H1KYJ7, Processo: 46094038296201100 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIANNI TURCO Passaporte: AA3305587, Processo: 46094038787201142 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FILIPPO VANNI Passaporte: AA5445146, Processo: 46094038680201102 Empresa: MUSASHI DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MYUNG SOO KIM Passaporte: M87936400, Processo: 46094038744201167 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL LINGNER Passaporte: C8GKPVM84, Processo: 46094038301201176 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA BRIATORE Passaporte: AA5241021, Processo: 46094038300201121 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVIDE MARCHETTO Passaporte: YA0051205, Processo: 46094038750201114 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SARA DEBORA HOTZ Passaporte: C8GMTKR39, Processo: 46094038741201123 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONNY ALLAN STEINBECK Passaporte: C8HH74NGG, Processo: 46094038738201118 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANK MICHAEL HABLIZEL Passaporte: C9J85N4KP, Processo: 46094038737201165 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIAN MARKUS KREHN Passaporte: 903204746, Processo: 46094038749201190 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIEGFRIED WENINGER Passaporte: 9002217003, Processo: 46094038742201178 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANÇOIS KÖSTER Passaporte: GR0096T, Processo: 46094038735201176 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CONFESOR JIMENEZ DELGADO Passaporte: 428759497, Processo: 46094038745201110 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL KORRES Passaporte: C2YHRYFN7, Processo: 46094038216201116 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HERVE JEAN FRANÇOIS FAVORY Passaporte: 08AP73927, Processo: 46094038115201137 Empresa: FM DO BRASIL SERVICOS DE PREVENCAO DE PERDAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Frederick Matarrese Passaporte: 212928695, Processo: 46094038116201181 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Stefan Luke Passaporte: 545721551, Processo: 46094038117201126 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ralf Hollefeld Passaporte: C7H30GZL6, Processo: 46094038119201115 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Siegfried Seiler Passaporte: 177807877, Processo: 46094038118201171 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Olgun-Nico Avci Passaporte: 546614567, Processo: 46094038120201140 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Christoph Korte Passaporte: 179605535, Processo: 46094038677201181 Empresa: ESTALEIRO TCE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY CHARLES COLK Passaporte: 303130432, Processo: 46094038292201113 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANDRO ROGGERO Passaporte: Y420652, Processo: 46094038299201135 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GRAZIANO VOLA Passaporte: YA0183273, Processo: 46094038770201195 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FEI TANG Passaporte: G23544198, Processo: 46094038218201105 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DIAKUBUKA LUZAYADIO Passaporte: N0396039, Processo: 46094038276201121 Empresa: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MOTOKO NAGAMORI Passaporte: TG3982933, Processo: 46094038345201104 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Nicholas James Baker Passaporte: 135218612, Processo: 46094038766201127 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEQING LI Passaporte: G40317322, Processo: 46094038810201107 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ALBERTO MACHADO ANDRÉ Passaporte: H094119, Processo: 46094038812201198 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JORGE MANUEL DE MELO CORREIA DOURADO Passaporte: L172195, Processo: 46094038800201163 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ MIGUEL MOURA DE SOUSA Passaporte: L657757, Processo: 46094038794201144 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ALBERTO CONSTANTINO MAIA COUTO Passaporte: G771600, Processo: 46094038806201131 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Agostinho do Nascimento Branco Passaporte: H460601, Processo: 46094038802201152 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ALBERTO TEIXEIRA MARQUES Passaporte: G841048, Processo: 46094038792201155 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL JOSÉ DUARTE RODRIGUES Passaporte: J407182, Processo: 46094038808201120 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZACARIAS RODRIGUES DE BRITO Passaporte: H548804, Processo: 46094038796201133 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ALBERTO NEVES RODRIGUES Passaporte: G854636, Processo: 46094038355201131 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN TROY OLIVIER Passaporte: 487879493, Processo: 46094038468201137 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Raf Vanduffel Passaporte: EH975103, Processo: 46094038774201173 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHOUCHU LIU Passaporte: G53886250, Processo: 46094038790201166 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SAMUELE CERASOLA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Passaporte: YA2351066, Processo: 46094038772201184 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HAITAO LI Passaporte: G50626263, Processo: 46094038440201108 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SCOTT CHRISTOPHER CHASE Passaporte: 484277900, Processo: 46094038439201175 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAJESH RAJENDRA RAJMANGAL Passaporte: 304730860, Processo: 46094038349201184 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GRZEGORZ JOZEF MATYSIAK Passaporte: EA9304334, Processo: 46094038399201161 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BEGOÑA GARCÍA VÁZQUEZ Passaporte: XDA001902, Processo: 46094038734201121 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL MARTIN FRIESS Passaporte: 600695092, Processo: 46094038501201129 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASSIMO GENNARO NICOLA ANNUNZIATA Passaporte: YA1496085, Processo: 46094038663201167 Empresa: FM DO BRASIL SERVICOS DE PREVENCAO DE PERDAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ronald Elmer Muehrer Passaporte: 405407574, Processo: 46094038491201121 Empresa: FM DO BRASIL SERVICOS DE PREVENCAO DE PERDAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: David Bryan Barefoot Passaporte: 217524077, Processo: 46094038490201187 Empresa: LINDE GASES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: George Millard Martin Passaporte: 461199882, Processo: 46094038886201124 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Arne Sorhage Passaporte: 27103838, Processo: 46880000163201196 Empresa: PALAGI & PALAGI COMERCIO E SERVICOS EM FILMES TERMO TRANSFERIVEIS LTDA Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: LUIS ENRIQUE HERNANDEZ RAMIREZ Passaporte: 07689989.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094037939201190 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HILDE SIMONE LAMSMA Passaporte: NW5B8JB41, Processo: 46094039272201160 Empresa: CRS MUSIC PROMOCOES E EVENTOS MUSICAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Richard John Billis Passaporte: 761320906, Processo: 46094041480201129 Empresa: ELLWANGER E FRAGA COMUNICACAO LTDA Prazo: 5 Dia(s) Estrangeiro: R L ALTMAN III Passaporte: 484095976, Processo: 46094041479201102 Empresa: ELLWANGER E FRAGA COMUNICACAO LTDA Prazo: 5 Dia(s) Estrangeiro: JOHN DEREK YANCEY Passaporte: 500338183, Processo: 46094041478201150 Empresa: ELLWANGER E FRAGA COMUNICACAO LTDA Prazo: 5 Dia(s) Estrangeiro: RALPH JAMES RICE II Passaporte: 027857982, Processo: 46094040922201110 Empresa: CRS MUSIC PROMOCOES E EVENTOS MUSICAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: IASON MICHAÏL CHRONIS Passaporte: BC9LD8093, Processo: 46094040800201123 Empresa: GEO EVENTOS S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: HEO, GAYOON Passaporte: M46544756 Estrangeiro: LEE, JUNGEUN Passaporte: M56535961, Processo: 46094040502201133 Empresa: ROCK IT PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO VELAZQUEZ Passaporte: 14315956N Estrangeiro: BARBARA PALACIOS COSTA Passaporte: 23510213N Estrangeiro: CARLOS ANTONIO TARAN ALBA Passaporte: V5202822 Estrangeiro: GABRIEL CASACUBERTA GUEMBERENA Passaporte: 016849600 Estrangeiro: JAVIER LUIS CASALLA Passaporte: 22991454N Estrangeiro: JOSE MARTIN FERRES Passaporte: 25462034N Estrangeiro: LUIS FERNANDO GARUTI Passaporte: 16893969N Estrangeiro: MARIA SILVIA WATSON Passaporte: 18353709N Estrangeiro: PABLO BONILLA LAVAGNA Passaporte: 018909179 Estrangeiro: PABLO IVAN NAVARRO Passaporte: 20837543N, Processo: 46094040897201174 Empresa: REBOLA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BLAIR ARTHUR WELLS Passaporte: 485245608 Estrangeiro: CASEY BRYON BENJAMIN Passaporte: 449882057 Estrangeiro: CHADAE TENILLE CHANG Passaporte: 485248436 Estrangeiro: CHRISTOPHER SHOLAR Passaporte: 096613251 Estrangeiro: KAMAAL FAREED Passaporte: 431192089 Estrangeiro: KELSEY B SMITH JORDAN Passaporte: 469825510 Estrangeiro: KHALIL MOSES Passaporte: 471201359 Estrangeiro: LOUIS ALVIN CATO Passaporte: 480040132 Estrangeiro: MARK DANIEL COLENBURG Passaporte: 458802085 Estrangeiro: MAYNARD MICHAEL SNYDER Passaporte: 141913993 Estrangeiro: PAUL EDWARD HUSTON Passaporte: 437212842 Estrangeiro: REBEKAH ANN JOY FOSTER Passaporte: 452042613 Estrangeiro: SUEMYRA AYEESHA SHAH Passaporte: 488679244, Processo: 46094040566201134 Empresa: O SANTO ENTRETENIMENTO PRODUCOES E EVENTOS LTDA EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KURT MICHAEL KRONENBERGER Passaporte: 951629008 Estrangeiro: STEFFEN FRIEDRICH HARNING Passaporte: CH1HMVHPY, Processo: 46094040503201188 Empresa: ROCK IT PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRE MARCIO BASTOS DOS SANTOS Passaporte: FB083183 Estrangeiro: ANDREY RIVER FARIGUA ROMERO Passaporte: CC79821805 Estrangeiro: ENRIQUE JAIME EGURROLA ZULETA Passaporte: AM866244 Estrangeiro: FEDERICO SIMON MEJIA OCHOA Passaporte: AM797346 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER RODRIGUEZ VILLAMIL Passaporte: CC79905447 Estrangeiro: JULIAN SALAZAR MARTINEZ Passaporte: AM866267 Estrangeiro: LILIANA MARGARITA SAUMET AVILA Passaporte: AM870317 Estrangeiro: LUCAS DAVID TOMAS MATEO PABLO PINZON GUTIERREZ Passaporte: AM865331 Estrangeiro: LUIS FELIPE ALVAREZ MESA Passaporte: AN309059, Processo: 46094040568201123 Empresa: VERONICA APARECIDA RIBEIRO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUCA VANACORE Passaporte: AA4236838, Processo: 46094040569201178 Empresa: DANIEL SCHMIDT DE OLIVEIRA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN DAVID PROKOPOWICZ Passaporte: 540552486 Estrangeiro: JAMES ALEXANDER FITCHETT Passaporte: 103441226, Processo: 46094040941201146 Empresa: ESCAMILLA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CARL EDWARD WARNER Passaporte: 306087262, Processo: 46094041111201136 Empresa: MARIANNA BORGES DE CARVALHO PINTO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIMOTHY DOUGLAS HEALEY Passaporte: 095217928, Processo: 46094041113201125 Empresa: CWB BRASIL - EVENTOS, PUBLICIDADE, PROMOCOES E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STUART OJELAY Passaporte: 461366528, Processo: 46094041112201181 Empresa: EMILIANO BRAULIO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAAN VANDENBERGHE Passaporte: EI632162, Processo: 46094040976201185 Empresa: THIAGO ESTEVAO REIS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GRANT NELSON Passaporte: 099162763, Processo: 46094040978201174 Empresa: CWB BRASIL - EVENTOS, PUBLICIDADE, PROMOCOES E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAURIZIO COLELLA Passaporte: X0688566, Processo: 46094040943201135 Empresa: NOA COMUNICACOES LTDA ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AMAURY REOT Passaporte: 05CK68332 Estrangeiro: CANDIDE DIANE LOUISE SAUVAUX Passaporte: 08AV84051 Estrangeiro: CECILE MAUD BUCLIN Passaporte: F1988425 Estrangeiro: CHRISTOS STRINOPOULOS Passaporte: AH4973403 Estrangeiro: CLAIRE MARIE FRANÇOISE RITA RICARTE Passaporte: 10AY12313 Estrangeiro: DANILO MORONI Passaporte: Y006365 Estrangeiro: EMILIE MARIE CHARLOTTE GARETIER USAGE GARETIER SEBASTIEN Passaporte: 10AK33029 Estrangeiro: FABIO BERGAMASCHI Passaporte: YA2007333 Estrangeiro: FREDERIQUE JARABO EP. OBERSON Passaporte: 09AR62605 Estrangeiro: GABOR VARGA Passaporte: BC1175675 Estrangeiro: JORYS CHARLES MICHEL ZEGARAC Passaporte: 08CZ53300 Estrangeiro: JULIEN PHILIPPE PIERRE RAMADE Passaporte: 09AI34528 Estrangeiro: KYLIE WALTERS Passaporte: N1831265 Estrangeiro: MADELEINE RAYKOV Passaporte: 362496828 Estrangeiro: MARIA LUISA NESPOLO BERRETTINI Passaporte: F1915196 Estrangeiro: NEFELI ANGELIKI SKARMEA Passaporte: AI0138926 Estrangeiro: PER ERIK OLOF LOBELIUS Passaporte: 82687749 Estrangeiro: PHILIA VALENTINE EVA MAILLARDET Passaporte: F1407575 Estrangeiro: RICHARD AFONSO Passaporte: 04FC52287 Estrangeiro: STEPHANIE MYRIAM BAYLE Passaporte: 08AD30757 Estrangeiro: WILLIAM HUSHANG UGO BALLERIO Passaporte: 94185482, Processo: 46094041535201109 Empresa: THIAGO ESTEVAO REIS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CIHAN ÖTÜN Passaporte: C6ZNKYKXG, Processo: 46094041536201145 Empresa: THIAGO ESTEVAO REIS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL DAVID WHITE Passaporte: 471171884.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094039496201171 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AGUSTIN ESGUERRA RAMOS Passaporte: EB0827887 Estrangeiro: ARNEL RODRIGUEZ BORJA Passaporte: EB1504195 Estrangeiro: CLARA LEBRICON Passaporte: 34145720N Estrangeiro: DARIO MION Passaporte: D 401305 Estrangeiro: ENRICO ANCHETA FRANCO Passaporte: XX0987580 Estrangeiro: FERNANDO DARIO DE LEO Passaporte: 26605769N Estrangeiro: MICHAEL CAPISTRANO HERRERA Passaporte: WW0209647 Estrangeiro: PRESTON JOSLY PEREIRA Passaporte: F9397416 Estrangeiro: ROMINA VANESA PICCIRILLI Passaporte: 29850348N Estrangeiro: RYAN CABO BUENVENIDA Passaporte: XX2784302 Estrangeiro: SONNY CALAPANO BARCELO Passaporte: XX2134123, Processo: 46094039501201146 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABDUL KADIR SYAM Passaporte: S 887574 Estrangeiro: ABDUL MALIK Passaporte: A 0454936 Estrangeiro: ANDREA FRANCAVIGLIA Passaporte: Y 294836 Estrangeiro: DANIEL HENDRA Passaporte: S 998121 Estrangeiro: FERNANDO GASPAR QUINTERO Passaporte: CC 19198850 Estrangeiro: IIP ASDORI Passaporte: S 499891 Estrangeiro: KADEK ABDI NOGORO Passaporte: W 766243 Estrangeiro: MARCELLO CENTORRINO Passaporte: AA2480979 Estrangeiro: MATTIA MASSACCESI Passaporte: AA5321870 Estrangeiro: SORIN STOEAN Passaporte: 050671051 Estrangeiro: STEFAN DANIEL TUDOR CHERCIU Passaporte: 085109964, Processo: 46094039495201127 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANGELA MARIA PRECIADO LESMES Passaporte: CC52273277 Estrangeiro: ANTONIO COLARINA REGINALDO Passaporte: XX0472526 Estrangeiro: CARLOS AUGUSTO VILLALONA MALDONADO Passaporte: SE0654740 Estrangeiro: MUMTAZ ALI MOHAMMED Passaporte: H4106998, Processo: 46094039504201180 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ MARIA CORREIA DE SENA BRITO Passaporte: L 428001 Estrangeiro: MELISSA ACEVEDO TOBON Passaporte: CC 1127802215 Estrangeiro: WAYAN PASEK Passaporte: T405547, Processo: 46094039508201168 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARIEL TACDA RAON Passaporte: XX1535966 Estrangeiro: BENJAMIN WEESKE Passaporte: C2411PPHC Estrangeiro: CEDRICK COLACO Passaporte: H0364316 Estrangeiro: CHRISTIANE URSULA JAKOB Passaporte: 951498842 Estrangeiro: DASMOND DIAS Passaporte: F5531803 Estrangeiro: DIOMAR BACALLA ELLESO Passaporte: XX3091968 Estrangeiro: EVELYN GINTER GEB. LASANSKE Passaporte: 2504256170 Estrangeiro: FLORENCIO ACLA ACUIN Passaporte: EB0964295 Estrangeiro: FRANKY MALE RUALLO Passaporte: XX2835586 Estrangeiro: GUNTUR BAYU MURTI Passaporte: R 960482 Estrangeiro: JAIME PAULO ELECO REYES Passaporte: VV 0508819 Estrangeiro: JILSON JIMENO CABONDOCAN Passaporte: XX2877850 Estrangeiro: JUERGEN PRANG Passaporte: 209705902 Estrangeiro: JULIAN ALEXANDER MAIER Passaporte: CFT7L1MX0 Estrangeiro: JULIAN VOLKMER Passaporte: C7W5ZPKPT Estrangeiro: KUNALDAS SHIVADAS PULLAKUDY Passaporte: F1641123 Estrangeiro: LISSYE YULIANATA Passaporte: S 751046 Estrangeiro: MANJA KUHN Passaporte: C3MZF6VNH Estrangeiro: MARC PREDIGER Passaporte: C27R2484K Estrangeiro: MARLON RUIZ ARANQUEZ Passaporte: EB2120422 Estrangeiro: MAT EVAN SALVADOR MATIAS Passaporte: XX 0334960 Estrangeiro: MICHAEL JOHN DELA APELO Passaporte: EB0093519 Estrangeiro: MOHAMMAD SULTAN HAIDAR Passaporte: G2831580 Estrangeiro: RONNY BAUER Passaporte: C4WKRCT7M Estrangeiro: SUSANNE GOTH Passaporte: CH975CTX1 Estrangeiro: VINCENT ERUELAS MORAÑA Passaporte: XX4963995, Processo: 46094039509201111 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FAISAL RAHMAN Passaporte: R 597661 Estrangeiro: I GUSTI NGURAH SUDIARSA Passaporte: P087945 Estrangeiro: I KETUT RATA Passaporte: W 110754 Estrangeiro: I KETUT SUKARJA Passaporte: P853755 Estrangeiro: I KOMANG AGUS PUTRA Passaporte: U327369 Estrangeiro: SANG MADE PUTRA ADNYANA Passaporte: R 802200, Processo: 46094041121201171 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTRY DIAS Passaporte: H2627943 Estrangeiro: ARNIEL LEYNES TUAZON Passaporte: EB1071630 Estrangeiro: CHINO ABAD TENORIO Passaporte: XX3496038 Estrangeiro: DANIEL ESTORIOSO CAGAS Passaporte: XX4357890 Estrangeiro: DWI HANANTO Passaporte: T 898436 Estrangeiro: EDDIE MARK VILLAS MOLVIZAR Passaporte: XX2954014 Estrangeiro: JEMUEL CORRO CUER Passaporte: XX0111058 Estrangeiro: JOHN MICHAEL SUELLO INTIA Passaporte: EB1598587 Estrangeiro: JULIUS DELA TORRE BRAGAS Passaporte: XX2065258 Estrangeiro: MARINEL BUCSA Passaporte: 11468757 Estrangeiro: PRITAM KULKARNI Passaporte: E7571505 Estrangeiro: RAFAEL JR. CAMARILLO CAMPOS Passaporte: XX2614452 Estrangeiro: ROMNICK JOHN BRIAGAS ROQUE Passaporte: XX3428010 Estrangeiro: SANDEEP SALVI Passaporte: H2481316 Estrangeiro: SHERMAYNE ESTONACTOC SERVANDA Passaporte: XX0564033, Processo: 46094040833201173 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ACHMAD WILDAN SETIABUDI Passaporte: S 248428 Estrangeiro: I NYOMAN DIAN BASKARA Passaporte: S 798433 Estrangeiro: KARNADI Passaporte: S 890107 Estrangeiro: MASSY JOEL FERNANDES Passaporte: F2568383 Estrangeiro: OLVIN MAREL CHINCHILLA BARDALES Passaporte: C210662 Estrangeiro: RAJENDRA SINGH Passaporte: F4329947 Estrangeiro: SUTOPO Passaporte: T 515981, Processo: 46094040835201162 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DOBROMIR STEFANOV GEORGIEV Passaporte: 365226325 Estrangeiro: IVAYLO VLADIMIROV VALOV Passaporte: 365202839, Processo: 46094040836201115 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GURWINDER SINGH Passaporte: Z 2121228 Estrangeiro: MATHEWS KUMBUCKAL MATHEW Passaporte: H0619484 Estrangeiro: SELVARAJ PITCHAI PILLAI Passaporte: G1459423 Estrangeiro: VAMSHI KRISHNA SRIRAM Passaporte: G2864052 Estrangeiro: YOHARAJ THANGAVEL Passaporte: G2132260, Processo: 46094041123201161 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GIOVANNI SANTAMARIA Passaporte: AA0101847 Estrangeiro: ROBERTO DE VERA ARZAGA Passaporte: XX4649204 Estrangeiro: SERGIO MINERVINI Passaporte: A 474837 Estrangeiro: STANIMIR STOYANOV ZHELEV Passaporte: 359242911 Estrangeiro: TOMA VALENTIN GHEORGHE Passaporte: 13665469 Estrangeiro: VINCENZO DE GENNARO AQUINO Passaporte: YA2702243, Processo: 46094040834201118 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EDWARD BLADY NUÑEZ GORDILLO Passaporte: AM614653 Estrangeiro: ESTEBAN CASTRO GUZMAN Passaporte: CC19368530 Estrangeiro: HANDI Passaporte: T 330359 Estrangeiro: I GEDE ARIE SUDANA Passaporte: R 800509 Estrangeiro: I MADE AWANTARA Passaporte: T 969789 Estrangeiro: I NYOMAN ALIT PARSANA Passaporte: S 074194 Estrangeiro: KHAYATULLAH MASUS Passaporte: S 323457 Estrangeiro: LUIS CARLOS CALDERON OTAVO Passaporte: CC 19254209 Estrangeiro: M WAHYU SANTOSA Passaporte: R 040647 Estrangeiro: MOH RAMDAN NURYADIN Passaporte: V 750891 Estrangeiro: MUHAMMAD SUPRIYADI Passaporte: S 647398 Estrangeiro: NOVITA EKA KUSUMAWARDHANI Passaporte: W 037149 Estrangeiro: TAUFAN HADIPRASETYA Passaporte: T 102404 Estrangeiro: UJANG RUKMANA Passaporte: S 769213, Processo: 46094041119201101 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABUBAKAR RAZAQ JAMADAR Passaporte: F4913304 Estrangeiro: PRAVIN FRANCIS PIMENTA Passaporte: H2922053, Processo: 46094041124201113 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AJIT KUMAR NAYAK Passaporte: G7508319 Estrangeiro: ALWYN FERNANDES Passaporte: E3102438 Estrangeiro: CATALIN IGNAT Passaporte: 050104162 Estrangeiro: I GEDE SUDEMEN Passaporte: A 0009654 Estrangeiro: I GEDE SUTAYASA Passaporte: S 795581 Estrangeiro: MARCO ANTONIO CARBONEL PEREZ Passaporte: 5316782 Estrangeiro: RAVITEJA GONELA Passaporte: H8628910 Estrangeiro: SARFRAJ AHMED ANSARI Passaporte: E7431010 Estrangeiro: SELWYN ERNEST FERNANDES Passaporte: G8069889, Processo: 46094041122201116 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DANAR WARIH AJI Passaporte: S 075184 Estrangeiro: DEWA GEDE AMBARAYASA Passaporte: T 407697 Estrangeiro:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

HAMAMA Passaporte: P 387450 Estrangeiro: JOKO SRIYONO Passaporte: P 900638 Estrangeiro: RATNA DEWI SUMIRAH HARTI Passaporte: R 680183 Estrangeiro: SUBAIRI Passaporte: R 512259 Estrangeiro: TAUFIK ADAM AL IMRON Passaporte: U 207173, Processo: 46094041117201111 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARRIGO LOMBARDO Passaporte: A 764198 Estrangeiro: CHITRAMEGHAN CHEENIKKATHODI Passaporte: J7707365 Estrangeiro: CRISTIANO PACE Passaporte: AA1030787 Estrangeiro: GAETANO DE PASQUALE Passaporte: YA0025126 Estrangeiro: JACQUELINE ELIZABETH ABAD QUINE Passaporte: 5439693 Estrangeiro: JOHNNY BAUTISTA SABANGAN Passaporte: EB0423630 Estrangeiro: LUIGI LEONTINI Passaporte: B 312420 Estrangeiro: MASSIMO CANNOLETTA Passaporte: C 699677 Estrangeiro: PRASAD MHATRE Passaporte: G9963487 Estrangeiro: ROCCO CONSIGLIO Passaporte: AA2877607, Processo: 46094041116201169 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANGELICA TANI Passaporte: YA2842183, Processo: 46094040678201195 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KRISTINE ARCILLA LUMAQUE Passaporte: XX5586387 Estrangeiro: RENARDO KENRICK ARNOLD VASSELL Passaporte: A2695469 Estrangeiro: RICO LANGCAY CALAYAN Passaporte: XX2917698, Processo: 46094041484201115 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANIT ANANT GAVANKAR Passaporte: G2629342 Estrangeiro: CHRISTOPHER BENTULAN CECILIO Passaporte: XX4969516 Estrangeiro: FLICSON RODRIGUES Passaporte: F3695091 Estrangeiro: KATHERINE AMISTOSO DEGAMO Passaporte: EB0065126 Estrangeiro: SALVATORE BILLECI Passaporte: AA5047476 Estrangeiro: SERGIO EDUARDO MACHADO Passaporte: 26625021N, Processo: 46094041125201150 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FLORENCE AUDREY SEVERINE GARCIA Passaporte: 03KF07587 Estrangeiro: GEORGE BALGOS EVANGELISTA Passaporte: XX0878902 Estrangeiro: GIOVANNI RENNO Passaporte: AA0800133 Estrangeiro: ILAYARAJA TAMILARASAN Passaporte: F5572593 Estrangeiro: JHAIDEE YAP ONZA Passaporte: XX2933592 Estrangeiro: LARA SOLA Passaporte: D 311029 Estrangeiro: MILEN DIMITROV LAZAROV Passaporte: 364688259, Processo: 46094040837201151 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDRE OLDENBURG Passaporte: C0J1Z5MG7 Estrangeiro: CHRISTOPHER CARABALLO TACTICA Passaporte: XX4435299 Estrangeiro: DILARA DEMIRSAR Passaporte: C1Z805M3F Estrangeiro: ELENA PEÑARANDA ROSAUPAN Passaporte: EB1169684 Estrangeiro: LYNN PETERSEN Passaporte: C1LMTZ1XZ Estrangeiro: NOEL SALUDO BIGATA Passaporte: XX0014222 Estrangeiro: TERRENCE CAÑETE ROSAUPAN Passaporte: XX5630307, Processo: 46094041078201144 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GUSTI AYU RATNA WIDYA SARI Passaporte: R 978284, Processo: 46094041115201114 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BERNHARD HAERING Passaporte: CFWR24XKM Estrangeiro: HERMANN SVEN WESTPHAL Passaporte: C3XHR6KPK Estrangeiro: JEFFREY ETORNE TRASMONTE Passaporte: XX 5497672 Estrangeiro: JESSICA MUELLER Passaporte: C0P0XZP0H Estrangeiro: LOTHAR HEINZ MANFRED LONKE Passaporte: 0346531675 Estrangeiro: PLARIDEL HUGNO QUOJIAL Passaporte: XX 5734888 Estrangeiro: RALF WINTER Passaporte: 2869215146 Estrangeiro: ROSITHA NADARAJAH Passaporte: C3HZVPJ0J, Processo: 46094041077201108 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NADIIA LYKHOPOI Passaporte: EA084091, Processo: 46094041079201199 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AGUS EKA ARIAWAN Passaporte: R 583087, Processo: 46094040838201104 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: I GUSTI NGURAH ARSA Passaporte: T066776 Estrangeiro: RAFAEL AGUILERA COLINDRES Passaporte: Z008813, Processo: 46094040839201141 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JORGE ALBERTO MIKAN GUNAROPULOS Passaporte: CC79460569, Processo: 46094041489201130 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AMBRA RAPEZZI Passaporte: YA2136471 Estrangeiro: ANDREA CAMMOZZO Passaporte: A 657522 Estrangeiro: ANNABELLE ACUNA HOMERES Passaporte: XX2540127 Estrangeiro: ANTONIO SENATORE Passaporte: D 671903 Estrangeiro: DANIELE GORINI Passaporte: YA1862447 Estrangeiro: DAVIDE CASCINO Passaporte: YA1369146 Estrangeiro: DORIANA ORRU Passaporte: AA2971911 Estrangeiro: FLORIN GOSMAN Passaporte: 14992921 Estrangeiro: FRANKLIN STEPHEN GONSALVES Passaporte: G1034799 Estrangeiro: GIAMPAOLO SCARFI Passaporte: 985530 X Estrangeiro: LORENZO GALLORANO Passaporte: YA2705839 Estrangeiro: LUCIANA MIRABELLA Passaporte: AA0623232 Estrangeiro: MASSIMILIANO MOCERINO Passaporte: A 020587 Estrangeiro: MICHELE DI FILIPPO Passaporte: D 123325 Estrangeiro: PATRIZIA SFERRUGGIA Passaporte: D 827451 Estrangeiro: PAULA CRISTINA FLORENCIO DOS SANTOS Passaporte: L603316 Estrangeiro: ROSEN STOYCHEV CHERVENKOV Passaporte: 380882707 Estrangeiro: ROY BARAL ALCAZAR Passaporte: XX5513282 Estrangeiro: SARA SUSANA HUAYTA BAUTISTA Passaporte: 5035551 Estrangeiro: STEFANO ZANOTTI Passaporte: YA1508053 Estrangeiro: VALENTIN RADU Passaporte: 050252120 Estrangeiro: VILMA ACHA ESCOBAR Passaporte: 5904079, Processo: 46094041064201121 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FRANCESCA BELUSSI Passaporte: AA1627687 Estrangeiro: MARIO MORETTA Passaporte: C 543918 Estrangeiro: PASQUALE IOVANNELLA Passaporte: AA4297386 Estrangeiro: POMPEO CAVALLO Passaporte: AA5951759, Processo: 46094041128201193 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AMOY CHIMPECAM QUIÑE Passaporte: 5345421 Estrangeiro: AREEM BELICENA PALABRICA Passaporte: XX5408024 Estrangeiro: ARNOLD PAJUYO ROQUE Passaporte: XX 0328761 Estrangeiro: EDGAR DE VENECIA CASTRO Passaporte: EB0152585 Estrangeiro: GEDE BAYU WAHYUDI Passaporte: T 972327 Estrangeiro: HAEDIR Passaporte: A1452314 Estrangeiro: HALIK Passaporte: P 386229 Estrangeiro: HLA MYO Passaporte: A042632 Estrangeiro: I GST PUTU SUGIANTARA Passaporte: P538483 Estrangeiro: I WAYAN SUDIANA Passaporte: AN591205 Estrangeiro: LEONARD PENAFLOR RICAMARA Passaporte: EB0867031 Estrangeiro: NEDO CERANIC Passaporte: A0328629 Estrangeiro: WISTON JONATAN MORAN HERNANDEZ Passaporte: 000880820., Processo: 46094041486201104 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BUDI HARTONO Passaporte: T 866478 Estrangeiro: CAJETAN PEREIRA Passaporte: E8767922 Estrangeiro: ERIC DWI HASTARYO Passaporte: S 675432 Estrangeiro: FANIZA ARVIANTY Passaporte: R 218996 Estrangeiro: GEDE HENDRA RAHITA Passaporte: A 1012956 Estrangeiro: I KADEK IRVAN MAULANA Passaporte: A 1013071 Estrangeiro: I KETUT KARDI ADI PUTRA Passaporte: A 1304743 Estrangeiro: I MADE DHARMA SAPUTRA Passaporte: U 805668 Estrangeiro: I WAYAN DJUNI ASTAWA Passaporte: P 244950 Estrangeiro: I WAYAN KARTIKA Passaporte: A 1304301 Estrangeiro: I WAYAN SUARJANA Passaporte: A 0354702 Estrangeiro: JAIME ENRIQUE PELAGIO ORENDAIN Passaporte: XX1652882 Estrangeiro: JAKA RIFKI FAUZI Passaporte: R 524501 Estrangeiro: JOSE LUIS ALVARADO VARGAS Passaporte: C063900 Estrangeiro: NARSO Passaporte: S 323458 Estrangeiro: NICOLETA-CATERINA BOCA Passaporte: 050990277 Estrangeiro: PANKAJ NEGI Passaporte: H0502624 Estrangeiro: ROHIT GOEL Passaporte: G6506143 Estrangeiro: STANCY BARRETO Passaporte: G7237443, Processo: 46094041483201162 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARDIN Passaporte: S 737719 Estrangeiro: SUHAIMIN Passaporte: V916530, Processo: 46094041481201173 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DEXTER GARCIA OBTINALLA Passaporte: EB3063026 Estrangeiro: DIONEO TUPAS BALISONG Passaporte: EB0936207 Estrangeiro: GARIKAI NYAMUPANEMUNDA Passaporte: CN401957 Estrangeiro: GREER ANN ALBUQUERQUE Passaporte: 705331365 Estrangeiro: IONUT ADRIAN MUSATOIU Passaporte: 13802423, Processo: 46094041482201118 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALLAN JOYAS SALVADOR Passaporte: XX5256691 Estrangeiro: ALVIN PUBLICO DUQUE Passaporte: XX0010034 Estrangeiro: CARMELINO MAÑGUNE AGUAS Passaporte: XX5202155 Estrangeiro: CRISTOFEL BENEDICTO ZABALA Passaporte: XX3837301 Estrangeiro: DEXTER NABO PASAMBA Passaporte: XX5125850 Estrangeiro: DIOMEDES CUYOS CALAMBA Passaporte: EB1839148 Estrangeiro: EDGARDO CABELIS PERNIS Passaporte: XX3074833 Estrangeiro: EDMUND ACULLADOR OMOROG Passaporte: XX0135848 Estrangeiro: EMMANUEL DEALCA DELA CRUZ Passaporte: XX5689328 Estrangeiro: JASON NABAUNAG ZARSATA Passaporte: XX2273074 Estrangeiro: JAY ALUMBRO AUSTERO Passaporte: XX5208955 Estrangeiro: JOSE DINO WARREN CANLAS Passaporte: EB2307432 Estrangeiro: JOSE FRANCISCO HIJASTRO NABARTE Passaporte: XX5105113 Estrangeiro: JOSEPH ROQUE DEL FIN Passaporte: XX5179881 Estrangeiro: JULIE LABANERO ALIMAN Passaporte: XX5657964 Estrangeiro: LICERIO CUETO COMIA Passaporte: XX2584550 Estrangeiro: MELVIN NALAYOG FLORES Passaporte: XX5206318 Estrangeiro: MICHAEL BARROZO CALIBUSO Passaporte: XX0952623 Estrangeiro: MICHAEL CASTILLO CRISOSTOMO Passaporte: XX5378742 Estrangeiro: ROMMEL PASCUAL GOZON Passaporte: XX5716709, Processo: 46094041493201106 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALVIN LESLIE SMITH HOOKER Passaporte: CC18008672 Estrangeiro: FANEL NASTASE BALASOIU Passaporte: 12729190 Estrangeiro: JIMMY BOLOTANO MANLANGIT Passaporte: XX3605189.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094032135201102 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAYMOND ANTHONY HAYES Passaporte: PC3731508, Processo: 46094035395201121 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/08/2012 Estrangeiro: IGOR SAPIGA Passaporte: EK990644, Processo: 46094033548201104 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/11/2012 Estrangeiro: LEIF KNUDSEN Passaporte: 204196756, Processo: 46094036096201112 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 15/10/2013 Estrangeiro: JOHN SHANNON GRACEY Passaporte: 099033031, Processo: 46094034390201181 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 28/07/2013 Estrangeiro: KEVIN YVES ROGER LE GUEN Passaporte: 11AR35096, Processo: 46094036706201170 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: BENGT-ARNE MIKALSEN Passaporte: 26425736 Estrangeiro: STEIN ARE VEUM NILSEN Passaporte: 27406893 Estrangeiro: STEINGRIMUR MATTHIASSON Passaporte: A1189471, Processo: 46094036703201136 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: BJARTE TRONDSEN Passaporte: 26075100 Estrangeiro: KNUT KALVOY Passaporte: 25094954 Estrangeiro: LEIF MARTIN VONHEIM Passaporte: 28739857 Estrangeiro: MARIANNE LEVIK ORKE Passaporte: 27543116, Processo: 46094036705201125 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ASBJORN JOHAN ARNESEN Passaporte: 26909171 Estrangeiro: JAN KARE PETTERSEN Passaporte: 26670351 Estrangeiro: NILS LENNART BENNY NILSSON Passaporte: 34416564 Estrangeiro: ODD-REIDAR WAAGE FUGLESTAD Passaporte: 26326956, Processo: 46094036702201191 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: BJARTE KALLEVAG Passaporte: 26685962 Estrangeiro: BRAGE PERSONN FLAGSTAD Passaporte: 26006200 Estrangeiro: FREDRIC SEBASTIAN RADLUND Passaporte: 82799413 Estrangeiro: JOFRID HANSEN Passaporte: 201323300, Processo: 46094036710201138 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ENER BORG Passaporte: 27321224 Estrangeiro: GEIR ANDRE DALEN Passaporte: 26457942 Estrangeiro: HOGNI MAGNAR VEST Passaporte: 203490013 Estrangeiro: KJELL EVEN VAGSAETER Passaporte: 28367936, Processo: 46094036711201182 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ADAM BENJAMIN WINNETT Passaporte: 099199525, Processo: 46094036714201116 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: FRANÇOIS PATEZ Passaporte: 10CA63124, Processo: 46094036712201127 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: OMAR PANOGAN SUNGLAO Passaporte: EB3677807, Processo: 46094036717201150 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: OLE OTTO ROSMO Passaporte: 27891133, Processo: 46094036715201161 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: GALEN GUY HIEB Passaporte: 447814788, Processo: 46094036716201113 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ALI TALBI Passaporte: 02720981, Processo: 46094036707201114 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: GREGORY WAYNE EPLEY Passaporte: 449895196 Estrangeiro: ILYA ISRAEL BASENSPILER Passaporte: 475532522, Processo: 46094036701201147 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: BRUNO PIERRE LAURO Passaporte: 07AH31449 Estrangeiro: ROBIN FREDERIC VIVET Passaporte: 08CC15120, Processo: 46094036704201181 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: COLIN JOHN NICHOLSON Passaporte: 540343995 Estrangeiro: DAVID PETER JONES Passaporte: 093229662 Estrangeiro: RONALD ALAN COOK Passaporte: 800655163, Processo: 46094036536201123 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: OLEKSANDR BEREGOVYY Passaporte: AK359692 Estrangeiro: OLEXIY BUGAI Passaporte: AK391039, Processo: 46094038477201128 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: NOEL FABRERO OLORES Passaporte: XX3621143, Processo: 46094036163201191 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: OTTO VOLLAN Passaporte: 26251100, Processo: 46094036433201163 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAVLOS LEOUSIS Passaporte: AH2456697, Processo: 46094037716201122 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JACK ELLINGTON Passaporte: 761089681, Processo: 46094036818201121 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: Romulo Ilar Rasos Passaporte: EB 2916378, Processo: 46094036819201175 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ronald David Logan Passaporte: 476065600, Processo: 46094037031201186 Empresa: WILSON, SONS OFFSHORE S.A. Prazo: até 21/02/2012 Estrangeiro: VOLODYMYR DRELIKHOVSKY Passaporte: EA319948, Processo: 46094037009201136 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: Luko Bjelokosic Passaporte: 080980059, Processo: 46094037013201102 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: Serhiy Bulhakov Passaporte: EK036833, Processo: 46094037189201156 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Josko Marinic Passaporte: 003798882, Processo: 46094038832201169 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ULRIC CHEDDIE Passaporte: R0124004, Processo: 46094038723201141 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD NEAL JOHNSON Passaporte: 476560309, Processo: 46094038829201145 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: PAUL HENLEY WEBSTER LOWRENCE Passaporte: C005650, Processo: 46094038724201196 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLES SCOTT STIEFENHOEFER Passaporte: 407503171, Processo: 46094037861201111 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: HENRIK DR SCHLUTER Passaporte: 147916841 Estrangeiro: MICHAEL GENTZSCH Passaporte: C2400RY7Y Estrangeiro: RANDY ROBERT CRAIG WIGGINS Passaporte: BA531420 Estrangeiro: STIG FREDRICK NILSSON Passaporte: 80059573, Processo: 46094037232201183 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VOLODYMYR MEDVEDYEV Passaporte: EK743290, Processo: 46094037653201112 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARILD BREIVIK Passaporte: 28612884 Estrangeiro: ASSEN BLAGOEV DECHEV Passaporte: 367849850 Estrangeiro: EDGARDO OLIVARES MASCULINO Passaporte: EB0392154 Estrangeiro: EMIL RAYKOV KOSTADINOV Passaporte: 366777669 Estrangeiro: GENARO ENCARNACION ISTURIZ Passaporte: XX1097315 Estrangeiro: IVAN KOSTADINOV DIMITROV Passaporte: 369522300 Estrangeiro: JAYDEE DENAO FERRER Passaporte: EB3268246 Estrangeiro: KRA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SIMIR VLADIMIROV ELENCHEV Passaporte: 367822623 Estrangeiro: MIKHAEL ELIC MAH Passaporte: EB0000187 Estrangeiro: MILEN STOEV HRISTOV Passaporte: 380512083 Estrangeiro: REX NALAUNAN GALLETA Passaporte: EB0498192, Processo: 46094037717201177 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEIN MORTEN HELSET Passaporte: 27246543, Processo: 46094037754201185 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/03/2012 Estrangeiro: ARCHIE SILORIO SECHICO Passaporte: XX0137821 Estrangeiro: DUBRAVKO GVEROVIC Passaporte: 003472149 Estrangeiro: JOHN KEITH ABALLE EDILLO Passaporte: VV0567969 Estrangeiro: ROBERT SIRISCEVIC Passaporte: 003031233, Processo: 46094037768201107 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: Jacek Milewski Passaporte: AT1434261, Processo: 46094038645201185 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAMENDRA SINGH TOMAR Passaporte: J1601302, Processo: 46094037761201187 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: ABHISHEK SINGH Passaporte: F3045281, Processo: 46094038482201131 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ante Topic Passaporte: 003573221, Processo: 46094037960201195 Empresa: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ASLE NOTOY Passaporte: 26809946, Processo: 46094037959201161 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: até 24/03/2013 Estrangeiro: Nicholas John Maclean Passaporte: 455227950, Processo: 46094038825201167 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ANTHONY LABAY ENGUERRA Passaporte: XX5248976 Estrangeiro: DARRY YAMBING ARDEÑA Passaporte: EB0555149 Estrangeiro: LEONARDO JR. NARAG TALAY Passaporte: EB3648037, Processo: 46094038480201141 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM CLIFFORD STONE Passaporte: 104386014, Processo: 46094038479201117 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BIRGER MICHAEL GORMSEN Passaporte: 102330886, Processo: 46094038673201101 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIRK ALBERT BIGWIN Passaporte: BA647711, Processo: 46094038818201165 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: DAVID OGILVY BLACK Passaporte: 099109951 Estrangeiro: DERRICK REID BARRETT Passaporte: 093091566 Estrangeiro: KENNETH DALLAS MCPHERSON Passaporte: 109959872, Processo: 46094038386201192 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAYMOND HELLELAND SAETRE Passaporte: 28357221, Processo: 46094038388201181 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAURA JEAN BARRETT Passaporte: 477690397 Estrangeiro: LAURENT GÉRARD COSSE Passaporte: 10AD97211, Processo: 46094038821201189 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: BENEDICT BIN JOHN DAMIAN Passaporte: K23448574 Estrangeiro: KHAFIDZ FIRDAUS BIN SUJAN Passaporte: K24861092 Estrangeiro: RAMLEE BIN UBUT Passaporte: K22494591, Processo: 46094038478201172 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDGAR DEL OESTE BERANGEL Passaporte: XX1511363 Estrangeiro: HADJI SALIDO GABINETE Passaporte: EB1005340 Estrangeiro: JUBERT MAMON TRIBUNAL Passaporte: XX0069825 Estrangeiro: KENT THORSOE FRIBORG Passaporte: 202301335 Estrangeiro: MARCELITO JR. NILLOS GACELA Passaporte: XX1275041, Processo: 46094038826201110 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: STEPHEN JOHN BELL Passaporte: E4044693, Processo: 46094038822201123 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: CHAD LEO COX Passaporte: 134936988 Estrangeiro: CHRISTOPHER GEORGE GROSS Passaporte: 478493621, Processo: 46094038820201134 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ZORAN PITINAC Passaporte: 091725214, Processo: 46094038488201116 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ricky Tumpag Tejares Passaporte: EB3865124, Processo: 46094038827201156 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER TORRES OTERO Passaporte: AAC198692 Estrangeiro: JOSE MANUEL SANTANA PADRON Passaporte: AAA614812 Estrangeiro: MANUEL MUÑIZ GONZALEZ Passaporte: AE890934, Processo: 46094038387201137 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: INGAR GUSTAV LINDHOLM Passaporte: 28068371 Estrangeiro: PETER ROGER FALK Passaporte: 63214944, Processo: 46094038881201100 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: BEVERLY DATO TIMBAS Passaporte: SS0652394 Estrangeiro: FILOMENO JR. AMARADO DIBDIB Passaporte: EB2057855 Estrangeiro: MARLON NAAG ASTRERO Passaporte: VV0106271, Processo: 46094038512201117 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: JORDAN ALEXANDER REES Passaporte: BA620715 Estrangeiro: JOSHUA DUALT VANKANNON Passaporte: 449038714, Processo: 46094038466201148 Empresa: QUEIROZ GALVAO OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: René Edward van Maas Passaporte: BG17R7KF8, Processo: 46094038638201183 Empresa: C & C TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: até 14/09/2013 Estrangeiro: EVE GONZALES CABALLERO Passaporte: UU0798636 Estrangeiro: GLEN QUIAMBAO FABIAN Passaporte: EB0252988 Estrangeiro: GREGORIO MACABALE QUINTO Passaporte: XX0230985 Estrangeiro: HENRY LAGAHUYA BOLORON Passaporte: VV0678391 Estrangeiro: JIMMY BULARON FUEGO Passaporte: XX2796729 Estrangeiro: JUSTIN ESCANLAR BEATINGO Passaporte: XX4898089 Estrangeiro: NELSON JR FILLE FERNANDEZ Passaporte: EB0966554 Estrangeiro: PETER ERONO GADIAN Passaporte: EB1905452 Estrangeiro: WILLIE LOJA PATINO Passaporte: XX1045175, Processo: 46094038493201111 Empresa: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A Prazo: até 18/12/2012 Estrangeiro: Nikica Seljanovski Passaporte: 002557436, Processo: 46094038397201172 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRISTOFFER TUFTELAND Passaporte: 28045690 Estrangeiro: STUART WILLIAM ANDERSON Passaporte: 107775438 Estrangeiro: TOMISLAV KOSTAJNSEK Passaporte: 094162624, Processo: 46094038396201128 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALAN BARNETT Passaporte: 446282637 Estrangeiro: GEORGE ESPIE Passaporte: 080092332, Processo: 46094038394201139 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RONNY SVENDSEN Passaporte: 20589266 Estrangeiro: SHAUN MCBRIDE Passaporte: E4012917, Processo: 46094038395201183 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE GREGORIO DELGADO PARRA Passaporte: 006032065 Estrangeiro: TOMASZ KOZLIK Passaporte: AP4847196, Processo: 46094038505201115 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 27/03/2012 Estrangeiro: OLEKSANDR MYKHAYLYCHENKO Passaporte: EE876392, Processo: 46094038467201192 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: Adriaan Jan Flikweert Passaporte: NUR125PR2, Processo: 46094038361201199 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Donald Keith Cox Jr Passaporte: 486847632 Estrangeiro: Richard Joseph Wilson Passaporte: 222202347, Processo: 46094038475201139 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: David Walker Reid Passaporte: 502745985, Processo: 46094038476201183 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: John Patrick Scanlon Passaporte: B575227, Processo: 46094039147201150 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 22/08/2013 Estrangeiro: PANDURANG NIVRITTI TARI Passaporte: Z 140389, Processo: 46094038823201178 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD JOHN KEITH Passaporte: 402478897, Processo: 46094038389201126 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD JOHN MURCHIE Passaporte: 099009144, Processo: 46094038709201148 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OYVIND KNUT ANDERSEN Passaporte: 27363269, Processo: 46094038509201195 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KESU KOTTARATHUMADATHIL NARAYANAN Passaporte: Z1811862, Processo: 46094038368201119 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW PORTER Passaporte: 080054285 Estrangeiro: CHRISTOPHER BURGESS Passaporte: 402710178 Estrangeiro: DAVORIN NOVACIC Passaporte: 094417480 Estrangeiro: DONALD JAMES MACKAY Passaporte: 099271647 Estrangeiro: JERZY GARCZYNSKI Passaporte: AU4703497 Estrangeiro: KURT SHANNON BAILEY Passaporte: 060266870 Estrangeiro: MICHAEL ALEXANDER PERRIE FLANAGAN Passaporte: 099055063 Estrangeiro: NEIL ADAM Passaporte: 800381283 Estrangeiro: SEAN PATRICK QUINLAN Passaporte: BA621118, Processo: 46094038377201100 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID NICOLSON DUNBAR Passaporte: 402995206 Estrangeiro: EDWIN JOHN HAY Passaporte: 112325114 Estrangeiro: JONATHAN LEWIS YEATS Passaporte: 501597559 Estrangeiro: KEVIN GEORGE IAN MOORS Passaporte: 652900852, Processo: 46094038511201164 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 04/05/2013 Estrangeiro: PATHMANATHAN S/O VELLISAMY Passaporte: E1693071E, Processo: 46094038731201198 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEVGENIY GLUSHKOV Passaporte: 716394886, Processo: 46094038529201166 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sverre William Stenvaag Passaporte: 25552659, Processo: 46094038487201163 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sylwester Jan Badtke Passaporte: AC0146423, Processo: 46094038486201119 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: RENEE AGUELO SUNDANG Passaporte: WW0523917, Processo: 46094038375201111 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: JOSE MIGUEL CAO MONTENEGRO Passaporte: XDA131270, Processo: 46094038510201110 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: UDAY GOVIND SAWANT Passaporte: Z2079537, Processo: 46094038483201185 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/04/2013 Estrangeiro: STANLEY GAMBOA DAKAY Passaporte: EB2680426, Processo: 46094038416201161 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 28/07/2013 Estrangeiro: JAIRO MIGUEL VERDUGO MORENO Passaporte: CC 16723433, Processo: 46094038485201174 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: Ante Gugic Passaporte: 002448347 Estrangeiro: Marko Marinovic Passaporte: 003560980 Estrangeiro: Mateo Susa Passaporte: 003548022 Estrangeiro: Sasa Tomas Passaporte: 003458384, Processo: 46094038484201120 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2012 Estrangeiro: DARYL AWA TIMBANGAN Passaporte: EB0905156 Estrangeiro: ERIC DE LA TORRE MARAYAG Passaporte: XX5528339 Estrangeiro: JELO DE LA CRUZ ESTRELLA Passaporte: VV0836957 Estrangeiro: JERRY RAMEL AGGASID Passaporte: XX5100477 Estrangeiro: LOUIE JAY BARANDA GEMOTO Passaporte: EB0136657 Estrangeiro: SANDAE CHRIS MENDEZ DANOLA Passaporte: EB1014921, Processo: 46094038497201107 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESSIE THOMAS ABSHIRE Passaporte: 440636482, Processo: 46094038470201114 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: Allan Raquit Reyes Passaporte: XX5418377 Estrangeiro: Almario Soriano Calangian Passaporte: UU0631776 Estrangeiro: Bernardo Malaki Acla Passaporte: XX3261816, Processo: 46094038532201180 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: Honorio Jr. Geronimo Villafranca Passaporte: EB1308183, Processo: 46094038700201137 Empresa: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHNNY DAGFINN ALMESTAD Passaporte: 25066580, Processo: 46094038880201157 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATS ERIK SANDOE KLEVEN Passaporte: 25920678, Processo: 46094038533201124 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: BRANDO SAMPANG SANTOS Passaporte: XX5251107 Estrangeiro: NIKOLAOS GERONTIDAKIS Passaporte: AH4950282, Processo: 46094038524201133 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: ANDRES MARAVILLA LABORDO Passaporte: TT0644393 Estrangeiro: GEOFREY BATTAD OAO Passaporte: XX3770754 Estrangeiro: JOEL MORENO ADALIA Passaporte: EB1172785 Estrangeiro: JOEY CAPADA CAPILLO Passaporte: EB0132618 Estrangeiro: JONJAY VIDAL JORE Passaporte: TT0621160 Estrangeiro: RHODEL LOYOLA CATUNGAL Passaporte: XX3421366 Estrangeiro: ROBERTO JR. FONTBUENA GECOS Passaporte: EB0630713 Estrangeiro: SILVESTRE JOEL CORONADO CONSIGNADO Passaporte: XX0813764, Processo: 46094038500201184 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 23/05/2012 Estrangeiro: FRANCIS JOHN ROUTLEDGE Passaporte: 099039510 Estrangeiro: VALERII PICHEVS'KYI Passaporte: EE035488, Processo: 46094038879201122 Empresa: MERCOSUL LINE NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOMINGO PAVILANDO CASTEN Passaporte: XX0188478, Processo: 46094038528201111 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Krzysztof Jan Zesko Passaporte: AP9267645, Processo: 46094038523201199 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALFREDO ANSELMO APILADO Passaporte: EB1072344 Estrangeiro: ALLAN MENDOZA MANAHAN Passaporte: XX4009260, Processo: 46094038522201144 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aaron Vaughn Lavergne Passaporte: 484206147, Processo: 46094038991201163 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LASSE KRAGH ANDERSEN Passaporte: 204025440, Processo: 46094038955201108 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRYAN PATRICK O'MALLEY Passaporte: 470328567 Estrangeiro: BRYCE ANDREW OLSON Passaporte: 141628206 Estrangeiro: JAMES MATTHEW WEBB Passaporte: 135848583.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006 (Artigo 1°, Parágrafo 1°):

Processo: 46094038431201117 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLE BENGT SIGURD RINGBOM Passaporte: 80518858.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094037423201145 Empresa: BAYER S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: THOMAS MEERMEYER Passaporte: 524371810, Processo: 46094037531201118 Empresa: STIHL FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHANNES LANG Passaporte: C8HG85VYW, Processo: 46094036156201199 Empresa: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MARTIN HYZA Passaporte: BB3188347, Processo: 46094036157201133 Empresa: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: PETER STACHOVIC Passaporte: P0527183, Processo: 46094038324201181 Empresa: ELIMCO BRASIL SOLUCOES INTEGRAIS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MANUEL JESUS BALLESTEROS MOLINA Passaporte: BE845067, Processo: 46094036507201161 Empresa: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 5 Mês(es) Estrangeiro: JULIA STICHLING Passaporte: C4VW522NF, Processo: 46094037389201117 Empresa: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Scott Frederick Grabarski Passaporte: 449836734, Processo: 46094038662201112 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Nicolas Carlos Santa Cruz Londoño Passaporte: CC1125658851, Processo: 46094038237201123 Empresa: SOCIEDADE COMERCIAL TOYOTA TSUSHO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUYA TAKAHASHI Passaporte: TK2434837, Processo: 46094038072201190 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RITA YSABEL ZUMAETA ROSAS Passaporte: 4250480, Processo: 46094038069201176 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CESAR AUGUSTO FARRO FLORES Passaporte: 2243572, Processo: 46094038070201109 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HECTOR OLI-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VER ESPINOZA ORBEZO Passaporte: 5471163, Processo: 46094038071201145 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ALBERTO MEJIA VEGA Passaporte: 4650228, Processo: 46094038067201187 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARJADY DAHAPNE SANDOVAL GARCIA Passaporte: 3860060, Processo: 46094038073201134 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS MARCELINO RAMIREZ PARCO Passaporte: 4650067.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094032634201191 Empresa: PREZIOSO DO BRASIL SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALEXANDRE MICHEL HAILLOT CANAS DA SILVA Passaporte: J 537401, Processo: 46094034104201188 Empresa: C.R.I. BOMBAS HIDRAULICAS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VIJAYAKUMAR SUBRAMANIAMPALAYAM PONNUSAMY Passaporte: G1579561, Processo: 46094036974201191 Empresa: POSCO DO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JONG PIL KIM Passaporte: KN0821540, Processo: 46094037275201169 Empresa: VORTEX HYDRA DO BRASIL - SISTEMAS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MARCO COVINO Passaporte: A339787, Processo: 46094036846201148 Empresa: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JONGRAI LIM Passaporte: DG1321390, Processo: 46094038074201189 Empresa: MILLER INTERNATIONAL LATINOAMERICA REGULADORA DE SINISTROS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN RAINER KOLBE Passaporte: CH1GT1KMX.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094028977201151 Empresa: MT-INVEST - INVESTIMENTOS E NEGOCIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUERRINO GELMETTI Passaporte: F908575.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094035747201149 Empresa: RAMOS CATARINO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Renato Antonio Martins Simões Passaporte: L648780.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 38, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria SE nº 561, de 27 de maio de 2004, e tendo em vista o disposto no Inciso II, Art. 55º, da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, e considerando a necessidade de adequar o orçamento aprovado pela Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - LOA/2011 às programações do Ministério do Trabalho e Emprego, resolve:

Art. 1º - Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, as alterações de modalidades de aplicações das Unidades Orçamentárias do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERNANDO DECNOP MARTINS

ANEXO

Unidades Orçamentárias: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego
38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
R$ 1,00

Código	Descrição	Fonte	Modalidade	Acréscimo	Redução
11.366.8034.2A95. 0013	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - Projovem Urbano e Campo - No Estado do Amazonas	100	3.3.99		1.000.000
			3.3.30	1.000.000	
11.366.8034.2A95. 0084	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - Projovem Urbano e Campo - São Gonçalo - RJ	100	3.3.50		500.000
			3.3.40	500.000	
11.366.8034.2A95. 0033	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - Projovem Urbano e Campo - No Estado do Rio de Janeiro	100	3.3.50		2.000.000
			3.3.40	2.000.000	
11.333.0101.4725.0042	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - No Estado de Santa Catarina	100	3.3.50		700.000
			3.3.40	700.000	
11.333.0101.4725.0136	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - Uberlândia - MG	100	33.50		200.000
			3.3.90	200.000	
11.333.0101.4725.0001	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - Nacional	100	3.3.50		2.950.000
			3.3.40	2.950.000	
11.333.0101.4725.0052	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PalnSeQs) - No Estado de Goiás	100	3.3.50		700.000
			3.3.40	700.000	
11.333.0101.4725.0026	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - No Estado de Pernambuco	100	3.3.50		1.100.000
			3.3.40	1.100.000	
11.333.0101.4725.0035	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - No Estado de São Paulo	100	3.3.50		2.410.000
			3.3.40	2.410.000	
TOTAL				11.560.000	11.560.000

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 7 de dezembro de 2011

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46016.006866/2009-01	019260059	Usina Paineiras S.A.	ES
2	46016.006867/2009-47	019260041	Usina Paineiras S.A.	ES
3	46016.006868/2009-91	019228244	Usina Paineiras S.A.	ES
4	46016.006869/2009-36	019228252	Usina Paineiras S.A.	ES
5	46016.006870/2009-61	019260016	Usina Paineiras S.A.	ES
6	46016.006871/2009-13	019260024	Usina Paineiras S.A.	ES
7	46016.006872/2009-50	019260032	Usina Paineiras S.A.	ES
8	46016.006873/2009-02	019260067	Usina Paineiras S.A.	ES
9	46016.006874/2009-49	019228058	Usina Paineiras S.A.	ES
10	46617.005776/2007-53	012631604	Santa Casa de Caridade de Dom Pedrito	RS
11	46617.000001/2010-97	019335199	Tecnisercvice - Soluções em Tecnologia Ltda.	RS
12	46617.000002/2010-31	019335202	Tecnisercvice - Soluções em Tecnologia Ltda.	RS
13	46220.002027/2009-90	016310217	Lujo Indústria e Comércio de Confecções Ltda.	SC
14	46220.003417/2009-87	016358694	Lujo Indústria e Comércio de Confecções Ltda.	SC
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESSA**	**UF**
1	47533.003738/2006-78	705.015.459	Di Kimi Indústria e Comércio de Confecções Ltda.	PR
2	47551.000386/2009-23	506.333.051	Gelre Trabalho Temporário S.A.	PR
3	46293.001272/2003-31	705.004.678	Jorge Rudney Atalla	PR
4	46293.001323/2003-24	705.004.759	Jorge Rudney Atalla	PR
5	46293.001765/2000-25	007344	PVC Brasil Indústria de Tubos e Conexões Ltda.	PR
6	46293.001247/2005-19	100.060.412	PVC Brazil Indústria de Tubos e Conexões Ltda.	PR
7	46218.004891/2010-17	506.370.593	Martins Assessoria e Auditoria Fiscal S/C Ltda.	RS
8	46218.014672/2007-32	505.946.483	Santa Casa de Caridade de Dom Pedrito	RS
9	46218.000141/2010-68	506.346.501	Tecnisercvice - Soluções em Tecnologia Ltda.	RS
10	46220.003418/2009-21	506.289.354	Lujo Indústria e Comércio de Confecções Ltda.	SC
11	46472.017961/2009-44	506.345.149	TNT Araçatuba Transportes e Logistica S.A.	SP

1.3Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESSA**	**UF**
1	47533.000574/2009-70	506.206.203	Dataprint Com. e Assistência. Técnica em Computadores Ltda.	PR
2	46313.000300/2003-17	505.147.742	Elmar Transportes e Turismo Ltda.	RJ
3	46215.017875/2005-49	505.496.615	Incorvest Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.	RJ
4	46218.014674/2007-21	100.104.045	Santa Casa de Caridade de Dom Pedrito	RS

1.4 Pelo não conhecimento do recurso de auto de infração ou notificação de débito

2.1 Por ausência de pressupostos de admissibilidade recursal.

Nº	PROCESSO	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	EMPRESA	UF
1	46215.024219/2005-01	505.521.709	Café e Bar Estrela da Paz Ltda.	RJ
2	46231.000497/2006-47	505.692.449	Centro de Estudos Valladares SC.	RJ
3	46215.001999/2008-55	506.009.718	Chez - Yunes Produtos Alimentícios Ltda.	RJ
4	46215.027431/2005-11	505.532.352	Colégio Machado de Oliveira Ltda.	RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5	46215.024917/2007-60	505.920.859	Instituto Metodista Bennett	RJ
6	46232.003554/2005-59	505.580.152	MC do N Alves Padaria - ME	RJ
7	46215.033575/2006-98	100.083.609	Natan Jóias S.A.	RJ
8	46215.001661/2008-01	506.010.198	Novezala Recursos Humanos Ltda.	RJ
9	46666.001260/2005-92	505.498.855	Rádio Jornal de Paraíba do Sul S/C Ltda. ME	RJ
10	46228.001647/2007-70	505.967.120	Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas	RJ

1.5 Pela nulidade e arquivamento do recurso de auto de infração ou notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46208.008876/2009-15	016749375	Cenec Engenharia e Empreendimentos Ltda.	GO
2	46208.008877/2009-60	016749383	Cenec Engenharia e Empreendimentos Ltda.	GO

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	47747.000526/2009-76	019152124	Drogaria Araújo S.A.	MG

2.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46218.009560/2010-65	506.391.981	Inequil Máquinas para Lavanderia Ltda.	RS

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	47533.004151/2001-71	2896	Sertão Conveniências Ltda.	PR
2	46293.002223/2001-53	038998	Sociedade Beneficente Hospitalar de Ibiporã	PR
3	46666.000154/2009-15	506.188.159	Agro Pecuária São Lourenço Ltda.	RJ
4	46232.000044/2009-53	506.185.605	Associação dos Ex Alunos dos Colégios Militares	RJ
5	46869.004838/2002-33	505.052.091	Avignon Produtos Alimentícios Ltda. ME	RJ
6	46215.456492/2009-16	506.203.948	Bragança Rei Vidros Ltda.	RJ
7	46313.002598/2008-12	506.184.099	DB Pinheiro Cabeleireiros	RJ
8	47427.000920/2007-65	505.902.699	Five Stars de Macaé Serviços de Petróleo Ltda.	RJ
9	46232.003083/2008-21	506.123.936	Juércio Neves Assessorias Contábeis Ltda.	RJ
10	46666.000317/2008-89	506.011.216	Mercado Baruk Ltda. ME	RJ
11	46334.002433/2008-94	506.106.047	Padaria e Confeitaria Guingu Ltda.	RJ
12	46231.000238/2005-35	505.471.329	Sprint Indústria e Comércio de Roupas Ltda.	RJ
13	46215.030930/2005-96	505.541.998	Trans Net Work Serviços para Transportes Ltda.	RJ
14	46740.000933/2005-57	100.065.881	Transporte Santa Maria Ltda.	RJ

3) Pelo arquivamento em razão de:
3.1 - Incidência da prescrição prevista §1º do art. 1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46391.000004/2006-36	011863790	2º Tabelionato de Notas e Protesto da Cidade de Caçapava	SP
2	47999.000622/2008-71	015317781	Angra Assessoria e Apoio Empresarial Ltda	SP
3	46250.004457/97-49	24910485	Construtora Varca Scatena Ltda	SP
4	46250.004458/97-10	24910484	Construtora Varca Scatena Ltda	SP
5	46250.000919/93-15	173041562	Eletroceramica Tee Ltda	SP
6	46393.000116/2007-58	013528653	Empreiteira Tecplus Ltda	SP
7	46393.000117/2007-01	013528661	Empreiteira Tecplus Ltda	SP
8	46393.000118/2007-47	013528718	Empreiteira Tecplus Ltda	SP
9	46393.000120/2007-16	013528611	Empreiteira Tecplus Ltda	SP
10	46393.000121/2007-61	013528696	Empreiteira Tecplus Ltda	SP
11	46393.000122/2007-13	013528629	Empreiteira Tecplus Ltda	SP
12	46393.000126/2007-93	013528726	Empreiteira Tecplus Ltda	SP
13	46393.000127/2007-38	013528700	Empreiteira Tecplus Ltda	SP
14	47999.004403/2006-08	013518291	Euro Play Diversões Com. e Serviços Ltda.	SP
15	47999.001760/2006-14	011959070	Guaibê Engenharia Ltda	SP
16	47999.001831/00-85	000415961	Serli Marisi Sae Me	SP
17	46250.000333/97-94	144782476	Serviço Social da Indústria Sesi	SP
18	47999.001825/00-28	000415936	Suzete Salomão Me	SP

3.2- Remissão prevista no art. 14 da Lei 11.941/2009.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46211.013427/98-61	000842656	Antonio Modesto de Freitas Imóveis	MG
2	46211.011974/98-01	000852503	Bar e Restaurante M & L Santos Ltda	MG
3	46211.007635/98-02	011231421	Bar e Restaurante Nomato e Tavares Ltda	MG
4	46211.017341/97-17	027626031	Baronesa Comercio e Inidustria Ltda - Frangobel	MG
5	46211.005281/94-39	013047470	Bizarro Scoth Bar e Restaurante Ltda	MG
6	46211.010254/97-58	024660145	Bolivar E Cunha Empreend. Ltda	MG
7	46211.002303/98-97	226400126	Bom Bordado Ltda	MG
8	46211.008050/98-56	000839540	C M M Comércio e Empreendimentos Ltda	MG
9	46211.009230/96-10	022632052	Café e Cultura Ltda	MG
10	46211.014871/97-96	017320198	Comercial Herculano Borges Ltda	MG
11	46211.013900/93-23	130121302	Comércio de Bebidas Oeste Ltda	MG
12	46211.011961/98-51	000864129	Complexo B - Bar e Restaurante Ltda	MG
13	46211.018002/96-78	028317536	Compoart Editorial Ltda	MG
14	46211.018003/96-31	018317537	Compoart Editorial Ltda	MG
15	46211.017335/96-25	246430130	Condomínio do Ed. Solar	MG
16	46211.009780/94-41	012983344	Condomínio Myriam	MG
17	46211.008211/96-21	024783036	Conerb Construções e Estruturas Metálicas	MG
18	46211.019771/96-48	004286301	Confecções Cerwak Ltda	MG
19	46211.011304/96-89	277820035	Confecções Lígia Nogueira Ltda	MG
20	46211.014549/97-01	247910163	Confecções Sagg Ltda Me	MG
21	46211.014545/97-42	247910166	Confecções Saigg Ltda	MG
22	46211.004673/95-34	012989050	Confecções Signo's Ltda	MG
23	46211.008852/96-86	263870117	Confeitaria Germanica Ltda	MG
24	46211.013271/96-01	023108081	Confeitaria Germanica Ltda	MG
25	46211.013272/96-65	023108080	Confeitaria Germanica Ltda	MG
26	46211.009872/98-91	000834084	Construtora Alencastro Ltda	MG
27	46211.002016/96-33	021105006	Construtora Amaral Moreira Ltda	MG
28	46211.002017/96-04	021105007	Construtora Amaral Moreira Ltda	MG
29	46211.015547/98-94	000857718	Construtora Axial Ltda	MG
30	46211.003680/99-98	000906999	Eletro Brasil Sociedade Ltda	MG
31	46211.005355/98-05	004316309	Eletro Paranaiba Ltda	MG
32	46211.008908/96-39	007579533	Eletrônica Exata Ltda	MG
33	46211.013778/96-74	019275145	Eletrônica Exata Ltda	MG
34	46211.011878/98-18	000835421	Empreiteira N. M. Ltda	MG
35	46211.009808/96-20	024961080	Escoratec Ltda	MG
36	46211.003831/96-29	024988032	Expansão Conservação e Administração Ltda	MG
37	46211.016159/96-69	166080107	Explomont Locação e Serviços Ltda	MG
38	46211.006347/98-12	226240263	Expresso Verona Ltda	MG
39	46211.018370/98-23	000872211	José Duarte Moraes Consult. Odontológico	MG
40	46211.003683/96-33	022020019	La Katita Expresso Pizza Ltda	MG
41	46211.014274/98-98	001110225	Lanchonete e Rest. Magalhaes Ltda	MG
42	46211.009743/98-48	000825883	Lespace Promoções Ltda	MG
43	46211.015992/96-65	001910500	Malha Serigrafia Ltda	MG
44	46211.005543/97-26	220470102	Mapress Manutenções Ltda	MG
45	47747.000119/2001-10	004861752	Marcotec Organização Contabil Ltda	MG
46	46211.018206/97-07	300675875	Michel Weinberg	MG
47	46211.004520/99-57	000914843	Minas Fotografia Ltda	MG
48	46211.003364/96-55	024813033	Mobilier Ind. e Representações Mov. Ltda	MG
49	46211.011408/96-84	263870135	Motoaero Ltda	MG
50	46211.007406/97-26	226240147	Mt Ind. Calc e Acessorios	MG
51	46211.007123/97-10	094901252	Oftal Center Ltda	MG
52	46211.005932/96-15	024988069	Olendina de Jesus Pimenta Tonov	MG
53	46211.017427/97-22	004316294	Oliveira e Senhorini Ltda	MG
54	46211.017428/97-95	004316293	Oliveira e Senhorini Ltda	MG
55	46211.017422/97-17	159700085	Organizações Timpanas Ltda	MG
56	47747.00314/2001-31	004893930	Organizações Valter Ltda	MG
57	46211.020095/96-91	263870197	Padaria Bolo Paes Ltda	MG
58	46211.011860/96-82	015970053	Padaria Confeitaria e Lanch. Padre Eustáquio Ltda	MG
59	46211.020450/96-31	094901193	Padaria e Confeitaria Bebelita Ltda	MG
60	46211.006348/99-58	000946818	Padaria Mister Pão Ltda	MG
61	46211.009201/98-75	000841111	Padaria Mister Pão Ltda	MG
62	47747.001237/99-05	001041576	Pakotes e Sacolas Embalag. Esp. Ltda	MG
63	46211.003879/96-55	040089298	Palácio Dos Móveis Máquinas para Escritório e Residências Ltda	MG
64	46211.001541/97-59	226400039	Pão de Queijo Guto's Ltda	MG
65	46211.003539/95-16	130220404	Posto Arizona Ltda	MG
66	46211.011745/94-82	128591331	Posto Maverauto Ltda	MG
67	46211.010285/98-62	000852554	Posto Saramenha Ltda	MG
68	46211.006389/96-92	004251119	Posto Zero Quarenta Ltda	MG
69	46211.013385/96-51	002311608	Primos Madeira Ltda	MG
70	46211.002494/95-44	129291003	Pronaic Edições Culturais Ltda	MG
71	47747.001079/2001-15	004947533	Red Lips Comercial Ltda	MG
72	47747.002021/00-19	000929883	Reformadora de Onibus Santos Ltda	MG
73	46211.002606/95-76	130220362	Siderúrgica Globo Ltda	MG
74	46211.002607/95-39	130220361	Siderúrgica Globo Ltda	MG
75	46211.014470/93-11	012972155	Sussumo Kakau - Fazenda N. Sra. Aparecida	MG
76	46211.003918/98-77	276930231	Tc Marmore Sintetico Ltda	MG
77	46211.011016/95-43	018317431	Transper Processamento e Serviços Ltda	MG
78	46211.002432/96-78	002109014	Transportadora Raam Ltda	MG
79	46211.006879/96-61	025267027	Vantec Esquadrias de Aluminio Ltda	MG
80	46211.001803/96-12	094901075	Vitoria Moda Feminina	MG
81	46211.002120/95-74	012870506	Widness Ind. e Comércio Ltda	MG
82	47747.004969/00-27	004852095	Wl Ind Comercio Paes Especiais Ltda	MG
83	46211.019008/97-71	264090220	Wm Contabilidade e Consultoria Ltda	MG
84	47747.003326/00-10	001039644	Wm Willian Movies São Judas Tadeu Ltda	MG
85	46211.016211/96-87	220390115	Zb Prestadora de Serv. Ltda	MG
86	46262000279/2002-11	8775028	Casa de Carnes Hot ltda	SP
87	46262004576/2001-55	6035213	Casa de Carnes Hot ltda	SP
88	46262.001223/2001-01	4329163	Casa de Carnes Maringá do ABC ltda	SP
89	46262.004608/2000-31	4290593	Casa de Carnes Maringá do ABC ltda	SP
90	46262.001627/2001-97	4328876	Casa Vaccari ltda	SP
91	46262.005223/00-91	4326610	Casa Vaccari ltda	SP
92	46262.001946/2002-83	8780005	Celi de Oliveira Garcia Me	SP
93	46262.001947/2002-28	8779996	Celi de Oliveira Garcia Me	SP
94	46262.003734/2002-31	8788588	Centro Educacional Impar s/c ltda	SP
95	46262003444/2002-97	8784248	Centro Educacional Impar s/c ltda	SP
96	46262.001809/2002-49	8779953	CIC Informática e Contábil s/c ltda	SP
97	46262.003668/2002-07	8786411	CIC informática e contábil s/c ltda	SP
98	46262003225/2002-16	8783969	City Clean Serviços ltda	SP
99	46262002450/2002-27	8780111	CM2 - Com de Medicamento hospitalar ltda	SP
100	46262.004368/2002-37	8789738	CML com de medicamento hospitalar ltda	SP
101	46262.004689/2001-51	8770018	Comercial Glicério do ABC ltda	SP
102	46262.004762/2001-94	8770077	Comercial Glicério do ABC ltda	SP
103	46262.001104/2002-21	8772673	Curuça Execução de Interiores Ltda	SP
104	46262.003611/2002-08	8787280	Curuça Execução de Interiores Ltda	SP
105	46262.001658/2001-48	4334272	D.A.T Alves e Cia ltda	SP
106	46262.003601/2001-83	6033652	D.A.T Alves e Cia ltda	SP
107	46262.003872/2002-10	8789002	Dias e Guagneli ltda	SP
108	46262.003874/2002-17	8788987	Dias e Guagneli ltda	SP
109	46262.003875/2002-53	8788979	Dias e Guagneli ltda	SP
110	46262.001047/2002-81	8778108	Dipeso ind mecânica ltda	SP
111	46262.001049/2002-70	8778124	Dipeso ind mecânica ltda	SP
112	46262001048/2002-25	8778116	Dipeso ind mecânica ltda	SP
113	46262.002172/2002-16	8780471	Disk - Pastel O Caipira ltda	SP
114	46262.002411/2002-20	8784531	Disk - Pastel O Caipira ltda	SP
115	46262.001140/2001-12	4327659	Droga Lyria Ltda ME	SP
116	46262.001141/2001-59	4327667	Droga Lyria Ltda ME	SP
117	46262.004710/2000-37	4292693	Droga Lyria Ltda ME	SP
118	46262.001896/2001-53	4326482	Drogaria Pulsar ltda	SP
119	46262.001897/2001-06	4326491	Drogaria Pulsar ltda	SP
120	46262000352/2001-74	4329091	Drogaria pulsar ltda	SP
121	46262.005215/2000-45	4294092	Drogaria Taunay ltda - ME	SP
122	46262.005216/2000-90	4294106	Drogaria Taunay ltda - ME	SP
123	46262.000436/2002-99	8770450	Duck Choperia ltda ME	SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

124	46262.004318/2001-79	8770310	Duck Choperia ltda ME	SP
125	46262.004320/2001-48	8770298	Duck Choperia ltda ME	SP
126	46262.003227/2001-16	6030181	Dulargás com de gás e acessórios ltda	SP
127	46262.003649/2001-91	6030254	Dulargás com de gás e acessórios ltda	SP
128	46262.004775/2001-63	8772321	Dulargás com de gás e acessórios ltda	SP
129	46262.004552/2001-04	8770841	Fiocon Ind e Com ltda	SP
130	46262.002723/2000-71	4288351	Florencio e Negri Ltda	SP
131	46262.001801/2001-00	4294246	Floricultura Flores do Oriente Ltda	SP
132	46262.003311/2001-30	6030726	Franchin e Machia Com de Roupas e Acess	SP
133	46262.003561/2002-51	8782741	Fundação de Assist à Inf de Santo André	SP
134	46262.005225/2000-81	4326300	Garnevi Com de Mat para construção	SP
135	46262.000744/2001-33	4326369	Garplas Ind e Com de Plásticos Ltda	SP
136	46262.004003/2002-11	8790019	GNG Lavanderia s/c Ltda ME	SP
137	46262.004250/2001-28	8770662	Ind e Com de Artefatos Plásticos Nilce Ltda	SP
138	46262.004400/2002-84	8789754	Inter School Idiomas S/C Ltda	SP
139	46262.001562/2002-61	8777691	Jair Candido da Silva Anunciação	SP
140	46389.000308/99-80	264091	Joaquim Arnaldo Dias	SP
141	46262.002874/2000-68	276341	José Aparecido da Silva de Coração ME	SP
142	46262.003639/2001-56	6033245	José Roberto Campos Lima	SP
143	46262.001629/2002-67	8781788	PRB Entregadora Express S/C ltda	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu, tornar nula a decisão publicada no DOU de 15/02/2011 e pelo arquivamento pela ocorrência da prescrição prevista no art. 1ºA da lei nº 9.873/99.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46211.014727/97-50	027900017	Fábio Alves Machado	MG
2	46211.000318/96-21	0278040030	Fábio Alves Machado	MG

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu:

a) Declarar nula a decisão de anterior da CGR.

b)Conhecer e negar provimento ao recurso voluntário, para manter a decisão de procedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46016.04694/2008-41	019212831	Usina Central de Paraná S.A. Agricultura Ind. e Comércio	PR
2	46016.004734/2008-55	019212666	Usina Central de Paraná S.A. Agricultura Ind. e Comércio	PR

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

Em 6 de dezembro de 2011

Análise de Impugnação.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 186/08 e Nota Técnica nº 245/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE resolve remeter para procedimentos de autocomposição as seguintes entidades: STR Angelândia/MG - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angelândia/MG, processo de pedido de Registro Sindical n° 46211.011587.2007-82, CNPJ: 09.060.854/0001-38, SINDEX/MG - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Vegetal, Carvoejamento, Reflorestamento e Similares do Estado de Minas Gerais, processo apenso de impugnação nº. 46000.025918.2009-17 CNPJ: 08.420.470/0001-16; STRCA - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha e Angelândia, CNPJ: 21.248.729/0001-51, Processo nº. 46000.001443/97-42, de acordo com o art. 11 e art. 12, inciso I da Portaria 186/2008.

Arquivamento.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46000.024619/2006-12
Entidade	Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins.
CNPJ	34.063.305/0001-64
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 1167/2011/DICNES/CGRS/SRT/DICNES

Processo	46000.010921/2003-32
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores Familiares de Mateus de Leme, Florestal, Igarapé, Juatuba e São Joaquim de Bicas.
CNPJ	18.299.826/0001-69
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 1168/2011/DICNES/CGRS/SRT/DICNES

Processo	46212.004862/2011-88
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas em Empresas Prestadoras de Serviços do Estado do Paraná - SINDASPP/PR.
CNPJ	79.583.241/0001-60
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 1172/2011/DICNES/CGRS/SRT/DICNES

Processo	46000.021088/2010-84
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Morada Nova
CNPJ	07.677.669/0001-61
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 1173/2011/DICNES/CGRS/SRT/DICNES

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46219.000892/2011-55
Entidade	Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens ou Transportador Rodoviário Autônomo de Cargas em Geral de Araras e Região - SINDCAM-ARARAS
CNPJ	12.972.701/0001-71
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 1169/2011

Processo	46223.002264/2011-45
Entidade	Sindicato dos Arrumadores no Comércio Armazenador e Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Zé Doca-MA
CNPJ	12.122.354/0001-98
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 1170/2011

Processo	46208.011003/2009-90
Entidade	Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Município de Morrinhos e Região - SAFER/MORRINHOS - GO.
CNPJ	11.393.702/0001-07
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 1171/2011

Processo	46224.001211/2011-05
Entidade	Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Administradoras de Consórcios, Concessionárias e Distribuidoras de Veículos da Grande João Pessoa - Pb
CNPJ	13.001.546/0001-09
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 1174/2011.

Processo	46211.003772/2009-65
Entidade	Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de São Sebastião do Paraíso.
CNPJ	10.883.456/0001-09
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 1175/2011.

Processo	46223.004426/2007-01
Entidade	STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Serrano do Maranhão.
CNPJ	03.423.206/0001-12
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 1176/2011.

Processo	46221.001535/2011-65
Entidade	SINDSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Poço Verde
CNPJ	06.087.629/0001-05
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 1177/2011.

Processo	46201.000982/2011-35
Entidade	SINTFUN/AL - Sindicato dos Trabalhadores Prestadores de Serviços Funerários, Públicos e Privados do Estado de Alagoas
CNPJ	13.230.619/0001-34
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 1178/2011.

Pedido de Alteração Estatutária.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46205.012958/2010-28
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Paraíba - Ceará.
CNPJ	12.460.515/0001-53
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Paraipaba- CE

Categoria Profissional-Trabalhadores e Trabalhadoras rurais: os assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural: e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, extrativistas, aposentados (as) e pensionistas rurais.

Processo	46000.013444/2001-03
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal - STR-PONTAL
CNPJ	55.111.413/0001-35
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Pontal -SP

Categoria Profissional-Trabalhadores e Trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, extrativistas, os aplicadores de defensivos agrícolas, todos assim definidos nos termos do art. 2° da Lei n° 5.889/73 combinado com o art. 1° do Decreto Lei 1.166/71 e da Convenção 141 da OIT

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Em 9 de novembro de 2011

Arquivamento.

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46220.000162/2011-15
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Iporã do Oeste /SC - SINTRAF
CNPJ	78.486.305/0001-42
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 1182/2011/DICNES/CGRS/SRT/DICNES

Arquivamento.

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46223.002396/2009-52
Entidade	SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de São Bento
CNPJ	10.418.236/0001-04.
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 1181/2011

ANDRÉ LUIS GRANDIZOLI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 87, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera a Portaria SRTE/ES nº 87, de 13 de outubro de 2009, que dispõe sobre os procedimentos gerais para emissão de Certidões.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais, resolve:

Art. 1º Os Artigos primeiro e sétimo da Portaria SRTE/ES nº 87, de 13 de outubro de 2009, publicada no DOU nº 199, Seção I, pags. 83 e 84, de 19 de outubro de 2009, serão acrescidos dos seguintes parágrafos:

Art. 1º .....

Parágrafo Único - A Certidão de Débito Salarial também será emitida pela GRTE/ES - Gerência Regional do Trabalho e Emprego, em sua área de abrangência.

Art. 7º.....

§ 1º - Na Gerência Regional do Trabalho e Emprego, a Certidão de Debito Salarial será emitida pelo Setor de Inspeção do Trabalho após a conclusão das diligências necessárias.

§ 2 º - Na ausência do Chefe do Setor de Inspeção do Trabalho, a Certidão de Débito Salarial será emitida pelo Gerente Regional do Trabalho e Emprego.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

2ª - Proposta

(Anexos II e III) Alteração

"...lavrei a presente certidão assinada pelo Chefe do Setor de Fiscalização do Trabalho/Chefe do Setor de Inspeção do Trabalho da Gerência Regional do Trabalho e Emprego em _____- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Espírito Santo. (local e data)."

3ª - Proposta

(Art. 9º e Anexos IV à IX) Retificação

3.1 Art. 9º.....(Anexo III).

3.2 "... lavrei a presente certidão assinada pelo Chefe da Seção de Multas e Recursos, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Espírito Santo. (Local e data)."

ENÉSIO PAIVA SOARES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de novembro de 2011

Processo: 46232.004509/2011-60.

À vista do Despacho da Seção de Relações do Trabalho, às fls. 07, e usando da competência que me foi delegada no Artigo 1° da Portaria SRT/MTE N° 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio do mesmo exercício, HOMOLOGO A ALTERAÇÃO DO "PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA", publicado no DOU do dia 07 de janeiro de 2005, Seção I, processo 46232.003242/2004-64.

ANTÔNIO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 196, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo Nº. 46255.000551/2011-43 resolve conceder autorização à empresa: PLASTAMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA., para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado na Rua José Piovesan Filho, nº 52, Bairro Caxambu, na cidade de Jundiaí, Estado: São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto N.º 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes das alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do Trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 197, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos dos processos n.º 46262.003907/2011-10, conceder autorização à empresa: SOMA SOLUÇÕES MAGNÉTICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita nos CPNJ sob o nº 54.472.873/0001-26, situada aruá Engenheiro Lorenzetti, nº 78, Bairro: Barro Branco, Município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de março de 2013, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados são os constantes às fls. 04 e 05, sendo para os 1º, 3º e 3º turnos de trabalho. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de dezembro de 2011

Processo: 46226.005979/2011-20.

À vista do Despacho da Seção de Relações do Trabalho, às fls. 44, e usando da competência que me foi delegada no Artigo 1° da Portaria SRT/MTE N° 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio do mesmo exercício, HOMOLOGO O PLANO DE CARREIRA DOCENTE - PCRD e do PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA OBJETIVO DO TOCANTINS com abrangência a todos os empregados da MANTENEDORA e da MANTIDA".

ILDEMAR BARBOSA

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.302, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA A EMPRESA CME COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., A OPERAR, POR PRAZO INDETERMINADO, COMO EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO, NA NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50301.002632/2011-52 e tendo em vista o que foi deliberado na 305ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 1º de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa CME COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., CNPJ nº 32.300.758/0001-31, com sede na Av. Brasil, nº 20.201, Coelho Neto, Rio de Janeiro - RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 807, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º , inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, à vista dos elementos constantes do processo nº 50301.002632/2011-52 e tendo em vista o que foi deliberado na 305ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 1º de dezembro de 2011, resolve:

I - Autorizar a empresa CME COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., CNPJ nº 32.300.758/0001-31, doravante denominada Autorizada, com sede na Av. Brasil, nº 20.201, Coelho Neto, Rio de Janeiro - RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação ou revogação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, incisos I, II e III, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 19, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 2007 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 20, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 174, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50515.072773/2011-27, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/SP, no km 070+200m, na Pista Sul, em Mairiporã/SP, de interesse do Sr. Clóvis Nagib Taiar.

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, o Sr. Clóvis Nagib Taiar deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º O Sr. Clóvis Nagib Taiar não poderá iniciar a construção do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Fernão Dias S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dias S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º O Sr. Clóvis Nagib Taiar assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º O Sr. Clóvis Nagib Taiar deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso o Sr. Clóvis Nagib Taiar verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fernão Dias S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à Autopista Fernão Dias S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Sr. Clóvis Nagib Taiar deverá apresentar, à URSP e à Autopista Fernão Dias S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A construção de acesso autorizada não resultará em receita extraordinária para a Concessionária.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Sr. Clóvis Nagib Taiar abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 175, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50500.013011/2009-33, resolve:

Art. 1º Autorizar novo prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão das obras de construção de acesso no km 314+500m, na Pista Norte da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/RJ, no município de São Gonçalo/RJ, com o conseqüente alargamento da Ponte sobre o Rio Maribondo, de interesse do Exclusivo Posto e Serviços Ltda..

Art. 2º Ratificar as recomendações contidas na Portaria n.º 053/2011/SUINF/ANTT, de 06 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2011.

Art. 3º O novo prazo autorizado será contado a partir da data do Ofício que der conhecimento sobre a publicação desta Portaria à Autopista Fluminense S/A.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 176, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50510.011407/2011-41, resolve:

Art. 1º Autorizar a reforma para adequação de acesso localizado na faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, no km 942+000m, na Pista Norte, em Extrema/MG, de interesse do Auto Posto Leitão a Pururuca.

Art. 2º Na reforma e conservação do referido acesso, o Auto Posto deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º O Auto Posto não poderá iniciar a reforma para adequação do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Fernão Dias S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dias S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º O Auto Posto assumirá todo o ônus relativo à reforma, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º O Auto Posto deverá concluir a obra de reforma do acesso no prazo de 05 (cinco) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso o Auto Posto verifique a impossibilidade de conclusão da obra de reforma para adequação do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fernão Dias S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à Autopista Fernão Dias S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Auto Posto deverá apresentar, à URMG e à Autopista Fernão Dias S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A reforma para adequação do acesso autorizada não resultará em receita extraordinária para a Concessionária.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Auto Posto abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 456, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso III, art. 1º , da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.141642/2004-13, resolve:

Art. 1º Homologar a renovação da Licença Complementar 004/2004-ANTT, para prestação do serviço regular de transporte rodoviário internacional de passageiros entre a República do Paraguai e a República Federativa do Brasil, à empresa paraguaia NUESTRA SEÑORA DE LA ASUNCIÓN - C.I.S.A. referente à operação da linha Asunción (PY) - Foz do Iguaçu (BR) serviço de carro leito "ejecutivo," com tráfego pela fronteira Ponte Internacional da Amizade.

Parágrafo único. O prazo de vigência da referida licença é até 13 de setembro de 2017, com base na Resolução nº 227, de 13 de setembro de 2010, expedida pelo Conselho da Dirección Nacional de Transporte - DINATRAN da República do Paraguai; no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT; na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; no Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e nos Acordos Bilaterais Brasil/Paraguai.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 457, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso III, art. 1º , da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.112467/2003-66, resolve:

Art. 1º Homologar a renovação da Licença Complementar 002/2004-ANTT, para prestação do serviço regular de transporte rodoviário internacional de passageiros entre a República do Paraguai e a República Federativa do Brasil, à empresa paraguaia NUESTRA SEÑORA DE LA ASUNCIÓN - C.I.S.A. referente à operação da linha Conjunto Habitacional Itaipu (PY) - Conjunto Habitacional Itaipu (BR) "Intervillas," com tráfego pela fronteira Ponte Internacional da Amizade.

Parágrafo único. O prazo de vigência da referida licença é até 13 de setembro de 2017, com base na Resolução nº 228, de 13 de setembro de 2010, expedida pelo Conselho da Dirección Nacional de Transporte - DINATRAN da República do Paraguai; no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT; na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; no Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e nos Acordos Bilaterais Brasil/Paraguai.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 28, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Ref. Peças de Informação nº 1.35.000.001533/2011-07

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes das presentes peças de informação;

Instauro o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

PEÇAS DE INFORMAÇÃO: representação nº 042/2011 da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS): órgãos públicos da administração direta, indireta e fundacional da União, Estados e Municípios.

RESUMO: Apurar possível falta de critérios na obrigatoriedade de reserva de cargos e empregos na Administração Pública, para pessoas com deficiência.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Oficie-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, solicitando informações sobre a existência de material disponível, por parte do Grupo de Trabalho "Inclusão para pessoas com deficiência", a respeito do tema.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

PABLO COUTINHO BARRETO

PORTARIA Nº 40, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, lotada na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 1.20.002.000088/2011-62, para apurar possíveis irregularidades na carga horária e condições de trabalho dos servidores da FUNAI - Fundação Nacional do Índio que trabalham na região norte de Mato Grosso, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federa (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia PFDC, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção da seguinte diligência: oficiar a FUNAI/MT, com cópia do termo de declarações nº 44/2011, para que, no tocante aos servidores que trabalham na região norte de Mato Grosso, forneça a relação nominal, seus postos de trabalho, horário de trabalho/escala (com cópia do livro ponto de janeiro até o presente), bem como se manifeste sobre as condições dos locais onde prestam serviços e a disponibilização do mínimo necessário com alimentação, remédios, comunicação e acesso.

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PORTARIA Nº 43, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º;

Resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL nº 1.34.006.000418/2011-94 com o objetivo de apurar eventual irregularidade cometida pela empresa aérea LAN PERU contra os direitos das pessoas com deficiência visual usuárias de cães-guia no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos.

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à PFDC do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 - CSMPF;

3) Afixe-se no local de costume;

4) Oficie-se à ANAC e à empresa aérea, solicitando informações, bem como oficie-se ao autor;

5) Após, tornem conclusos.

MATHEUS BARALDI MAGNANI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 44, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Referência: Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000222/2011-54. Conversão em Inquérito Civil Público. Reclamante: Sob Sigilo. Reclamado: Clínica UNIRIM

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a-) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República;

b-) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993;

c-) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d-) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e na Resolução n.º 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

e-) considerando os elementos constantes nos presentes autos; resolve:

Converter os presentes autos sob o n.º 1.11.000.000222/2011-54 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 4°, §4° da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

a) objeção supostamente injustificada por parte da Clínica UNIRIM em realizar transplante renal em pacientes de idade avançada.

Determinar a publicação desta portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Alagoas, nos termos do que prevê o art. 7, IV, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e a remessa de cópia para publicação no Diário Oficial, nos termos do artigo 5º, VI, e artigo 16, § 1º, I, da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 6º da Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Realize-se os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 56, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade Uruguaiana/RS, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 6º, inciso VII, d, da Lei Complementar 75/1993);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública quanto, dentre outros, aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde, conforme dicção do art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993;

CONSIDERANDO que a saúde está alçada à categoria de direito social pelo artigo 6º da Constituição Federal, sendo o seu cuidado competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme o inciso II do artigo 23 da Carta;

CONSIDERANDO que a principiologia do Serviço Único de Saúde - SUS envolve a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Lei nº 8.080/1990;

CONSIDERANDO que o custeio, no nível municipal, do serviço de saúde advém do Fundo Municipal de Saúde, que, por sua vez, recebe verbas do Fundo Nacional, de natureza federal, conforme dispõe a Lei nº 8.142/1990, o que deixa claro o interesse da União na correta aplicação das subvenções repassadas às demais esferas federativas;

CONSIDERANDO o inquérito policial nº 5001999-33.2010.404.7103, o qual trata de inúmeros delitos relacionados à medicamentos e materiais de saúde, praticados, dentre outros, pelo responsável do Almoxarifado dos medicamentos da Secretaria de Saúde de Uruguaiana/RS, os quais não foram sequer entregues por parte da empresa Sulmedi;

CONSIDERANDO que ao acompanhar o andamento do referido inquérito e inclusive oitivas e termos de depoimento perante a Polícia Federal de Uruguaiana, tem-se conhecimento de que o Almoxarifado de medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde de Uruguaiana/RS está alocado em sala de ínfimo espaço, com grande desorganização e carência de recursos humanos e materiais, em estado que beira uma situação caótica;

CONSIDERANDO que o referido Almoxarifado concentra todas as medicações que aportam, mediante licitação, no Município, para posterior distribuição aos Postos de Saúde, pelo que seu funcionamento há de se guiar pela máxima eficiência, a fim de que não faltem ou se percam remédios, inclusive quanto ao controle de seu prazo de validade e eficiência da distribuição;

CONSIDERANDO todos os óbvios e nefastos efeitos negativos à saúde pública advindos de desorganização no controle e estocagem de medicamentos, além da premência de que se reveste o tema da saúde;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve:

Instaurar, ex officio, INQUÉRITO CIVIL, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, com o seguinte objeto: Saúde. Secretaria Municipal de Saúde de Uruguaiana/RS. Almoxarifado. Desorganização.

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes diligências iniciais:

a) autue-se e registre-se a presente Portaria de Instauração;

b) comunique-se à PFDC, no prazo determinado e nos termos do art. 6º c/c o art. 16, da Resolução 87/2006, enviando cópia desta Portaria por correio eletrônico, a fim de que seja dada a devida publicidade;

c) anote-se o prazo inicial de um ano para a conclusão do presente, nos termos do art. 15 da Resolução 87/2006 do CSMPF;

d) realize-se diligência junto ao almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Uruguaiana/RS, realizando-se levantamento fotográfico e certificando-se o constatado;

e) após, voltem conclusos.

LARA MARINA ZANELLA MARTÍNEZ CARO´

PORTARIA Nº 336, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Inquérito Civil Público nº 1.29.002.000166/2011-01. Interessados: Ministério da Educação e Cultura, Universidade Federal de Santa Catarina. Assunto: DIREITOS DO CIDADÃO - Apurar a regularidade do credenciamento da Universidade Federal de Santa Catarina para oferta de cursos superiores na modalidade à distância no município de São Francisco de Paula

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando que, em pesquisa realizada no Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para Educação a Distância e Polos de Apoio Presencial - SIEAD, disponível em http://siead.mec.gov.br, verificou-se que o credenciamento da instituição Universidade Federal de Santa Maria para oferta de cursos superiores na modalidade a distância no município de São Francisco de Paula expirou em 08/05/2008, estando em processo de recredenciamento junto ao MEC;

Considerando que restam pendentes informações por parte da Universidade relativas ao processo de recredenciamento e esclarecimentos adicionais acerca da situação em questão;

Considerando a necessidade de maior aprofundamento das investigações dos fatos apontados e tendo em vista o exaurimento do prazo de encerramento deste procedimento administrativo; resolve:

Converter o Procedimento Administrativo n.º 1.29.002.000166/2011-01 em Inquérito Civil Público objetivando a regular e legal coleta de elementos visando à apuração dos fatos mencionados.

À Subcoordenadoria Jurídica, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

- Comunique-se à PFDC a conversão deste PA em Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I dessa.

Após cumpridas as determinações, e recebidas as informações pertinentes, venha o procedimento concluso para deliberação.

FABIANO DE MORAES

PORTARIA Nº 64, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011

Converte o Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com o fito de acompanhar a regularidade das obras de construção do Conjunto Habitacional Candelária, da Prefeitura de Porto Velho/RO, nos bairros Marcos Freire, Triângulo e Mariana (Projeto Candelária).

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e institucionais, e

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

Considerando que à Administração Pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cabe a obediência irrestrita aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos de aplicação inconteste na prestação de serviço públicos por seus servidores;

Considerando a existência do Procedimento Administrativo nº. 1.31.000.000579/2010-69 que tramita junto a esta PRDC, cujo objeto é acompanhar as obras de construção e a regularidade do Conjunto Habitacional Candelária, da Prefeitura de Porto Velho/RO, nos bairros Marcos Freire, Triângulo e Mariana (Projeto Candelária);

Considerando as denúncias veiculadas, através da imprensa escrita deste Estado, que revelam possível abandono de obra destinada à edificação de moradias a qual beneficiaria cerca de 200 (duzentas) famílias, localizada no bairro Marcos Freire em Porto Velho/RO, financiada quase que exclusivamente por recursos federais;

Considerando o Ofício nº 211/CMFO/GAB/SEMPRE expedido pela Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais da Prefeitura de Porto Velho/RO que informou tratar-se da construção do Conjunto Habitacional Candelária executado nos Bairros Marcos Freire, Mariana e Triângulo;

Considerando que a Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais da Prefeitura de Porto Velho/RO informou que a Empresa Elétrica Globo Ltda, originariamente contratada, teve o contrato rescindido por descumprimento de cláusulas;

Considerando que a Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais da Prefeitura de Porto Velho/RO informou que a Empresa Paraná Indústria e Construções Ltda é a nova responsável pela execução do remanescente da obra, resolve:

I - CONVERTER o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo em vista que o objeto é pertinente e objetiva-se acompanhar a regularidade das obras de construção do Conjunto Habitacional Candelária, da Prefeitura de Porto Velho/RO;II - Após a conversão, OFICIAR a Prefeitura de Porto Velho/RO para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informe a atual situação das obras de construção do Conjunto Habitacional Candelária, nos bairros Marcos Freire, Triângulo e Mariana, solicitando o seguinte:

a) Lista nominal dos beneficiários do projeto, declinando os respectivos endereços e demais meios para contato;

b) Cópia dos Contratos de Repasse dos Recursos Federais para o referido projeto;

III - Por último, dê-se ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006.

Com as respostas ou com de curso dos prazos, retornem os autos conclusos.

NÁDIA SIMAS SOUZA

PORTARIA Nº 76, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, III, da Constituição Federal, nos arts. 6º, VII, 7º, I e 39, da LC nº 75/93 e no art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, bem como considerando o disposto nas Resoluções nºs 87/06/CSMPF e 23/07/CNMP, determina a conversão da presente Peça de Informação de nº 1.25.002.002136/2011-71 em

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

para averiguar a regular atuação dos municípios das Subseções Federais de atribuição desta Procuradoria da República quanto à implantação e cadastramento dos Conselhos Municipais do FUNDEB e de Assistência Social (CMAS), adotando-se as medidas de estilo.

Proceda-se ao registro e autuação da presente. Comunique-se à Procuradoria Federal do Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, para fins de publicação oficial desta Portaria, nos termos do art. 7º, da Resolução 23/07/CNMP. Acompanhe-se o prazo inicial de 1 (um) ano, a partir desta data, para conclusão do inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

CARLOS HENRIQUE MACEDO BARA
Procurador da República

PORTARIA Nº 101, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos do cidadão (PRDC), conforme art. 1º, inciso I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO a existência do procedimento administrativo procedimento administrativo nº 1.13.000.001245/2011-10, tendo por síntese: "Denúncia de que a Faculdade Fametro estaria desrespeitando a lei 9.870/99, se recusando a expedir guia de transferência para alunos com mensalidade atrasada".

CONSIDERANDO a iminência do esgotamento do prazo máximo previsto no art. 4º, §1º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasarem a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPF 87/2010); resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONVERTER, nos termos do art. 4º, §4º, da Res. CSMPF Nº 87/2010, referido procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, para apurar suposta recusa da Faculdade Fametro em expedir guia de transferência para alunos com mensalidade atrasada, em desrespeito ao disposto no art. 6º, §2º, da Lei 9.870/99.

DESIGNAR a servidora Claudia Breves dos Santos, técnico administrativo, matrícula nº 21180, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente à COOJUR para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico; interessado: FAMETRO (representada);

2. oficie-se ao PROCON/AM para que envie cópias de reclamações correlatas ao problema denunciado envolvendo a FAMETRO e, eventualmente, outras instituições de ensino superior, esclarecendo-lhe o equívoco no envio da documentação anterior por meio do Ofício nº 207/2011-Dir/PROCON/AM, que aludiu a a escolas de ensino médio que se recusaram a entregar documentos a discentes em débito; prazo de 30 (trinta) dias.

CIÊNCIA à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

Publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos ofícios que venham a ser expedidos neste feito, atendendo-se assim, e mudando o que tem que ser mudado, à determinação do art. 9º, §9º, da Resolução CSMPF 87/2010.

ALEXANDRE SENRA

PORTARIA Nº 175, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

Interessados: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Ariane Fernandes Drilard e Ministério da Educação. Ementa: "INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - Educação - Trata-se da Denúncia Pública nº 2011.09.28.220717, feita por Ariane Fernandes Drilard, apontando possíveis irregularidades nos critérios de distribuição e concessão de bolsas de assistência estudantil pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, além de atraso no pagamento das mesmas."

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO o teor da Denúncia Pública nº 2011.09.28.220717, feita no site da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, por Ariane Fernandes Drilard, apontando possíveis irregularidades nos critérios de distribuição e concessão de bolsas de assistência estudantil pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, além de atraso no pagamento das mesmas,

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para acompanhar os fatos noticiados, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

1 - autue-se a presente Portaria;

2 - comunique-se à PFDC;

3 - expeça-se ofício à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com cópia desta portaria e da representação, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias:

a) que informe quais são os critérios adotados na seleção e escolha dos candidatos que recebem bolsa de assistência estudantil naquela instituição;

b) que informe a periodicidade, a forma e as datas em que são realizados os pagamentos das referidas bolsas, apresentando documentos que comprovem que não há atrasos, ou justificando eventuais atrasos que tenham ocorrido;

c) que encaminhe listagem com nome e números de documentos (CPF e RG) dos alunos beneficiados com bolsas de assistência estudantil.

4 - expeça-se ofício à representante, com cópia desta Portaria, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias, informações mais detalhadas sobre as pessoas que, supostamente, recebem as bolsas e não deveriam receber, além daquelas que deveriam receber e tiveram a solicitação negada pela instituição.

Após cumpridas as determinações, venham os autos em conclusão para deliberação.

CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA

PORTARIA Nº 301, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas atribuições constitucionais (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal), legais (artigo 5º, inciso II, alínea 'd', e inciso V, alínea 'a', artigo 6º, inciso VII, alíneas 'a', 'b' e 'c', e artigo 7°, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93; e artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85) e regulamentares (artigos 1° e 2° da Resolução n° 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal), e CONSIDERANDO:

1 - Que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, artigo 127, caput);

2 - Que, dentre as funções institucionais do Parquet se inscreve a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF, artigo 129, inciso III);

3 - Que, a peça informativa nº 1.29.017.000068/2011-05 foi instaurada para apurar possíveis irregularidades na remoção das famílias instaladas nas margens do Dique (Vila Dique), no Município de Canoas, onde passará parte da BR-448, cognominada Rodovia do Parque;

4 - Que, diante da falta de elementos que permitam formar a convicção ministerial necessária a justificar a adoção das medidas elencadas nos incisos I, III, IV, e VI do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87/2010, e entendendo ser, por ora, incabível e prematuro a promoção de arquivamento, deve incidir a regra do §4º do Art. 4º da Resolução CSMPF nº 87/2010, resolve:

Artigo 1o Converter a peça informativa nº 1.29.017.000068/2011-05 em Inquérito Civil Público com o objetivo de apurar, em tese, possíveis irregularidades na remoção das famílias residentes na Vila Dique, devido a construção de trecho da BR 448 - Rodovia do Parque - para condomínios populares a serem construídos pela Prefeitura Municipal de Canoas/RS.

Artigo 2o - Determinar ao Cartório Administrativo desta Procuradoria as seguintes providências:

I - atualizar os registros e o objeto do feito, comunicando-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, dentro do prazo previsto no artigo 6º da Resolução do CSMPF nº 87/2006;

II - manter controle atualizado do andamento do inquérito civil, observando as disposições da Resolução CSMPF nº 87/2010, em especial seu artigo 15;

III - após as medidas iniciais, determino:

a) seja encaminhado ofício ao consórcio gerenciador das obras da BR-448, ENECON/STE, para que encaminhe cópia dos acordos das desapropriações já realizadas nos mutirões informados às fls. 252/274, bem como a cada desapropriação futura realizada, seja encaminhado, tão logo, cópia do referido acordo;

b) aguarde-se a resposta ao ofício OF/CIV/GABPRM1-ASR Nº 262/11, encaminhado ao Prefeito Municipal de Canoas/RS.

IV - com a juntada das informações, voltem conclusos.

Registre-se.

Publique-se.

JORGE IRAJÁ LOURO SODRÉ
Procurador da República

PORTARIA Nº 419, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público n° 1.04.004.000003/2011-70

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III e VI, da CF; artigos 6°, inciso VII, alíneas "a", "c" e "d", 7°, inciso I, 8º, incisos I, II, IV, V, VII e VIII, da Lei Complementar n° 75/93; Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (artigo 129, inciso II, da CF; e artigo 5º, inciso V, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que a saúde, direito indisponível de cunho social, é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário aos serviços e ações para sua promoção, proteção e recuperação (artigo 6º c/c 196, ambos da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o teor da representação e demais elementos colacionados aos autos, os quais noticiam a existência de irregularidades na execução do Termo de Parceria n° 001/2009 (concernentes sobretudo às obrigações tributárias e trabalhistas), firmado entre a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP Instituto Sorrindo para a Vida e o Município de Cachoeirinha/RS, o qual envolve recursos federais destinados à execução do Programa Saúde da Família, SAMU e combate a endemias;

CONSIDERANDO que, nos termos do Ofício n° 1749 MS/SE/FNS, o DENASUS sugeriu o encaminhamento da demanda ao Serviço de Auditoria do SUS no Rio Grande do Sul - SEAUD/RS, a fim de decidir sobre realização de Ação de Controle referente ao referido Termo de Parceria;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, VII, "b", da Lei n° 9.790/99 - Lei das OSCIP, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as pessoas jurídicas interessadas devem ser regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre: "VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo: (...) b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão; c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento; d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal";

CONSIDERANDO, ainda, que, segundo dispõe o art. 11 da supracitada lei: "A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo";

CONSIDERANDO, por fim, o disposto no art. 12 do Decreto n° 3.100/99, que regulamenta a Lei das OSCIP, segundo o qual: "para efeito do disposto no §2º, inciso V, do art. 10 da Lei n° 9.790, de 1999, entende-se por prestação de contas relativa à execução do Termo de Parceria a comprovação, perante o órgão estatal parceiro, da correta aplicação dos recursos públicos recebidos e do adimplemento do objeto do Termo de Parceria (...)", determino:

A instauração de Inquérito Civil Público a fim de verificar a regularidade da execução do Termo de Parceria n° 001/2009, firmado entre a OSCIP Instituto Sorrindo para a Vida e o Município de Cachoeirinha/RS, adotando-se as seguintes diligências:

1. Oficie-se ao Município de Cachoeirinha/RS, tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto n° 3.100/99, que regulamenta a Lei das OSCIP, segundo o qual: "para efeito do disposto no §2º, inciso V, do art. 10 da Lei n° 9.790, de 1999, entende-se por prestação de contas relativa à execução do Termo de Parceria a comprovação, perante o órgão estatal parceiro, da correta aplicação dos recursos públicos recebidos e do adimplemento do objeto do Termo de Parceria (...)", solicitando que o Município informe:

a) se a OSCIP Inituto Sorrindo para a Vida apresentou a prestação de contas referente aos exercícios em que vigente o Termo de Parceria n° 001/2009;

b) se foi publicado na imprensa oficial da área de abrangência do projeto o extrato da execução física e financeira referido no art. 10, § 2o, inciso VI, da Lei no 9.790/99, que deve ser preenchido pela OSCIP e publicado, no prazo máximo de sessenta dias após o término de cada exercício financeiro, de acordo com o modelo constante do Anexo II do Decreto n° 3.100/99 (segundo preconiza o art. 18 do referido Decreto);

c) se foi emitido relatório conclusivo, pela Comissão de Avaliação, sobre os resultados atingidos, segundo dispõe o art. 11, §2º da Lei das OSCIP;

d) se foi realizada a auditoria independente sobre a aplicação de recursos de que trata a Lei das OSCIP, considerando que o montante dos recursos supera o limite de R$ 600.000,000; e) preste outras informações que no que se refere ao saneamento das pendências do ISPV;

e) se foram sanadas as pendências apontadas no ofício n° 189/2011, sobretudo no que se refere ao recolhimento das contribuições previdenciárias, considerando que cumpre ao parceiro público supervisionar, e fiscalizar a execução do Termo de Parceria;

f) como está a atual situação dos serviços de saúde no Município, esclarecendo quem vem executando os procedimentos no combate a Endemias, programas SAMU e parte do Programa Estratégia de Saúde da Família, serviços que costumavam ser realizados pela OSCIP.

2. Reitere-se o ofício n° 4571/2011, ao Ministério da Justiça, vez que pende de resposta.

Remeta-se cópia desta Portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para fins de conhecimento e publicação.

Inclua-se o presente procedimento no banco de dados da PFDC.

SUZETE BRAGAGNOLO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 354, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, a e c, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000140/2011-69 instaurado com base em termo de declarações que relata irregularidades no SINE de Altamira com relação ao processo de indicação de pessoas a empregos que estaria sendo feito sem a lisura necessária, ressaltando a participação de uma funcionária do SINE que supostamente favorece a indicação de candidatos de acordo com seus próprios interesses;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000140/2011-69, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Cumpra-se o despacho de fl. 6v;

3 - Requisite-se informações/cópia de documentos ao SINE de Altamira e à Secretaria de Emprego e Salário enviando cópia do termo de declarações;

4 - Ao SINE e à Secretaria de Emprego e Salário requisitar informações sobre a personalidade jurídica do SINE de Altamira e cópia dos documentos de constituição do SINE nesta cidade;

5 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

6 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 355, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, a e c, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000139/2011-34 instaurado com base em representação que relata precária situação de escolas de ensino fundamental do município de Novo Repartimento e as más condições da estrada vicinal que dá acesso às escolas, sem manutenção desde 2006, devido a impasse entre o INCRA e o prefeito do município;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000139/2011-34, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Tendo em vista o ofício de fl. 12, requisitar informações à Superintendência do INCRA em Marabá com cópia da representação e do ofício do INCRA;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 357, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, a e c, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000144/2011-47 instaurado com base em ofício encaminhado pela PFDC para acompanhamento do PNAE, sugerindo a adoção do chamado "dia da alimentação adequada" com a finalidade de inspecionar escolas públicas em municípios na área de atribuição desta PRM verificando a adequação da implementação do referido programa;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000144/2011-47, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Junte-se ao presente ICP o relatório da vistoria realizada em escolas de Altamira no dia 08/11/2011 em conjunto com o Conselho Regional de Nutricionistas;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 363, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011

Etiqueta PR/TO 13423/2011

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

CONSIDERANDO a Peça de Informação nº 1.36.000.001048/2011-98, instaurada no âmbito da Procuradoria da República no Estado do Tocantins a partir da Denúncia online realizada pela Sra. Max Layane Alves Brito;

CONSIDERANDO que a representante relata a demora na realização de cirurgia no Hospital Geral de Palmas para o tratamento do seu pai, que sofreu um Acidente Vascular Cerebral há 2 meses, e está necessitando urgentemente de intervenção cirúrgica;

CONSIDERANDO que a denunciante afirma que o seu genitor está hospitalizado há 24 dias no HGP e, até a presente data, não recebeu nenhuma posição de quando seria realizada a cirurgia, tendo sido informada pelo diretor geral do hospital que o procedimento cirúrgico não poderia ser realizado no corrente ano;

CONSIDERANDO que o art. 196 da CRFB/88 prevê que a saúde é dever do Estado e direito de todos, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que uma das funções institucionais do Ministério Público é zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme determina o art. 129, II da CRFB/88; resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendente a apurar suposta demora excesiva na realização da intervenção cirúrgica de paciente acometido por Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Determinar a realização das seguintes providências iniciais:

1) encaminhe-se a presente Portaria à COORJU, acompanhada da PI nº 1.36.000.001048/2011-98, para autuação e cadastro;

2) encaminhe-se cópia da presente à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, solicitando sua publicação;

3) oficie-se a SESAU, solicitado esclarecimentos acerca dos fatos;

4) oficie-se o Hospital Geral de Palmas, solicitando esclarecimento acerca dos fatos;

5) publique-se no mural desta PR/TO pelo prazo de 10 (dez) dias;

6) designo o servidor GUSTAVO LAGE DUARTE para secretariar os trabalhos;

7) Após o cumprimento das diligências anteriormente determinadas, voltem os autos conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

PORTARIA Nº 364, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Etiqueta PR/TO 13490/2011

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

CONSIDERANDO a Peça de Informação nº 1.36.000.001056/2011-34, instaurada a partir da representação do Sr. Diego Barros Costa, que noticia dificuldades em conseguir Tratamento Fora de Domicílio para tratar-se de Profilaxia Secundária e Radiosinoviortese na capital federal;

CONSIDERANDO que o representante relata que, mesmo tendo solicitação de TFD pela Secretaria de Saúde do município de Cristalândia/TO, seu pleito foi negado verbalmente;

CONSIDERANDO que tem buscado, incasavelmente, a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins a fim de que seja autorizado seu tratamento no Hospital de Apoio e no Hospital de Base do Distrito Federal, único local que realiza o tratamento;

CONSIDERANDO que o art. 196 da CRFB/88 prevê que a saúde é dever do Estado e direito de todos, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 55/99, do Ministério da Saúde, preconiza a rotina do Tratamento Fora de Domicílio no Sistema Único de Saúde por considerar, dentre outros fatores, a necessidade de garantir acesso de pacientes de um município a serviços assistenciais de outro município;

CONSIDERANDO que uma das funções institucionais do Ministério Público é zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme determina o art. 129, II da CRFB/88; resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendente a apurar a observância, por parte dos Poderes Públicos no Estado do Tocantins, das disposições referentes ao Tratamento Fora de Domicílio para o Sr. Diego Barros Costa.

Determinar a realização das seguintes providências iniciais:

1) encaminhe-se a presente Portaria à COORJU, acompanhada do PA 1.36.000.0001056/2011-34, para autuação e cadastro;

2) encaminhe-se cópia da presente à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, solicitando sua publicação;

3) oficie-se à SESAU solicitado esclarecimentos acerca dos fatos relatados pelo representante;

4) oficie-se à Gerência Estadual do TFD no Tocantins questionando-a acerca da negatória ao Sr. Diego Barros Costa;

5) publique-se no mural desta PR/TO pelo prazo de 10 (dez) dias;

6) designo o servidor GUSTAVO LAGE DUARTE para secretariar os trabalhos;

7) Após o cumprimento das diligências anteriormente determinadas, voltem-me os autos conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

PORTARIA Nº 454, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.002485/2011-93, a partir do encaminhamento pelo Ministério Público do Trabalho do ofício nº 56.417/2011/PRT2/COORD1, (fls. 06) com a seguinte ementa:

"PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Deficiência auditivo. Necessidade de intérprete de LIBRAS. Uniitalo - Centro Universitário Ítalo Brasileiro.

- referido Procedimento está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2°, §7°, da Resolução n° 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta Portaria e o Procedimento Preparatório 1.34.001.002485/2011-93, como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta Portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA

PORTARIA Nº 542, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Inquérito Civil Público nº 1.30.001.004059/2011-33

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua Procuradora da República subscritora, no exercício de suas atribuições institucionais e constitucionais, em especial as constantes do artigo 129, inciso III da Constituição da República, e artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93 e:

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público instaurar inquérito civil público e outros procedimentos administrativos correlatos "para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (art. 129, III da Constituição Federal e art. 7º, I da LC 75/93);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que o presente Inquérito Civil Público foi instaurado para analisar os possíveis prejuízo causado ao Hospital Federal Cardoso Fontes pela notícia de falta de médicos em setores do hospital;

CONSIDERANDO que em resposta a ofício enviado ao MPF o Diretor do Hospital Federal Cardoso Fontes informou que há déficit de pessoal em várias áreas, fato que ocasionou o fechamento de leitos em diversos serviços do hospital, como emergência, UTI e centro cirúrgico;

CONSIDERANDO que o Diretor do Departamento de Gestão Hospitalar do Ministério da Saúde, em resposta à requisição do MPF, informou que há falta de recursos humanos em todos os hospitais ligados ao Departamento e que em razão da escassez no quadro de pessoal foram fechados leitos em diversos serviços;

CONSIDERANDO que os fatos acima descritos foram trazidos ao conhecimento do Ministério Público Federal no curso das investigações;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do MPF autoriza a inclusão de novos fatos ao objeto já investigado no Inquérito Civil Público;

Resolve aditar a Portaria nº 504/2011 para incluir como objeto do Inquérito Civil Público nº 1.30.001.004059/2011-33 a análise dos prejuízos causados ao hospitais federais do Rio de Janeiro, com fechamento de leitos e diminuição dos serviços, em razão de déficit de recursos humanos no Ministério da Saúde.

Determina, ainda, a adoção das seguintes providências:

1) Registre-se e publique-se a presente portaria, comunicando-se à Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos.

2) Oficie-se ao Departamento de Gestão Hospitalar do Ministério da Saúde, ao Hospital Federal Cardoso Fontes e ao Instituto Nacional de Cardiologia, conforme minuta que segue anexa.

3) À DITC para:

3.1) publicação da presente Portaria e comunicações;

3.2) alteração da ementa para que dela passe a constar:

HOSPITAIS FEDERAIS NO RIO DE JANEIRO - DÉFICIT DE PESSOAL - POSSÍVEL FECHAMENTO DE LEITOS E DIMINUIÇÃO DOS SERVIÇOS - PREJUÍZOS AOS PACIENTES - POSSÍVEIS IRREGULARIDADES.

Após, retornem os autos conclusos.

MARINA FILGUEIRA DE CARVALHO FERNANDES

PORTARIA Nº 548, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

Considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

Considerando o disposto no Ofício Circular nº 97/2011/PFDC/MPF-GPC (Peça de Informação nº 1.30.001.005487/2011-83), expedido em 10 de outubro de 2011, que encaminha cópia integral do Procedimento Administrativo nº 1.00.000.002998/2011-92 , referente à acessibilidade nos estádios de futebol para a Copa de 2014, sugerindo a instauração de Inquérito Civil Público nesta Procuradoria da República acerca da questão no Rio de Janeiro;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MARCIA MORGADO MIRANDA

PORTARIA Nº 549, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que a Lei 9.394/1996, o Decreto 6.094/2007 e o princípio administrativo da publicidade impõem a ampla publicação do IDEB por parte das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, bem como por suas respectivas escolas, no intuito de permitir o adequado controle sócio-político da qualidade do ensino público ofertado à população;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para adoção das medidas elencadas na Peça de Informação nº 1.30.001.005485/2011-94.

Autue-se a presente portaria e a peça de informação que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO

PORTARIA Nº 904, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando que a omissão dos órgãos públicos no cumprimento de seus deveres administrativos, legitimam a atuação reparadora do Ministério Público Federal, com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso II do artigo 39 da Lei Complementar nº75/1993;

Considerando, ademais, ser função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando ser função da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão zelar pelo efetivo respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos, inclusive no escorreito e eficaz atendimento pelos órgãos públicos e prestadores de serviços públicos;

Considerando que a irregularidade na concessão do benefício laboral do seguro-desemprego pelo Ministério do Trabalho e Emprego legitima a atuação reparadora do Ministério Público Federal como instituição de controle da regularidade dos serviços públicos;

Considerando que que o programa do "seguro-desemprego" foi criado pela Lei nº7.998/1990, com a finalidade de amparar o trabalhador dispensado sem justa causa, direta ou indiretamente, visando a sua manutenção temporária, orientação, recolocação e qualificação profissional no e ao mercado de trabalho, caracterizam-se como um direito social;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.000028/2010-89 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade da gestão do seguro-desemprego pelo Ministério do Trabalho e Emprego em benefício dos ex-empregados do Consórcio Cuiabano - Cuiabano Saneamento e Obras de Engenharia S.A. dispensados das obras do PAC em virtude da 'operação Pacenas'", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações do MTE, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 930, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de mais informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Caeté, localizado no município de Diamantino/MT, a fim de garantir a efetiva demarcação, distribuição e utilização regular dos lotes;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o procedimento administrativo nº1.20.000.001289/2009-82 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a devida implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Caeté, município de Diamantino/MT, em especial a regularidade ocupacional dos lotes", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações do INCRA, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 931, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de mais informações acerca das medidas adotadas pelo INCRA visando a regularização ambiental do assentamento Brasil Novo, localizado no município de Querência/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.000646/2011-18 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a regularização ambiental do assentamento Brasil Novo, localizado no município de Querência/MT", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações do INCRA, conforme despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 933, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da mencionada regularização fundiária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.001297/2011-43 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a implementação de obras de acesso no projeto de assentamento Cabaças, localizado no município de Barra do Bugres/MT", nos exatos termos do determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam solicitadas informações do INCRA, conforme indicado em despacho próprio. Encaminhe-se junto com a solicitação cópia da portaria de instauração do inquérito civil público, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 963, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de mais informações acerca da ocupação e utilização irregular de lotes no projeto de assentamento Carlos Marighella, localizado no município de Poxoréo/MT, a fim de garantir a efetiva demarcação, distribuição e utilização regular dos lotes;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.000574/2011-09 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a devida implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Carlos Marighella, localizado no município de Poxoréo/MT, em especial a regularidade da ocupação e utilização dos lotes", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações do INCRA, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 965, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição da República e na alínea "e" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Carta Constitucional;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade aos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a vida e a saúde;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão inconstitucionais da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que a Constituição da República reserva especial espaço para a saúde, estatuindo ser direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (artigo 196);

Considerando que eventuais irregularidades na rede de atenção em saúde mental extra-hospitalar no Estado podem envolver risco para a incolumidade da população mato-grossense, com potenciais prejuízos irreversíveis para a coletividade;

Por derradeiro, considerando a necessidade de coleta de mais elementos para a instrução do caderno apurador, a fim de viabilizar uma atuação ministerial na proteção do direito à saúde dos cidadãos no Estado de Mato Grosso;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº1.20.000.000509/2010-94 em inquérito civil público para "colher informações para o Procedimento Administrativo PFDC nº1.00.000.006131/2008-19, em especial se a rede de atenção em saúde mental extra-hospitalar no estado de Mato Grosso observa os parâmetros previstos na Lei nº10.216/2001 e na PORTARIA Nº336/GM/02, do Ministério da Saúde", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam solicitadas informações da Secretaria de Saúde de Várzea Grande, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se junto com a solicitação cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 974, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, o acesso à educação, à cultura e ao conhecimento científico em nível superior e a efetiva inclusão social;

Considerando que a educação - assim como os demais direitos sociais, culturais e econômicos - configura direito fundamental de segunda dimensão (ou geração), caracterizado por engendrar a prerrogativa de cobrança pelo cidadão de prestações positivas do Estado;

Considerando ser o ensino superior serviço público autorizado pela União e fiscalizado pelo Ministério da Educação (MEC);

Considerando ser atribuição do Ministério Público Federal fiscalizar supostas irregularidades envolvendo ensino superior no Brasil, por constituir serviço prestado pela União (ou com sua autorização) e fiscalizado pelo Ministério da Educação e da Cultura, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso III do artigo 39 da Lei Complementar nº75/1993;

Considerando que ser aplicável o microssistema consumerista às atividades de natureza educacional (Lei nº8.078/90), tal como dispõe a Lei nº9.870/99;

Considerando o que dispõe as Resoluções nº001/83 e nº003/89 do Conselho Federal de Educação acerca dos direitos dos discentes aos serviços das instituições de ensino em contraprestação à anuidade escolar;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº1.20.000.000629/2009-58 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade dos serviços educacionais prestados pela Faculdade de Cuiabá (FAUC), em especial o fornecimento de documentos escolares gratuitos aos discentes e a inexistência de sanções pedagógicas decorrentes de inadimplemento", conforme determinado em despacho próprio;

Comunique-se à egrégia 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que seja expedida recomendação para a Faculdade de Cuiabá (FAUC) , conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a recomendação, cópia desta portaria de instauração e do despacho próprio, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 975, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão inconstitucionais da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que a prestação de serviços público essenciais, como o fornecimento de água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica, revelam-se indispensáveis para a efetiva promoção da dignidade das pessoas;

Considerando que a empresa Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. (CEMAT) constitui concessionária de serviço público federal;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº1.20.000.000186/2010-39 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade no fornecimento de energia elétrica na Comunidade Pantanal Grande, localizada no município de Santo Antônio do Leverger/MT", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam solicitadas informações da CEMAT e da Eletronorte, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se junto com as solicitações cópias desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 986, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade aos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a saúde e a qualidade do meio ambiente do trabalho;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão inconstitucionais da Administração Pública Direta e Indireta no cumprimento de seus deveres administrativos, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso II do artigo 39 da Lei Complementar nº75/1993;

Considerando que a República Federativa do Brasil constitui Estado Democrático de Direito (artigo 1º da Constituição Federal), fundado, dentre outros, nos princípios da cidadania e dignidade da pessoa humana;

Considerando que a Constituição Federal tutela o meio ambiente do trabalho, interesse transindividual e indisponível, reconhecido como uma obrigação social do Estado, conforme imperativo dos artigos 7º, 200 e 225 da Constituição Federal;

Considerando que os serviços prestados pelo Justiça Laboral são de extrema relevância para a população mato-grossense, devendo ser adequados e acessíveis;

Considerando que a refrigeração ambiental nos recintos judiciais em Cuiabá, máxime se considerado o escaldante clima local e os costumeiros trajes forenses, é fator estreitamente vinculado à adequação do meio ambiente laboral e à qualidade dos serviços prestados para a população;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.000628/2010-47 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar as condições ambientais no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, em especial a adequação do sistema de refrigeração dos prédios do complexo trabalhista", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso e do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, conforme indicado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição ao TRT, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 989, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "e" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses transindividuais, nos termos do artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que a saúde constitui direito fundamental de todos, previsto expressamente no artigo 6º da Lei Maior e decorrência inexorável do direito à vida, consagrado no caput do artigo 5º da CF;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, tais como as ações e serviços de saúde (artigo 197);

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade aos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a vida e a saúde;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão inconstitucionais da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando as informações sobre possíveis irregularidades no laboratório de análises clínicas do Hospital Universitário Júlio Müller, acarretando prejuízo na prestação do serviço de saúde para os cidadãos no Estado de Mato Grosso;

Considerando que as irregularidades narradas no caso podem envolver risco para a incolumidade da população mato-grossense, com potenciais prejuízos irreversíveis para a coletividade;

Por derradeiro, considerando a necessidade de coleta de mais elementos para a instrução do caderno apurador, a fim de viabilizar uma atuação ministerial na proteção do direito à saúde dos cidadãos no Estado de Mato Grosso;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.001800/2010-80 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade das condições estruturais do laboratório de análises clínicas do Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações do HUJM, como já consignado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 990, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando o dever do Ministério Público da União de proteger os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, conforme preceitua a alínea d do inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais à dignidade humana, sobretudo envolvendo pessoas vulneráveis, tais como os portadores de deficiência;

Considerando que o inciso IV do artigo 3º da Constituição Federal fixa como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

Considerando que o inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal impõe a reserva legal de percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência, definindo ainda os critérios de sua admissão;

Considerando que o princípio da efetiva igualdade torna indispensável que as pessoas com deficiência recebam atendimento diferenciado, na medida de sua desigualdade, concretizando o Estado Democrático de Direito pregado pela Lei Maior;

Considerando que a Lei nº7.853/1989 estabelece o necessário apoio às pessoas deficientes, com o objetivo de sua total integração social;

Considerando que a alínea d do inciso III do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº7.853/1989 (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) determina aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta o dever de adotar, na área de formação profissional e do trabalho, "legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado";

Considerando que o §2º de seu artigo 5º da Lei nº8.112/1990 estabelece que "às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso";

Considerando que o §1º do artigo 37 do Decreto nº3.298/1999 (regulamentador da Lei nº7.853/1989) preceitua que "o candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida";

Considerando que o item 2.2 do capítulo IV do edital de abertura de inscrições para o concurso de formação de cadastro de reserva para servidores do TRF da 1ª Região prevê que "(...) aos portadores de deficiência serão destinadas - para cada cargo a que se refere o item 9 do Capítulo I deste Edital, em cada localidade a que se refere o Anexo III também deste Edital - a 10ª, a 30ª, a 50ª vagas destinadas a provimento e assim sucessivamente";

Considerando a necessidade de mais diligências, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando o esgotamento do prazo deste apurador (§1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal), bem como a complexidade para solucionamento do problema veiculado no feito;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.001562/2011-93 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade nas nomeações efetivadas no prazo de validade do IV Concurso Público para cargos de servidores do TRF da 1ª Região, em especial a reserva de vagas para deficientes prevista no item 2.2 do Capítulo IV do edital de regência", nos exatos termos do determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam solicitadas informações do TRF da 1ª Região, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

CONSELHO INSTITUCIONAL

PAUTA

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS
SESSÃO: 122 DATA: 05/12/2011 HORA: 17:00
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE

Processo : 1.28.000.000291/2011-61
Assunto : RECURSO
Origem : PR/RN
Relator(a) : Cons. BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS
Interessado(s) : Dr. José Soares Frisch

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Presidente do CIMPF

3ª Reunião Ordinária de 2011

Dia : 14 de dezembro de 2011 (quarta-feira)
Hora : 14h30
Local : Plenário do Conselho Superior do MPF

PAUTA DESTA REUNIÃO

1. Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2011.

PROCESSOS COM VISTA
Pedido de vista no dia 25.11.2009

2. **Processo nº : 1.15.000.001794/2007-25**
Interessado : Dr. Marcelo Mesquita Monte
Assunto : Recurso em face da Decisão da 6ª CCR proferida na 344ª Reunião, em 13.11.2008. Não homologação da promoção de arquivamento. Ministério da Justiça. FUNAI. Associação das Comunidades dos Índios Tapebas, Caucaia/CE. Posseiros. Disputas de terras. Construção de cerca.
Origem : PR/CE
Relator : Conselheiro João Francisco Sobrinho
Vista : Conselheiro Eugênio José Guilherme Aragão

Pedidos de vista no dia 19.10.2011

3. **Processo nº : 1.35.000.001066/2005-69**
Interessado : Dr. Pablo Coutinho Barreto
Assunto : Recurso em face da Decisão nº 7534/2010/GPC, da PFDC, em 28.10.2010. Não homologação do declínio de atribuições. Observado o Princípio da Independência Funcional. Estado de Sergipe. Sistema Prisional. Direitos humanos. Direito à integridade física e psíquica da pessoa presa. Atuação conjunta do MPF e MPE. Previsão na Lei da Ação Civil Pública - Lei nº 7.347/85, e no art. 8º, parágrafo único, da Resolução CSMPF nº 87/2006.
Origem : PR/SE
Relator : Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos
Vista : Conselheiro Antonio Carlos Fonseca da Silva

4. **Processo nº : 1.16.000.002353/2007-11**
Interessada : Drª Anna Paula Coutinho de Barcelos Moreira
Assunto : Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 323ª Reunião Ordinária, em 15.12.2010. Não homologação do declínio de atribuições ao MPDFT, com o retorno à origem para prosseguimento do feito. Meio ambiente. Verificação da regularidade e acompanhamento da implantação do Contorno Rodoviário de Brasília. Alteração do Decreto Presidencial s/nº, de 29.4.2009, que transferiu a competência para a condução do licenciamento da unidade do IBAMA/DF para o IBRAM, autarquia distrital. Região inserida na Área de Proteção Ambiental do Planalto Central. Interesse federal. Legitimidade do MPF.
Origem : PR/DF
Relatora : Conselheira Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira
Vista : Conselheiro Aurélio Virgílio Veiga Rios

PROCESSOS QUE PERMANECEM EM PAUTA
Incluído na pauta do dia 09.06.2010

5. **Processo nº : 1.15.000.001752/2007-94**
Interessado : Dr. Marcelo Mesquita Monte
Assunto : Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 202ª Sessão Ordinária, em 11.11.2009. Não homologação da promoção de arquivamento. Ausência de providências no âmbito da PR/CE. Constitucional. Infraconstitucional. Serviço Público. Comando da Marinha do Brasil. Pensão alimentícia com débito em folha de pagamento do genitor. Ausência de repasse dos valores, pelo Comando da Marinha do Brasil, à representante.
Origem : PR/CE
Relator : Conselheiro Eugênio José Guilherme de Aragão

Incluído na pauta do dia 15.12.2010

6. **Processo nº : 1.18.002.000069/2010-11**
Interessado : Dr. Rafael Paula Parreira Costa
Assunto : Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 300ª Reunião Ordinária, em 10.8.2010. Não homologação do declínio de atribuições, com o retorno à origem para adoção das medidas cabíveis visando a recuperação e compensação pelo dano ambiental constatado por fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral. Município de Águas Lindas de Goiás/GO. Mineração clandestina. Extração ilegal de areia. Área de Proteção Ambiental.
Origem : PRM/Anápolis/GO
Relator : Conselheiro Eugênio José Guilherme de Aragão

Incluídos na pauta do dia 23.2.2011

7. **Processo nº : 1.19.000.000263/2003-42**
Interessado : Dr. Tiago de Sousa Carneiro
Assunto : Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 573ª reunião, em 10.11.2010. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem. Inexistência de informação sobre a ocorrência de dano ao erário. Enunciado nº 8/5ª CCR. Ministério da Educação. FUNDEF. Município de Barreirinhas/MA. Exercício de 2002. Suposta malversação de recursos.
Origem : PR/MA
Relatora : Conselheira Maria Eliane Menezes de Farias

8. **Processo nº : 1.11.000.001201/2010-75**
Interessado : Dr. Rodrigo Telles de Souza
Assunto : Recurso em face da decisão da 2ª CCR proferida na 528 Sessão, de 6.1.2011. Não homologação do declínio de atribuições, com o retorno dos autos à origem para dar continuidade à persecução penal. Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. Município de Jundiá/RN. Inclusão no CNIS de suposta relação de emprego fictícia. Fraude contra a União (INSS). Legitimidade do MPF.
Origem : PR/RN
Relator : Conselheiro Eugênio José Guilherme de Aragão

9. **Processo nº : 1.29.000.001762/2010-30**
Interessados : 5º Ofício Cível e PRDC - PR/RS
Assunto : Conflito de atribuições. 5º Ofício Cível (Núcleo do Patrimônio Público e Social) e a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PR/RS. Concurso Público para cargos no Ministério Público da União. Possíveis irregularidades.
Origem : PR/RS
Relator : Conselheiro Francisco Xavier Pinheiro Filho

Incluídos na pauta do dia 18.5.2011

10. **Processo nº : 1.16.000.002549/2005-36**
Interessado : Dr. Paulo José da Rocha Júnior
Assunto : Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 323ª Reunião, em 15.12.2010. Não homologação do declínio de atribuições ao MPDFT, com o retorno à origem para prosseguir a instrução. Meio Ambiente. Apuração de parcelamento irregular de solo na região de Santa Maria/DF. Licenciamento. Alegada transferência da competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia federal, para o Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IBRAM, autarquia distrital. Supostas infrações ambientais. Interesse federal. Legitimidade do MPF.
Origem : PR/DF
Relator : Conselheiro Francisco Xavier Pinheiro Filho

11. **Processo nº : 1.17.000.001780/2009-07**
Interessado : Dr. Carlos Fernando Mazzoco
Assunto : Consulta. Alcance do poder requisitório do Ministério Público sobre os dados bancários, de acordo com a Lei Complementar nº 75/93, e a interpretação da Lei Complementar nº 105/2001 no que pertine aos dados cadastrais. Decisão da 5ª CCR de submeter a matéria ao Conselho Institucional tendo em vista que a consulta apresentada tem reflexos na atribuição das tutelas coletiva e criminal, que são transversais a todas as Câmaras.
Origem : PR/ES
Relatora : Conselheira Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

12. **Processo nº : 1.22.002.000136/2010-67**
Interessada : Drª Raquel Cristina Rezende Silvestre
Assunto : Recurso. Pedido de esclarecimentos sobre decisão da 4ª CCR proferida na 318ª Reunião Ordinária, em 23.11.2010. Conflito de atribuições. Meio ambiente. IBAMA. Licenciamento ambiental. Supostas irregularidades praticadas pelo IBAMA no processo de licenciamento ambiental das linhas de transmissão Porto Velho - Araraquara. Número reduzido de audiências públicas para discussão do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.
Origem : PRM/Uberaba/MG
Relator : Conselheiro Eugênio José Guilherme de Aragão

13. **Processo nº : 1.29.000.002032/2010-56**
Interessada : Drª Suzete Bragagnolo
Assunto : Conflito de atribuições. Núcleo da Saúde, Previdência e Assistência Social, e o 5º Ofício Cível (Núcleo do Patrimônio Público e Social). Hospital de Clínicas de Porto Alegre/RS. Hospital Universitário Federal. Processo licitatório. Improbidade administrativa.
Origem : PR/RS
Relatora : Conselheira Maria Eliane Menezes de Farias

Incluídos na pauta do dia 19.10.2011

14. **Processo nº : 08116-0.00896/99-36**
Interessada : Drª Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail
Assunto : Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 342ª Reunião, em 17.5.2011. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para providências a fim de que a compensação ambiental se dê na forma do Decreto nº 6.848/2009. Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. Degradação ambiental. Instalação de linha de transmissão elétrica no trecho de Messias/AL - Recife/PE.
Origem : PR/PE
Relatora : Conselheira Denise Vinci Tulio

15. **Processo nº : 1.26.000.001547/2002-31**
Interessada : Drª Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail
Assunto : Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 340ª Reunião Ordinária, em 3.5.2011. Não homologação do declínio de atribuições ao MP/PE, com o retorno à origem para prosseguimento do feito e adoção das medidas pertinentes. Dano ambiental. Construção irregular de 2 (dois) hectares em áreas de mangue, no local Sítio Roque III, em Jaboatão dos Guararapes/PE, sem autorização do IBAMA (Auto de Infração nº 044424/D). Descumprimento da Lei nº 6.999/82 e Resolução nº 88/209 do CNJ.
Origem : PR/PE
Relator : Conselheiro Eugênio José Guilherme de Aragão

16. **Processo nº : 1.19.000.000219/2003-32**
Interessado : Dr. Tiago de Sousa Carneiro
Assunto : Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 574ª Reunião, de 16.11.2010. Não homologação da promoção de arquivamento. Enunciado nº 8/5ª CCR. FUNDEF. Município de Lago Verde/MA. Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais.
Origem : PR/MA
Relator : Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos

17. **Processo nº : 1.16.000.000405/2006-26**
Interessada : Drª Ana Paula Mantovani Siqueira
Assunto : Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 326ª Reunião, em 2.2.2011. Não homologação de declínio de atribuições ao MPDFT, com o retorno à origem para prosseguimento da instrução. Meio ambiente. Distrito Federal. Centro de Atividades do Lago Norte. Empreendimento inserido na Área de Proteção Ambiental do Planalto Central. Licenciamento ambiental. Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o IBAMA e a TERRACAP, com participação do MPF. Alteração da competência do IBAMA para o IBRAM/DF.
Origem : PR/DF
Relator : Conselheiro Aurélio Virgílio Veiga Rios

18. **Processo nº : 1.30.010.000079/2007-40**
Interessado : Dr. Rodrigo da Costa Lines
Assunto : Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 349ª Reunião Ordinária, em 20.5.2011. Não homologação do declínio parcial de atribuições ao MP/RJ, com o retorno à origem para providências. Empresa Had Moagem e Reciclagem Ltda. Meio Ambiente. Depósito irregular de resíduos siderúrgicos/metalúrgicos não inertes. Área de pedreira desativada na Avenida Nossa Senhora do Amparo, Bairro Santa Rita, Volta Redonda/RJ.
Origem : PR/RJ
Relator : Conselheiro Francisco Xavier Pinheiro Filho

19. **Processo nº : 1.28.000.000248/2007-19**
Interessado : Dr. José Soares
Assunto : Recurso em face da Decisão da 4ª CCR proferida na 352ª Reunião, em 16.8.2011. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno dos autos à origem para que se verifique junto ao IBAMA e ao IDEMA a possibilidade de quantificação dos danos suportados pelo meio ambiente até que se dê a completa regeneração natural da área degradada. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Autuação de Geromilton Rodrigues da Silva (Auto de Paralisação nº 104/-6-14ª DR). Extração irregular de areia na Fazenda Arvoredo, Município de São Gonçalo de Amarante/RN, às margens do Rio Potengi.
Origem : PR/RN
Relatora : Conselheira Valquíria Oliveira Quixadá Nunes

20. **Processo nº : 1.34.016.000280/2008-17**
Interessado : Dr. Vinicius Marajó Dal Secchi
Assunto : Recurso em face do Despacho da 5ª CCR, de 26.l6.2009. Retorno à origem para apreciação da documentação juntada às fls. 242-254, em vista da não aprovação das contas referente ao Convênio nº 5015/2004. Controladoria Geral da União - CGU. Relatório de Fiscalização nº 01120/2007. Município de Ribeira/SP. Verbas federais. Possíveis irregularidades.
Origem : PRM/Sorocaba/SP
Relatora : Conselheira Maria Eliane Menezes de Farias

21. **Processo nº : 1.14.007.000034/2009-30**
Interessado : Dr. Danilo Pinheiro Dias
Assunto : Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 577ª Reunião, em 29.11.2010. Não conhecimento do conflito de atribuições entre membros da PR/BA e PRM/JEQUIÉ/BA, com o retorno à PR/BA para deliberação acerca da questão. Município de Bom Jesus da Serra/BA. Empresa SOAMAS. Processo licitatório. Supostas fraudes. Desvio de recursos do FUNDEB. Transporte escolar.
Origem : PR/BA
Relator : Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos

22. **Processo nº : 1.35.000.000398/2010-93**
Interessado : Dr. José Rômulo Silva Almeida
Assunto : Recurso em face da decisão da 3ª CCR proferida na 3ª Sessão Ordinária, em 29.4.2011. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno dos autos à origem para novas diligências. Suposta clonagem de linha telefônica móvel de titularidade do denunciante.
Origem : PR/SE
Relatora Conselheira Valquíria Oliveira Quixadá Nunes

23. **Processo nº : 1.29.000.001478/2010-63**
Interessado : Dr. Alexandre Amaral Gavronski
Assunto : Conflito de atribuições. Núcleo do Patrimônio Público e Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PR/RS. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Requisição de servidores de órgãos público.
Origem : PR/RS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relatora : Conselheira Valquíria Oliveira Quixadá Nunes

24. **Processo nº : 1.22.000.002130/2010-44**
Interessado : Dr. Tarcísio Henriques Filho
Assunto : Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 588ª Reunião, em 14.3.2011. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para diligências. Universidade Federal de Ouro Preto. Concurso Público para Professor Assistente. Edital PORAD nº 184/UFOP. Suposta irregularidade.
Origem : PR/MG
Relator : Conselheiro Francisco Xavier Pinheiro Filho

25. **Processo nº : 1.16.000.006292/2010-59**
Interessado : Dr. Hélio Ferreira Heringer Júnior
Assunto : Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 600ª Reunião, em 17.5.2011. Não homologação do declínio parcial de atribuições ao MPDFT, com retorno à origem para as providências cabíveis. Secretaria de Educação/DF. Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais no período de 2006 a 2009.
Origem : PR/DF
Relatora : Conselheira Maria Eliane Menezes de Farias

26. **Processo nº : 1.00.000.015091/2010-11**
Interessado : Dr. Edson Abdon Peixoto Filho
Assunto : Conflito de atribuições. PRDC e o Ofício do Patrimônio Público - PR/RJ. Secretaria Especial de Agricultura e Pesca - SEAP. Cessação do pagamento de auxílio saúde aos trabalhadores contratados em regime temporário para atendimento de excepcional interesse público. Supostas irregularidades.
Origem : PR/RJ
Relatora : Conselheira Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

27. **Processo nº : 1.30.012.000159/2011-61**
Interessado : Dr. Edson Abdon Peixoto Filho
Assunto : Conflito de atribuições. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e Ofício do Patrimônio Público e Social - PR/RJ. Ministério da Ciência e Tecnologia. Servidor Público Federal. Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. Assédio moral.
Origem : PR/RJ
Relatora : Conselheira Sandra Cureau

PROCESSOS INCLUÍDOS NA PAUTA DESTA REUNIÃO

28. **Processo nº : 1.26.000.001153/2002-82**
Interessada : Drª Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail
Assunto : Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida 350ª Reunião Ordinária, em 26.7.2011. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para acompanhar a celebração execução do Termo de Ajustamento de Conduta. Meio Ambiente. Corte raso de vegetação de manguezal, área de Mata Atlântica, na Ilha de Tiriri, Município de Goiana/PE.
Origem : PR/PE
Relator : Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros

29. **Processo nº : 1.28.000.000439/2005-19**
Interessado : Dr. Paulo Sérgio Duarte da Rocha Júnior
Assunto : Recurso em face da Decisão da 5ª CCR proferida na 569ª Reunião, em 18.10.2010. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para o cumprimento de diligências, redistribuindo-se o feito: verificação do saneamento das irregularidades com a adoção de medidas que evitem a ocorrência de novas falhas; a apuração dos fatos no âmbito criminal; e informações acerca de danos ocasionados ao erário e o seu consequente ressarcimento. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Superintendência Estadual/RN. Supostas irregularidades.
Origem : PR/RN
Relator : Conselheiro Aurélio Virgílio Veiga Rios

30. **Processo nº : 1.30.012.000462/2006-05**
Interessado : Dr. Hélio Ferreira Heringer Junior
Assunto : Recurso em face da Decisão da 5ª CCR proferida na 608ª Reunião, em 30.6.2011, que definiu a atribuição do membro do Ministério Público Federal com lotação na PR/DF para diligenciar acerca dos fatos. Conflito de atribuições. PR/RJ. PR/DF. Ministério da Saúde. Instituto Brasileiro de Cultura e Educação - IBRAE/RJ. Máfia das ambulâncias. Repasses da "Operação Sanguessuga". Convênio nº 2995/04.
Origem : PR/DF
Relatora : Conselheira Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre.

31. **Processo nº : 1.22.000.004228/2007-31**
Interessado : Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz
Assunto : Conflito de atribuição. Ofício do Consumidor (suscitante) e Ofício da Saúde Pública (suscitado) - PR/MG. Eficácia reduzida ou ineficácia de medicamentos genéricos ou similares utilizados no tratamento de doenças psiquiátricas, sobretudo, nos casos de depressão.
Origem : PR/MG
Relator : Conselheiro Eugênio José Guilherme de Aragão

32. **Processo nº : 1.14.007.000005/2008-97**
Interessadas : Drª Juliana de Azevedo Moraes e Drª Melina Castro Montoya Flores
Assunto : Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 605ª Reunião, realizada em 16.6.2011. Conflito de atribuições. PR/BA (suscitante) e PRM/Jequié/BA (suscitada). Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Município de Bom Jesus da Serra/BA. Transporte escolar. Suposta malversação de recursos federais.
Origem : PRM/Vitória da Conquista/BA
Relatora : Conselheira Elizeta Maria de Paiva Ramos

33. **Processo nº : 1.34.012.000341/2008-78**
Interessado : Dr. Felipe Jow Namba
Assunto : Recurso em face da Decisão da 4ª CCR proferida na 350ª Reunião Ordinária, em 26.7.2011. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para prosseguimento do inquérito civil, a fim de adotar medidas efetivas para a mitigação do dano, impedindo-se novas intervenções, até que se alcance solução definitiva (art. 18, II da Resolução CSMPF nº 87).
Origem : PR/SP
Relatora : Conselheira Denise Vinci Tulio

34. **Processo nº : 1.04.004.000790/2009-35**
Interessada : Drª Carolina da Silveira Medeiros
Assunto : Recurso em face da Decisão proferida pela 5ª CCR na 573ª Reunião, em 10.11.2010. Conflito de atribuições. PRDC. Atribuição do membro do Ministério Público Federal com lotação no Núcleo do Patrimônio Público e Social da PR/RS. Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE. Concurso público. Cargos de auditor. Edital CGTEE/2009.
Origem : PRR-4ª Região
Relator Conselheiro José Elaeres Marques Teixeira

35. **Processo nº : 1.14.007.000041/2010-75**
Interessadas : Drª Juliana de Azevedo Moraes e Drª Melina Castro Montoya Flores
Assunto : Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 592ª Reunião, em 31.3.2011. Conflito de atribuições. PR/BA (suscitante) e PRM/Jequié/BA (suscitada). Município de Anagé/BA. Contratação de serviço de transporte. Prestação de contas.
Origem : PRM/Vitória da Conquista/BA
Relatora : Conselheira Raquel Elias Ferreira Dodge

36. **Processo nº : 1.22.007.000070/2010-65**
Interessado : Dr. Marcelo José Ferreira
Assunto : Recurso em face da decisão da 5ª CCR, na 615ª Reunião, em 12.9.2011. Não homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público da Comarca de Aiuruoca, com atuação no município de Carvalhos/MG. Fixação da atribuição do Ministério Público Federal, adotando como razões o estudo elaborado pelo Procurador da República Edilson Vitorelli Diniz Lima (Sistema Único de Saúde. Competência. Processo Penal. Processo Civil). Município de Carvalho/MG. Relatório de fiscalização nº 01566 - CGU. Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais.
Origem : PRM/Varginha/MG
Relatora : Conselheira Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre.

37. **Processo nº : 1.00.000.000755/2010-39**
Interessada : Drª Ana Lúcia Amaral
Assunto : Recurso em face da decisão proferida no XI Encontro Nacional da 5ª CCR, em 28.9.2009. Ação Civil Pública. Opção de não oferecimento de recurso. Transportadora F. Souto Ltda, Comércio de aparas de papel Ltda - APROPEL e Fundação de Assistência ao Estudante - FAE. Ação Cautelar n° 91.0706092-0. Ação Civil Pública n° 91.0720841-3. Autonomia e independência do órgão do *Parquet* responsável pelo processo.
Origem : PRR-3ª Região
Relatora : Conselheira Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

38. **Processo nº : 1.35.000.001438/2010-14**
Interessada : Drª Lívia Nascimento Tinôco
Assunto : Recurso em face da Decisão da 3ª CCR proferida na 1ª Sessão Ordinária, em 8.4.2011. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para diligências. Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Plano de Saúde UNIMED. Demora na aprovação de tratamento de quimioterapia com internação.
Origem : PR/SE
Relatora : Conselheira Maria Eliane Menezes de Farias

39. **Processo nº : 1.29.000.002114/2010-09**
Interessado : Dr. Alexandre Amaral Gavronski
Assunto : Conflito de atribuição. PRDC (suscitante) e 7º Ofício Cível do Núcleo do Patrimônio Público e Social (suscitado) - PR/RS. Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul. Curso de Administração Pública Contemporânea. Processo seletivo. Critérios adotados.
Origem : PR/RS
Relator : Conselheiro Antonio Carlos Fonseca da Silva

40. **Processo nº : 1.29.000.002285/2010-20**
Interessado : Dr. Mark Torronteguy Núñez Weber
Assunto : Conflito de atribuições. 7º Ofício Cível do Patrimônio Público e Social (suscitante) e PRDC (suscitado) - PR/RS. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Concurso público. Correção de provas de redação. Identificação dos candidatos. Supostas irregularidades.
Origem : PR/RS
Relator : Conselheiro Francisco Xavier Pinheiro Filho.

41. **Processo nº : 1.00.005933/2010-18**
Interessada : Drª Flávia Galvão Arruti
Assunto : Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 555ª Reunião, em 1º.6.2010. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno dos autos à origem. Enunciado nº 8/5ª CCR. Município de Itororó/BA. Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Prestação de contas. Exercício de 1999.
Origem : PRM/Ilhéus/BA
Relator : Conselheiro Antonio Carlos Fonseca da Silva

42. **Processo nº : 1.00.000.012190/2010-32**
Interessado : Dr. Jaime Mitropoulos
Assunto Declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, recebida como recurso pelo Coordenador da 5ª CCR, conforme despacho de 15.8.2010. FUNASA. Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro - SESDEC. Empresa Toesa Service Ltda. Prejuízo ao erário.
Origem : PR/RJ
Relatora : Conselheira Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

43. **Processo nº : 1.29.000.000147/2011**
Interessado : Dr. Alexandre Amaral Gavronski
Assunto : Conflito de atribuições. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (suscitante) e Núcleo do Patrimônio Público e Social (suscitado) - PR/RS. Fundação Carlos Chagas. Tribunal Regional do Trabalho - 4ª Região. Concurso Público. Supostas irregularidades na publicação do edital.
Origem : PR/RS
Relatora : Conselheira Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

44. **Processo nº : 1.28.000.000291/2011-61**
Interessado : Dr. José Soares
Assunto : Recurso em face da decisão 1ª CCR proferida na 223ª Sessão Ordinária, em 11.5.2011. Não homologação do declínio de atribuições ao MP/RN, com o retorno à origem, observado o Princípio da Independência Funcional (CF - art. 127, § 1º). Acesso à educação. Programa de Financiamento Estudantil - FIES. Inscrição. Banco do Brasil S.A. Exigência de fiador.
Origem : PR/RN
Relator : Conselheiro Brasilino Pereira dos Santos

45. **Processo nº : 1.28.000.000292/2011-13**
Interessado : Dr. José Soares
Assunto : Recurso em face da Decisão da 6ª CCR proferida na 378 Reunião, em 30.6.2011. Não homologação da promoção de arquivamento e declínio de atribuições ao MP/RN, com o retorno dos autos à origem para prosseguir no acompanhamento da questão. Registro da Escola Municipal João Lino da Silva, situada na Aldeia Catu, em Canguaretama/RN, como Escola Indígena 2.
Origem : PR/RN
Relatora : Conselheira Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

46. **Processo nº : 1.28.000.000802/2011-44**
Interessado : Dr. José Soares
Assunto : Recurso em face da Decisão proferida pela 1ª CCR na 226ª Sessão Ordinária, em 13.10.2011. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito, a fim de que seja oficiado ao IFRN para que preste os esclarecimento necessários, ressalvando-se o princípio da independência funcional (§ 1º, do art. 127, da CF). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte - IFRN. Edital nº 12/2011. Concurso público para o Cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Plágio de questões. Erro no gabarito. Possível favorecimento a candidatos. Ausência de providências.
Origem : PR/RN
Relatora : Conselheira Sandra Cureau

47. **Processo nº : 1.33.000.001491/2011-71**
Interessado : Dr. Marco Aurélio Dutra Aydos
Assunto : Recurso em face da Decisão da 2ª CCR proferida na 543ª Sessão, e 26.9.2011. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para diligências tendentes à total elucidação dos fatos, e designação de outro membro do *Parquet* para prosseguir na persecução penal. Crime de induzimento ou incitação a discriminação ou preconceito de procedência nacional. Internet.
Origem : PR/SC
Relator : Conselheiro Mário José Gisi

48. **Processo nº : 1.00.000.012847/2011-42**
Interessado : Dr. Edson Abdon Peixoto Filho
Assunto : Conflito de Atribuições. Ofício do Patrimônio Público (suscitante) e Ofício vinculado à PFDC (suscitado), da PR/RJ. Comando da Aeronáutica - III COMAER - Rio de Janeiro. Suposto tratamento abusivo, desrespeitoso e atentatório à dignidade da pessoa humana.
Origem : PR/RJ
Relator : Conselheiro Paulo Vasconcelos Jacobina

Brasília, 6 de dezembro de 2011
WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão
Presidente do CIMPF

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 45, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Referência: Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000212/2011-19. Conversão em Inquérito Civil Público. Reclamante: Rosival Correia. Reclamado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a-) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República;

b-) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993;

c-) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d-) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e na Resolução n.º 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

e-) considerando os elementos constantes nos presentes autos; resolve:

Converter os presentes autos sob o n.º 1.11.000.000212/2011-19 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 4°, §4° da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

a) negativa supostamente irregular do IFAL em aproveitar candidatos inscritos no SISU para o preenchimento de vagas remanescentes.

Determinar a publicação desta portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Alagoas, nos termos do que prevê o art. 7, IV, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e a remessa de cópia para publicação no Diário Oficial, nos termos do artigo 5º, VI, e artigo 16, § 1º, I, da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Comunique-se à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 6º da Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Realize-se os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 80, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República Signatário, no exercício de suas funções institucionais conferidas pelo artigo 127 e 129, da Constituição Federal, notadamente a fim de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, assim como a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas;

Considerando o disposto nos artigos 5°, 6°, inciso VII, e 37, todos da Lei Complementar n° 75/93, assim como o estabelecido no artigo 8º, § 1º, da Lei 7.347/85;

Considerando o disposto nos artigos 1°, 2°, 4º, II, 5º, "caput", 8º, e 28, todos da Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando que foi instaurado nesta Procuradoria da República em Santos, em 08/06/2011, o procedimento n° 1.34.012.000461/2011-71 a partir de representação do Ministério Público do Estado de Saõ Paulo, com o objeto indicado na seguinte ementa: "QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO - Apuração das possíveis deficiências de estrutura, pessoal, recursos, autuação e gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, conforme fls. 99 do Inquérito Civil nº 088/09, do Ministério Público do Estado de São Paulo";

Instaura inquérito civil público para a apuração dos fatos narrados e a adoção das medidas cabíveis. Providencie-se:

1) a afixação desta portaria em local de costume nesta Procuradoria da República em Santos e a remessa de cópia à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e a respectiva publicação, considerando o disposto nos artigos 5º e 6º, da Resolução n° 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) a remessa dos autos à Coordenadoria Jurídica, para registro e autuação como inquérito civil público ;

3) Após, voltem conclusos.

Designo o Sr. Roberto Costa Sena, servidor lotado neste gabinete, para atuar como Secretário nestes autos, sem prejuízo de outro servidor em substituição.

ANTONIO JOSÉ DONIZETTI MOLINA DALOIA

PORTARIA Nº 964, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando que o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 dispõe que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração";

Considerando que a Administração Pública deve estrita observância e obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e moralidade, dentre outros, conforme preceitua o caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

Considerando ser a Universidade Federal de Mato Grosso pessoa jurídica de direito público interno (fundação autárquica federal);

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações acerca dos fatos narrados na presente representação, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o previsto na Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.000881/2010-09 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade do concurso para docente da UFMT regido pelo Edital nº003/PROAD/SGP/2010 ", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à e. 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 998, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade aos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a saúde e o trabalho;

Considerando que o inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 dispõe que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelece";

Considerando, portanto, que somente a lei pode regulamentar critérios para o exercício do trabalho, ofício ou profissão, por expressa previsão e autorização do texto constitucional;

Considerando que a Lei nº9.696/1998, regulamentadora da profissão de educador física e criadora do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Educação Física, não diferencia os profissionais de Educação Física;

Considerando a suposta restrição ao exercício de profissão praticada pelo Conselho Federal de Educação Física e pelo Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região;

Considerando a necessidade de mais informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.001543/2011-67 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade das inscrições dos profissionais de Educação Física pelo Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região, sobretudo a diferenciação do registro como licenciatura plena ou básica", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações do CREF da 11ª Região e do CONFEF, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com as requisições, cópias desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

1.28.000.000606/2011-70

Wagner de Castro Mathias Netto

1.16.000.002446/2011-14

Total de procedimentos distribuídos: 002

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 1ª CCR

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

1.30.001.004595/2011-39 1.16.000.003009/2010-37 1.15.000.002016/2011-30

1.28.000.001446/2011-86

Francisco Xavier Pinheiro Filho

1.30.008.000114/2006-99 1.00.000.016561/2011-36 1.16.000.002960/2011-50

1.28.000.001453/2011-88

Wagner de Castro Mathias Netto

1.17.003.000088/2010-67 1.30.006.000135/2009-77 1.24.000.001404/2011-94

Total de procedimentos distribuídos: 011

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 1ª CCR

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 13, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Interessados: Povos Indígenas de Guajará-Mirim/RO - Comunidade Indígena Sagarana.

A Excelentíssima Senhora Lucyana Marina Pepe Affonso de Luca, Procuradora da República no Estado de Rondônia, Representante Estadual da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida de índios e minorias, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5o, III, "e", da Lei Complementar no 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei no 8.625/93; e pelo artigo 8o, §1o, da Lei no 7.347/85

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, III, da Carta Magna e artigo 5o, III, "e", da Lei Complementar no 75/1993);

CONSIDERANDO que dentre as funções acima mencionadas, compreende-se a defesa dos bens e interesses coletivos das comunidades indígenas (art. 5º, inc. III, "e" da LC 75/93);

CONSIDERANDO o teor do o ofício enviado a esta Procuradoria da República, no dia 04 de novembro de 2011, por indígenas da Terra Indígena Sagarana, denunciando que a Escola Indígena E.E.F Paulo Saldanha Sobrinho não recebeu merenda escolar no decorrer deste ano de 2011 e que todas as vezes que se dirigiram à Guajará-Mirim a fim de retirarem a merenda escolar e o material didático lhes foi dito que não tinha .

CONSIDERANDO que a educação é um dos direitos sociais garantido a todos os cidadãos brasileiros, conforme disposto o disposto no artigo 6º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, e que este dever do Estado é efetivado com a garantia do atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (arts.205 e 208, VII da Constituição Federal);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO o disposto no item 2 do artigo 7º da Convenção nº 169 da OIT, o qual estabelece que a melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos povos indígenas deverá, com sua participação e cooperação, ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões que habitam, bem como que os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões deverão também ser elaborados de forma a promover essa melhoria;

CONSIDERANDO ainda o disposto no artigo 26 da mesma Convenção nº. 169 da OIT, que dispõe que medidas deverão ser adotadas para garantir aos membros dos povos indígenas e tribais a possibilidade de adquirir educação em todos os níveis, pelo menos em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e na Resolução/FNDE nº 38, de 16/7/2009; resolve

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando investigar irregularidades no processo de compra e fornecimento de merenda escolar e material didático nas escolas indígenas da região de Guajará-Mirim/RO;

NOMEAR os servidores lotados junto a este ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se os documentos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados ou apensados, naturalmente;

2. Expeça-se Ofício URGENTE à Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, solicitando informações, com fulcro no artigo 8º, II da LC 75/93, sobre o repasse de verbas da merenda escolar e material didático para as APPs das Escolas Indígenas de Guajará-Mirim/RO, neste ano de 2011. Se houve repasse e gasto dos recursos, encaminhe-se prestação de contas. Se não houve gasto, encaminhe-se comprovante dos depósitos do dinheiro nas contas. A resposta poderá ser encaminhada via fax ou e-mail: 6ccr@prro.mpf.gov.br, com confirmação de recebimento via fone: 69 3216 0500. Fixe-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, para resposta quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC 75/93);

3. Expeça-se Ofício URGENTE à Presidência do FNDE em Brasília, solicitando informações, com fulcro no artigo 8º, II da LC 75/93, sobre o repasse de valores destinados à merenda escolar e material didático para as escolas indígenas de Guajará-Mirim/RO, informando o valor dos repasses do Governo Federal para a Secretaria Estadual de Educação de Rondônia e encaminhando cópias das prestações de contas desde o exercício de 2009, até a presente data, se houver. A resposta poderá ser encaminhada via fax ou e-mail: 6ccr@prro.mpf.gov.br, com confirmação de recebimento via fone: 69 3216 0500. Fixe-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, para resposta quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC 75/93);

4. Expeça-se Ofício URGENTE ao CAE/RO - Conselho de Alimentação Escolar de Rondônia, solicitando informações, com fulcro no artigo 8º, II da LC 75/93, sobre o acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos destinados à merenda escolar para as escolas indígenas de Guajará-Mirim/RO, devendo encaminhar a este Ministério Público Federal cópias dos relatórios de fiscalização de 2009 até a presente data. A resposta poderá ser encaminhada via fax ou e-mail: 6ccr@prro.mpf.gov.br, com confirmação de recebimento via fone: 69 3216 0500. Fixe-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, para resposta quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC 75/93);

Após a vinda das informações, venha o procedimento concluso para deliberação.

Cientifique-se a 6a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de sua Coordenadora, encaminhando-lhe cópia do presente e solicitando sua devida publicação na Imprensa Oficial.

LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO DE LUCA

PORTARIA Nº 35, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Inquérito Cívil Público.

O MINISTÈRIO PÙBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e legais, em face do disposto nos artigos 2º, inciso II, e 4º, inciso II, da Resolução CSMPF n.º 87/2010, bem como:

Considerando o teor do termo de declarações prestadas na data de 20.10.2011 pelo sr. Eberton Ferreira Doble, que se sentiu discriminado e maltratado na Fundação Araucária, em São José do Ouro/RS, pois a equipe daquele local não repassava informações sobre o estado de saúde de sua esposa (que veio a falecer em 09.10.11) ou somente dizia que estava tudo bem e que era normal, enquanto ele notava que estavam acontecendo eventos fora do comum;

Considerando que o aludido declarante informou que outros indígenas já relataram casos em que foram igualmente maltratados na Fundação Hospitalar Araucária, em São José do Ouro/RS, e que isso poderia, eventualmente, configurar discriminação contra comunidades indígenas e não meros casos de mau atendimento;

Considerando que a Constituição Federal, em seu art.5º, dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no seu art. 1º, dispõe que todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos e, no art. 2º., ainda assevera que todos os seres humanos estão aptos a exercer os seus direitos sem distinção de nenhum tipo ou gênero, seja por raça, cor, sexo, língua, orientação política etc;

Considerando que a Constituição Federal, no seu art. 5º, incisos XLI e XLII, dispõe que a lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais e que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, e que a prática de uma discriminação em virtude de cor ou etnia poderá ser enquadrada na Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;

Considerando que a Convenção sobre a Eliminação de todas das formas de Discriminação Racial adotada pelas Nações Unidas em 21 de dezembro de 1965, ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968, dispõe que todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação e contra qualquer incitamento à discriminação;

Considerando que a Convenção sobre a Eliminação de todas das formas de Discriminação Racial estabelece que a expressão "discriminação racial" significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública;

Considerando que, na hipótese da prática de discriminação racial, os Estados-partes signatários da Convenção sobre a Eliminação de todas das formas de Discriminação Racial, nos termos do art. 6º., deverão assegurar a todas as pessoas, que estiverem sob a sua jurisdição, proteção e recursos eficazes perante os Tribunais nacionais, assim como o direito à indenização justa e adequada por qualquer dano decorrente do ato discriminatório;

Considerando que compete à União processar e julgar causas que envolvam disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI da CF), bem como ao Ministério Público Federal intervir em todos os atos do processo (art. 232 da CF);

Considerando que é função institucional do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, conforme art. 129, V da Constituição Federal, sendo função institucional do Ministério Público da União a defesa dos direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, nos termos do art. 5º, III, "e", da Lei Complementar n° 75/93;

Considerando que incumbe ao Ministério Público da União sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, podendo, para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta, bem como, expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (Lei Complementar n. 75/1993, art. 7º, inciso I e art. 8°, incisos II, IV e VII); resolve:

INSTAURAR, nos termos do artigo 1º. e artigo 2º., § 1°., da Resolução CNMP n°. 23/2007, o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº. 1.29.018.000310/2011-22, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Registre-se e autue-se a presente Portaria com o seguinte objeto: "Apurar eventual discriminação e/ou preconceito contra comunidades indígenas da área de atribuição desta Procuradoria".

Remeta-se, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da presente portaria à 6º CCR, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º., da Resolução CSMPF nº 87/2006, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 16, §1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006);

Afixação da presente Portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Município de Erechim (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2006);

Oficie-se: a) a direção do nosocômio Fundação Araucária, em São José do Ouro/RS, para que preste informações sobre o caso, manifeste-se sobre as denúncias e envie o prontuário médico da indígena Leida Manoel Antônio; b) a SESAI para que se manifeste sobre a denúncia e preste informações quanto ao encaminhamento feito no caso; o Hospital São Vicente de Paulo, em Passo Fundo/RS, para que envie o prontuário médico da referida indígena e preste informações sobre o caso; c) contate-se o cacique da T.I. Cacique Doble para saber se o caso é de discriminação contra a comunidade indígena ou apenas um caso específico de mau atendimento; e d) contata-se o denunciante Eberton e questione-o acerca da existência de testemunhas.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução CNMP nº 23 e o art. 15 da Resolução CSMPF nº 87 do CSMPF, deve o Setor Administrativo realizar o acompanhamento do prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 4º da Resolução n.º 87/2006, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

ANDRÉIA RIGONI AGOSTINI

PORTARIA Nº 184, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar eventual necessidade de revisão da Terra Indígena Vale do Guaporé, considerando reivindicações da Comunidade Anunsu, localizada ao Sul da TI, noticiando que os indígenas estão tendo que passar por uma Fazenda para chegarem aos locais de caça, pesca e coleta tradicionais, situação que resulta em ameaças por parte dos proprietários de terras da região e conflitos, RESOLVE converter o presente Procedimento Administrativo (nº 1.20.000.000177/2009-12) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 6ª CCR para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

SAMIRA ENGEL DOMINGUES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 317, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011

Inquérito Civil Público n° 1.29.003.000008/2011-33. Promover a observância da cultura indígena para solução de conflitos que envolvam indígenas da comunidade Kaingang de São Leopoldo.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais (arts. 127 e 129, II, III e VI, da Constituição Federal), legais (arts. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93) e regulamentares (Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (inc. III art. 129 da CF/88);

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (inc. V, art. 129 da CF/88);

CONSIDERANDO reunião ocorrida nesta Procuradoria da República em 18 de janeiro de 2011, quando lideranças indígenas solicitaram que fossem tomadas providências no sentido de destacar a relevância da cultura indígena por ocasião da solução de conflitos interpessoais entre os membros da comunidade, uma vez que tais conflitos podem gerar processos judiciais e ocorrências policiais.

CONSIDERANDO que a informação é fundamental para o encaminhamento a ser dado por este Órgão Ministerial;

Resolve instaurar, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2010 do CSMPF, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de verificar os fatos noticiados e devidos encaminhamentos, caso necessários.

Para tanto, determina-se à Secretaria da Tutela Coletiva que:

- autue esta portaria e remeta cópia à Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, para comunicar a instauração deste inquérito civil e requerer a publicação deste, em observância aos arts. 5º, VI, 6º e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/2010 do CSMPF;

CÍCERO AUGUSTO PUJOL CORRÊA

PORTARIA Nº 415, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República signatário, lotado e em exercício no 13º Ofício na Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127, caput);

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público Federal instaurar inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos, para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor (LC nº 75/93, art. 6º, alínea c);

CONSIDERANDO a existência de demandas para a construção de poços artesianos, banheiros e local para atendimento de saúde na Comunidade Guarani Flor do Campo/Passo Grande;

CONSIDERANDO que o expediente já foi prorrogado e as referidas demandas ainda não foram solucionadas; resolve:

Nos termos da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, converter o Procedimento Administrativo nº 1.29.000.000562/2011-41 em Inquérito Civil Público, mantendo-se o mesmo objeto "Comunidade Guarani Flor do Campo/Passo Grande - Construção de poços artesianos, banheiros e local para atendimento de saúde".

DETERMINA:

I - Comunique-se à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 6ª CCR/MPF;

II - Cumpra-se o item 2 do despacho de fl. 19.

JULIANO STELLA KARAM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 133, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, art. 57; na Lei Orçamentária Anual, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, art. 4º; e na Portaria nº6/SOF/MP, de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor global de R$ 16.840.354,00 (dezesseis milhões, oitocentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta e quatro reais) ao Orçamento do Conselho Nacional de Justiça, para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamento de dotação, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CEZAR PELUSO

ANEXOS

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							16.840.354
		PROJETOS							
02 126	1389 1K27	Modernização da Infra-Estrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira							16.840.354
02 126	1389 1K27 0001	Modernização da Infra-Estrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira - Nacional	F	4	2	90	0	100	16.840.354
TOTAL - FISCAL									16.840.354
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.840.354

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							16.840.354
		ATIVIDADES							
02 131	1389 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							1.600.000
02 131	1389 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.600.000
02 032	1389 2B65	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares							4.000.000
02 032	1389 2B65 0001	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares - Nacional	F	3	2	90	0	100	500.000
			F	4	2	90	0	100	3.500.000
02 032	1389 2B66	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário							800.000
02 032	1389 2B66 0001	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário - Nacional	F	3	2	90	0	100	800.000
02 128	1389 4091	Capacitação de Recursos Humanos							300.000
02 128	1389 4091 0001	Capacitação de Recursos Humanos - Nacional	F	3	2	90	0	100	300.000
		PROJETOS							
02 126	1389 11E6	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus)							1.376.100
02 126	1389 11E6 0001	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus) - Nacional	F	4	2	90	0	100	1.376.100
02 126	1389 1K27	Modernização da Infra-Estrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira							8.764.254
02 126	1389 1K27 0001	Modernização da Infra-Estrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira - Nacional	F	3	2	90	0	100	8.764.254
TOTAL - FISCAL									16.840.354
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.840.354

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 369, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 57 da Lei 12.309, de 09 de agosto de 2010, combinado com a autorização contida no art. 4º da Lei 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, e considerando os procedimentos contidos na Portaria SOF n. 06, de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para atender a programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARI PARGENDLER

ANEXOS

ORGAO : 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UNIDADE : 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ANEXO I — CRÉDITO SUPLEMENTAR (SUPLEMENTAÇÃO)
PROGRAMA DE TRABALHO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/PRODUTO/LOCALIZAÇÃO	ES	GN	RP	MO	IU	FTE	VALOR
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTA DA UNIÃO								10.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES							10.000.000
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL	S	1	1	90	0	100	10.000.000
	TOTAL - FISCAL								0
	TOTAL - SEGURIDADE								10.000.000
	TOTAL - GERAL								10.000.000

ORGAO : 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UNIDADE : 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ANEXO II — CREDITO SUPLEMENTAR (CANCELAMENTO)
PROGRAMA DE TRABALHO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/PRODUTO/LOCALIZAÇÃO	ES	GN	RP	MO	IU	FTE	VALOR
0568	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA								10.000.000
		ATIVIDADES							
02 061	0568 4236	APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS							10.000.000
02 061	0568 4236 0001	APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS - NACIONAL	F	1	1	90	0	100	10.000.000
	TOTAL - FISCAL								10.000.000
	TOTAL - SEGURIDADE								0
	TOTAL - GERAL								10.000.000

PORTARIA Nº 370, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 8º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e 69 da Lei n. 12.309, de 9 de agosto de 2010, Portaria Conjunta n. 3, de 25 de novembro de 2011, Decreto de 2 de dezembro de 2011 e as descentralizações de sentenças judiciais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, resolve:

Art. 1º O Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Superior Tribunal de Justiça, a que se refere a Portaria n. 43 de 11 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 15 de março de 2011, passa a ser o constante do Anexo desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARI PARGENDLER

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
ÓRGÃO: 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
R$ 1,00

ATÉ O MÊS	CATEGORIA A		CATEGORIAS C e D		
	Pessoal e Encargos Sociais	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (art. 100, CF) - Precatório e RPV	Outras Despesas Correntes e de Capital	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (art. 100, CF) - Precatório	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos
JANEIRO	97.725.982,80	0,00	17.388.599,49	0,00	2.850,00
FEVEREIRO	142.729.041,37	0,00	37.214.309,49	0,00	5.700,00
MARÇO	197.322.570,37	14.645.168,00	58.835.146,49	987.181,00	8.550,00
ABRIL	251.916.099,37	14.645.168,00	78.587.122,49	987.181,00	11.400,00
MAIO	306.509.628,37	11.381.647,00	98.339.098,49	4.250.702,00	14.250,00
JUNHO	361.103.157,37	11.381.647,00	118.091.074,49	4.250.702,00	17.100,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

JULHO	415.696.686,37	11.381.647,00	138.746.505,49	4.250.702,00	19.950,00
AGOSTO	470.290.215,37	11.381.647,00	159.401.936,49	4.250.702,00	22.800,00
SETEMBRO	525.883.744,37	11.381.647,00	180.218.916,49	4.250.702,00	25.650,00
OUTUBRO	581.477.273,37	11.381.647,00	201.035.896,49	4.250.702,00	28.500,00
NOVEMBRO	637.070.802,37	11.381.647,00	221.852.876,49	4.250.702,00	31.350,00
DEZEMBRO	692.664.332,00	22.164.647,00	249.752.111,00	4.250.702,00	34.200,00

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 168, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, às compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o decidido no Processo n. 2001.16.0655, na sessão realizada em 28 de novembro de 2011, e

CONSIDERANDO o art. 2° da Emenda Constitucional n. 30, de 13 de setembro de 2000, que acrescentou o art. 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual disciplina o parcelamento da liquidação de precatórios pela Fazenda Pública;

CONSIDERANDO o deferimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de medida cautelar para suspender a eficácia do art. 2° da EC n. 30/2000 (Diário Oficial da União de 19 de maio de 2011);

CONSIDERANDO os típicos efeitos do deferimento da medida liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI N. 2.356/DF, nos termos do § 1° do art. 11 da Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999, bem como a pendência de julgamento dos embargos de declaração opostos pela Advocacia-Geral da União, que pleiteia a declaração expressa dos efeitos do acórdão da referida liminar sobre os precatórios já parcelados;

CONSIDERANDO o teor do Ofício n. 526/GP, encaminhado pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Cezar Peluso, ao Conselho da Justiça Federal;

CONSIDERANDO o art. 12-A da Lei n. 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei n. 12.350, de 20 de dezembro de 2010, o qual disciplina a retenção de imposto de renda sobre os Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA);

CONSIDERANDO a legislação tributária e normativos da Receita Federal do Brasil que incidem sobre o procedimento de pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor pela Justiça Federal, resolve:

Título I - Das Disposições Gerais

Art. 1º O pagamento de quantia certa decorrente de condenação da Fazenda Pública nos processos judiciais de competência da Justiça Federal e no exercício da competência federal delegada será feito nos termos desta resolução.

Art. 2º Compete ao presidente do respectivo tribunal regional federal aferir a regularidade formal dos ofícios requisitórios, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta resolução.

Art. 3º Considera-se Requisição de Pequeno Valor - RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I - sessenta salários mínimos, se a devedora for a Fazenda federal (art. 17, § 1º, da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001);

II - quarenta salários mínimos ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda estadual ou a Fazenda distrital, não podendo a lei fixar valor inferior ao do maior benefício do regime geral de previdência social;

III - trinta salários mínimos ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda municipal, não podendo a lei fixar valor inferior ao do maior benefício do regime geral de previdência social.

§ 1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, quando a devedora for a União e suas autarquias e fundações, o juiz expedirá ofício requisitório ao presidente do tribunal regional federal correspondente, que tomará as providências estabelecidas no art. 6º da presente resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria.

§ 2º No caso de créditos de pequeno valor de responsabilidade da Fazenda estadual, da distrital, da municipal e de suas respectivas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT (Decreto-Lei n. 509, de 20 de março de 1969, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de 60 dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos nos incisos I, II e III deste artigo.

Art. 4º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites no juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 5º Em caso de litisconsórcio, para a definição da modalidade do requisitório, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, individualmente, conforme o caso, RPVs e requisições mediante precatório, excetuando-se a cessão parcial de créditos e os honorários contratuais, que deverão ser somados ao valor devido ao beneficiário original.

Art. 6º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União e de suas autarquias ou fundações de direito público, o tribunal organizará mensalmente a relação das requisições em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 7º Para a atualização monetária dos valores requisitados, será utilizado, da data-base informada pelo juízo da execução até o efetivo depósito, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, divulgado pelo Banco Central do Brasil (TR - Taxa Referencial), ou aquele que vier a substituí-lo.

Capítulo I

Do Ofício Requisitório

Art. 8º O juiz da execução informará, no ofício requisitório, os seguintes dados, constantes do processo:

I - número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;

II - natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, caso seja relativo a indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de se tratar de imóvel único na época da imissão na posse;

III - nome das partes e do procurador da parte autora, bem como o respectivo número de inscrição no CPF ou no CNPJ;

IV - nome dos beneficiários e respectivos números de inscrição no CPF ou no CNPJ, inclusive quando forem advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V - natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI - valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII - órgão a que estiver vinculado o servidor público civil ou militar da administração direta, quando se tratar de ação de natureza salarial, com a indicação da condição de ativo, inativo ou pensionista;

VIII - valor da contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil - PSSS, quando couber;

IX - datas-base consideradas para a atualização monetária dos valores;

X - data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

XI - data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou impugnação, se houver, ou data do decurso de prazo para sua oposição;

XII - em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente à parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual ou cessão parcial de crédito, o valor total, por beneficiário, do crédito executado;

XIII - caso seja precatório de natureza alimentícia, a data de nascimento do beneficiário e informação sobre eventual doença grave, na forma da lei;

XIV - em se tratando de precatório, a data da intimação do órgão de representação judicial da entidade executada, para fins do art. 100, §§ 9º e 10, da CF (compensação de débitos), ou a data da decisão judicial que dispensou tal intimação;

XV - caso seja precatório, a data do trânsito em julgado da decisão que deferiu o abatimento para fins de compensação;

XVI - em se tratando de precatório, os valores discriminados por código de receita e o número de identificação do débito, informado pelo órgão de representação judicial da entidade executada, quando deferido o abatimento para fins de compensação;

XVII - caso seja precatório cujos valores estejam submetidos à tributação na forma de rendimentos recebidos acumuladamente (RRA), prevista no art. 12-A da Lei n. 7.713/1988:

a) número de meses (NM);

b) valor das deduções da base de cálculo;

XVIII - em se tratando de requisição de pequeno valor (RPV) cujos valores estejam submetidos à tributação na forma de rendimentos recebidos acumuladamente (RRA), prevista no art. 12-A da Lei n. 7.713/1988:

a) número de meses (NM) do exercício corrente;

b) número de meses (NM) de exercícios anteriores;

c) valor das deduções da base de cálculo;

d) valor do exercício corrente;

e) valor de exercícios anteriores.

Art. 9º Tratando-se de requisição de pagamento de juizado especial federal, o juiz, após o trânsito em julgado da sentença, expedirá o ofício requisitório, indicando os seguintes dados:

I - número do processo e data do ajuizamento da ação;

II - natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;

III - nome das partes e do procurador da parte autora, bem como números de inscrição no CPF ou no CNPJ;

IV - nome dos beneficiários e respectivos números de inscrição no CPF ou no CNPJ, inclusive quando forem advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V - natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI - valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII - órgão a que estiver vinculado o servidor público civil ou militar da administração direta, quando se tratar de ação de natureza salarial, com a indicação da condição de ativo, inativo ou pensionista;

VIII - valor da contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil - PSSS, quando couber;

IX - datas-base consideradas para efeito de atualização monetária dos valores;

X - data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão;

XI - caso seja requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente à parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual ou cessão parcial de crédito, o valor total, por beneficiário, do crédito executado;

XII - caso seja precatório de natureza alimentícia, indicação da data de nascimento do beneficiário e informação sobre eventual doença grave, na forma da lei;

XIII - caso seja precatório, a data da intimação do órgão de representação judicial da entidade executada, para fins do art. 100, §§ 9º e 10, da CF (compensação de débitos), ou data da decisão judicial que dispensou tal intimação;

XIV - caso seja precatório, a data do trânsito em julgado da decisão que deferiu o abatimento para fins de compensação;

XV - caso seja precatório, os valores discriminados por código de receita e o número de identificação do débito, informado pelo órgão de representação judicial da entidade executada, quando deferido o abatimento para fins de compensação;

XVI - caso seja precatório cujos valores estejam submetidos à tributação na forma de rendimentos recebidos acumuladamente (RRA), prevista no art. 12-A da Lei n. 7.713/1988:

a) número de meses (NM);

b) valor das deduções da base de cálculo;

XVII - caso seja requisição de pequeno valor (RPV) cujos valores estejam submetidos à tributação na forma de rendimentos recebidos acumuladamente (RRA), prevista no art. 12-A da Lei n. 7.713/1988:

a) número de meses (NM) do exercício corrente;

b)número de meses (NM) de exercícios anteriores;

c) valor das deduções da base de cálculo;

d) valor do exercício corrente;

e) valor de exercícios anteriores.

Art. 10. Tratando-se de precatórios ou RPVs, o juiz da execução, antes do encaminhamento ao tribunal, intimará as partes do teor do ofício requisitório.

Art. 11. Ausentes quaisquer dos dados especificados, o ofício requisitório não será considerado para efeito algum, cabendo ao tribunal restituí-lo à origem.

Capítulo II

Da Compensação em Precatórios

Art. 12. O juízo da execução, antes da elaboração do precatório, para os efeitos da compensação prevista nos §§ 9º e 10 do art. 100 da Constituição Federal, intimará o órgão de representação judicial da entidade executada por mandado, o qual conterá os dados do beneficiário e sua inscrição no CPF ou CNPJ, para que informe em 30 dias a existência de débitos do beneficiário para com a pessoa jurídica devedora do precatório que preencham as condições estabelecidas no § 9º do art. 100 da CF, sob pena de perda do direito de abatimento, e apresente discriminadamente:

I - valor, data-base e indexador do débito;

II - tipo de documento de arrecadação (DARF, GPS, GRU);

III - código de receita;

IV - número de identificação do débito (CDA / PA).

§ 1º Havendo resposta de pretensão de compensação pela entidade devedora, o juiz decidirá o incidente nos próprios autos, após a intimação do beneficiário do precatório para se manifestar em 15 dias, valendo-se de exame pela contadoria judicial, se necessário.

§ 2º Tornando-se definitiva a decisão que determinar a compensação, os valores da execução e a quantia a ser compensada serão atualizados pela contadoria do juízo.

§ 3º A partir da data final da atualização a que se refere o parágrafo anterior, os valores a serem compensados serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos precatórios.

§ 4º Com base nos valores apurados, o juiz elaborará o precatório pelo valor bruto, com a informação discriminada dos débitos compensados, e intimará o órgão de representação judicial da entidade executada para:

I - ciência do trânsito em julgado da decisão que determinou a compensação;

II - suspensão da exigibilidade dos débitos compensados, sob condição resolutória até seu efetivo recolhimento;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - conhecimento do inteiro teor da requisição.

§ 5º Os débitos a serem compensados se limitarão ao valor líquido do precatório, considerado como tal o valor bruto da requisição, descontados a contribuição do PSSS, se houver, e o imposto de renda a ser retido na fonte, apurado na forma do Capítulo VI.

Art. 13. A compensação se operará definitivamente no momento do efetivo recolhimento dos valores compensados pela instituição financeira, que ocorrerá quando do depósito realizado pelos tribunais, incidindo o imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre o valor recolhido.

§ 1º No caso de compensação em favor da Fazenda estadual, da distrital, da municipal e de suas respectivas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT (DL n. 509/1969, art. 12), o depósito integral do valor requisitado será feito à ordem do tribunal, que o colocará à disposição do juízo da execução.

§ 2º A liberação dos valores de que trata o parágrafo anterior será feita mediante alvará ou meio equivalente, em favor do beneficiário com relação à parcela de seu crédito e em favor da entidade devedora com relação à compensação.

§ 3º Recebidas pelo juízo as informações de quitação dos débitos compensados, o órgão de representação judicial da entidade executada será intimado pessoalmente mediante entrega dos autos com vista, para registro da extinção definitiva dos débitos.

Art. 14. O procedimento de compensação não se aplica às RPVs.

Art. 15. No caso de cancelamento de precatório com compensação, deverá o juízo da execução intimar o órgão de representação judicial da entidade executada para tornar sem efeito a suspensão da exigibilidade do débito, adotando as providências decorrentes.

Parágrafo único. Ocorrendo o cancelamento de precatório com compensação após a arrecadação dos valores compensados, além das providências previstas no caput, o tribunal solicitará à entidade arrecadadora respectiva que, no prazo de 10 dias, promova a devolução dos valores recolhidos.

Capítulo III

Das Preferências no Pagamento

Art. 16. Os débitos de natureza alimentícia serão pagos com preferência sobre os demais, respeitando-se a prioridade devida aos portadores de doença grave e, em seguida, aos idosos com 60 anos completos em 1º de julho, data da expedição do precatório.

Parágrafo único. São considerados débitos de natureza alimentícia aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 17. Portadores de doença grave são os beneficiários acometidos das moléstias indicadas no inciso XIV do art. 6º da Lei n. 7.713/1988, com a redação dada pela Lei n. 11.052, de 29 de dezembro de 2004, bem como as doenças assim consideradas com base na medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

Parágrafo único. O portador de doença grave beneficiário de precatório de natureza alimentícia poderá requerer a prioridade no pagamento a qualquer tempo, cabendo a decisão ao juízo da execução, que comunicará ao presidente do tribunal eventual deferimento da prioridade constitucional, com a finalidade de alterar a ordem de pagamento quando já expedido o oficio requisitório.

Art. 18. A idade do beneficiário, para os efeitos da prioridade de que trata o art. 100, § 2º, da CF, será aferida com base na informação da data de nascimento prestada pelo juiz no ofício requisitório.

Art. 19. Serão consideradas, para a definição da preferência de pagamento com prioridade, as condições pessoais do beneficiário no momento da expedição do precatório.

Parágrafo único. No caso de sucessão causa mortis, após a expedição do precatório, a preferência do credor originário será aproveitada por seu sucessor.

Art. 20. A prioridade dos créditos dos portadores de doenças graves e maiores de 60 anos será limitada ao triplo do valor estipulado para as requisições de pequeno valor, não importando em ordem de pagamento imediato, mas apenas em ordem de preferência.

Capítulo IV

Dos Honorários Advocatícios

Art. 21. Ao advogado será atribuída a qualidade de beneficiário quando se tratar de honorários sucumbenciais e de honorários contratuais.

§ 1º Os honorários sucumbenciais não devem ser considerados como parcela integrante do valor devido a cada credor para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor, sendo expedida requisição própria.

§ 2º Os honorários contratuais devem ser considerados como parcela integrante do valor devido a cada credor para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

§ 3º Em se tratando de RPV em que houve renúncia, o valor devido ao beneficiário somado aos honorários contratuais não pode ultrapassar o valor máximo estipulado para tal modalidade de requisição.

Art. 22. Caso o advogado pretenda destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, na forma disciplinada pelo art. 22, § 4º, da Lei n. 8.906, de 4 de junho de 1994, deverá juntar aos autos o respectivo contrato antes da elaboração do requisitório.

Art. 23. O contrato particular de honorários celebrado entre o advogado e seu constituinte não obriga a Fazenda Pública a antecipar o pagamento.

Parágrafo único. O destaque de honorários contratuais de advogado não transforma em alimentar um crédito comum nem altera a modalidade de requisição por precatório para requisição de pequeno valor.

Art. 24. Havendo destaque de honorários contratuais, os valores do credor originário e do advogado deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio, ou por outro meio que permita a vinculação.

Art. 25. Quando se tratar de precatório com compensação de débito, o destaque de honorários contratuais se limitará ao valor líquido da requisição, considerado como tal o valor bruto dela, descontados a contribuição do PSSS, se houver, o imposto de renda a ser retido na fonte e o valor a compensar.

Parágrafo único. Incidirá a compensação de débito sobre os honorários sucumbenciais somente quando o devedor da Fazenda Pública for o próprio advogado beneficiário.

Capítulo V

Da Cessão de Créditos em Precatórios

Art. 26. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.

Art. 27. Havendo cessão de crédito, a mudança de beneficiário na requisição somente ocorrerá se o cessionário juntar aos autos da execução o respectivo contrato antes da elaboração do requisitório pelo juízo da execução.

Art. 28. Havendo cessão total ou parcial de crédito após a apresentação do ofício requisitório, o juiz da execução comunicará o fato ao tribunal para que, quando do depósito, coloque os valores requisitados à sua disposição, com o objetivo de liberar o crédito cedido diretamente ao cessionário mediante alvará ou meio equivalente.

Art. 29. A cessão de crédito não transforma em alimentar um crédito comum nem altera a modalidade de precatório para requisição de pequeno valor.

Art. 30. Os valores do cedente e do cessionário, em caso de cessão parcial, deverão ser solicitados no mesmo ofício requisitório, em campo próprio ou por outro meio que permita a vinculação.

Art. 31. Quando se tratar de precatório com compensação de débito, a cessão de crédito será sempre parcial e se limitará ao valor líquido da requisição, considerado como tal o valor bruto dela, descontados a contribuição do PSS, se houver, o imposto de renda a ser retido na fonte e o valor a compensar.

Parágrafo único. Quando a cessão ocorrer após a expedição do precatório e o levantamento se der por alvará ou meio equivalente, o imposto de renda relativo à parcela a compensar será recolhido em nome do cedente, e o imposto sobre a parcela cedida, em nome do cessionário.

Capítulo VI

Do Imposto de Renda

Art. 32. O imposto de renda incidente sobre os valores de requisição de pagamento devidos aos beneficiários será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento, por ocasião do saque efetuado pelo beneficiário, nos termos da lei.

Parágrafo único. Havendo compensação integral do valor requisitado, o imposto de renda será retido na fonte no momento do depósito do precatório na instituição financeira responsável pelo pagamento.

Art. 33. Observado o enquadramento das requisições nas situações previstas nos artigos seguintes, a retenção do imposto de renda de que trata o art. 27 da Lei n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, será efetuada à alíquota de 3% sobre o montante pago, sem nenhuma dedução, no momento do pagamento do requisitório ao beneficiário ou a seu representante legal.

§ 1º A retenção do imposto fica dispensada quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, está inscrito no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

§ 2º O imposto retido na fonte de acordo com o caput será:

I - considerado antecipação do imposto apurado na declaração de ajuste anual das pessoas físicas; ou

II - deduzido do apurado no encerramento do período de apuração ou na data da extinção, no caso de beneficiário pessoa jurídica.

Art. 34. A retenção do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) relativos aos anos-calendário anteriores ao do momento do saque, de que trata o art. 12-A da Lei n. 7.713/1988, será efetuada quando do pagamento do requisitório ao beneficiário ou a seu representante legal.

§ 1º São considerados rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) aqueles decorrentes de precatórios e RPVs referentes a:

I - aposentadoria, pensão, transferência para reserva remunerada ou reforma pagos pela previdência social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

II - rendimentos do trabalho.

§ 2º Para a apuração do valor devido do imposto de renda sobre RRA, deverá ser utilizada, pela instituição financeira responsável pelo pagamento do requisitório, a tabela progressiva instituída pela Receita Federal do Brasil, resultante da multiplicação de seus valores pelo número correspondente à quantidade de meses (NM) a que se referem os respectivos rendimentos.

§ 3º Poderão ser deduzidas da base de cálculo do imposto devido as despesas relativas ao montante dos rendimentos tributáveis, com ação judicial necessária ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.

Art. 35. Tratando-se de requisição de pequeno valor (RPV) relativa aos RRA, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - sobre os valores referentes ao ano-calendário da própria requisição, a retenção do imposto de renda deverá ser feita à alíquota de 3% (art. 27 da Lei n. 10.833/2003);

II - sobre os valores relativos aos anos-calendário anteriores ao da requisição, a retenção do imposto de renda deverá ser feita pela tabela progressiva da Receita Federal (art. 12-A da Lei n. 7.713/1988).

Parágrafo único. Sendo o saque efetuado posteriormente ao ano de competência da expedição da requisição, a apuração do imposto de renda pela instituição financeira responsável pelo pagamento deverá ser feita pela tabela progressiva da Receita Federal (art. 12-A da Lei n. 7.713/1988), somando-se os números de meses e valores das hipóteses dos incisos I e II.

Art. 36. As requisições expedidas em favor do advogado para pagamento dos honorários sucumbenciais e os destaques de honorários contratuais, bem como as cessões de crédito, estarão sujeitos à incidência do imposto de renda nos termos previstos na Lei n. 10.833/2003, ainda que o valor principal seja classificado como RRA.

Capítulo VII

Da Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil - PSSS

Art. 37. A contribuição do PSSS incidente sobre os valores de requisições de pagamento devidos aos beneficiários servidores públicos civis da União e suas autarquias e fundações será retida na fonte pela instituição financeira pagadora por ocasião do saque efetuado pelo beneficiário, com base no valor informado pelo juízo da execução em campo próprio.

§ 1º O valor informado a título de contribuição do PSSS no ofício requisitório não deverá ser deduzido do valor da requisição nem a ele acrescido.

§ 2º Não existindo crédito a ser sacado pelo beneficiário em decorrência de compensação deferida pelo juízo da execução, o recolhimento da contribuição do PSSS pela instituição financeira ocorrerá no momento do recolhimento do valor da compensação.

Art. 38. A contribuição patronal da União, de que trata o art. 8º da Lei n. 10.887/2004, será calculada com base nas informações prestadas ao tribunal pela instituição financeira oficial, responsável pela retenção na fonte da parcela da contribuição do plano de seguridade social do servidor público civil ativo, devida em decorrência de saque dos valores relativos às RPVs e aos precatórios ocorrido no mês anterior.

§ 1º As instituições financeiras responsáveis pela retenção deverão informar aos tribunais, até o segundo dia útil de cada mês, os valores recolhidos no mês anterior a título de contribuição do plano de seguridade social do servidor público civil.

§ 2º O tribunal recolherá a contribuição a que se refere o caput até o décimo dia útil do mês em que recebeu a informação de que trata o parágrafo anterior.

Capítulo VIII

Da Revisão dos Cálculos, Retificações e Cancelamentos

Art. 39. Sem prejuízo da revisão de ofício pelo presidente do tribunal, o pedido de revisão dos cálculos da requisição de pagamento, após a expedição do ofício requisitório, conforme previsto no art. 1º-E da Lei n. 9.494, de 10 de setembro de 1997, será apresentado:

I - ao presidente do tribunal quando o questionamento se referir aos critérios de atualização monetária aplicados no tribunal;

II - ao juízo da execução quando o questionamento se referir a critério de cálculo judicial, devendo o pedido de revisão atender, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) o requerente deverá apontar e especificar claramente quais são as incorreções existentes nos cálculos, discriminando o montante que seria correto;

b) o defeito nos cálculos deverá estar ligado à incorreção material ou à utilização de critério em descompasso com a lei ou com o título executivo judicial;

c) o critério legal aplicável ao débito não deverá ter sido objeto de debate nem na fase de conhecimento nem na de execução.

Art. 40. A retificação de erro material ocorrido no tribunal dependerá de decisão do presidente, que adotará as providências necessárias para a regularização, condicionada à disponibilidade orçamentária.

Art. 41. Decidida definitivamente a revisão dos cálculos pelo juízo da execução e havendo aumento dos valores originalmente apresentados, poderá ser expedido ofício requisitório suplementar relativo às diferenças apuradas.

Art. 42. No caso de decisão definitiva do juízo da execução que importe na diminuição dos valores originalmente apresentados, o ofício requisitório deverá ser retificado, sem cancelamento, e mantido na ordem cronológica em que se encontrava.

Art. 43. No tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento ou que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

Parágrafo único. Após a expedição da requisição, o cancelamento ou a retificação de valor para menor se fará por solicitação imediata do juízo da execução ao presidente do tribunal.

Art. 44. Realizado o depósito em instituição financeira oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S.A.) e tendo sido a requisição cancelada ou retificada para menor, os recursos correspondentes serão devolvidos ao tribunal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Título II

Da Ordem dos Pagamentos

Art. 45. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem prevista no art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários descentralizados ao tribunal, obedecer-se-á à ordem cronológica por entidade, em cada tribunal.

Art. 46. As requisições de natureza alimentar serão pagas em precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no caput deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos, observando-se as prioridades previstas no art. 100, § 2º, da CF.

Título III

Do Saque e Levantamento dos Depósitos

Art. 47. Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos tribunais regionais federais em instituição financeira oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

§ 1º Os saques correspondentes a precatórios e a RPVs serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários, com o prazo de até 24 horas para a agência efetuar o pagamento, a contar da apresentação dos documentos de identificação ao gerente.

§ 2º Poderão ser expedidas requisições, a critério do juízo, com indicação de levantamento mediante expedição de alvará ou meio equivalente.

§ 3º Os precatórios e RPVs expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará ou meio equivalente.

§ 4º Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção da contribuição para o PSSS, se houver, bem como do imposto de renda, nos termos da lei.

Art. 48. O tribunal regional federal comunicará a efetivação do depósito ao juízo da execução, e este cientificará as partes.

Art. 49. No caso de penhora, arresto, sequestro, cessão de crédito posterior à apresentação do ofício requisitório e sucessão causa mortis, os valores requisitados ou depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do juízo da execução, até ulterior deliberação deste sobre a destinação do crédito.

Art. 50. Qualquer fato anterior ao depósito que impeça o saque será imediatamente comunicado pelo juízo da execução ao presidente do tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.

Parágrafo único. Após o depósito, o bloqueio deverá ser determinado pelo juízo da execução ou pelo presidente do tribunal diretamente à instituição financeira, conforme dispuser regulamentação do tribunal.

Art. 51. No caso de requisições cujos valores estejam depositados há mais de dois anos, o presidente do tribunal, sendo o caso, comunicará ao juízo da execução para que os credores sejam intimados.

Parágrafo único. A instituição financeira depositária deverá fornecer periodicamente, por solicitação do tribunal, as informações necessárias ao cumprimento do caput.

Art. 52. Com base nas informações fornecidas pelo tribunal, o juízo da execução adotará as providências que entender cabíveis para a ocorrência do saque.

Art. 53. Decidindo o juízo pelo cancelamento da requisição, o fato deverá ser comunicado ao tribunal para que este adote as providências necessárias.

Parágrafo único. Cancelada a requisição, poderá ser expedido novo ofício requisitório, a requerimento do interessado.

Título IV

Do Regime Especial de Pagamento de Precatórios

Art. 54. Nos precatórios estaduais, distritais e municipais de entidades optantes pelo regime especial de parcelamento de precatórios, previstos no art. 97 do ADCT, deverão ser observados os seguintes critérios:

I - a ordem cronológica dos precatórios obedecerá à data de apresentação do ofício requisitório no tribunal regional federal;

II - o tribunal regional federal deverá comunicar, até 20 de julho, à entidade devedora os precatórios requisitados em 1º de julho a fim de que sejam incluídos na proposta orçamentária do exercício subsequente;

III - o tribunal regional federal deverá informar, até 20 de julho, ao tribunal de justiça com jurisdição na sede da entidade devedora optante pelo regime especial de parcelamento a relação dos precatórios requisitados em 1º de julho, que estão submetidos ao regime especial de parcelamento.

Art. 55. Nos precatórios estaduais, distritais e municipais de entidades optantes pelo regime especial de parcelamento, a atualização monetária e os juros de mora dos valores requisitados serão calculados pelo tribunal de justiça, nos casos de adoção de lista única.

Parágrafo único. Dos valores repassados ao tribunal regional federal pelos tribunais de justiça, deverão ser consignados nos sistemas próprios aqueles referentes ao principal, à correção monetária e aos juros.

Título V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 56. Os precatórios expedidos até 1º de julho de 2009 não se submetem ao regime de compensação previsto nos §§ 9º e 10 do art. 100 da CF.

Art. 57. Nos precatórios da proposta orçamentária de 2011 nos quais foram apresentados, pela entidade executada devedora, débitos a serem compensados, o tribunal colocará à disposição do juízo os valores depositados para que ele delibere acerca da compensação.

§ 1º Sendo deferida a compensação, o juízo da execução intimará o órgão de representação judicial da entidade executada para que informe os valores atualizados relativamente aos débitos deferidos, discriminando-os por código de receita, devendo a data da atualização do valor a ser compensado ser igual ou anterior a 1º de julho de 2010.

§ 2º Com base nas informações fornecidas pelo órgão de representação judicial da entidade executada, o juízo da execução emitirá o respectivo documento de arrecadação.

§ 3º Caso seja indeferida a compensação ou reste saldo em favor do beneficiário, o juízo da execução expedirá o alvará de levantamento ou meio equivalente.

Art. 58. O saque sem expedição de alvará (art. 47, § 1º) é permitido relativamente às RPVs requisitadas pelas varas federais e juizados especiais federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos tribunais após 1º de julho de 2004.

Art. 59. Para os precatórios apresentados até 5 de novembro de 2010, não se aplica o § 1º do art. 21.

Art. 60. O parcelamento dos precatórios expedidos até o exercício de 2011 subsistirá até que o Supremo Tribunal Federal decida os embargos de declaração opostos pela União na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI n. 2.356/DF, nos termos do Ofício n. 526/GP, encaminhado pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Cezar Peluso, ao Conselho da Justiça Federal.

Art. 61. A dispensa de expedição de alvará para levantamento dos precatórios de natureza comum, prevista no art. 47, §1º, passará a vigorar para os precatórios inscritos a partir da proposta orçamentária de 2013, remetidos aos tribunais a partir de 2 de julho de 2011.

Art. 62. O preenchimento dos dados relativos aos rendimentos recebidos acumuladamente (RRA), como disciplinado nos arts. 34 a 36, será obrigatório para os precatórios elaborados até 1º de julho de 2012, desde que possuam valor acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) por beneficiário.

§ 1º No caso de precatórios, o preenchimento dos dados relativos aos rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) será sempre obrigatório, quando elaborados a partir de 2 de julho de 2012, independentemente do valor por beneficiário.

§ 2º No caso de requisições de pequeno valor, o preenchimento dos dados relativos aos rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) será sempre obrigatório, quando elaboradas a partir de 1º de julho de 2012.

§ 3º Havendo condições técnicas, o tribunal poderá antecipar, a seu critério, os prazos previstos nos parágrafos anteriores.

Art. 63. Fica facultada a utilização de meio eletrônico para o pagamento de quantia certa decorrente de condenação da Fazenda Pública nos processos judiciais de competência da Justiça Federal.

Art. 64. Revogam-se a Resolução n. 122, de 28 de outubro de 2010 e as demais disposições em contrário.

Art. 65. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO ARI PARGENDLER

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 224, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Aprova o Orçamento para o exercício de 2012 do Conselho Federal de Enfermagem

O Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso da competência consignada no art. 8º, inciso IX, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, combinado com o disposto na alínea "a", do inciso XXXIIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução COFEN-242/2000, com o Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen/Conselhos Regionais aprovado pela Resolução Cofen nº 340/2008, bem como a deliberação na 409ª Reunião Ordinária do Plenário, realizada no dia 29 de novembro de 2011, decide:

Art. 1º Aprovar o Orçamento para o exercício de 2012 do Conselho Federal de Enfermagem-COFEN, conforme especificações em anexo, parte integrante do presente ato decisório que será publicado na Imprensa Oficial;

Art. 2º A Receita será realizada mediante mediante cota parte, rendimentos sobre aplicações financeiras e outras receitas, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos integrantes desta decisão, observada a seguinte classificação:

1. Receita Corrente: R$ 60.629.923,69
1.3 Receita Patrimonial: R$ 2.044.411,58
1.7 Transferências Correntes: R$ 57.438.801,67
1.9 Outras Receitas Correntes: R$ 1.146.710,43
2. Receita de Capital: R$ 0,00
Total da Receita: R$ 60.629.923,69

Art. 3º A Despesa será realizada de acordo com as especificações integrantes desta decisão, observada a seguinte classificação:

3. Despesa Corrente R$ 60.350.141,05
3.1 Despesas de Custeio R$ 47.582.341,05
3.2 Transferências Correntes R$ 12.767.800,00
4.Despesas de Capital R$ 279.782,64
4.2 Inversões Financeiras R$ 279.782,64
Total da Despesa R$ 60.629.923,69

Art. 4º Fica o Presidente da Autarquia, autorizado a abrir durante o exercício, créditos adicionais especiais e suplementares até o limite de 25% da despesa total prevista nesta decisão, utilizando para esse fim, os recursos previstos nos incisos, I a IV do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e o disposto no artigo 89 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil aprovado pela Resolução Cofen 340/2008.

Paragrafo Primeiro - Fica autorizada, não sendo computada para efeito do limite fixado no caput deste artigo, a abertura de créditos suplementares destinados a:

a) cobrir despesas com pessoal e encargos sociais, obedecendo aos limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000 e artigo 44 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil aprovado pela Resolução Cofen 340/2008.

b) suplementação de ações da Resolução 343/2009 referentes a à suplementação de ações da Resolução 343/2009 referente ao Plano de Trabalho Especial - PLATEC e ao Apoio a atividades administrativas dos Coren's FUNAD até o limite de 20% da despesa total prevista nesta decisão para este programa.

c) cobrir rubrica de despesas utilizando a "Reserva de Contingências", conforme disposto na Resolução COFEN nº 340/2008, em seu Art. 9º.

Art. 5º Fica o Presidente da Autarquia, autorizado, durante o exercício de 2012, a abrir programas de trabalho, elementos de despesas e fontes de recursos para implementação dos projetos e atividades não previstos neste orçamento.

Art. 6º Fica alterado e atualizado o Plano Plurianual do triênio 2010 - 2012, de acordo com as atualizações e quantitativos realizados no Orçamento para o exercício de 2012.

Art. 7º Os efeitos do presente ato terão vigência adstrita ao período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art. 8º Revoguem-se as disposições em contrário;

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE
Primeiro-Secretário

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 528, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

Fixa os valores das anuidades de pessoas físicas inscritas no Sistema Confea/Crea e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando o art. 27, alínea "p", combinado com o art. 70 da Lei nº 5.194, de 1966, e o disposto na Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

Considerando o disposto nos arts. 28 e 35 da Lei nº 5.194, de 1966, que definem a renda do Confea e dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Creas;

Considerando o disposto na Lei n° 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que fixa o salário mínimo profissional para o profissional de nível superior;

Considerando que a anuidade é devida a partir de 1º de janeiro de cada ano, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 5.194, de 1966, alterado pela Lei nº 6.619, de 16 de dezembro de 1978;

Considerando que a anuidade pode ser paga, sem acréscimo, até 31 de março de cada ano, conforme o art. 2º da Lei nº 6.619, de 1978;

Considerando a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

Considerando o disposto na Resolução nº 1.026, de 31 de dezembro de 2009, que dispõe sobre as rendas do Confea, dos Creas e da Mútua;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a necessidade de uniformizar os procedimentos para a cobrança de anuidades de pessoas físicas em âmbito nacional, resolve:

Art. 1º Fixar as anuidades devidas aos Creas pelas pessoas físicas inscritas no Sistema Confea/Crea.

Art. 2º Os profissionais inscritos no Sistema Confea/Crea em 1º de fevereiro de cada ano estarão obrigados ao pagamento de anuidade.

Parágrafo único. A anuidade será emitida pelo Crea para a pessoa física que, registrada ou com visto, esteja domiciliada em sua circunscrição de acordo com o endereço residencial cadastrado no Sistema de Informações do Sistema Confea/Crea.

Art. 3º As anuidades devidas aos Creas pelos profissionais inscritos no Sistema Confea/Crea correspondem aos seguintes valores:

PROFISSIONAL	R$
Profissional de nível superior	350,00
Profissional técnico de nível médio	175,00

§ 1° As anuidades poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - em cota única; e

II - em cinco parcelas iguais, mensais e consecutivas, com vencimentos em 31 de março, 30 de abril, 31 de maio, 30 de junho e 31 de julho.

§ 2º No caso de pagamento de cota única ou de parcela efetuado a partir de 1º de abril, incidirão sobre os valores multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados sobre o saldo devedor.

§ 3º Após o pagamento integral, a situação da anuidade de pessoa física e a data de pagamento serão automaticamente anotadas pelo Crea no Sistema de Informações do Sistema Confea/Crea, que disponibilizará esta informação aos demais Creas para atualização dos respectivos cadastros.

Art. 4º A pessoa jurídica de direito público, mediante convênio celebrado com o Crea de sua circunscrição, poderá regulamentar o desconto autorizado em folha do pagamento da anuidade dos profissionais constantes do respectivo quadro técnico cujas ARTs de cargo ou função estejam registradas no Regional.

Art. 5º A anuidade de pessoa física referente ao exercício em que for requerido o registro profissional ou sua reativação corresponderá a tantos duodécimos quantos forem os meses ou fração, calculada da data do seu deferimento até o final do exercício.

Art. 6º A anuidade de pessoa física referente ao exercício em que a interrupção do registro for requerida corresponderá a tantos duodécimos quantos forem os meses ou fração, calculada de 1º de janeiro até o mês do requerimento.

Art. 7º É facultado ao Crea a concessão de desconto de até 90% no valor da anuidade nos seguintes casos:

I - primeira anuidade do recém-formado em curso das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, desde que solicitado até cento e oitenta dias após a data de conclusão do curso;

II - empresário individual, desde que a respectiva empresa esteja quite com o Crea;

III - profissional do sexo masculino a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou 35 (trinta e cinco) anos de registro no Sistema Confea/Crea;

IV - profissional do sexo feminino a partir de 60 (sessenta) anos de idade ou 30 (trinta) anos de registro no Sistema Confea/Crea; e

V - profissional portador de doença grave, que resulte em incapacitação para o exercício profissional, comprovada mediante documento hábil.

Parágrafo único. No caso da constatação de irregularidade dos documentos referenciados o inciso V, o Crea efetuará a cobrança do pagamento da anuidade no seu valor integral acrescido dos consectários legais, sem prejuízo do enquadramento do profissional no Código de Ética Profissional.

Art. 8º É facultado ao profissional requerer a devolução do valor de anuidade nos seguintes casos:

I - ao Crea da circunscrição em que esteja domiciliado do valor recolhido indevidamente;

II - ao Crea da circunscrição em que não esteja domiciliado do valor recolhido em duplicidade.

Art. 9º O boleto bancário para pagamento da anuidade do exercício financeiro corrente incluirá o débito da dívida relativa aos exercícios em atraso, excetuando-se aquela cujo débito foi parcelado.

Parágrafo único. O débito de que trata o caput deste artigo é limitado à dívida relativa aos dois últimos exercícios em atraso.

Art. 10. Os valores fixados nesta resolução serão atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado no período de doze meses contados até maio do ano anterior ao de sua vigência.

Art. 11. O Confea aportará consecutivamente nos exercícios 2012, 2013 e 2014 o valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no orçamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua - Prodesu para viabilizar a concessão de recursos no subprograma de Recuperação da Capacidade de Pagamento, observados os critérios fixados em decisão normativa específica.

Art. 12. É vedada ao Crea a criação de outros ônus ou descontos, bem como a modificação dos critérios estabelecidos nesta resolução.

§ 1º A regulamentação dos descontos e dos critérios para formalização de convênios prevista nesta resolução será feita por meio de ato administrativo do Crea, desde que não ocasione ou agrave déficit orçamentário ou financeiro.

§ 2º Compete à Comissão de Controle e Sustentabilidade do Sistema - CCSS acompanhar o cumprimento dos critérios e procedimentos fixados nesta resolução.

Art. 13. Esta resolução entra em vigor noventa dias após sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 14. Fica revogada a Resolução nº 525, de 28 de novembro de 2011, e demais disposições em contrário.

MARCOS TÚLIO DE MELO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 529, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

Fixa os valores das anuidades de pessoas jurídicas inscritas no Sistema Confea/Crea e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando o art. 27, alínea "p", combinado com o art. 70 da Lei nº 5.194, de 1966, e o disposto na Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

Considerando o disposto nos arts. 28 e 35 da Lei nº 5.194, de 1966, que definem a renda do Confea e dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Creas;

Considerando que a anuidade é devida a partir de 1º de janeiro de cada ano, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 5.194, de 1966, alterado pela Lei nº 6.619, de 16 de dezembro de 1978;

Considerando que a anuidade pode ser paga, sem acréscimo, até 31 de março de cada ano, conforme o art. 2º da Lei nº 6.619, de 1978;

Considerando a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

Considerando o disposto no art. 1º da Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, que estabelece o enquadramento do registro da pessoa jurídica nas Classes A, B ou C;

Considerando o disposto na Resolução nº 1.026, de 31 de dezembro de 2009, que dispõe sobre as rendas do Confea, dos Creas e da Mútua;

Considerando a necessidade de uniformizar os procedimentos para a cobrança de anuidades de pessoas jurídicas em âmbito nacional, resolve:

Art. 1º Fixar as anuidades devidas aos Creas pelas pessoas jurídicas inscritas no Sistema Confea/Crea.

Art. 2º As pessoas jurídicas inscritas no Sistema Confea/Crea em 1º de fevereiro de cada ano estarão obrigadas ao pagamento de anuidade.

Art. 3º As anuidades devidas aos Creas fixadas em função do capital social da pessoa jurídica correspondem aos seguintes valores:

FAIXA	CAPITAL SOCIAL (R$)	R$
1	Até 50.000,00	350,00
2	De 50.000,01 até 200.000,00	700,00
3	De 200.000,01 até 500.000,00	1.050,00
4	De 500.000,01 até 1.000.000,00	1.400,00
5	De 1.000.000,01 até 2.000.000,00	1.750,00
6	De 2.000.000,01 até 10.000.000,00	2.100,00
7	Acima de 10.000.000,00	2.800,00

§ 1° As anuidades poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - em cota única; e

II - em cinco parcelas iguais, mensais e consecutivas, com vencimentos em 31 de março, 30 de abril, 31 de maio, 30 de junho e 31 de julho.

§ 2º No caso de pagamento de cota única ou de parcela efetuado a partir de 1º de abril, incidirão sobre os valores multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados sobre o saldo devedor.

§ 3º No caso de alteração do capital social, o valor da anuidade somente será reenquadrado no exercício seguinte.

§ 4º Após o pagamento integral, a situação da anuidade de pessoa jurídica e a data de pagamento serão automaticamente anotadas pelo Crea no Sistema de Informações do Sistema Confea/Crea.

Art. 4º A anuidade de pessoa jurídica referente ao exercício em que for requerido seu registro corresponderá a tantos duodécimos quantos forem os meses ou fração, calculada da data do seu deferimento até o final do exercício.

Art. 5º A anuidade da pessoa jurídica enquadrada nas classes A ou B, conforme disposto na Resolução nº 336, de 1989, obedecerá aos critérios fixados no art. 3º desta resolução.

Parágrafo único. A anuidade da pessoa jurídica enquadrada na Classe C da supracitada resolução corresponderá ao valor fixado na faixa 1 da tabela de capital social.

Art. 6º A anuidade da pessoa jurídica que possuir filial, agência, sucursal, escritório de representação em circunscrição diferente daquela onde se localiza sua matriz corresponderá à metade do valor previsto para a matriz, desde que não possua capital social destacado.

Parágrafo único. No caso de a pessoa jurídica possuir capital social destacado, a anuidade corresponderá ao valor integral relativo a esse capital.

Art. 7º A anuidade de Sociedade de Propósito Específico - SPE será fixada de acordo com o disposto no art. 3º desta resolução.

Parágrafo único. Não poderá ser cobrada anuidade de consórcio ou sociedade sem personalidade jurídica.

Art. 8º O boleto bancário para pagamento da anuidade do exercício financeiro corrente deverá incluir o débito da dívida relativa aos exercícios em atraso, excetuando-se aquela cujo débito foi parcelado.

Parágrafo único. O débito de que trata o caput deste artigo é limitado à dívida relativa aos dois últimos exercícios em atraso.

Art. 9º Os valores fixados nesta resolução serão atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado no período de doze meses contados até maio do ano anterior ao de sua vigência.

Art. 10. É vedada ao Crea a criação de outros ônus ou descontos, bem como a modificação dos critérios estabelecidos nesta resolução.

Parágrafo único. Compete à Comissão de Controle e Sustentabilidade do Sistema - CCSS acompanhar o cumprimento dos critérios e procedimentos fixados nesta resolução.

Art. 11. Esta resolução entra em vigor noventa dias após sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 12. Fica revogada a Resolução nº 526, de 28 de novembro de 2011, e demais disposições em contrário.

MARCOS TÚLIO DE MELO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 530, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

Fixa os valores de registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando o disposto na Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que instituiu a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

Considerando o disposto nos arts. 28 e 35 da Lei nº 5.194, de 1966, combinados ao art. 2º da Lei nº 6.496, de 1977, conforme art. 2º da Lei nº 6.619, de 16 de dezembro de 1978, que definem a renda do Confea, dos Creas e da Mútua;

Considerando o art. 27, alínea "p", combinado com o art. 70 da Lei nº 5.194, de 1966, e o disposto na Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

Considerando o disposto na Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005;

Considerando o disposto na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

Considerando o disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, que dispõe sobre ART e acervo técnico;

Considerando o disposto na Resolução nº 1.026, de 31 de dezembro de 2009, que dispõe sobre as rendas do Confea, dos Creas e da Mútua;

Considerando a necessidade de uniformizar os procedimentos para a cobrança de ART em âmbito nacional, resolve:

Art. 1º Fixar os valores para registro da ART referente a execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função no Crea da circunscrição onde a atividade será realizada.

Art. 2º O valor para registro de ART de obra ou serviço será calculado de acordo com as seguintes tabelas:

Tabela A - Tabela de valor de contrato aplicada à ART de obra ou serviço

TABELA A OBRA OU SERVIÇO		VALOR
FAIXA	CONTRATO (R$)	R$
1	até 2.000,00	40,00
2	de 2.000,01 até 8.000,00	60,00
3	de 8.000,01 até 15.000,00	100,00
4	acima de 15.000,00	150,00

Tabela B - Tabela de valor de contrato aplicada à ART de obra ou serviço de rotina

TABELA B OBRA OU SERVIÇO DE ROTINA		VALOR ITEM DA ART
FAIXA	CONTRATO (R$)	R$
1	até 200,00	1,10
2	de 200,01 até 300,00	2,25
3	de 300,01 até 500,00	3,35

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4	de 500,01 até 1.000,00	5,60
5	de 1.000,01 até 2.000,00	9,00
6	de 2.000,01 até 3.000,00	13,50
7	de 3.000,01 até 4.000,00	18,10
8	acima de 4.000,00	Tabela A

§ 1º O valor da ART referente à execução de obra incidirá sobre o valor do custo da obra.

§ 2º O valor da ART referente à prestação de serviço incidirá sobre o valor do contrato.

Art. 3º O valor para registro de ART a ser aplicado às seguintes atividades profissionais, independentemente do valor de contrato, corresponderá ao da faixa 1 da Tabela A:

I - desempenho de cargo ou função técnica;

II - execução de obra ou prestação de serviço realizado no exterior;

III - execução de obra ou prestação de serviço para entidade beneficente que comprovar sua condição mediante apresentação de documento hábil, desde que enquadrada no cadastro de ação institucional do Crea; e

IV - execução de obra ou prestação de serviço para programas de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia Pública que comprovar sua condição mediante apresentação de documento hábil, desde que enquadrada no cadastro de ação institucional do Crea.

Art. 4º O valor para registro de ART a ser aplicado aos seguintes procedimentos corresponderá ao da faixa 1 da Tabela A:

I - vinculação à ART de obra ou serviço por coautoria, corresponsabilidade ou equipe, total ou parcial;

II - vinculação à ART de cargo ou função de atividade realizada em razão de vínculo com pessoa jurídica de direito público ou enquadrada na Classe C; e

III - substituição ou complementação de ART, desde que não haja alteração da faixa de enquadramento da ART inicialmente registrada.

Parágrafo único. Será isento do valor referido no caput deste artigo o registro de ART nos seguintes casos:

I - complementação que informar aditivo de prazo de execução ou de vigência do contrato que não caracterize renovação contratual; e

II - substituição que corrigir erro de preenchimento de ART anteriormente registrada, desde que a análise preliminar pelo Crea não verifique a modificação do objeto ou da atividade técnica contratada.

Art. 5º Mediante convênio, o Crea poderá fixar entre os valores correspondentes aos das faixas da Tabela B, independentemente do valor de contrato, o valor para registro de ART a ser aplicado às atividades técnicas realizadas nas seguintes situações:

I - execução de obra ou prestação de serviço em locais em estado de calamidade pública oficialmente decretada; e

II - execução de obra ou prestação de serviço para programa de interesse social na área urbana ou rural.

Art. 6º O valor da ART múltipla corresponderá ao somatório dos valores individuais da ART relativa a cada contrato de obra ou serviço de rotina, conforme valores fixados nas Tabelas A e B.

§ 1° O valor individual da ART relativa a cada contrato de receita agronômica, independentemente do valor de contrato, corresponderá ao da faixa 1 da Tabela B.

§ 2° Mediante convênio, o Crea poderá fixar entre os valores correspondentes aos das faixas da Tabela B, independentemente do valor de contrato, o valor individual referente a cada obra ou serviço de rotina realizado por profissional constante de quadro técnico de pessoa jurídica de direito público que possua ART de cargo ou função.

§ 3º Para efeito do disposto no caput e parágrafos deste artigo, o registro da ART múltipla deverá observar, no mínimo, o valor fixado na faixa 1 da Tabela A.

Art. 7° A ART relativa à prestação de serviço por prazo indeterminado cujo valor de contrato global não esteja fixado será registrada anualmente e seu valor corresponderá ao do serviço do primeiro mês do período da validade da ART multiplicado por doze.

Art. 8º O boleto bancário terá data de vencimento fixada em dez dias contados do cadastro eletrônico da ART no sistema, limitada ao último dia útil do exercício fiscal.

§ 1º A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

§ 2º O início da atividade profissional sem o pagamento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.

§ 3º No caso de a contratada ser pessoa jurídica de direito público, o boleto bancário terá data de vencimento fixada em trinta dias contados do cadastro eletrônico da ART no sistema, limitada ao último dia útil do exercício fiscal.

Art. 9º Os valores fixados nesta resolução serão atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado no período de doze meses contados até maio do exercício anterior a sua vigência.

Art. 10. É vedada ao Crea a criação de outros ônus ou descontos, bem como a modificação dos critérios estabelecidos nesta resolução.

§ 1º A regulamentação dos critérios para formalização de convênios prevista nesta resolução será feita por meio de ato administrativo do Crea.

§ 2º Compete à Comissão de Controle e Sustentabilidade do Sistema - CCSS acompanhar o cumprimento dos critérios e procedimentos fixados nesta resolução.

Art. 11. Esta resolução entra em vigor noventa dias após sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Parágrafo único. Até a entrada em vigor desta resolução, o registro da ART deverá ocorrer nos termos da Resolução nº 517, de 24 de setembro de 2010.

Art. 12. Fica revogada a Resolução nº 527, de 28 de novembro de 2011, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 2011.

MARCOS TÚLIO DE MELO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Nº 15.636. Processo Eleitoral nº 992/2011. Requerente: CRF/AL. Requerido: CFF. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA. Ementa: Eleições realizadas no CRF/AL, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE ALAGOAS, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) ALEXANDRE CORREIA DOS SANTOS - Presidente; MÔNICA MEIRA LEITE RODRIGUES - Vice-Presidente; ROBERT ANDERSSON FIRMIANO NICÁCIO- Secretário-Geral e DANIELE BATISTA DOS SANTOS - Tesoureiro; e para Conselheiro Federal com mandato (1º/01/12 a 31/12/15), JOSÉ GILDO DA SILVA (Titular) e JOSÉ RUI MACHADO REYS (Suplente); nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 15.637. Processo Eleitoral nº 993/2011. Requerente: CRF/AP. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES. Ementa: Eleições realizadas no CRF/AP, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO AMAPÁ, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) CARLOS ANDRÉ OEIRAS SENA - Presidente; DALETTE FERREIRA LIMA COSTA - Vice-Presidente; MÔNICA LOUREIRO MACIEL - Secretário-Geral; e VALKIMAR LACERDA LIMA COSTA - Tesoureiro; nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 15.638. Processo Eleitoral nº 991/2011. Requerente: CRF/AC. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI. Ementa: Eleições realizadas no CRF/AC, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO ACRE, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) FRANCIMARY MUNIZ DE LIMA - Presidente; REJANE VIEIRA DOS SANTOS - Vice-Presidente; ROSA MARIA DE SOUZA BARBOSA MORAIS - Secretário-Geral; e DARCY GINDRI JUNIOR - Tesoureiro; nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 15.639. Processo Eleitoral nº 1009/2011. Requerente: CRF/RN. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal JOÃO SAMUEL DE MORAIS MEIRA. Ementa: Eleições realizadas no CRF/RN, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) MARIA CÉLIA RIBEIRO DANTAS DE AGUIAR - Presidente; JAIRO SOTERO NOGUEIRA DE SOUZA - Vice-Presidente; JÚLIO CESAR MENDES E SILVA - Secretário-Geral; SALES DE ARAÚJO GUEDES - Tesoureiro; e para o mandato 2012/2015 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: MARIA CÉLIA RIBEIRO DANTAS DE AGUIAR; JAIRO SOTERO NOGUEIRA DE SOUZA; TEREZA NEUMA DE SOUZA BRITO; SALES DE ARAÚJO GUEDES; JÚLIO CESAR MENDES E SILVA; MARLENE FERREIRA DE PAIVA; MARIA GORETTI DO NASCIMENTO SANTOS; TEREZA MARIA DANTAS DE MEDEIROS; SANDRA REZENDE DE ANDRADE; JANAÍNA SANTANA; RAQUEL CRISTINA BEZERRA DA COSTA; JACIRA ELVIRA DE OLIVEIRA BEZERRA PRESTES; IVANALDO AMÂNCIO DE OLIVEIRA; ELAINE CRISTINA CÂMARA PEREIRA e GENIVAN DE FREITAS VALE (Titulares) e SYLVIA MARIA DANTAS FONSECA; JOSEANE MARIA BEZERRA DE MENEZES e GENNER BARBOSA DO NASCIMENTO (Suplentes); e para Conselheiro Federal com mandato (1º/01/12 a 31/12/15), LENIRA DA SILVA COSTA (Titular) e NILSEN FERNANDES CARVALHO DE OLIVEIRA FILHO (Suplente); nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 15.640. Processo Eleitoral nº 1001/2011. Requerente: CRF/MG. Requerido: CFF. Relatora: Conselheira Federal MAGALI DEMONER BERMOND. Ementa: Eleições realizadas no CRF/MG, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) VANDERLEI EUSTÁQUIO MACHADO - Presidente; CLAUDINEY LUIS FERREIRA - Vice-Presidente; LÚCIO GUEDES BARRAS - Secretário-Geral; e RIGLÉIA MARIA MOREIRA LUCENA - Tesoureira; e para o mandato 2012/2015 para Conselheiros Regionais Efetivos, os farmacêuticos: GIZELE SOUZA SILVA, RIGLÉIA MARIA MOREIRA LUCENA, CLAUDINEY LUIS FERREIRA e EULER DE OLIVEIRA, e para Conselheiro Federal com mandato (1º/01/12 a 31/12/15), LUCIANO MARTINS RENA SILVA (Titular) e MARIA ALÍCIA FERRERO (Suplente); nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 15.641. Processo Eleitoral nº 1017/2011. Requerente: CRF/PA. Requerido: CFF. Relatora: Conselheira Federal MARIA CRISTINA FERREIRA RODRIGUES. Ementa: Eleições realizadas no CRF/PA, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARÁ, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) DANIEL JACKSON PINHEIRO COSTA - Presidente; JOSÉ RICARDO DOS SANTOS VIEIRA - Vice-Presidente; RANDOLFO AUDIFAX COELHO DA SILVA JUNIOR - Secretário-Geral; e MARIA CONCEIÇÃO DANTAS - Tesoureira; e para o mandato 2012/2015 para Conselheiros Regionais Efetivos, os farmacêuticos: JOSÉ RICARDO DOS SANTOS VIEIRA, MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS e MARCELO BRASIL DO COUTO, e para Conselheiro Federal com mandato (1º/01/12 a 31/12/15), WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (Titular) e PIRAJAGUARA PEREIRA FERRARO (Suplente); nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 15.642. Processo Eleitoral nº 994/2011. Requerente: CRF/AM. Requerido: CFF. Relatora: Conselheira Federal ÂNGELA FERREIRA VIEIRA. Ementa: Eleições realizadas no CRF/AM, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO AMAZONAS, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) PAULO ROBERTO CASTRO DA COSTA - Presidente; JÂNIO DA SILVA SILVEIRA - Vice-Presidente; THIAGO GOMES BATISTA - Secretário-Geral; e ROSSICLÉIA LISN MONTE - Tesoureira; e para o mandato 2012/2015 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: EDSON DE FREITAS GOMES, JANDER TORRES DA SILVA, THIAGO GOMES BATISTA e LITUÂNIA MUSTAFA PAES DE ALMEIDA (Titulares) e LÚCIO FIGUEIRA PIMENTEL e NELSON FERNANDO NAVROSKI (Suplentes); nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 15.643. Processo Eleitoral nº 1002/2011. Requerente: CRF/MS. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHOA LACERDA. Ementa: Eleições realizadas no CRF/MS, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) RONALDO ABRÃO - Presidente; WILSON HIROSHI DE OLIVEIRA UEHARA - Vice-Presidente; ROBERTA BARBOSA LOPES FRANCISCO - Secretária-Geral; e ADAM MACEDO ADAMI - Tesoureiro; e para o mandato 2012/2015 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: ROBERTA BARBOSA LOPES FRANCISCO, WILSON HIROSHI DE OLIVEIRA UEHARA, ADRIANO PINHEIRO, KALIL NABHAN DE BARROS e LUIZ GONÇALVES MENDES JÚNIOR (Titulares) e RACIB PANAGE HARB e EVERTON BRANDÃO DA SILVA (Suplentes); nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 15.644. Processo Eleitoral nº 999/2011. Requerente: CRF/GO. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal ELY EDUARDO SARANZ CAMARGO. Ementa: Eleições realizadas no CRF/GO, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE GOIÁS, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) ERNESTINA ROCHA DE SOUSA E SILVA - Presidente; SUEZA ABADIA DE SOUZA OLIVEIRA - Vice-Presidente; RENZO FREIRE DE ALMEIDA - Secretário-Geral; e MARIA CONCEIÇÃO MORAIS PEREIRA - Tesoureira; e para o mandato 2012/2015 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: ERNESTINA ROCHA DE SOUSA E SILVA, DANIEL JESUS DE PAULA, WESLEY MAGNO FERREIRA, LEANDRO ZENON DE AZARA (Titulares) e RICARDO CARVALHO SILVA (Suplente); nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 15.645. Processo Eleitoral nº 995/2011. Requerente: CRF/BA. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal AMÍLSON ÁLVARES. Ementa: Eleições realizadas no CRF/BA, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DA BAHIA, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) ALTAMIRO JOSÉ DOS SANTOS - Presidente; CLÓVIS DE SANTANA REIS - Vice-Presidente; CLEUBER FRANCO FONTES - Secretário-Geral; e EDENIA SOCORRO ARAÚJO DOS SANTOS - Tesoureira; e para o mandato 2012/2015 para Conselheiros Regionais Efetivos, os farmacêuticos: CLEUBER FRANCO FONTES, FRANCISCO JOSÉ PACHECO DOS SANTOS, CLÁUDIO JOSÉ DE FREITAS BRANDÃO e ÁLAN OLIVEIRA DE BRITO; nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 15.646. Processo Eleitoral nº 1015/2011. Requerente: CRF/SP. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHOA LACERDA. Ementa: Eleições realizadas no CRF/SP, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/12 a 31/12/13), os farmacêuticos (as) PEDRO EDUARDO MENEGASSO - Presidente; RAQUEL CRISTINA DELFINI RIZZI GRECCHI - Vice-Presidente; PRISCILA NOGUEIRA CAMACHO DEJUSTE - Secretário-Geral; e MARCOS MACHADO FERREIRA - Tesoureira; e para o mandato 2012/2015 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: PATRICIA DE CARVALHO MASTROIANNI, PRISCILA NOGUEIRA CAMACHO DEJUSTE, ANTONIO GERALDO RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR e RODINEI VIEIRA VELOSO (Titulares); ADRIANO FALVO e CÉLIA TANIGAKI (Suplentes); e para Conselheiro Federal com mandato (1º/01/12 a 31/12/15), MARCELO POLACOW BISSON (Titular) e MARGARETE AKEMI KISHI (Suplente); nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 15.647. Processo Eleitoral nº 1011/2011. Requerente: CRF/RO. Requerido: CFF. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. Ementa: Eleições realizadas no CRF/RO, conforme a legislação atual. Inteligência da Resolução/CFF nº 458/06. Liminar deferida em parte nos autos da Ação nº 14242-32.2011.4.01.4100, em trâmite na Seção Judiciária Federal de Porto Velho/RO, suspendendo apenas a eleição para Diretoria do CRF/RO. Homologação parcial pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR PARCIALMENTE O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, declarando como eleitos para o mandato 2012/2015 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: FABRÍCIO MACHADO MATOS, ANTÔNIO DE PAULA FREITAS JÚNIOR e CRISTIANO ROSALEM (Titulares) e NELSON PEREIRA DA SILVA JUNIOR (Suplente); e para Conselheiro Federal com mandato (1º/01/12 a 31/12/15), LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA (Titular) e GEYZA CRISTINA FARIAS DA SILVA (Suplente); nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente do Conselho

Uma viagem no tempo!
MUSEU DA IMPRENSA
Dedicado à preservação de publicações oficiais, maquinaria e peças relevantes para o estudo da história da imprensa no Brasil.
VISITAÇÃO:
de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h;
SIG - Quadra 6 - Lote 800, Brasília-DF.

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.

Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos, que são abatidos à medida que as matérias são transmitidas para publicação, evitando transtornos na comprovação de pagamento de boletos. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio da função **Crédito de Publicação**, disponível no sistema **INCom**.

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

VOCÊ SABIA QUE...



Réplica da nau Medusa, que está em exposição no Museu da Imprensa.

...os primeiros prelos da Impressão Régia vieram nos porões da nau Medusa, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, trazendo à colônia inestimáveis benefícios, dentre os quais, a criação de uma Imprensa Oficial?

SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011120800127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Disponível no portal
www.in.gov.br
e na versão impressa

